



2012 Relatório e Contas

2012 Relatório e Contas



Índice

Relatório e Contas 2012
Grupo Banco Espírito Santo

I Relatório de Gestão

	Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	10
1	O Grupo BES	13
2	Gestão Responsável	27
3	Enquadramento Macroeconómico	37
4	Atividade Comercial	43
5	Gestão Financeira e Mercado de Capitais	56
6	Gestão de Risco	60
7	Análise Financeira	75
8	Demonstrações Financeiras	85
9	Notas Finais	89
	Anexos: As Contas da Sustentabilidade	91

II Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

1	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas	102
2	Anexo - Adoção das Recomendações do <i>Financial Stability Forum</i> (FSF) e do <i>Committee Of European Banking Supervisors</i> (CEBS) Relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Ativos	213
3	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas	215
4	Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria das Contas Consolidadas e Individuais	218
5	Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas	220
6	Certificação Legal e Relatório de Auditoria	297

III Relatório de Governo da Sociedade

0	Declaração de Cumprimento	302
I	Assembleia Geral	308
II	Órgãos de Administração e Fiscalização	311
III	Informação e Auditoria	337

Principais Indicadores *

	2008	2009	2010	2011	2012
ATIVIDADE (milhões de euros)					
Ativos Totais ⁽¹⁾	97 882	105 917	104 912	98 589	97 765
Ativo	74 244	81 702	83 028	80 237	83 691
Crédito a Clientes (bruto)	48 198	50 531	52 606	51 211	50 399
Depósitos de Clientes	26 387	25 447	30 819	34 206	34 540
Recursos Totais de Clientes	55 698	60 595	55 988	54 383	56 188
Core Capital - Banco de Portugal	3 412	5 232	5 416	6 020	6 471
Core Capital - EBA	-	-	-	-	6 091
RESULTADOS/RENDIBILIDADE					
Resultado do Exercício (M€)	419,2	571,7	556,9	-108,8	96,1
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	10,2%	11,0%	9,4%	-0,1%	1,2%
Rendibilidade do Ativo (ROA)	0,59%	0,73%	0,66%	0,00%	0,12%
SOLVABILIDADE - Rácios ⁽²⁾					
- CORE TIER I - Rácio Banco de Portugal ⁽²⁾	6,1%	8,0%	7,9%	9,2%	10,5%
- CORE TIER I - EBA	-	-	-	-	9,9%
- TIER I	7,1%	8,3%	8,8%	9,4%	10,4%
- Total	11,3%	11,2%	11,3%	10,7%	11,3%
LIQUIDEZ (milhões de euros)					
Financiamento Líquido do BCE ⁽³⁾	250	- 1 760	3 929	8 677	6 897
Carteira Elegível para Colateral no BCE	4 645	5 553	10 823	15 057	19 402
Rácio Crédito /Depósitos ⁽⁴⁾	178%	192%	165%	141%	137%
QUALIDADE DOS ATIVOS					
Crédito Vencido >90 dias/Crédito a Clientes (bruto)	1,09%	1,60%	1,95%	2,74%	3,90%
Provisões para Crédito/Crédito Vencido > 90 dias	219,0%	191,5%	173,0%	154,5%	136,9%
Crédito em Risco ⁽⁵⁾ /Crédito Total	-	-	4,99%	6,59%	9,44%
Provisões para Crédito/Crédito em Risco ⁽⁵⁾	-	-	67,8%	64,2%	56,6%
Provisões para Crédito/Crédito a Clientes (bruto)	2,38%	3,07%	3,38%	4,23%	5,34%
Custo do Risco ⁽⁶⁾	0,57%	1,07%	0,67%	1,17%	1,62%
PRODUTIVIDADE / EFICIÊNCIA					
Custos Operativos/Ativos Totais (%)	1,01%	0,95%	1,07%	1,15%	1,18%
Ativos por Empregado (m€)	10 945	11 898	10 641	9 996	9 832
Cost to Income (com mercados) (%)	52,2%	41,1%	46,7%	57,9%	44,6%
Cost to Income (sem mercados) (%)	57,2%	52,4%	57,0%	57,3%	57,2%
COLABORADORES (nº)					
Total ⁽⁷⁾	8 943	8 902	9 858	9 863	9 944
- Atividade Doméstica	7 546	7 388	7 584	7 588	7 477
- Atividade Internacional	1 397	1 514	2 274	2 275	2 467
REDE DE DISTRIBUIÇÃO (nº)					
Rede de Retalho	803	799	828	801	775
- Doméstica	743	734	731	701	666
- Internacional	60	65	97	100	109
Centros de Empresa (Portugal)	27	26	24	24	25
Centros Private Banking (Portugal)	28	25	22	22	23
RATING					
Longo Prazo					
STANDARD AND POOR'S	A	A	A-	BB	BB-
MOODY'S	Aa3	A1	A2	Ba2	Ba3
DBRS	-	-	-	BBB	BBB(low)
Curto Prazo					
STANDARD AND POOR'S	A 1	A 1	A 2	B	B
MOODY'S	P 1	P 1	P 1	NP	NP
DBRS	-	-	-	R-2(high)	R-2(med)

* Dados de 2008, 2009 e 2010 ajustados da alteração da política contabilística no registo dos desvios atuariais.

(1) Ativo Líquido + Asset Management + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado.

(2) Valores calculados com base no método *IRB Foundation*.

(3) O valor positivo significa um recurso; o valor negativo significa uma aplicação.

(4) Rácio calculado de acordo com a definição para efeitos do objetivo fixado pelo Banco de Portugal para este indicador no *Funding & Capital Plan* (2011 e 2012).

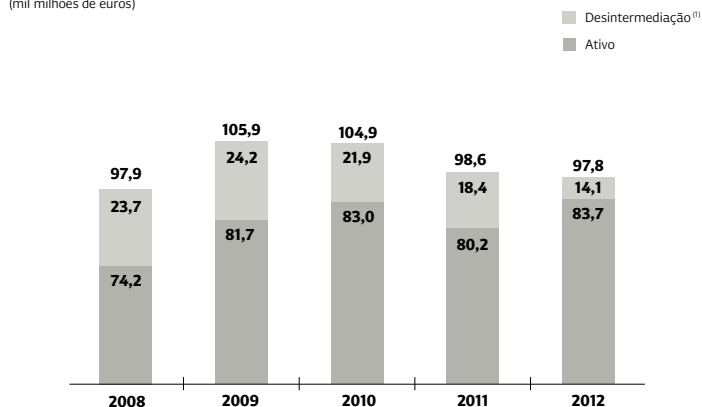
(5) De acordo com a definição constante da Instrução nº23/2011 do Banco de Portugal.

(6) Provisões para Crédito/ Crédito a Clientes (bruto).

(7) Inclui os colaboradores efetivos e os contratados a termo.

Ativos Totais

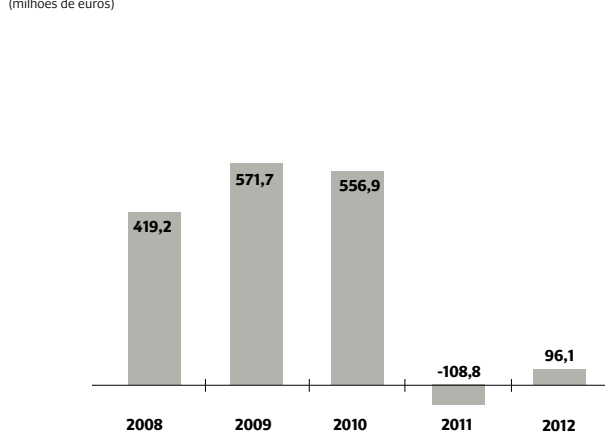
(mil milhões de euros)



⁽¹⁾ Ativa e Passiva

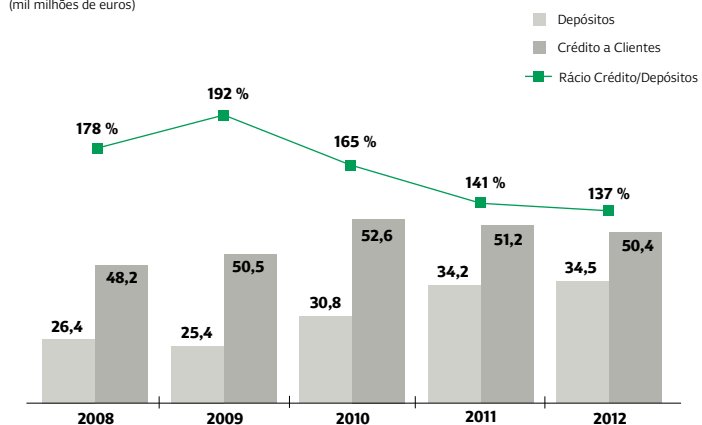
Resultado Líquido

(milhões de euros)



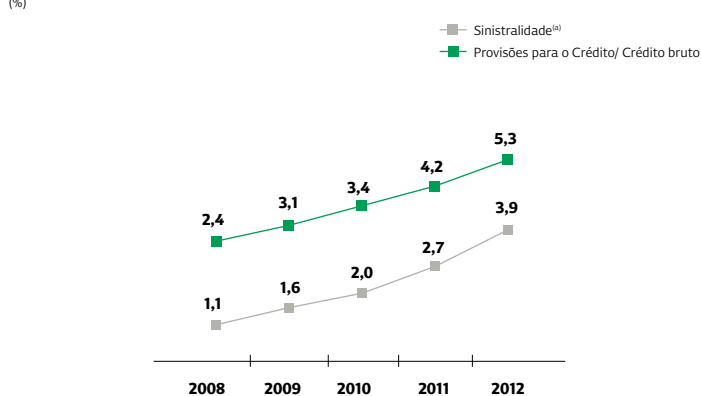
Atividade com Clientes

(mil milhões de euros)



Qualidade dos Ativos

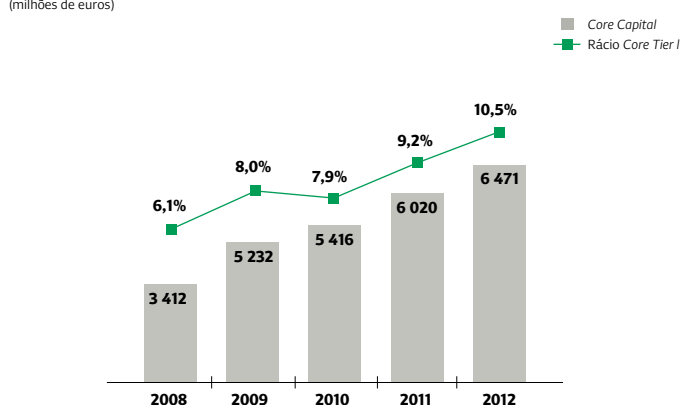
(%)



(a) Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito bruto.

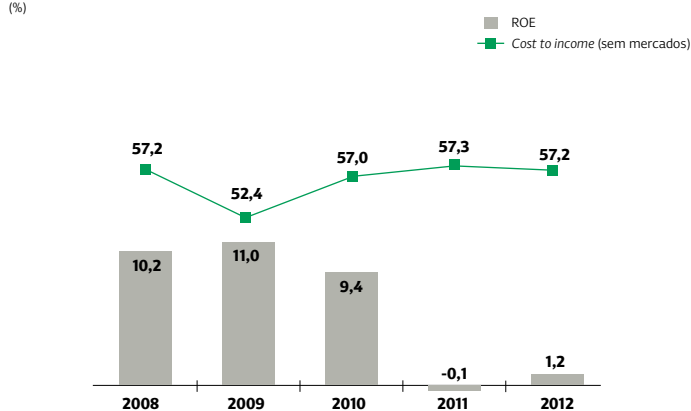
Core Capital e Rácio Core Tier I

(milhões de euros)



Rendibilidade e Eficiência

(%)



Indicadores de Referência do Banco de Portugal

O quadro seguinte sistematiza os indicadores de referência instituídos através da Instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal, com as alterações introduzidas pelas Instruções nº16/2008, nº23/2011 e nº23/2012 para o final do exercício de 2012, em comparação com os evidenciados no ano anterior.

Resultados e Rendibilidade

	SIMBOL.	2008	2009	2010	2011	2012
BALANÇO MÉDIO (milhões de euros)						
Ativo	AL	71 418	78 657	83 759	82 178	82 959
Ativos Financeiros	AF	61 788	68 018	72 163	70 279	69 443
Capital e Reservas	KP	3 779	4 886	5 578	5 895	7 057
CONTA DE EXPLORAÇÃO (milhões de euros)						
Resultado Financeiro	RF	1 086,2	1 200,9	1 164,0	1 181,6	1 180,5
+ Serviços Bancários a Clientes	SB	636,2	717,9	806,9	790,5	828,4
= Produto Bancário Comercial	PBC	1 722,4	1 918,8	1 970,9	1 972,1	2 008,9
+ Resultado de Operações Financeiras e Diversos	ROF	165,7	530,6	432,9	-21,9	569,5
= Produto Bancário	PB	1 888,1	2 449,4	2 403,8	1 950,2	2 578,4
+ Prémios e Custos da Atividade Seguradora	SEG	-	-	-	-	0,7
- Custos Operativos	CO	984,7	1 006,1	1 123,1	1 129,2	1 149,1
= Resultado Bruto	RB	903,4	1 443,3	1 280,7	821,0	1 430,0
- Provisões Líquidas de Reposições	PV	375,8	708,8	533,6	848,3	1 199,4
= Resultado antes de Impostos	RAIM	527,6	734,5	747,1	-27,3	230,6
- Impostos	I	83,5	109,8	43,7	-31,1	110,8
- Interesses que não Controlam	IM	24,9	53,0	146,5	112,6	23,7
= Resultado do Exercício	RL	419,2	571,7	556,9	-108,8	96,1
RENDIBILIDADE (%)						
Margem Financeira	RF / AF	1,76	1,77	1,61	1,68	1,70
+ Rendibilidade Serviços a Clientes	SB / AF	1,03	1,06	1,12	1,12	1,19
+ Rendibilidade Operações						
Financeiras e Diversos	ROF / AF	0,27	0,78	0,60	-0,03	0,82
= Margem de Negócio	PB / AF	3,06	3,60	3,33	2,77	3,71
+ Relevância Prémios e Custos						
da Atividade Seguradora	SEG / AF	-	-	-	-	0,00
- Relevância Custos Operativos	CO / AF	1,59	1,48	1,56	1,61	1,65
- Relevância Provisões	PV / AF	0,61	1,04	0,74	1,21	1,73
- Relevância Interesses que não controlam e Outros	(IM+I) / AF	0,18	0,24	0,26	0,12	0,19
= Rendibilidade dos Ativos Financeiros	RL / AF	0,68	0,84	0,77	-0,15	0,14
x Relevância Ativos Financeiros	AF / AL	0,87	0,86	0,86	0,86	0,84
= Rendibilidade do Ativo (ROA)	RL / AL	0,59	0,73	0,66	0,00	0,12
x Multiplicador das Aplicações	AL / KP	17,39	15,15	14,11	13,72	10,22
= Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	RL / KP	10,21	11,01	9,38	-0,05	1,25

Indicadores de Referência do Banco de Portugal

	2011	2012
SOLVABILIDADE		
Fundos Próprios/Ativos de Risco	10,7%	11,3%
Fundos Próprios de Base/Ativos de Risco	9,4%	10,4%
Core Tier I/Ativos de Risco	9,2%	10,5%
QUALIDADE DO CRÉDITO		
Crédito com Incumprimento/Crédito Total	3,6%	5,0%
Crédito com Incumprimento líquido/Crédito Total líquido	-0,6%	-0,3%
Crédito em Risco/Crédito Total	6,6%	9,4%
Crédito em Risco, líquido/Crédito Total, líquido	2,5%	4,3%
RENDIBILIDADE		
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários/		
Capitais Próprios médios	-0,8%	2,9%
Produto Bancário/Ativo Líquido médio	2,4%	3,1%
Resultado antes de Impostos e de Interesses Minoritários/		
Ativo Líquido médio	-0,1%	0,2%
EFICIÊNCIA		
Custos de Funcionamento+Amortizações/Produto Bancário	57,9%	44,6%
Custos com Pessoal/Produto Bancário	30,1%	23,2%
RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO		
(Crédito Total - Provisões para Crédito)/ Depósitos de Clientes	141%	137%





Relatório de Gestão

Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva	10	7	Análise Financeira	75
1 O Grupo BES	13	7.1	Atividade	75
2 Gestão Responsável	27	7.2	Rácio de Transformação e Gestão de Liquidez	76
3 Enquadramento Macroeconómico	37	7.3	Capitalização e Rácios de Capital	77
4 Atividade Comercial	43	7.4	Resultados	78
4.1 Banca Comercial Doméstica	43	7.5	Rendibilidade	82
4.1.1 Banca de Retalho	43	7.6	Análise Financeira do BES Individual	82
4.1.2 <i>Private Banking</i>	47	7.6.1	Atividade	82
4.1.3 Banca de Empresas e Institucionais	47	7.6.2	Resultados	83
4.2 Banca Comercial Internacional	51	7.6.3	Atividade das Sucursais	84
4.3 Banca de Investimento	52	8	Demonstrações Financeiras	85
4.4 Gestão de Ativos	54	8.1	Demonstrações Financeiras Consolidadas	85
4.5 Evolução previsível do Grupo BES	55	8.2	Demonstrações Financeiras Individuais	87
Principais riscos e incertezas	56	9	Notas Finais	89
5 Gestão Financeira e Mercado de Capitais	60	9.1	Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada	89
6 Gestão de Risco	63	9.2	Ações Próprias	89
6.1 Risco de Crédito	68	9.3	Proposta de Distribuição de Resultados do Banco Espírito Santo	89
6.2 Risco de Mercado	68	9.4	Guia de Leitura para a informação em Sustentabilidade	89
6.2.1 Risco da Carteira de Negociação	69	9.5	Nota de Agradecimento	90
6.2.2 Risco da Carteira Bancária	69		Anexos	
6.2.3 Risco do Fundo de Pensões	70		As Contas da Sustentabilidade	91
6.3 Risco Operacional	71		Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade	95
6.4 Risco de Liquidez	73		Relatório “Atividade do BES e a Biodiversidade”	98
6.5 Solvabilidade	73			
6.5.1 Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno (ICAAP)	73			
6.5.2 Solvabilidade Regular	73			

Mensagem Conjunta do Presidente do Conselho de Administração e do Presidente da Comissão Executiva

Senhores Acionistas,

O ano de 2012, marcado pelo aprofundamento da maior crise europeia desde a última guerra (39/45), pode ser considerado como um momento de viragem para o sistema financeiro europeu. As medidas tomadas pelo Banco Central Europeu, nomeadamente os programas de *LTRO'S* e *OMT* (*Long term refinancing operations* e *Outright Monetary Transactions*, respetivamente) e a redução nas taxas de juro de referência, contribuíram para a estabilização dos mercados e para o sentimento generalizado de confiança na Zona Euro.

Por outro lado, a criação da União Bancária Europeia começa a tomar forma e deverá ser um fator decisivo para a estabilização e confiança no sistema financeiro europeu. Uma das principais metas da União Bancária será a de separar o risco de cada banco do risco soberano, o que deverá contribuir para evitar o contágio da crise da dívida soberana aos bancos europeus. No entanto, é fundamental a definição do sistema de garantia de depósitos no plano europeu e que este entre em vigor função simultaneamente com a própria União Bancária.

Em Portugal, as instituições financeiras cumpriram as rigorosas metas estabelecidas no âmbito do Programa de Assistência Financeira, que implicavam, para além dos objetivos de reforço de capital fixados pela Autoridade Bancária Europeia (rácio *Core Tier I* de 9%, em dezembro de 2012), o cumprimento dos rácios de capital fixados pelo Banco de Portugal (10%, em dezembro de 2012), a desalavancagem do balanço e, ainda, um significativo reforço de provisões. Em simultâneo com este rigorosíssimo quadro regulamentar, os bancos continuaram a financiar a economia, contribuindo, também, para fazer face às necessidades de financiamento das empresas públicas que se confrontaram com a obrigação de reembolsar os empréstimos obtidos no sistema bancário internacional devido à queda do *rating* soberano verificada a partir de 2011.

O Grupo Banco Espírito Santo ultrapassou, no final do ano, os patamares de solvabilidade exigidos. Em dezembro de 2012, o Banco tinha um *Core Tier I* de 10,5% segundo a metodologia do BdP e de 9,9% segundo a metodologia da EBA. Para o reforço dos rácios de solvabilidade contribuiu decisivamente o aumento de capital realizado em maio de 2012, reservado aos acionistas, que permitiu um encaixe de mil e dez milhões de euros, com um impacto significativo no *Core Tier I*. O Banco Espírito Santo é hoje o único banco português que não recorreu ao fundo de recapitalização do Estado, mantendo a sua autonomia estratégica.

Para o reforço dos rácios de capital contribuiu ainda o programa de desalavancagem do balanço que o Grupo iniciou no segundo semestre de 2010. Este programa permitiu reduzir o rácio crédito/ depósitos de 198%, em junho de 2010, para 137%, em dezembro de 2012, no caminho para atingir os 120% recomendados para dezembro de 2014.

Quando o Grupo iniciou o programa de desalavancagem, optou pela venda de créditos internacionais para continuar a financiar as empresas portuguesas, nomeadamente as pequenas e médias empresas exportadoras. Até 31 de dezembro de 2012 foram alienados no mercado internacional cerca de 3 mil milhões de euros de créditos desta natureza. O setor das exportações em Portugal tem conseguido manter um crescimento sustentado, sendo que o total das exportações já representa cerca de 40% do PIB. Os empresários portugueses souberam fazer face à desaceleração da economia procurando diversificar não somente os destinos das suas exportações mas também os bens exportados. Em 2012, as exportações para fora da União Europeia representam já cerca de 27% do total das exportações, com um aumento do peso dos bens e serviços.

De fato, o setor privado em Portugal soube, de um modo geral, ultrapassar as exigências regulamentares, mas soube também fazer face à falta de liquidez no mercado, decorrente da deterioração do risco soberano. Perante uma economia doméstica em contração, a capacidade de internacionalização das empresas e dos empresários portugueses foi notável.

Em novembro, e não obstante as notações de *rating* atribuídas pelas agências internacionais a Portugal e aos bancos portugueses (abaixo de “grau de investimento”), o BES foi o primeiro banco português a conseguir realizar uma emissão de dívida no mercado internacional, ainda antes da República. O Banco Espírito Santo emitiu dívida sénior não garantida no montante de 750 milhões de euros, reforçando a sua liquidez, o que reflete a confiança do mercado no Banco Espírito Santo.

Em dezembro, o BES acedeu novamente aos mercados internacionais com uma emissão de dívida permutável em ações do Banco Bradesco, no montante de 450 milhões de dólares, e já em janeiro de 2013 realizou mais uma emissão de dívida sénior, não garantida, no montante de 500 milhões de euros. Em conjunto, estas operações permitiram um encaixe de 1,6 mil milhões de euros e representaram um passo importante no regresso gradual ao financiamento nos mercados de capitais internacionais.

O reforço de liquidez, com outras medidas adotadas, permitiu continuar a reduzir gradualmente a exposição ao BCE. Assim, em junho de 2012, a exposição líquida junto do BCE era de 13,6 mil milhões de euros e, em dezembro de 2012, a mesma foi reduzida para 6,9 mil milhões de euros. Já em janeiro de 2013, o Grupo procedeu à amortização antecipada de mil milhões de euros da linha de financiamento de longo prazo do BCE (*LTRO*).

Os depósitos de clientes continuaram a crescer, nomeadamente os depósitos dos clientes de retalho e *private* que registaram um aumento de 2,1 mil milhões de euros ou 8,3% relativamente a 2011.

Por outro lado, com a aquisição do controlo da BES Vida, concretizada em simultâneo com o aumento de capital, consolidou-se a oferta de recursos de

clientes do Grupo com os produtos de bancaseguros, os quais, juntamente com os depósitos representam já mais de 60% na estrutura de financiamento.

De assinalar a recuperação da atividade da BES Vida desde que o Grupo BES assumiu o controlo de gestão, que passou de uma quota de mercado de 6,2%, em junho de 2012, para 20,9%, em dezembro de 2012.

Em 2012, foram captados 100 mil novos clientes no mercado doméstico e mais de 156 mil no total, incluindo as unidades internacionais. O aumento dos depósitos e os níveis de captação de novos clientes evidenciam que o Banco Espírito Santo continua a merecer a confiança dos seus clientes.

O aumento do desemprego e do número de insolvências decorrentes da recessão económica prevalente em Portugal obriga a critérios de enorme exigência na gestão dos riscos, nomeadamente de crédito, o que levou, também, ao reforço das provisões para crédito em 815 milhões de euros, um aumento de 36% face ao mesmo período do ano anterior. No entanto, o Grupo BES continua a apresentar um rácio de crédito vencido consistentemente abaixo do sistema bancário em Portugal, o que evidencia a gestão prudente dos riscos que caracteriza o Grupo.

Não obstante o elevado nível de provisionamento, o Grupo BES apresentou em 2012 um resultado líquido de 96,1 milhões de euros.

A área internacional tem sido fundamental para contrariar a desaceleração da atividade doméstica e contribuiu com 87,6 milhões de euros para os resultados. A expansão internacional seletiva tem permitido ao Grupo diversificar a sua presença em geografias com elevado potencial de crescimento. Em 2012, o Grupo consolidou a sua presença no estrangeiro através das novas unidades na Venezuela e no Luxemburgo, ambos países com importantes comunidades portuguesas residentes e com afinidades económicas com o nosso País.

Por outro lado, é de referir, também, a contribuição importante da BES Vida para o resultado, com 68,7 milhões de euros. Simultaneamente com o aumento de capital, o Grupo BES adquiriu o controlo de gestão desta seguradora e os 50% do capital detido pelo Crédit Agricole.

Assim, e tendo presente que 2012 foi um exercício muito difícil, dirigimos uma palavra especial de agradecimento aos nossos acionistas, que mais uma vez demonstraram a sua total lealdade e confiança no Banco Espírito Santo ao acompanharem o aumento de capital realizado em maio. Neste particular, destacamos os nossos acionistas de referência, Espírito Santo Financial Group, Grupo Crédit Agricole, Banco Bradesco e Portugal Telecom, parceiros de longa data do Grupo Banco Espírito Santo. A sua lealdade tem permitido manter uma estrutura acionista estável, fundamental para enfrentar a situação económica e financeira atual. O BES esteve nacionalizado 17 anos e

quando foi reprivatizado, em 1991/92, foram traçadas as linhas estratégicas que se mantêm até hoje e que permitiram atingir um lugar ímpar no sistema bancário nacional.

Uma palavra muito especial aos nossos clientes pela confiança no Banco Espírito Santo e às nossas incansáveis equipas que têm demonstrado um elevadíssimo profissionalismo perante tão grandes e difíceis desafios.

Uma palavra de agradecimento aos nossos supervisores, Banco de Portugal, CMVM e Instituto de Seguros de Portugal pela confiança e colaboração prestada.

O Banco Espírito Santo, cujas raízes remontam há mais de 143 anos, continua a provar ter uma estratégia consistente e capaz de enfrentar com sabedoria, rigor e visão os períodos de enorme dificuldade como o atual e estar sempre ao serviço do seu País e dos seus clientes. Acreditamos firmemente que o modelo de gestão, a consistência da estratégia e o elevado nível de preparação das nossas equipas são as pedras basilares para que continuemos a criar valor.



Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

Presidente da Comissão Executiva
Vice-Presidente do Conselho
de Administração



Alberto Oliveira Pinto

Presidente do Conselho
de Administração

Comissão Executiva



Ricardo Espírito Santo Silva Salgado
Presidente



José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva



António José Baptista do Souto



Jorge Alberto Carvalho Martins



José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi



Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira



Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes



Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires



João Eduardo Moura da Silva Freixa



Stanislas Gerard Marie Georges Ribes

1. O Grupo BES

Missão

O Grupo Banco Espírito Santo tem como objetivo central da sua atividade criar valor para os seus acionistas procurando, em simultâneo, satisfazer as necessidades dos seus clientes e a realização profissional dos seus colaboradores. A sua primeira e fundamental missão é alinhar uma estratégia de reforço constante e sustentado da sua posição competitiva

no mercado com um total respeito pelos interesses e bem-estar dos seus clientes e colaboradores. É seu dever permanente contribuir ativamente para o desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental do País e das comunidades em que exerce a sua atividade.

144 Anos a Criar Valor para os Acionistas, Clientes e Colaboradores

1869

Criação da Casa de Câmbio especializada na transação nacional e internacional de instrumentos financeiros.

1986

O Grupo Espírito Santo regressa a Portugal fundando o BIC (Banco Internacional de Crédito) em parceria com o Crédit Agricole e com a Espírito Santo Sociedade de Investimento (ESSI).

2005

O BIC é integrado no BES.

2012

Maior Banco nacional cotado em Portugal. 19,3% de quota de mercado doméstico com uma estratégia focada de expansão internacional (presente em 25 países e 4 continentes).

1937

Após a criação do nome Banco Espírito Santo, em 1920, dá-se a fusão com o Banco Comercial de Lisboa, dando origem ao BESCL.

1991

O Grupo Espírito Santo recupera o controlo do BESCL durante o processo de reprivatização. O Banco consolida a sua presença em Portugal, com o reforço da sua quota de mercado no segmento de retalho e no segmento de empresas.

2006

O BES consolida a expansão internacional através da incorporação do BES (Espanha), passando a sucursal, bem como com a abertura de uma sucursal em Cabo Verde.

2013

1975

O BESCL é nacionalizado no âmbito da política de nacionalizações em Portugal após a Revolução de 1974. A família Espírito Santo refaz os seus interesses financeiros no exterior e cria o Grupo Espírito Santo (GES).

2000-01

Os anos de 2000 e 2001 marcam o início da aposta no triângulo estratégico com o reforço da posição em Espanha, a parceria com o Banco Bradesco e a criação do BES Angola.

2009-11

O BES reforça presença em África: aquisição de uma part. de 40% do Aman Bank (Líbia) e de uma part. direta de 25,1% no Moza Banco (Moçambique); estabelece uma parceria para uma emp. de *leasing* na Argélia; fundação do BES Cabo Verde (BESCV).

Evolução do Logótipo



O Grupo BES Hoje

O Grupo Banco Espírito Santo, é um grupo financeiro universal com o seu centro de decisão em Portugal, o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado. Em 31 de dezembro de 2012, a atividade do Grupo em Portugal representava cerca de 71% do ativo total. Com presença em quatro continentes, atividade em 25 países e mais de 9 900 colaboradores, o Grupo BES é atualmente o maior banco nacional cotado em Portugal por capitalização bolsista (3,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) e a segunda maior instituição financeira privada em Portugal em termos de ativos (83,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012).

O Grupo BES serve todos os segmentos de clientes particulares, empresas e institucionais, oferecendo-lhes uma gama abrangente de produtos e serviços financeiros através de abordagens e propostas de valor diferenciadas, capazes de responder de forma distintiva às suas necessidades. Os produtos e serviços prestados incluem a captação de depósitos, a concessão de crédito a empresas e particulares, a gestão de fundos de investimento, serviços de corretagem e custódia, serviços de banca de investimento e ainda a comercialização de seguros de vida e não vida.

O Grupo tem prosseguido, desde a privatização, uma estratégia clara e consistente de crescimento orgânico no mercado doméstico (que lhe permitiu aumentar a quota de mercado em Portugal de 8,5% em 1992 para 19,6% em 2012) que tem vindo a ser suportada pelo desenvolvimento de um modelo multiespecialista de abordagem ao mercado. A estratégia de crescimento orgânico, assente na notoriedade da marca BES, aliada a um forte dinamismo comercial posicionam o Grupo BES como uma referência no mercado doméstico, nomeadamente no segmento das empresas, onde detém uma quota de mercado de 25%.

Para complementar a atividade doméstica, o Grupo BES desenvolve uma atividade internacional focada em países com afinidades culturais e económicas com Portugal, como Espanha, Brasil e Angola. Em 31 de dezembro de 2012, a atividade internacional representava 29% do ativo do Grupo BES.

O *know-how* adquirido no mercado doméstico nas áreas de banca de empresas, banca de investimento e *private banking* permite ao Grupo BES exportar as suas competências nestas áreas para servir clientes locais e clientes que desenvolvem atividades económicas transnacionais, nomeadamente através do acompanhamento e do apoio à internacionalização das empresas portuguesas. Neste âmbito, o grande enfoque tem sido o de facilitar o acesso a mercados estratégicos, mercados onde existem oportunidades de negócio e onde o Grupo BES, estando diretamente presente ou através de parcerias com bancos locais, tem capacidade para prestar todo o apoio nos países de destino.

Estratégia

O Grupo Banco Espírito Santo tem como principal eixo de desenvolvimento e de diferenciação estratégica a prestação de serviços caracterizados pela excelência e pela permanente orientação para as necessidades de cada cliente, independentemente de se tratar de clientes particulares, empresariais ou institucionais.

Através de propostas de valor diferenciadas, o Grupo BES oferece uma gama abrangente de produtos e de serviços financeiros que respondem às necessidades específicas dos seus clientes.

Uma sólida e estável gestão favoreceu o desenvolvimento de uma estratégia consistente e orientada por uma visão de longo prazo, assente nas relações duradouras com os vários *stakeholders* e numa estrutura acionista de referência desde a privatização do BES em 1992.

As principais linhas de ação da estratégia do Grupo são:

- **Reforço do posicionamento doméstico** através da captação de novos clientes, particulares e empresas e do reforço do *share-of-wallet* (em particular na vertente da poupança) na atual base de clientes, através de uma oferta diversificada de produtos e serviços inovadores apoiada em

iniciativas de *cross-selling* e de *cross-segment* como o *bancassurance* e o *assurfinance* (em parceria com a Companhia de Seguros Tranquilidade);

- **Expansão da atividade internacional** através do reforço do posicionamento no triângulo estratégico (Península Ibérica, Brasil e África) e da expansão para novos mercados considerados estratégicos e onde existem oportunidades de negócio;

- **Apoio às empresas portuguesas em fase de internacionalização**, através de (i) parcerias com entidades locais; (ii) missões comerciais com empresários a países relevantes; (iii) um *know-how* reconhecido em *trade finance*, uma área de negócio em que o Grupo BES tem consistentemente liderado o mercado português, atingindo uma quota de mercado de 31% em 2012 e (iv) através de equipas e estruturas dedicadas e especializadas no apoio às empresas em processo de internacionalização (entre as quais se pode destacar a Unidade Internacional Premium, única no panorama nacional);

- **Melhoria da eficiência operacional** mantendo o rácio de eficiência abaixo dos 50% e um posicionamento de destaque no panorama das principais instituições financeiras ibéricas;

- **Desenvolvimento de parcerias estratégicas de longo prazo** que são um elo primordial na estratégia do Grupo. O BES tem uma parceria estratégica com o Crédit Agricole, um dos seus principais acionistas. O BES mantém também uma parceria estratégica com o Banco Bradesco, um dos principais bancos brasileiros e também seu acionista. Entre outras iniciativas de cooperação, o Banco Bradesco tem uma participação de 20% no BES Investimento Brasil, a unidade de banca de investimento do Grupo BES no Brasil, e apoia as atividades do Grupo através da partilha de *know-how* sobre o mercado brasileiro, um mercado chave para a estratégia de expansão internacional do Grupo;

- **Desenvolvimento de uma estratégia de Sustentabilidade** assente nas seguintes dimensões: *governance* e ética; identidade corporativa; inovação e empreendedorismo; inclusão financeira; biodiversidade e alterações climáticas; cidadania responsável. A definição destas áreas de atuação tem como base os processos de consulta a *stakeholders*, a visão e a atividade do Grupo BES, bem como as tendências para o setor financeiro.

Prioridades estratégicas de curto-prazo

O Grupo Banco Espírito Santo tem vindo a implementar um conjunto alargado de iniciativas para fazer face às dificuldades financeiras da economia portuguesa e aos desafios impostos pelo Programa de Assistência Financeira. Assim, o Grupo definiu como prioridades estratégicas de curto prazo:

- **Desalavancagem do balanço:** o Grupo BES iniciou um ambicioso programa de desalavancagem do balanço ainda no 2.º semestre de 2010 com o objetivo de reduzir o rácio crédito/ depósitos e reforçar a sua solidez financeira. O sucesso da execução do programa de *deleverage* conduziu a uma redução do rácio de crédito/ depósitos de 198% em junho de 2010 para 137% em 31 de dezembro de 2012;

- **Reforço dos rácios de capital:** em dezembro de 2011, o Grupo concluiu operações de troca de valores mobiliários por ações com o objetivo de reforçar os rácios de capital, o que permitiu terminar o ano de 2011 com um rácio *Core Tier I* de 9,2%, acima dos 9% exigidos pelo Banco de Portugal para dezembro de 2011. Em maio de 2012 o Banco concluiu um aumento de capital que lhe permitiu ser um dos bancos mais capitalizados da Europa mantendo a sua autonomia estratégica. Em dezembro de 2012 o rácio *Core Tier I* era de 10,5%, confortavelmente acima dos 10% exigidos pelo Banco de Portugal para aquela data;

- **Gestão prudente dos riscos:** a gestão financeira prudente que caracteriza o Grupo BES levou a um maior reforço de provisionamento ao longo de 2012. No decurso do exercício, o reforço de provisões para crédito, títulos e outros riscos correspondeu a um montante total de 1 199 milhões de euros.

O Grupo BES tem uma elevada cobertura de crédito por provisões, com 5,34% de saldo de provisões em balanço em percentagem do crédito bruto, no final de 2012;

- **Sustentação da rentabilidade futura:** através do crescimento do negócio internacional e aumento da eficiência. Na atividade internacional, o triângulo estratégico continua a manter uma contribuição significativa para os resultados do Grupo BES, compensando a desaceleração da atividade doméstica. O resultado líquido das operações em África, Brasil e Espanha situou-se, no final de 2012, em 60,7 milhões de euros, valor que representa 69% do resultado da área internacional. Em termos de eficiência, têm sido implementadas diversas medidas de contenção de custos, em especial em Portugal, incluindo a redução líquida de 35 balcões desde o final do exercício de 2011 até 31 de dezembro de 2012. Em resultado, os custos domésticos tiveram uma redução homóloga de 1,4%.

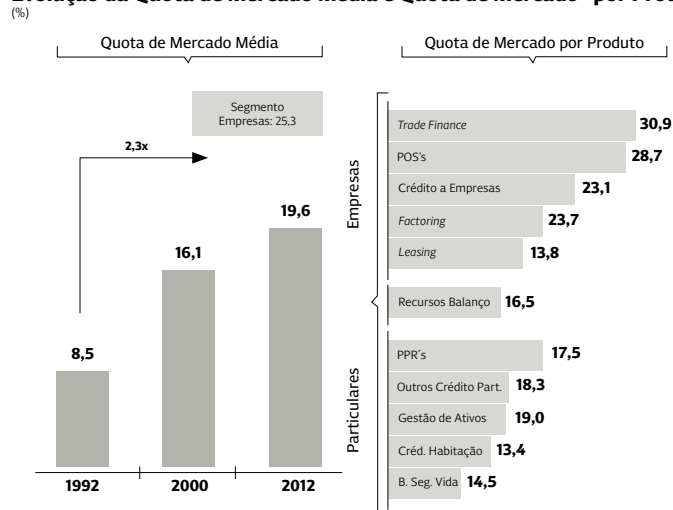
Atividade Doméstica

Em Portugal o Grupo BES atua através de uma rede de 666 balcões, 25 Centros de Empresas e 23 Centros de *Private Banking*.

O Grupo BES tem prosseguido, desde a privatização em 1992, uma consistente e clara estratégia de crescimento orgânico no mercado doméstico, suportada pelo desenvolvimento de um modelo multiespecialista de abordagem ao mercado. Esta estratégia de crescimento, suportada na notoriedade da marca e num forte dinamismo comercial junto dos segmentos de clientes particulares e empresas, tem permitido atingir consecutivos ganhos de quota de mercado: a quota média de mercado mais que duplicou entre 1992 e 2012, passando de 8,5% para 19,6%.

Na quota de mercado registada em 2012 importa referir o forte posicionamento nas linhas de negócio relacionadas com a atividade da Banca de Empresas, incluindo a quota de 30,9% no *Trade Finance*, o que evidencia o importante papel que o Grupo BES tem no apoio à internacionalização do tecido empresarial nacional.

Evolução da Quota de Mercado Média e Quota de Mercado* por Produto (%)



*Fonte: BdP; APFIPP; ISP; ASP; APLEASE; APEF; Euronext; SIBS; SWIFT; CMVM; BES.

Canais de Distribuição

A capacidade de distribuição é um dos fatores fundamentais para o posicionamento competitivo do Banco. A 31 de dezembro de 2012, o Grupo BES dispunha de uma rede de retalho doméstica de 666 balcões e 109 balcões no estrangeiro, dos quais 26 em Espanha, 41 em Angola, 33 na Líbia e 2 em Cabo Verde. A rede de balcões é complementada por centros especializados e totalmente dedicados aos segmentos de empresas e *private*. No final de

2012, o Grupo contava com 24 centros de *private banking* (23 em Portugal e 1 em Angola) e 34 centros de empresas (25 em Portugal, 7 em Espanha e 2 em Angola).

No âmbito da rede de distribuição no território nacional, foram encerrados balcões com menores níveis de rentabilidade, mantendo-se, no entanto, a aposta na abertura de balcões com novos formatos, mais eficientes e flexíveis – balcões de menor dimensão e postos avançados decorrentes de parcerias com agentes de seguros, no âmbito do programa *Assurfinance* (uma parceria com a Companhia de Seguros Tranquilidade) e com cerca de 3 700 promotores externos que asseguram um contributo fundamental em termos de crescimento da atividade: em conjunto, estas redes complementares representavam, no final de 2012, cerca de 18% do crescimento de recursos do retalho e cerca de 29% da captação de clientes.

Para além da presença física ao longo do território nacional, o Grupo BES desenvolveu desde muito cedo uma abordagem multicanal na sua relação com os clientes, em particular através da *Internet*, tendo o número de clientes que utilizam frequentemente o *Internet Banking* de particulares – BESnet – aumentado 9,4% face a 2011, consolidando a posição de liderança no *Internet Banking* em Portugal, com 43,6% de penetração na base de clientes, de acordo com a Marktest. O número de acessos alcançou os 24,6 milhões o que representa um crescimento de 2,8% face ao período homólogo. Esta abordagem multicanal tem vindo a ser progressivamente aprofundada e alargada através, por exemplo, da implementação de um sistema de CRM (*Customer Relationship Management*) que assegura a integração entre os diferentes canais de interação com os clientes e do progressivo recurso à desmaterialização de processos.

O BES disponibiliza aos seus clientes diversos canais de comunicação e de acesso ao Banco que lhes permite estar em permanente contacto, recorrendo às últimas tecnologias:

- **BESmobile:** serviço desenvolvido especificamente para a utilização através de telemóvel e com acesso a diversas operações bancárias;
- **BESdirecto:** serviço de atendimento telefónico que permite fazer operações bancárias e obter aconselhamento sobre produtos. O BESdirecto disponibiliza um conjunto de linhas adaptado ao perfil de cada cliente: BESdirecto internacional, BESdirecto Boas-Vindas, ES *Private Phone*, Linha BES 360, Linha informativa T e BESdirecto Seguros;
- **BEScall:** serviço de envio de mensagem através do BESnet que permite ao cliente contactar com o Banco sem qualquer custo: 'envie-nos uma mensagem e ligamos-lhe diretamente';
- **BESchat:** serviço de 'chat' online: 'fale connosco'.

Atividade internacional

A vocação internacional foi uma das pedras basulares do desenvolvimento da atividade do Grupo BES ao longo da sua história e o seu desenvolvimento futuro é um aspeto fulcral da estratégia de crescimento do Grupo.

As ligações históricas com África e com a América do Sul, sobretudo com o Brasil, a internacionalização das empresas nacionais, a crescente interdependência das economias e as importantes comunidades de cidadãos portugueses estabelecidos em vários continentes, têm sido a base para a expansão da estrutura internacional do Grupo BES.

O *know-how* adquirido no mercado doméstico nas áreas de *corporate banking*, banca de investimento e *private banking* permite ao Grupo BES exportar as suas competências nestas áreas para servir clientes locais e clientes que desenvolvem atividades económicas transnacionais, nomeadamente através do acompanhamento e do apoio à internacionalização das empresas portuguesas. Neste âmbito, o grande enfoque tem sido o de facilitar o acesso a mercados estratégicos, mercados onde existem oportunidades de negócio e onde o Grupo BES, estando diretamente presente ou através de parcerias com bancos locais, tem capacidade para prestar todo o apoio nos países de destino.

Presença Internacional do Grupo Banco Espírito Santo



Espanha

Em Espanha, o Grupo BES atua nas áreas de banca de empresas, *private banking* e afluentes. O Grupo desenvolve também em Espanha atividade de banca de investimento onde tem uma posição de destaque no *ranking* do mercado espanhol de corretagem e na área de fusões e aquisições. Tirando partido da proximidade geográfica, o Grupo apostou, desde sempre, numa visão ibérica do mercado, facilitando e promovendo as exportações e o investimento direto das empresas portuguesas para este País e das empresas espanholas para Portugal.



França

A atividade em França desenvolve-se através da Banque Espírito Santo et de la Vénétie, em que o Banco Espírito Santo tem uma participação de 42,69%. O foco da atividade situa-se na banca de empresas e na prestação de serviços financeiros aos residentes portugueses em França que são clientes do BES em Portugal.



Reino Unido

No Reino Unido, o BES atua, através de uma sucursal em Londres, no negócio de banca de *wholesale*, em especial nas operações de crédito sindicado, de *leveraged finance*, de *structured trade finance* de *commodities* e, em estreita colaboração com o BES Investimento, em operações de *project finance*. O BES Investimento adquiriu, no final de 2010, uma posição de 50,1% na Execution Noble, um banco de investimento internacional com liderança reconhecida nas áreas de corretagem e *trading*, *research*, fusões & aquisições, *corporate finance*, *corporate broking* e *equity capital markets*. Esta aquisição concretizou a intenção do Grupo de reforçar a sua presença no maior centro financeiro da Europa e de facilitar o acesso a mercados emergentes como a China e a Índia.



Polónia

A presença neste país data de 2005, ano da fundação de uma participada do BES Investimento, a Concordia Espírito Santo Investment, uma entidade especializada na assessoria em fusões e aquisições. Em 2008, o BES Investimento expandiu as suas atividades no país com a abertura de uma Sucursal que iniciou a prestação de serviços de corretagem na Bolsa de Valores de Varsóvia.



Luxemburgo

Em janeiro de 2012 o BES abriu uma Sucursal no Luxemburgo, um centro financeiro internacional de referência e com uma grande comunidade portuguesa. Esta nova unidade tem como missão principal servir a comunidade portuguesa mas também clientes internacionais do Grupo.

O foco da atividade situa-se no segmento *corporate*, *private* e *affluent*, bem como na prestação de serviços financeiros à comunidade de portugueses que são igualmente clientes do BES em Portugal.

O Grupo BES tem escritórios de representação na África do Sul, na Alemanha, no Canadá, na China, no México, e na Suíça. Adicionalmente tem parcerias com bancos locais como o Banco delle Tre Venezie em Itália, a Banque Marocaine du Commerce Extérieur e a Banque Extérieure d'Algérie.



Moçambique

O Grupo adquiriu, em janeiro de 2011, uma participação de 25,1% no Moza Banco, Banco Moçambicano que iniciou a sua operação em junho de 2008.

O Moza Banco tem a sua atividade focada nos segmentos *corporate*, *private* e *affluent*, contando no final de 2012 com uma rede de 20 agências, resultado de um esforço de expansão recente que tem como objetivo a presença em todas as Províncias do País.

Esta participação reforça a presença do Grupo em África e posiciona o BES para participar ativamente no crescimento de Moçambique, como parceiro do tecido empresarial Moçambicano e no apoio às empresas portuguesas aí presentes. O Grupo oferece assim aos seus clientes uma ampla oferta de produtos financeiros, entre os quais: *Trade Finance*; financiamentos para projetos de Investimento; oferta de gestão de tesouraria e poupanças; e oferta transacional no mercado doméstico e internacional.



Cabo Verde

A atividade do BES Cabo Verde está vocacionada para o mercado local de empresas, com particular importância para as empresas do setor público e filiais de grupos portugueses com interesses económicos em Cabo Verde, e no mercado de *affluent* local. A Sucursal do BES em Cabo Verde mantém-se operacional, direcionada essencialmente para a concessão de crédito a entidades não residentes.



Angola

O Grupo BES desenvolve a atividade através do BES Angola (BESA), um banco de direito angolano que presta um serviço global a clientes particulares e a empresas. O BES Angola atua através de uma rede de 41 agências e postos de atendimento dispersos por seis províncias e um centro de atendimento *private* em Luanda para servir os clientes de *private banking* e afluentes.

No negócio de banca de empresas, que se desenvolve a partir de dois centros de empresas em Luanda, a atividade está essencialmente orientada para o estabelecimento de parcerias comerciais de valor acrescentado mútuo com as grandes e médias empresas a operar em Angola, através do financiamento de projetos de investimento, da cobertura de necessidades de tesouraria e da prestação de apoio técnico e jurídico e para o apoio às empresas e empresários estrangeiros (nomeadamente portugueses, espanhóis, brasileiros e alemães) que estão a expandir a sua atividade em Angola.

O reforço da área de banca de investimento tem-se centrado na identificação de oportunidades de negócio nas áreas de *project finance* e *corporate finance* bem como na concretização de soluções de financiamento.

Na área de gestão de ativos, a BESA CTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, a primeira sociedade gestora de fundos em atividade em Angola, gere um fundo de investimento imobiliário fechado (e tem um segundo em processo de autorização por parte das entidades competentes) e a BESA CTIF - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões comercializa um fundo de pensões aberto de contribuição definida - o fundo BESA Opções de Reforma.

O BESA tem vindo a posicionar-se como um banco de referência no mercado angolano, destacando-se por manter os melhores índices de rentabilidade e de eficiência, a par de uma participação ativa na sociedade através da adoção de uma política de sustentabilidade, contribuindo para o processo de reconstrução de Angola.



Líbia

Na Líbia o Grupo BES desenvolve a atividade através do Aman Bank onde detém uma participação de 40%. A presença neste país visa potenciar o acesso aos mercados do Norte de África e permitir um apoio efetivo aos clientes do Grupo neste país.

A Líbia prossegue a consolidação política, social, institucional e económica, após a realização das primeiras eleições democráticas em julho de 2012 e a nomeação do primeiro governo em novembro.

O Banco não se viu abrangido pelas sanções, nem por danos importantes das suas infraestruturas, pelo que já retomou a execução dos plenos comerciais e de reforço operacional de modo a que possa capitalizar da melhor forma as oportunidades do País.



Estados Unidos da América

O Grupo BES desenvolve, com base no Espírito Santo Bank em Miami, a atividade de *private banking* no continente americano, servindo maioritariamente as comunidades portuguesas locais e da América Latina.

A Sucursal do BES em Nova Iorque concentra a sua atividade na banca de *wholesale*, maioritariamente nos EUA e Brasil. A Sucursal do BES Investimento em Nova Iorque dedica-se à distribuição de produtos nas geografias *core*, nomeadamente na área de *project finance* e outros financiamentos estruturados, capitalizando a presença no Brasil, o seu forte posicionamento na área de mercado de capitais na Península Ibérica e a sua relação com clientes de referência na área de *project finance*. A presença do Grupo BES em Nova Iorque contribui para o acesso privilegiado a investidores institucionais numa das principais praças financeiras mundiais.



Brasil

O Grupo BES está presente no Brasil através do BES Investimento do Brasil, em que o Banco Bradesco tem uma participação de 20% e cuja atividade está centrada nos mercados de capitais, na gestão de risco, no *trading* para carteira própria, no *project finance*, na distribuição de produtos de rendimento fixo, no *private equity* e no *corporate finance*. A gestão de ativos é desenvolvida pela BESAF - BES Ativos Financeiros e a corretagem pela BES Securities.



Venezuela

O Grupo desenvolve a sua atividade na Venezuela através de uma Sucursal do BES inaugurada em janeiro de 2012.

A Sucursal tem focado a sua atividade nos segmentos *corporate*, *private* e *affluent*, com destaque para a comunidade portuguesa, que tem uma forte presença no país, bem como, para as empresas venezuelanas com negócios em Portugal.

O Grupo procura acompanhar o estreitamento das relações entre Portugal e a Venezuela, que se tem materializado na presença crescente de empresas portuguesas naquele país e no estabelecimento de diversos acordos bilaterais.



Macau

Escritório de representação BES

Hong Kong
BES
Macau
BES Oriente

A presença na Região Administrativa Especial de Macau, assegurada pelo BES Oriente, assenta essencialmente no apoio aos clientes do Grupo na atividade empresarial que desenvolvem nesta região.

Simultaneamente, procura-se criar oportunidades de negócio com base na iniciativa do Governo central da República Popular da China, que considera Macau uma plataforma de cooperação económica com os países de língua portuguesa.



GRUPO BANCO ESPÍRITO SANTO

Subsidiárias e Associadas

BES Angola, BES Oriente (Macau), BES Vénétie (França), ES Bank (EUA), ES plc (Irlanda), BES Cabo Verde, Aman Bank (Líbia), IJAR Leasing (Argélia), ES Investment Bank (Angola, Brasil, China, Espanha, EUA, Índia, Polónia, Reino Unido), Moza Banco (Moçambique).

Sucursais Internacionais

Espanha, Nova Iorque, Londres, Cabo Verde, Caracas, Nassau, Ilhas Caimão e Luxemburgo.

Sucursal Financeira Exterior

Madeira.

Escritórios de Representação

Toronto, Lausana, Colónia, Milão, Joanesburgo, Xangai, e Cidade do México.

Prémios e Reconhecimentos Obtidos em 2012

Banco Espírito Santo



Único Banco Português a Integrar o grupo das 100 empresas mais sustentáveis do mundo – *Global 100*

Esta nomeação coloca o BES entre os dez bancos internacionais que integram uma lista, cujos resultados são anunciados, anualmente, durante o Fórum Económico Mundial, em Davos. Com uma inclusão limitada a um seleto grupo de 100 melhores empresas, o BES vê reconhecido a sua estratégia de gestão sustentável.



BES entre os melhores no setor financeiro europeu, segundo o referencial *Carbon Disclosure Project*

Em 2012, O BES atingiu uma classificação de 94%, mais 12% que em 2011 no *Carbon Disclosure Project Ibérico*, sendo a única instituição financeira da amostra ibérica a integrar o *Carbon Disclosure Leadership Index (CDLI)*, index no qual só se encontram contempladas 12 empresas.



BES eleito “A Empresa Mais Socialmente Responsável” pela *Human Resources Portugal*

A Human Resources Portugal premiou, pelo segundo ano consecutivo, “As Empresas Mais...”. Um processo de votação e eleição que, em 2012, resultou no reconhecimento do BES como “A Empresa Mais Socialmente Responsável”.

BES obtém certificação de qualidade ISO9001 na área de operações de *Trade Finance*

Esta certificação reforça a estratégia e aposta no desenvolvimento da linha de negócio de *Trade Finance* e no apoio à atividade de internacionalização das empresas nacionais.



Primeiro Banco português a integrar o *Dow Jones Sustainability Indexes*

Depois de, em 2011, ter sido o primeiro banco português a integrar o *Dow Jones Sustainability Indexes*, o Banco Espírito Santo mantém-se, em 2012, como o único representante financeiro português neste conceituado índice de sustentabilidade.



Primeiro Banco português no *FTSE4Good*

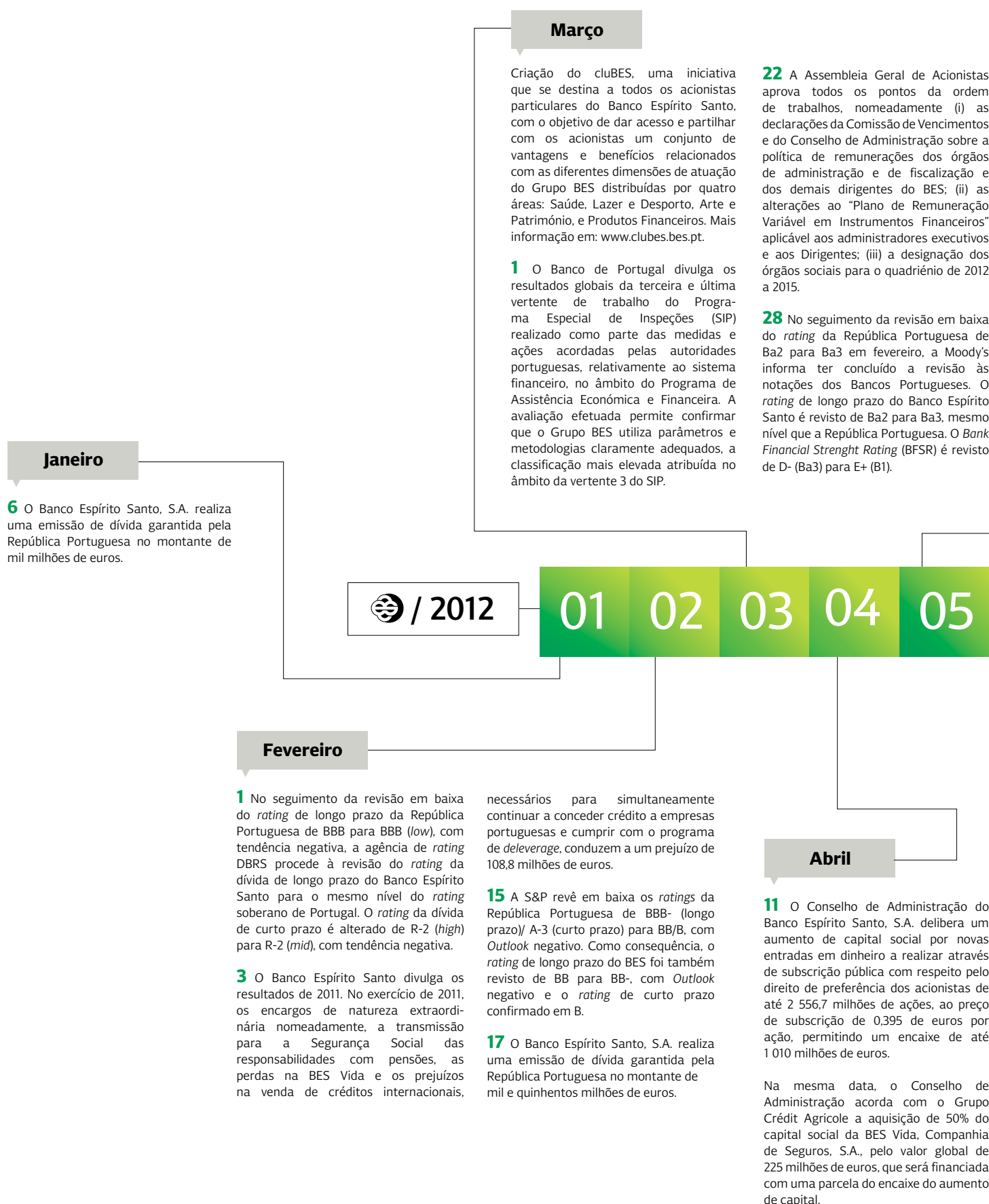
A reforçar o seu posicionamento como instituição socialmente responsável, o BES integra, desde 2007, o conceituado índice de sustentabilidade *FTSE4Good*.



BES nomeado “Best Trade Finance Bank” em Portugal, pelo 7º ano consecutivo

O BES foi nomeado, pelo 7º ano consecutivo, o melhor banco na área de *Trade Finance*, em Portugal, pela revista internacional “Global Finance”. Lançado em 2005, o Global 100 é um projeto anual da Corporate Knights Inc., empresa de *Media e Research* de Investimento canadiana, e representa a lista mais extensa por dados de avaliação de sustentabilidade corporativa.

Principais Acontecimentos de 2012



Maio

7 Cerimónia de Entrega do Prémio BES Biodiversidade. O Premio é entregue ao projeto "Preservação do Lobo-marinho na Madeira", do Parque Natural da Madeira.

11 Em resultado do aumento de capital são emitidas 2 556 688 387 novas ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, subscritas no âmbito de oferta pública de subscrição com respeito pelo direito de preferência dos acionistas. O capital do BES é atualmente de 5 040 124 063,26 euros, representado por 4 017 928 471 ações. No mesmo dia é concretizada a aquisição de 50% do capital social da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A.. O BES passa a deter a totalidade do capital social da BES Vida ficando assim com o respetivo controlo de gestão.

Setembro

13 Depois de, em 2011, ter sido o primeiro banco português a integrar o Dow Jones Sustainability Indexes, em 2012 o Banco Espírito Santo mantém-se como o único representante financeiro português neste conceituado índice de sustentabilidade.

Novembro

13 Os resultados do Grupo BES nos nove meses de 2012 atingem 90,4 milhões de euros.

12 Cerimónia de entrega de prémios da oitava edição do Concurso Nacional de Inovação BES. O grande prémio é entregue na categoria Tecnologias de Informação e Serviços ao projeto: Novo Método de Transmissão de Vídeo em Tempo Real para Múltiplos Utilizadores através de um Ponto de Acesso WIFI.

28 O BES lança uma emissão de obrigações permutáveis "Exchangeable Bonds", no montante de 450 milhões de dólares com vencimento em 2015, emitidas pelo BES Finance Ltd, com direitos de troca, indexados ao valor das ações ordinárias do Banco Bradesco, S.A..

Dezembro

3 O BES anuncia que foi concluído o Programa de Inspeções *On-site* (OIP), desenvolvido sobre as exposições aos setores da construção e da promoção imobiliária em Portugal e Espanha, com referência a 30 de Junho de 2012.

5 No seguimento da confirmação do *rating* de longo prazo da República Portuguesa em BBB (*low*), com tendência negativa, a DBRS confirma o *rating* da dívida de longo prazo do Banco Espírito Santo em BBB (*low*) e o *rating* da dívida de curto prazo em R-2 (*mid*), tendo sido retirados de '*under review*'.

Agosto

28 A Assembleia Geral Extraordinária aprova a supressão do direito de preferência dos acionistas, caso o Conselho de Administração venha a deliberar um aumento de capital social, com vista à incorporação de créditos do Estado português decorrentes do eventual acionamento da garantia relativa à emissão de obrigações não subordinadas no montante máximo de 550 000 000,00 de euros (quinhentos e cinquenta milhões de euros). Os acionistas aprovam ainda a manutenção da relação de grupo entre a Sociedade e a BES Vida – Companhia de Seguros, S.A. e a ratificação da designação por cooptação, em 14 de maio de 2012, para o cargo de Vogal do Conselho de Administração, do Exmo. Senhor Dr. Milton Almicar Silva Vargas em substituição de Antonio Borna.

Outubro

3 A Autoridade Bancária Europeia (EBA) e o Banco de Portugal (BdP) divulgam o anúncio relativo aos resultados finais do exercício de reforço de capitais e da implementação da Recomendação da EBA de dezembro de 2011. O Banco Espírito Santo cumpriu com o objetivo regulamentar de atingir um *Core Tier I* de 9% depois de uma avaliação prudente, a valores de mercado, das exposições a dívida soberana aos *portfolios* de ativos disponíveis para venda e de ativos detidos até à maturidade.

31 O Banco Espírito Santo realiza uma emissão de dívida sénior não garantida ao abrigo do programa de EMTN no montante de 750 milhões de euros e marca o regresso das instituições financeiras aos mercados. A composição do livro de ordens atinge um volume de cerca de 2,7 mil milhões de euros, com a participação de cerca de 225 investidores nacionais e internacionais.

Julho

12 A agência de *rating* Standard and Poor's afirma as notações de *rating* do Banco Espírito Santo em BB- (longo prazo) e B (curto prazo), com *Outlook* negativo, no seguimento da análise das implicações do aumento de capital de mil milhões de euros na posição de capital do Banco.

30 O Grupo BES divulga os resultados do primeiro semestre do ano. Nos primeiros seis meses do ano o resultado alcançado é de 25,5 milhões de euros.



Órgãos Sociais

Os órgãos sociais do Banco Espírito Santo, são eleitos em Assembleia Geral de Acionistas.

A gestão do Banco Espírito Santo é assegurada por um Conselho de Administração com competência para exercer os mais amplos poderes de gestão e de representação da Sociedade, praticando todos os atos necessários ou convenientes à prossecução das atividades do Banco. No âmbito das suas competências cabe, ainda, ao Conselho de Administração definir, acompanhar e monitorizar as grandes linhas estratégicas do Banco e garantir a dinamização das comissões especializadas constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da Sociedade.

O Conselho de Administração do BES é composto por vinte e seis membros, dos quais sete são independentes e não executivos. A gestão corrente da sociedade é delegada numa Comissão Executiva, composta por dez membros.

No que diz respeito aos membros independentes do Conselho de Administração, três pertencem à Comissão de Auditoria e três à Comissão de Governo e à Comissão Consultiva de Remunerações. O Presidente do Conselho de Administração é, também, qualificado como independente.

O Conselho de Administração do BES reúne, pelo menos, uma vez em cada trimestre, e reunirá extraordinariamente sempre que convocado pelo Presidente, por dois Administradores ou pela Comissão de Auditoria.

Em 2012, e em estreita colaboração com a Comissão Executiva, o Conselho de Administração, no âmbito dos poderes que legal e estatutariamente lhe são conferidos e de acordo com o seu regulamento (disponível em www.bes.pt/investidor e no Capítulo II do Relatório de Governo da Sociedade), acompanhou, avaliou e supervisionou a atividade da Sociedade sem se ter deparado com quaisquer constrangimentos.

No âmbito do acompanhamento pelo Conselho de Administração da dinamização das comissões especializadas, e no que diz respeito aos administradores não executivos, estes exercem funções de supervisão nas seguintes comissões:

- **Comissão de Auditoria** – constituída por três administradores não executivos e independentes e cujo relatório sobre a atividade desenvolvida em 2012 se encontra no final deste relatório;
- **Comissão de Governo** – constituída por três administradores não executivos e independentes;
- **Comissão Consultiva de Remunerações** – constituída por três administradores não executivos e independentes.

A informação detalhada sobre a composição, as competências e os poderes da Comissão de Auditoria e das Comissões de Governo e Consultiva de Remunerações está descrita no capítulo II do Relatório de Governo da Sociedade.

Sendo a gestão corrente da Sociedade delegada na Comissão Executiva, o Presidente do Conselho de Administração pode, a cada momento, solicitar esclarecimentos ao Presidente da Comissão Executiva sobre matérias que considere relevantes para o exercício das suas funções e para garantir que os restantes membros do Conselho estão devidamente informados.

Em 2012, os administradores não executivos do BES tiveram uma presença assídua nas reuniões do Conselho de Administração e foi-lhes disponibilizada toda a informação considerada relevante para o acompanhamento da atividade da Sociedade, tendo o Presidente da Comissão Executiva enviado todas as convocatórias e atas das reuniões ao Presidente do Conselho de Administração.

Em 2012 o Conselho de Administração reuniu 8 vezes, tendo apreciado e deliberado sobre um conjunto de assuntos, dos quais se destacam:

- Aprovação dos resultados do Grupo BES referentes ao exercício de 2011 e aos primeiros três, seis e nove meses de 2012;
- Aprovação da proposta de aplicação de resultados do exercício de 2011;
- Aprovação das propostas a apresentar à Assembleia Geral de Acionistas de 22 de março de 2012, v.g. sobre (i) o Relatório de Gestão, o Relatório do Governo da Sociedade, e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, relativos ao exercício de 2011; e (ii) a política de remuneração dos dirigentes do BES e sobre alterações ao plano de remuneração variável;
- Aprovação do aumento de capital do Banco, realizado em maio;
- Aprovação da aquisição de 50% do capital social da Companhia de Seguros BES Vida;
- Aprovação das propostas a apresentar à Assembleia Geral Extraordinária de 28 de agosto de 2012, v.g. sobre (i) a alteração parcial do contrato de sociedade, modificando o artigo 4.º; (ii) a supressão do direito de preferência dos acionistas, caso o Conselho de Administração venha a deliberar um aumento de capital social nos termos do número 2 do artigo 4.º do contrato de sociedade, com vista à incorporação de créditos do Estado português decorrentes do eventual acionamento da garantia relativa à emissão de obrigações não subordinadas;
- Cooptação dos administradores Milton Almicar Silva Vargas e Xavier Musca em substituição, respetivamente de António Bornia e Michel Jacques Mathieu.

Os órgãos sociais do BES, face ao seu estatuto de sociedade anónima, são eleitos em Assembleia Geral e estão localizados na sede social do Banco. A sua composição para o quadriénio 2012-2015 é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Paulo de Pitta e Cunha (Presidente)
 Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz (Vice-Presidente)⁽¹⁾
 Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo (Secretário)

Conselho de Administração

Alberto Alves de Oliveira Pinto (Presidente)
 Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Vice-Presidente)
 Bruno Bernard Marie Joseph de Laage de Meux (Vice-Presidente)
 José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
 António José Baptista do Souto
 Jorge Alberto Carvalho Martins
 Aníbal da Costa Reis de Oliveira
 Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
 José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
 Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
 Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
 Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
 Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
 João Eduardo Moura da Silva Freixa
 Pedro Mosqueira do Amaral
 Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho
 João de Faria Rodrigues
 Marc Olivier Tristan Oppenheim
 Vincent Claude Pacaud
 Rita Maria Lagos do Amaral Cabral
 Stanislas Gerard Marie Georges Ribes
 Horácio Lisboa Afonso
 Pedro João Reis Matos Silva
 Milton Almicar Silva Vargas
 Xavier Musca

Comissão de Auditoria

Horácio Lisboa Afonso (Presidente)
 Pedro João Reis Matos Silva
 João de Faria Rodrigues

Revisor Oficial de Contas (ROC)

Revisor Oficial de Contas Efetivo, KPMG & Associados, SROC, S.A.,
 representada por Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes
 Revisor Oficial de Contas Suplente, Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC)

Secretário da Sociedade

Eugénio Fernando Quintais Lopes
 Artur Miguel Marques da Rocha Gouveia (Secretário Suplente)

O Conselho de Administração delega a gestão corrente do Banco numa Comissão Executiva, composta pelos seguintes administradores:

Comissão Executiva

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Presidente)
 José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
 António José Baptista do Souto
 Jorge Alberto Carvalho Martins
 José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
 Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
 Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
 Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires
 João Eduardo Moura da Silva Freixa
 Stanislas Gerard Marie Georges Ribes

(1) O Vice Presidente da Mesa da Assembleia Geral renunciou às suas funções em fevereiro de 2013.

A Ação BES - Criação de Valor

BOLSA:	NYSE Euronext
ISIN:	PTBES0AM0007
CÓDIGO BLOOMBERG:	BES.PL
CÓDIGO REUTERS:	BES.LS
NÚMERO DE AÇÕES:	4 017 928 471
VALOR NOMINAL:	
CAPITAL SOCIAL:	5 040 124 063,26 de euros

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social do Banco Espírito Santo era de 5 040 124 063,26 euros representado por 4 017 928 471 ações ordinárias sem valor nominal, admitidas à cotação na NYSE Euronext.

No final de 2012, o BES manteve-se como o maior banco nacional cotado, com uma capitalização bolsista de 3 596 milhões de euros (cotação de fecho a 31 de dezembro de 2012: 0,895 euros).

Principais Indicadores de Bolsa

			31-Dez-11	31-Dez-12	Varição
Dados de Bolsa					
01. N.º de Ações Ordinárias emitidas	(mil)		1 461 240	4 017 928	2 556 688
02. N.º médio ponderado de Ações Ordinárias emitidas ⁽¹⁾	(mil)		1 187 255	3 096 971	1 909 716
03. Última Cotação do ano ⁽²⁾	(€)		1,350	0,895	-33,7%
04. Capitalização Bolsista no final do ano	(M€)	(01x03)	1 973	3 596	82,3%
Dados Financeiros Consolidados (valores de final do ano)					
05. Capital Próprio atribuível aos Acionistas ⁽³⁾	(M€)		5 604	7 063	26,0%
06. Capital Próprio atribuível às Ações Ordinárias ⁽³⁾	(M€)		5 363	6 841	27,6%
07. Resultado do Exercício	(M€)		-108,8	96,1	
08. Resultado atribuível às Ações Ordinárias	(M€)		-3,1	92,6	
09. Dividendo Bruto das Ações Ordinárias	(M€)		-	-	-
10. Pay Out Ratio das Ações Ordinárias	(%)	(09/07)	-	-	-
Valores por Ação Ordinária					
11. Património Líquido	(€)	(06/01)	3,67	1,70	-53,7%
12. Resultado ⁽⁴⁾	(€)	(08/02)	0,00	0,03	
13. Dividendo Bruto	(€)	(09/01)	-	-	-
Cotação da Ação Ordinária como Múltiplo do					
14. Património Líquido	PBV	(03/11)	0,37	0,53	
15. Resultado	PER	(03/12)		29,94	
Rendibilidade da Ação Ordinária em Relação à Cotação					
16. do Resultado	(%)	(12/03)	0,00	3,34	
17. do Dividendo (Dividend Yield)	(%)	(13/03)	-	-	

(1) N.º médio de ações ordinárias ponderado pelo tempo de permanência no exercício.
(2) Fonte: Boletim de Cotações NYSE Euronext Lisbon.
(3) Total do capital próprio em balanço deduzido dos interesses que não controlam.
(4) Total do capital próprio atribuível aos acionistas deduzido das ações preferenciais e dos outros instrumentos de capital.
(5) Utilizou-se o número médio de ponderado de ações emitidas.

O BES concluiu em maio um aumento de capital no valor de mil e dez milhões de euros, através de subscrição pública com observância dos direitos de preferência dos acionistas. O aumento de capital teve como objetivo cumprir os requisitos de capital regulamentar exigidos pelo Banco de Portugal (CT1 de 10% em 2012) e pela Autoridade Bancária Europeia (CT1 de 9% em junho de 2012). No âmbito do aumento de capital o BES acordou com o Crédit Agricole a aquisição de 50% do capital social da BES Vida, Companhia de Seguros, S.A., tendo o Banco passado a deter a totalidade do capital da seguradora.

O período de subscrição de direitos para participar no aumento de capital decorreu entre os dias 19 de abril e 2 de maio. Durante este período, as ações do BES valorizaram 7,3%, em contraste com uma desvalorização de 0,1% do PSI 20 e de 3,9% do setor da banca (medido pela *performance* do índice *EuroStoxx Banks*). A *performance* das ações foi acompanhada por um aumento de volume, situando-se o volume médio diário em 16,1 milhões de euros, acima dos 10,1 milhões de euros registados em 2012, sendo que apenas 13,1% dos direitos totais foram transacionados em bolsa, revelando o elevado interesse dos investidores particulares e institucionais nesta operação. Mais de 86% da base acionista anterior ao aumento de capital subscreveu os seus respetivos direitos, comprovando a forte adesão dos acionistas. O aumento de capital foi integralmente subscrito, com 99,3% do total de direitos exercido e um nível de subscrição de 133,5%.

Os acionistas de referência (Espírito Santo Financial Group, Crédit Agricole, Bradesco e Portugal Telecom), que em conjunto detêm mais de 50% do capital social do BES, acompanharam o aumento de capital, mantendo as suas participações e reafirmando a confiança que depositam no Banco.

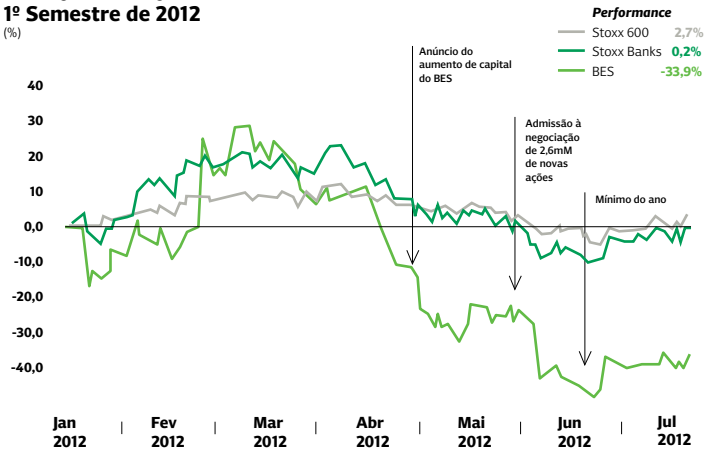
Concluída a operação, o BES tornou-se um caso ímpar em Portugal, tendo sido o primeiro banco Português a cumprir com os requisitos regulamentares de capital impostos pelas autoridades Portuguesas e Europeias recorrendo apenas a soluções de mercado mantendo, por isso, a sua autonomia estratégica.

Desempenho das Ações BES

O primeiro semestre de 2012 ficou marcado pelo contágio da crise da dívida soberana no sul da Europa, nomeadamente a Espanha e Itália, o que pressionou os mercados acionistas, em particular as ações dos bancos europeus. O índice de referência do setor de banca na Europa, o *EuroStoxx Banks*, terminou o semestre em situação de *underperformance* face aos mercados em geral, com a Banca Ibérica a ser pressionada pelo sentimento negativo em torno do País.

As ações BES, que terminaram o primeiro trimestre com uma *performance* positiva (+1.5%, preços de fecho de 30 de dezembro de 2011 e 30 de março de 2012), iniciaram uma tendência de queda no segundo trimestre, que se acentuou com o anúncio, em abril, do aumento de capital. O mês de maio foi particularmente penalizador para as ações das empresas portuguesas, o que no caso do BES coincidiu com a admissão à cotação das ações resultantes do aumento de capital e consequentemente com um aumento da liquidez das ações no mercado. Assistiu-se a uma forte pressão nas ações com maior liquidez do PSI 20, e mais particularmente nas ações do BES. Com a maior capitalização bolsista e maior liquidez entre os bancos portugueses, e um elevado peso de acionistas institucionais estrangeiros, o BES esteve assim mais exposto aos movimentos de mercado.

Evolução das Ações BES, do Euro Stoxx e do Stoxx 600 1º Semestre de 2012

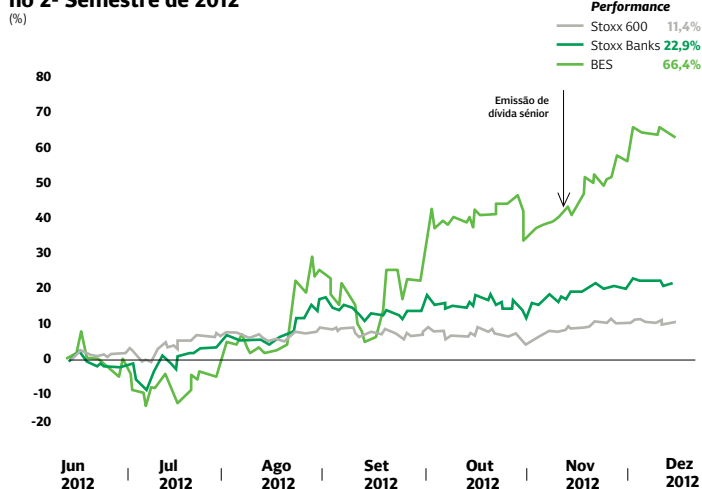


No segundo semestre do ano, o compromisso assumido na Cimeira Europeia de final de junho de uma maior integração e o anúncio do lançamento de um programa de aquisição de dívida dos Estados-membros no mercado secundário (programa OMT) feito pelo BCE em setembro, resultaram num alívio da crise da dívida soberana, com a perceção do risco a diminuir, verificando-se, por isso, uma recuperação dos mercados acionistas na Europa, liderada pelo setor da banca. As ações portuguesas não foram exceção beneficiando não só dos sinais de estabilização da crise na Europa, como também de uma melhoria da confiança dos investidores no País.

As ações do BES beneficiaram deste clima de melhoria do sentimento de confiança na Zona Euro contrariando a tendência da primeira metade do ano, tendo recuperado 102% desde o mínimo (cotações de fecho de 1 de junho e 31 de dezembro) e terminado o semestre com uma *performance* superior à dos Mercados e Bancos Europeus em 55,0% e 43,5% respetivamente (cotações de fecho de 29 de junho e 31 de dezembro), confirmando a confiança dos investidores no Banco.

Em novembro, o Banco Espírito Santo foi o primeiro banco de um país intervencionado a emitir dívida nos mercados internacionais. A emissão de dívida sénior não garantida no montante de 750 milhões de euros contribuiu para a valorização das ações registada no terceiro trimestre do ano.

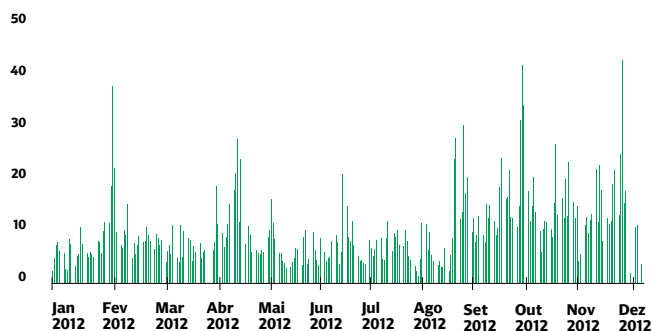
Evolução das Ações BES, do Euro Stoxx e do Stoxx 600 no 2º Semestre de 2012



Liquidez

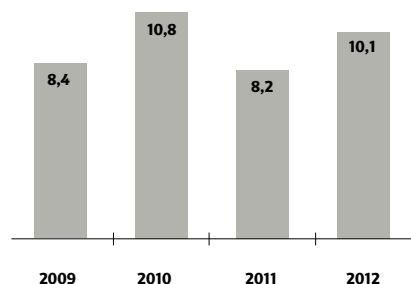
Em 2012 foram transacionadas em média 14,8 milhões de ações diariamente, um acréscimo de 140,1% face a 2011 (em média 6,2 milhões ações por dia). O BES tornou-se o banco com maior liquidez em Portugal, principalmente desde a entrada à cotação das novas ações em maio de 2012, emitidas no âmbito do aumento de capital. O nível de liquidez das ações do BES, quando calculado com base no volume médio diário de transações em euros situou-se, em média, nos 10,1 milhões de euros um acréscimo de 23,9% face à média de 8,2 milhões de euros em 2011.

Volume da Ação BES em 2012 (nº de ações)



Média diária do Volume da Ação BES

(milhões de euros)



Composição e Estrutura Acionista

Após o aumento de capital, a BESPAR que agrega a participação do Espírito Santo Financial Group e a participação indireta do Crédit Agricole no BES, passou a deter uma participação de 35,29%. O Crédit Agricole, parceiro do Grupo Espírito Santo desde 1986, detém ainda uma participação direta de 10,8%. O Banco Bradesco, acionista desde 2000 através da Bradport, e o Grupo Portugal Telecom mantiveram as participações de 4,8% e 2,1%, respetivamente. O *free float* situa-se nos 47,0%.

A Silchester, que detém uma participação qualificada no capital do BES desde 2010, manteve a sua posição em 5,8% em dezembro de 2012. A Silchester International Investors LLP é uma sociedade gestora de investimentos com sede no Reino Unido, que investe em entidades não americanas cotadas em bolsa, com mais de 15 mil milhões de euros de ativos sob gestão, principalmente provenientes de clientes institucionais americanos.

Em 31 de dezembro de 2012, os principais acionistas do BES eram os seguintes:

Principais Acionistas

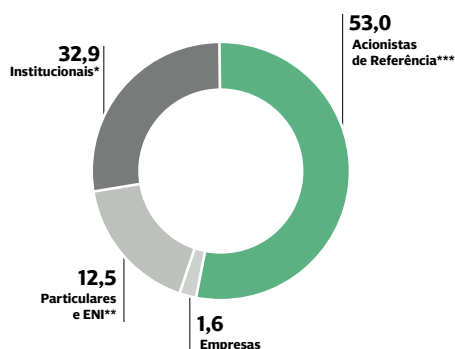
	% Ações Ordinárias	
	Dez. 11	Dez. 12
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	35,00	35,29
CRÉDIT AGRICOLE, S.A.	8,63	10,81
BRADPORT, SGPS, S.A.*	4,83	4,83
SILCHESTER INTERNATIONAL INVESTORS LIMITED (Reino Unido)	5,67	5,76
PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A. (através da PT Prestações-Mandatária de aquisições e gestão de bens, S.A.)	2,09	2,09

* Sociedade de direito português detida a 100% pelo Banco Bradesco (Brasil).

Em 31 de dezembro de 2012 o Banco tinha cerca de 36 mil acionistas, com o capital repartido da seguinte forma:

Estrutura Acionista em 31 de dezembro de 2012

(% participação no capital)



(*) Inclui participações detidas por Sociedades Gestoras de Fundos de Investimento, Sociedades Gestoras de Fundos de Pensões, Sociedades Gestoras de Patrimónios, Bancos Custodiantes, entre outros.

(**) ENI – Empresários em Nome Individual.

(***) Acionistas de referência incluem: BESPAR; Crédit Agricole; Bradesco (através da Bradport); Portugal Telecom.

Os investidores institucionais representavam 33% do capital em 2012, mantendo-se acima dos 30%, e revelando uma tendência de crescimento relativamente a anos anteriores (30,9% em 2011 e 30,0% em 2010).

Conferências e roadshows

Ao longo do ano, o BES realizou *roadshows* nos principais centros financeiros europeus e norte americanos, tendo promovido reuniões com cerca de 400 investidores (150 dos quais no âmbito do aumento de capital), e participado em diversas conferências internacionais:

- *Annual Iberian Conference* promovida pelo Espírito Santo Investment Bank, em Londres;
- *HSBC Southern European Financials Conference*, em Londres;
- *Goldman Sachs Iberian Banks Symposium*, em Londres;
- *Morgan Stanley European Financials Conference*, em Londres;
- *UBS Global Financials Conference*, em Nova Iorque;
- *BBVA Iberian Day*, em Londres;
- *KBW European Financials Conference*, em Londres;
- *BPI Iberian Conference*, no Porto;
- *Portuguese Day* promovido pela NYSE Euronext e Caixa BI em Nova Iorque.

Dividendos

A distribuição de dividendos que o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral obedece a critérios de equilíbrio entre a solidez financeira (reforço dos rácios de solvabilidade através do autofinanciamento) e uma adequada remuneração dos acionistas.

O Conselho de Administração irá submeter à aprovação da Assembleia Geral que o resultado líquido do exercício de 2012 apurado nas contas individuais no montante de 121 961 308,14 euros seja afeto em 12 197 000,00 euros à reserva legal e em 109 764 308,14 euros para cobertura dos prejuízos apurados no exercício anterior nos termos previstos no artigo 33º do Código das Sociedades Comerciais.

Research sobre o BES

Ao longo do ano, um total de 14 analistas seguiram as ações do BES. O preço alvo médio das recomendações divulgadas e publicadas até 31 de dezembro era de 0,94 euros por ação, com um potencial de valorização de 5% face à cotação de fecho nessa data (0,895 euros). Em 2012, o BES continuou a ser o Banco da Península Ibérica com maior peso de recomendações de compra, no total das recomendações atribuídas pelos analistas, com 50% dos analistas a recomendarem “comprar” e 43% a recomendarem “manter” (recomendações atribuídas até 31 de dezembro de 2012).

2. Gestão Responsável

Envolvimento com os stakeholders

O Grupo BES ausculta regularmente os seus *stakeholders*, integrando-os no processo de tomada de decisão, seja para iniciativas espontâneas como para políticas e práticas enquadradas no programa de sustentabilidade do Banco. A análise bial iniciada em 2011 pelo Banco, e cujos resultados foram obtidos em 2012, permitiu concluir que o Banco vai ao encontro dos principais temas comunicados pelos diferentes *stakeholders* e a generalidade dos consultados conhece as práticas em Sustentabilidade do Banco.

Foram identificados os seguintes aspetos a melhorar:

- capitalizar o esforço feito em sustentabilidade junto de todos os clientes e dos principais agentes da sociedade que fazem chegar a informação aos clientes;
- diferenciar e segmentar a comunicação das principais iniciativas e práticas implementadas no âmbito do programa de sustentabilidade, tanto no momento de execução como no de reporte da sustentabilidade.

Esta auscultação permitiu igualmente identificar os principais temas materialmente relevantes para a generalidade dos *stakeholders*:

- satisfação dos clientes;
- ética e responsabilidade na relação com as partes interessadas;
- inclusão financeira de pessoas e empresas;
- eco-eficiência nos balcões, edifícios e operações do Banco.

Para todos os temas identificados, o Banco possui abordagens, objetivos e resultados reportados publicamente no presente relatório, na Brochura de Sustentabilidade e no *website*. Estas conclusões foram obtidas através da consulta aos *stakeholders* com maior relevância para a avaliação da performance em sustentabilidade, nomeadamente: colaboradores, clientes, investidores, analistas financeiros especializados em sustentabilidade, fornecedores, Organizações Não Governamentais, professores universitários, media e outras organizações com impacto e influência na agenda da sustentabilidade.

Para complementar esta consulta bial de levantamento dos temas materiais, em 2012, o Banco continua a apresentar mecanismos de auscultação e diálogo permanentes, que permitem identificar de forma contínua as expectativas e temas relevantes a gerir e comunicar.

De salientar ainda a criação, em 2012, de um grupo de trabalho que reúne trimestralmente e que integra departamentos do Banco (Gestão e Poupança, Municípios e Institucionais, Marketing de Empresas e Institucionais e Comunicação) e *Stakeholders* externos com os quais o banco tem parcerias, por forma a discutir riscos e as oportunidades de criação de produtos ambiental e socialmente responsáveis.

Canais de diálogo com os Stakeholders

Colaboradores	• Congresso Anual do Grupo BES • Portal de Recursos Humanos • Intranet/BES Web • Web-magazine@actual • Comissões executivas itinerantes • Comissão de Trabalhadores • Secretariado Sindical • Procedimento de informação e consulta • Formação • Avaliação de Desempenho • Inquéritos de Satisfação de Cliente Interno • Inquéritos de Motivação • Inquérito anual a colaboradores sobre as práticas de sustentabilidade do Grupo • Ações <i>outdoor</i> • Caixa de email do Presidente da Comissão Executiva	Investidores/ Adonistas	• Assembleia Geral • <i>Conference Call</i> – Resultados Trimestrais • Publicação Valor BES • <i>Strategy Day</i> • Gabinete de Relações com o investidor • <i>Website</i>	Entidades Reguladoras	• Reportes obrigatórios e Comunicações Voluntárias • Reuniões periódicas • <i>Press-releases</i>
				Media	• Reuniões/ encontros regulares com a Comissão Executiva • Conferências de Imprensa • BES <i>Press Trip</i> • Resposta a necessidades diárias de informação
				Fornecedores	• Reuniões e Contactos Periódicos • Portal dos Fornecedores • Inquérito anual a Fornecedores sobre as Práticas de Sustentabilidade
				ONG's	• Reunião anual com ONG's do setor ambiental • Resposta a necessidades diárias de informação • Protocolos e parcerias
		Clientes	• Comissões Executivas Itenerantes • Rede de Balcões, Postos Avançados, Centros de Empresa, Direções Regionais, Centros <i>Private</i>, Departamento de Qualidade de Serviço • <i>Internet Banking</i> • Sistema de Gestão de Reclamações • Centro de Contactos • Campanhas de Comunicação e Publicidade • Inquéritos de Satisfação do Cliente • Redes Sociais • Inquérito anual a Clientes sobre práticas de sustentabilidade do Grupo		

Colaboradores

O Grupo Banco Espírito Santo tem uma política orientada para a valorização dos seus recursos humanos enquanto um ativo no qual investe em permanência. A aposta nos seus colaboradores consubstancia-se no desenvolvimento das suas competências, na sua formação e na concretização das suas expectativas num compromisso constante com os objetivos da empresa.

O Comité de Recursos Humanos é responsável por estabelecer as políticas e práticas para o capital humano nas diferentes geografias e empresas do Grupo e tem como desafio adaptar à cultura e envolvente locais as mesmas políticas e práticas que permitem respeitar os princípios gerais do Banco e os principais pilares de valorização do capital humano, promovendo um ambiente de trabalho saudável, equilibrado, competitivo e orientado para os resultados.

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo BES apresentava um quadro de pessoal com 9 944 colaboradores, distribuídos por quatro continentes, dos quais 7 495 em Portugal e 2 449 no estrangeiro.

Distribuição dos colaboradores por área geográfica

País	Dez. 11	Dez.12
Portugal	7 557	7 495
Resto da Europa		
Espanha	567	576
Reino Unido	210	189
Outros países	79	93
África	1 047	1 118
América do Sul	197	269
América do Norte	178	174
Ásia	28	30
TOTAL	9 863	9 944

Capital Humano

Género	Homens 50%		Mulheres 50%	
Faixa Etária	<30	13%	30-50	69%
Taxa Rotatividade	8,5%		>50	18%
Média de Horas de Formação	24			
Taxa de Absentismo	2,6%*			

* A taxa de absentismo não inclui o absentismo referente a maternidade e paternidade.

Face ao contexto socioeconómico e à perspetiva de evolução das políticas económicas e sociais em Portugal, o Grupo Banco Espírito Santo reforçou o investimento nos apoios e benefícios aos colaboradores. Este investimento materializou-se na disponibilização de novos e diferentes apoios, nomeadamente na conciliação Trabalho – Família, apoio a reformados, saúde e educação. O investimento feito nos referidos apoios será mantido ao longo de 2013. A complementar este investimento, o Banco colocará em prática um plano de ação com o objetivo de preencher as lacunas identificadas no estudo aos riscos psicossociais identificados no capital humano do Banco.

O ano de 2012 foi igualmente marcado pela implementação da política de Direitos Humanos e Laborais e da Política de Não Discriminação e Igualdade de Oportunidades de Carreira. No âmbito desta última, o Banco foi convidado pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE), para integrar um grupo formado de um conjunto de empresas dos setores privado, público e cooperativo com o objetivo de criar um fórum de empresas que, face aos desafios da competitividade assumem nas suas estratégias de gestão os princípios de igualdade de género. Este protocolo tem como propósito criar um compromisso claro com a promoção da igualdade profissional e com o fim de todos os processos discriminatórios nas empresas. Ao nível da gestão das carreiras, o Banco continuou a apostar na capacitação dos colaboradores, na mobilidade interna suportada pelo sistema de objetivos e incentivos e na avaliação de desempenho face aos resultados alcançados pelos colaboradores, equipas e pelo Banco.

Como resultado das políticas e práticas de gestão do capital humano implementadas, o Banco recebeu em 2012 a distinção “Empresa Mais Socialmente Responsável” uma iniciativa da *Human Resources Portugal*, que atribui o prémio com base numa votação pública alargada. No inquérito anual de satisfação dos colaboradores, foi possível apurar que 98,1% dos colaboradores recomenda o Banco como instituição, um resultado relevante que assegura um forte compromisso do capital humano.

Formação e Gestão de Carreira

A atração e retenção dos melhores profissionais, a disponibilização de um plano de formação, a mobilidade interna e a avaliação e compensação do mérito são os pilares essenciais no desenvolvimento e progressão de carreira dos colaboradores do Grupo BES.

Em 2012, foram concedidas em média 24 horas de formação por colaborador. O plano de formação executado teve em consideração a especificidade dos diferentes negócios e funções no Grupo, tanto para a formação comportamental como técnica.

Balcão Escola

O Balcão Escola centrou a sua atividade no reforço de competências dos atuais colaboradores da rede comercial de retalho e nos estágios aos colaboradores dos departamentos centrais.

O Banco criou um programa de estágios destinados aos colaboradores destes departamentos com o objetivo de dar a conhecer a forma como os balcões atuam junto dos clientes e mostrando o quanto é importante o apoio e o contributo dos diversos departamentos centrais para o desenvolvimento da atividade comercial e para a melhoria da qualidade de serviço junto dos clientes.

O programa formativo Balcão Escola foi, em 2012, frequentado por 242 colaboradores da rede comercial de retalho e 235 colaboradores dos departamentos centrais.

Plano atitudeBES

O Plano atitudeBES tem como finalidade suportar e dar continuidade ao objetivo estratégico do Grupo BES, “Orientação para o Cliente” através de um projeto integrado de formação comportamental. Em 2013, o Plano atitudeBES contará com os Balcões Escola como um dos meios privilegiados para reforçar e potenciar os conhecimentos ministrados.

Entre setembro de 2011 e outubro de 2012, este plano envolveu a formação de mais de 3 mil colaboradores da rede comercial de retalho.

Universidade BES

No quarto ano de existência, a Universidade BES é uma referência no desenvolvimento das competências dos colaboradores do Grupo, quer no que se refere a formação estruturante (Licenciaturas, Mestrados e Doutoramentos ou Pós-Graduações e MBA's) quer no respeitante a formação desenvolvida sobre temas específicos à medida das necessidades identificadas.

O *Executive Master*, iniciativa desenvolvida em conjunto com a Universidade Católica Portuguesa, na sua 3ª edição, continua a ser uma das iniciativas mais procuradas pelos colaboradores e mais valorizadas pelo Banco. O ano de 2012 ficou marcado pela realização de inúmeros seminários e *workshops* com uma diversidade temática abrangente, dominados pelas áreas comportamentais, com especial relevância para a liderança, para a performance dos colaboradores e das equipas e pelas áreas ligadas à inovação e aos novos desafios da banca.

Em 2013, a Universidade BES criará formações específicas direcionada a Diretores Coordenadores do Banco, com o objetivo de abranger a primeira linha de direção do Banco, na excelência das formações concedidas no âmbito da Universidade BES.

Formação Direitos Humanos

Após a formalização da Política de Direitos Humanos e Laborais em 2011 o Grupo BES elaborou e executou, em 2012, uma formação dirigida aos colaboradores das empresas do Grupo BES nos seguintes países: Angola, Brasil, Espanha, Portugal, Índia, Reino Unido, Irlanda, EUA, África do Sul, Luxemburgo, Venezuela, Suíça, Polónia e Canadá.

O Grupo disponibilizou, através de *e-learning*, uma formação com conteúdos traduzidos nas línguas oficiais de cada geografia e empresa, subjacente não só ao tema dos Direitos Humanos e Laborais, mas também ao Código de Conduta do Grupo BES, destacando as práticas, usos e costumes a respeitar neste âmbito.

A formação teve como intuito:

- reforçar o conhecimento dos direitos fundamentais enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e a identificação dos compromissos do Grupo BES traduzidos na Política de Não Discriminação e Igualdade de Oportunidades;
- robustecer os princípios fundamentais de atuação, no plano ético e deontológico, que as Empresas e os colaboradores do Grupo BES devem respeitar e que estão consagrados no Código de Conduta do Grupo BES;
- salientar a importância do cumprimento das Normas de Prevenção da Criminalidade Financeira e da Corrupção, com enfoque na Prevenção do Branqueamento de Capitais e no *UK Bribery Act*.

Cerca de 83,7%, dos colaboradores do Grupo BES responderam a este desafio e finalizaram a formação disponibilizada em 2012.

Este investimento capacita todos os colaboradores, equipas, direções e empresas do Grupo a cumprirem com os direitos humanos e laborais em todo o espectro da sua atividade. A elevada taxa de participação e abrangência da formação permite também que potenciais abusos ou violações à política aprovada, em 2011, seja denunciada através dos canais de denúncia anónima disponíveis no Banco.

Satisfação e motivação

O BES realiza anualmente um inquérito de satisfação aos colaboradores que permite aferir o grau de motivação relativamente aos projetos em que estão envolvidos e às tarefas que desenvolvem, bem como a avaliação das suas expectativas e necessidades.

Em termos globais, 73% do universo de colaboradores respondeu ao questionário, o maior universo de colaboradores a participar nos últimos três anos. Ao nível dos resultados, assistiu-se a um decréscimo marginal na satisfação com a empresa, com 73% dos colaboradores a expressar a sua satisfação máxima com a empresa e a um aumento na satisfação com a função, aumentando em 1 ponto percentual face aos 61% alcançados em 2011.

Avaliação de desempenho no Grupo BES

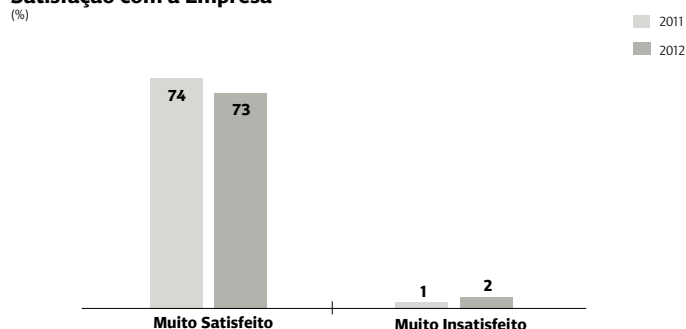
Os colaboradores do Grupo são avaliados com base em objetivos estabelecidos para a sua categoria profissional, para a sua função e equipa.

Esta avaliação permite identificar os potenciais talentos, as promoções por mérito ou mudança de função, a remuneração variável e os prémios a oferecer a todos os Colaboradores.

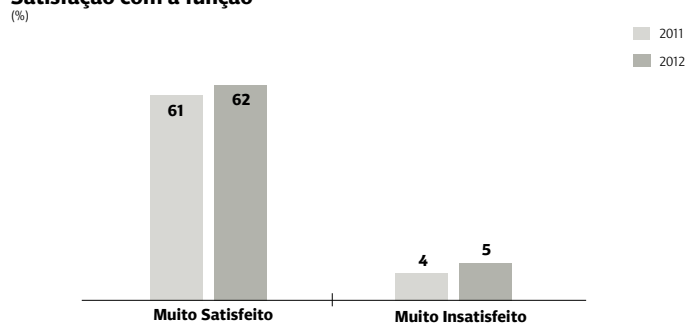
O sistema de avaliação de desempenho continua a desempenhar um papel fundamental na construção de uma cultura de mérito, garantindo o comprometimento dos Colaboradores com a sua função e com o Banco.

Em 2012, 85,07%* de colaboradores foram avaliados. A avaliação anual permitiu, em 2012, a promoção de 493 colaboradores por mérito, 52 por mudança de função e 121 por antiguidade.

Satisfação com a Empresa



Satisfação com a função



Benefícios concedidos aos colaboradores

Em 2012, o BES manteve a política de atribuição de subsídios e apoios ao abrigo do Programa de Responsabilidade Social Interno. À semelhança do ano anterior, os benefícios concedidos abrangeram as seguintes áreas:

- **Apoio à educação**, através da atribuição de subsídios à primeira infância, subsídios de apoio escolar, bolsas de estudo e apoio a crianças e jovens com necessidades especiais;
- **Apoio a seniores**, que se traduz na comparticipação nos encargos com internamentos em lares, centros de dia, apoio domiciliário e apoio na compra de medicamentos ou outros bens de primeira necessidade;
- **Apoio à saúde**, através do copagamento de despesas de saúde;
- **Apoio à conciliação Trabalho – Família**, que se destina a apoiar nas despesas de transporte comparticipando os encargos com o pagamento do passe de transporte e ainda a apoiar os cônjuges e filhos que se encontrem em situação de desemprego através do Programa *Job Search*.

O Banco concedeu 288 benefícios de apoio à primeira infância, 137 bolsas de estudo, 153 subsídios de apoio escolar, apoio a 49 colaboradores na sequência do copagamento de despesas de saúde e 41 subsídios de apoio a reformados.

(*) Informação a 4 de março de 2013, data anterior ao fecho do processo de avaliação de desempenho dos colaboradores do Banco Espírito Santo.

Em 2012, o Banco organizou a primeira edição de “O Banco de Manuais Escolares”. Um programa voluntário de troca de livros e manuais escolares usados do 1º ao 12º ano. Foram entregues para troca no Banco de Manuais Escolares, 2 750 livros. Destes, 378 foram disponibilizados a 80 famílias de colaboradores do BES e empresas do Grupo.

Em 2012, e no âmbito da concessão de crédito bonificado aos seus colaboradores, o Banco possibilitou o aumento do prazo de amortização dos empréstimos do Banco, com o objetivo de aliviar o peso do crédito nos orçamentos familiares.

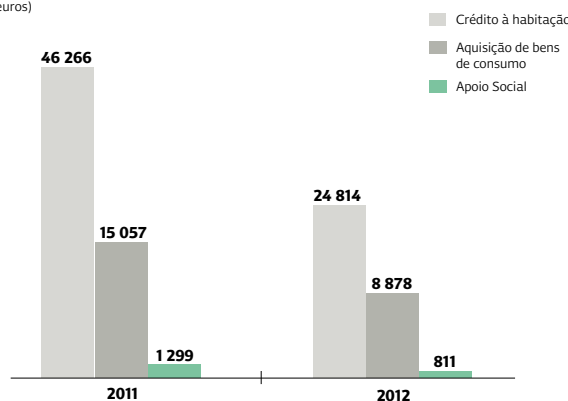
Em 2013, e tendo em consideração o contexto socioeconómico, o Banco mantém o compromisso de não reduzir os valores orçamentados para os apoios em 2012 e irá reforçar os valores orçamentados nos subsídios de apoio à primeira infância, subsídios de apoio escolar e bolsas de estudo.

Adicionalmente o Banco irá criar novos apoios, de que se destacam os subsídios de apoio a crianças e jovens com necessidades cognitivas especiais e o Programa *Job Search*. Este último, será dirigido a cônjuges desempregados de colaboradores que necessitem de apoio na procura de emprego.

Para além destes apoios, em 2013, o Banco irá compartilhar os passes sociais dos colaboradores.

Crédito e apoio a colaboradores

(milhares de euros)



Saúde e segurança no trabalho

O Grupo BES disponibiliza aos seus colaboradores serviços de saúde próprios, através de serviços clínicos existentes em Lisboa, no Porto e no Tagus Park.

Em 2012 foram efetuados 4 173 exames de medicina do trabalho (BES e empresas do Grupo), 24 065 atos médicos (consultas, receitas e pequenas cirurgias) e 5 664 atos de enfermagem referentes a medicina curativa. Foram ainda realizadas 557 consultas de psiquiatria que abrangeram 121 colaboradores, 100 consultas de psicologia e 13 de cessação tabágica. Adicionalmente o Banco efetua os rastreios cardiovasculares, oncológico, visual e *check up executive*, enquadrados nos programas de Prevenção e Controlo Riscos a colaboradores.

O Grupo BES efetua regularmente avaliações de risco aos locais de trabalho, através de auditorias de segurança, avaliações ergonómicas dos postos de trabalho e Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos das Atividades (IPAR).

Este ano foram realizadas 249 auditorias de segurança, 29 avaliações ergonómicas, 38 IPARs e uma avaliação às condições térmicas.

Dando cumprimento às obrigações legais, o Banco Espírito Santo, desenvolveu, em 2012, um conjunto de ações de formação no âmbito da Segurança e Saúde no Trabalho, que abrangeram 471 colaboradores. Estas ações realizadas sobre as temáticas: “Primeiros Socorros e Combate a

Incêndios” e “A Segurança também depende de Si”, foram efetuadas, quer em caráter presencial, quer através do recurso à formação à distância.

Em 2012, como complemento à avaliação das condições físicas e psicológicas dos colaboradores, foi realizado um estudo pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa cujo objetivo foi a avaliação dos riscos psicossociais.

A informação recolhida nos inquéritos realizados irá permitir elaborar um plano de ação com o objetivo de ir ao encontro dos principais problemas identificados neste estudo, de modo a aumentar o nível de satisfação dos colaboradores com o Banco e diminuir o risco de absentismo.

Conduta

Com o objetivo de aumentar a acessibilidade do Código de Conduta e clarificar algumas questões importantes, o Banco criou o documento “Código de Conduta - Algumas Questões”. O código de conduta é distribuído a todos os colaboradores, e na intranet do banco encontra-se disponibilizada informação e questões frequentes referentes a este documento.

O acompanhamento do Código de Conduta, bem como o esclarecimento dos colaboradores relativamente às questões relacionadas com as normas aplicáveis encontra-se a cargo do Departamento de *Compliance*.

Em 2012 foram recebidas no Departamento de *Compliance* 368 notificações e pedidos de esclarecimento de Colaboradores sobre as normas do Código de Conduta.

Prevenção de Branqueamento de Capitais

A prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo continua a ser um tema relevante para o Banco. Em 2012 foram organizadas 18 ações de formação tanto para quadros diretivos como para as restantes funções. Estiveram envolvidos cerca de 580 colaboradores que receberam cerca de 1 500 horas de formação, aproximadamente três vezes mais do que no ano anterior.

Este reforço na formação permite capacitar todos os colaboradores na identificação de potenciais casos de branqueamento de capitais. Em 2012 foram analisados 9 761 contratos, que resultaram em 417 participações às autoridades, 4 942 contas investigadas e 17 aberturas de contas recusadas, após a finalização da investigação.

Política de Direitos Humanos

Após a formalização da Política de Direitos Humanos e Laborais aplicável a todas as empresas do Grupo, em 2011, o Banco deu sequência à implementação da mesma em 2012, aprovando um conjunto de medidas que aceleraram a sua implementação: Nomeação de um Administrador responsável pela questão dos Direitos Humanos e Laborais;

- Publicação da política de Direitos Humanos nos sites das participadas nas suas diferentes línguas;
- Formação subjacente aos Direitos Humanos aos Colaboradores de todas as empresas do Grupo.

O Grupo BES deu início, em 2012, a uma avaliação desta política. Em cada filial, os diretores de recursos humanos avaliaram as preocupações e más práticas ou violações da política de Direitos Humanos e Laborais. São igualmente efetuadas visitas regulares e auditorias por gestores qualificados. As visitas efetuadas às empresas do Grupo, em todo o mundo, são apoiados por um documento elaborado com base nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as diretivas da OCDE para as empresas multinacionais e as principais convenções da Organização Internacional do Trabalho, que torna possível descobrir todas as barreiras que os trabalhadores do Grupo possam encontrar na sua experiência de trabalho. Em 2012, não se registaram casos de não conformidade com a Política ou seus procedimentos.

Clientes

Qualidade de Serviço - Uma Cultura de Compromisso com os Clientes

Superar as expectativas dos clientes, oferecendo-lhes produtos e serviços adequados às suas reais necessidades, respondendo a todos os pedidos de uma forma célere e eficiente com um maior envolvimento entre colaboradores e clientes em todas as interações, são as preocupações diárias de toda a estrutura do Grupo BES.

É neste pressuposto que o Grupo continua a monitorizar de forma detalhada os resultados de qualidade assente sobre métricas como:

- Inquéritos de satisfação a clientes e a colaboradores;
- Programas de cliente mistério direcionados à avaliação de momentos chave nas experiências do cliente com o Banco;
- Medição dos tempos de resposta às diferentes solicitações.

Esta monitorização permite identificar continuamente os aspetos que requerem ajustamentos e respetivas ações de melhoria, sempre com o objetivo de aumentar a satisfação dos clientes com a qualidade de serviço prestada.

A Qualidade no BES

89 000	M	Inquéritos de Satisfação Atendimento (SOI)
	P	Estudos de Satisfação Produto/ Segmento
	Q	Análise Concorrência na Qualidade de Serviço Fontes Externas
	M	Central Telefónica Monitorização chamadas não atendidas
		Resolução Reclamações Análise/ Resolução reclamações clientes
135	M	Melhoria Contínua Identificação de Constrangimentos/ Propostas Melhoria
	M	Níveis Serviço Monitorização dos principais processos e subprocessos do BES
	P	Estudos Específicos Processos críticos, Momentos de Verdade, Comparação Concorrência, etc.
4 200	A	Inquérito de Motivação Mede a Satisfação do Colaborador BES
39 800	A	Inquérito Cliente Interno Avalia Qualidade Serviços Centrais
5 800	M	Cliente Mistério Telefónico Avalia a qualidade do Atendimento Telefónico na Rede Comercial
3 700	M	Cliente Mistério Avalia a qualidade do Atendimento na Rede Comercial

A- Anual Q- Quadrimestral M- Mensal D- Diária P- Pontual.

A gestão de reclamações é igualmente um ponto-chave na estratégia da qualidade de serviço do Banco Espírito Santo sendo entendida por todos os colaboradores como uma oportunidade para recuperar a relação de confiança com os clientes e potenciar ações de melhoria.

Em 2012, o índice de reclamações situou-se nos 0,9 (0,9 reclamações por cada 1 000 clientes ativos). O BES posiciona-se entre as instituições financeiras com os menores níveis de reclamações apresentadas pelos clientes ao Banco de Portugal, conforme relatório “Síntese Intercalar atividades de supervisão comportamental”, divulgado pelo Banco de Portugal.

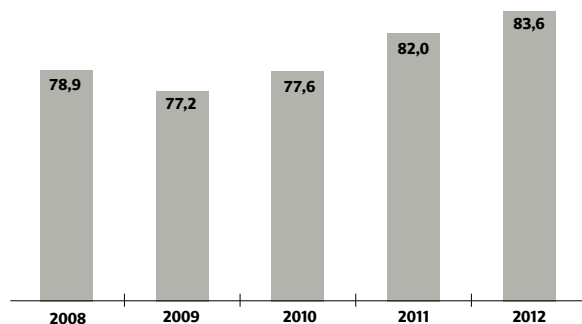
Os resultados desta ação integrada de diagnóstico são comunicados regularmente a todos os colaboradores, numa perspetiva de envolvimento e de total interiorização da cultura de serviço ao cliente, bem como para o reconhecimento das boas práticas e o aperfeiçoamento contínuo das menos boas. Consequentemente, os melhores desempenhos são distinguidos, quer através da atribuição anual de prémios de Qualidade e de Excelência, quer

através do sistema de objetivos e incentivos no qual a qualidade de serviço tem impacto significativo.

Este modelo de diagnóstico permite melhorar continuamente, aliado ao compromisso de todos os colaboradores em fazer cada vez melhor, permitiu atingir em 2012 o nível de satisfação mais elevado dos últimos anos, situando-se nos 83,6% para clientes particulares.

Evolução do Peso de Clientes Muito Satisfeitos

(%)



Para as médias empresas os clientes muito satisfeitos correspondiam a 77,9%, uma evolução positiva de 0,5 pontos percentuais e para grandes empresas o valor manteve-se nos 72,9%.

A revalidação da certificação em qualidade do serviço BESnet, de acordo com a norma de qualidade ISO 9001, permite ao Banco, melhorar e elevar de forma contínua, a qualidade e o nível de exigência de um canal privilegiado com o cliente, disponível 24 horas por dia a qualquer cliente aderente.

Recuperação de Crédito

A Espírito Santo Recuperação de Crédito (ESRC), tem vindo a favorecer uma política de proximidade com o cliente, estabelecendo contactos regulares com este grupo de *stakeholders*. O diagnóstico prévio de risco de incumprimento e a adoção de medidas preventivas, permite apoiar clientes que nunca chegam a atingir uma situação de incumprimento efetivo.

Em 2012, 445 famílias conseguiram encontrar as soluções mais adequadas para cumprir com as suas obrigações. Destas, 110 conseguiram resolver o seu problema com alterações ao nível do Crédito Habitação e 335 com alterações no crédito individual.

Adicionalmente, através da DECO, Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, entraram na ESRC 480 pedidos de ajuda, dos quais cerca de 30% foram reestruturados e/ ou renegociados.

No final de 2011, o BES deu início a um programa inovador na deteção automática de clientes que revelem sinais de dificuldade em cumprirem com as suas obrigações mensais, permitindo garantir uma maior cobertura dos clientes alvo do diagnóstico de potenciais incumprimentos.

Em maio de 2012, o BES deu continuidade a este trabalho com a implementação de um processo central de identificação proativa de clientes particulares que, ainda que estejam a cumprir com as suas obrigações de crédito, apresentam indícios de incumprimento no curto prazo.

Em 2012 foram efetuados cerca de 30 000 contactos a clientes com o objetivo de avaliar a sua situação económico-financeira. Quando se verifica a existência de dificuldades, o BES, em conjunto com os clientes, procura encontrar a solução adequada para evitar a entrada em incumprimento.

Em outubro de 2012, com a publicação do Decreto-Lei 227/ 2012, a adoção deste procedimento é reforçada com cunho legal para todas as instituições financeiras. Assim, o BES antecipou a implementação destes procedimentos de deteção precoce do risco e sua prevenção, tendo adotado esta prática antes desta ter passado a constituir uma obrigação legal para todas as instituições financeiras.

Fornecedores

O Banco tem, desde 2004, uma unidade dedicada à relação com fornecedores, responsável pela centralização e sistematização das necessidades e dos requisitos de compra de produtos e serviços definidos pelos departamentos do Banco e das restantes empresas do Grupo. Esta unidade é ainda responsável pelo processo de seleção, consulta, avaliação comercial de propostas e negociação com fornecedores, e pelo modelo de *e-procurement* (suportado pela aplicação *BUYsite*), bem como pelo *“strategic sourcing”*, a nível de todo o Grupo.

“O Portal de Fornecedores” do Grupo (<http://fornecedores.bes.pt>), disponível via internet desde 2007, é o meio privilegiado de interação entre os fornecedores e as empresas do Grupo, constituindo um meio facilitador de apresentação e de pré-qualificação dos fornecedores - atuais e potenciais, bem como de divulgação das boas práticas de compras e dos Princípios de Conduta que regem a relação das empresas do Grupo com fornecedores.

Destaca-se ao nível do Portal de Fornecedores, o processo de certificação (pré-qualificação) de fornecedores, que compreende, entre outros aspetos, a recolha de informações relevantes sobre as suas capacidades, o convite e adesão dos mesmos ao Conjunto de Princípios de Conduta do Grupo BES, tendo por base os “Princípios do Global Compact” das Nações Unidas, e o cálculo do *scoring* socioambiental, decorrente da avaliação de aspetos laborais, éticos e de higiene, saúde e segurança no trabalho dos fornecedores.

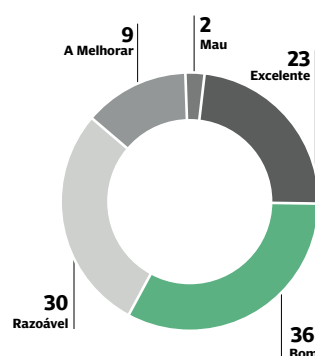
O Banco decidiu reforçar em 2012 a obrigatoriedade do registo e pré-qualificação de todos os seus fornecedores no Portal, abrangendo nesta fase os fornecedores recorrentes com uma faturação superior a 10 000 euros/ ano e os que participem em novos processos de consulta, a convite do Banco.

O Banco estabeleceu como objetivo a certificação da totalidade destes fornecedores até ao final do primeiro trimestre de 2013.

Em 31 de dezembro de 2012, encontravam-se registados no Portal de Fornecedores 1 465 fornecedores, dos quais 480 tinham completado o seu processo de pré-qualificação, o que permitiu obter o seu *“scoring socioambiental”*. Este *scoring* passou a ser incluído como critério de decisão na contratação de fornecedores, privilegiando-se os que partilhem dos mesmos princípios e boas práticas do Banco.

Scoring sócio ambiental

(%)



Uma parte muito significativa dos fornecedores pré-qualificados pelo Banco apresenta um *scoring* positivo, com destaque para 23% com a notação de “excelente” e de 36% com a notação de “bom”. Apenas 2% dos fornecedores apresentaram um *scoring* com a notação de “mau”.

Adicionalmente e com o objetivo de reforçar a integração de boas práticas ambientais e sociais, o Banco reviu os “Princípios de Conduta com Fornecedores”, cuja primeira versão data de 2004, e instituiu a obrigatoriedade dos fornecedores assinarem um “Acordo de Responsabilidade Social e Ambiental”, complementarmente a todos os novos contratos de prestação de serviço.

Neste acordo, o fornecedor, para além de declarar o seu compromisso de adesão e alinhamento com os “Princípios de Conduta do Grupo Banco Espírito Santo”, obriga-se a, caso se identifique alguma fragilidade de atuação em relação ao disposto nos “Princípios”, a implementar medidas corretivas e tendentes ao total respeito pelos referidos Princípios.

O Grupo BES continua a privilegiar a contratação local de fornecedores, uma condição responsável mas também necessária, dado o fluxo operacional de cada unidade de negócio do Grupo e o desenvolvimento de uma relação de proximidade e parceria com os fornecedores.

Em linha com os seus compromissos e boas práticas na relação com fornecedores, o Banco, de acordo com o que já é habitual, voltou a diminuir o “Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores”, registando em 2012 um prazo de 29 dias, menos 2 dias face à média registada em 2011.

Tendo em conta o atual contexto socioeconómico, o Banco reafirma o seu compromisso não só de continuar a cumprir os prazos de pagamento contratados com este grupo de *stakeholders*, como tendencialmente ir reduzindo os prazos médios, prosseguindo uma atitude de responsabilidade e contribuindo assim para a melhoria da sustentação financeira dos seus fornecedores. Compromete-se igualmente em 2013 em reforçar as suas políticas e processos de gestão de compras, em linha com as melhores práticas. O Banco encontra-se atualmente a trabalhar para implementar em 2013 mais dois projetos estruturantes, um ao nível da melhoria da eficiência e automatismo no registo e tratamento das faturas de fornecedores e outro visando o acesso direto *online*, via Portal de Fornecedores, de informação sobre os pagamentos realizados.

Pegada Ambiental

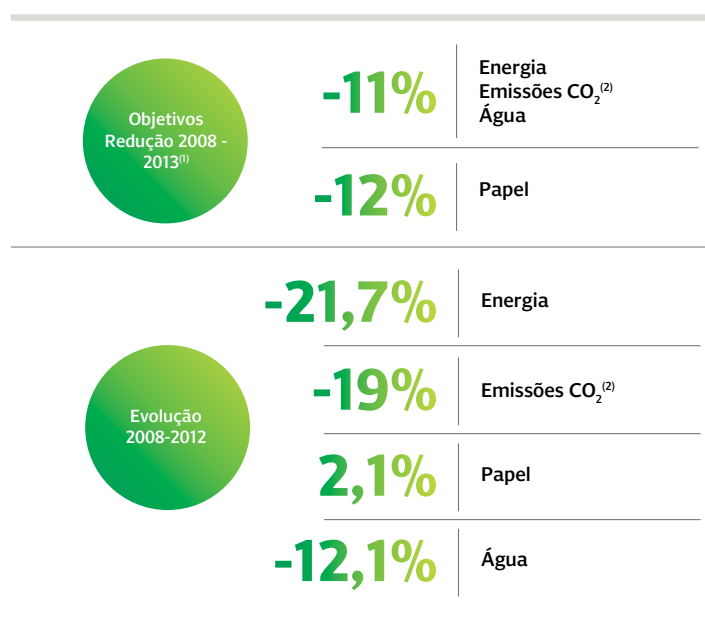
A redução da pegada ambiental continua a ser um dos objetivos fulcrais no programa de sustentabilidade do Banco. Este aspeto foi confirmado pelos principais *stakeholders* do Banco, através do levantamento de expectativas efetuado pela Comissão Executiva e pelo Comité de Sustentabilidade através da aprovação de medidas que permitem minimizar os consumos com impacto ambiental.

O consumo de energia e a minimização das emissões de CO₂ têm beneficiado de maior investimento, tanto em recursos financeiros, como em capital humano, dada a necessidade de redução da fatura energética e consequentes emissões de CO₂.

A um ano do término destes objetivos é importante verificar que três dos quatro objetivos foram alcançados. Ao nível do consumo de energia, o Banco diminuiu no período de 2008-2012 em 21,7% o seu consumo de energia por Colaborador, ultrapassando o objetivo a que se propunha para 2013 em 15 pontos percentuais. O mesmo se verifica ao nível das emissões de CO₂ que regista uma diminuição de 19% e ao nível do consumo de água, no qual o Banco conseguiu superar o objetivo em 1,1 pontos percentuais do objetivo.

O Consumo de Papel é o único consumo com impacto ambiental no qual ainda não foram alcançadas diminuições de consumo significativas.

Pegada Ambiental: objetivos e resultados

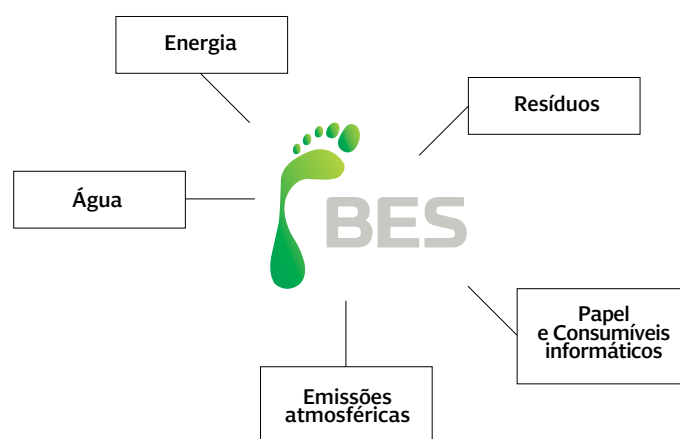


⁽¹⁾ Âmbito: BES Portugal.
⁽²⁾ Emissões provenientes do consumo de eletricidade.

Em 2013, o Banco irá analisar os consumos com impacto ambiental e formular novos objetivos, que terão em consideração a atual abrangência e sofisticação dos sistemas e processos do Banco, nas diferentes geografias e empresas, para a gestão, monitorização e reporte dos consumos com impacto ambiental.

Para além do âmbito dos objetivos, o Banco terá em consideração a relevância de cada um dos impactos, ao nível dos custos operacionais e ao nível do impacto ambiental, com o propósito de estabelecer objetivos ambiciosos e alcançáveis.

Principais Consumos com Impacte Ambiental



Energia e emissões

A energia é fundamental para a gestão operacional eficiente e segura do Banco, contudo o seu consumo não é uma inevitabilidade e pode ser reduzido através da melhoria dos níveis de ecoeficiência.

Em 2011 e 2012 o Banco investiu cerca de 1,5 milhões de euros na implementação do “Programa Interno de Eficiência Energética”. Este projeto

pioneiro, permite ao Banco através de um sistema de equipamentos de monitorização energética e ambiental, equipado com um *software* de gestão de energia, o controle em tempo real dos consumos de energia e ações de minimização direcionadas aos reais desperdícios e ineficiências de consumo.

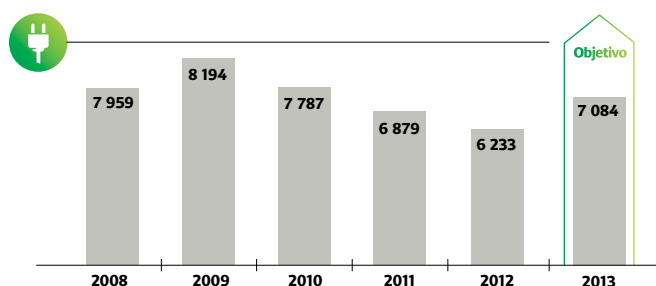
Este controlo é facilitado pelo acompanhamento da rede pelo gestor de energia virtual, relatórios, seguimento de alarmes e visitas mensais às agências para formação e informação dos colaboradores.

Fruto deste esforço, o Banco passou a monitorizar de forma eficaz e fidedigna o consumo de energia para todas as suas operações no BES em Portugal, adicionando ao âmbito de gestão e reporte o Banco Espírito Santo dos Açores o BESI Portugal e a ESAF.

Em 2012, o Banco sentiu os benefícios da implementação do Programa, através da diminuição do consumo de eletricidade por colaborador em 21,7% relativamente a 2008. Em termos absolutos o Banco reduziu o consumo de eletricidade em 9% em 2012, face aos valores registados em 2011.

Consumo de eletricidade por colaborador

(kWh/ colaborador)



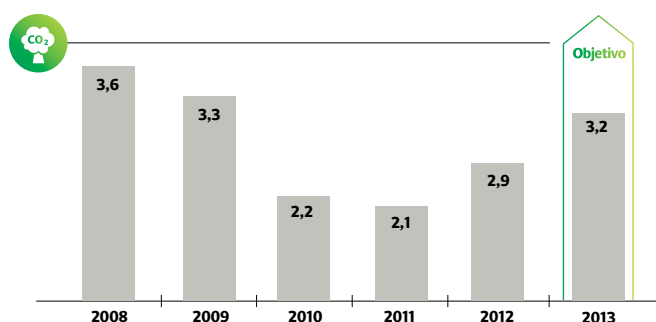
Valores não incluem consumos de eletricidade referentes ao *data center*.

Contribuiu também para este resultado, a comunicação e consciencialização dirigida a todos os colaboradores, através dos diferentes canais de comunicação. Esta comunicação foi suportada ao nível de conteúdos pelo Manual de Boas Práticas de Eficiência Energética, disponibilizado a todos os colaboradores. Os objetivos deste manual são:

- Sensibilizar todos os colaboradores para as questões da eficiência energética, ambiente e sustentabilidade;
- Envolver todos os colaboradores no processo de melhoria dos níveis de eficiência energética no local de trabalho;
- Fomentar a aplicação dos comportamentos a adotar no local de trabalho.

Emissões CO₂

(ton/ colaborador)



Com uma periodicidade anual, o Banco realiza o inventário das emissões decorrentes da sua atividade, através de especialistas externos que calculam todas as emissões diretas e indiretas (âmbito 1, 2 e 3).

Para a diminuição das emissões decorrentes do consumo de combustíveis fósseis e viagens de colaboradores, que continuam a representar as maiores fontes de emissões de gases com efeito estufa, o Banco possui uma política de viagens formalizada e integrada no normativo interno do Banco. Esta política estabelece como opção e prioridade a utilização de videoconferências, sempre que esta utilização não prejudique a atividade do Banco.

Em 2013 o Banco assume o compromisso de promover o *Carpooling* no universo de colaboradores do Banco, através de:

- Criação de uma base de dados, disponível na intranet dedicada aos colaboradores, permitindo organizar as deslocações dos colaboradores interessados;
- Realização de dias do *carpooling*, com o objetivo de comunicar a prática e influenciar os colaboradores na sua adesão.

O *carpooling* permite diminuir as emissões de âmbito 3, incentivando simultaneamente os colaboradores a reduzirem os seus custos de deslocação e fomentar uma cultura de equipa entre o capital humano.

Adicionalmente foi aprovado a atribuição de passes sociais a colaboradores. Esta medida, de foro social, incentivará simultaneamente a diminuição de combustíveis fósseis nas deslocações de colaboradores e a minimização das emissões decorrentes deste consumo.

Carbon Disclosure Project (CDP)

De acordo com o Relatório *Carbon Disclosure Project* Ibérico 2012 (CDP), o BES atingiu uma classificação de 94%, mais 12% que em 2011, uma posição que se destaca entre as empresas participantes do setor financeiro, cuja média foi de 52%. Esta classificação permite ao Banco posicionar-se como a única Instituição Financeira da Península Ibérica a integrar o *Carbon Disclosure Leadership Index* (CDLI), index no qual só se encontram contempladas 12 empresas.

No relatório de 2012, o BES subiu a sua *performance* na escala *Carbon Performance*, de B para A-. Esta escala avalia a eficácia da organização em termos de ações de mitigação de emissões de gases com efeito de estufa e é expressa em seis classes de desempenho.

O *Carbon Disclosure Project* (CDP) é uma organização não-governamental sem fins lucrativos que detém a maior base de dados sobre o impacto das alterações climáticas nas empresas. Esta organização realiza anualmente um questionário junto das empresas, formulado por investidores institucionais e endereçado às empresas cotadas nas principais bolsas de valores do mundo, visando obter a divulgação de informações sobre as suas políticas na área.

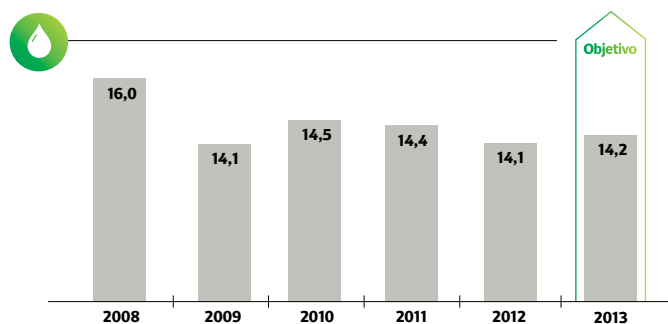
Água

Em 2012, o Banco alcançou e ultrapassou o objetivo de consumo de água estipulado para 2013. A diminuição do consumo de água situa-se em -12,1% face aos valores referentes a 2008, atingindo um consumo de água de 14,1 m³ por colaborador. Em termos absolutos, face aos resultados alcançados em 2011, foi possível reduzir o consumo em 5,3%.

Em 2012, o Banco passou a monitorizar a utilização de água no Banco Espírito Santo Açores, no BESI Portugal e da ESAF. Esta monitorização foi acompanhada de ações de comunicação e consciencialização ambiental, práticas comuns no universo do Grupo BES.

Consumo de água por colaborador

(m³/colaborador)



* Nota: Não se incluem os consumos referentes ao edifício Marquês de Pombal, pois neste incluem-se consumos respeitantes aos visitantes, desvirtuando a análise de consumo/colaborador relevante para a análise dos objectivos.

Papel e resíduos

Apesar do esforço de desmaterialização efetuado nos últimos anos, o papel continua a ser o material mais consumido e utilizado no Banco para o exercício da atividade financeira.

A sua utilização permite aumentar os níveis de confiança na relação que o Banco estabelece com os seus clientes e no *reporting* regular com os seus reguladores.

O Banco tem investido na desmaterialização da comunicação com os clientes, um projeto contínuo associado à modernização operacional do Banco e à flexibilidade na comunicação. Para tal, são desenvolvidas ações junto de clientes com o objetivo de envolver proativamente os clientes no esforço de desmaterialização.

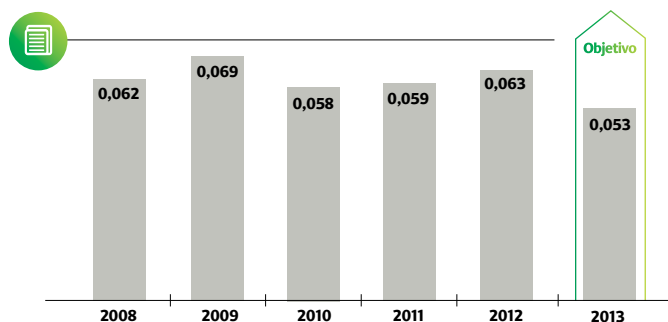
Em 2012, o Banco conseguiu abranger de forma significativa os clientes do Banco, registando 247,8 mil novas adesões aos extratos digitais de contas e 42 mil novas adesões aos extratos digitais de contas e cartões de crédito. Estes resultados representaram um crescimento de 50% em relação aos resultados de 2011 no total dos extratos digitais.

Ao nível dos títulos constitutivos de depósito, foram emitidos 216 mil documentos, 42% mais que em 2011.

Com o intuito de mobilizar os colaboradores, foram definidos objetivos de redução por departamentos e serviços centrais. Estes objetivos são reportados regularmente, através de um *ranking* interno, que monitoriza e comunica aos diversos departamentos a evolução deste consumo.

Consumo de papel branco para uso interno

(ton/colaborador)



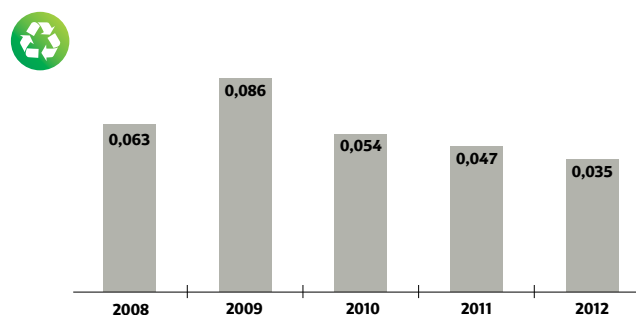
Apesar deste esforço, em 2012, o Banco aumentou a utilização do papel face a 2008 em 2,1% em termos relativos, registando um consumo de 0,063 toneladas por colaborador. Este aumento explica-se em parte devido à diminuição do número de colaboradores, no âmbito do indicador, em 4%, não compensado pela diminuição absoluta do consumo de papel em 1,5% face aos valores reportados em 2008. Simultaneamente, o aumento dos processos de incumprimento e consequentemente da atividade de recuperação de crédito contribuiu para o aumento do consumo de papel não evitável por motivos processuais e jurídicos.

Os principais resíduos produzidos no Grupo BES são o papel e cartão, e consumíveis, como tinteiros e *toners*. Todos estes resíduos são corretamente encaminhados para a sua respetiva valorização, por empresas licenciadas para o efeito.

Nos últimos cinco anos, o Banco diminuiu a produção de resíduos por colaborador em 45%, validando o esforço de diminuição no consumo de materiais e consequente produção de resíduos.

Resíduos de papel e cartão enviados para reciclagem

(ton/colaborador)



O Outro BES

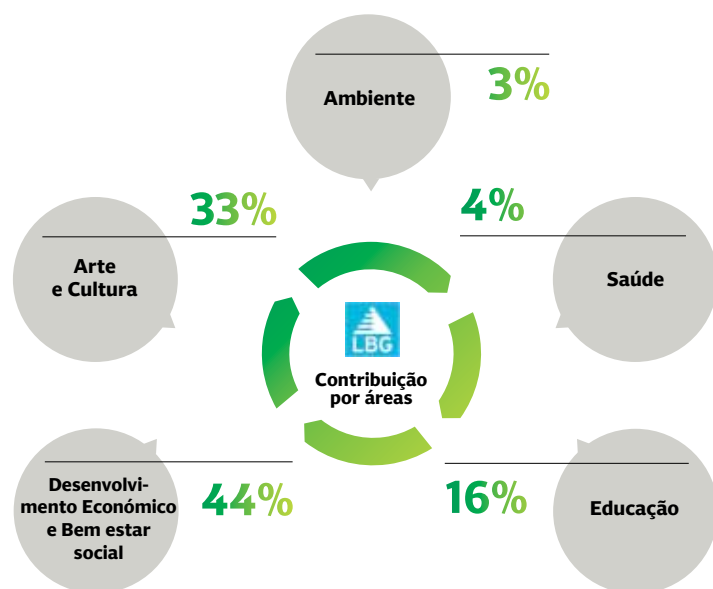
O Outro BES tem como propósito comunicar a visão integrada das várias dimensões da atuação do BES para a responsabilidade social empresarial.

Em 2012 o Grupo BES investiu cerca de 4,4 milhões de euros nas cinco dimensões estratégicas de envolvimento e investimento na sociedade, nomeadamente, a Ciência e Inovação, Literacia Financeira & Educação, Biodiversidade & Alterações Climáticas, Cultura e Apoio Social.

De acordo com a metodologia *London Benchmarking Group* (LBG), para a mensuração do investimento na comunidade, o Banco concedeu cerca de 31% das suas contribuições para solidariedade, 60% em investimentos diretos na comunidade e 4% em ações comerciais. Apenas sob o regime de mecenato, o Grupo BES concedeu apoio financeiro no valor de 4,1 milhões de euros.

Como consequência deste investimento contínuo, o BES recebeu o prémio de Empresa Mais Socialmente Responsável, atribuído após uma votação aberta ao público, após ter integrado uma *short list* selecionada por um júri composto por um Painel de Conselheiros.

O Banco assume o compromisso de continuar a investir na sociedade em 2013, respeitando o enfoque conferido pela arquitetura do Grupo para o investimento em responsabilidade social.



Cultura - Apoiar as atividades de instituições que promovem o progresso cultural do País e o acesso ao património cultural português

A fotografia é o pilar cultural da política de mecenato do BES. Em 2012 o Banco organizou a oitava edição do **BES Photo** e do **BES Revelação** e a sexta edição do **REFLEX - Prémio de Fotografia Cais|BES**.

O espaço **BES Arte & Finança**, inaugurado em 2008, continua a acolher a coleção de fotografia **BESart** composta por cerca de 900 obras de cerca de 300 artistas de todo o mundo. Em 2012 o espaço recebeu um total de 114 eventos cumprindo a sua missão de envolver *stakeholders* e a comunidade na partilha das várias expressões culturais no centro financeiro da cidade de Lisboa.

Em 2012, o BES manteve o seu apoio a Museus e Fundações, cuja missão é a valorização da cultura e o património português, nomeadamente a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, Museu do Oriente, Fundação Batalha de Aljubarrota, Museu de Arte Contemporânea de Elvas e o Departamento de Fotografia do Ar.Co (Centro de Arte e Comunicação Visual).

Ciência & Inovação - Identificar e incentivar soluções inovadoras, promovendo novos negócios e novos empreendedores

Em 2012, o BES organizou a oitava edição do **Concurso Nacional de Inovação**. De um total de 110 candidaturas, distribuídas pelas categorias de *Clean Tech* & Processos Industriais, Tecnologias de Informação e Serviços, Tecnologias da Saúde e Biotecnologia e Recursos Naturais & Alimentação, foram premiados 4 projetos inovadores e diferenciadores no panorama internacional. O grande prémio foi atribuído na categoria de Tecnologias de Informação e Serviços.

O projeto em causa permite aumentar 10 vezes o número de utilizadores que, a partir do mesmo ponto de acesso *WIFI*, podem aceder a conteúdos de vídeo ou a dados em tempo real. No âmbito do Concurso Nacional de Inovação BES, o Banco já atribuiu 2 670 milhões de euros em prémios e contou com a participação de 1 336 projetos.

O **Prémio Ciência na Escola** é uma iniciativa do BES e da Fundação Ilídio Pinho, com o objetivo de contribuir para a construção de uma cultura de inovação e conhecimento científico. No oitavo ano consecutivo em que o BES participa nesta iniciativa (ano letivo 2011/2012) foram analisadas 670 candidaturas e distinguiram-se 24 escolas portuguesas com projetos inovadores no âmbito do tema "Biologia e Recursos Naturais".

Com o objetivo de comunicar a inovação, o BES manteve a publicação do suplemento mensal, "**Inovação BES**" em parceria com o Diário Económico e o programa diário "**Mundo Novo**" em parceria com a TSF. Estas duas iniciativas permitem alargar a um público mais vasto, boas práticas em matéria de inovação.

Em 2012, em parceria com a associação **Acredita Portugal**, associação que tem como missão fomentar uma cultura de empreendedorismo no País, o Banco patrocinou o "**Concurso BES Realize o seu Sonho**" que tem como objetivo possibilitar a qualquer pessoa implementar o seu projeto empreendedor. O concurso é constituído por duas categorias de prémios, o *Start-Now*, apoio a projetos com âmbito comercial, e Empreendedorismo Social, o apoio a projetos sem fins lucrativos. Foram apresentadas cerca de 4 000 candidaturas.

Literacia Financeira & Educação – formar, educar e comunicar conceitos financeiros, com o objetivo de promover a aquisição responsável de produtos e serviços financeiros

A literacia financeira é hoje um dos problemas sociais com maior relevância na sociedade portuguesa. Saber utilizar os produtos financeiros em benefício próprio, a correta gestão do orçamento familiar e a capacidade de poupança são aptidões que necessitam ser adquiridas por todos os cidadãos, especialmente no atual contexto socioeconómico e que estão na génese do reforço da atuação do BES a nível da literacia financeira.

Em 2012, com este propósito, o Banco continuou a promover o *microsite* b-a-bes, que registou ao longo de 2012 cerca de 39 500 visitas, que corresponderam a cerca de 97 000 visualizações.

O Banco manteve o seu apoio à realização das **Olimpíadas Portuguesas de Matemática**, uma iniciativa da Sociedade Portuguesa da Matemática que abrangeu, em 2012, cerca de 58 mil crianças e jovens alunos do 1º, 2º e 3º ciclo.

Em apresentação pelo sexto ano consecutivo, “No Banco da Escola” é uma iniciativa do BES, em parceria com a Sociedade Portuguesa de Matemática (SPM), que tem permitido fazer chegar a crianças dos 3º e 4º anos do 1º ciclo alguns conceitos financeiros. Em 2012 a iniciativa alcançou abrangeu 2 664 alunos de 56 escolas através da realização de 125 sessões. Desde o seu lançamento, esta iniciativa já alcançou cerca de 14 000 alunos a nível nacional.

Biodiversidade & Alterações Climáticas - Contribuir para a proteção da biodiversidade e reagir às alterações climáticas através da atividade financeira e do envolvimento com a sociedade

O investimento na Biodiversidade é um dos pilares de diferenciação da abordagem de envolvimento e investimento na sociedade do Banco.

A declaração de compromisso pela Biodiversidade “*Business & Biodiversity*”, foi mais uma vez consubstanciada em 2012 pelo investimento em protocolos e parcerias com organizações conhecedoras e reputadas que continuaram a implementação de projetos de proteção, educação e comunicação do valor da biodiversidade, dos quais é relevante destacar a continuação da parceria com a Herdade da Pousa, a celebração do protocolo com o Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada, a parceria com a Reserva da Faia Brava e a cooperação com a Liga para a Proteção para a Natureza.

Neste âmbito, o BES continua como Mecenaz do CIBIO, o Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos da Universidade do Porto, este centro de investigação tem um papel muito relevante na promoção do avanço do conhecimento científico nos domínios da biodiversidade e biologia evolutiva, em Portugal. O CIBIO, tal como tem vindo a ser habitual, elaborou em 2012 uma análise do impacto do Grupo BES na Biodiversidade disponibilizando linhas orientadoras para a minimização do impacto. Na sequência da conferência Rio + 20, a CIBIO disponibilizou informação sobre o investimento do Banco na mitigação e adaptação aos efeitos das alterações climáticas.

Em parceria com o jornal Expresso, o Banco lançou a 6ª edição do Programa **Futuro Sustentável**, um programa que tem como objetivo colocar a Sustentabilidade na agenda nacional. A sexta edição foi marcada pela conferência Futuro Sustentável “Pode a empresa de hoje criar a economia de amanhã?” que teve como principal orador Pavan Sukhdev, economista Indiano, coordenador do projeto “The Economics of Business and Biodiversity”.

Solidariedade - Auxiliar organizações que atuam no apoio social em áreas diversas como a saúde, o combate à fome, a pobreza e a exclusão social

No âmbito do projeto de solidariedade do BES, em 2012, o Banco para além das habituais parcerias estabelecidas com instituições de solidariedade, (**Accreditar** - Associação de Pais e Amigos das Crianças com Cancro, a **Novo Futuro**, uma associação que acolhe e apoia crianças e jovens privados dum ambiente familiar, a **Associação Salvador**, uma associação que promove os interesses e os direitos das pessoas com mobilidade reduzida, o **Banco de Bens Doados**, um projeto que entrega bens e produtos não alimentares doados por empresas e entidades às instituições particulares de solidariedade social e a pessoas carenciadas) o BES estabeleceu uma nova parceria com a **Cáritas Portuguesa**.

O protocolo celebrado, em 2012, tem uma vigência de 3 anos e tem como objetivo contribuir e apoiar a atuação da Cáritas para dar resposta ao aumento do número de pedidos de ajuda recebidos por esta instituição, através do Fundo Social Solidário, um fundo criado pela Cáritas Portuguesa com o objetivo de financiar as necessidades/ pedidos recolhidos pelas suas estruturas locais.

Para além destes apoios o Banco continuou a desenvolver o **Programa BES Voluntariado**, com o intuito de fomentar uma atitude de cidadania, promovendo a solidariedade e a participação dos colaboradores nas diferentes iniciativas de responsabilidade social. O Programa BES Voluntariado 2012 foi desenvolvido através da execução de 11 ações de voluntariado, e contou com a participação de 205 voluntários que contribuíram com cerca de 1 850 horas dedicadas a mais de 1 000 pessoas beneficiadas.

Em 2012, o BES voltou a inovar com a criação do **Crowdfunding BES** e o serviço **Microdoar**. O BES tornou-se na primeira instituição bancária a associar-se ao movimento de financiamento coletivo através da Internet.

O **Crowdfunding BES** está alojado na plataforma de financiamento coletivo de referência em Portugal, a PPL *Crowdfunding Portugal*. Nos primeiros meses de funcionamento da plataforma, foram colocados 6 projetos de financiamento, dos quais dois conseguiram alcançar 100% de financiamento.

O **Microdoar** é um novo serviço disponível na BESnet que permite a qualquer cliente BES arredondar pagamentos em benefício de Instituições ou Projetos de Solidariedade Social. Esta nova iniciativa do BES tem como objetivo facilitar o apoio social, por parte dos clientes BES, massificando pequenos apoios a diferentes instituições reputadas pelo seu trabalho de apoio à sociedade. Paralelamente permite apoiar as atividades de *fundraising* das organizações de apoio social, facilitando o seu financiamento.

Alterações Climáticas

Sendo as alterações climáticas um dos principais desafios da sociedade atual, o Banco deu sequência ao trabalho desenvolvido, aprofundando a colaboração com a Universidade de Évora no âmbito da Cátedra BES Energias Renováveis, tendo-se associado ao Instituto Português de Energia Solar, criado pela Universidade de Évora, e que se dedica ao desenvolvimento e promoção do setor da Energia Solar.

Em 2012, o departamento **ES Research** publicou o estudo “**Alterações Climáticas e o Setor Financeiro**”. Este estudo, apresentado no âmbito do Futuro Sustentável, tem como propósito evidenciar o papel do setor financeiro no combate global às alterações climáticas. O estudo analisa os potenciais riscos das alterações climáticas na Península Ibérica e os setores mais impactados pelos efeitos das alterações climáticas. Adicionalmente, para além de caracterizar de forma detalhada os novos instrumentos de políticas para o pós 2012, o estudo recoloca o problema sob a ótica do setor financeiro sublinhando o papel que este setor assume na transição para uma economia de baixo carbono.

3. Enquadramento Macroeconómico

O ano de 2012 ficou marcado por uma desaceleração da atividade económica a nível global e por uma contração do PIB na Zona Euro. Para esta evolução contribuíram, sobretudo, as políticas orçamentais restritivas e a desalavancagem do setor privado nas principais economias desenvolvidas; o arrefecimento da procura e os receios de um *hard landing* na China; e a incerteza associada à crise da dívida da Zona Euro. Este último fator foi particularmente visível na primeira metade do ano, em função da instabilidade política e orçamental na Grécia e, também, de um contágio crescente da crise a economias como Espanha ou Itália.

A segunda metade do ano foi, no entanto, marcada por uma estabilização dos mercados financeiros e pelo recuo dos receios de fragmentação da Zona Euro, neste caso expresso na diminuição significativa dos *spreads* dos títulos de dívida pública das economias da periferia face à Alemanha. Para além de alguns progressos no sentido de uma maior integração financeira e orçamental, esta melhoria do sentimento resultou sobretudo da criação, por parte do BCE, das *Outright Monetary Transactions*, que abriram a possibilidade de compra ilimitada de dívida pública de economias da Zona Euro, em complemento a um eventual programa de assistência financeira formal do ESM.

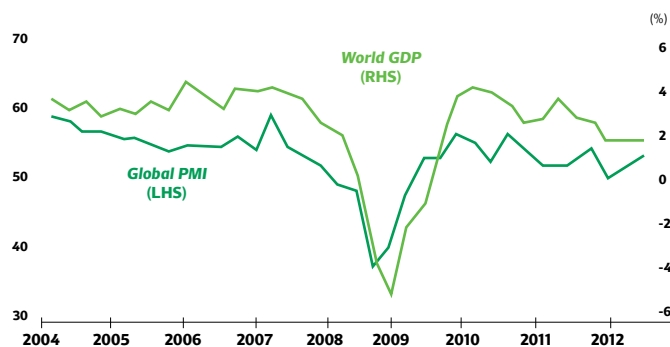
A maior propensão ao risco a nível global resultou também dos efeitos de políticas monetárias fortemente expansionistas seguidas pelos principais bancos centrais, num contexto de pressões inflacionistas reduzidas. Destaca-se o reforço do *quantitative easing* por parte da Reserva Federal americana, com o chamado QE3, para além das *long term refinancing operations* do BCE e do *quantitative easing* dos Bancos Centrais de Inglaterra e do Japão. Após um último corte de 25 bps em julho, o BCE manteve a principal taxa de juro de referência inalterada em 0,75% até ao final do ano. No conjunto de 2012, a Euribor a 3 meses caiu de 1,356% para 0,187% e o euro apreciou-se 1,8% face ao dólar, para EUR/USD 1,32.

Neste contexto, nos EUA o índice S&P500 valorizou-se 13,4%. Na Europa, os índices DAX e CAC40 registaram ganhos anuais de 29,1% e 15,2%, respetivamente. Embora com registos menos favoráveis no conjunto do ano (2,9% e -4,7%, respetivamente), os índices PSI-20 e IBEX registaram valorizações pronunciadas no 4º trimestre, 8,7% e 5,95%, respetivamente.

Refletindo o perfil de evolução do sentimento ao longo do ano, o preço do petróleo (Brent) registou uma queda entre o 1º e o 2º trimestres, de USD 123,8 para USD 97/barril, recuperando a partir do verão e fechando o ano em USD 111,9/barril, o que representou uma subida de cerca de 4% face à cotação observada no final de 2011.

Crescimento do PIB mundial vs. PMI Global

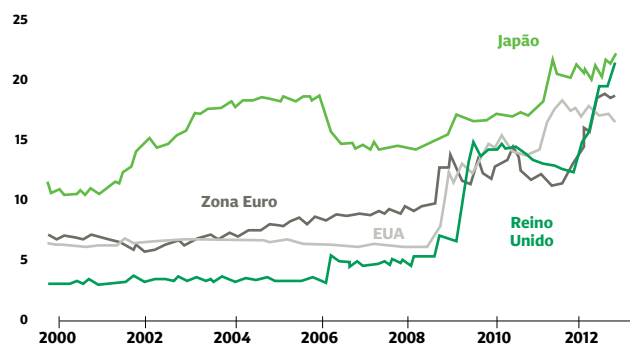
Index (Points)



Fonte: Bloomberg.

Base Monetária

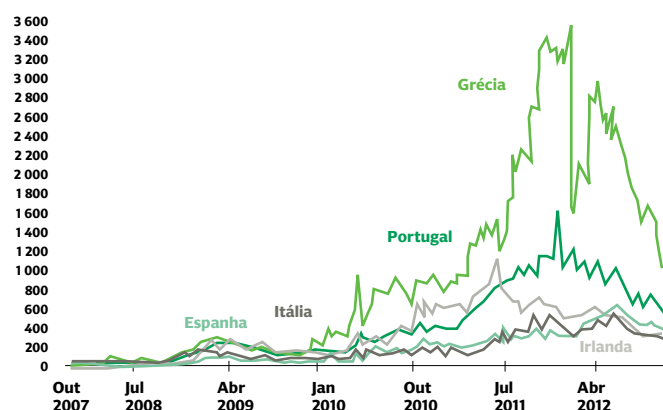
(% do PIB)



Fonte: Bloomberg

Spreads da dívida pública a 10 anos vs. Alemanha

Index (Points)



Fonte: Bloomberg.

A economia dos **Estados Unidos** experimentou um crescimento de 2,2% em 2012, o que significou uma ligeira aceleração face ao ano precedente, embora o comportamento da atividade se tivesse revelado irregular ao longo do ano. Após uma expansão muito robusta no último trimestre de 2011, a atividade registou um arrefecimento na primeira metade de 2012, seguida de um 3º trimestre com crescimento mais forte, terminando o ano em perda de velocidade. O consumo privado cresceu moderadamente, com uma melhoria tendencial do sentimento das famílias. O investimento produtivo revelou-se enfraquecido, refletindo baixos níveis de confiança dos empresários e uma elevada incerteza em relação ao quadro orçamental. As exportações evidenciaram um andamento relativamente animado nos primeiros seis meses do ano, perdendo dinamismo na segunda metade do ano, em particular devido à crise da Zona Euro. Os efeitos não ocorreram apenas no comércio externo norte-americano, tendo as incertezas que perpassaram na região – envolvimento do setor privado no perdão da dívida grega, as eleições legislativas na Grécia, as eleições presidenciais francesas, a queda do governo holandês, a instabilidade no sistema financeiro espanhol e os rumores de um pedido de resgate deste país – contribuído seguramente para a apreciação do dólar durante o primeiro semestre e para a valorização dos *Treasuries* (vistos como ativo de refúgio). A maior estabilização da Zona Euro, após o forte empenhamento do BCE na defesa do euro, retirou fulgor ao dólar e interrompeu os ganhos no mercado de taxa fixa, na segunda metade do ano.

O mercado habitacional, uma das atividades mais penalizadas com a grande recessão, que deteriorou fortemente a riqueza das famílias e o consumo privado, conheceu, em 2012, sinais de recuperação. Os preços das habitações, as vendas de habitações novas e existentes, os *housing starts* e a confiança dos empresários do setor (*National Association of Home Builders*) registaram

uma trajetória ascensional, embora em patamares ainda relativamente recuados. O mercado de trabalho, por sua vez, igualmente atrasado na recuperação, registou também melhorias, embora sem o dinamismo necessário que permita uma descida rápida da taxa de desemprego. Do 1º para 2º semestre, a criação líquida de emprego aumentou em 14 mil postos de trabalho em termos médios mensais, para 160 mil por mês, permitindo uma redução da taxa de desemprego de 8,3% para 7,8% da população ativa, entre o início e o final de 2012.

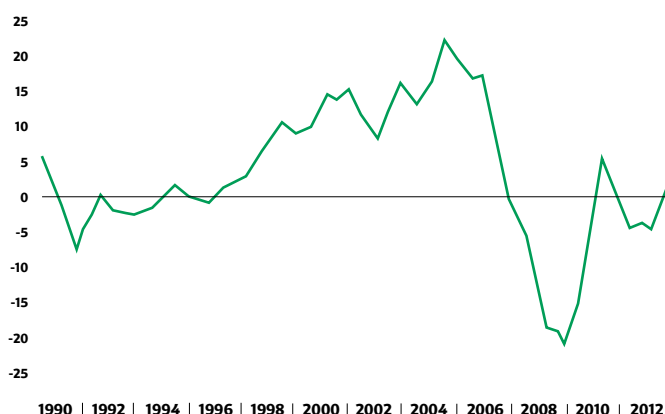
A ausência de uma retoma firme da atividade e a persistente resistência à descida rápida da taxa de desemprego conduziu a autoridade monetária a aprofundar a política expansionista, num contexto de expectativas inflacionistas bem contidas e num ano em que as eleições presidenciais condicionaram a ação da política fiscal. A Reserva Federal decidiu, em junho, prolongar até ao fim do ano a Operação *Twist*, de alongamento do prazo médio dos ativos na posse do seu balanço, garantindo a manutenção da taxa *fed funds* no intervalo entre 0% e 0,25%, até final de 2014.

Em setembro, implementou um novo programa de *quantitative easing* (QE3) através da aquisição, por tempo indeterminado, de títulos do mercado habitacional, ao ritmo de USD 40 mil milhões por mês, ao mesmo tempo que prolongou de 2014 para, pelo menos, meados de 2015 a garantia de inalterabilidade da taxa *fed funds*. Por último, em dezembro, com o fim da Operação *Twist*, reforçou o programa de aquisição de ativos em USD 45 mil milhões de *Treasuries* de longo prazo e inicia uma nova filosofia na política monetária, condicionando a subida dos juros de referência a um limite máximo de 6,5% para a taxa de desemprego, ao mesmo tempo que permitiu um maior grau de liberdade para o andamento de preços (2,5%), abandonando, em consequência, a data de 2015.

O final de 2012 ficou igualmente assinalado pelo acréscimo da incerteza, traduzido num aumento da volatilidade dos mercados, acerca de um acordo sobre o denominado *fiscal cliff*. O consenso parcial alcançado entre republicanos e democratas, já nos primeiros momentos de 2013, fez evitar um efeito restritivo superior a USD 600 mil milhões (entre subida de impostos e cortes automáticos nas despesas) que seguramente provocaria uma nova recessão na economia norte-americana no 1º semestre de 2013.

Índice de preços da habitação Case-Shiller

(%, y-o-y)



Fonte: Bloomberg.

EUR/USD



Fonte: Bloomberg.

No **Brasil**, apesar de um nítido incremento no grau de intervenções governamentais na esfera económica, com o intuito de acelerar o crescimento da atividade, as medidas adotadas acabaram por ser direcionadas, num primeiro momento, para o impulso da procura interna, que já vinha registando um ritmo de expansão robusto. Esta estratégia acabou por limitar a taxa de expansão do PIB brasileiro, na sequência do fraco desempenho do investimento, que apresentou uma variação negativa em 2012. Assim sendo, após a desaceleração do crescimento entre 2010 e 2011, os agentes económicos depararam-se com uma nova redução do ritmo de expansão em 2012 (1% de variação anual, após registo de 2,7% em 2011), o que levou o Governo a alterar o foco da sua política económica, passando a privilegiar medidas orientadas para a recuperação do investimento ao longo dos próximos anos.

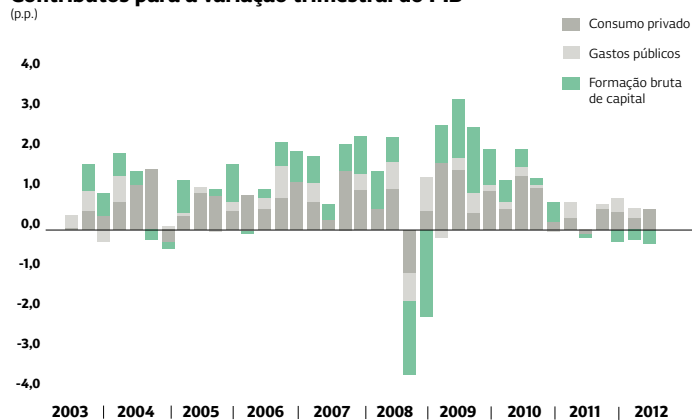
Contudo, a alteração de estratégia não veio a tempo de solucionar o desequilíbrio entre as taxas de expansão da procura e oferta agregadas. Em resultado, as pressões inflacionistas, que já estavam presentes em 2011, estenderam-se ao longo de 2012, fazendo com que a variação anual do índice de preços ao consumidor superasse a meta pelo terceiro ano consecutivo (inflação média anual de 5,4%, com uma variação homóloga de 5,8% no final do ano). Esta evolução foi acentuada por problemas climáticos em importantes regiões produtoras de bens alimentares, que provocaram alta acentuada nos preços destes itens. A pressão inflacionista poderia ter sido mitigada por uma tendência de apreciação cambial, mas o Governo brasileiro optou por evitar um fortalecimento de sua moeda, uma vez que isto implicaria uma perda de competitividade por parte da indústria doméstica. O real registou, assim, uma depreciação no conjunto do ano, com a taxa de câmbio face ao dólar norte-americano a subir de BRL/USD 1 876 no final de 2011 para BRL/USD 2 044 no final de 2012.

Sem contar com uma dinâmica favorável de investimentos do setor privado, a Administração Federal avaliou que teria de assumir a liderança neste processo e intensificou as respetivas despesas de capital. Adicionalmente, concentrou as suas atuações na remoção de obstáculos para a expansão de capacidade produtiva. Contudo, a despesa corrente registou igualmente um crescimento elevado, o que também ajudou na deterioração do quadro inflacionista. O excedente orçamental primário reduziu-se de 3,1% do PIB para cerca de 2,4% do PIB. Neste contexto, o Banco Central interrompeu o processo de distensão monetária em setembro de 2012, após sete movimentos de descida dos juros de referência, que levaram a taxa de juro SELIC de 11% para 7,25%.

As dúvidas geradas entre os agentes económicos pelas alterações na política económica e por algum intervencionismo em setores específicos, como o bancário, o de energia elétrica e o de petróleo e gás, poderão explicar parte do desempenho relativamente fraco do mercado acionista brasileiro em 2012. Em todo o caso, as perspetivas favoráveis para as empresas com operações mais associadas à expansão do consumo permitiram uma variação moderadamente positiva do índice Bovespa no conjunto do ano (7,4%).

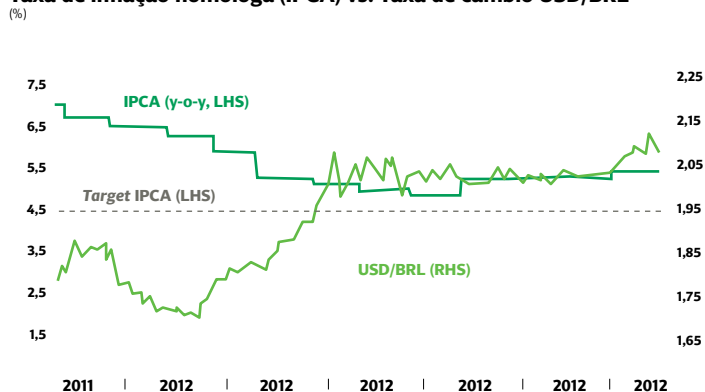
Em suma, 2012 foi um ano de alterações importantes na política económica interna, com o entendimento de que a desaceleração económica observada em 2012 deve ser atribuída a entraves à ampliação da capacidade produtiva do país. A procura interna existiu e foi robusta, mas não conseguiu ser acompanhada pela oferta agregada. Estas alterações de política poderão vir a ter consequências positivas no futuro.

Contributos para a variação trimestral do PIB



Fonte: Bloomberg.

Taxa de inflação homóloga (IPCA) vs. Taxa de câmbio USD/BRL



Fonte: Bloomberg.

Em 2012, a economia de **Angola** continuou a crescer a um ritmo considerável, aproximadamente 7%, muito suportada no crescimento do setor petrolífero mas também por um cada vez melhor desempenho dos setores não petrolíferos. Em termos setoriais, os transportes, energia e construção continuaram a ser fortemente beneficiados pela política de investimentos públicos, mantendo-se o desafio da diversificação da economia e, para tal, a necessidade de se manter a aposta na requalificação de infraestruturas, na promoção da estabilidade dos preços e na criação de condições favoráveis ao investimento privado.

Em 2012, o Banco Nacional de Angola (BNA) reduziu a taxa de juro da facilidade permanente de cedência de liquidez para 11,5%, a taxa básica de juro para 10,25% e a taxa de facilidade permanente de absorção de liquidez para 1,5%. A política monetária seguida pelas autoridades angolanas foi suportada por uma evolução benigna do ritmo de crescimento dos preços, com a taxa de inflação homóloga a situar-se em 9% no final do ano.

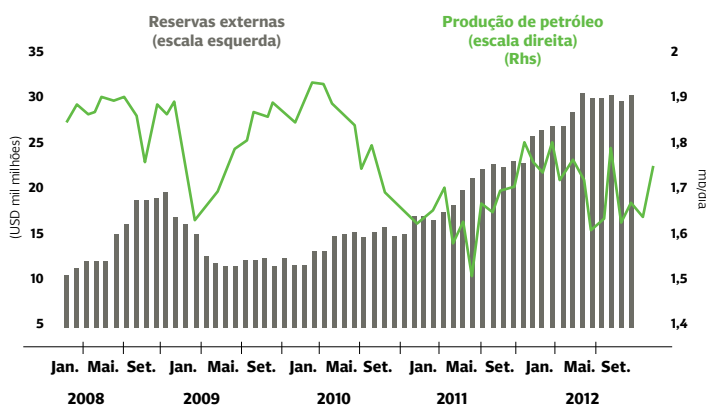
Ao nível das contas públicas, depois de um excedente de 10,2% do PIB em 2011, voltou a verificar-se um excedente orçamental em 2012, de 6,1% do PIB, com evidência para a evolução benigna do saldo orçamental primário não petrolífero.

Com a conclusão do *Stand-By Arrangement*, o FMI continuou a proceder à monitorização da economia angolana, reconhecendo, uma vez mais, o bom

desempenho e os progressos realizados. Este acordo englobou uma linha de crédito de USD 1,4 mil milhões, que foi realizado com o objetivo de apoiar o financiamento da economia e a correção dos desequilíbrios que se faziam sentir ao nível da balança de pagamentos (sobretudo por via da quebra de receita das exportações de petróleo). O balanço do FMI foi globalmente positivo, evidenciando a recuperação das reservas externas líquidas para níveis equilibrados, a redução da taxa de inflação, a estabilização das taxas de juro e a obtenção de um cenário de estabilidade cambial. Paralelamente, o FMI destacou o progresso significativo ao nível da transparência das contas públicas.

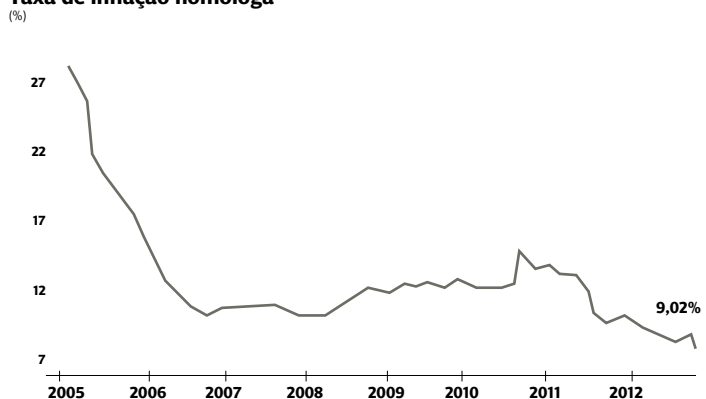
Concretizando diretrizes antigas do FMI, as autoridades angolanas apresentaram o novo Fundo Soberano de Angola (FDSEA), com um capital inicial de USD 5 mil milhões. A dotação deste novo fundo é concretizada em função da produção petrolífera e servirá sobretudo para investir em infraestruturas no país, com o objetivo de promover o setor hoteleiro, o setor agrícola, o fornecimento de água, o fornecimento elétrico e as vias de comunicação, a fim de criar condições para a atração de investimento estrangeiro. Em 2012, a produção angolana média de petróleo atingiu 1,71 milhões de barris diários (mb/dia), um aumento de 2,5% face ao registado no ano anterior. Com base nos investimentos realizados nos últimos anos (e consequentes descobertas concretizadas), estima-se que o potencial de produção do país poderá aumentar de 20 para 50 anos, com o ritmo de produção a recuperar para 1,9 milhões de barris diários em 2013.

Produção de petróleo (mb/d) e reservas externas



Fonte: BNA e OPEP.

Taxa de inflação homóloga



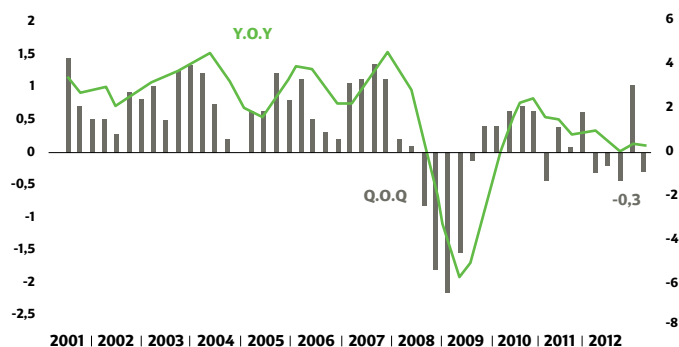
Fonte: BNA.

Depois de, no 3º trimestre de 2012, a economia do **Reino Unido** ter abandonado o terreno recessivo – com o impacto positivo dos Jogos Olímpicos mais forte do que o esperado a impulsionar o crescimento do PIB em 0,9% qoq – o PIB contraiu-se 0,3% nos últimos três meses do ano, pressionado pela estagnação do setor dos serviços e pelo facto de a expansão registada no setor da construção ter sido anulada pelo recuo da atividade industrial. Neste cenário, no conjunto do ano de 2012, a economia britânica registou um crescimento de 0,2% face ao ano anterior, condicionada pelo programa de austeridade implementado e pela *performance* anémica da procura externa. Embora o clima de incerteza tenha conduzido as empresas a focarem-se mais no controlo dos custos e as famílias a favorecerem a poupança, verificou-se, ainda assim, uma expansão da procura interna. O consumo terá aumentado 0,5%, os gastos públicos 2,4% e o investimento cerca de 1%. Em linha com o programa de consolidação orçamental do Governo, o défice público terá caído para 5,1% do PIB. Já a Dívida Pública deverá situar-se em 85,8% do PIB, um rácio superior ao registado no ano anterior, o que conduziu à colocação do *rating* soberano em *outlook* negativo por parte da agência de notação financeira *Standard & Poor's* no final do ano, a última das três principais agências a revelar preocupação quanto ao crescimento da dívida e qualidade do *rating* AAA. Apesar do enfraquecimento da atividade, o mercado de trabalho mostrou uma enorme resiliência, com a taxa média de desemprego a situar-se em 8% da população ativa, um registo inferior ao registado no ano anterior.

O Banco de Inglaterra (BoE) manteve inalterada a taxa de juro de referência em 0,5% e interrompeu, em novembro, o seu programa de *quantitative easing* (QE), revelando dúvidas quanto à eficácia que uma nova aquisição de títulos de dívida para o estímulo da economia real. Com a interrupção do programa, o BoE manterá, no seu balanço, o *stock* de GBP 375 mil milhões em títulos de dívida, financiados através da emissão de reservas do Banco Central. Apesar do aumento de liquidez, a taxa média de inflação foi de 2,8% para o conjunto do ano de 2012, um registo abaixo do verificado no ano anterior. Ainda que a inflação tenha ficado acima do *target* de 2% do BoE, o abrandamento dos preços face a 2011 permitiu uma melhoria dos salários reais das famílias, tendo contribuído para a recuperação do consumo. No mercado obrigacionista, a média das *yields* dos títulos de dívida soberanos a 10 anos (*Gilts*) foi de 1,868%, tendo-se assistido a uma forte queda da taxa no 2º trimestre, de um máximo de 2,445% até um mínimo de 1,439%, com a forte procura por ativos de refúgio num período de deterioração do *outlook* para a Zona Euro e elevado clima de incerteza. O mercado cambial apresentou uma tendência semelhante, com um forte avanço da libra esterlina no final do 1º trimestre e meses seguintes, de EUR/GBP 0,848 para EUR/GBP 0,777, seguida de um moderado recuo para valores próximos da taxa média de EUR/GBP 0,811.

Crescimento do PIB

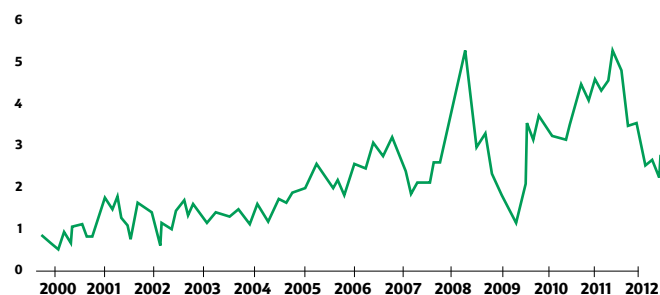
(%, q-o-q e y-o-y)



Fonte: Bloomberg.

Taxa de inflação homóloga

(%)



Fonte: Bloomberg.

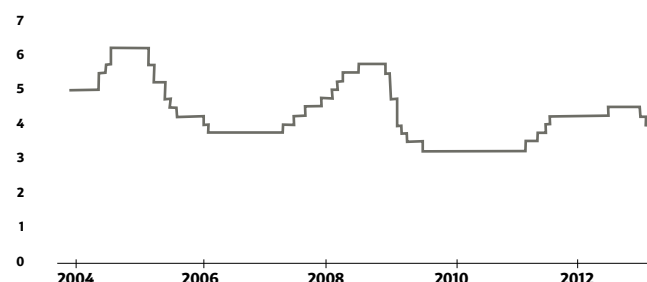
A economia da **Polónia** continuou a crescer em 2012, embora a um ritmo mais lento que o evidenciado em anos anteriores. O ano ficou indubitavelmente marcado pela realização do Europeu de Futebol: no primeiro trimestre, fruto da finalização dos principais projetos de infraestruturas de apoio ao evento, o PIB cresceu 3,5%. Nos trimestres seguintes, a atividade abrandou, condicionada externamente, com a crise da dívida do euro, e internamente, com o enfraquecimento da procura interna. O sentimento económico global levou a que as exportações perdessem fulgor, esperando-se que tenham registado um crescimento homólogo de 3%. Contudo, este abrandamento terá sido em parte compensado por uma redução das importações (-0,2%), sustentando um contributo positivo das exportações líquidas para o crescimento do produto. Todavia, o pendor negativo do sentimento dos consumidores e empresários ditou uma quebra do consumo privado e do investimento, que se prevê terem crescido apenas 1,6% e 1,7%, respetivamente, contribuindo para o agravamento do mercado de trabalho, com a taxa de desemprego a subir para valores em torno de 10,1% da população ativa.

Também o crescimento dos preços demonstrou dois comportamentos distintos ao longo do ano. A persistência de inflação alta proveniente de 2011 levou a que o Banco Nacional da Polónia elevasse a taxa de juro de referência, em 25 pontos base, em maio, para 4,75%, procurando evitar assim um descontrolo de expectativas inflacionistas. Contudo, os dados de abrandamento económico divulgados na segunda metade do ano, conjugados com a diluição das pressões inflacionistas, relegaram para segundo plano o combate à inflação e elegeram o suporte da atividade como principal foco de ação. O Banco Central da Polónia procedeu assim a cortes de 25 pontos base em novembro e dezembro, para 4,25%.

Por seu turno, o zloty apresentou um comportamento de apreciação ao longo de 2012, variando entre os EUR/PLN 4,5 e os EUR/PLN 4,04, influenciado pelas oscilações no sentimento dos investidores e tipicamente associado aos períodos de deterioração da crise da dívida da Zona Euro, terminando o ano em EUR/PLN 4,08. Ao nível das contas públicas, a economia polaca deu seguimento ao plano de consolidação orçamental. Contudo, não deverá ter sido possível evitar mais um procedimento por défice excessivo, devendo o saldo orçamental ter-se fixado em -3,4% do PIB e a dívida pública em 55,5% do PIB.

Taxa de juro de referência do Banco Nacional da Polónia

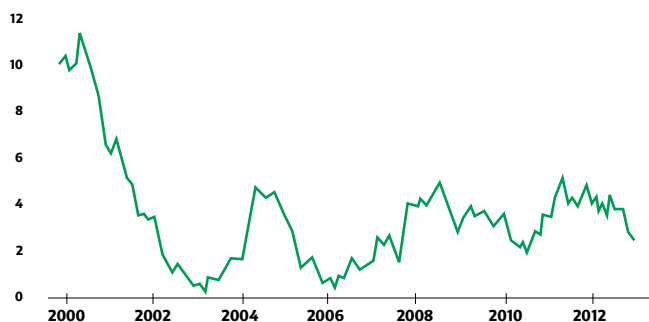
(%)



Fonte: Bloomberg.

Taxa de inflação homóloga

(%)



Fonte: Bloomberg.

A economia de **Espanha** prosseguiu, ao longo de 2012, a trajetória de contração da atividade iniciada no final de 2011, tendo o PIB sofrido uma queda anual de 1,4%. O ritmo de quebra da atividade intensificou-se na parte final do ano, com o último trimestre de 2012 a registar uma contração do PIB de 0,7%. Esta evolução reflete o enfraquecimento da procura interna, e em particular a deterioração das condições do mercado de trabalho, a trajetória de *deleveraging* do setor privado (empresas e famílias), o esforço de consolidação orçamental e as condições restritivas de concessão de crédito. O consumo privado foi, assim, particularmente penalizado pelo agravamento do desemprego (que ascendeu a 26% da população ativa no final do ano) e pela redução do rendimento disponível das famílias, em resultado da descida das remunerações e do aumento dos impostos sobre o rendimento. A contração do investimento, em especial do investimento em equipamento, refletiu a degradação do sentimento empresarial, o elevado endividamento das empresas e a restritividade das condições de acesso ao crédito. O ajustamento do setor da habitação prosseguiu ao longo do ano de 2012, tendo-se acentuado a descida dos respetivos preços, para 9,8% no conjunto do ano, e 26,5% desde o início de 2008. A estes fatores acresce o desempenho menos favorável da procura externa, dada a contração da atividade na Zona Euro, no contexto da crise das dívidas soberanas. Apesar disso, a contração da procura interna e das importações levou à continuação da correção do desequilíbrio externo, tendo o défice corrente diminuído de 3,5% do PIB em 2011 para cerca de 2% do PIB em 2012.

No plano das contas públicas, o Governo apresentou, em julho, um conjunto de medidas de consolidação orçamental, de que se destaca a elevação, no início de setembro, das taxas de IVA (passando a taxa geral de 18% para 21% e a reduzida de 8 para 10%), mas também a significativa redução da despesa pública, de que se destaca o não pagamento do subsídio de Natal no setor público. O défice orçamental desceu, assim de 9,4% para cerca de 7% do PIB, ainda assim acima da meta de 6,3%. Para além do esforço de consolidação orçamental, o Governo tem vindo a implementar um programa de reformas estruturais que inclui a reforma do mercado de trabalho, visando um aumento da respetiva flexibilidade.

A elevação das taxas de IVA no mês de setembro, bem como o aumento do copagamento de medicamentos, o aumento dos preços dos combustíveis, da eletricidade e do gás conduziram a um agravamento do nível dos preços, sobretudo na parte final do ano, tendo a taxa de inflação média anual sido de 2,4%, ainda assim abaixo do registado em 2011 (3,1%).

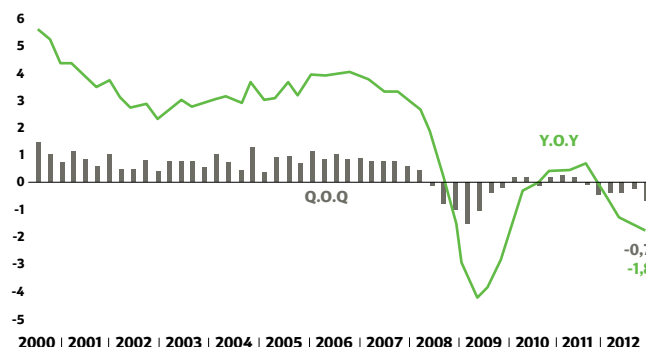
As dificuldades de alguns bancos espanhóis, sobretudo relacionadas com a elevada exposição a ativos do mercado imobiliário, levaram o Governo a solicitar assistência financeira externa, no sentido da recapitalização de instituições financeiras pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (EFSF). O Memorando de Entendimento, assinado a 23 de julho, previa a disponibilização de um montante até 100 mil milhões de euros para a reestruturação e recapitalização dos bancos, do qual apenas um montante de cerca de 40 mil milhões de euros foi utilizado. Este programa teve um efeito favorável na estabilização do sistema financeiro espanhol como um todo, para o qual contribuiu também de forma significativa a apresentação, pelo Banco Central Europeu, em setembro, do programa de aquisição

de títulos de dívida pública (OMT – *Outright Monetary Transactions*), que conduziu a uma diminuição das tensões e da volatilidade nos mercados financeiros, invertendo a trajetória de deterioração observada até ao verão. A *yield* dos Bonos a 10 anos em mercado secundário encerrou o ano ao nível de 5,27% (correspondente a um *spread* face à Alemanha de 395 pontos base), elevando-se ainda assim face aos valores do final de 2011 (5,09% e 326 pontos base, respetivamente). Note-se, no entanto, que no final de julho aquela taxa atingiu um máximo de 7,62%, a que correspondia um diferencial de 639 pontos base relativamente ao título de dívida alemã da mesma maturidade.

As agências de *rating* reviram em baixa, ao longo do ano de 2012, a notação financeira atribuída à dívida do Reino de Espanha. Assim, a agência *Standard & Poor's* fê-lo em três movimentos, reduzindo-a em seis níveis (de AA- para BBB-), e as agências *Moody's* e *Fitch* em dois movimentos, revendo-a em baixa em cinco níveis (de A1 para Baa3 e de AA- para BBB), respetivamente.

Crescimento do PIB

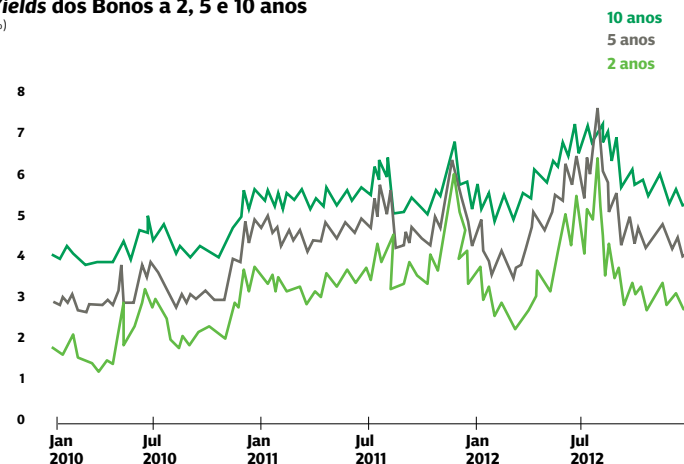
(%, q-o-q e y-o-y)



Fonte: Bloomberg.

Yields dos Bonos a 2, 5 e 10 anos

(%)



Fonte: Bloomberg.

A Economia Portuguesa em 2012

Em Portugal, a conjuntura económica em 2012 ficou, sobretudo, marcada pela execução do programa de ajustamento económico e financeiro. A desalavancagem em curso no setor privado financeiro e não financeiro, conjugada com uma política orçamental fortemente restritiva e com o arrefecimento da atividade na Zona Euro, contribuíram para uma contração real do PIB de 3,2%, com recuos significativos do consumo e do investimento e com um aumento do desemprego para valores próximos de 16% da população ativa. As despesas das famílias caíram 5,6%, refletindo a forte queda do rendimento disponível (3,6% em termos reais) e o aumento da poupança, para um valor ligeiramente acima de 11% do rendimento disponível. Num contexto de aumento da incerteza em relação à política orçamental e às perspetivas de evolução da atividade, os agentes económicos retraíram as respetivas despesas e aumentaram as respetivas poupanças, motivados por um sentimento de precaução.

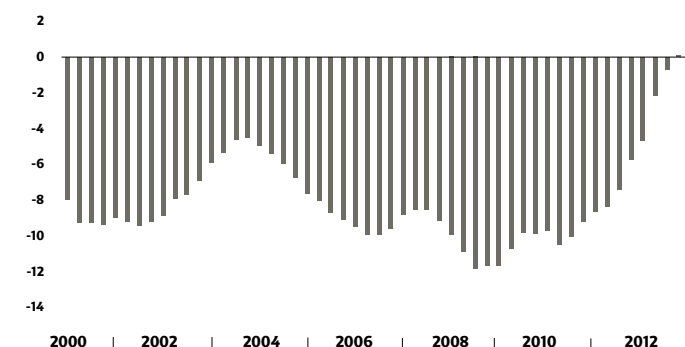
O consumo privado foi ainda penalizado por uma inflação relativamente elevada (2,8% em termos médios anuais), pressionada pelo aumento dos impostos indiretos. O investimento voltou, por sua vez, a registar uma forte queda, de 15,2% (-13,8% no ano anterior), comum a todos os setores institucionais. Este agregado foi penalizado não apenas por condições de financiamento restritivas mas, também, por um recuo na procura de crédito por parte das famílias e empresas. O esforço de desalavancagem e, no caso das empresas, as perspetivas negativas para a procura, terão sido determinantes nesta evolução. Embora seguindo uma tendência de desaceleração, em particular na parte final do ano, as exportações mantiveram um desempenho favorável, com um crescimento superior a 3% em termos reais. As vendas ao exterior foram, naturalmente, penalizadas pela conjuntura recessiva na Zona Euro (em particular, em Espanha), mas observaram crescimentos ainda elevados, de dois dígitos, para mercados exteriores à União Europeia.

Este desempenho, conjugado com uma forte quebra das importações (superior a 7%) e com um aumento da poupança interna, traduziu-se numa melhoria marcada do saldo externo, de -5,1% do PIB em 2011 para um valor em torno do equilíbrio no final de 2012. Para esta redução das necessidades externas líquidas de financiamento contribuíram todos os setores, com as famílias e o setor financeiro a aumentarem a respetiva capacidade líquida de financiamento e com as sociedades não financeiras e as Administrações Públicas a reduzirem as suas necessidades líquidas de financiamento. O défice público deverá ter atingido um valor próximo da meta (revista) de 5% do PIB em 2012, não obstante o desvio significativo da receita face aos valores orçamentados (cerca de 880 milhões de euros no caso da Administração Central e Segurança Social). Para isto terá contribuído um recuo da despesa mais acentuado que o inicialmente previsto, em parte resultante de poupanças adicionais associadas a despesas com remunerações, aquisição de bens e serviços, despesas de investimento e despesa líquida com juros. Ao nível das medidas extraordinárias, mas no lado da receita, a execução orçamental de 2012 beneficiou sobretudo de uma receita não recorrente associada à concessão dos serviços públicos de gestão dos aeroportos à empresa ANA. A dívida pública manteve ainda uma tendência de subida, atingindo 120% do PIB, mais 12 p.p. do que em 2011.

As avaliações positivas da execução do programa de ajustamento e a ação estabilizadora do BCE contribuíram para uma melhoria gradual das condições financeiras enfrentadas pela economia portuguesa, expressa numa redução significativa das *yields* da dívida pública e dos *spreads* de crédito, bem como na reabertura dos mercados de dívida *wholesale* para empresas e bancos. A rentabilidade das Obrigações do Tesouro a 10 anos atingiu um máximo anual próximo de 17,4% no final de Janeiro de 2012, tendo fechado o ano num valor próximo de 7% (e com a tendência de descida a manter-se no início de 2013). A maior abertura dos investidores externos à economia portuguesa refletiu-se, ainda, numa execução favorável do programa de privatizações, com receitas totais próximas de 5,5 mil milhões de euros, acima das expectativas.

Saldo conjunto das balanças corrente e de capital

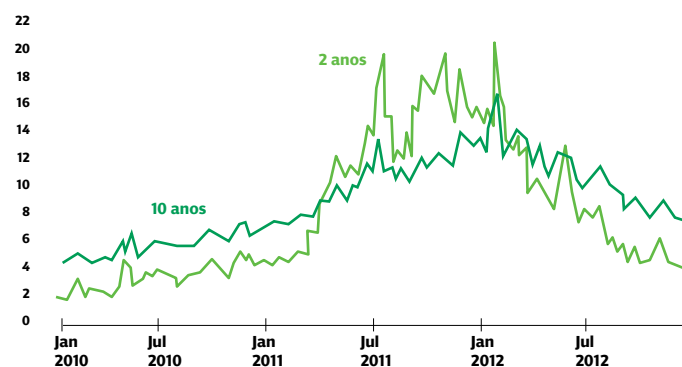
(% PIB)



Fonte: INE.

Yields das OTs a 2 e 10 anos

(%)



Fonte: Bloomberg.

4. Atividade Comercial

O Grupo Banco Espírito Santo é um grupo financeiro universal que serve todos os segmentos de clientes particulares, empresariais e institucionais. A inovação de produtos, a orientação para a qualidade de serviço e a força da marca BES (em particular o seu reconhecimento em termos de atributos fundamentais como a solidez e a confiança) fazem do Grupo uma referência no mercado nacional e internacional.

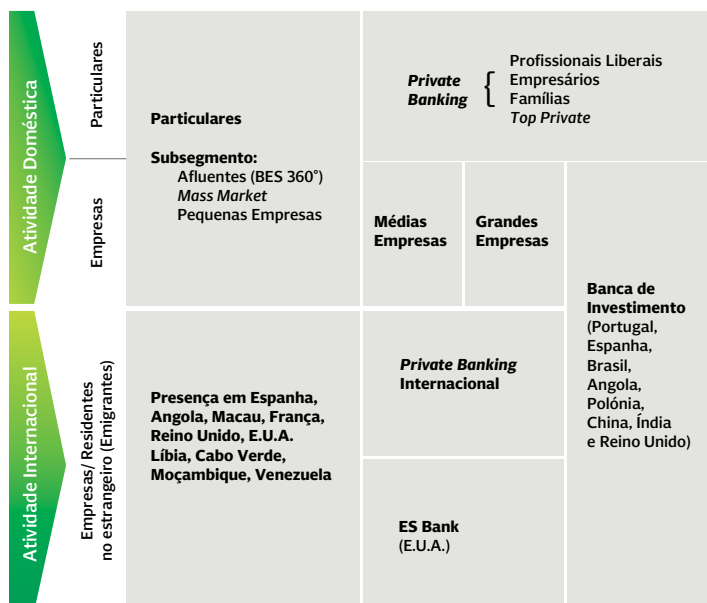
No acompanhamento do desempenho por áreas de negócio são considerados os seguintes segmentos operacionais:

- Banca Comercial Nacional, que inclui os subsegmentos de Retalho, Empresas e Institucionais e *Private Banking*;
- Banca Comercial Internacional;
- Banca de Investimento;
- Gestão de Ativos;
- Seguros Vida;
- Mercados e Participações Estratégicas;
- Centro Corporativo.

Cada segmento engloba as estruturas diretamente dedicadas do BES, bem como as unidades do Grupo com cuja atividade mais se identifica. A monitorização individual e isolada de cada unidade operacional do Grupo (encaradas numa ótica de centro de investimento) é complementada, a nível da Comissão Executiva do BES, pela definição de estratégias e de planos comerciais para cada segmento operacional.

Complementarmente, é utilizada uma segunda segmentação da sua atividade e resultados baseada em critérios geográficos, separando a *performance* das unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) das localizadas no exterior (Área Internacional).

O Banco Espírito Santo tem uma abordagem segmentada ao mercado de modo a oferecer uma gama abrangente de produtos e serviços financeiros e que respondam às necessidades dos clientes.



4.1 Banca Comercial Doméstica

4.1.1 Banca de Retalho

Na sua abordagem aos clientes de retalho o Grupo BES aposta numa oferta diversificada e distintiva, de acordo com as necessidades financeiras dos seus clientes. A criação de propostas de valor diferenciadas assenta no desenvolvimento constante dos produtos e dos serviços disponibilizados aos clientes mas também na adoção de critérios de segmentação ajustados às características dos clientes, na elevada qualidade do serviço prestado e na eficácia da comunicação.

Assim, e ao longo dos últimos anos, o BES criou propostas de valor inovadoras ao nível do Retalho, em concreto para clientes afluentes ("BES 360°"), para pequenas empresas e empresários em nome individual ("Negócios") e para *mass market* ("Particulares de Retalho"). Estes clientes são atualmente servidos por uma rede de 666 balcões (uma redução líquida de 35 balcões ao longo do ano).

Assurfinance

Resultado da parceria estratégica com a Companhia de Seguros Tranquilidade, o Programa *Assurfinance* proporciona aos clientes da Tranquilidade que não têm relações bancárias com o Grupo BES vantagens exclusivas por abrirem uma nova conta no Banco Espírito Santo. Em 2012, fruto de uma intensa atividade junto de cerca de 1 900 agentes da Companhia, o programa contribuiu com uma captação de cerca de 20 000 novos clientes, constituindo-se assim como uma das principais iniciativas da área do Retalho.

Esta parceria contempla atualmente 44 Postos Avançados onde, no mesmo espaço físico, agentes exclusivos da Tranquilidade partilham a sua atividade de mediação de seguros com o atendimento a clientes do BES.

BES 360°: Tradição na excelência no serviço ao cliente

Para o segmento dos clientes afluentes, o serviço BES 360°, posiciona-se como uma proposta de referência no acompanhamento e na assessoria financeira destes clientes. O BES 360° garante um elevado padrão de qualidade através do acompanhamento permanente de um gestor dedicado e especializado, de uma oferta exclusiva e de soluções adequadas às necessidades específicas dos clientes.

A competitividade da proposta de valor do segmento 360° assenta num conjunto de iniciativas estratégicas, nomeadamente:

- A nova abordagem remota a clientes afluentes que, conjuntamente, com as unidades especializadas, Centros 360°, concretizaram a abordagem e a proposta de valor no segmento de uma forma ainda mais abrangente permitindo um crescimento significativo no *share-of-wallet* e fidelização dos clientes;
- Os Compromissos BES 360° que tangibilizam a excelência no serviço ao cliente em objetivos concretos, assegurando uma postura profissional, rigorosa e dedicada com eficácia na resolução de problemas e uma atitude proativa na apresentação das melhores soluções para as necessidades de cada cliente;
- Oferta competitiva que ficou mais rica com a disponibilização de soluções inovadoras na proteção na saúde e lazer assegurando o reforço na resposta às necessidades dos clientes afluentes numa perspetiva de visão mais alargada da oferta;
- Reforço na disponibilização de ferramentas inovadoras que permitem uma abrangência total na satisfação das necessidades dos clientes, como é o exemplo na plataforma de negociação em bolsa *BESnet Trading*.

É esta abordagem e proposta de valor inovadora e diferenciadora que permitiu ao segmento BES 360 atingir níveis de satisfação elevados (90% de clientes muito satisfeitos com o serviço), cimentando o contributo para o crescimento do Grupo BES, com uma relevância reforçada num contexto de mercado em que a liquidez ganhou importância. O segmento representa, atualmente, mais de 50% do total de recursos do Retalho, constituindo assim uma base estável de *funding* do Grupo.

Ainda no que diz respeito ao segmento afluente, o Grupo BES atua igualmente no mercado através do **BEST – Banco Eletrónico de Serviço Total**. No ano de 2012 o **Banco Best** recebeu duas distinções que realçam e premeiam o seu posicionamento enquanto líder na inovação da oferta de serviços e produtos financeiros em Portugal: (i) vencedor da categoria Melhor Site/App Mobile para eCommerce, no âmbito dos Prémios Navegantes XXI da ACEPI (Associação do Comércio Electrónico e Publicidade Interativa), tendo o serviço de *Mobile Banking* sido distinguido como o mais completo do mercado português, estando disponível diretamente em *browser mobile* no endereço www.bancobest.pt/m e através de Apps para iPhone, iPad e Smartphones e Tablets com sistema Android; e (ii) menção honrosa da IDC pelo seu projeto de *gamification*, uma animação digital, baseada na gestão de uma carteira de fundos de investimento, sobre um modelo animado de um campeonato de futebol com diversas jornadas. Neste exercício registou-se um forte crescimento no volume de transações de obrigações devido ao sucesso do serviço específico de *Bonds For All* que passou a disponibilizar acesso *online* dos investidores particulares a uma vasta oferta para a compra/ venda de obrigações, sejam estas representativas de dívida pública portuguesa ou de empresas nacionais ou também emitidas por entidades internacionais de renome. Este serviço registou um volume de transações de cerca de 268 milhões de euros. Em dezembro de 2011 o Banco iniciou o *outsourcing* integral da atividade do *Saxo Capital Markets UK* englobando a plataforma I/T, operações, serviços de custódia e liquidação e negociação/ contratação de produtos e serviços de terceiros, representando uma oferta *online real-time* com mais de 6 mil produtos, no mercado do Reino Unido. Esta iniciativa atesta a capacidade da plataforma do BEST na prestação de serviços de intermediação financeira dirigidos a um dos mercados financeiros mais competitivos e sofisticados do mundo. A nível dos indicadores económicos e financeiros é de referir que os ativos de clientes sob custódia se situaram muito próximo de 2,0 mil milhões de euros enquanto o resultado líquido alcançou os 8,5 milhões de euros, ou seja, um crescimento de 20% face ao ano anterior.

Negócios: Enfoque no apoio à gestão eficaz das necessidades de fundo de maneio dos Clientes

Foi num contexto adverso de desaceleração da atividade económica que o Segmento de Negócios elegeu como prioridade de ação comercial a disponibilização de meios e soluções de pagamentos/ recebimentos e de gestão de tesouraria, inovadores e competitivos, que permitem aos clientes aumentar a eficiência e eficácia na gestão das necessidades de fundo de maneio, otimizando os seus custos e o recurso ao crédito bancário.

Assim, procedeu-se em 2012:

- Ao fortalecimento da colocação da Oferta de Soluções de Tesouraria (“Soluções BES Negócios”) e de Terminais de Pagamento Automático (“Packs BES Negócios”) adaptados à realidade das micro empresas e empresários em nome individual o que permitiu continuar a aumentar a quota de mercado do BES neste produto, tendo mais de 14 mil Clientes do segmento com TPA ativo.
- Reforço da dinamização do BES Express Bill (lançado em 2009 e estendido ao segmento de negócios em 2010), sistema inovador de pagamentos e recebimentos que consiste na emissão eletrónica de ordens de pagamento a prazo com garantia de pagamento do BES. Aprovaram-se 100 milhões de euros de linhas de crédito Express Bill a 900 clientes do segmento que, no decurso do ano, efetuaram já 39 milhões de euros de pagamentos a fornecedores nesta modalidade. Por sua vez, 2 900 clientes do segmento de negócios beneficiaram de 93 milhões de euros de ordens garantidas pelo BES.

Como resultado do enfoque colocado no aconselhamento e venda de soluções de apoio aos recebimentos e pagamentos não surpreende que o segmento de negócios tenha obtido um crescimento relevante nos recursos sob gestão, atingindo os 3 030 milhões de euros sob gestão.

Um dos principais vetores distintivos da abordagem do BES ao segmento de negócios assenta no acompanhamento da vertente profissional e pessoal dos sócios dos Negócios por Gestores únicos especializados e dedicados. A visão integral das necessidades dos clientes, considerando impactos cruzados de eventos no domínio pessoal e empresarial e um interesse genuíno sobre o seu sucesso ao longo das diferentes etapas de vida, permitem ao BES posicionar-se como o parceiro por excelência no segmento dos Negócios, ambicionando elevados níveis de penetração de empresas cujo sócio(s) opta(m) por concentrar parte substancial do seu património e gestão de quotidiano no BES. Em 2012, captaram-se 4 800 novos Sócios, em resultado desta estratégia de abordagem conjunta das necessidades da empresa e do seu sócio.

Particulares de Retalho

O aprofundamento das dificuldades económicas em Portugal ao longo do ano de 2012 traduziu-se num aumento significativo da taxa de desemprego e na diminuição do rendimento disponível das famílias. Neste contexto, o BES reforçou o seu posicionamento nas áreas da oferta de produtos de poupança e da cobertura das necessidades de proteção e segurança do quotidiano.

Ao nível da poupança, o enfoque foi dado a soluções inovadoras de aforro para particulares, como é o caso da **Poupança Programada**, que permite poupar de forma regular a partir de 10 euros por mês, ou da solução de **Micro poupança**, que permite poupar com o arredondamento dos pagamentos do dia-a-dia (cartões de débito, débitos diretos...), que demonstraram ser da maior conveniência das famílias portuguesas, traduzindo-se numa detenção superior a 235 000 contas em 2012. Adicionalmente, o lançamento, com elevados níveis de notoriedade comunicacional, de produtos de poupança competitivos a médio e longo prazo como a **Nova Conta Rendimento CR** ou o seguro de capitalização **BES Vida Aforro**, contribuiu de forma decisiva para um crescimento global dos recursos dos clientes Particulares de Retalho de 9,8%.

Por fim, é igualmente de destacar o sucesso da parceria com a Associação Nacional de Farmácias, através da qual foi possível realizar ações de marketing direto aos detentores do Cartão das Farmácias com a oferta de um *check-up* cardiovascular para os aderentes que subscrevem novas soluções de poupança no BES.

No atual contexto de incerteza, a oferta de seguros do BES destacou-se nas áreas de proteção essencial dos agregados familiares perante incidentes que ponham em causa a sua estabilidade financeira. Neste capítulo, os níveis de subscrição do seguro **BES Vida Segura** destacaram-se de forma significativa, garantindo aos casais com filhos, a um custo acessível, proteção financeira perante situações de morte, doenças graves ou invalidez absoluta ou definitiva.

O aumento da frequência de contacto através dos canais diretos mantém-se como uma das principais tendências da Banca de Particulares. Em 2012, o número de clientes que utilizam frequentemente o *Internet Banking* de particulares – BESnet – cresceu 9,4% face ao período homólogo, consolidando a primeira posição na penetração de *Internet Banking* em Portugal, com 43,6% de penetração na base de clientes, de acordo com a Marktest. O número de acessos alcançou os 24,6 milhões o que representa um crescimento de 2,8% face ao período homólogo. O crescimento verificou-se igualmente no *Internet Banking* para empresas – *BESnetwork* –, que atingiu cinquenta e sete mil clientes frequentes neste trimestre, um crescimento de 7,8% face ao período homólogo. O número de acessos atingiu os 10,8 milhões o que representa um crescimento de 7,0% face ao período homólogo. O *BESnetwork* foi ainda galardoado com o prémio *Global Finance* para o melhor *Internet Banking* de Empresas em Portugal.

O BESmobile, lançado em 2011, continua a crescer de forma muito significativa, com uma adesão que atingiu já os 40 000 clientes muito frequentes, e outros 40 000 com utilizações mais esporádicas, assentes numa necessidade em mobilidade, e por isso não tão constante. Foi o destacado pela *Global Finance* como o melhor *Internet Banking Mobile* para Empresas, na Europa, destacando-se a capacidade de assinatura de operações de empresas, preparadas no BESnetwork, e assinadas pelos sócios ou administradores no BESmobile (telemóvel).

No ano de 2012 assistiu-se a uma consolidação do papel dos Canais Diretos no relacionamento do Banco com os seus clientes, nomeadamente:

- Disponibilização completa do lote de serviços, consultas e transações possíveis de serem realizadas de forma remota, sendo todavia possível o atendimento personalizado através da plataforma de *servicing* (Correio BESnet) ou diretamente com um operador no BESdirecto, com ligação para o Balcão se for caso disso;
- Aposta forte dos Canais Diretos para a disponibilização da oferta de poupança e Investimento, com possibilidade de subscrição autónoma, ou assistida, sendo que neste último caso os clientes têm acesso a uma equipa especializada em produtos de poupança, crédito e seguros através do telefone ou de ferramentas de *chat*. O stock total de Depósitos a Prazo subscritos através do BESnet cresceu 76% em 2012, atingindo os 412 milhões de euros.
- Integração das plataformas de CRM entre Balcão, BESnet e BESdirecto, geridas de forma autónoma pelo Departamento de Marketing, com possibilidade de encaminhamento de *leads* para seguimento comercial personalizado pelo Balcão. Foi utilizado um modelo de decisão em tempo-real para a adequação das ofertas aos clientes, específico para meios automáticos.
- Incorporação de funcionalidades de valor acrescentado como é exemplo o “Orçamento Familiar BES”, com classificação automática de despesas, num contexto de importância acrescida, tendo em conta os tempos de rigor e a necessidade de poupança, motivados pela envolvente económica.

Adicionalmente, no segmento dos particulares de retalho, o Grupo exerce a sua atividade nos Açores através do **Banco Espírito Santo dos Açores**. O agravamento da situação do País refletiu-se igualmente nas condições económicas da Região Autónoma dos Açores e condicionaram a atividade do Banco Espírito Santo dos Açores no ano de 2012, que ficou marcada por um lado, pela desaceleração na concessão de crédito (sem, no entanto, ter deixado de apoiar as empresas, designadamente, as PME com bom *rating*) e algum sucesso no controlo e recuperação do crédito em situação irregular e por outro, pela evolução positiva dos recursos. A estratégia de aumento da quota de mercado e captação de novos clientes foi suportada na assinatura de novos protocolos com empresas e instituições regionais e na relevância dada ao projeto de parceria *assurfinance* com a Companhia de Seguros Tranquilidade. O Banco reforçou a ações de índole comercial e social com o objetivo de, cada vez mais, se assumir como um banco vocacionado para o serviço ao cliente e à sociedade e como único banco a operar nos Açores, com sede na Região Autónoma.

Ao nível da atividade salienta-se a evolução registada nos recursos de clientes (+2,0%) e no crédito concedido a clientes (-2,5%), com o crédito a empresas a crescer 3,4%; o ativo atingiu os 513 milhões de euros. O resultado líquido, no montante de 2,3 milhões de euros, registou um acréscimo de 161,3% em relação a 2011 e foi influenciado por uma evolução positiva do produto bancário comercial e pelo menor esforço de provisionamento do crédito.

Oferta especializada

Na sua abordagem aos particulares de retalho, o Banco Espírito Santo procura disponibilizar serviços financeiros a segmentos que, pela sua natureza demográfica, cultural ou mesmo socioeconómica, necessitem de serviços especializados e adequados às suas características específicas.

Produtos Poupança

De acordo com o “Inquérito à literacia financeira da população portuguesa 2010” do Banco de Portugal, 48% da população portuguesa não faz poupanças. Como resposta a este preocupante indicador, o Banco reforçou o seu investimento na inclusão financeira dos seus clientes, em 2011, com a criação de serviços inovadores de poupança e na disponibilização do serviço gratuito “Orçamento Familiar”, a todos os clientes.

O orçamento familiar é um serviço que organiza e agrupa automaticamente todas as receitas e despesas da conta permitindo ao cliente ter uma fotografia real do seu orçamento e sobretudo acompanhar a evolução das receitas e despesas identificando os gastos que podem ser reduzidos, de forma a gerar uma folga maior no orçamento e assim facilitar a criação de poupanças.

As soluções Poupança Programada, Micro Poupança e Poupança por Impulso, fortemente dinamizadas, em 2012, por toda a rede comercial permitiram ao Banco apoiar os seus clientes na constituição de cerca de 206 milhões de euros em poupanças. Este valor representa cerca de 2% do total de depósitos a prazo e contas poupança captadas pelo Banco junto de 632,9 mil clientes particulares.

Os resultados alcançados sinalizam uma real mudança de comportamentos nos clientes, perspetivando para muitos destes a constituição de produtos de poupança com valores mais significativos a médio prazo.

Poupança Programada

A Poupança Programada implica a adesão a um plano de entregas mensais, no qual o cliente estabelece a quantia (mínimo de 10 euros) e o momento do mês a poupar, permitindo ajustar a poupança ao seu respetivo orçamento familiar. Os clientes têm a possibilidade de aderir à poupança programada, para prazos de 1, 3, 5 ou 10 anos. Em 2012, os clientes aderentes a esta solução, mais que duplicaram. Cerca de 265 mil clientes aderiram ao serviço Poupança Programada.

Micro Poupança

A Micro Poupança foi um dos mecanismos de poupança utilizado de forma recorrente por cerca de 40 mil clientes em 2012. Este serviço permite a qualquer pessoa, começar a poupar pequenos montantes, através do arredondamento dos débitos correspondentes às suas despesas quotidianas revertendo o arredondamento para uma conta poupança.

Microdoar

Em 2012, o Banco voltou a inovar, facilitando o acesso das instituições privadas de solidariedade social a donativos dos clientes, criando o serviço de Micro Doar. Utilizando o mesmo conceito da Micro Poupança, o Micro Doar, é um serviço em que o Cliente decide pelo arredondamento de todos ou alguns débitos, revertendo o valor do arredondamento para uma conta poupança da instituição à sua escolha. Para beneficiarem do serviço Micro Doar, as IPSS necessitam protocolar com o Banco a adesão ao serviço Micro Doar. Esta adesão possibilita a recepção das micro doações e a capacidade para fornecer *feedback* a cada cliente sobre os efeitos que as suas contribuições tiveram.

Poupança por impulso

A Poupança por Impulso tem como fator inovador, permitir aos clientes portadores da aplicação “Poupe” para *smartphones*, reforçar uma poupança com pequenos montantes de cada vez (entre 5 e 50 euros), através de um simples toque no telefone. Esta forma de aforro permite ao cliente, poupar no exato segundo em que o decide fazer. Em 2012 cerca de 2,3 mil clientes utilizaram este serviço, justificando mais uma solução inovadora no mercado.

Microcrédito

Num ano marcado pelas elevadas taxas de desemprego em Portugal, o microcrédito assume especial relevância no apoio e estímulo ao empreendedorismo e na criação de emprego. O Gabinete de Microcrédito do BES tem como missão identificar os empreendedores e acompanhá-los nos seus projetos através do desenvolvimento de *'business plans'* ou encaminhando-os para linhas de apoio ao empreendedorismo. O Banco aposta numa ampla divulgação do produto quer através das redes sociais e internet, quer nos fóruns de emprego em diferentes cidades do País, associações e outras entidades públicas ou privadas que possuem um contacto direto com potenciais empreendedores com menor acesso ao sistema financeiro.

A rede de balcões do Banco foi mais uma vez fundamental na captação (cerca de 82% das operações aprovadas) e encaminhamento de empreendedores para o gabinete de microcrédito. Complementarmente, o Banco conta com uma rede de parceiros 'no terreno' nomeadamente a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC), parceira do BES desde o lançamento do produto, o Instituto de Emprego e Formação Profissional e as agências de desenvolvimento local. As linhas de financiamento disponibilizadas pelo BES e a parceria com a ANDC permitiram financiar 43% dos clientes que recorreram ao Banco, tendo os restantes empreendedores sido financiados através das linhas Microinvest e Invest +, promovidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, dinamizada em parceria com o BES.

Em 2012, o microcrédito passou a ser distribuído na rede de balcões universitários com o objetivo de reforçar a oferta de serviços financeiros para os universitários, nomeadamente a oferta de serviços que se adaptam às necessidades do dia-a-dia de um primeiro negócio.

Ainda de salientar que já no início de 2013 o BES celebrou um contrato de crédito no valor de 8,75 milhões de euros com o Fundo Europeu de Investimento (FEI) no âmbito do programa europeu de apoio ao microcrédito e empreendedorismo, promovido pela Comissão Europeia e pelo Banco de Investimento Europeu.

Esta é primeira operação de financiamento efetuada pelo FEI em Portugal e tem como principal objetivo potenciar o incremento do microcrédito, permitindo assim a obtenção de crédito por entidades sem acesso ao mesmo pela via convencional. A concretização desta linha de crédito com o FEI é mais um passo no âmbito da estratégia de sustentabilidade do Grupo BES que visa apoiar os segmentos sociais e profissionais com necessidades específicas e acesso dificultado ao crédito bancário tradicional.

O total de crédito concedido em 2012 foi de 3,08 milhões de euros, através de 198 operações a novos empreendedores que permitiram criar 336 postos de trabalho, registando uma evolução positiva de 37% nos postos de trabalho criados, 12% no crédito concedido e 71% nas operações de crédito a novos empreendedores.

Novos Residentes

O contexto socioeconómico do país motivou acrescente saída de imigrantes do país com consequência na captação de recursos neste segmento que diminuiu cerca de 6% face a 2011.

Não obstante, e tendo em conta que Portugal continua a ser um país com uma população imigrante significativa, Banco continuou a apostar nas parcerias com as associações imigrante, com o objetivo de facilitar a inclusão financeira das famílias de novos residentes a viver em Portugal.

Assim o Banco continuou a disponibilizar o cartão *Family links*, consolidou o serviço BESXpress China, que facilita o envio de dinheiro para a China e formalizou a parceria com a Ukraine International Airlines que oferece descontos a clientes BES nas viagens de avião nesta companhia.

Universidades

A gestão dos alunos do ensino superior é assegurada por uma estrutura central especializada e autónoma, complementada por 6 Balcões situados nas Universidades e pela rede de Balcões localizados perto das universidades. Este posicionamento permite assegurar uma adequada proximidade ao segmento.

Em 2012 o BES renovou o Protocolo com o Instituto Politécnico de Tomar por um período de 5 anos e com a Escola Superior de Enfermagem de Coimbra. A colaboração com a Universidade de Évora, no âmbito da Cátedra BES Energias Renováveis, permitiu ao Banco e a diversas empresas participadas associaram-se ao Instituto Português de Energia Solar, dedicada ao desenvolvimento e promoção desta fonte de energia. O BES apoiou a implementação de sistemas de gestão de acessos e pagamentos nas Universidades de Évora e de Trás-os-Montes e Alto Douro. O BES patrocinou ainda a requalificação dos laboratórios do Instituto Politécnico de Castelo Branco.

Os estágios BESup, que completaram em 2012 a 7ª edição, continuam a ser um exemplo do apoio ao desenvolvimento do curriculum dos jovens universitários proporcionando-lhes uma oportunidade para aprofundarem os conhecimentos adquiridos nos cursos, enriquecer a sua experiência e facilitar a sua posterior integração na vida ativa.

A oferta formativa abrange as áreas da medicina, enfermagem, engenharias, economia, gestão, direito e comunicação.

Em 2012 o programa de estágios BESup recebeu mais de 3 000 candidaturas e acolheu 195 estagiários, um aumento de 150% face ao ano de arranque e 4% face ao ano transato. O nível de satisfação dos estagiários situou-se nos 98%, um resultado bastante elevado e que confirma a utilidade dos estágios na integração dos estudantes na vida ativa.

Estes estágios são hoje uma referência no panorama nacional e uma iniciativa abrangente que envolve 17 entidades dentro e fora do universo de empresas do Grupo BES.

No âmbito das parcerias com instituições de ensino superior, realizam-se ainda os Estágios de Aproximação à Vida Ativa, que decorrem essencialmente na rede de Balcões e visam proporcionar um contacto com a realidade profissional. Neste âmbito foram realizados em 2012 51 estágios.

Recompensando o mérito e a excelência, o BES atribuiu em 2012 mais de 50 prémios a alunos que se distinguiram pelas classificações alcançadas na sua formação superior.

Num contexto de crescente preocupação por parte dos universitários com a entrada na vida ativa, manteve-se a parceria com a PT/SAPO relativa ao Portal BES SAPO Emprego Universitários, com uma ampla oferta de serviços disponível dos quais é relevante destacar a disponibilização da plataforma de oferta de emprego, formação, estágios, voluntariado e criação de próprio emprego.

A página BESup no facebook, criada com o objetivo de reforçar a proximidade e a comunicação com os universitários conta atualmente com mais de 50 000 fãs, constituindo um caso de sucesso e um canal privilegiado para a divulgação das iniciativas do BES relevantes para este público.

Seniores

O Banco Espírito Santo disponibiliza uma oferta de serviços financeiros adaptados às necessidades da população sénior em Portugal. A Conta BES Nº1 composta por um pacote de serviços financeiros e apoios de saúde continuou a ser um dos produtos de referência neste segmento.

Em 2012, o Banco apostou na dinamização da conta BES 100% 55+ através de uma campanha dirigida a este segmento. A domiciliação da pensão a partir de 250 euros no BES garante não só a isenção da conta BES 100% 55+, como também oferece um *voucher check up* saúde a realizar gratuitamente nas farmácias aderentes a esta campanha. A conta BES 100% 55+ é uma

conta à ordem adaptada às necessidades da população sénior em Portugal, que disponibiliza assistência médica e técnica ao domicílio e um pacote de produtos e serviços financeiros que garantem as melhores soluções financeiras para este segmento.

Como resultado, em 2012, e acompanhando a tendência neste segmento, a captação de recursos aumentou 6,5% face a 2011, situando-se nos 959,4 milhões de euros. A concessão de crédito aumentou em 0,5% em 2012 face ao crédito concedido em 2011, evoluindo para 322,4 milhões de euros.

Produtos e Serviços Ambientais

Consciente do desafio que representa as alterações climáticas e a perda da biodiversidade, o Banco tem inovado com o objetivo de disponibilizar produtos e serviços financeiros que permitem envolver o cliente na adoção de padrões de consumo responsáveis e coerentes com o paradigma do desenvolvimento sustentável.

Conta 18.31

Criada em 2011, a conta 18.31 tem como objetivo oferecer um serviço financeiro que simultaneamente consciencializa os clientes para a temática das alterações climáticas. Esta consciencialização decorre da neutralização das emissões estimadas pelo Banco, decorrentes da aquisição e utilização da conta pelos seus clientes.

A neutralização das emissões é efetuada através do cálculo da pegada de carbono efetuada por uma empresa especializada, de acordo com a metodologia PAS 2050:2008, específica para o efeito.

Em 2012, o Banco neutralizou as emissões de 77 358 contas, correspondentes a clientes que aderiram à conta 18.31 em 2011 e 13 394 novas contas relativas ao ano em reporte. Este aumento significativo das contas originou, uma neutralização de 145 toneladas de CO₂, obtendo assim o selo *mission neutral certified*[®] e garantindo aos seus clientes a aquisição de um produto neutro em carbono.

A compensação das emissões foi realizada através do projeto Velotex, localizado no Brasil à semelhança de 2011, através do financiamento de um projeto de substituição de biomassa não renovável para biomassa renovável. Este projeto contribui para a proteção de um ecossistema sensível e para a melhoria das condições de trabalho dos Colaboradores da empresa beneficiada.

Cartão BES/WWF

Em 2012, o Banco continuou a dinamizar e disponibilizar o cartão WWF, o primeiro cartão de crédito "biodiversidade" em Portugal. Esta dinamização permitiu um crescimento de cerca de 50% na venda dos cartões de crédito WWF.

O cartão nasce, fruto de uma parceria entre o BES e a *Word Wildlife Fund* (WWF), a maior organização independente a nível mundial de preservação da biodiversidade. O cartão WWF é hoje um exemplo de envolvimento comercial entre o setor financeiro e os seus clientes, com o duplo propósito de proteção da biodiversidade e dos ecossistemas e utilização quotidiana de um serviço financeiro.

Em 2012 cerca de 940 clientes utilizavam este cartão, contribuindo para o financiamento de projetos de conservação da natureza, preservação da biodiversidade e combate ao aquecimento global.

4.1.2 Private Banking

Esta área de negócio abrange a atividade com clientes de elevado património, através de 23 Centros de *Private Banking* em Portugal, com um total de ativos sob gestão de 7,6 mil milhões de euros.

O ano de 2012, e em consequência da conjuntura económico-financeira de Portugal, teve como objetivo principal a consolidação da sistematização e

recorrência do acompanhamento aos clientes de topo, nomeadamente recorrendo ao apoio de especialistas, refletindo-se num *asset allocation* ajustado a cada perfil de risco e incorporando o cenário da crise financeira. A maior sistematização no acompanhamento a clientes por especialistas de investimento foi potenciada através do CRM, promovendo uma intervenção conjunta do acompanhamento comercial pelos gestores de *Private Banking* e de especialistas.

O facto da área de *Private Banking* ser parte de um Grupo Multi-especialista permite transpor diretamente para o cliente essa vantagem, materializando-se em soluções à medida num âmbito global que vão desde o investimento direto em ativos financeiros aos serviços de banca de investimento e assessoria financeira. O acesso a equipas especializadas, quer da área de investimento, quer da área da banca de investimento e assessoria financeira, permite acompanhar de uma forma mais próxima e global as necessidades dos nossos clientes. Neste sentido, durante o último ano foi desenvolvido um serviço especializado de assessoria financeira, com enfoque nos pequenos e médios negócios, permitindo apoiar os nossos clientes de forma proativa.

O reforço da proximidade ao cliente passou também por aumentar a relação dos nossos clientes no seu quotidiano com o Grupo BES. Para além da Conta *Private*, com vantagens específicas para os clientes do segmento, foi introduzida uma vertente poupança associada à conta. Adicionalmente, foi lançada uma nova gama de cartões de crédito: o BES Private Dual e o BES Private Dual Plus. A nova oferta de cartões traduz-se na atribuição de dois cartões de crédito de redes diferentes associados à mesma conta: um da rede VISA e outro da Rede American Express, nas gamas *Platinum* e *Black* para os clientes do ES *Private Banking*. Entre outras vantagens desta nova oferta destacam-se uma maior facilidade de transação, uma vez que os clientes têm acesso a uma rede adicional, os serviços de *concierge* e respetivos seguros associados a estes cartões.

4.1.3 Banca de Empresas e Institucionais

O segmento de Banca de Empresas e Institucionais inclui a relação comercial com as Grandes e Médias Empresas e, com os clientes Institucionais e Municipais. Este importante grupo de clientes, pela sua importância no tecido empresarial e na economia nacional em geral, tem merecido uma especial atenção por parte do Grupo BES, sempre apresentando soluções que acrescentem valor às atividades e às iniciativas das empresas portuguesas.

Esta unidade serve cerca de 20 mil clientes com mais de trinta mil milhões de euros de movimento financeiro em dezembro de 2012, através de 25 Centros de Empresas com uma equipa dedicada de 120 gerentes de empresas (para médias empresas) e dois núcleos para Grandes Empresas, em Lisboa e no Porto, com 17 gestores de conta. Estas estruturas comerciais baseiam a sua atividade num serviço de banca de relação especializada aproveitando um modelo de organização multi-especialista e que tem permitido ao Grupo BES manter uma posição de liderança no segmento. Esta liderança requer uma permanente adequação da oferta de produtos e serviços às necessidades dos clientes, com especial ênfase nas soluções de apoio à internacionalização, inovação e financiamento da economia portuguesa.

Apoio à internacionalização

No contexto do apoio ao tecido empresarial em geral, uma atenção especial tem sido dedicada às empresas exportadoras e ao apoio à internacionalização. Uma das principais preocupações tem sido garantir uma resposta completa às necessidades destas empresas, num modelo que assenta na articulação entre a força comercial do BES e os serviços especializados da Unidade Internacional Premium (UIP), na sólida presença internacional complementada por uma vasta rede de bancos correspondentes, e no reconhecido *know-how* e liderança em *trade finance*. Esta abordagem integrada tem permitido alcançar importantes quotas de mercado: 43% das empresas portuguesas exportadoras são clientes do Grupo BES e a quota de mercado de *Trade Finance* ascende a 31%, registando um crescimento de 2,2p.p. face ao período homólogo.

A oferta de serviços especializados de apoio à internacionalização através da Unidade Internacional Premium (UIP) pretende assegurar um suporte efetivo aos processos de exportação e/ou investimento direto nos mercados. Sendo um canal de ligação às Unidades Internacionais do Grupo BES, por um lado, e alavancando numa forte rede de bancos parceiros, por outro, a UIP alia o conhecimento dos mercados internacionais às soluções financeiras que podem dar resposta às mais diversas solicitações nas diferentes geografias.

No inquérito de satisfação interno realizado em 2012, 96,7% dos clientes inquiridos que tiveram apoio da UIP consideraram os serviços prestados por esta Unidade muito importantes para o seu negócio e 93,3% afirmam que recomendariam este serviço.

No caso específico da interligação económica do mercado ibérico, a continuação da articulação entre a rede doméstica e a rede do Grupo em território espanhol tem permitido assegurar uma ação comercial de captação e desenvolvimento de negócio: cerca de 50% das empresas ibéricas de bom risco são clientes do Grupo BES.

Em 2012, o Grupo manteve diversas iniciativas no âmbito do apoio à internacionalização das empresas nacionais, entre as quais merecem especial referência as seguintes:

- Estabelecimento de parcerias de desenvolvimento de negócio com especial enfoque para as áreas de *trade finance*, *corporate banking* e de banca de investimento, com dois importantes grupos bancários internacionais: Ecobank, um dos principais grupos bancários da África subsaariana com presença em 32 países, e o OTP da Europa de Leste, assegurando assim parcerias bancárias em áreas geográficas que são novos destinos para as empresas portuguesas;
- Participação em feiras internacionais: Prowein, no setor vinícola, que decorreu na Alemanha em junho; Sial, feira de produtos alimentares e bebidas, na China, em maio; Batimatec, para o setor da construção e materiais de construção, na Argélia e também em maio; FIA - Feira Internacional da Argélia, multissetorial, que decorreu entre maio e junho de 2012;
- Promotor, em conjunto com a AICEP e AIP da 7ª edição do "Fórum Portugal Exportador", o maior e mais importante evento relacionado com as exportações e internacionalização das empresas nacionais;
- Participação ativa no "Clube Portugal Exportador", uma iniciativa que nasceu no âmbito do "Fórum Portugal Exportador" com o intuito de proporcionar aos seus membros informação sobre mercados e *leads* de negócio nos principais mercados externos;
- Lançamento da segunda edição dos Prémios "Exportação & Internacionalização BES/ Jornal de Negócios", que visam distinguir as empresas que mais se destacam na internacionalização e na dinamização das suas exportações;
- Publicação, pelo terceiro ano consecutivo, no Jornal Expresso, de um suplemento periódico ("Empresas & Internacionalização") dedicado à divulgação de mercados estratégicos para as empresas portuguesas, com apresentação das oportunidades de negócio nesses mercados e testemunhos de empresas portuguesas que constituem casos de sucesso nessas geografias.

Apoio à Inovação

Durante 2012 prosseguiu-se o esforço de atuação ao nível do apoio à Inovação, que assenta na prática em três pilares: "estimular a inovação", "investir na inovação" e "acompanhar a inovação".

- O **estímulo à inovação** tem no Concurso Nacional de Inovação BES, na sua 8ª edição, o seu expoente máximo, com um crescente número de participantes, tendo sido o grande vencedor o projeto "Streambólico". Prosseguiram-se igualmente as atividades de comunicação e divulgação

por via dos *Roadshows* de Inovação BES, que em 2012 tiveram lugar nas Regiões do Minho e Estremadura;

- O **investimento na inovação** foi particularmente dinamizado em 2012, fruto do trabalho lançado em 2010/ 2011 no âmbito do programa "BES - Apoio às Empresas Inovadoras". Através da Espírito Santo Ventures, Sociedade Capital de Risco, foram concretizados quatro investimentos em quatro novas *Start-ups* nacionais, num montante total de cerca de 2,0 milhões de euros, em que participaram parcialmente coinvestidores nacionais. Esta lógica de colaboração permitiu alargar a base de instituições e investidores que assim apoiam as oportunidades de maior potencial no país, reforçando o ecossistema da Inovação português. Adicionalmente foi também realizado um aumento de capital a uma das participadas *Start-up* portuguesas da Espírito Santo Ventures, destacando-se o facto de ter coinvestido um fundo norte-americano;
- Relativamente ao **acompanhamento da Inovação**, mantém-se o esforço lançado em 2010 com a equipa de especialistas de inovação em colaboração direta com a Rede de Gerentes dos Centros de Empresas, o que permitiu identificar mais de 500 empresas e projetos de caráter inovador em todo o país. Mais de 1 000 visitas foram efetuadas, tendo-se avaliado a entrada no capital de mais de 100 oportunidades, algumas das quais se irão concretizar já em 2013.

Ainda no domínio do apoio a inovação merecem destaque as seguintes iniciativas:

- Realização da 2ª edição do Programa Avançado de Gestão para Empreendedores - levado a cabo no 2º semestre de 2012, numa parceria entre o BES e a Universidade Católica;
- Colaboração com as principais entidades ligadas à Inovação, com especial destaque para as Incubadoras de Empresas e Centros de Transferência de Tecnologia de Norte a Sul do país;
- Apoio direto a *Start-ups* em programas trimestrais em Silicon Valley;
- Realização de palestras e encontros entre *start-ups* e potenciais investidores.

Médias Empresas

O Grupo BES detém um profundo conhecimento e proximidade com o tecido empresarial, fruto de um modelo de negócio consolidado e de uma presença geográfica adequada, que são essenciais na abordagem comercial e que permitem manter uma celeridade de decisão e consistência da política de crédito que continua a ser um valor reconhecido pelos clientes.

A proatividade comercial, aliada a uma oferta competitiva e a um serviço de excelência, suportado por equipas especializadas em diferentes áreas da Banca de Empresas, permite ao Banco disponibilizar soluções financeiras adequadas a cada cliente. Esta abordagem permitiu, mesmo em condições de mercado adversas, alcançar resultados positivos em 2012, nomeadamente:

- No âmbito dos Seguros de Vida Risco para os colaboradores das empresas registou-se um crescimento da carteira de 45% do número de pessoas seguras;
- O *cross-selling* de seguros não-vida, que continua a constituir uma boa complementaridade com a oferta bancária, registou um aumento de 21% na carteira, traduzindo um aumento de receita de 21,1%;
- Nas soluções de recursos humanos, com destaque para o recrutamento de quadros, formação, *outsourcing* e trabalho temporário, em parceria com a Multipessoal, as receitas cresceram 21%.

A monitorização e prospeção constante de novos clientes tendo por base a permanente identificação de clientes potenciais de bom risco, aliada a uma oferta inovadora e competitiva continua a constituir um precioso instrumento que permitiu captar 677 novos Clientes ativos.

Ao nível do mercado ibérico, a articulação entre a rede doméstica e a rede em território espanhol através da sua equipa de gestores continua assegurar uma ação comercial de captação e desenvolvimento de negócio (+209 clientes novos em Espanha e 126 em Portugal).

No conjunto das sucessivas **Linhas PME Investe e PME Crescimento** o BES tem promovido proativamente junto do tecido empresarial, estes importantes instrumentos de apoio às PME nacionais. Especificamente na atual linha PME Crescimento, o BES é líder no apoio às empresas exportadoras, com 156M€ de crédito aprovado a que corresponde uma quota de mercado de 29%.

BES Express Bill

O BES Express Bill continua a ser uma solução de gestão de pagamentos e recebimentos exclusiva do BES, que tem ganho uma preponderância muito significativa. Esta solução assegura às empresas aderentes uma fonte de liquidez fundamental e constitui um instrumento gerador de confiança nas transações comerciais entre elas. Até ao momento mais de 11 mil empresas aderiram ao BES Express Bill, estando aprovados cerca de 2 100 milhões de euros em limites de crédito, o que permite garantir e antecipar mais de 10 000 milhões de euros de pagamentos por ano.

O papel do capital de risco no Grupo BES

A Espírito Santo Ventures desenvolve a sua atividade no investimento em empresas de base tecnológica e em projetos de negócio inovadores com grande potencial de crescimento, com produtos ou com conceitos de negócio inovadores a nível global e orientadas para o mercado internacional, sendo este investimento realizado através de fundos de *venture capital*.

Com aproximadamente 250 milhões de euros sob gestão para investir em empresas inovadoras focalizadas nas áreas de *Clean Tech*, *Health Care & Wellbeing* e IT, a Espírito Santo Ventures conta com um *portfolio* de cerca de 45 empresas participadas, que estão a desenvolver produtos e serviços líderes ao nível mundial.

Em 2012, foram efetuados seis investimentos, dos quais quatro em empresas portuguesas:

- **Equigerminal:** Empresa portuguesa que está a desenvolver um teste para despiste de todas as variantes conhecidas da anemia infecciosa equina;
- **JDCPhosphate:** Empresa norte-americana que desenvolveu um novo processo para obter ácido fosfórico - componente base para a produção de fertilizantes agrícolas;
- **Ubiquity:** Empresa norte-americana especialista em serviços *online* de suporte a clientes;
- **SakProject:** Empresa portuguesa com tecnologia para produzir soluções de proteção personalizada para desportistas;
- **Weduc:** Empresa portuguesa que desenvolveu uma plataforma de comunicação em rede que liga Pais, Alunos, Professores e Escolas, utilizando o modelo de rede social com total segurança e privacidade na partilha de informação;
- **Muzzley:** Empresa portuguesa com uma tecnologia para utilizar os telefones móveis na interação com outros sistemas e aplicações.

De realçar ainda a alienação à Google, em Abril de 2012, da empresa TxVia, uma empresa norte-americana especialista na área do processamento de pagamentos e de cartões, participada pelo fundo Espírito Santo Ventures II.

Fundo Capital Growth

O Fundo de Capital de Risco BES PME *Capital Growth* foi criado em 2009 e está enquadrado na estratégia do Grupo BES de apoio às PME. O Fundo tem uma dotação de 120 milhões de euros, com total subscrição de capital do Grupo BES, tendo como objetivo a promoção da capitalização e reestruturação de PME com um modelo de negócio viável e com potencial de crescimento, nos mais diversos setores de atividade. O apoio é concretizado através da

participação no capital, ou de outros instrumentos disponíveis, assegurando a sustentabilidade financeira destas empresas.

Até dezembro de 2012, este fundo investiu cerca de 91 milhões de euros em 18 empresas nos mais diversos setores de atividade, prestando simultaneamente o apoio necessário a prossecução da estratégia de negócio de cada uma das suas participadas.

Fundo Bem Comum

O BES é um dos investidores qualificados do Fundo de Capital de Risco “Bem Comum”, cujo objetivo é a aquisição de participações sociais no capital de empresas *seed* e *start-ups*, com sede ou direção efetiva em Portugal, promovidas por desempregados com mais de 40 anos e experiência profissional relevante.

O Fundo tem como propósito o combate ao desemprego de pessoas com mais de 40 anos, com experiência, talento e competência profissional, mas com reduzidas possibilidades de regressar ao mercado de trabalho.

Em 2012 a entidade gestora do fundo prosseguiu uma estratégia de identificação e análise de propostas de investimento. Para alcançar este fim, a equipa de gestão investiu na promoção do Fundo, na captação seletiva em colaboração com instituições de referência do Sistema Nacional de Inovação e no reforço dos mecanismos de validação técnica e antecipação de desempenho económico das propostas apresentadas. Em 2012 foram recebidas 248 candidaturas ao Fundo Bem Comum e analisadas 21 propostas de investimento em Conselho de Administração da entidade gestora, originando um *pipeline* de um milhão de euros. Em 2012, o Fundo detinha já uma participação numa primeira empresa, sendo expectável que em 2013, fruto do *pipeline* criado em 2012, mais empresas integrem o fundo.

Soluções BES Agricultura

As Soluções BES Agricultura, foram criadas com o objetivo de garantir a sustentabilidade do negócio das empresas agrícolas, através de uma oferta completa de produtos e serviços financeiros para as empresas que operam no setor. Estas soluções, agregam os produtos e serviços financeiros, de apoio a pequenas, médias e grandes empresas adaptados ao setor e produtos inovadores criados com o objetivo de apoiar os agricultores em território nacional. As Soluções BES Agricultura são compostas por:

- Soluções de Tesouraria, como o BES Express Bill, *Factoring*, o adiantamento de incentivos e o crédito de campanha;
- Através da Companhia de Seguros Tranquilidade, disponibiliza-se uma oferta completa de seguros para o setor agrícola;
- Oferta Especializada, de cobertura de risco dos preços das *commodities* e uma variedade de produtos que ajudam as empresas nas operações de comércio internacional;
- Apoio ao Investimento, através das Linhas Bonificadas com o IFAP, Linhas Protocoladas BES e Linha de Crédito à Certificação Agrícola.

No âmbito das Linhas de Crédito, o Banco celebrou com várias empresas líderes no fornecimento de equipamento agrícola (tratores, alfaías agrícolas e sistemas de rega) um protocolo que permite a reposição de equipamento agrícola em condições de crédito muito favoráveis com possibilidade de financiamento até 100% do investimento, prazo máximo de pagamento de 7 anos e carência de capital até 2 anos.

A Linha de crédito à certificação agrícola, tem como objetivo apoiar as empresas do setor a adotarem práticas de produção agrícola sustentáveis e reconhecidas internacionalmente. A certificação agrícola, tem o potencial de melhorar a competitividade e notoriedade dos produtos junto dos clientes nacionais e internacionais, cada vez mais exigentes, relativamente aos métodos de produção agrícolas.

Para tal, o Banco financia os custos de implementação de obras e equipamentos para a obtenção da certificação, de acordo com certificados internacionalmente reconhecidos como o Global Gap, o LEAF, a Produção Biológica entre outros. Esta linha de certificação é oferecida em parceria com a SGS – maior e mais reconhecida Certificadora Mundial.

Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (FAME)

Em 2012 o Banco continuou a disponibilizar o Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (FAME), abrangendo municípios de todo o país. O FAME criado pelo BES é uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento local, com o objetivo de financiar micro empresas. O FAME incluído no eixo III do programa FINICIA, envolve as Sociedades de Garantia Mútua, as Câmaras Municipais, o IAPMEI e as Sociedades de Desenvolvimento Regional. O envolvimento destas entidades permite uma maior eficácia no apoio concedido, minimizando o risco de financiamento. Em 2013, o BES continuará a oferecer esta linha de financiamento, negociando com os parceiros locais as melhores condições no atual contexto económico.

Soluções BES Ambiente e Energia Sustentável

Em 2011, o BES reformulou o produto BES Ambiente e Energia com o objetivo de adaptar a oferta às necessidades dos clientes.

Esta reformulação permitiu em 2012 a adjudicação à Yunit 22 operações num total de investimento por parte das empresas de 3,5 milhões de euros.

A Yunit é a empresa parceira responsável por gerir todo o processo de implementação. As Soluções BES Ambiente e Energia Sustentável têm também como parceiro estratégico a ISA ao nível das auditorias de eficiência energética.

O Grupo disponibiliza uma linha de crédito que tem como objetivo, o financiamento de projetos de eficiência energética e micro geração, apoiando os seus clientes a investir em ecoeficiência e na produção de energia verde.

Este produto permite aos clientes optar por:

- **Soluções de eficiência energética**, permitindo ao cliente ter acesso a um estudo energético, e ao desenvolvimento e implementação de planos de racionalização energéticos, tendo sempre em particular atenção a respetiva viabilidade técnica e económica das soluções propostas.
- **Micro geração**, para clientes que pretendam diversificar as suas fontes de fornecimento de energia, facilitando a sua própria independência energética, através da produção de energias renováveis.

Garantias Bancárias de Responsabilidade Ambiental

No âmbito da lei de responsabilidade ambiental, consagrada no Decreto-Lei nº 147/2008, o BES disponibiliza ao tecido empresarial nacional garantias bancárias emitidas a favor da Agência Portuguesa do Ambiente, com vista à reparação e prevenção de eventuais danos ambientais bem como as ameaças eminentes causadas em resultado do exercício da atividade da empresa. Estas garantias permitem apoiar o tecido empresarial português a estar em concordância com a lei e a mitigarem o risco decorrente de eventuais danos ambientais que possam prejudicar a competitividade das empresas.

Corporate Banking

Os clientes *Corporate* são acompanhados por equipas comerciais especializadas por *clusters* de setores de atividade, em Lisboa e Porto, em três grandes áreas: (i) *Top Corporate*; (ii) Grandes Empresas; (iii) Unidade Internacional Premium.

A articulação estreita com a Banca de Investimento continua a ser o fator chave no acompanhamento das grandes empresas nacionais e das multinacionais que utilizam as suas participadas em Portugal como plataforma para outros mercados internacionais, nomeadamente os países da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa.

A forte especialização da Banca de Investimento e o conhecimento dos mercados internacionais permite apoiar as empresas muito para além das suas necessidades de operações de crédito tradicionais, com destaque para

as soluções de *cross-selling* (serviços de gestão de tesouraria com utilização de meios de pagamento eletrónicos e complementares à oferta comercial tradicional) *trade finance*, e Assessoria Financeira.

Desde a criação da Unidade Internacional Premium, 1 899 empresas recorreram à UIP com pedidos de apoio à internacionalização, sendo que 352 destas empresas tiveram em 2012, pela primeira vez, pedidos de apoio à internacionalização junto da UIP.

Em paralelo ao recurso a aconselhamento pontual, há 464 empresas que são acompanhadas de forma permanente por gestores dedicados a empresas com forte componente internacional (263 empresas no Sul e 201 empresas no Norte). Para esta evolução positiva contribuiu também a estratégia de internacionalização do Grupo BES, possibilitando potenciar e fidelizar a sua relação com as empresas ibéricas e multinacionais em novos mercados e assim prestar-lhes um serviço mais personalizado, dedicado e especializado por geografias, reforçando a posição do Grupo BES no segmento de empresas.

Municípios e Clientes Institucionais

Os clientes Institucionais (municípios, empresas municipais, universidades e hospitais públicos e Instituições do 3º setor) beneficiam do acompanhamento de equipas especializadas no Porto, Coimbra, Lisboa, Setúbal e Faro. A especialização das equipas do Banco e o relacionamento de proximidade permite desenvolver com os clientes institucionais ações de parceria a longo prazo.

No 3º setor (Economia Social), estão em curso os protocolos com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) e com a União das Misericórdias Portuguesas, que estabelecem condições de relacionamento comercial vantajosas para estas instituições e para os seus colaboradores.

As organizações da economia social possuem uma presença significativa local em todo o território nacional. Desde 2007 que o Banco tem financiado a necessidade de desenvolvimento dos projetos de equipamentos sociais, complementando a sua atividade creditícia com o desenvolvimento de uma oferta de produtos e serviços financeiros adequados às características destas instituições. A aposta consistente do BES neste segmento, que conta com um peso considerável na economia portuguesa, permite ao Banco Espírito Santo ser um parceiro de referência no setor.

Em 2012, o movimento financeiro associado à economia social atingiu 239,6 milhões de euros, uma diminuição marginal de 0,07% face a 2011. Verificou-se uma diminuição na concessão do crédito em 6,8%, face aos valores de 2011 e um aumento de 5,2% na captação de recursos para o mesmo período.

Em 2012, pelo terceiro ano consecutivo, o Banco continuou a apoiar financeiramente o Curso de Formação Avançada de Gestão de Instituições Privadas de Solidariedade Social (IPSS), ministrado pela Universidade Católica de Lisboa. Este apoio financeiro surge da necessidade demonstrada e comunicada pelas IPSS aos responsáveis do BES, em receber formação prática e profissional de gestão, que facilite e potencie o serviço prestado por estas Organizações na sociedade.

Complementarmente e dada a natureza das organizações pertencentes à economia social, o Banco atua de forma responsável, encaminhando, sempre que relevante, as instituições para os órgãos competentes do Banco no que se refere à atribuição de donativos, ou ao apoio no desenvolvimento de novas soluções de empreendedorismo social.

4.2 Banca Comercial Internacional

A atividade de Banca Comercial Internacional do Grupo BES assenta na presença em mercados cultural e economicamente afins com Portugal, estando a sua expansão essencialmente centrada no eixo Atlântico Sul, nomeadamente em África (Angola e países do Magreb) e América Latina (Brasil). A presença internacional tem um grande enfoque em áreas específicas onde o Grupo detém vantagens competitivas que permitem explorar mercados e/ou áreas de negócio com elevado potencial, tirando partido da experiência adquirida e, em alguns casos, da liderança no mercado doméstico. Face à crescente internacionalização e à abertura dos mercados financeiros, a expansão internacional reflete ainda a necessidade de obter uma dimensão acrescida, como fator propiciador de economias de escala e ganhos de eficiência operacional. Internacionalmente, o Grupo adota uma estratégia de servir clientes locais de segmentos específicos, mas também clientes que desenvolvem atividades económicas transnacionais.

Angola

O ano de 2012 foi marcado pela preparação da alteração do posicionamento estratégico do **Banco Espírito Santo de Angola**, cujo *driver* principal será a mudança para um modelo de negócio assente num reforço significativo, em termos quantitativos e geográficos, dos canais tradicionais e na expressiva aposta no desenvolvimento de canais diretos, e no aumento dos clientes alvo. Do ponto de vista da atividade consolidou-se a comercialização do leque de produtos e serviços colocados à disposição dos clientes, que se vinha desenvolvendo desde o último trimestre de 2011, nomeadamente, uma nova série de cartões de crédito e um conjunto de novos produtos de poupança dirigidos aos segmentos *private*, que constituíam o *target* do Banco. A estrutura comercial expandiu-se apostando na qualidade do serviço ao cliente, consubstanciada no encerramento de vários postos de atendimento que deram lugar a novas agências (a rede de retalho é agora de 41 balcões, versus 34 no final de 2011). Na área de gestão de ativos de salientar a aprovação e constituição, em 1 de novembro de 2012, de um novo fundo de investimento imobiliário fechado. O reconhecimento internacional continua a ser visível nas distinções como (i) *Best Trade Finance in Angola 2012 (Global Finance)*, (ii) *Best Foreign Exchange Provider 2012 (Global Finance)*, (iii) *Best Bank Award (Global Finance)* e (iv) *Best Commercial Bank Angola (WorldFinance)* e na de Banco Oficial do Planeta Terra UNESCO, válida para próximos dez anos. Em 31 de dezembro de 2012, o ativo ascendia a 7 941 milhões de euros representando um acréscimo de 16% quando comparado com o exercício anterior, os recursos de clientes atingiram 2 758 milhões de euros (+24%) e o crédito concedido a clientes situou-se em 5 382 milhões de euros (+36%). O produto bancário total situou-se em 298 milhões de euros apresentando um decréscimo de 17%, decorrente sobretudo da *performance* do resultado financeiro, que adicionado ao aumento dos custos operativos (+35%), decorrentes da expansão do banco e do reforço de provisões, conduziu a um resultado líquido 53 milhões de euros (-78%).

Espanha

Na atual conjuntura de instabilidade económica e financeira, nacional e internacional, a atividade da **Sucursal do BES em Espanha** manteve uma evolução positiva durante todo o ano, sendo de destacar os seguintes aspetos:

(i) o crescimento homólogo de 8,7% dos depósitos de clientes e a redução do crédito a clientes (-6,3%), evolução que confirma a viabilidade da execução da política de reforço da autonomia financeira da Sucursal; (ii) os volumes de risco fora de balanço registaram um crescimento de 3,4%; (iii) o apoio à atividade internacional das empresas registou um crescimento de 11,3%; (iv) o número de clientes registou um aumento de 21,5%, superando em 3 900 o nível de dezembro de 2011, incremento este suportado, sobretudo, pela banca de particulares e *private* (+23,1%); e (v) a prossecução de uma gestão prudente do risco de crédito, com forte reforço do provisionamento face aos efeitos diretos e induzidos da situação económica. Reflexo dos referidos desenvolvimentos foi possível manter a tendência de melhoria das margens das aplicações creditícias, compensando os efeitos da pressão sobre os custos dos passivos decorrente da forte concorrência na captação

de depósitos. O aumento do produto bancário (11,9%) conjugado com a contenção de custos operativos (-0,9%) refletiu-se positivamente na evolução do resultado de exploração que registou um aumento de 35,8%. O resultado depois de impostos situou-se em 13,2 milhões de euros, valor que compara com 8,3 milhões de euros registados em igual período do ano anterior.

Reino Unido

A **Sucursal do BES em Londres** centra o seu negócio na banca de *wholesale* ao nível do mercado europeu. O crescimento significativo do volume de negócios da Sucursal, visível no aumento de 60% do seu ativo, refletiu essencialmente a emissão de um programa de *Euro Medium Term Notes*. Apesar do contexto adverso dos mercados internacionais, o produto bancário gerado ascendeu a 57 milhões de euros, representando um crescimento de 87% face a 2011. Simultaneamente, a estrutura de custos de funcionamento tem vindo a ser ajustada, destacando-se uma redução de 10%, em termos homólogos. O resultado alcançado ascendeu a 31,7 milhões de euros.

Estados Unidos da América

A *performance* do **Espírito Santo Bank (Miami)** continuou a ser condicionada pela difícil conjuntura que o sul da Flórida vem experimentando nos últimos anos, sobretudo no que se refere ao negócio imobiliário, que parece estar a apresentar sinais de estabilização; o negócio relacionado com o segmento de particulares denota melhorias. A carteira de crédito situou-se em 452 milhões de dólares (superior em 6 milhões de dólares ao valor registado no final do exercício de 2011) enquanto os depósitos atingiram 512 milhões de dólares. Os ativos sob gestão situavam-se em 1,3 mil milhões de dólares no final de dezembro e o resultado líquido atingiu 3,7 milhões de dólares. Neste exercício, e pela primeira vez, o ES Bank obteve a “5 Star”, o *rating* mais elevado atribuído por Bauer Financial, baseado na qualidade dos ativos, liquidez e solvabilidade.

A **Sucursal do BES em Nova Iorque** concentra a sua atividade na banca de *wholesale*, maioritariamente nos EUA e Brasil. No ano de 2012 persistiram as dificuldades nas condições de acesso à liquidez nos mercados para colocação de programas de certificados de depósito e papel comercial. Nesta conjuntura, a atividade continuou a desenvolver-se com extrema prudência e enfoque na gestão e monitorização do risco, de acordo com as linhas atuais da estratégia internacional do Grupo e num contexto de acentuada redução da carteira de crédito (-35% face ao ano anterior), na sequência do plano de *deleveraging* estabelecido. De realçar que, apesar das restrições à atividade, o resultado alcançado que foi de 3,6 milhões de euros.

França

A atividade do **Banque Espírito Santo et de la Vénétie** saldou-se por um resultado bruto de exploração de 15,7 milhões de euros, inferior em 24% ao de 2011, devido ao impacto do elevado custo do refinanciamento. De notar, no entanto, o bom desempenho da banca comercial, cujo produto bancário apresentou um acréscimo de 14%, com realce para o bom desempenho, nomeadamente, das atividades de financiamento imobiliário (representavam 42,7% do total do produto bancário recorrente no final de 2012, face a 40,2 % no ano anterior). O produto bancário recorrente atingiu 42,2 milhões de euros (-9% em termos homólogos), enquanto os custos gerais e amortizações recorrentes sofreram um decréscimo de 3%, relativamente a 2011. O nível das provisões aumentou 15,7% e o resultado líquido situou-se nos 9,6 milhões de euros (9,3 milhões de euros em 2011).

Líbia

Na **Líbia**, prossegue a consolidação política, social, institucional e económica, após a realização das primeiras eleições democráticas em julho e a nomeação do primeiro governo em novembro último. Neste contexto o **Aman Bank** já retomou a execução dos planos comerciais e de reforço operacional de modo a que possa capitalizar, da melhor forma, as oportunidades de crescimento do país. Em 2012, o Banco aumentou o seu ativo em 21% e gerou um resultado líquido positivo de cerca de 2,2 milhões de euros.

China

A atividade do **Banco Espírito Santo do Oriente (Macau)** ficou marcada por um incremento do negócio de *corporate banking* e de *trade finance* associado ao negócio local e aos fluxos comerciais entre a República Popular da China e os países de expressão portuguesa onde o Grupo BES está presente, permitindo compensar a diminuição do crédito. De sublinhar o aumento significativo das operações de créditos documentários (ex. *L/C Advising, Forfaiting e Discount*), fruto da ação comercial e operacional do Banco em concertação com a área Internacional do BES e do estreitamento do relacionamento com os principais bancos chineses com quem se tem vindo a assinar diversos acordos instrumentais tendo em vista o desenvolvimento deste tipo de negócio. A fidelização e o crescimento da base de depósitos, ao longo dos últimos anos, por força de um excelente relacionamento com as autoridades locais, continuou a assumir particular relevância no contexto atual, tendo-se desenvolvido iniciativas comerciais junto dos vários segmentos de clientes que permitiram registar um aumento dos depósitos em 130% (comparativamente a 2011). A evolução dos principais indicadores de gestão foi muito positiva, com o ativo a atingir o valor de 446 milhões de euros (+79%) e o produto bancário a registar um acréscimo de 43%, quantificando-se em 6,9 milhões de euros. O resultado do exercício situou-se perto dos 4,0 milhões de euros (+63%), para o qual contribuíram, significativamente, o aumento do resultado financeiro e do comissionamento.

Cabo Verde

A atividade do **BES Cabo Verde**, com sede na cidade da Praia e um segundo balcão em Santa Maria (ilha do Sal), centra-se no mercado local de empresas, com particular importância para as empresas do setor público e filiais de grupos portugueses com interesses económicos em Cabo Verde, e no mercado de *affluent* local. Em 2012, a carteira de crédito aumentou 48%, tendo o total de recursos de clientes ascendido a 46 milhões de euros e terminando o ano com um ativo de 137 milhões de euros.

Moçambique

O **Moza Banco** prossegue a execução do plano de expansão comercial, tendo inaugurado 13 novos balcões em 2012, em zonas do país com importante dinâmica económica, contando atualmente com um total de 20 agências. Em paralelo, têm vindo a ser reforçadas todas as suas áreas de suporte, a alinhar os seus processos com as melhores práticas de mercado e a implementar um ambicioso e robusto plano de formação dos seus recursos humanos. A atividade tem demonstrado um desenvolvimento rápido, destacando-se o crescimento do ativo (+142% face a dezembro de 2011 e em moeda local), dos depósitos (+171%) e do número de clientes.

Venezuela

No início de 2012, com a abertura de uma **Sucursal**, o **BES** reforçou a sua posição na **Venezuela**. Esta iniciativa permitirá ao Grupo aproximar-se da comunidade portuguesa residente no país, estimada em cerca de 500 mil, e das grandes empresas e instituições locais. No final do exercício, a Sucursal registava 106 milhões de euros de depósitos captados e um ativo de 134 milhões de euros.

Luxemburgo

Desde janeiro de 2012 que o **BES** opera também no **Luxemburgo**, com uma **Sucursal**, tendo inaugurado a agência ao público em julho de 2012. Esta iniciativa privilegiou a atuação junto da comunidade emigrante Portuguesa residente nesta geografia e em países vizinhos no centro da Europa, e pretende também oferecer aos clientes da rede global do Grupo a possibilidade de opção por uma praça financeira tradicional. No final do ano o ativo ascendia a 386 milhões de euros.

4.3 Banca de Investimento

A atividade de Banca de Investimento é desenvolvida pelo Banco Espírito Santo de Investimento (BES Investimento e que atua também internacionalmente sob a marca Espírito Santo Investment Bank), que tem como principal objetivo servir o segmento de clientes empresariais de média e de grande dimensão, o segmento de clientes institucionais e, em algumas áreas mais específicas, o segmento de clientes particulares em articulação com o *private banking*.

A oferta do BES Investimento inclui diversos produtos e serviços especializados, nomeadamente assessoria em processos de fusões e aquisições, o acesso a transações em mercados de capitais (ações e dívida), a prestação de serviços de corretagem e de gestão de carteiras, os financiamentos estruturados, incluindo *project finance* e *acquisition finance*, e a gestão de fundos de *private equity*.

Num ano de redobradas incertezas e dificuldades, que afetaram sobretudo a Europa mas cujos efeitos se propagaram às principais economias a nível mundial, o BES Investimento conseguiu tirar partido das oportunidades resultantes do atual momento de mercado. O Produto Bancário, no montante de 263 milhões de euros, apresentou em 2012 uma subida de 9,7% face a 2011, ultrapassando o anterior valor máximo de 260 milhões de euros atingido em 2010. A crescente internacionalização, a participação no programa de privatizações em Portugal, o apoio às empresas portuguesas no acesso aos mercados de dívida internacionais e os ganhos de *trading* ajudaram a compensar o menor dinamismo de algumas áreas de negócio mais expostas à conjuntura adversa. Os custos operativos apresentaram uma redução de 1,4% face a 2011, apesar dos novos passos na expansão internacional, e o resultado antes de imposto alcançou os 41,8 milhões de euros, largamente acima do valor apurado em 2011 (17 milhões de euros). O contributo da área internacional para o produto bancário total confirmou, mais uma vez, os benefícios da estratégia prosseguida, atingindo 60% em 2012.

A estratégia de desenvolvimento internacional do BES Investimento foi reforçada em 2012 com a expansão da atividade na Índia, um dos mercados emergentes mais promissores a nível mundial. A área de Corretagem deu os seus primeiros passos em maio e o alargamento a novas atividades de banca de investimento deverá acontecer nos primeiros meses de 2013. O BES Investimento tem vindo igualmente a estudar alternativas para alargar o âmbito da sua presença em Hong Kong, onde através do Execution Noble, já detém uma corretora. Na África do Sul, foi concretizada uma parceria com um importante *broker* local independente, a Avior Research. O âmbito desta parceria estratégica envolve a distribuição exclusiva de *equity research* para Clientes institucionais na Europa e a atividade de *trading* nos mercados Sul-africano e Pan-africano, reforçando a oferta do BES Investimento em ações de mercados emergentes. Na Alemanha, procedeu-se à abertura de um Escritório de Representação em Colónia, que visa capitalizar na presença do Banco Espírito Santo neste país. Nos restantes países onde o BES Investimento está presente continua a consolidar-se a presença.

Em **Portugal**, o BES Investimento desempenhou um importante papel na reabertura do mercado internacional de dívida a emitentes portugueses, liderando as emissões de dívida sénior da EDP Finance B.V. (operação premiada como *Euro Bond of the Year* pela revista *International Financing Review*), da Portugal Telecom International Finance B.V., da Brisa-Concessão Rodoviária, S.A. e do Banco Espírito Santo, S.A., num montante agregado de 2 550 milhões de euros. O BES Investimento assumiu ainda um papel de grande relevo no processo de privatizações, assessorando investidores chineses na aquisição de 21,35% da EDP – Energias de Portugal, S.A. e 25% da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. e o Estado Português na operação de privatização de 100% do capital da ANA – Aeroportos de Portugal, S.A., ainda em curso. Manteve a liderança na negociação de ações na NYSE Euronext Lisbon, com uma quota de mercado de 11,9%, e alcançou uma vez mais o primeiro lugar no mercado de Fusões e Aquisições (por número e valor de operações anunciadas, de acordo com a Bloomberg).

Em **Espanha**, o BES Investimento manteve o esforço de penetração junto do segmento *corporate*, beneficiando de uma crescente presença internacional e de uma estreita coordenação com as estruturas do Banco Espírito Santo, com vista a intensificar o negócio *cross-border* e a desenvolver as atividades

de mercado de capitais e Fusões e Aquisições. Apesar do enquadramento macroeconómico e financeiro desfavorável, destaca-se a participação do BES Investimento como *mandated lead arranger* na reestruturação do financiamento da BioOils, no montante de 45 milhões de euros, para o aumento de capacidade de uma central de biodiesel em Huelva, a participação no refinanciamento parcial do empréstimo da Sacyr, no montante de 2,4 mil milhões de euros, e a assessoria ao Grupo EDP na venda em Espanha da sua empresa de transmissão de gás natural, a Naturgas Energía Transporte. O BES Investimento ocupou o 2º lugar no *ranking* de Fusões e Aquisições a nível ibérico (em valor de operações anunciadas, de acordo com a Bloomberg) e continuou a ocupar uma posição de destaque (6º lugar) no *ranking* do mercado espanhol de corretagem (4,8% de quota de mercado em 2012).

No **Brasil** – o país que, de forma recorrente, mais contribui para as receitas e resultados em termos consolidados – o BES Investimento apresentou uma boa dinâmica da atividade em geral. As áreas de Fusões e Aquisições e de Mercado de Capitais continuaram a mostrar bastante dinamismo e o BES Investimento participou em diversas operações de relevo, sendo de destacar a assessoria financeira aos acionistas da Meizler Biopharma na venda de 51% do capital da empresa ao grupo internacional UCB e a atuação como *joint bookrunner* no *follow-on* (oferta primária e secundária de ações) da Minerva, no montante de 498 milhões de reais, e na emissão de eurobonds pela Oi S.A. (1,5 mil milhões de dólares). O BES Investimento assessorou ainda diversas transações de *project finance*, sobretudo nos setores de energia e infraestruturas de transporte, reforçando a sua atuação como assessor em várias operações de financiamento e em leilões de diversas concessões. Na área de corretagem, o BES Investimento subiu à 21ª posição no *ranking* Bovespa, com uma quota de mercado de 1,1% e prosseguiu com o desenvolvimento das novas áreas de negócio, nomeadamente as atividades de *wealth management* e de *private equity*, esta última em destaque com a incorporação do primeiro fundo gerido pela 2bCapital (empresa detida em associação 50%/ 50% com o Banco Bradesco), destinado ao mercado brasileiro e cujo primeiro *closing* permitiu levantar 320 milhões de reais para investimento.

No **Reino Unido**, o BES Investimento concentrou a sua atuação na reorganização das suas atividades, na unificação das marcas e na diferenciação face aos seus concorrentes, através da distribuição de produtos ibéricos, polacos e brasileiros no mercado inglês. No decurso de 2012, a área de mercado de capitais concluiu diversas operações, sendo de destacar a sua atuação como *corporate broker* na oferta de aquisição sobre as ações da GlobeOP (valor de avaliação total de 548 milhões de libras) e como *sole bookrunner* na colocação de ações da Novae (35 milhões de libras) e da Xchanging plc (22,4 milhões de libras). Na área de Fusões e Aquisições, destaca-se a assessoria prestada pelo BES Investimento à Irwin Mitchell (empresa de serviços jurídicos) e à empresa de *private banking* SCOBAN (setor financeiro).

Na **Polónia**, o BES Investimento concentrou os seus esforços nas atividades de Fusões e Aquisições *cross-border* e mercado de capitais e continuou a apoiar o desenvolvimento dos negócios de vários dos seus clientes locais e internacionais, sobretudo através da emissão de garantias bancárias. O BES Investimento consolidou as suas credenciais no mercado polaco, tendo participado como *joint bookrunner* da privatização de 50% da ZE PAK (681,5 milhões de zlotys), o segundo maior IPO do ano na Bolsa de Varsóvia. Participou ainda como *sole arranger* da emissão de obrigações domésticas da Ciech (320 milhões de zlotys) e como assessor financeiro na venda de 100% da Lotos Parafiny ao fundo de *private equity* Krokus, uma operação de *leverage management buy-out*. Na área de corretagem, subiu à 11ª posição no *ranking* das corretoras polacas, com uma quota acumulada de 3,2%.

Nos **Estados Unidos**, o ano de 2012 foi de desenvolvimento das atividades de assessoria e distribuição, visando o reforço do papel desta geografia como plataforma de distribuição de produtos originados noutros mercados onde o BES Investimento está presente. Merece destaque a assessoria prestada à Sugallid na aquisição da empresa chilena Tresmontes Luchetti Agroindustrial.

No **México**, a atividade desenvolvida pelo BES Investimento concretizou-se

em diversos mandatos, de que se destacaram a participação como *Lender* e *Underwriter* na Tranche C da extensão da Facilidade de *Working Capital* para a construção de uma Hidroelétrica de 750 MW (166 milhões de dólares) e como *co-manager* no IPO do Grupo Financiero Santander México, o maior de sempre por parte de uma empresa deste país.

Em **África**, o BES Investimento continuou a enveredar esforços no sentido de reforçar a sua presença em alguns dos principais mercados desta região, particularmente em Angola, onde está presente através de um Gabinete de Banca de Investimento criado no BESA e pretende operar através de uma *broker dealer local*, e Moçambique, onde pretende desenvolver a atividade de Banca de Investimento.

Project Finance

Financiar o desenvolvimento sustentável

À semelhança dos anos anteriores, destacam-se em 2012 os projetos financiados em energias renováveis nomeadamente o financiamento da construção de uma central hidroelétrica com 750 MW de capacidade instalada e localizada no México.

Adicionalmente, o Banco participou no financiamento de um projeto de plantação e exploração de uma floresta de pinheiros e de uma concessão da infraestrutura de saneamento a uma empresa do setor das águas, ambos no Brasil.

A aposta do Grupo nas energias renováveis reflete-se numa exposição de cerca de 20% face ao total da sua carteira de *Project Finance*, implicando um compromisso superior a 1 054 milhões de euros.

Avaliação de riscos ambientais e sociais no Project Finance

No Grupo BES, os projetos financiados por *Project Finance* beneficiam de uma análise de risco aos potenciais impactos negativos ambientais e sociais, diretos e indiretos decorrente do desenvolvimento e operação do projeto a financiar. Esta análise de riscos segue os princípios e metodologias propostas pela Associação Princípios do Equador, no qual o BES é membro fundador.

Em 2012 o Banco passou a analisar os riscos ambientais e sociais de todos os projetos financiados em regime de *Project Finance*, com valores inferiores a 7 milhões de dólares, adotando assim a melhor prática no setor financeiro neste âmbito.

Em 2012, 2 projetos foram classificados como risco baixo (nível C) e 1 como risco médio (nível B), todos localizados em países de elevado rendimento da OCDE.

A avaliação de riscos ambientais e sociais do Banco está suportada no ESI *Sustainable Finance Toolkit*, a aplicação de avaliação de riscos ambientais e sociais que permite ao utilizador identificar, gerir, acompanhar e informar sobre os riscos sociais e ambientais nas diversas transações e clientes do Grupo.

Após a classificação de risco, são recolhidos junto dos promotores do projeto, evidências do cumprimento com a legislação local e com os aspetos sociais e ambientais identificados na análise preliminar. Esta avaliação é suportada com o apoio de especialistas nos impactos ambientais ou sociais identificados, com o objetivo de garantir e verificar, de forma independente, a concordância na minimização dos principais riscos, ambientais e sociais identificados.

Na equipa de *Project Finance*, existem colaboradores nomeados para (i) coordenar a implementação e as sessões contínuas de formação sobre o ESI *Sustainable Finance Toolkit*, (ii) participar em reuniões e discussões da *Equator Principles Financial Initiative*, (iii) apoiar os restantes membros da equipa na gestão do portfólio dos Princípios do Equador e (iv) reportar a informação não financeira que transpareça o compromisso do Banco com as melhores práticas de avaliação de riscos ambientais e sociais.

4.4 Gestão de Ativos

Este segmento engloba toda a atividade de gestão de ativos desenvolvida, fundamentalmente, pela Espírito Santo Ativos Financeiros (ESAF) em território nacional e no estrangeiro (Espanha, Luxemburgo, Angola e Brasil) através de sociedades especializadas constituídas para o efeito. A oferta de produtos abrange todo o tipo de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além da prestação de serviços de gestão discricionária e de carteiras.

No final do ano o volume global de ativos sob gestão atingiu cerca de 15,4 mil milhões de euros, valor próximo do registado em 2011.

Analisando por áreas de negócios, há a assinalar o forte aumento dos volumes sob gestão das atividades dos Fundos de Investimento Imobiliário (+52%) e dos Fundos de Investimento Mobiliário (+10%).

A atividade internacional representa no final do ano cerca de 23% do total de ativos sob gestão com um volume de mais de 3,8 mil milhões de euros, dos quais mais de 2 mil milhões no mercado espanhol e mais de 850 milhões em Angola, em resultado do lançamento neste país do fundo de investimento imobiliário BESA Valorização. No Luxemburgo e no Brasil, os ativos sob gestão apresentaram um aumento de 23% e 16% face ao ano anterior, respetivamente.

Fundos de Investimento Mobiliário

O volume global sob gestão dos fundos de investimento mobiliário atingiu no final do ano 5 115 milhões de euros. Ao nível dos Fundos de Investimento Mobiliário nacionais, os ativos sob gestão registaram um crescimento de cerca de 22% relativamente ao ano anterior, atingindo 2 896 milhões de euros, em resultado do dinamismo dos volumes dos Fundos ES Rendimento e ES Liquidez. O ano de 2012 foi, também, marcado pelo reforço da estratégia de racionalização da oferta, através do processo de fusão por incorporação envolvendo um conjunto de seis fundos e pelo ajustamento, devidamente autorizado, à política de investimento de outros três fundos.

O Grupo BES tem sob gestão, no Luxemburgo, um volume total de 504 milhões de euros, através de fundos vocacionados para clientes com óticas de risco distintas. Assim, para além do (i) o ES Fund, constituído por diversos compartimentos (fundos de ações e obrigações), estão ainda constituídos (ii) o *Global Active Allocation Fund*, destinado a clientes particulares e institucionais, (iii) o *European Responsible Fund SICAV*, fundo com preocupações de caráter ético, ambiental e social, que é comercializado em Portugal, Espanha, e Luxemburgo; (iv) e o Espírito Santo *Rockefeller Global – Energy Fund*, que resulta de uma parceria entre o Grupo Espírito Santo e a sociedade gestora de ativos norte-americana Rockefeller, para a gestão e comercialização de um fundo especial de investimento dedicado exclusivamente ao setor da energia.

De realçar ainda o volume de 1 341 milhões de euros em Fundos de Investimento Mobiliário geridos no mercado espanhol que, no entanto, registou uma queda de 12% face ao ano anterior.

Fundos de Investimento Imobiliário

O volume sob gestão dos fundos imobiliários atingiu em 31 de dezembro de 2012 um montante de 1 834 milhões de euros. Nos Fundos Imobiliários nacionais, há a registar a diminuição de cerca de 12% dos ativos sob gestão em grande medida devido à evolução do Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Gepatrimónio Rendimento (-10%) e do Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Logística (-22%). No segmento dos fundos destinados a investidores que pretendam realizar uma aplicação em investimentos imobiliários por um período de tempo predeterminado, é de salientar a atual gestão de 27 Fundos de Investimento Imobiliário Fechados de Subscrição Particular.

A queda de ativos sob gestão nos Fundos Imobiliários nacionais foi largamente compensada pelo crescimento de 757 milhões de euros em igual segmento no mercado angolano.

Fundos de Pensões

Na área dos Fundos de Pensões, os ativos sob gestão atingiram cerca de 1 783 milhões de euros. Os Fundos de Pensões nacionais, após as transferências

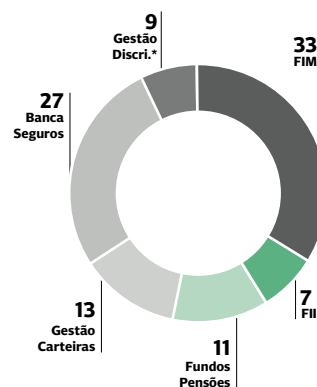
para a Segurança Social de responsabilidades e correspondentes ativos, no âmbito do acordo estabelecido com o Governo em 2011, relativamente aos pensionistas beneficiários do Fundo Pensões BES, registaram em 2012 uma estabilização dos volumes sob gestão em 1 551 milhões de euros. Nesta área de negócio, é de salientar o forte crescimento dos volumes dos Fundos Abertos (+21%) e a ligeira redução dos volumes dos Fundos Fechados (-3%).

Gestão de Carteiras

O serviço de gestão de carteiras é direcionado a clientes do segmento *Private* e BES 360 e tem como principal objetivo a obtenção de rendibilidades sustentáveis ao longo do tempo. No final de 2012 os montantes sob gestão considerando a carteira em euros e em moeda estrangeira era de 1 960 milhões de euros, o que representa um aumento de 123% face a 2011.

Gestão de Ativos: Repartição por produtos

(%)



* Inclui Gestão discricionária de particulares e institucionais e outros.

Fundos de Investimento Responsável

Em 2011, o BES foi o primeiro banco português a aderir ao *United Nations – Principles for Responsible Investment* (UN PRI), uma rede internacional de investidores que trabalham em conjunto com o objetivo de pôr em prática seis princípios de investimento responsável.

A ESAF criou um conjunto de indicadores no âmbito dos PRI e integrou na matriz alargada de indicadores utilizada. Neste âmbito foram criados três grandes categorias de indicadores, ambientais, sociais e de Gestão, vulgarmente designados ESG (*environmental, social & governance*). A informação de cada um destes indicadores é agregada, chegando-se a uma pontuação de cada empresa no que diz respeito ao comportamento dos indicadores ESG, e posteriormente incorporada nos modelos quantitativos mais alargados e de base à tomada de decisão de investimento.

As preocupações sociais, ambientais e de gestão (ESG) deverão continuar a ser conciliadas nos modelos tradicionais de gestão das empresas, privilegiando sempre que possível nas análises de investimento, as empresas aderentes, em detrimento das não aderentes às boas práticas ESG.

Adicionalmente, o Grupo BES comercializa e gere produtos específicos no âmbito do tema da responsabilidade social e sustentabilidade e que estão direcionados a investidores socialmente responsáveis, particulares e institucionais.

European Responsible Fund

O *European Responsible Fund* é um dos produtos específicos no *portfolio* de fundos geridos pela ESAF, específicos para investidores socialmente responsáveis. Este fundo segue todas as normas e princípios aplicáveis a esta classe de fundos, respeitando rigorosamente uma lista de exclusões, construída numa lógica de proibição de investimento em empresas com práticas não compatíveis com os princípios de investimento responsável. A título de exemplo, o fundo não investe em empresas de armamento, em

tabaqueiras ou produtoras de energia elétrica com recurso a energia nuclear. O universo aprovado de investimento do fundo é traduzido, por numa lista de títulos, coincidente com o índice FTSE4Good para empresas com sede em países europeus.

Este fundo, desenvolvido em 2003, detém 3,1 milhões de euros sob gestão em 2012.

Espírito Santo Infrastructure Fund (ESIF)

Em 2012, o Grupo BES prosseguiu com a atividade de investimento através do *Espírito Santo Infrastructure Fund* (ESIF), um fundo de capital de risco gerido pela Espírito Santo Capital (ES Capital), sociedade de capital de risco do Grupo Banco Espírito Santo, representando 28% dos fundos sob gestão da ES Capital. Este fundo tem uma dimensão de 95,7 milhões de euros, dos quais um máximo de 66% pode ser investido em energias renováveis. Até ao final de 2012, o fundo investiu um montante que excede os 68,7 milhões de euros, dos quais 48 milhões no setor das energias renováveis. Em 2013 perspetiva-se o investimento adicional de 17,4 milhões de euros em projetos neste setor em 2013.

Em 2012, o Fundo realizou diversos investimentos no setor das energias renováveis, dos quais se destacam:

- Aquisição do parque eólico de Sierra Sesnández de 20MW;
- Aquisição do parque eólico galego de Cova da Serpe II, de 25,2MW;
- Aquisição pela Globalwatt de duas licenças para desenvolver dois parques fotovoltaicos de 2MW.

No domínio das energias renováveis, a empresa detém investimentos em diferentes empresas, dos quais se destacam:

- Iberwind, a maior empresa em termos de ativos portugueses no domínio das eólicas, com capacidade instalada de 684MW;
- Windway, empresa detida a 40% pelo ESIF, detentora de um parque eólico de 23MW e de um *portfolio* de licenças para desenvolvimento de parques eólicos na Polónia com um potencial de potência instalada de 94,5MW;
- Globalwatt, empresa vocacionada para investimentos em parques solares fotovoltaicos localizados na Península Ibérica, detida a 50% pelo fundo e apresentando 19,6 MW de potencial de capacidade;
- ERSS, empresa proprietária do parque eólico de Sierra Sesnández, e onde o fundo detém uma participação de 40%;
- Parque Eólico Cova da Serpe II, sociedade proprietária do referido parque, detida a 50% pelo ESIF;
- ESUS, detida a 45% pelo fundo, constituída para construir e operar um parque eólico de 45MW na região da Galiza.

Luso Carbon Fund

Com o objetivo de utilizar o investimento financeiro como forma de mitigar diretamente o efeito das Alterações Climáticas, o Grupo manteve o investimento no *Luso Carbon Fund* (LCF), com uma participação de cerca de 6,8 milhões de euros. O LCF investe em projetos de energias renováveis, eficiência energética e tratamento de resíduos no âmbito do protocolo de Quioto.

Fundos de Investimento Responsável – Banco Best

O Grupo BES comercializa através do Banco Best, fundos de investimento responsável, diversificados tanto ao nível das geografias como das estratégias de investimento. Em 2012 os clientes do Banco subscreveram 59 dos 138 fundos disponibilizados.

4.5 Evolução previsível do Grupo BES. Principais riscos e incertezas

As perspetivas macroeconómicas para 2013 apontam para que a atividade económica mundial venha a recuperar a um ritmo gradual e o crescimento deverá manter-se relativamente moderado. Embora reconhecendo o papel estabilizador das políticas implementadas nos últimos anos, o FMI reviu marginalmente em baixa as suas previsões de crescimento, prevendo para a Zona Euro uma contração de 0,2% para 2013. Com efeito e pese embora a melhoria significativa no sentimento dos mercados financeiros, prevê-se que a transmissão à economia real não seja tão imediata quanto o desejável havendo ainda riscos de sentido negativo que não devem ser ignorados, como sejam, entre outros, a possível deterioração da crise da Zona Euro e a incerteza orçamental nos EUA.

A economia portuguesa deverá apresentar, pelo terceiro ano consecutivo, uma contração que se prevê venha a ser de -1,8% (ano de 2012: -3,2%) assente numa redução do consumo público (-2,0%) e privado (-3,8%) e do investimento (-8,4%) devendo os níveis de desemprego alcançar valores próximos dos 17% da população ativa. No final de 2012 e durante o mês de janeiro de 2013 ocorreram sinais positivos da maior importância para o regresso de Portugal aos mercados em condições eficientes, sendo de destacar a redução expressiva nas *yields* e nos *spreads* de crédito exigidos e a reabertura do mercado de dívida de longo prazo ao Estado e a empresas e bancos.

Do que antecede as perspetivas para 2013 continuam a assentar em políticas económicas públicas fortemente restritivas, a manter um acesso muito limitado aos mercados financeiros de dívida de longo prazo, a operar com um mercado interbancário de curto prazo muito reduzido ou inexistente, e a ter de contar com a manutenção das restrições financeiras impostas aos bancos portugueses no contexto do Programa de Assistência acordado entre o Governo Português, o FMI, o BCE e a UE. De entre tais restrições sublinha-se a manutenção de um rácio de capital *Core Tier I* de 10%, substancialmente acima dos *standards* mundiais e europeus; a recomendação de um rácio “crédito/depósitos” abaixo de 120% a alcançar até dezembro de 2014; e um rácio de financiamento estável de 100% a atingir também até dezembro de 2014.

Neste contexto, a evolução da atividade do Grupo BES aponta para que se implementem estratégias comerciais direcionadas para a captação de depósitos, para a manutenção de políticas de grande seletividade no crédito, para uma prevenção e controlo sistemático dos riscos, para uma gestão eficiente da base de capital e dos níveis de liquidez, bem assim como manter uma progressão sustentada da atividade internacional de forma a amortecer os efeitos recessivos que continuarão a incidir sobre a atividade doméstica.

Captação de Depósitos

O objetivo recomendado para que os principais grupos financeiros portugueses atinjam um rácio “crédito/ depósitos” inferior a 120% em dezembro de 2014 irá obrigar a que o Grupo BES conduza uma estratégia de captação de recursos centrada nos depósitos. Nesse sentido, sublinhamos o facto de se manterem as restrições à política de preços a praticar dado que, quando ultrapassam os limites máximos permitidos pelo Banco de Portugal, originarem deduções relevantes ao *Core Tier I*. Paralelamente, o Grupo não deixará de manter e aprofundar a sua oferta de *asset management* e de produtos de seguros vida de modo a ser capaz de responder aos diversos perfis de poupança pretendidos pelos seus clientes empresas e particulares.

Concessão de Crédito, Prevenção e Controlo dos Riscos

A atividade de crédito continuará a ser condicionada por uma política de elevada seletividade mas terá em conta a necessidade de continuar a apoiar os setores mais dinâmicos da economia portuguesa, nomeadamente das PME exportadoras. O Grupo BES sempre teve e deverá continuar a manter uma forte implantação junto do tecido empresarial, não deixando de estar presente quando os seus clientes empresas pretenderem financiar iniciativas empresariais sustentáveis quer elas se destinem tanto ao mercado interno como ao mercado externo.

Não obstante, e considerando que as perspetivas para 2013 apontam para uma redução da atividade económica, com redução do consumo e aumento do desemprego, o crédito concedido deverá sofrer uma deterioração da qualidade da carteira, exigindo cargas de provisionamento significativas, colocando novos desafios aos processos de prevenção e de redução dos riscos, bem assim como ao reforço de recursos e implementação de instrumentos eficazes na recuperação dos créditos.

Rácio de Capital Core Tier I

Durante os exercícios de 2011 e 2012 o Grupo BES lançou um conjunto de iniciativas que visaram alcançar um rácio *Core Tier I* que cumprisse com o nível mínimo de 10% exigido pelo Banco de Portugal, em dezembro de 2012, e de 9% nos termos definidos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA) para os bancos europeus a alcançar a partir de junho de 2012. Nunca é demais sublinhar que o Grupo BES cumpriu os referidos objetivos através de operações de mercado o que, para além de constituir um caso ímpar na banca portuguesa, permitiu ao Grupo manter a sua autonomia estratégica. O Conselho de Administração acredita que deverá conseguir em 2013 cumprir com os níveis de solvabilidade exigidos pelas autoridades de supervisão, através de meios gerados pelo próprio Grupo, por adequadas políticas de gestão do balanço e através de iniciativas que visem uma maior eficiência dos ativos ponderados pelo risco. Adicionalmente, o Grupo elencou um conjunto de medidas que integram o seu Plano de Recuperação, instituído pelo DL 31-A/2012 de 10 de fevereiro, que visam reforçar os mecanismos de que dispõe tendo em vista assegurar, de modo autónomo, os níveis de solvabilidade e de liquidez regulamentarmente exigidos ou recomendados.

A Relevância da Área Internacional

O Conselho de Administração acredita que é e será no mercado doméstico que o Grupo BES tem e deverá ter no futuro a sua principal base de atividade e implantação. Não obstante, a crescente internacionalização das empresas portuguesas, o significado da implantação dos nossos emigrantes, a ligação histórica de Portugal com os países africanos de língua portuguesa e com o Brasil e ainda a indispensável presença nas principais praças financeiras mundiais, tornam a área internacional num fator essencial de amortecimento dos efeitos da recessão doméstica e num polo incontornável ao crescimento e de geração de valor do Grupo BES do futuro. Nesse sentido, as nossas unidades operacionais que integram o triângulo estratégico deverão continuar a ter um papel decisivo na performance do Grupo no exercício de 2013.

5. Gestão Financeira e Mercados de Capitais

O Grupo BES tem mantido, ao longo dos anos, uma abordagem muito conservadora à gestão do risco de liquidez, encontrando-se a sua estrutura desenhada de forma a que seja efetuada de acordo com as regras regulamentares aplicadas em cada geografia onde atua e, simultaneamente, garanta o cumprimento de todas as suas responsabilidades, quer em condições normais de mercado, quer em condições de *stress*.

Desta forma, uma das principais componentes da gestão do risco de liquidez no Grupo BES é a sua política de financiamento, a qual tem utilizado os vários instrumentos disponíveis nos mercados financeiros, abrangendo diversas fontes de captação de fundos, nomeadamente: recursos de clientes, a utilização de instrumentos de financiamento nos mercados financeiros de curto e médio prazo e o capital ordinário e preferencial dos acionistas.

Assim, o Grupo BES divide a gestão do risco de liquidez em três grandes grupos:

- Liquidez de curto prazo;
- Liquidez estrutural; e
- Liquidez de contingência.

No que respeita à liquidez de curto prazo, o Grupo BES monitoriza os seus níveis de liquidez diariamente através de relatórios de *mismatch*, elaborados de acordo com as linhas orientadoras estabelecidas, e de sinais de alerta internamente definidos que possam ter impacto sobre o Grupo e a sua robustez, nomeadamente através do risco de contágio (devido a tensões nos mercados) ou as repercussões de uma crise económica.

Adicionalmente, e na sequência da crise da dívida soberana dos países da periferia da Zona Euro, o Banco de Portugal passou a solicitar às diversas Instituições de Crédito o reforço da informação sobre a respetiva situação de liquidez de curto prazo, a qual é efetuado através do envio de reportes com informação sobre a gestão diária de tesouraria e a evolução diária dos depósitos, sendo esta informação complementada por um mapa de liquidez semanal.

Ainda no âmbito da liquidez de curto prazo, a *Financial Services Authority* (FSA) aprovou em outubro de 2012 a candidatura do BES à renovação do *Whole Firm Liquidity Management* (WFLM) por 3 anos, o que permitirá ao BES continuar a operar no mercado Londrino sem exigência de constituição de buffers de liquidez adicionais.

No que se refere à liquidez estrutural, o Grupo BES elabora um reporte mensal de liquidez (ver cap.6 Risco de Liquidez), tendo em consideração não só a data de maturidade efetiva dos vários produtos como a sua maturidade comportamental, através do qual são determinados para cada *time bucket* os *mismatches* estruturais. Com base neste mapa, e considerando as metas orçamentais estabelecidas, é elaborado um plano anual de financiamento da atividade, que é revisto periodicamente e favorece, sempre que possível, os instrumentos de financiamento de médio/ longo prazo, em detrimento dos instrumentos de curto prazo.

Na liquidez de contingência, o Grupo BES tem estabelecido um conjunto de medidas que, uma vez acionadas, permitem responder e/ ou atenuar os efeitos de uma crise de liquidez.

Gestão de Liquidez e Funding em 2012

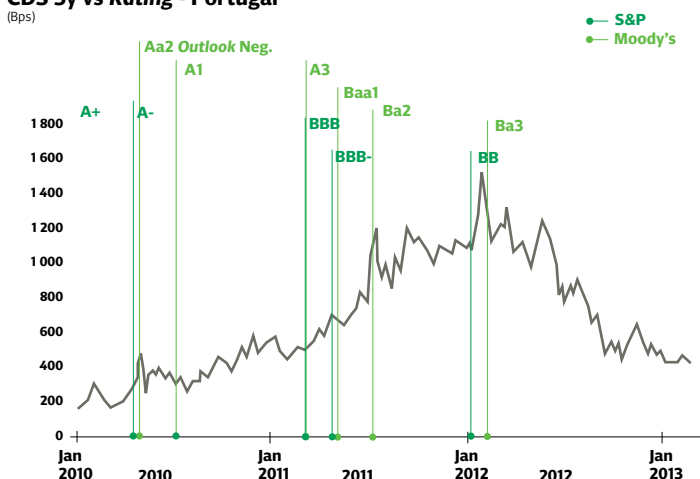
O ano de 2012 iniciou-se num contexto de elevada instabilidade nos mercados, com o alargamento significativo dos *spreads* das dívidas soberanas dos países periféricos. Contudo, e apesar do contexto bastante adverso, em maio de 2012, o BES concluiu com sucesso um aumento de capital no montante de 1 010 milhões de euros. Esta operação, apesar de ter sido efetuada num período de grande instabilidade, foi concluída quase na totalidade através do exercício dos direitos de preferência dos acionistas (99,3%), o que demonstra de forma inequívoca a confiança dos acionistas no BES. Adicionalmente, permitiu ao BES cumprir com os rácios prudenciais regulamentares definidos pelo Banco de Portugal e pela Autoridade Bancária Europeia (EBA), mantendo a sua autonomia estratégica.

Com o agravamento da instabilidade verificada no final de 2011 e início de 2012, o Banco Central Europeu (BCE) adotou uma atuação mais interventiva nos mercados no que respeita a medidas de reposição de liquidez no mercado, nomeadamente:

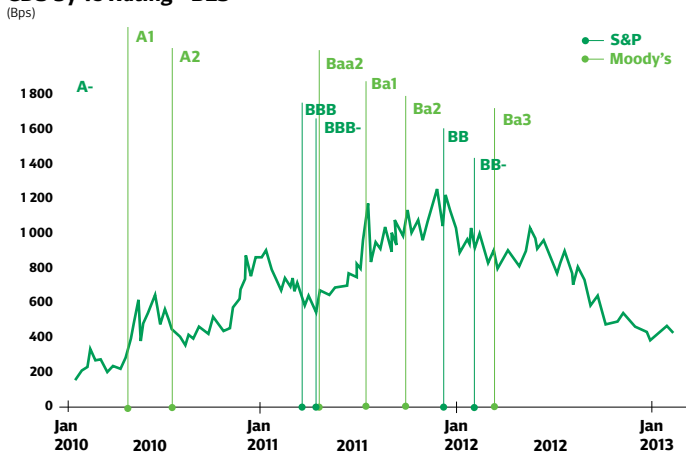
- (i) realização de uma nova operação de cedência de liquidez a 3 anos (*Long Term Refinancing Operations* ou LTRO), a qual ocorreu em 29 de fevereiro (a primeira LTRO ocorreu em dezembro de 2011);
- (ii) alargamento dos critérios de elegibilidade dos ativos aceites como colateral em operações de política monetária, e da redução do limite das reservas mínimas obrigatórias junto do BCE; e
- (iii) anúncio, em setembro, dos detalhes de um novo programa de compra de dívida pública (*Outright Monetary Transactions* ou OMT) dos países da Zona Euro que tenham efetuado um pedido de ajuda formal à Comissão Europeia (i.e. países que estejam a cumprir um programa de ajustamento económico e financeiro ou de um programa preventivo de assistência do EFSF/ESM).

Este conjunto de eventos contribuiu de forma significativa para a redução da volatilidade e dos riscos sistémicos na Zona Euro, representando um passo importante na estabilização financeira da Zona Euro. Em consequência, as *yields* da dívida soberana de todos os países periféricos registaram uma queda acentuada, sendo que no final do ano as *yields* da dívida pública portuguesa já registavam níveis inferiores aos observados aquando do pedido de assistência financeira efetuado em abril de 2011.

CDS 5y vs Rating - Portugal



CDS 5y vs Rating - BES



Adicionalmente, estas medidas permitiram restaurar gradualmente as condições de acesso aos mercados financeiros internacionais a emitentes dos países periféricos, nomeadamente a emitentes portugueses, tais como EDP, Brisa e Portugal Telecom que em setembro e outubro efetuaram emissões públicas de dívida nos mercados internacionais, após um longo período de inacessibilidade aos mercados.

Esta melhoria generalizada do sentimento económico permitiu também ao Grupo BES aceder aos mercados de capitais internacionais no final de novembro com uma emissão de dívida sénior, não garantida, com prazo de 3 anos, no montante de 750 milhões de euros. Esta foi a primeira emissão nos mercados de capitais internacionais efetuada por um banco português desde abril de 2010. A operação contou com a participação de cerca de 225 investidores nacionais e internacionais e gerou uma procura de 2,7 mil milhões de euros (correspondente a cerca de quatro vezes a oferta) que comprova o sucesso da mesma.

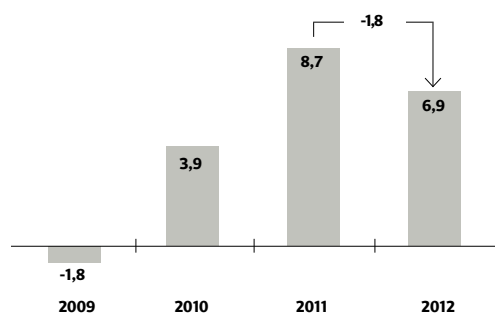
Ainda durante o último trimestre do ano, o Grupo BES viria a aceder novamente aos mercados internacionais com uma emissão de dívida permutável em ações do Banco Bradesco, no montante de 450 milhões de dólares e maturidade de 3 anos. Esta emissão representou a terceira emissão de obrigações permutáveis em ações do Banco Bradesco efetuada pelo BES e permitiu antecipar o refinanciamento da emissão a maturar em abril de 2013.

Já em janeiro de 2013, o BES voltou a aceder novamente aos mercados, com uma emissão de dívida sénior, não garantida, com maturidade de 5 anos, no montante de 500 milhões de euros. À semelhança da emissão realizada em novembro, a operação foi muito bem recebida pelo mercado e contou com a participação de mais de 280 investidores e uma procura que superou em seis vezes a oferta e que atingiu aproximadamente 3 mil milhões de euros.

Em conjunto, estas operações geraram liquidez de cerca de 1,6 mil milhões de euros e representaram um passo importante no regresso gradual ao financiamento nos mercados de capitais internacionais. Por outro lado, a liquidez obtida permitiu ao Grupo prosseguir a sua estratégia de redução gradual da exposição ao BCE. Ao longo do ano, a continuação das políticas de *deleverage* do balanço permitiram reembolsar linhas de médio e longo prazo de *wholesale funding* no montante de 3,7 mil milhões de euros e ainda reduzir a exposição líquida ao BCE em 1,8 mil milhões de euros. Em virtude da situação mais confortável em termos de liquidez, no início de 2013 o BES decidiu proceder à amortização antecipada da linha de financiamento LTRO em 1 000 milhões de euros.

Evolução da Tomada Líquida ao BCE

(valores em mil milhões de euros)

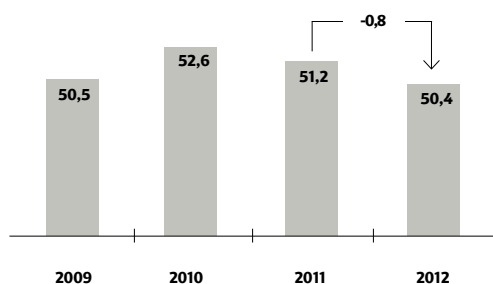


Contudo, apesar das condições de liquidez mais favoráveis a partir do 3º trimestre e do retorno ao financiamento nos mercados, os primeiros nove meses de 2012 foram caracterizados por uma escassez de liquidez no mercado pelo que foram mantidas as linhas de orientação que permitiram colmatar a inacessibilidade aos mercados financeiros ao longo dos últimos 2 anos:

1. Continuação da política de *deleverage* do balanço (implementada a partir de meados de 2010). Ao abrigo desta política foram alienadas posições da carteira de títulos num total de 3,2 mil milhões de euros ao longo do ano. Por outro lado, a carteira de crédito a clientes registou uma redução de 2,2 mil milhões de euros desde 2010, tendo em vista o objetivo de atingir um rácio entre crédito e depósitos de 120% até final de 2014 e a consequente desalavancagem das famílias e das empresas portuguesas.

Evolução da Carteira de Crédito (Bruto)

(valores em mil milhões de euros)



2. Aumento da base de depósitos de clientes, reforçando a orientação estratégica de manter este produto como a principal fonte de financiamento.

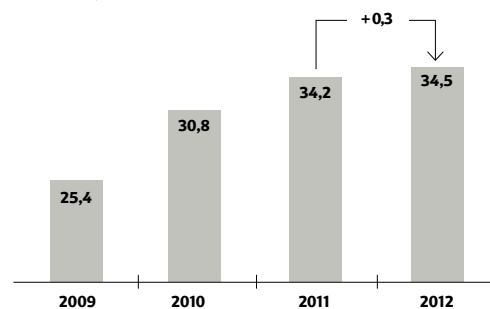
Neste contexto, ao longo do ano os depósitos de clientes registaram um crescimento de 334 milhões de euros, tendo invertido no último trimestre a tendência de redução verificada até setembro de 2012.

No entanto, é de referir que a evolução dos depósitos ao longo do ano foi condicionada pela procura por parte dos clientes de produtos de poupança de maior rentabilidade de que os depósitos (os quais têm as suas taxas limitadas a um *spread* máximo), como por exemplo obrigações, fundos de investimento e produtos de bancaseguros.

Por outro lado, com a aquisição do controlo da BES Vida, os recursos de clientes passaram a integrar os produtos de bancaseguros, os quais representavam 5 mil milhões de euros no final de 2012, correspondente a um peso de 8% na estrutura de *funding*.

Evolução dos Depósitos de Clientes

(valores em mil milhões de euros)

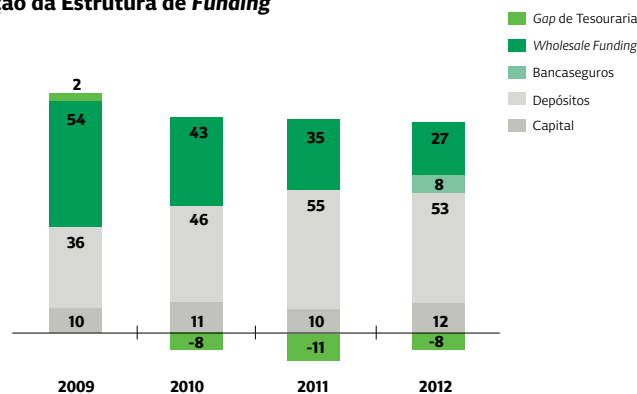


Contudo, à semelhança de 2010 e 2011, os depósitos de clientes continuam a ser a principal fonte de financiamento com um peso de 53% na estrutura de *funding* do BES, tendo registado um aumento de 17 p.p. quando comparado com 2009.

Conjuntamente, os depósitos de clientes e bancaseguros têm um peso de 61% na estrutura de *funding*.

Evolução da Estrutura de Funding

(%)



Ao longo dos últimos 3 anos, o aumento dos depósitos e a redução da carteira de crédito e títulos permitiu mitigar, ainda que parcialmente, a redução das linhas de *wholesale funding*, cujo peso na estrutura de financiamento do Banco caiu 27 p.p., tendo passado de 54% em 2009 para 27% em 2012.

3. Reforço dos ativos elegíveis para redesconto junto do BCE.

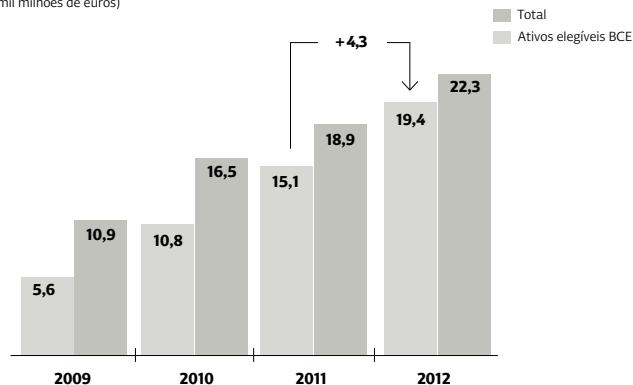
Ao longo de 2012, o BES prosseguiu a sua política de reforço dos ativos elegíveis para operações de política monetária junto do BCE, os quais aumentaram 4,3 mil milhões de euros, face a 2011. Este reforço foi efetuado com maior ênfase durante o primeiro semestre e teve por base o alargamento dos critérios de elegibilidade dos ativos aceites como colateral em operações de política monetária efetuada pelo BCE.

Assim, as ações adotadas para reforçar os ativos elegíveis foram:

- Realização de duas emissões de obrigações garantidas pela República Portuguesa a 3 anos e no montante global de 2,5 mil milhões de euros.
- Preparação das carteiras de crédito de acordo com os novos critérios de elegibilidade, no montante de 4,2 mil milhões de euros.

Evolução dos Ativos Elegíveis para Redesconto no BCE

(valores em mil milhões de euros)



Esta carteira inclui toda a exposição à dívida pública portuguesa que totaliza 3,2 mil milhões de euros, bem como a exposição à dívida pública de outros países "periféricos", nomeadamente 606 milhões de euros de dívida pública espanhola, 25 milhões de euros de dívida pública irlandesa, 28 milhões de euros de dívida pública italiana e 3 milhões de euros de dívida pública grega.

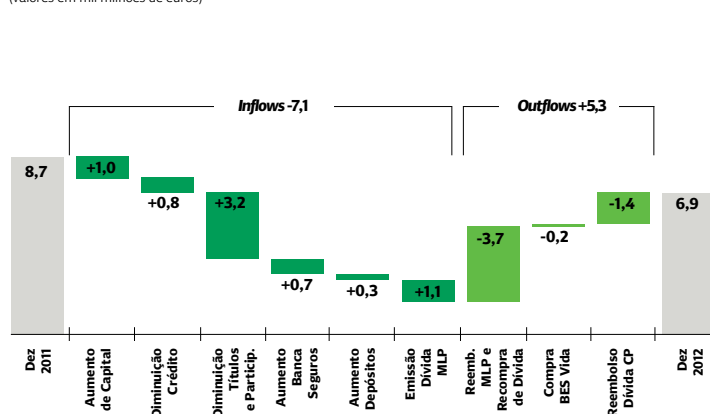
Estes ativos permitiram o acesso às principais operações de refinanciamento e de prazo alargado, as quais foram fundamentais durante o 1º semestre (onde os vencimentos de dívida de médio e longo prazo se encontravam concentrados) para colmatar a inacessibilidade aos mercados de financiamento de curto e médio prazo. Como referido anteriormente, no final do ano, a posição líquida devedora junto do BCE era de 6,9 mil milhões de euros, a qual se desagregava da seguinte forma:

(i) 10,2 mil milhões de euros de tomadas ao abrigo das operações de cedência de liquidez de longo prazo (LTRO) a 3 anos.

(ii) 3,4 mil milhões de euros de aplicações no BCE.

Evolução da Tomada Líquida ao BCE em 2012

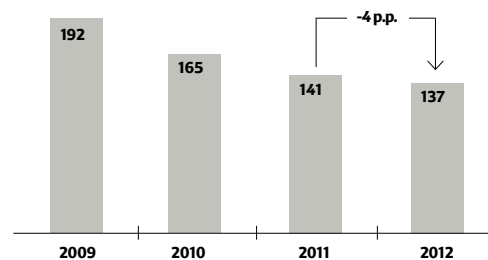
(valores em mil milhões de euros)



Em suma, a implementação destas linhas de orientação permitiu assegurar o refinanciamento de todas as operações com vencimento até ao final do ano, nomeadamente o reembolso da dívida de médio e longo prazo no montante de 3,4 mil milhões de euros, melhorar o rácio de transformação em 4 p.p. para 137% e reduzir a tomada líquida junto do BCE em 1,8 mil milhões de euros.

Evolução do Rácio de Transformação

(%)

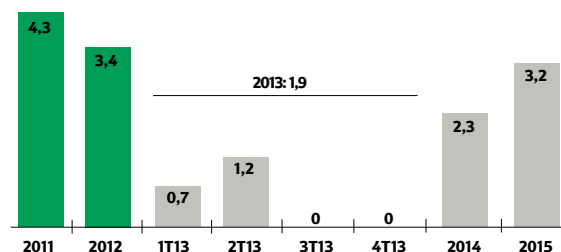


Em 2013, os reembolsos de dívida de médio e longo prazo atingem os 1,9 mil milhões de euros e encontram-se concentrados sobretudo no 1º semestre. No entanto, do montante a maturar já se encontram renovados cerca de 26%, tendo em consideração a emissão de 500 milhões de euros realizada pelo BES em janeiro de 2013.

Perfil de Maturidade

(valores em mil milhões de euros)

■ Já reembolsado



Notações de Rating do Banco Espírito Santo

(a 31 de dezembro de 2012)

Agência	Longo Prazo	Curto Prazo	Outlook
STANDARD & POOR'S	BB-	B	Negativo
MOODY'S	Ba3	NP	Negativo
DBRS	BBB	R-2 (medium)	Negativo

Standard & Poor's: A 14 de fevereiro, na sequência da revisão dos ratings de longo prazo da República Portuguesa em dois *notches*, de BBB- para BB, na dívida de longo prazo, e de A3 para B, na dívida de curto prazo, a S&P cortou o rating do BES de BB para BB-, no longo prazo e confirmou o rating de curto prazo em B.

Moody's: Em 28 de março, na sequência do *downgrade* da República Portuguesa de Ba2 para Ba3, a Moody's fez um *downgrade* aos bancos portugueses, tendo o rating do BES sido reduzido de Ba2 para Ba3, mesmo nível que a república.

DBRS: Em 31 de janeiro, a DBRS cortou o rating da dívida de longo prazo do BES de BBB para BBB (low), na sequência da revisão em baixa do rating da República Portuguesa para o mesmo nível. A dívida de curto prazo foi também revista de R-2 (high) para R-2 (mid) com Outlook negativo.

6. Gestão de Risco

A função de Gestão de Risco visa identificar, avaliar, acompanhar e reportar todos os riscos materialmente relevantes a que o Grupo BES se encontra sujeito, tanto interna como externamente, de modo a que os mesmos se mantenham em níveis adequados e, dessa forma, não afetem negativamente a situação patrimonial do Grupo.

O controlo e a gestão eficiente dos riscos têm vindo a desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento equilibrado e sustentado do Grupo BES. Para além de contribuírem para a otimização do binómio rentabilidade/risco das várias linhas de negócio asseguram, também, a manutenção de um perfil de risco conservador ao nível da solvabilidade e da liquidez.

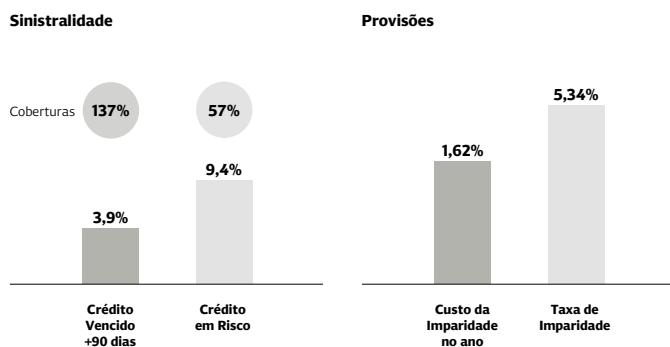
Sumário Executivo

- Independência da função de gestão de risco
- Envolvimento da gestão de topo através de comités especializados
- Visão integrada dos riscos
- Estruturas técnicas especializadas

Crédito

- A recessão económica tem tido reflexos inevitáveis no risco de crédito: o rácio de crédito vencido há mais de 90 dias aumentou para 3,9% (Dez.11: 2,7%) e o rácio de crédito em risco atingiu 9,4% (Dez.11: 6,6%).
- Em consonância com o aumento da sinistralidade, as provisões foram reforçadas no ano de 2012 em 815 milhões de euros (1,62%) em relação à carteira de crédito, o que compara com 601 milhões de euros (1,17%) em 2011.
- O aumento assinalável das provisões de balanço (crescimento anual de 24%) possibilitou que os rácios de cobertura se mantivessem em níveis prudentes: a cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias e do crédito em risco por provisões atingiram 137% e 57%, respetivamente, representando as posições em balanço 5,3% (Dez.11: 4,2%).
- O Programa de Inspeções (OIP), levado a cabo pelo BdP, resultou em provisões adicionais de 78 milhões de euros, totalmente realizadas em 2012, valor imaterial comparado com o nível de provisões do Grupo.

Aumento da sinistralidade e do provisionamento

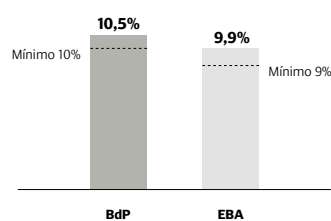


Solvabilidade

- Core Tier I de 10,5% de acordo com o BdP e 9,9% de acordo com a EBA, confortavelmente acima dos requisitos mínimos estabelecidos, sem recurso a fundos públicos, permitindo ao Grupo BES manter a sua independência estratégica.
- Os ativos ponderados pelo risco ascenderam a 61 651 milhões de euros, apresentando uma diminuição anual de 6%, fruto da política de gestão de risco do Grupo e do continuado deleverage do balanço.
- O exercício de ICAAP, realizado em 2012, com referência a 31/12/2011 permitiu concluir que o Grupo BES cumpre o apetite de risco conservador, assegurando uma elevada solvabilidade associada a um rating target mínimo de A (perspetiva Debt Holder).

Rácios de capital reforçados

Core Tier I



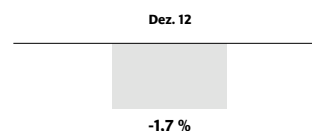
Ativos de Risco Equivalentes	2012
Risco de Crédito	56 454
Risco de Mercado	1 503
Risco Operacional	3 694
Total	61 651

Liquidez

- O Grupo BES, a 31 de dezembro de 2012, cumpria já com o limite estabelecido para 2015, para o rácio de Liquidez de Basileia III, LCR.
- O gap de liquidez até um ano do BdP passou de -15% (Dez.11) para -1,7% (Dez.12), que compara com -5,4% (Jun.12) com os bancos portugueses.
- No final de 2012, o BES reabriu o mercado de dívida para os bancos portugueses tendo até ao início de 2013 obtido financiamento de médio e longo prazo, no montante de 1,6 mil milhões de euros.

Gestão de risco de liquidez conservadora

Gap de Liquidez até 1 ano



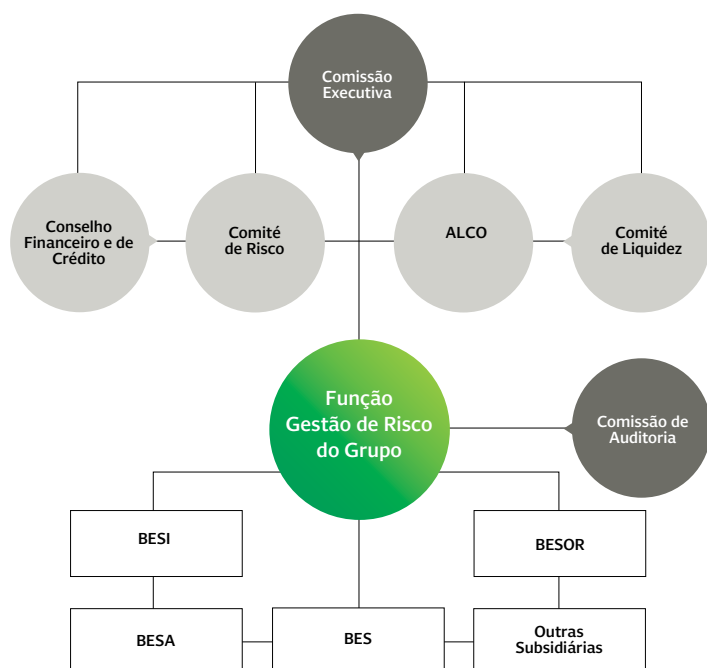
Fatores de Risco

Risco	Descrição	Medidas de Mitigação
• Deterioração da situação econômica	Impacto no aumento do incumprimento do crédito e na desvalorização do mercado imobiliário e de capitais, e na dificuldade de financiamento nos mercados de <i>wholesale</i>	• Monitorização detalhada e atempada de todos os riscos • Revisão contínua de políticas e limites • Maximização do binómio rentabilidade/ risco • Liquidação de ativos
• Alterações legislativas ou regulamentares	As alterações legislativas ou regulamentares não previsíveis podem afetar a estratégia do Banco	• Acompanhamento de desenvolvimentos legislativos e regulamentares, tentando antecipar as alterações e mitigar potenciais impactos
• Flutuação dos mercados financeiros	A volatilidade dos mercados pode afetar os resultados do banco e do fundo de pensões, bem como a margem financeira	• Monitorização cuidadosa dos mercados • Manutenção de processos robustos de controlo
• Acontecimentos naturais ou ataques terroristas	Um ataque terrorista, uma pandemia, um terramoto ou outros acontecimentos imprevistos podem afetar o normal funcionamento do Grupo BES	• Implementação de políticas de gestão de continuidade de negócio
• Eventos geopolíticos	Desenvolvimentos políticos ou governamentais adversos em geografias onde o Grupo BES está presente	• Monitorização da situação política • Realização de exercícios de <i>stress</i> e, se necessário, implementação de ações de mitigação

Organização

A definição do apetite de risco do Grupo BES é da responsabilidade da Comissão Executiva, que fixa igualmente os princípios gerais de gestão e de controlo dos riscos, assegurando que o Grupo BES detém as competências e os recursos necessários à prossecução dos objetivos definidos neste domínio.

Existem diversos Comités especializados que assumem, em linha com as decisões da Comissão Executiva, um importante papel na área de gestão e controlo dos riscos:

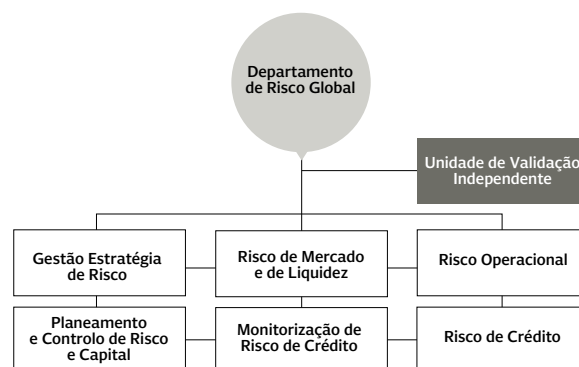


A definição de funções e responsabilidades na gestão de risco obedece ao princípio das “Três Linhas de Defesa” que define de uma forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estão formalizados nas políticas definidas no Grupo.

Esta segregação de funções é fundamental para alinhar incentivos e controlar e gerir os riscos:

Linhas de Defesa	Objetivos	Responsabilidades
1 Tomada de risco Unidades Negócio	Maximizar o retorno ajustado pelo risco dentro dos limites estabelecidos	Unidades de Negócio As unidades de negócio são tomadoras de risco nas suas atividades diárias através da execução do negócio, e da aprovação de operações dentro dos poderes delegados, limites e políticas do Grupo; Responsáveis pelos riscos assumidos (<i>upside e downside</i>).
2 Controlo de risco	Manter o Grupo dentro dos limites de risco através da medição e monitorização dos riscos	Departamento de Risco Global Propõe o apetite de risco e respectivos limites; Identifica e monitoriza o risco, reportando excessos; Desenvolve modelos e ferramentas de avaliação de risco; Não tem responsabilidades na tomada de risco.
3 Auditoria	Assegurar a eficácia e adequação do controlo de risco através de mecanismos regulares de verificação de processos-chave	Departamento de Auditoria Interna Revisão independente da adesão às normas, políticas e regulamentos; Identificação de falhas operacionais e proposta de medidas corretivas; Não tem responsabilidades na tomada ou medição de risco.

Ao nível operacional, a função de Gestão de Risco está centralizada no Departamento de Risco Global (DRG) e é independente das áreas de negócio, incorporando de forma consistente os conceitos de risco e capital na estratégia e nas decisões de negócio do Grupo BES:



As funções do DRG incluem:

- Identificação, avaliação, controle e reporte dos diferentes tipos de risco assumidos, de forma a permitir a gestão global do risco e o cumprimento das normas internas e regulamentares, bem como monitorização e dinamização de ações de mitigação;
- Implementação das políticas de risco definidas pela Comissão Executiva, homogeneizando princípios, conceitos e metodologias em todas as unidades do Grupo BES;
- Desenvolvimento e monitorização de metodologias para identificação e quantificação dos riscos, como modelos de *rating* internos e rácios de liquidez; e metodologias de apoio à decisão como modelos de *pricing*, modelos de decisão de pagamento e de RAROC;
- Apuramento, controle e reporte dos requisitos de capital regulamentar para risco de crédito, riscos de mercado e risco operacional;
- Desenvolvimento do processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP – *Internal Capital Adequacy Assessment Process*) e dos testes de esforço (*stress tests*);

- Validação contínua de modelos, de parâmetros de risco e validação dos níveis de utilização interna dos modelos de risco (*use-test*);
- Acompanhamento da estratégia de internacionalização do Grupo BES, colaborando no desenho das soluções organizativas e na monitorização e reporte do risco assumido pelas diferentes unidades internacionais.

Enquadramento regulamentar

Basileia III

As regras de Basileia III, apresentadas inicialmente no final de 2010 pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia, representam uma alteração regulamentar global para o sistema financeiro e têm como finalidade garantir uma maior solidez das instituições e a prevenção de novas crises financeiras. Os bancos abrangidos irão dispor de um período transitório, que decorrerá até 1 de janeiro de 2019, para cumprimento das regras aprovadas. Atualmente as regras apontam para o seguinte enquadramento no final do período transitório:

- Rácio mínimo *Core Tier I*: 7% (4,5% de valor base e um adicional de 2,5% de *conservation buffer*);
- Rácio mínimo *Tier I*: 8,5% (6,0% de valor e um adicional de 2,5% de *conservation buffer*);
- Rácio de solvabilidade total: 10,5%;
- Introdução de um *buffer* anticíclico entre 0% e 2,5% de elementos *Core Tier I* em condições a designar pelas autoridades regulamentares;
- Fixação de períodos transitórios para absorção das deduções a elementos de capital não elegíveis segundo BIS III e para as novas deduções à base de capital;
- Rácio de cobertura de liquidez (LCR): 100%;
- Estabelecimento de rácios de alavancagem e de liquidez de médio/ longo prazo (NSFR) em condições a definir.

O Comité de Basileia tem ainda uma agenda adicional que, num futuro próximo, contemplará os seguintes aspetos:

- Efetuar a revisão fundamental das regras aplicáveis à carteira de negociação das instituições financeiras;
- Efetuar a revisão do tratamento das securitizações no âmbito do normativo de Basileia;
- Efetuar a revisão do regime das “grandes exposições”;
- Rever a abordagem *standard* ao cálculo dos requisitos de capital e da adequação de capital.

A nível europeu, a CRD IV, que irá transpor para a regulamentação europeia as principais componentes de Basileia III, encontra-se ainda em fase de aprovação, mantendo-se a incerteza sobre a sua redação final.

O Grupo BES continua a acompanhar muito de perto a evolução do enquadramento regulamentar, bem como os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos no sentido de apurar e planear os impactos das regras finais para o Grupo.

Planos de recuperação e de resolução

O Banco de Portugal aprovou, em 2012, legislação referente a planos de recuperação e de resolução. Esta legislação tem como objetivo, no primeiro caso, a identificação de medidas suscetíveis de serem adotadas para corrigir uma situação de *stress* em que a solidez financeira de uma instituição seja seriamente danificada, e no segundo caso, a possibilidade de proceder a uma resolução ordenada de uma instituição.

O Grupo BES tem em funcionamento mecanismos robustos para garantir a recuperação de desequilíbrios provocados por eventos severos que afetem a sua solvência ou liquidez.

Prevenção do Risco de Crédito (PARI e PERSI)

A crise económica que se vive em Portugal tem conduzido a um acrescido número de situações de incumprimento dos agregados familiares. O Grupo BES tem procurado reagir e antecipar esta realidade, através do acompanhamento cada vez mais estreito da execução dos contratos de crédito a particulares. Em 2012, foi implementado um processo de deteção central de clientes em risco de incumprimento, promovendo o contacto pró-ativo com estes clientes e a adoção de medidas de prevenção do referido incumprimento. Refira-se que, em 1 de janeiro de 2013, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de outubro, que estipula para as Instituições de Crédito a obrigatoriedade de definir um Plano de Ação para o Risco de Incumprimento (PARI), que veio criar aos Bancos a obrigação legal de agirem precisamente nas vertentes atrás referidas. Com efeito, este diploma legal exige aos Bancos que adotem procedimentos e medidas de acompanhamento da execução dos contratos de crédito que assegurem, fundamentalmente, os seguintes objetivos:

- Deteção precoce de indícios de risco de incumprimento. Para o efeito, o Banco de Portugal definiu, inclusive, os fatores que considera serem indícios de degradação da capacidade financeira do cliente bancário para cumprir (v.g., existência de incumprimentos registados na Central de Riscos do Banco de Portugal, devolução e inibição do uso de cheques ou a existência de dívidas fiscais e à segurança social);
- Adoção célere de medidas suscetíveis de prevenir o referido incumprimento.

O mesmo Decreto-Lei inclui ainda uma outra vertente, igualmente importante: o Procedimento Extrajudicial de Regularização de Situações de Incumprimento (PERSI), no âmbito do qual as instituições de crédito são chamadas a aferir da natureza pontual ou duradoura do incumprimento registado, avaliar a capacidade financeira do consumidor e, sempre que tal se afigure viável, apresentar propostas de regularização adequadas à situação financeira, objetivos e necessidades de cada cliente. O Grupo BES tem vindo a implementar as medidas necessárias à observância dos procedimentos definidos em sede de PERSI.

Programa de Inspeções (OIP)

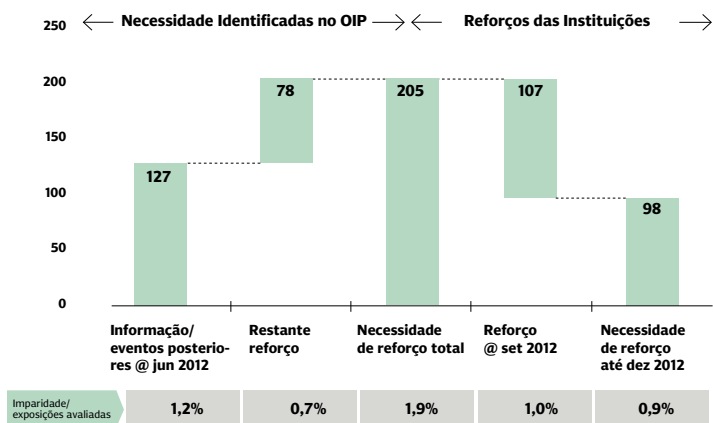
Foi realizado, no segundo semestre de 2012, um Programa de Inspeções *On-site* (OIP), desenvolvido pelo Banco de Portugal e por um auditor externo nomeado por este, sobre as exposições aos setores da construção e da promoção imobiliária e relacionados em Portugal e Espanha, com referência a 30 de junho de 2012.

O OIP envolveu os 8 maiores grupos bancários portugueses e teve por objetivo avaliar a adequabilidade dos níveis de imparidade registados sobre as exposições aos setores abrangidos, com referência a 30 de junho de 2012, tendo por base critérios conservadores de avaliação. O Grupo BES foi sujeito ao mesmo Programa de Inspeções *On-site* na medida em que consolida integralmente no Espírito Santo Financial Group.

No Grupo BES, a avaliação concluiu existir uma necessidade de reforço das imparidades registadas num montante de 205 milhões de euros, correspondente a cerca de 1,9% das exposições avaliadas. Dos 205 milhões de euros, 127 milhões de euros resultaram da análise de informação e eventos posteriores à data de referência, como novas insolvências/ falências e reavaliações de colaterais, como se ilustra no lado esquerdo do gráfico abaixo. Os reforços de imparidade que o Grupo BES constituiu com referência a 30 de setembro de 2012, cobriram grande parte das necessidades identificadas, reduzindo o seu montante de 205 milhões de euros para 98 milhões de euros, valor que foi registado em 31 de dezembro de 2012, como se ilustra no lado direito do gráfico abaixo apresentado.

Reforços de Imparidade

(€ M)



Conclui-se que o impacto dos resultados do OIP é imaterial comparado com o nível de provisões do Grupo.

6.1 Risco de Crédito

O Risco de Crédito, que resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo BES no âmbito da sua atividade creditícia, constitui o risco mais relevante a que se encontra exposta a atividade do Grupo. A sua gestão e controlo são suportados pela utilização de um robusto sistema de identificação, avaliação e quantificação de risco.

A. Práticas de Gestão

Tem sido prosseguida uma política de gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Para tal, tem vindo a verificar-se uma melhoria contínua ao nível:

- Da modelização do risco de crédito, com consequente diminuição do peso da subjetividade na sua apreciação;
- Da incorporação de sinais de alerta comportamental nos sistemas de *rating*;
- Dos procedimentos e circuitos de decisão, com destaque para a independência da função de gestão de risco, delegação de poderes de acordo com níveis de *rating* e adequação sistemática do *pricing*, maturidade e garantias dos clientes;
- Dos sistemas de informação relacionados com a disponibilização das diferentes variáveis inerentes à avaliação do risco de crédito de modo a permitir a sua consulta a todos os intervenientes do processo de crédito;
- Da independência do processo de formalização/ execução das operações de crédito face à estrutura de originação.

A implementação do vasto conjunto de iniciativas desenvolvidas ao longo dos últimos anos, relacionadas, nomeadamente, com o projeto global de revisão dos processos de decisão de crédito nos vários segmentos comerciais, aliada à cobertura quase integral das posições creditícias por *ratings* internos, permitiu que o processo de concessão de crédito no Grupo BES assente na utilização abrangente de métricas de rentabilidade ajustada pelo risco.

De forma transversal aos segmentos comerciais, os *ratings* internos são incorporados diretamente na definição dos poderes de crédito dos diferentes

escalões de decisão, sendo também utilizados como suporte à diferenciação de *pricing*.

Foi igualmente alargada a utilização de *ratings* para efeitos de definição de limites de *portfolio* que condicionam a concessão de crédito por produto e classes de *rating*, restringindo a produção de crédito nas piores notações de risco. Os limites de *portfolio* são utilizados como instrumento de gestão, de forma diferenciada, quando consideramos os *portfolios* de crédito de Particulares e de Empresas:

- Nos *portfolios* de Crédito à Habitação, Crédito Individual e Cartões de Crédito, há limites de *portfolio* na originação que condicionam fortemente a aprovação de operações nas piores notações de *scoring*;
- Nos *portfolios* de Empresas, os limites são utilizados para controlar a evolução do perfil de risco dos vários *portfolios* de crédito. A avaliação do perfil de risco é feita com base na Exposição Líquida de Colaterais.

O cumprimento dos limites estabelecidos é periodicamente objeto de monitorização, sendo a informação distribuída às áreas comerciais e Comité de Risco.

O Grupo BES tem uma política de gestão de risco de crédito rigorosa que lhe permite mitigar significativamente o risco assumido perante os seus clientes nas fases do processo de crédito – originação, monitorização e recuperação.

Originação

- Limites restritivos na concessão de crédito
- Exigência de garantias associadas aos créditos
- Diferenciação do preço consoante o risco
- Manutenção de elevada cobertura da exposição com *ratings*
- Automatização na disponibilização da informação de suporte à decisão de concessão de crédito, nomeadamente no *front office*

Monitorização

- Processo de monitorização com forte envolvimento da Gestão de Topo
- Disponibilização automática da informação de risco de crédito às áreas comerciais
- Ações de acompanhamento de crédito (antes do *default*)
- Processos e controlos de gestão das garantias

Recuperação

- Antecipação das ações de recuperação
- Monitorização dos devedores e dos ativos recebidos em garantia
- Processo de recuperação de crédito adequado com o negócio, recuperação e áreas de desinvestimento
- Risco de crédito como variável nos esquemas de incentivos das áreas comerciais (SOI)

A.1. Os Sistemas de Notação de Risco

Face às particularidades inerentes aos diferentes segmentos de clientes do Grupo BES, foram desenvolvidos diversos sistemas internos de notações e parâmetros de risco, quer para empresas, quer para particulares.

Conforme previsto na regulamentação sobre requisitos mínimos de capital (Basileia II), e seguindo as melhores práticas de gestão de risco, a validação dos sistemas internos de notações de risco é efetuada de uma forma periódica pela Unidade de Validação Independente. O exercício anual de validação interna dos diversos modelos de *rating* para os diferentes *portfolios* de crédito confirma a robustez e aderência destes modelos no exercício de aferição do risco de crédito.

• Modelos de *Rating* para Carteiras de Empresas

No que concerne aos modelos de *rating* para carteiras de empresas, são adotadas abordagens distintas em função da dimensão e do setor de atividade dos clientes. São ainda utilizados modelos específicos adaptados a operações de crédito de *Project Finance*, *Commodity Finance*, *Object Finance*, *Acquisition Finance* e Financiamentos à Construção.

	Critério de Segmentação	Tipo de Modelo	Descrição
Expert Judgement ↑ ↓ Estatístico	Sector, Dimensão, Produto - Instituições Financeiras - Municípios - Institucionais - Adm. Locais e Regionais - Grandes Empresas [Vol. Negócios > 50 M€] - Imobiliário (Investimento/ Promoção) - Acquisition Finance - Project Finance - Object Finance - Commodity Finance	Template	Ratings atribuídos por equipas de analistas, utilizando modelos específicos por setor (<i>templates</i>) e informação financeira e qualitativa.
	Médias Empresas: Vol. Negócios [1,25 M€ - 50 M€]	Semi-automático	Modelo de <i>Rating</i> baseado em informação financeira, qualitativa e comportamental, validado por analistas.
	Pequenas Empresas: Vol. Negócios até 1,25 M€ Start-Up's e Empresários em Nome Individual	Automático	Modelo de <i>Rating</i> baseado em informação financeira, qualitativa e comportamental. Modelo de <i>Rating</i> baseado em informação qualitativa e comportamental.

Relativamente às **Grandes Empresas, Instituições Financeiras, Institucionais, Administrações Locais e Regionais e Empréstimos especializados** - nomeadamente *Project Finance, Object Finance, Commodity Finance* e *Acquisition Finance* - as notações de risco são atribuídas pela Mesa de *Rating*. Esta estrutura é constituída por analistas técnicos especializados, organizados em equipas multissetoriais e centraliza, também, a validação dos *ratings* propostos pelos analistas de risco de crédito que se encontram geograficamente dispersos pelas várias entidades do Grupo BES.

A atribuição das notações internas de risco por parte desta equipa a estes segmentos de risco, classificados como *portfolios* de baixa sinistralidade (*Low Default Portfolios*), assenta na utilização de modelos de *rating* do tipo “*expert-based*” (*templates*) que se baseiam em variáveis qualitativas e quantitativas, fortemente dependentes do setor ou setores de atividade em que operam os clientes em análise. Com exceção da atribuição de *rating* a empréstimos especializados, a metodologia utilizada pela Mesa de *Rating* rege-se, ainda, por uma análise de risco ao nível do perímetro máximo de consolidação e pela identificação do estatuto de cada empresa participada no respetivo grupo económico.

Os *ratings* são validados diariamente num Comité de *Rating* composto por membros da direção e das várias equipas especializadas.

Para o segmento de **Médias Empresas** (empresas com volume de faturação superior a 1,25 milhões de euros e inferior a 50 milhões de euros, com exceção das empresas inseridas em alguns setores classificados com segmentos de risco específicos, como o setor da promoção imobiliária) são utilizados Modelos de *Rating* estatísticos que combinam variáveis económico-financeiras, comportamentais e informação de natureza qualitativa.

A publicação das notações de risco requer, ainda, um processo prévio de validação elaborado por uma equipa técnica de analistas de risco, os quais tomam ainda em consideração variáveis de natureza comportamental. Nas circunstâncias previstas nos respetivos normativos de processo de crédito, esses analistas também se pronunciam sobre as operações de crédito propostas elaborando, para o efeito, relatórios de análise de risco sobre as mesmas.

Esta equipa efetua, ainda, uma monitorização da carteira de crédito dos clientes do Grupo BES através da elaboração de análises de risco, previstas

em normativo interno de acordo com o binómio Responsabilidades Atuais/ *Rating* Cliente, emitindo recomendações específicas sobre o relacionamento creditício a seguir com determinado cliente.

Para o segmento de **Pequenas Empresas** (Empresas com faturação inferior a 1,25 milhões de euros) são utilizados igualmente Modelos de *Rating* estatísticos que têm subjacente, para além da informação financeira e qualitativa, variáveis comportamentais das empresas e do(s) sócio(s) no cálculo das notações de risco.

Encontram-se igualmente implementados Modelos de *Rating* especificamente vocacionados para a quantificação do risco de **Start-Ups** (empresas constituídas há menos de 2 anos e com faturação inferior a 25 milhões de euros no primeiro ano de atividade) e **ENI's**.

Para as empresas inseridas no **Sector Imobiliário** (empresas dedicadas à atividade de promoção e investimento imobiliário, em especial, empresas de pequena e média dimensão), atentas as suas especificidades, os respetivos *ratings* são atribuídos por uma equipa central especializada, suportando-se na utilização de modelos específicos que combinam a utilização de variáveis quantitativas e técnicas (avaliações imobiliárias efetuadas por Gabinetes Especializados), bem como variáveis qualitativas. Esta equipa é igualmente responsável pela elaboração das análises de risco das propostas de crédito especializado que revestem a forma de Financiamentos à Construção.

• Modelos de Scoring para Carteiras de Particulares

O Grupo BES dispõe de modelos de *scoring* de originação e comportamentais para os seus principais produtos de particulares: crédito à habitação, crédito individual, cartões de crédito, descobertos e contas empréstimo, cujas notações de risco estão calibradas contra probabilidades de incumprimento a um ano. A capacidade preditiva dos modelos é objeto de monitorização periódica.

Modelos		
Portfolios	Scoring Originação	Scoring Comportamental
Crédito à Habitação	Modelo para clientes e Novos clientes (antiguidade inferior a 6 meses)	Modelo aplicado a operações com antiguidade superior a 6 meses
Crédito Individual	Modelo para clientes e Novos clientes (antiguidade inferior a 6 meses)	Modelo aplicado a operações com antiguidade superior a 6 meses
Contas Empréstimo	Modelo clientes (antiguidade da conta superior a 6 meses)	Modelo aplicado a operações com antiguidade superior a 6 meses
Cartões	Modelo para clientes e Novos clientes (antiguidade inferior a 6 meses)	Modelo aplicado a operações com antiguidade superior a 12 meses
Contas Correntes	Com limite Scoring Originação de Limites: Módulo para Novos clientes (antiguidade inferior a 6 meses), módulo para novas contas de clientes antigos e módulo para introdução de limites em contas com antiguidade superior a 6 meses	Modelo aplicado a operações com limite com antiguidade superior a 6 meses
	Sem limite	Modelo aplicado a operações sem limite com antiguidade superior a 6 meses

Paralelamente à estimação dos incumprimentos, são também monitorizados regularmente outros parâmetros necessários à quantificação e gestão de risco: a recuperação (1-LGD) e a exposição estimada no momento do incumprimento (EAD).

Todos os modelos de *scoring* desenvolvidos atrás descritos assumem hoje em dia um papel determinante não só na análise técnica do risco mas também nos processos de aprovação e monitorização do risco de crédito.

• Modelos de LGD

Quando um cliente não cumpre com o pagamento das suas responsabilidades, o banco não perderá necessariamente a totalidade da dívida, mesmo que o risco das operações de crédito não esteja mitigado por via da existência de

colaterais. O *Loss Given Default* (LGD) mede o total da perda económica do Banco quando um crédito entra em *default*. O cálculo de LGD leva por isso em conta todos os *cash-flows* ocorridos após essa data, incluindo *cash-inflows* correspondentes a pagamentos (parciais) do cliente ou execução do colateral, custos de recuperação, custos administrativos e o custo decorrente do efeito financeiro via desconto de *cash-flows*.

Desde 2004 que o Grupo BES procede ao cálculo dos parâmetros de LGD, com base em dados internos para os produtos de Particulares – crédito à habitação, crédito individual, cartões de crédito, descobertos e contas empréstimo – bem como para os *portfolios* de Pequenas Empresas e Empresários em Nome Individual, a incluir nas carteiras de Retalho. Estes parâmetros são utilizados para gestão do risco, cálculo de imparidades e cálculo de capital regulamentar para o risco de crédito do Grupo BES.

O Grupo BES procede, ainda, ao cálculo de “estimativas internas das taxas de recuperação” para os *portfolios* de Médias e Grandes Empresas, os quais utiliza para os respetivos processos de negócio.

A.2 A Monitorização do Risco de Crédito

As atividades de acompanhamento e de controlo do Risco de Crédito implementadas no Grupo BES têm por objetivo medir e controlar a evolução do Risco de Crédito e, simultaneamente, numa lógica de mitigação de perdas potenciais, definir medidas objetivas relativamente a situações concretas, cujas especificidades indiciem uma deterioração de risco, bem como de estratégias globais de gestão da carteira de crédito.

Nessa perspetiva, tendo como objetivo central a preservação da qualidade e dos padrões de risco do Grupo BES, a função de Monitorização do Risco de Crédito e o seu respetivo desenvolvimento é objetivamente assumida como um pilar de intervenção prioritário do sistema de gestão e controlo de risco, sendo constituída essencialmente pelos seguintes processos:

- Acompanhamento de clientes com sinais de alerta (CARC);
- Grupo de Acompanhamento de Risco (GAR);
- Análise global do perfil de risco da carteira de crédito.

Acompanhamento de clientes com sinais de alerta (CARC)

O acompanhamento de clientes com sinais de alerta é da competência da Comissão de Acompanhamento de Risco de Crédito (CARC) que, para o efeito, promove e lidera reuniões presenciais que se realizam ao longo do ano com todas as estruturas comerciais, e cujas conclusões são alvo de reporte periódico ao Comité de Risco e à Comissão Executiva.

Em 2012 a CARC procedeu à análise e avaliação de 8 524 clientes (dos quais 1 533, cerca de 18%, foram referenciados pela primeira vez em 2012) e cuja exposição global ascendeu a cerca de 9 589 milhões de euros.

Dessa avaliação, e tendo presente as respetivas especificidades de cada um dos casos avaliados, entendeu esta Comissão emitir recomendações que incidiram sobre 72% dos clientes alvo de análise (abrangendo 6 128 clientes, dos quais cerca de 25% correspondendo a clientes referenciados pela primeira vez) cuja exposição global representava aproximadamente 58,6% das responsabilidades totais objeto de análise.

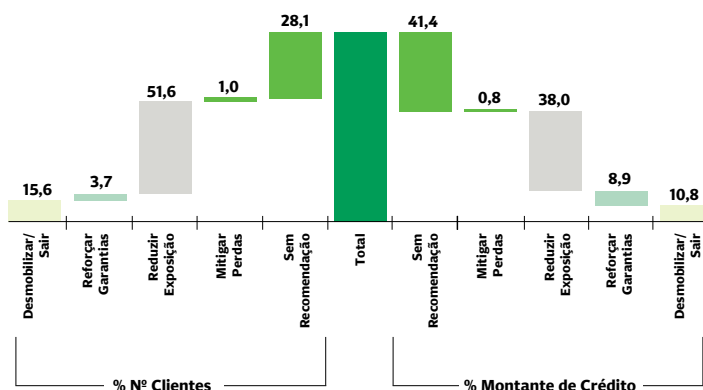
No gráfico seguinte apresenta-se a distribuição observada por tipologia de recomendações, sendo de referir:

- A relevância do conjunto de recomendações de cariz mais defensivo (Desmobilizar, Reforçar Garantias e/ ou Reduzir Envolvimento), que é particularmente notada quer em termos de número de clientes (70,9% dos clientes analisados), quer em termos de exposição creditícia (pouco mais de 57,7%);
- O facto de cerca de 28,1% dos clientes analisados não ter sido alvo de recomendação (representando cerca de 41,4% das responsabilidades analisadas), permite concluir que o risco de crédito no Grupo BES se

encontra controlado/ mitigado, principalmente se se tiver em linha de conta o volume de responsabilidades analisadas por esta Comissão, totalmente independente das estruturas comerciais responsáveis pela originação dos créditos alvo de análise.

Recomendações CARC em 2012

(Perfil de distribuição da carteira analisada)



Em sintonia com as crescentes dificuldades que alguns setores económicos têm vindo a acusar, cerca de 45% do conjunto das recomendações produzidas em 2012 foram definidas para clientes com atividades centradas em apenas três setores: promoção imobiliária, serviços prestados às empresas e construção civil.

Estas Comissões de Acompanhamento de Risco de Crédito precedem a realização das Comissões Executivas Itinerantes (com a presença do Presidente da Comissão Executiva) de modo a que as recomendações emanadas pelas mesmas sejam alvo de análise pela gestão de topo do Grupo BES.

Grupo de Acompanhamento de Risco (GAR)

O Grupo de Acompanhamento de Risco (GAR), criado em 2011, tem como objetivo o aprofundamento da análise e controlo do risco de crédito já desenvolvido no âmbito do processo CARC.

Os clientes analisados no âmbito do GAR são mensalmente classificados em três classes de risco – Pré-*Watchlist*, *Watchlist* e Recuperação – mediante a verificação de critérios de risco pré-definidos. Para todos os clientes alocados às referidas classes de risco são produzidos relatórios de identificação das causas de deterioração do respetivo risco e as ações a desenvolver como sejam:

- O desenvolvimento das recomendações de transferência de clientes em Pré-*Watchlist*, *Watchlist* para o Departamento de Acompanhamento de Empresas;
- A validação de “Planos de Recuperação” para clientes em *Watchlist* (aplicáveis a clientes com responsabilidade inferior a 0,5 milhões de euros apenas se selecionados pelo Departamento de Recuperação de Crédito);
- A monitorização dos clientes com planos em implementação nos departamentos comerciais de empresas, Departamento de Acompanhamento de Empresas ou através de proposta do Departamento de Recuperação de Crédito.

Durante 2012 este grupo foi reforçado através da abordagem individualizada aos clientes do segmento imobiliário, com a criação de um Grupo de Acompanhamento de Risco Imobiliário (GARI), com modo de funcionamento em tudo idêntico ao GAR, mas com a participação e intervenção alargada das áreas do Banco com competências técnicas neste segmento.

A manutenção de um ambiente macroeconómico adverso no decorrer de 2012 reforçou a importância das ações de acompanhamento e monitorização

do risco de crédito, pelo que o resultado de cada GAR e GARI passou a ser apreciado pela Comissão Executiva através da realização de um GAR Síntese de reporte e ratificação das decisões tomadas.

Análise global do perfil de risco da carteira de crédito

No Grupo BES é efetuada uma gestão permanente da carteira de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito, sendo o perfil de risco dos *portfolios* de crédito (nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias) apresentado mensalmente no Comité de Risco. São igualmente objeto de análise regular o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas comerciais.

A.3 Processo de Recuperação de Crédito

Todo o processo de recuperação de crédito é desenvolvido com base no conceito integrado de cliente. Cada cliente tem afeto um “recuperador” que acompanha todos os seus créditos em recuperação (independentemente do segmento – empresas ou retalho). O tratamento do crédito concedido a particulares, dada a volumetria e natureza, obedece em algumas fases a critérios automáticos e industrializados, enquanto o tratamento do crédito a empresas obedece a critérios personalizados de abordagem.

No decurso do processo são equacionadas as possibilidades de acordo, recorrendo à via judicial sempre que se revele necessário para ressarcimento dos créditos e defesa dos direitos do Banco, mantendo, no entanto, a disponibilidade para equacionar soluções que potenciem o regresso a uma situação de cumprimento.

A.4 Risco de Concentração

O risco de concentração é entendido como sendo a possibilidade de uma exposição ou um conjunto de exposições produzir perdas suficientemente significativas que possam por em causa a solvabilidade da Instituição. Em particular, o risco de concentração de crédito decorre da existência de fatores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes, de tal modo que a deterioração daqueles fatores possa implicar um efeito adverso simultâneo na qualidade de crédito de cada uma daquelas contrapartes.

Neste contexto, foram definidos limites para as maiores exposições e para a distribuição setorial. Sendo objeto de monitorização periódica, tais limites, em complementaridade com outros de caráter regulamentar (ex. Grandes Riscos), vieram reforçar o *framework* de acompanhamento e monitorização do risco de concentração de crédito do Grupo.

De referir por último que o efeito do risco de concentração se encontra incorporado no exercício ICAAP.

B. Análise do Risco de Crédito

B.1. Carteira de Crédito a Clientes

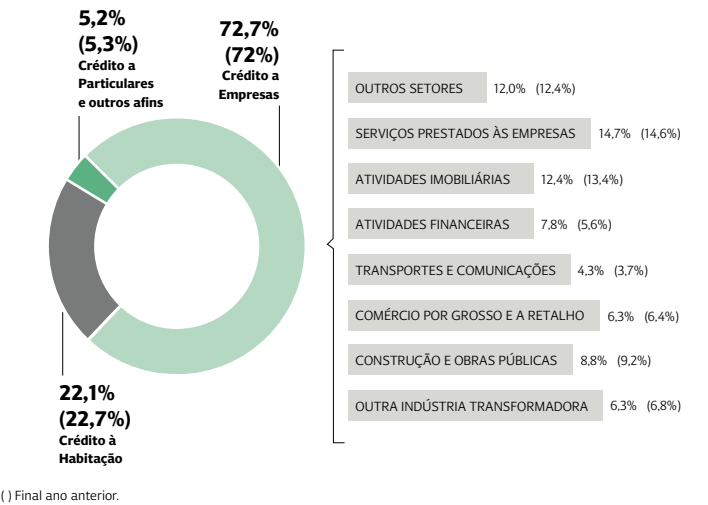
Estrutura da Carteira de Crédito

Face ao final do exercício anterior, a carteira de crédito registou em 31 de dezembro de 2012 um decréscimo de 1,6%. Apesar da redução do crédito ter sido extensível a todos os segmentos, merece destaque o facto do crédito a empresas ter sido a carteira onde se verificou uma diminuição menos acentuada (de apenas 0,7%), em consequência do continuado apoio do Grupo ao tecido empresarial português, em particular às empresas exportadoras.

Estrutura da carteira de Crédito (milhões de euros)			
	Dez. 2011	Dez. 2012	Variação
Crédito Total (bruto)	51 211	50 399	-1,6%
Habitação	11 610	11 134	-4,1%
Particulares (Outro)	2 716	2 628	-3,2%
Empresas	36 885	36 637	-0,7%

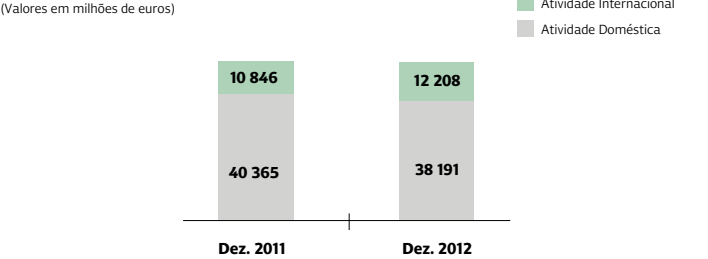
A análise da distribuição setorial da carteira de crédito permite demonstrar, por um lado, o continuado enfoque do Grupo BES no suporte ao tecido empresarial e, por outro, a manutenção de níveis de concentração conservadores.

Distribuição Setorial do Crédito Total



Relativamente à repartição geográfica da carteira de crédito, a atividade internacional, que representa 24% da carteira de crédito, cresceu 13% face ao período homólogo.

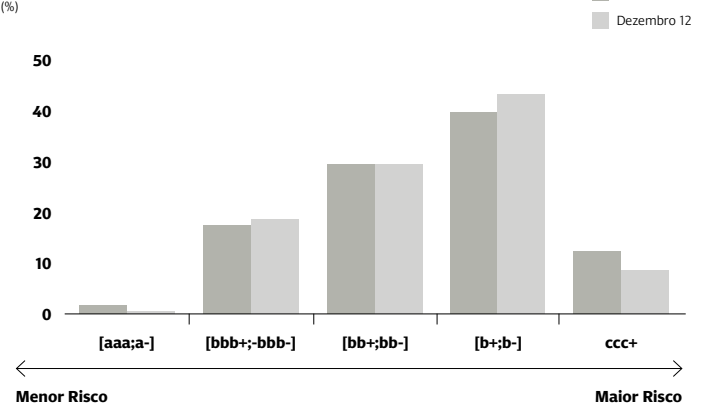
Distribuição Geográfica do Crédito



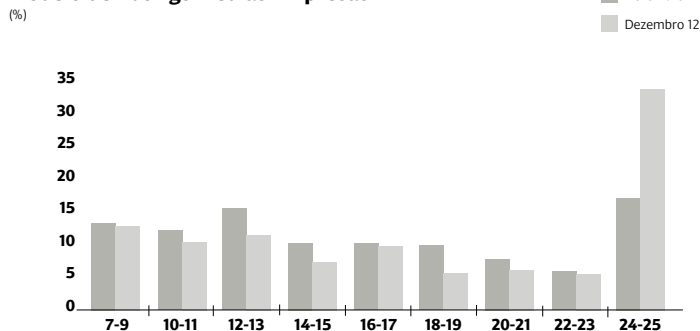
Distribuição da carteira de crédito por notação de rating

O Grupo BES utiliza, no apoio à decisão e na monitorização do risco de crédito, os seus sistemas de *ratings* internos, cujas probabilidades médias de incumprimento refletem, tanto nos segmentos de Empresas como nos de Retalho, o atual contexto de desaceleração da atividade económica.

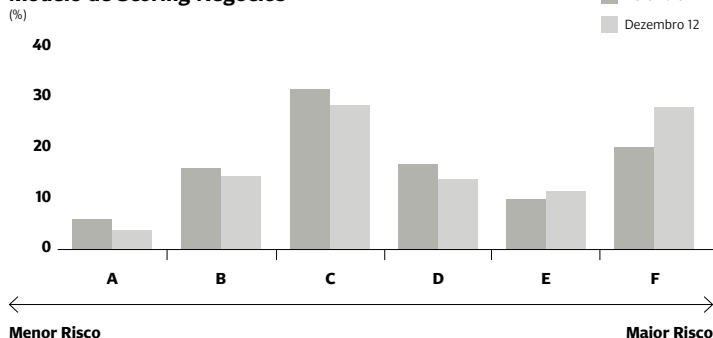
Modelo de Grandes Empresas



Modelo de Ratings Médias Empresas



Modelo de Scoring Negócios



Qualidade do Crédito

O esforço contínuo na melhoria das políticas e procedimentos de gestão do risco permitiu atenuar os efeitos da deterioração da situação económica doméstica e internacional que, mesmo assim, não deixaram de se fazer sentir no comportamento dos indicadores de sinistralidade de crédito do Grupo, os quais foram, em grande medida, acautelados pelo reforço significativo do nível de provisionamento da carteira de crédito.

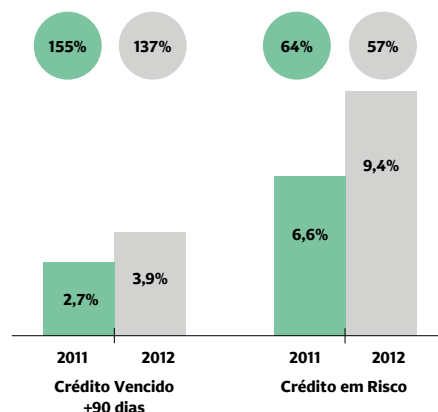
Qualidade do Crédito a Clientes

	Dez. 11	Dez.12	Variação	
			Absoluta	Relativa
Dados de Base (milhões de euros)				
Crédito a Clientes (bruto)	51 211	50 399	-812	-1,6%
Crédito Vencido	1 546	2 185	640	41,4%
Crédito Vencido > 90 dias	1 403	1 966	563	40,1%
Crédito em Risco ⁽¹⁾	3 374	4 758	1 385	41,0%
Provisões para Crédito	2 167	2 692	525	24,2%
Reforço de provisões para crédito (acumulado)	601	815	214	35,7%
Indicadores (%)				
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	3,02%	4,34%	1,32p.p.	
Crédito Vencido > 90 dias / Crédito a Clientes (bruto)	2,74%	3,90%	1,16p.p.	
Crédito em Risco ⁽¹⁾ / Crédito a Clientes (bruto)	6,59%	9,44%	2,85p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido	140,2%	123,2%	-17,0p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Vencido > 90 dias	154,5%	136,9%	-17,5p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito em Risco ⁽¹⁾	64,2%	56,6%	-7,7p.p.	
Provisões para Crédito / Crédito Clientes	4,23%	5,34%	1,11p.p.	
Carga de Provisões para Crédito	1,17%	1,62%	0,45p.p.	
Carga Líquida de Recuperações de Créditos Abatidos ao Ativo	1,12%	1,57%	0,45p.p.	

(1) De acordo com a definição constante da Instrução nº23/2011 do Banco de Portugal. O crédito em risco inclui: a) crédito (vencido + vincendo) com prestações de capital e juros vencidos há mais de 90 dias; b) créditos reestruturados em que tenha havido capitalização de juros ou capital sem cobertura total por garantias ou que os juros e outros encargos não tenham sido pagos na íntegra pelo devedor; c) prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias em que se verifique a falência ou liquidação do devedor.

O rácio crédito vencido há mais de 90 dias/ crédito a clientes evoluiu para 3,90% (em dezembro de 2011 era 2,74%). O respetivo rácio de cobertura por provisões mantém-se em níveis confortáveis de 136,9% (154,5% em dezembro 2011), apesar do decréscimo verificado (-17,4 pp.).

Sinistralidade e cobertura por provisões



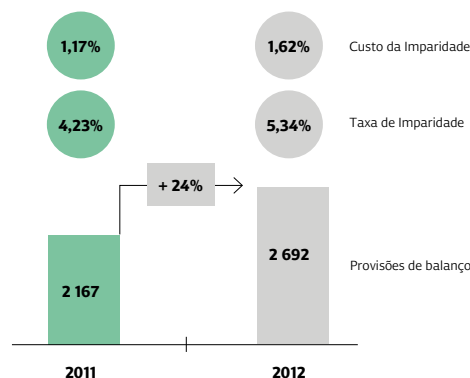
Refletindo os efeitos do agravamento do contexto macroeconómico, o rácio de crédito em risco aumentou de 6,6% para 9,4% em dezembro de 2012. Esta evolução foi influenciada, dada a sua expressão na carteira, fundamentalmente pelo incremento da sinistralidade do crédito a empresas (que passou de 6,6% para 10%).

Crédito em Risco por Tipo de Crédito

	Sinistralidade		Cobertura		Imparidade de balanço	
	2011	2012	2011	2012	2011	2012
Crédito Total	6,59%	9,44%	64%	57%	4,23%	5,34%
Empresas	6,58%	10,02%	76%	64%	5,02%	6,37%
Habituação	6,22%	7,28%	22%	21%	1,38%	1,52%
Particulares (outro)	8,25%	10,54%	69%	69%	5,72%	7,28%

No que respeita às provisões para carteira de crédito, sublinha-se o reforço expressivo efetuado de 815 milhões de euros, que representou um custo de imparidade médio de 1,62% no ano de 2012 (1,17% em 2011). Tal acréscimo resultou num aumento de 24% no montante das provisões registadas em balanço, o que permitiu que a taxa média de imparidade evoluísse de 4,23% para 5,34%.

Provisões para carteira de crédito



Por fim, merece nota o facto de 137 milhões de euros de provisões associadas a cedências de créditos terem sido constituídas na carteira de Títulos (51 milhões de euros) e rubrica Outros Ativos (86 milhões de euros).

B.2. Exposição a Mercados Emergentes

A exposição a mercados emergentes, em moeda estrangeira, no final do exercício de 2012 determinada de acordo com os critérios do Banco de Portugal para efeitos de cálculo do risco – país, elevava-se a 5 661 milhões de euros representando 6,8% do ativo consolidado (6,2% em 31 de dezembro de 2011).

(milhões de euros)

Países	Coeficiente Risco BdP	Dez. 11		Dez. 12		Dez. 11		Dez. 12	
		Exposição líquida		Exposição bruta *		Garantias e Deduções **		Exposição Líquida	
		Total	em Moeda Estrangeira	Total	Reserva Justo Valor	Total	em Moeda Estrangeira	Total	Estrutura (%)
América Latina		3 134	1 075	3 896	0	1 111	2 785	921	27
Bahamas	10%	1	1	19	0	19	0	0	0
Brasil	0%	2 708	649	2 582	0	34	2 548	685	24
México	0%	9	9	81	0	31	50	50	0
Panamá	0%	397	397	222	0	72	149	149	1
Venezuela	50%	7	7	950	0	948	2	2	0
Outros		11	11	42	0	7	35	35	0
Leste Europeu		77	9	130	0	7	123	42	1
Croácia	10%	0	0	0	0	0	0	0	0
Ucrânia	50%	0	0	1	0	1	0	0	0
Outros		77	9	129	0	6	123	42	1
Ásia-Pacífico		126	101	485	0	414	71	59	1
Rep Popular da China	0%	10	10	4	0	2	2	2	0
Índia	10%	11	11	282	0	277	4	4	0
Macau	0%	82	57	64	0	0	64	52	1
Turquia	10%	0	0	1	0	0	0	0	0
Outros		23	23	135	0	135	0	0	0
África		5 911	3 809	8 461	0	988	7 473	4 639	71
África do Sul	0%	16	16	36	0	20	16	16	0
Angola	10%	5 772	3 678	8 228	0	906	7 322	4 488	70
Cabo Verde	10%	92	91	120	0	6	113	113	1
Marrocos	10%	8	0	3	0	2	1	0	0
Outros		24	24	74	0	53	21	21	0
Total		9 248	4 994	12 972		2 520	10 452	5 661	100
% Ativo Líquido		11,5%	6,2%	16,4%			13,2%	6,8%	

* Exposição deduzida de provisões para risco país.

** Inclui Trade Finance < 1 ano no valor de 1 112 M€ e créditos IFC B Loans no valor de 0,4 M€.

As principais economias emergentes mantiveram um dinamismo elevado, registando fortes crescimentos do PIB. O Grupo BES está presente em diversos países desta área, nomeadamente em Angola e no Brasil, onde o desenvolvimento da respetiva atividade acompanhou o crescimento da economia local, representando, respetivamente em termos de exposição líquida total, 70% e 24% do valor global de exposição a mercados emergentes.

Durante o ano de 2012 assistiu-se a um forte desenvolvimento da atividade em Angola o que proporcionou um reforço da representatividade deste país no valor total dos mercados emergentes.

O nível de exposição apresentado encontra-se consideravelmente abaixo dos limites exigidos pelo Banco de Portugal, que recomenda que esta exposição não ultrapasse 30% dos fundos próprios.

6.2 Risco de Mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro em consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações, de mercadorias, ou de imóveis, volatilidade e *spread* de crédito.

O Risco de Mercado é controlado numa visão a curto prazo (dez dias) para a carteira de negociação e numa visão de médio prazo (um ano) para a carteira bancária.

6.2.1 Risco da carteira de negociação

A. Práticas de Gestão

O principal elemento de medição do risco de mercado consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para a qual é utilizada a metodologia *Value at Risk* (VaR). O Grupo BES utiliza a simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias úteis para calcular o VaR. As volatilidades e correlações são históricas, com base num período de observação de 1 ano.

De forma a calibrar a medição do VaR são efetuados diariamente exercícios de *back testing* que consistem na comparação entre as perdas previstas no modelo e as perdas efetivas. Estes exercícios permitem aferir a aderência do modelo à realidade e assim melhorar a sua capacidade preditiva. Como complemento ao VaR, têm também sido utilizados cenários extremos (*stress tests*) para avaliação das consequentes perdas potenciais.

O Grupo BES tem em vigor limites de VaR e de *stop loss* para as suas carteiras, de forma a limitar as perdas a que o grupo se encontra sujeito. O controlo dos limites é efetuado diariamente pelo Departamento de Risco.

B. Análise de Risco de Mercado

O Grupo BES apresenta um valor em risco (VaR) de 38,1 milhões de euros a 31 de dezembro de 2012, nas suas posições de *trading* em ações, taxa de juro, volatilidade e *spread* de crédito, e na posição global de mercadorias e cambial (com exceção da posição cambial referente a ações das carteiras de ativos disponíveis para venda e de ativos ao justo valor). Este valor compara com 47,5 milhões a 31 de dezembro de 2011.

Value at Risk 99% a 10 dias

	Dez 12	Máximo 2012	Média 2012	Dez 11
Ações e Mercadorias	15,0	11,1	14,4	13,6
Taxa de Juro	8,8	28,5	18,4	10,8
Taxa de Câmbio	3,4	13,7	11,3	4,9
Volatilidade	7,1	7,2	7,2	14,3
Spread de Crédito*	13,9	71,6	40,2	15,2
Efeito Diversificação	-10,1	-20,3	-17,0	-11,1
Total	38,1	111,8	74,5	47,5

* Não inclui o VaR de *spread* de crédito das obrigações e dos CDS do GRUPO BES1

Os 38,1 milhões de euros correspondentes ao VaR Total provêm, essencialmente, dos riscos de ações e *spread* de crédito.

Durante o ano de 2012, o Grupo BES deteve em carteira obrigações de dívida pública portuguesa, originando um incremento do risco de *spread* de crédito visível no valor máximo atingido.

De forma a complementar a mensuração do risco procede-se ainda à análise da simulação de cenários extremos, tendo sido efetuados cenários a todos os fatores de risco, tendo como base as variações, mais e menos positivas, verificadas a 10 dias nos últimos 20 anos.

A 31 de dezembro de 2012 verifica-se que os principais fatores de risco a que o Grupo BES se encontra exposto são os índices de ações da América do Sul e Europa, as taxas de câmbio de África e o *spread* de crédito soberano de Portugal.

Cenários Extremos		Perda
Risco de Taxa de Juro	Variação da inclinação em 15% da Curva de Rendimentos - Europa	4,9
	Variação paralela de 15% da Curva de Rendimentos - Europa	4,3
	Variação da inclinação em 20% da Curva de Rendimentos - América do Norte	4,2
	Variação paralela de 25% da Curva de Rendimentos - América do Norte	3,9
Risco Cambial	Variação de 16% em países de África	25,2
	Variação de 20% em países da América do Norte	2,5
	Variação de 10% em países da Ásia	2,0
Risco de Ações	Variação de 48% em índices da América do Sul	163,1
	Variação de 24% em índices da Europa	25,3
Risco de Volatilidade	Variação de 10% na volatilidade de índices da América do Sul	6,3
	Variação de 25% na volatilidade de índices da Europa	5,2
	Variação de 25% na volatilidade cambial de países da América	4,4
Risco de Spread de Crédito	Variação de 218% no spread de crédito de países da Europa	20,7
	Variação de 50% no spread de crédito de países da América do Norte	2,0

6.2.2 Riscos da carteira bancária

Os outros riscos da carteira bancária referem-se a movimentos adversos nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito e no valor de mercado de títulos de capital e imóveis, em exposições que o banco detém no seu balanço (*non-trading*). As participações da BES Vida são controladas autonomamente pela área de risco da entidade.

6.2.2.1 Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro pode ser interpretado de dois modos diferentes mas complementares, como o efeito sobre a margem financeira ou como o efeito sobre o valor do capital, decorrente de movimentos nas taxas de juro que afetam a carteira bancária da Instituição.

As variações nas taxas de juro de mercado afetam a margem financeira do Banco através da alteração dos proveitos e dos custos associados aos produtos de taxa de juro e através da alteração do valor subjacente dos seus ativos, passivos e instrumentos fora de balanço.

A exposição ao risco de taxa de juro da carteira bancária é calculada com base na metodologia do *Bank for International Settlements* (BIS). Segundo este método, são classificadas todas as rubricas do ativo, do passivo e extrapatrimoniais que sejam sensíveis a oscilações das taxas de juro e que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de refinação da taxa de juro.

O modelo utilizado baseia-se numa aproximação ao modelo de cálculo da *duration* e consiste num cenário de *stress test* correspondente a uma deslocação paralela da curva de rendimentos de 200 pontos base, em todos os escalões de taxa de juro (Instrução 19/2005 do Banco de Portugal).

As medidas de risco de taxa de juro quantificam, essencialmente, os efeitos das variações das taxas de juro na situação líquida e no resultado financeiro. O risco de taxa de juro na ótica do efeito sobre a situação líquida do Grupo BES cifrou-se em 171 milhões de euros a 31 de dezembro de 2012, que compara com 351 milhões de euros no final de 2011.

O risco de taxa de juro da carteira bancária advém essencialmente da combinação entre o crédito e as obrigações de taxa fixa de longo prazo, com as responsabilidades representadas de taxa fixa a longo prazo.

Para além dos choques paralelos são efetuados choques não paralelos na curva de rendimentos para medir os efeitos dessas variações na sensibilidade do capital económico.

Adicionalmente, o Grupo BES efetua a medição do risco de taxa de juro da carteira bancária a partir da medida do VaR histórico a um ano, com um

intervalo de confiança de 99%. Esse valor cifrou-se a 31 de dezembro de 2012 em 136 milhões de euros.

6.2.2.2 Risco de Spread de Crédito

O *spread* de crédito é um dos fatores a considerar na avaliação de ativos, e representa a capacidade do emitente cumprir com as suas responsabilidades até à maturidade da mesma.

O risco de *spread* de crédito de um ativo, visa refletir a diferença entre a taxa de juro associada a um ativo financeiro e a taxa de juro sem risco referente a um ativo na mesma moeda.

Para medir este risco, é calculado um VaR a 99%, considerando um período de detenção de 1 ano. Complementarmente, procede-se à análise da simulação de cenários extremos.

6.2.2.3 Risco de Instrumentos de Capital e de Outros Títulos de Rendimento Variável

O Grupo BES encontra-se ainda sujeito a outros tipos de risco da carteira bancária, onde se inclui o risco das Participações Financeiras; o risco dos Fundos de Investimento e o risco dos Certificados de Seguro ao Portador (CSP). Estes riscos podem ser definidos genericamente como a probabilidade de perda resultante da alteração adversa no valor de mercado dos instrumentos financeiros citados.

Quanto às Participações Financeiras e aos Fundos de Investimento, que têm como fontes de risco as suas cotações e os índices de ações, é calculado um VaR a 99%, considerando um período de detenção de um ano. Complementarmente, procede-se à análise da simulação de cenários extremos.

Em relação aos Certificados de Seguro ao Portador (CSP), que têm como fonte de risco o valor destes títulos, estima-se um valor em risco, correspondente ao intervalo de confiança de 99%, com um período de detenção de um ano.

6.2.2.4 Risco Imobiliário

O risco imobiliário refere-se a movimentos adversos no valor de mercado dos imóveis, em exposições que o banco detém no seu balanço.

O Grupo BES calcula o valor em perda do risco imobiliário através do VaR histórico a um ano com um intervalo de confiança de 99%.

6.2.3 Risco do fundo de pensões

O risco de fundo de pensões é o risco resultante do valor dos passivos (responsabilidades do fundo) exceder o valor dos ativos (investimentos do fundo). Nesta situação o banco tem a responsabilidade de financiar a diferença incorrendo na correspondente perda (contribuições do Grupo para o fundo).

Com o objetivo de mensurar o risco do fundo de pensões do Grupo BES, são estimados os ativos e passivos com o horizonte temporal de 1 ano.

O rendimento estimado dos ativos do fundo corresponde às perdas máximas que o Fundo pode incorrer num período de 1 ano. Este é determinado através do cálculo, para um intervalo de confiança de 99%, do VaR a 1 ano da carteira de ativos do Fundo de pensões, à data de referência.

As responsabilidades são atualizadas tendo como base o custo corrente projetado a 1 ano.

O Grupo BES utiliza para a quantificação do risco do fundo de pensões, os mesmos modelos e metodologias que para a determinação dos riscos materiais incorridos pelos ativos do Grupo BES.

6.3 Risco Operacional

O Risco Operacional representa a probabilidade de ocorrência de eventos, com impactos negativos nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Desta forma, assumimos o risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativo, de sistemas de informação, de *compliance* e de reputação.

A. Práticas de Gestão

A gestão do risco operacional é efetuada através da aplicação de um conjunto de processos que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. As metodologias de gestão definidas encontram-se suportadas nos documentos reconhecidos como melhores práticas, nomeadamente os princípios e abordagens de gestão do risco operacional emanadas pelo Comité de Basileia e a abordagem subjacente ao Modelo de Avaliação de Riscos implementada pelo Banco de Portugal.

O modelo de gestão de risco operacional implementado é suportado por uma estrutura organizacional, no Departamento de Risco Global, dedicada exclusivamente ao seu desenho, acompanhamento e manutenção, mas que atua em estreita articulação com os seguintes elementos, cuja participação ativa é crucial:

- Representantes de Risco Operacional dos departamentos, sucursais e subsidiárias integradas no perímetro da gestão do risco operacional, aos quais compete assegurar, nas suas unidades, a aplicação dos procedimentos definidos e a gestão diária do risco operacional, em estreita articulação com a área de Risco Operacional do Departamento de Risco Global;
- Departamento de *Compliance*, nomeadamente a sua Unidade de Gestão do Sistema de Controlo Interno, pelo seu papel na garantia da documentação dos processos, na identificação dos seus riscos específicos e dos controlos implementados, na determinação do rigor do desenho dos controlos e na identificação das ações de melhoria necessárias para a sua plena eficácia, sendo contínua a comunicação de e para a gestão do risco operacional;
- Departamento de Auditoria Interna, pelo seu papel no teste da eficácia da gestão dos riscos e dos controlos, bem como na identificação e avaliação da implementação das ações de melhoria necessárias;
- Departamento de Gestão e Coordenação de Segurança, pelo seu papel no âmbito da segurança de informação, segurança física e de pessoas e da continuidade de negócio.

Em 2012, destacam-se as seguintes concretizações com impactos positivos e significativos na gestão do risco operacional:

- Realização do exercício anual de autoavaliação abrangeu novas sucursais do Grupo, em consonância com a estratégia de internacionalização preconizada. Assim, foi possível apurar os principais riscos a que o grupo se encontra exposto, bem como a identificação das respetivas medidas de mitigação.
- Consolidação da monitorização de fontes de risco através de Indicadores Chave, permitindo atuar preventivamente e evitar a materialização de incidentes com impacto financeiro. A implementação de Indicadores de risco nas várias unidades respeita um painel de indicadores *standard*, o que possibilita uma análise transversal e comparativa, em complemento são definidos indicadores específicos de acordo com a realidade de negócio e do perfil de risco de cada unidade.
- A aplicação de gestão integrada de risco operacional foi objeto de um *upgrade* da versão do *software* concretizado em maio de 2012, e de

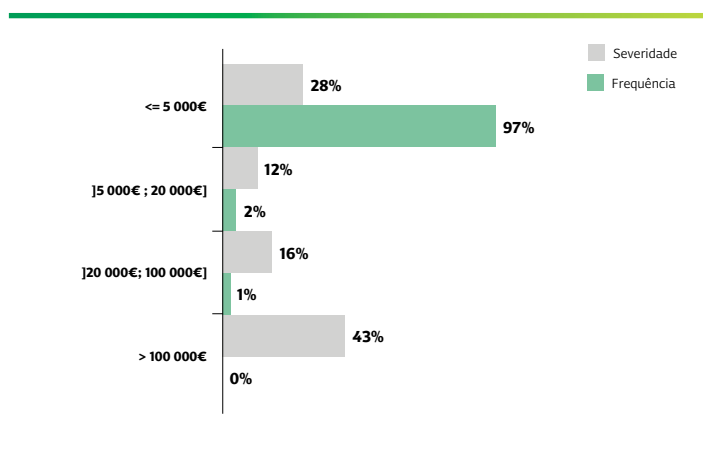
imediatamente foi iniciado o processo de análise de requisitos e desenvolvimentos relativamente a módulos específicos para a execução de exercícios de autoavaliação e monitorização de indicadores chave de risco. Assim, em 2013, a aplicação de risco operacional, disponível para as várias entidades do grupo, permitirá a integração das principais ferramentas de identificação e monitorização de risco.

A gestão do risco operacional implica a realização tempestiva, periódica e sustentada de vários processos, como a definição de medidas de mitigação para fazer face a riscos identificados através das várias ferramentas – exercícios de autoavaliação, incidentes detetados, e monitorização de indicadores de risco – e o acompanhamento da sua implementação. Em paralelo, a realização de processos de controlo de registo de eventos permite verificação da eficiência dos procedimentos implementados, em cada unidade, para a identificação e reporte de incidentes de risco operacional.

B. Análise do Risco Operacional

O perfil de risco operacional do Grupo BES é caracterizado por uma elevada percentagem de incidentes com perdas financeiras associadas de montante reduzido e um número diminuto de incidentes com impacto financeiro material.

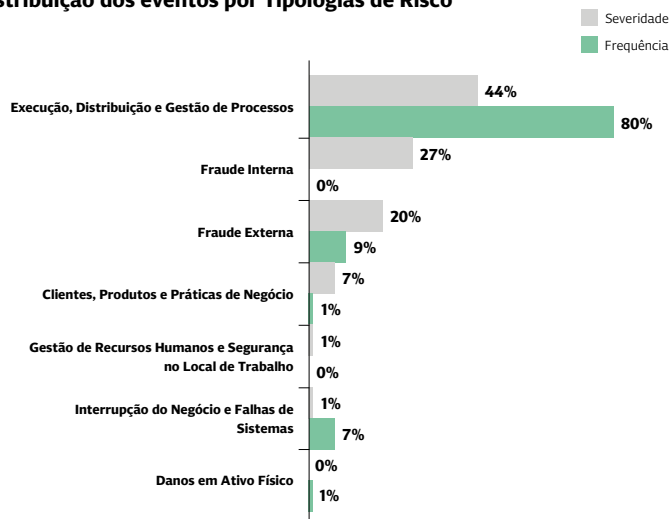
Em 2012, 97% dos incidentes apresentam impactos financeiros inferiores a 5 mil euros, representando 28% do impacto total apurado. Em contrapartida, os impactos financeiros superiores a 100 mil euros, que representam 43% do total, encontram-se associados a um número diminuto de incidentes, tendo sido despoletadas prontamente ações de mitigação.



A base de dados de incidentes de risco operacional do Grupo BES contempla a caracterização completa das situações detetadas, por categorias de risco de acordo com o Modelo de Avaliação de Riscos do Banco de Portugal, linhas de negócio, por unidades de negócio e processos. A análise seguinte baseia-se nas Tipologias de Risco de Basileia II, aspeto igualmente contemplado na classificação dos incidentes.

Em 2012, a tipologia “Execução, Distribuição e Gestão de Processos” apresenta uma frequência significativa de 80% dos incidentes identificados, cujo impacto financeiro negativo associado representa 44% do valor total. Não obstante o número imaterial de fraudes internas, o valor de perda associado ascende a 27% do total do ano.

Distribuição dos eventos por Tipologias de Risco



A tipologia “Execução, Distribuição e Gestão de Processos” apresenta uma frequência significativa de 66% dos incidentes identificados, não obstante o seu impacto financeiro assumir apenas 7% do valor global do ano. As situações de “Fraudes Externas” mantêm uma frequência relevante, sendo o seu impacto mitigado através das ações realizadas, nomeadamente pelo acionamento de seguros contratados.

6.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que deriva da incapacidade de uma instituição solver as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.

O risco de liquidez pode ser subdividido em dois tipos:

- **Liquidez dos ativos (*market liquidity risk*)** - consiste na impossibilidade de alienar um determinado tipo de ativo devido à falta de liquidez no mercado, o que se traduz no alargamento do *spread bid/offer* ou na aplicação de um *haircut* ao valor de mercado.
- **Financiamento (*funding liquidity risk*)** - consiste na impossibilidade de financiar no mercado os ativos e/ou refinarciar a dívida que está a maturar, na moeda desejada. Esta impossibilidade pode ser refletida através de um forte aumento do custo de financiamento ou da exigência de colateral para a obtenção de fundos. A dificuldade de (re)financiamento pode conduzir à venda de ativos, ainda que incorrendo em perdas significativas. O risco de (re)financiamento deve ser minimizado através de uma adequada diversificação das fontes de financiamento e dos prazos de vencimento.

Os bancos estão sujeitos a risco de liquidez por inerência do seu negócio de transformação de maturidades (emprestadores de longo prazo e depositários de curto prazo), sendo assim crucial uma gestão prudente do risco de liquidez.

A. Práticas de Gestão

O Grupo BES estabeleceu uma estrutura de gestão do risco de liquidez, com responsabilidades e processos claramente identificados, de forma a garantir que todos os participantes na gestão do risco de liquidez estão perfeitamente coordenados, e que os controlos de gestão são efetivos.

De forma a ficar alinhado com as melhores práticas internacionais, foi revista a estrutura de gestão do risco de liquidez, permitindo responder aos novos desafios que se apresentam bem como, à escassez do *funding wholesale*, ao aumento do custos dos depósitos de clientes e às alterações, cada vez mais rápidas e exigentes, da regulamentação sobre liquidez e financiamento.

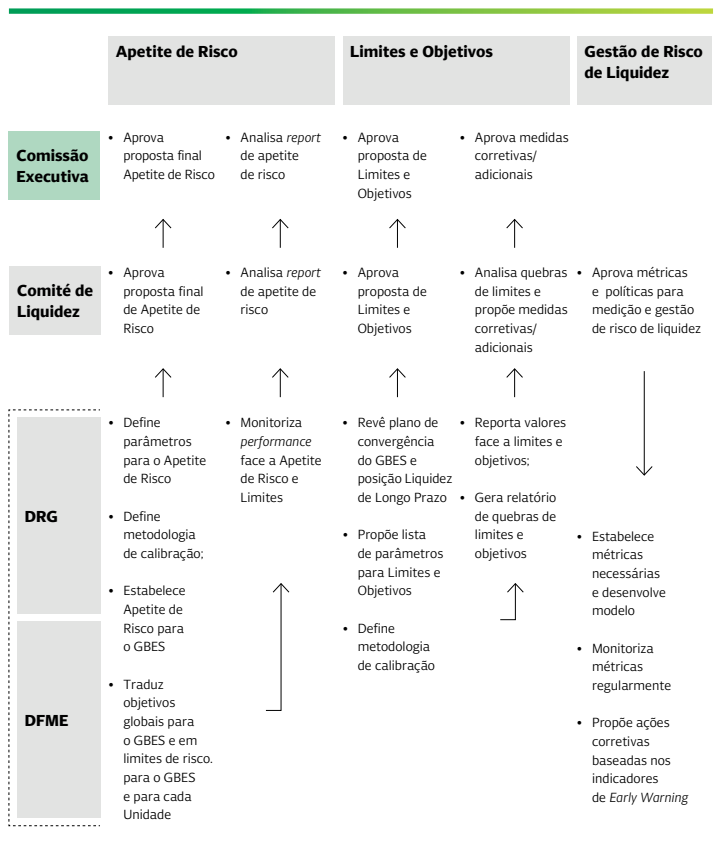
Assim, o Grupo melhorou e atualizou os seus indicadores de liquidez, os cenários internos de *stress* e os processos de decisão de gestão. Estes indicadores de liquidez medem de uma forma precisa os riscos de liquidez a que o Banco se encontra exposto, bem como refletem a escassez de liquidez, a qual se traduzirá também na rendibilidade do Grupo BES.

A.1. Governance e Organização

O Comité de Liquidez é o comité que intervém na tomada de decisão de liquidez e está em permanente contacto com o Comité ALCO e Comité de Risco no sentido de partilhar informação chave e colaborar na implementação de decisões.

O Comité de Liquidez dedica-se ao estabelecimento e cumprimento das políticas relacionadas com a gestão do Risco de Liquidez, reportando à Comissão Executiva sobre assuntos relacionados com este tema.

As funções, responsabilidades e interações entre os vários intervenientes, definidas de forma a separar as funções de acordo com a tomada (gestão) de risco e a monitorização e reporte do risco são, resumidamente, as seguintes:



A.2. Appetite de Risco de liquidez

O Departamento de Risco e o Departamento Financeiro são responsáveis pela elaboração das propostas para a metodologia de definição do Appetite de Risco de Liquidez, bem como da sua calibração e tradução em objetivos e limites para o Grupo e para as unidades externas. Estas propostas são submetidas pelo DRG para aprovação junto do Comité de Liquidez, que por sua vez as submete à Comissão Executiva.

O DRG é responsável pela monitorização da *performance* face ao apetite de risco de liquidez e aos objetivos definidos.

O Apetite de Risco de Liquidez do Grupo encontra-se definido em função de duas dimensões complementares:

- Horizontes de sobrevivência em situação de *stress*;
- Rácios de liquidez.

Consideraram-se horizontes de sobrevivência em função da gravidade do cenário e das ações de mitigação. Foram definidos cenários de *stress* moderados e severos, com impacto em três áreas: específico ao Banco (*bank specific*), sistémico (*market-wide*) e combinado.

Os rácios de liquidez identificados para a definição do Apetite de Risco de Liquidez do Grupo encontram-se organizados nas seguintes categorias:

- Rácios Regulamentares, onde se incluem os rácios de liquidez de Basileia III;
- Perfil de liquidez do balanço;
- Concentração do financiamento *wholesale* de curto prazo;
- Restante capacidade de endividamento;
- *Mismatches* de maturidade.

A.3. Política de Limites

O processo de limites engloba a definição de um conjunto de limites/objetivos, a sua calibração e a afetação às unidades externas, bem como a monitorização dos limites e metas e, em caso de violação, no reporte aos órgãos de gestão, e estabelecimento de um caminho de convergência para os valores definidos.

O Departamento de Risco e o Departamento Financeiro são responsáveis pela elaboração das propostas para a metodologia de definição de limites, que deve tomar em conta o caminho de convergência do Grupo e a sua visão de liquidez de longo prazo. Esta proposta é submetida pelo DRG para aprovação junto do Comité de Liquidez, que por sua vez a submete à Comissão Executiva.

A.4. Preços de Transferência

A política de preços de transferência do Grupo BES reflete a sua estrutura de financiamento, e estabelece os objetivos e princípios orientadores de uma política de preços de transferência, nomeadamente:

- A afetação consistente dos custos/ benefícios de liquidez com a política de risco de liquidez e com o apetite de risco definido pelo Banco;
- O preço da liquidez associado ao preço de transferência deve ser ativamente usado como guia na tomada de decisão sobre novos negócios;
- A cobertura de todos os elementos de maior importância do balanço;
- A afetação de preços deve ser baseada na duração comportamental dos ativos/ passivos, diferenciando o custo de financiamento entre os ativos e passivos de curta ou longa duração.

O preço de transferência é aplicado a todas as novas operações de crédito/ depósitos e é incorporado no “Sistema de Objetivos e Incentivos” (SOI), desempenhando assim um papel central na determinação da margem financeira e do produto bancário de cada área de negócio.

A.5. Plano de Contingência

Encontra-se estabelecido um plano de contingência proporcional à natureza, escala e complexidade do negócio do Grupo que permite gerir as necessidades de liquidez num cenário de crise. O Plano de Contingência de Liquidez tem por objetivo mitigar, tanto quanto possível, o impacto de uma crise de liquidez através da definição de um conjunto de iniciativas que:

- Detalhem a resposta do Grupo a um problema de liquidez, incluindo a sua identificação atempada, procedimentos de alerta e princípios para a gestão de uma situação de crise de liquidez;
- Permitam compreender o impacto potencial de uma crise de liquidez nos vários *stakeholders*;
- Identifiquem informação de gestão essencial;
- Contenham um mecanismo de antecipação de crises de liquidez;
- Identifiquem os tipos e fontes potenciais de crises de liquidez;
- Incorporem os princípios de uso de financiamento de último recurso, no caso do Grupo falhar todos os seus esforços de resolução efetiva de uma crise de liquidez.

Análise de Risco de Liquidez

Em termos de risco de liquidez, apesar de não se poder falar de uma estabilização dos mercados, verificou-se a partir do final de 2012 uma reabertura do mercado de dívida de médio e longo prazo para grandes empresas e para bancos portugueses com uma significativa redução dos *spreads* de crédito. O Grupo BES reabriu o mercado de dívida para os bancos Portugueses, tendo efetuado em outubro de 2012 uma emissão a três anos no montante de 750 milhões de euros e em novembro, uma emissão de 450 milhões de dólares. Já em janeiro de 2013 o BES efetuou uma terceira emissão de dívida a cinco anos, no montante de 500 milhões de euros.

De acordo com a estrutura de gestão de risco de liquidez definida, são efetuados cenários de *stress* com diferentes severidades (moderado e severo), diferentes horizontes temporais e diferentes áreas de impacto (sistémico, específico ao Banco e combinado).

No cenário sistémico simula-se por exemplo o fecho do mercado de *wholesale* enquanto no cenário específico ao Banco se simula o *run-off*, com severidades diferentes, de depósitos de clientes de retalho e não-retalho.

A 31 de dezembro de 2012, o *buffer* de ativos líquidos (constituído por disponibilidades em Bancos centrais e títulos disponíveis na *pool* de ativos redescontáveis no BCE) excedia confortavelmente as saídas de caixa decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*.

De acordo com a instrução 13/2009 do Banco de Portugal, o *gap* de liquidez é definido como (Ativos líquidos – Passivos voláteis) / (Ativo – Ativos líquidos) em cada escala cumulativa de maturidade residual, onde os ativos líquidos incluem tesouraria e títulos líquidos e os passivos voláteis incluem a tesouraria, as emissões, os compromissos assumidos, os derivados e outros passivos. Este indicador permite uma caracterização da posição de liquidez do risco de *wholesale* das instituições.

O *gap* de liquidez até um ano do Grupo BES era, a 31 de dezembro de 2012, de -1,7%, que compara com -15% no período homólogo do ano anterior, estando alinhado com os restantes bancos em Portugal (-5,4% em junho de 2012). Esta variação positiva reflete a orientação conservadora da gestão de risco de liquidez e deriva essencialmente da diminuição das emissões a maturar a um ano, no aumento da liquidificação de ativos, da execução da segunda operação de LTRO em março de 2012 e do aumento das disponibilidades em bancos centrais.

Já em janeiro de 2013, o Bank of International Settlements, no enquadramento de Basileia III, publicou nova legislação referente ao rácio de liquidez *Liquidity Coverage Ratio* (LCR). O Grupo BES, a 31 de dezembro de 2012, cumpria já com o limite estabelecido para 2015 relativamente a este rácio.

6.5 Solvabilidade

6.5.1 Processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP)

Para além da perspetiva regulamentar, o Grupo BES recorre a uma visão económica dos seus riscos e dos recursos financeiros disponíveis (*Risk Taking Capacity* ou RTC) para o exercício de autoavaliação da adequação de capital interno previsto no Pilar II de Basileia II e no Aviso 15/2007 do Banco de Portugal.

A visão económica dos riscos e da RTC é estimada, quer numa perspetiva de continuidade de negócio, em que o Grupo BES pretende ter capacidade financeira para absorver perdas sem necessidade de alteração da sua estratégia de negócio, quer numa perspetiva de liquidação, através da qual pretende salvaguardar a capacidade de reembolso da dívida sénior e dos depósitos. As duas óticas de avaliação da adequação de capital utilizam diferentes níveis de confiança na estimação dos riscos e diferentes conceitos dos recursos financeiros disponíveis para fazer face a esses riscos, em linha com o apetite de risco definido pelo Grupo BES. Em 2012, no exercício efetuado com referência a 31/12/2011, o Grupo BES optou por realizar o exercício de ICAAP focando apenas na perspetiva de liquidação. Esta abordagem, que, aliás, já havia sido seguida em 2011, radica no facto de, com as novas exigências regulamentares de capital (*Core Tier I* mínimo de 9% em 2011 e de 10% em 2012) e com as alterações do modelo de negócio daí decorrentes, nomeadamente o processo em curso de *deleverage*, a perspetiva *going concern*, que assume a manutenção do modelo anterior de negócio, não ter, neste momento, aplicabilidade, pelo que nos concentrámos na perspetiva de liquidação.

Para a quantificação dos riscos, o Grupo BES desenvolveu vários modelos de capital económico que estimam a perda máxima potencial para o período de um ano com base num nível de confiança predefinido. Estes modelos abrangem os vários tipos de risco a que o Grupo BES está exposto, dos quais se salienta o risco de crédito, risco de mercado (carteira de *trading* e carteira bancária), risco imobiliário, risco do fundo de pensões, risco operacional, risco reputacional, risco de liquidez e risco de estratégia e de negócio.

O cálculo dos requisitos de capital económico para os últimos três riscos é efetuado através de testes de esforço (*stress tests*).

O valor dos requisitos de capital económico de cada risco é agregado tendo em conta os efeitos de diversificação inter-riscos. Paralelamente ao cálculo dos requisitos de capital económico, são efetuados *stress tests* aos principais fatores de risco para identificar eventuais fragilidades ou riscos não capturados pelos modelos internos.

O Grupo BES complementa a análise da adequação de capital no final de cada ano com a evolução prevista para os requisitos de capital (riscos) e os recursos financeiros disponíveis para o prazo de três anos, quer no cenário base do planeamento, quer num cenário de agravamento adicional da conjuntura macroeconómica.

O ano de 2012 voltou a ser marcado por um enquadramento macroeconómico desfavorável, com o PIB a registar uma queda anual de 3%, depois de anos anteriores com variações também negativas (nomeadamente 2009 e 2011). Este enquadramento condicionou, de forma incontornavelmente desfavorável, a atividade do Grupo e teve reflexos na evolução dos seus riscos.

Os principais riscos a que o Grupo BES está sujeito continuam a ser o risco de crédito e o risco de mercado da carteira bancária, o que está em linha com a estratégia de negócio do Grupo. O risco de crédito derivado das relações bancárias com os Clientes decorre do negócio *core* do Grupo BES, sendo originado principalmente nos segmentos de Empresas, com peso significativo da área internacional. O risco de mercado da carteira bancária advém maioritariamente: (i) das participações na Portugal Telecom e na EDP Energias de Portugal, e (ii) do risco de *spread* de crédito das obrigações, que resulta principalmente das relações comerciais com clientes e da

necessidade de manter ativos líquidos em Balanço. Por sua vez, são ainda relevantes os riscos associados ao fundo de pensões, que resultam das obrigações legais do Grupo para com os seus colaboradores. No exercício de 2011, os requisitos totais de capital económico apresentaram um decréscimo de cerca de 7% face a 2010 (após efeito de diversificação), essencialmente por via da redução do risco associado ao fundo de pensões (transferência para a Segurança Social das responsabilidades com as pensões em pagamento) e da redução do risco de taxa de juro da carteira bancária.

Os resultados obtidos no exercício ICAAP, entregue ao Banco de Portugal em maio de 2012, e relativos a 31 de dezembro de 2011, permitem concluir que o BES detém fundos próprios suficientes para fazer face aos riscos incorridos, quer na ótica regulamentar, quer na ótica económica.

6.5.2 Solvabilidade Regulamentar

Os rácios de capital do Grupo BES são determinados de acordo com o quadro regulamentar de Basileia II, tendo o Banco de Portugal autorizado, como já foi referido, a utilização, a partir do primeiro trimestre de 2009, da abordagem das notações internas (método IRB Foundation) para cobertura do risco de crédito e da abordagem TSA para a cobertura do risco operacional.

No decurso do 2º trimestre de 2011 e no âmbito do Programa de Assistência Financeira a Portugal em que ficou estabelecido o reforço dos níveis de capitalização do sistema bancário nacional, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011 em 10 de maio onde estabeleceu que o rácio *Core Tier I*, em base consolidada, teria de apresentar um valor não inferior a 9% até dezembro de 2011 e a 10% até dezembro de 2012.

Solvabilidade

	Dez. 11	Dez. 12
Rácio <i>Core Tier I</i>	9,2%	10,5%
Rácio <i>Tier I</i>	9,4%	10,4%
Rácio de Solvabilidade	10,7%	11,3%

De acordo com os critérios do Banco de Portugal.

O Grupo BES atingiu, em dezembro de 2012, o valor de 10,5% para o rácio *Core Tier I*, dando assim cumprimento ao objetivo fixado pelo Banco de Portugal (mínimo de 10%). O rácio *Core Tier I* calculado segundo a metodologia da EBA é de 9,9%, significativamente acima do valor mínimo de 9% fixado por aquela Autoridade Europeia.

Fundos Próprios

A informação sobre os fundos próprios encontra-se no capítulo 7 - Análise Financeira, ponto 7.3, deste relatório.

Ativos Ponderados pelo Risco

Em 31 de dezembro de 2012 os Ativos Ponderados pelo Risco atingiram 61 651 milhões de euros, sendo 56 454 milhões de euros (92% do total) provenientes do Risco de Crédito e Contraparte, 1 503 milhões de euros do Risco de Mercado e 3 694 milhões de euros do Risco Operacional.

Risco de Crédito e Contraparte

Como referido anteriormente, o Grupo BES utiliza a abordagem baseada no Método das Notações Internas (*Internal Ratings Based* - IRB) para o tratamento da maioria das exposições sujeitas a risco de crédito em conformidade com as regras dispostas no Aviso 5/2007 do Banco de Portugal.

A diminuição de 3 251 milhões de euros observada nos Ativos Ponderados pelo Risco provenientes do Risco de Crédito no decurso de 2012, apesar do difícil contexto económico e financeiro em que decorreu a atividade, deveu-se à rigorosa monitorização do risco e ao esforço de *deleverage* encetado pelo BES.

Ativos Ponderados pelo Risco - por classe de risco

(milhões de euros)

	Atividade Doméstica		Atividade Internacional		Total	
	Ativos Ponderados pelo Risco	Ponderador de Risco ⁽¹⁾	Ativos Ponderados pelo Risco	Ponderador de Risco ⁽¹⁾	Ativos Ponderados pelo Risco	Ponderador de Risco ⁽¹⁾
Administrações Centrais ou Bancos						
Centrais	61	1%	753	41%	814	10%
Instituições	1 795	21%	248	34%	2 042	22%
Empresas	33 166	74%	9 967	72%	43 134	73%
Carteira de Retalho	3 355	23%	436	69%	3 791	25%
Outros	6 406	79%	268	81%	6 673	79%
Total	44 782	55%	11 672	67%	56 454	57%

(1) Ponderador de Risco: Ativos Ponderados pelo Risco/ Posição em Risco Original (EAD).

No que diz respeito à distribuição geográfica dos Ativos Ponderados pelo Risco, o contributo da atividade internacional totalizou 11 672 milhões de euros, representando 21% da atividade total do Grupo BES, tendo a atividade doméstica atingido 44 782 milhões de euros. No que se refere à decomposição dos Ativos Ponderados pelo Risco por classes de risco destaca-se o segmento de Empresas que contribui em 73% para o total dos ativos ponderados pelo risco, em linha com a preponderância que este segmento representa na atividade desenvolvida pelo Grupo BES.

Risco de Mercado

Os requisitos de capital de Risco de Mercado são calculados com base no método padrão. A 31 de dezembro de 2012, os requisitos em termos de Ativos Ponderados pelo Risco ascenderam a 1 503 milhões de euros, sendo que os principais contribuintes são o Risco de Taxa de Juro/ Instrumentos de Dívida (80% do total) e o Risco Cambial (15% do total).

Variação Anual Ativos Ponderados pelo Risco

(milhões de euros)

		Dez. 11	Dez. 12	Varição
Instrumentos de Dívida	R. Específico	564	632	68
	R. Geral	643	566	-77
	OIC *	23	4	-19
Títulos de Capital	R. Específico	129	129	-74
	R. Geral	55	55	-38
	OIC *	0	0	0
Risco de Mercadorias		2	1	-1
Risco Cambial		325	228	-97
Total		1 742	1 503	-239

* Organismos de Investimento Coletivo - Fundos de Investimento.

A variação anual dos requisitos deveu-se à descida nos diferentes tipos de risco.

Risco Operacional

Os requisitos de fundos próprios para cobertura do Risco Operacional são calculados de acordo com o Método *Standard*, que consiste na média, dos últimos três anos, da soma dos indicadores relevantes ponderados pelos riscos (calculados em cada ano), relativamente aos segmentos de atividade regulamentares.

No ano de 2012, os ativos ponderados pelo risco evidenciaram um decréscimo de 244 milhões de euros face ao exercício anterior, como consequência da redução do contributo do segmento de Negociação e Vendas que não foi compensado pelo acréscimo registado no segmento de Banca Comercial (Médias e Grandes Empresas).

(milhões de euros)

	2011		2012	
	RFP	RWA	RFP	RWA
Grupo BES	315	3 938	295	3 694
Corporate Finance	8	96	9	114
Negociação e vendas	63	789	22	280
Intermediação relativa à carteira de retalho	2	26	2	29
Banca comercial	173	2 158	188	2 351
Banca de retalho	59	740	63	790
Pagamento e liquidação	0	0	0	0
Serviços de agência	0	4	0	4
Gestão de ativos	10	125	10	126

Risco Ambiental

Com o objetivo de minimizar os impactos ambientais e sociais decorrentes das atividades de financiamento, o Grupo BES tem desenvolvido políticas, metodologias de gestão e serviços que permitem identificar, minimizar e mitigar os potenciais impactos ambientais, sociais e éticos decorrentes dos projetos, atividades e empresas financiadas.

Dada a complexidade de análise e à ausência de regulação na avaliação de riscos ambientais, sociais e éticos, o Banco tem aderido e adotado as melhores práticas reconhecidas no mercado.

Em 2006 o Banco aderiu aos Princípios do Equador, uma iniciativa voluntária do setor financeiro, nos quais os Bancos de referência a nível internacional, comprometem-se a efetuar análises de risco ambientais e sociais a todos os financiamentos em regime de *Project Finance* acima de 10 milhões de dólares. Em 2012, e capitalizando nas metodologias e experiência do Banco na análise dos riscos ambientais e sociais destes projetos, foi aprovado a obrigatoriedade de análise deste tipo de riscos em todos os projetos financiados acima de 7 milhões de dólares em *Project Finance*.

Adicionalmente, o Banco tem formalizado políticas de financiamento a setores de elevado risco ambiental, social e ético. Após a formalização da "Política do Banco Espírito Santo sobre o Financiamento com Impacto nas Florestas e Biodiversidade", em 2012 o Banco formalizou a "Política de Financiamento da Defesa" e a "Política da Construção".

A Política de Financiamento da Defesa estabelece os limites nos quais o BES concede financiamento a este setor. O Grupo BES não financia a comercialização e o fabrico de armas químicas, nucleares, biológicas ou de destruição massiva. O financiamento apenas é concedido, caso a produção e comercialização de armamento seja utilizada pelo setor militar a nível da defesa da soberania.

A Política da Construção tem como objetivo incentivar as empresas do setor a integrar as boas práticas de gestão ambiental, higiene, saúde e segurança. O objetivo desta política é excluir do portfolio empresas que não possuam práticas de gestão que permitam minimizar os riscos associados aos projetos decorrentes de impactos ambientais e sociais não mitigados.

Estas políticas permitem formalizar práticas consolidadas no Banco e orientar todos os financiamentos concedidos com o propósito de minimizar os riscos ambientais e sociais e éticos.

Adicionalmente, e com o objetivo de disponibilizar um serviço competente e capaz de minimizar os riscos ambientais das empresas, o Banco disponibiliza garantias bancárias necessárias para repor ou reparar eventuais danos ambientais das empresas. Estas garantias apoiam as empresas a estar em concordância com a lei de responsabilidade ambiental que exige a todas as empresas nacionais abrangidas a cobertura de potenciais impactos ambientais.

7. Análise Financeira

A atividade e resultados do Grupo BES em 2012 foram determinados pelas condições muito adversas que marcaram a situação financeira e económica na Europa em geral e em Portugal, em particular, decorrentes por um lado, das políticas europeias tendentes à estabilização da Zona Euro e por outro, da execução do Programa de Ajustamento acordado com as instituições internacionais. Em consequência, a adoção pelo governo português de políticas orçamentais restritivas, adicionado do *deleveraging* das empresas e famílias, reduziram substancialmente o investimento e a procura, com impactos notórios na contração da atividade económica, no aumento do desemprego e na melhoria significativa da balança comercial.

As dificuldades enfrentadas decorrentes das condicionantes acima referidas não impediram o Grupo BES de ter alcançado progressos assinaláveis de que destacamos:

- **Concretização**, no início de maio, do **aumento de capital social do BES** para 5 040 milhões de euros (mais 1 010 milhões de euros) que permitiu manter a autonomia estratégica do Grupo e constituiu um caso ímpar no contexto da capitalização dos bancos portugueses, representando uma prova de confiança inequívoca dos acionistas de referência do BES e do mercado de capitais em geral, no futuro do Grupo;
- **Reforço da solidez financeira** do Grupo BES com o rácio *Core Tier I* a aumentar, através de mecanismos de mercado, para 10,5%, o que permitiu cumprir com o requisito mínimo de 10% fixado pelo Banco de Portugal; de acordo com os critérios da EBA o rácio *Core Tier I* é de 9,9% (requisito mínimo: 9%);
- **Evolução favorável do rácio crédito/depósitos** que evoluiu para 137% (dez,11: 141%) para o que contribuiu a prossecução do processo de *deleverage* (redução da carteira de crédito em 812 milhões de euros) e o aumento dos depósitos em 334 milhões de euros;
- **Melhoria expressiva nos níveis de liquidez** que permitiu reduzir significativamente o financiamento líquido junto do BCE para 6,9 mil milhões de euros e amortizar antecipadamente (já no final de janeiro de 2013) 1,0 mil milhões de euros do empréstimo *LTRO* do BCE;
- **Aumento do produto bancário comercial** em 1,9% que, conjugado com a realização de ganhos em operações financeiras, permitiu um crescimento de 32,2% no **produto bancário total** e um **aumento do resultado bruto** em 74,2%;
- **Contribuição significativa da BES Vida** (cuja aquisição do controlo acionista a 100% ocorreu em maio) para os resultados consolidados do Grupo BES, com um montante de 68,7 milhões de euros, dos quais 122,7 milhões de euros se reportam à atividade corrente e -54,1 milhões de euros ao efeito da aquisição de controlo;
- **Reforço expressivo de provisões** que totalizou 1,2 mil milhões de euros, com a carga de provisionamento a passar de 1,17% (ano de 2011) para 1,62%, equivalente a um custo com a imparidade no crédito de 814,8 milhões de euros (+35,7%), fazendo elevar o rácio “Provisões para crédito/ Crédito a clientes” para 5,34% (dez,11: 4,23%);

7.1 Atividade

Evolução Geral

Além dos constrangimentos de caráter macroeconómico, a atividade do setor financeiro em 2012 continuou condicionada pela obrigatoriedade de os bancos portugueses cumprirem com as metas a alcançar até ao final de

2014 nos domínios da relação entre crédito e depósitos, da solvabilidade e do financiamento da atividade com base em passivos estáveis. Neste sentido, o progressivo *deleverage* do balanço, o reforço dos capitais próprios, o apoio diferenciado ao setor empresarial (nomeadamente à sua componente exportadora), a redução gradual do financiamento junto do BCE e o maior enfoque na captação de poupanças dos particulares constituíram os principais vetores de atuação no desenvolvimento da atividade do Grupo BES.

Evolução da Atividade

(milhões de euros)

Variáveis	Dez. 11	Dez. 12	Variação	
			Absoluta	Relativa
Ativos Totais ⁽¹⁾	98 589	97 765	-824	-0,8%
Ativo	80 237	83 691	3 454	4,3%
Crédito a Clientes (bruto)	51 211	50 399	-812	-1,6%
Crédito a Particulares	14 326	13 762	-564	-3,9%
- Habitação	11 610	11 134	-476	-4,1%
- Outro Crédito a Particulares	2 716	2 628	-88	-3,2%
Crédito a Empresas	36 885	36 637	-248	-0,7%
Recursos Totais de Clientes	54 383	56 188	1 805	3,3%
Recursos de Clientes de Balanço	44 147	44 785	638	1,4%
- Depósitos	34 206	34 540	334	1,0%
- Obrigações e Outros Títulos colocados em Clientes ⁽²⁾	6 463	5 254	-1 209	-18,7%
- Produtos de Seguros Vida ⁽³⁾	3 478	4 991	1 513	43,5%
Recursos de Desintermediação ⁽³⁾	10 236	11 403	1 167	11,4%

(1) Ativo Líquido + Asset Management + Outra Desintermediação Passiva+Crédito Securitizado não consolidado.

(2) Inclui Recursos associados às operações de titularização consolidadas e papel comercial.

(3) Valores de dez.11 reclassificados para efeitos comparativos.

No que respeita à evolução da atividade, representada pelos ativos totais, ocorreu uma redução de 0,8% devido à execução do programa de desalavancagem. A evolução do ativo apresenta um acréscimo de 3,5 mil milhões de euros (+4,3%) decorrente da consolidação pelo método integral da BES Vida; sem este impacto o ativo do Grupo teria evoluído em sintonia com o esforço de *deleverage* e apresentaria uma redução de 1,5%.

De entre as componentes do ativo que evidenciam uma maior redução merece especial destaque a carteira de crédito a clientes que teve uma diminuição de 812 milhões de euros (-1,6%), extensiva a todos os segmentos, com especial incidência no outro crédito a particulares (-3,2%); o crédito a empresas observou uma quebra de 0,7%.

Os recursos totais de clientes aumentaram 3,3% (2011: -2,9%) invertendo a tendência de redução que vinha ocorrendo ao longo do exercício; os depósitos tiveram um crescimento de 334 milhões de euros (+1,0%), enquanto os recursos de clientes com expressão no balanço sob a forma de obrigações e outros títulos tiveram uma quebra de 1,2 mil milhões de euros. Os recursos de desintermediação, em base comparável, apresentam uma evolução positiva ao registarem um crescimento de 11,4%, impulsionado pela evolução da gestão de carteiras e dos fundos mobiliários.

Evolução dos Recursos de Desintermediação

(milhões de euros)

Tipo de Produtos	Dez. 11	Dez. 12	Variação	
			Absoluta	Relativa
Fundos Mobiliários	4 633	5 115	482	10,4%
Fundos Imobiliários	1 203	1 076	-127	-10,6%
Fundos de Pensões	2 155	1 783	-372	-17,3%
Bancasseguros ⁽¹⁾	3 478	90	-3 388	-97,4%
Gestão de Carteiras	878	1 960	1 082	
Gestão Discrecionária	1 367	1 379	12	0,9%
Total	13 714	11 403	-2 311	-16,9%
Total em base comparável (sem Produtos Seguros Vida em 2011)	10 236	11 403	1 167	11,4%

(1) Redução devida à consolidação da BES Vida passando os recursos a fazer parte do passivo.

Atividade Internacional

A área internacional beneficiou da dinâmica das economias onde opera, designadamente das emergentes, tendo alcançado um aumento de 16,8% do ativo, de 12,6% na carteira de crédito e um acréscimo de 13,5% nos recursos totais de clientes refletindo a evolução da dívida titulada colocada em clientes institucionais, sobretudo através da Sucursal do BES em Londres.

Evolução da Atividade Internacional

(milhões de euros)

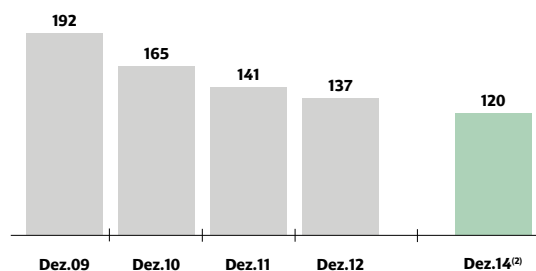
Variáveis	Dez. 11	Dez. 12	Variação	
			Absoluta	Relativa
Ativos Totais ⁽¹⁾	25 878	27 513	1 635	6,3%
Ativo	20 988	24 515	3 527	16,8%
Crédito a Clientes (bruto)	10 846	12 208	1 362	12,6%
Recursos Totais de Clientes	11 905	13 494	1 589	13,5%

(1) Ativo Líquido + Asset Management + Outra Desintermediação Passiva + Crédito Securitizado não consolidado.

O rácio crédito/ depósitos (calculado de acordo com os critérios definidos pelo Banco de Portugal para efeitos dos objetivos a atingir no médio prazo) situou-se em 137%, fruto da redução conseguida na carteira de crédito e do aumento dos depósitos.

Evolução do Rácio Crédito/ Depósitos ⁽¹⁾

(%)



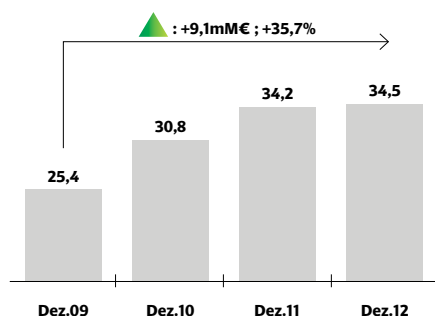
(1) Calculado nos termos definidos por a feitos da elaboração do Funding % Capital Plan.
(2) Objetivo.

7.2 Rácio de Transformação e Gestão de Liquidez

A imposição de um rácio crédito/ depósitos de cerca de 120% a atingir em dezembro de 2014 obriga a um enfoque na captação de depósitos e à redução na concessão de crédito. Neste contexto, de realçar o esforço realizado pelo Grupo na captação de depósitos que se materializou num aumento da carteira em cerca de 36% desde 2009, o que corresponde a um acréscimo de mais de 9 mil milhões de euros de recursos captados em quatro anos.

Evolução dos Depósitos

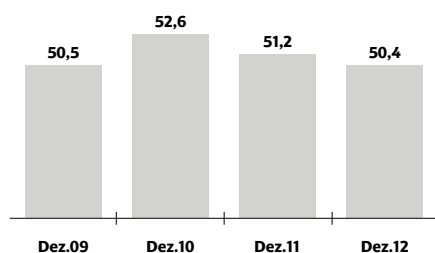
(valores em mil milhões de euros)



A prossecução do processo de *deleveraging* com enfoque na captação de depósitos e na redução na concessão de crédito conduziu a uma redução da carteira de crédito em 812 milhões de euros, com os depósitos a aumentarem 334 milhões de euros no exercício de 2012.

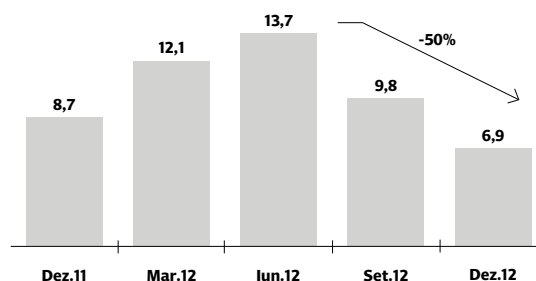
Evolução do Crédito a Clientes

(valores em mil milhões de euros)



Financiamento líquido do BCE ⁽¹⁾

(valores em mil milhões de euros)

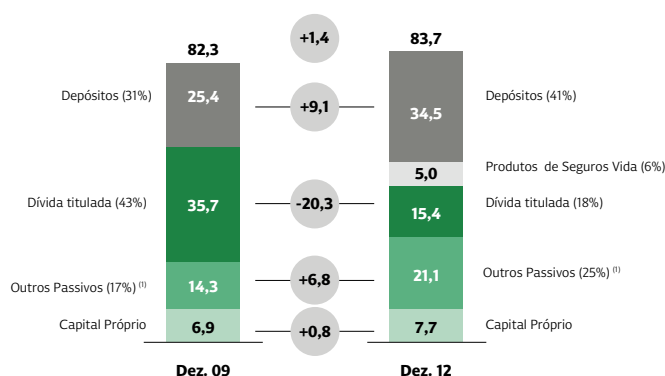


(1) Em dez. 12: financiamento (10,0mM€) líquido de aplicações no BCE (3,1mM€).

Nos últimos meses do ano manteve-se a tendência na evolução da estrutura de financiamento no sentido do cumprimento das orientações acordadas com as instituições internacionais para o setor financeiro, que têm por objetivo atingir uma maior representatividade dos depósitos de clientes e uma redução na dependência dos mercados financeiros, promovendo, por essa via, uma gestão financeira mais autónoma e menos dependente das oscilações conjunturais do mercado de dívida.

Estrutura de Financiamento

(valores em mil milhões de euros)



(1) Inclui depósitos do BCE.

Com efeito, e considerando a posição de dezembro de 2009 (data imediatamente antes da agudização da crise da Zona Euro ocorrida no início de 2010), a dívida titulada totalizava 35,7 mil milhões de euros representativa de 43% do financiamento do ativo naquela data (82,3 mil milhões de euros), ou seja, era a componente mais significativa das fontes de financiamento do Grupo. Em dezembro de 2012 os depósitos constituem a principal fonte de financiamento (41% ou 47%, se considerarmos também os recursos de clientes sob a forma de produtos de seguros vida) e a dívida titulada representava apenas 18% do ativo.

7.3 Capitalização e Rácios de Capital

Um dos factos mais relevantes ocorridos durante o exercício prende-se com o aumento do capital social do Banco Espírito Santo em 1 010 milhões de euros, situando-se em 5 040 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

a. Capital Próprio

No quadro seguinte apresenta-se a evolução das rubricas de balanço que concorrem para o capital próprio.

Evolução do Capital Próprio

(milhões de euros)

Capital Próprio	Dez. 11	Dez. 12	Variação Absoluta
Capital	4 242	5 233	991
Ações Ordinárias	4 030	5 040	1 010
Ações Preferenciais	212	193	-19
Prémios de Emissão	1 082	1 070	-12
Outros Instrumentos de Capital	29	29	0
Ações Próprias	-1	-7	-6
Reservas de Reavaliação	-1 086	-687	399
Outras Reservas e Resultados Transitados	1 447	1 329	-118
Resultados do Exercício	-109	96	205
Interesses que não Controlam	588	670	82
Total	6 192	7 733	1 541

Durante o exercício ocorreu um aumento significativo nas componentes de capital Core, designadamente, na rubrica de Capital - Ações Ordinárias fruto da operação de aumento de capital e nas reservas de reavaliação que registaram uma variação positiva de cerca de 400 milhões de euros, influenciada pela recuperação quer das cotações dos títulos de dívida, quer dos instrumentos de capital.

Aumento de Capital

Durante o mês de maio o Banco Espírito Santo concretizou uma operação de aumento do capital social por novas entradas em dinheiro, no montante de 1 009 891 912,86 euros, de 4 030 232 150,40 euros para 5 040 124 063,26 euros, em resultado da emissão de 2 556 688 387 novas ações ordinárias. Deste modo, o capital do BES é atualmente de 5 040 124 063,26 euros, representado por 4 017 928 471 ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal. As novas ações são fungíveis com as demais ações e conferiram aos seus titulares os mesmos direitos que as demais ações existentes antes do aumento de capital. A admissão à negociação das novas ações na NYSE Euronext Lisbon efetivou-se em 14 de Maio de 2012.

A operação, realizada através do mercado, apesar de ter decorrido num período adverso e de grande instabilidade dos mercados, foi integralmente subscrita e concluída com inegável sucesso, tornando-a num caso ímpar em Portugal ao mesmo tempo que constituiu uma afirmação da confiança dos acionistas tradicionais e do mercado na capacidade e determinação do Banco em superar, de forma autónoma, as atuais dificuldades e iniciar um novo ciclo de criação de valor no Grupo.

Historial dos Aumentos de Capital desde a Reprivatização

Operações		N.º de Ações (milhões)			Capital Social (milhões de euros)
Ordem	Mês/Ano	Aumento de Capital		Acumulado	
		Incorporação Reservas	Total		
				40,0	200
1	Ago 92	20,0	26,0	66,0	330
2	Ago 95	13,2	21,4	87,4	437
3	Jun 98	17,5	30,2	117,6	588
4	Jul 00	44,6	82,5	200,0	1 000
5	Fev 02	50,0	100,0	300,0	1 500
6	Mai 06	50,0	200,0	500,0	2 500
7	Abr 09	-	666,7	1 166,7	3 500
8	Dez 11	-	294,6	1 461,2	4 030
9	Mai 12	-	2 556,7	4 017,9	5 040

b. Solvabilidade

Os rácios de capital do Grupo BES são determinados de acordo com o quadro regulamentar de Basileia II, tendo o Banco de Portugal autorizado a utilização, a partir do primeiro trimestre de 2009, da abordagem das notações internas (método IRB Foundation) para cobertura do risco de crédito e da abordagem TSA para a cobertura do risco operacional.

A informação relevante sobre os ativos de risco, fundos próprios e rácios de capital de acordo com abordagem BIS IRB II é apresentada no quadro seguinte para as datas de 31 de dezembro de 2011 e 2012:

Ativos de Risco e Capitais Elegíveis

(milhões de euros)

Variáveis		Dez. 11	Dez. 12
Ativo Líquido	1	80 237	83 691
Índice de Risco	(2)/(1)	81%	74%
Ativos de Risco Equivalentes	(2)	65 385	61 651
Banking Book		59 705	56 454
Trading Book		1 742	1 503
Risco Operacional		3 938	3 694
Fundos Próprios			
Core Tier I	(3)	6 020	6 471
Core Tier I EBA	(3)	-	6 091
Tier I	(4)	6 171	6 438
Complementares e Deduções		799	517
Fundos Próprios Totais	(5)	6 970	6 955
Rácio Core TIER I	(3)/(2)	9,2%	10,5%
Rácio Core TIER I EBA	(3)/(2)	-	9,9%
Rácio TIER I	(4)/(2)	9,4%	10,4%
Rácio de Solvabilidade	(5)/(2)	10,7%	11,3%

Como evidenciado no quadro o Grupo BES atingiu, em dezembro de 2012, o valor de 10,5% para o rácio *Core Tier I*, dando assim cumprimento ao objetivo fixado pelo Banco de Portugal (mínimo de 10%). O rácio *Core Tier I* calculado segundo a metodologia da EBA é de 9,9%, significativamente acima do valor mínimo de 9% fixado por aquela Autoridade Europeia.

Evolução dos Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I Capital (Banco de Portugal)

(milhões de euros)

Core Tier em 31 de dezembro de 2011	6 020
Aumento de capital	1 010
Desvios Atuariais de responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial:	-526
- Períodos Transitórios dos anos de 2005 (IFRS) e 2008	-87
- Efeito da transferência para a Segurança Social	-228
- Desvios de 2012 sujeitos a dedução	-211
Goodwill	-166
Reservas de Reavaliação de instrumentos de capital	142
Impacto Prudencial do Programa Especial de Inspeções (SIP)	-47
Outros	38
Core Tier em 31 de dezembro de 2012	6 471

Os fundos próprios para determinação do rácio *Core Tier I* (Banco de Portugal) apresentam um acréscimo de 451 milhões de euros em resultado, por um lado, do aumento de 1 010 milhões de euros do capital ordinário e de 142 milhões de euros nas reservas de reavaliação de instrumentos de capital e por outro, e com impacto prudencial negativo, o aumento dos desvios atuariais e do fim dos períodos transitórios.

7.4 Resultados

O Grupo BES alcançou no exercício de 2012 um resultado positivo de 96,1 milhões de euros que compara com o prejuízo de 108,8 milhões de euros apurados em 2011. Esta recuperação foi conseguida num contexto marcado por uma crise económica e financeira sem precedentes e pela aplicação do exigente Programa de Ajustamento acordado entre o Governo Português, o BCE, a Comissão Europeia e o FMI. O resultado do exercício incorpora ainda o ajustamento negativo realizado em maio, no valor de 54,1 milhões de euros, relacionado com a aquisição do controlo da BES Vida. Neste contexto, são de salientar os seguintes aspetos em relação à performance do Grupo BES:

Demonstração de Resultados

(milhões de euros)

Variáveis	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Resultado Financeiro	1 181,6	1 180,5	-1,1	-0,1%
+ Serviços a Clientes	790,5	828,4	37,9	4,8%
= Produto Bancário Comercial	1 972,1	2 008,9	36,8	1,9%
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	-21,9	569,5	591,4	
= Produto Bancário	1 950,2	2 578,4	628,2	32,2%
+ Prémios e Custos da Atividade Seguradora	-	0,7	0,7	-
- Custos Operativos	1 129,2	1 149,1	19,9	1,8%
= Resultado Bruto	821,0	1 430,0	609,0	74,2%
- Provisões líquidas de Reposições para Crédito	848,3	1 199,4	351,1	41,4%
para Títulos	600,6	814,8	214,2	35,7%
para Outros Ativos	73,3	106,6	33,3	45,4%
= Resultado antes de Impostos	-27,3	230,6	257,9	
- Impostos sobre os lucros	-61,6	82,9	144,5	
- Contribuição sobre o Setor Bancário	30,5	27,9	-2,6	-8,5%
= Resultado após Impostos	3,8	119,8	116,0	
- Interesses que não Controlam	112,6	23,7	-88,9	-78,9%
= Resultado do Exercício	-108,8	96,1	204,9	

O Grupo BES atingiu no final do exercício de 2012 um resultado positivo de 96,1 milhões de euros que compara com um prejuízo de 108,8 milhões de euros apurados em 2011. Excluindo os fatores de natureza não recorrente o resultado de 2012 teria sido de 194,9 milhões de euros (2011: 166,6 milhões de euros).

(milhões de euros)

Efeitos não recorrentes	2011	2012
Resultado líquido reportado	-108,8	96,1
Perdas extraordinárias de 2011 ⁽¹⁾	275,4	-
Impacto da aquisição de controlo da BES Vida	-	54,1
Impacto da OIP ⁽²⁾ do crédito imobiliário	-	55,0
Indemnização Gespastor recebida por acordos celebrados		-10,3
Resultado líquido ajustado de operações não recorrentes	166,6	194,9

(1) Transferência das pensões em pagamento para a Segurança Social (76,1 milhões de euros); perdas na participação na BES VIDA (143,9 milhões de euros); venda de créditos (55,4 milhões de euros).

(2) On-site Inspection Programme.

Apesar das dificuldades extremas sentidas durante todo o exercício de 2012, não podemos deixar de sublinhar os seguintes desenvolvimentos que marcaram a geração de resultados no exercício:

- Em primeiro lugar, a circunstância de o produto bancário comercial ter observado um aumento, ainda que ligeiro (+1,9%), em relação ano anterior, apesar de conseguido num contexto de aprofundamento da recessão económica (PIB11: -1,7%; PIB12: -3,0%);
- O desempenho francamente positivo conseguido nas operações financeiras, envolvendo designadamente instrumentos de dívida, que fizeram elevar o produto bancário total a 2 578,4 milhões de euros, representativo de um crescimento de 32,2% (+13,2% excluindo os fatores de natureza não recorrente); esta evolução contou também com o contributo positivo da BES Vida (158,4 milhões de euros ou 6% do total do Grupo BES);
- A política de fortalecimento do balanço, face ao aprofundamento da crise, e que exigiu um reforço do provisionamento que se elevou a 1 199,4 milhões de euros (+41,4%);
- A contenção dos custos operativos cuja evolução (+1,8%) foi determinada pela expansão da área internacional (+9,3%), em parte neutralizada pela redução conseguida na área doméstica (-2,5% em base comparável).

Resultados da Atividade Doméstica e Internacional

O resultado da atividade doméstica, que se situou em 8,5 milhões de euros, apresenta uma forte recuperação comparativamente ao valor apurado em 2011 (-269,6 milhões de euros). O progresso do produto bancário comercial traduziu-se num aumento de 8,9% e a evolução do produto bancário total beneficiou do acerto da política de investimentos em dívida pública portuguesa que permitiu fazer face ao agravamento das imparidades ditado pela recessão económica.

Apesar de os resultados antes de impostos terem sido positivos em cerca de 100 milhões de euros a carga tributária, influenciada pela não elegibilidade fiscal das menos valias realizadas nas participações estratégicas, acabou por determinar o apuramento de um resultado líquido menos expressivo.

A área internacional – apesar de também ter sido afetada pelo ambiente económico e financeiro em algumas geografias e que determinou uma redução de 2,0% do produto bancário e um reforço de provisões de 225,9 milhões de euros – alcançou um lucro de 87,6 milhões de euros. Neste quadro, não podemos deixar de salientar os impactos da decisão estratégica de desalavancagem operada nesta área, designadamente os decorrentes da execução do programa de vendas de créditos, com efeitos inevitáveis no desempenho da área quando comparado com os anos precedentes.

O desenvolvimento e consolidação das atividades das novas unidades internacionais na Venezuela e Luxemburgo, bem como as potencialidades da expansão da rede de distribuição no mercado angolano e a execução do novo plano estratégico do BES Angola, entre outras iniciativas, deverão constituir bases sólidas para que a área internacional do Grupo continue a ser um fator dinâmico para a futura criação de valor no Grupo BES.

Demonstração de Resultados

Atividade Doméstica e Atividade Internacional

(milhões de euros)

Variáveis	Atividade Doméstica			Atividade Internacional		
	2011	2012	Variação	2011	2012	Variação
Resultado Financeiro	645,7	823,4	27,5%	535,9	357,1	-33,4%
+ Serviços a Clientes	600,1	533,0	-11,2%	190,4	295,4	55,1%
= Produto Bancário Comercial	1 245,8	1 356,4	8,9%	726,3	652,5	-10,2%
+ Resultados de Oper. Financeiras e Diversos	- 34,0	498,5		12,1	71,0	
= Produto Bancário	1 211,8	1 854,9	53,1%	738,4	723,5	-2,0%
+ Prémios e Custos da Atividade Seguradora	-	0,7	-	-	-	-
- Custos Operativos	793,5	782,0	-1,4%	335,7	367,1	9,3%
= Resultado Bruto	418,3	1 073,6		402,7	356,4	-11,5%
- Provisões Líquidas de Reposições para Crédito	778,5	973,5	25,0%	69,8	225,9	
para Títulos	538,2	723,8	34,5%	62,4	91,0	45,9%
para Outros Ativos	73,4	103,3	40,7%	- 0,1	3,3	
= Resultado antes de Impostos	- 360,2	100,1		332,9	130,5	-60,8%
- Impostos sobre os lucros	-119,9	66,6		58,2	16,2	-72,1%
- Contribuição sobre o Setor Bancário	30,5	27,9	-8,5%	-	-	-
= Resultado após Impostos	-270,8	5,6		274,7	114,3	-58,4%
- Interesses que não Controlam	-1,2	-2,9		113,9	26,7	-76,6%
= Resultado do Exercício	-269,6	8,5		160,8	87,6	-45,5%

Assim, as unidades de negócio do triângulo estratégico têm desempenhado um papel nuclear, e que novamente se confirma, ao conseguirem atingir um resultado de 60,7 milhões de euros, representativo de 69,3% do resultado da área internacional. O contributo das unidades localizadas em África, Espanha e Reino Unido continuou a ser decisivo para a geração de lucros no Grupo. A redução apresentada em “Outros” decorre do facto de englobar a atividade das novas unidades que ainda se encontram na fase de arranque.

Atividade Internacional - Resultado por geografia

(milhões de euros)

Países	2011	2012	Variação
África ⁽¹⁾	91,0	33,9	-62,8%
Brasil	20,4	11,1	-45,8%
Espanha ⁽²⁾	9,9	15,7	59,0%
TRIÂNGULO ESTRATÉGICO	121,3	60,7	-50,0%
Reino Unido	18,6	19,2	3,2%
EUA	14,3	5,9	-59,1%
Outros	6,5	1,8	-72,3%
TOTAL	160,8	87,6	-45,5%

(1) Angola, Moçambique, Cabo Verde e Líbia

(2) Inclui ganho extraordinário de 10,3 milhões de euros em 2012

a. Resultado Financeiro e Margem Financeira

O resultado financeiro alcançou 1 181 milhões de euros, mantendo praticamente o valor conseguido em 2011. O crescimento da margem financeira, que evoluiu de 1,68% (ano de 2011) para 1,70% (+2pb) compensou a redução operada nos ativos financeiros geradores de juros que experimentaram um decréscimo de 836 milhões de euros, produzindo efeitos de margem e volume que se anularam.

A melhoria da margem financeira ocorreu pelo facto de a taxa média dos ativos ter aumentado 4pb – com especial realce para a carteira de títulos e outras aplicações que fez aumentar a remuneração média de 4,85% para 5,45% (+60pb) – enquanto a taxa média dos passivos financeiros sofreu um incremento de 2pb passando para 3,44% localizado no aumento da taxa média da dívida titulada e outros passivos que passou de 3,62% para 3,96% (+34pb).

Resultado e Margem Financeira

(milhões de euros)

Variáveis	2011			2012		
	Capitais Médios	Taxa Média (%)	Proveitos/ Custos	Capitais Médios	Taxa Média (%)	Proveitos/ Custos
Ativos Financeiros	70 267	5,10	3 587	69 443	5,14	3 571
Crédito a Clientes	51 520	5,20	2 678	50 316	5,02	2 528
Títulos e Outras Aplicações	18 747	4,85	909	19 127	5,45	1 043
Aplicações Diferenciais	12	-	-	-	-	-
ATIVOS FINANCEIROS E DIFERENCIAIS	70 279	5,10	3 587	69 443	5,14	3 571
Passivos Financeiros	70 279	3,42	2 405	68 161	3,51	2 390
Depósitos	32 535	3,19	1 038	34 030	3,05	1 038
Dívida Titulada e Outros passivos	37 744	3,62	1 367	34 131	3,96	1 352
Recursos Diferenciais	-	-	-	1 282	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS E DIFERENCIAIS	70 279	3,42	2 405	69 443	3,44	2 390
Margem/ Resultado		1,68	1 182		1,70	1 181

A gestão da intermediação financeira continuou a ser desenvolvida, apesar do sucesso no segundo semestre das duas emissões de obrigações não garantidas colocadas pelo BES, uma em outubro, de 750 milhões de euros e outra em novembro de 450 milhões de dólares, num cenário de limitações ao acesso aos mercados financeiros, de intensa concorrência ao nível da captação de recursos, da evolução desfavorável dos níveis de risco e imparidades nos ativos e sob restrições à expansão da atividade decorrente do *deleverage*. Neste contexto, salientam-se os seguintes aspetos relevantes:

- O custo dos recursos foi de 2 390 milhões de euros, sendo de destacar a redução homóloga de 14pb na taxa média dos depósitos, que evoluiu para 3,05%; no entanto, o diferencial face à taxa média de referência do mercado (Euribor a 3 meses) registou um incremento ao situar-se em 248pb (3,05 – 0,57), que compara com 180pb (3,19 – 1,39) em 2011, traduzindo uma substancial melhoria nos retornos distribuídos aos nossos depositantes;

- Os juros ativos elevaram-se a 3 571 milhões de euros, sendo de sublinhar a melhoria (+60pb) na taxa média dos “Títulos e Outras Aplicações” para 5,45% que decorre, fundamentalmente, das taxas de juro da carteira de dívida pública portuguesa. Sublinhe-se o facto de a taxa média do crédito de todo o exercício (5,02%) representar um custo de financiamento muito favorável para os clientes, designadamente para as empresas, quando comparados com os exigidos pelos mercados financeiros em 2012 quer à República quer ao setor financeiro.

Analizando a variação do resultado financeiro a partir da desagregação por efeitos de volume e de preço verifica-se que a evolução registado se ficou a dever, no essencial, ao ganho proporcionado pelo efeito preço (mais 13 milhões de euros) que quase compensou a redução provocada pelo efeito volume de negócio que se situou em 14 milhões de euros.

Decomposição dos Efeitos (milhões de euros)				
	Efeito Volume	Efeito Preço	Efeito Misto	Variação no ano
Ativos Financeiros	-43	27	0	-16
Passivos Financeiros	-29	14	0	-15
Resultado Financeiro	-14	13	0	-1

b. Serviços a Clientes

O comissionamento registou um crescimento de 4,8% (+37,9 milhões de euros), tendo sido determinante a capacidade de inovação e adequação da oferta de produtos e serviços às necessidades dos clientes. Em base comparável, ou seja, excluindo o custo com as garantias prestadas pelo Estado Português (2012: 58,5 milhões de euros; 2011: 8,0 milhões de euros), os resultados dos serviços a clientes teriam registado um aumento de 11,1%.

Serviços a Clientes (milhões de euros)				
Tipo de Comissões	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Cobrança de Valores	19,7	17,0	-2,7	-13,7%
Operações sobre Títulos	89,9	73,4	-16,5	-18,4%
Garantias Prestadas	125,4	139,6	14,2	11,3%
Gestão de Meios de Pagamento	81,1	79,0	-2,1	-2,6%
Comissões sobre Empréstimos e similares ⁽¹⁾	176,2	155,4	-20,8	-11,8%
Créditos Documentários	81,4	87,1	5,7	6,9%
Gestão de ativos ⁽²⁾	85,8	85,9	0,1	0,2%
Cartões	40,9	56,7	15,8	38,5%
Bancaseguros	34,9	47,6	12,7	36,3%
Assessoria, Servicing e Diversos ⁽³⁾	55,2	86,7	31,5	57,1%
Total	790,5	828,4	37,9	4,8%
Custos com Garantias do Estado	8,0	58,5	50,5	
Total comparável	798,5	886,9	88,4	11,1%

(1) Inclui comissões sobre empréstimos, *project finance*, financiamentos externos e *factoring*.
(2) Inclui fundos de investimento e gestão de carteiras.
(3) Inclui custos com as garantias prestadas pelo Estado.

Os produtos de bancaseguros, que incluem produtos de poupança assim como produtos da área de seguros não vida, apresentam uma evolução positiva (+36,3%) em consequência da nova dinâmica comercial e reformulação da oferta conduzida pela BES Vida; o comissionamento sobre garantias cresceu 11,3% com contribuição crescente das comissões associadas ao produto *Express Bill*; os proveitos resultantes da utilização de cartões apresentam um crescimento de 38,5%; os créditos documentários aumentaram 6,9% com relevo para o negócio de *trade finance* com a América do Sul; a gestão de meios de pagamento, que agrega comissões de contas à ordem, transferências e ordens de pagamento, apesar de afetada pela recessão económica, originou proveitos de 79,0 milhões de euros, valor

próximo do apurado em 2011; e as comissões de assessoria, *servicing* e diversos tiveram uma evolução favorável suportada pela área internacional.

Os serviços relacionados com os mercados de capitais (nomeadamente as operações sobre títulos) e com os financiamentos (cobranças, empréstimos, *corporate* e *project finance*), em consequência do *deleverage* e da recessão económica que afetou sobretudo a atividade doméstica, tiveram reduções de comissões.

c. Resultados de Operações Financeiras e Diversos

Os resultados de operações financeiras e diversos atingiram 569,5 milhões de euros que compara com -21,9 milhões de euros registados no ano anterior.

Resultados de Operações Financeiras e Diversos (milhões de euros)			
Tipo de Resultados	2011	2012	Variação Absoluta
Taxa de Juro, Crédito e Cambial	142,6	825,0	682,4
Taxa de Juro	84,1	781,3	697,2
Crédito	117,1	32,5	-84,6
Cambial e Outros	-58,6	11,2	69,8
Ações	125,8	-126,5	-252,3
Negociação	-41,9	-199,1	-157,2
Dividendos	167,7	72,6	-95,1
Outros Resultados	-290,3	-129,0	161,3
Total	-21,9	569,5	591,4

O início do ano foi marcado pelo corte do *rating* da República que conduziu à saída das obrigações da dívida pública portuguesa dos índices dos fundos com *rating de investment grade* e impulsionou as *yields* para níveis historicamente elevados. Neste contexto, o Grupo BES que habitualmente detinha em carteira dívida pública portuguesa maioritariamente de curto prazo, aumentou a sua duração privilegiando obrigações com maturidades mais longas. As medidas de política monetária implementadas pelo BCE conduziram a um aumento da procura por parte dos investidores de obrigações portuguesas, originando uma *performance* extraordinária da *yield curve* portuguesa, culminando, já em janeiro de 2013, com o sucesso da emissão de dívida pública portuguesa a 5 anos.

Neste contexto o Grupo BES, em resultado da alienação de parte da sua carteira de obrigações, registou um ganho nos instrumentos de taxa de juro, crédito e cambial. A *performance* negativa dos mercados acionistas, sobretudo nos primeiros três trimestres do ano, influenciaram o valor das posições estratégicas do Grupo (fundamentalmente, Portugal Telecom e EDP) e a gestão da respetiva volatilidade teve um impacto negativo nos resultados de mercado. Nos “Outros Resultados” está incluído o impacto relativo à aquisição de controlo da BES Vida.

d. Custos Operativos

Os custos operativos ascenderam a 1 149,1 milhões de euros, valor superior em apenas 1,8% ao apurado no exercício anterior. Em base comparável, isto é, excluindo o efeito da consolidação integral da BES Vida e da entrada em funcionamento das novas sucursais do BES, os custos operativos estariam em nível idêntico ao do exercício de 2011 (+0,3%).

Custos Operativos

(milhões de euros)

Natureza	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Custos com Pessoal	587,5	598,9	11,4	1,9%
Gastos Gerais Administrativos	433,8	442,1	8,3	1,9%
Amortizações	107,9	108,1	0,2	0,2%
TOTAL	1 129,2	1 149,1	19,9	1,8%
Atividade Doméstica	793,5	782,0	-11,5	-1,4%
Atividade Internacional	335,7	367,1	31,4	9,3%
Efeitos BES Vida e novas Sucursais	1,7	18,5	16,8	
TOTAL comparável	1 127,5	1 130,6	3,1	0,3%

O contributo da área doméstica continuou a ser determinante na evolução desta componente da conta de exploração, registando uma redução de 1,4%, não obstante a consolidação integral da BES Vida (-2,5% em base comparável). A atividade internacional apresenta um crescimento de 9,3% justificado pela expansão da rede de distribuição no mercado angolano e início da atividade das duas novas sucursais no estrangeiro (+6,9% em base comparável).

Custos com Pessoal

(milhões de euros)

Natureza	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Remunerações	471,6	483,8	12,2	2,6%
Pensões, Seg.Social e Outros Encargos Sociais	115,9	115,1	-0,8	-0,7%
TOTAL	587,5	598,9	11,4	1,9%
Atividade Doméstica	395,2	389,7	-5,5	-1,4%
Atividade Internacional	192,3	209,2	16,9	8,8%

Os custos com pessoal aumentaram 1,9% devido ao contributo da área internacional que, pese embora a desaceleração operada face ao aumento de 19,1% ocorrida em 2011, contou com um acréscimo de 141 colaboradores originando um incremento de 8,8% nos custos com pessoal desta área. Já a área doméstica teve uma redução de 1,4% tendo por base a redução das remunerações variáveis e a diminuição de 136 colaboradores (excluindo o efeito da consolidação da BES Vida).

Os gastos gerais administrativos aumentaram também 1,9% e as amortizações, que totalizaram 108,1 milhões de euros, estão em linha com o valor do ano anterior devido à entrada em produção dos aplicativos informáticos de suporte às unidades internacionais; as amortizações atribuíveis à área doméstica tiveram uma diminuição de 4,8% apesar do efeito do encerramento de balcões (41 unidades) que provocou amortizações excecionais de 1,6 milhões de euros.

e.Eficiência

A eficiência, medida pelo *Cost to Income* total, evoluiu para 44,6%, resultado de um maior crescimento do produto bancário total (+32,2%) em relação à progressão dos custos operativos (+1,8%). O *Cost to Income*, com exclusão dos resultados de mercado e diversos (57,2%), situou-se ao nível do alcançado no exercício de 2011.

Indicadores de Eficiência

Indicadores	2011	2012	Variação
<i>Cost to Income</i> (com mercados)	57,9%	44,6%	-13,3 p.p.
<i>Cost to Income</i> (sem mercados)	57,3%	57,2%	-0,1 p.p.

f. Provisionamento

A atual conjuntura de recessão económica tem tido repercussões inevitáveis nos níveis de risco e no reforço de provisões para a consequente desvalorização dos ativos. Em 31 de dezembro de 2012 e no que respeita às provisões para crédito em balanço, o respetivo saldo ascendia a 2 692,3 milhões de euros (+24,2%), o que fez elevar o rácio Provisões para Crédito/ Crédito a Clientes para 5,34% (2011: 4,23%).

Provisões para Crédito

(milhões de euros)

	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Crédito a Clientes (bruto)	51 211	50 399	-812	-1,6%
Reforço de Provisões	600,6	814,8	214,2	35,7%
Saldo de Provisões	2 167,4	2 692,3	524,9	24,2%
Carga de Provisionamento	1,17%	1,62%	0,44 p.p.	
Provisões para Crédito/ Crédito a Clientes	4,23%	5,34%	1,11 p.p.	

O reforço de provisões para crédito em 2012, que inclui uma dotação adicional de 78 milhões de euros em consequência da OIP (*On-site Inspection Programme*), que adiante se desenvolverá, elevou-se a 814,8 milhões de euros (2011: 600,6 milhões de euros) representativos de um aumento de 35,7%. Este reforço fez com que a carga de provisionamento (1,62%) seja superior em 45 pontos base ao nível atingido no exercício de 2011 (1,17%).

Reforço de Provisões

(milhões de euros)

	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Para Crédito a Clientes	600,6	814,8	214,2	35,7%
Para Títulos	73,3	106,6	33,3	45,4%
das quais associadas a cedências de créditos	-	50,8	-	-
Para Outros Riscos e Encargos	174,4	278,0	103,6	59,4%
das quais associadas a cedências de créditos	23,0	85,8	62,8	
TOTAL	848,3	1 199,4	351,1	41,4%

Relativamente às provisões para títulos e para outros ativos apurou-se uma maior necessidade de reforços em comparação com o ano anterior. Este aumento está relacionado com operações de cedências de créditos realizadas no decorrer do exercício de 2012. Com efeito, no âmbito do processo de reestruturação do setor imobiliário e turístico, foram lançadas várias iniciativas no sentido de serem criadas condições financeiras, operacionais e de gestão que pudessem reestruturar e revitalizar este setor.

Neste âmbito, o Governo, em estreita ligação com as empresas e o setor financeiro, incentivou a criação de sociedades e de fundos tendo em vista, através de operações de concentração e fusão, a obtenção das sinergias necessárias à recuperação do setor. A participação no capital das referidas sociedades é feita pelos bancos participantes através da cedência de créditos que, por razões de eficiência na organização das operações, originam uma realocação de provisões que passam a estar associadas aos instrumentos financeiros adquiridos pela transmissão dos créditos – aos títulos quando há subscrição de ações e unidades de participação; a outros ativos quando há lugar a prestações acessórias, prestações suplementares e suprimentos.

Adicionalmente, houve necessidade de reforçar as provisões para imóveis recebidos por recuperação de créditos (39 milhões de euros), para contingências diversas (47 milhões de euros) e para ativos não financeiros da área internacional.

Resultados do Programa de Inspeções ON-SITE (OIP) à exposição aos setores da construção e promoção imobiliária

O Banco de Portugal, no âmbito da sua ação de supervisão, decidiu conceder uma atenção particular às exposições da banca aos setores da construção e promoção imobiliária, que têm sido particularmente afetados pelo atual contexto macroeconómico. Por este motivo, no âmbito da sua atividade regular de supervisão prudencial, decidiu desenvolver um Programa de Inspeções *On-site* sobre as exposições das instituições financeiras aos setores da construção e promoção imobiliária em Portugal e Espanha (OIP – *On-site Inspections Programme*), com referência a 30 de junho de 2012, com o objetivo de avaliar a adequabilidade dos níveis de imparidade registados sobre as exposições aos setores abrangidos tendo por base critérios conservadores de avaliação. Este programa envolveu, em base consolidada, os oito maiores grupos bancários nacionais, incluindo o Espírito Santo Financial Group (ESFG). O Grupo BES foi sujeito ao programa de inspeções na medida em que consolida integralmente no ESFG.

A inspeção teve como referência a posição de balanço em 30 de junho de 2012, bem assim como a consideração de informações e eventos ocorridos desde 1 de julho até à conclusão dos trabalhos que ocorreu em 16 de novembro de 2012. Em relação ao Grupo BES foi apurada uma necessidade de reforço de provisões de 98 milhões de euros (0,9% da exposição avaliada) em relação à posição de balanço de 30 de setembro de 2012, entretanto divulgada; daquele reforço, 78 milhões de euros (0,7% da exposição) corresponderam a diferenças de julgamento sobre os valores da imparidade a reconhecer em determinados créditos. À data de 31 de dezembro de 2012 todos os reforços estavam devidamente contabilizados.

7.5 Rendibilidade

A margem comercial bruta, indicador de *performance* da atividade bancária corrente aumentou 9pp suportado na evolução da margem financeira e dos serviços a clientes. O aumento da contribuição das operações financeiras e diversos, e não obstante o crescimento do peso do provisionamento, foi determinante no apuramento de rendibilidades positivas no final do exercício.

Decomposição da Rendibilidade

(valores em %)

	2011	2012	Variação p.p.
Taxa Ativos Financeiros	5,10	5,14	0,04
- Taxa Passivos Financeiros	3,42	3,44	0,02
= Margem Financeira	1,68	1,70	0,02
+ Rendibilidade Serviços a Clientes	1,12	1,19	0,07
= Margem Comercial Bruta	2,81	2,89	0,09
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	-0,03	0,82	0,85
= Margem de Negócio	2,77	3,71	0,94
+ Relevância Prémios e Custos da Atividade Seguradora	-	0,00	-
- Relevância Custos Operativos	1,61	1,65	0,05
- Relevância Provisões	1,21	1,73	0,52
- Relevância Interesses que não controlam e Outros	0,12	0,19	0,08
= Rendibilidade dos Ativos Financeiros	-0,15	0,14	0,29
x Relevância Ativos Financeiros	0,86	0,84	-0,02
= Rendibilidade do Ativo (ROA)	0,00	0,12	0,12
x Multiplicador das Aplicações	13,72	10,22	-3,50
= Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	-0,05	1,25	1,30

7.6 Análise Financeira do BES Individual

Principais Valores e Indicadores de Atividade e Resultados*

	SIMBOL.	2008	2009	2010	2011	2012
BALANÇO (milhões de euros)						
Ativo	AL	66 743	74 120	75 334	74 087	68 748
Ativos Financeiros (valores médios)	AF	52 359	60 063	65 762	63 961	60 174
Capital e Reservas (valores médios)	KP	3 610	4 585	5 136	5 283	6 362
CONTA DE EXPLORAÇÃO (milhões de euros)						
Resultado Financeiro	RF	799,1	909,1	662,4	653,9	658,2
+ Serviços a Clientes	SB	408,9	468,7	498,6	483,7	455,3
= Produto Bancário Comercial	PBC	1 208,0	1 377,8	1 161,0	1 137,6	1 113,5
+ Resultado de Operações Financeiras e Diversos	ROF	71,9	475,8	344,2	476,5	618,5
= Produto Bancário	PB	1 279,9	1 853,6	1 505,2	1 614,1	1 732,0
- Custos Operativos	CO	753,5	766,8	861,9	781,1	763,0
- Provisões e Impostos	PVI	302,1	672,6	387,3	966,1	847,0
= Resultado do Exercício	RL	224,3	414,2	298,8	-133,1	122,0
RENDIBILIDADE (%)						
Margem Financeira	RF / AF	1,53	1,51	1,01	1,02	1,09
+ Rendibilidade Serviços a Clientes	SB / AF	0,78	0,78	0,76	0,76	0,76
+ Rendibilidade Operações de Mercado	ROF / AF	0,14	0,79	0,52	0,74	1,03
= Margem de Negócio	PB / AF	2,44	3,09	2,29	2,52	2,88
- Relevância Custos Operativos	CO / AF	1,44	1,28	1,25	1,22	1,27
- Relevância Provisões e Impostos	PVI / AF	0,58	1,12	0,59	1,51	1,41
= Rendibilidade dos Ativos Financeiros	RL / AF	0,43	0,69	0,45	-0,21	0,20
x Relevância Ativos Financeiros	AF / AL	0,85	0,84	0,87	0,85	0,91
= Rendibilidade do Ativo (ROA)	RL / AL	0,36	0,58	0,39	-0,18	0,18
x Multiplicador das Aplicações	AL / KP	17,03	15,55	14,78	14,23	10,43
= Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE)	RL / KP	6,21	9,03	5,82	-2,52	1,92

* Dados históricos ajustados da alteração da política contabilística no registo dos desvios atuariais em 2008, 2009 e 2010.

7.6.1 Atividade

A deterioração das condições financeiras provocadas pelo aumento do risco soberano, a necessária desalavancagem do sistema financeiro português e a evolução desfavorável da procura interna condicionaram o desenvolvimento da atividade individual do Banco Espírito Santo.

Neste contexto, o ativo apresenta uma redução de 7,2% face ao exercício anterior, o crédito a clientes regista um decréscimo de 3,4% e a captação de depósitos também apresenta um recuo (-2,9%). Os recursos totais de clientes apresentam um crescimento de 7,4% suportado, sobretudo, pela atividade de *asset management* e de bancasseguros.

Evolução da Atividade

(milhões de euros)

Variáveis	Dez. 11	Dez. 12	Variação	
			Absoluta	Relativa
Ativo	74 087	68 748	-5 339	-7,2%
Crédito a Clientes (bruto)	40 638	39 269	-1 369	-3,4%
Crédito a Particulares	10 812	10 295	-517	-4,8%
- Habitação	8 493	8 130	-363	-4,3%
- Outro Crédito a Particulares	2 319	2 165	-154	-6,6%
Crédito a Empresas	29 826	28 974	-852	-2,9%
Recursos Totais de Clientes	47 035	50 527	3 492	7,4%
Recursos de Clientes de Balanço	33 890	33 371	-519	-1,5%
- Depósitos	31 179	30 271	-908	-2,9%
- Obrigações e Outros Títulos colocados em Clientes	2 711	3 100	389	14,3%
Recursos de Desintermediação	13 145	17 156	4 011	30,5%

A qualidade da carteira de crédito, no final do exercício, evidencia um agravamento dos rácios de sinistralidade, com o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias a evoluir para 4,58% (Dez. 11: 3,11%) e o rácio de cobertura a situar-se em 133,6% (Dez. 11: 155,0%).

De realçar a evolução favorável da cobertura do crédito total (vencido e corrente) que tem consistentemente vindo a aumentar e que no final do ano se situava em 6,12%, aumentando 130 pontos base face a dezembro de 2011.

Qualidade do Crédito a Clientes

	Dez. 11	Dez. 12	Variação	
			Absoluta	Relativa
DADOS DE BASE (milhões de euros)				
Crédito a Clientes (bruto)	40 638	39 269	-1 369	-3,4%
Crédito Vencido	1 389,2	2 003,0	613,8	44,2%
Crédito Vencido > 90 dias	1 262,2	1 798,4	536,2	42,6%
Provisões para Crédito	1 955,9	2 402,1	446,2	22,8%
INDICADORES (%)				
Crédito Vencido / Crédito a Clientes (bruto)	3,42	5,10	1,68	p.p.
Crédito Vencido >90 dias/ Crédito a Clientes (bruto)	3,11	4,58	1,47	p.p.
Provisões para Crédito/ Crédito Vencido	140,8	119,9	-20,9	p.p.
Provisões para Crédito/ Crédito Vencido > 90 dias	155,0	133,6	-21,4	p.p.
Provisões para Crédito/ Crédito a Clientes	4,81	6,12	1,30	p.p.

7.6.2 Resultados

No quadro seguinte apresenta-se uma síntese das principais variáveis da conta de exploração do BES Individual.

Demonstração de Resultados

Variáveis	2011	2012	Variação	
			Absoluta	Relativa
Resultado Financeiro	653,9	658,2	4,3	0,6%
+ Serviços a Clientes	483,7	455,3	-28,4	-5,9%
= Produto Bancário Comercial	1 137,6	1 113,5	-24,1	-2,1%
+ Resultados de Operações Financeiras e Diversos	476,5	618,5	142,0	29,8%
= Produto Bancário	1 614,1	1 732,0	117,9	7,3%
- Custos Operativos	781,1	763,0	-18,1	-2,3%
= Resultado Bruto	833,0	969,0	136,0	16,3%
- Provisões líquidas de Reposições	1 080,7	834,9	-245,8	-22,7%
para Crédito	521,2	633,4	112,2	21,5%
para Títulos	69,2	119,6	50,4	72,8%
para Outros Ativos	490,3	81,9	-408,4	-83,3%
= Resultado antes de Impostos	-247,7	134,1	381,8	-154,2%
- Impostos	-114,6	12,1	126,7	
= Resultado do Exercício	-133,1	122,0	255,1	

A geração de resultados, avaliada pela *performance* do produto bancário, apresenta um aumento de 7,3% em resultado, no essencial, do comportamento dos resultados de operações financeiras e diversos, influenciados sobretudo pelos ganhos apurados na carteira de dívida pública portuguesa.

Pese embora o reforço das provisões para crédito ter aumentado 21,5% para 633,4 milhões de euros, ocorreu em 2012, um menor custo no provisionamento total decorrente do reconhecimento em 2011 da imparidade no investimento na BES Vida (337,5 milhões de euros). Em consequência, os resultados do exercício foram positivos no valor de 122,0 milhões de euros que contrasta com os prejuízos de 133,1 milhões de euros apurados no exercício precedente.

A eficiência, medida pelo *Cost to Income* total, evoluiu para 44,1%, resultado de um maior crescimento do produto bancário total (+7,3%) em relação à progressão dos custos operativos (-2,3%). O *Cost to Income*, com exclusão dos resultados de mercado e diversos (68,5%), situou-se próximo do nível alcançado no exercício de 2011.

Indicadores de Eficiência

	2011	2012	Variação
<i>Cost to Income</i> (com mercados)	48,4%	44,1%	-4,3 p.p.
<i>Cost to Income</i> (sem mercados)	68,7%	68,5%	-0,2 p.p.

7.6.3 Atividade das Sucursais

O BES dispõe de Sucursais no exterior que dão suporte ao desenvolvimento da estratégia internacional do Grupo. Apresenta-se de seguida uma síntese das suas atividades no exercício em apreço.

Sucursal em Espanha

Na atual conjuntura de instabilidade económica e financeira, nacional e internacional, a atividade da Sucursal em Espanha manteve uma evolução positiva durante todo o ano, sendo de destacar os seguintes aspetos: (i) o crescimento homólogo de 8,7% dos depósitos de clientes e a redução do crédito a clientes (-6,3%), evolução que confirma a viabilidade da execução da política de reforço da autonomia financeira da Sucursal; (ii) os volumes de risco fora de balanço registaram um crescimento de 3,4%; (iii) o apoio à atividade internacional das empresas registou um crescimento de 11,3%; (iv) o número de clientes registou um aumento de 21,5%, superando em 3900 o nível de dezembro de 2011, incremento este suportado, sobretudo, pela banca de particulares e private (+23,1%); e (v) a prossecução de uma gestão prudente do risco de crédito, com forte reforço do provisionamento face aos efeitos diretos e induzidos da situação económica. Reflexo dos referidos desenvolvimentos foi possível manter a tendência de melhoria das margens das aplicações creditícias, compensando os efeitos da pressão sobre os custos dos passivos decorrente da forte concorrência na captação de depósitos. O aumento do produto bancário (11,9%) conjugado com a contenção de custos operativos (-0,9%) refletiu-se positivamente na evolução do resultado de exploração que registou um aumento de 35,8%. O resultado depois de impostos situou-se em 13,2 milhões de euros, valor que compara com 8,3 milhões de euros registados em igual período do ano anterior.

Sucursal em Londres (Reino Unido)

A Sucursal no Reino Unido centra o seu negócio na banca de *wholesale* ao nível do mercado europeu. O crescimento significativo do seu volume de negócios, visível no aumento de 60% do ativo, refletiu essencialmente a emissão de um programa de *Euro Medium Term Notes*. Apesar do contexto adverso dos mercados internacionais, o produto bancário gerado ascendeu a 57 milhões de euros, representando um crescimento de 87% face a 2011. Simultaneamente, a estrutura de custos de funcionamento tem vindo a ser ajustada, destacando-se uma redução de 10%, em termos homólogos. O resultado alcançado ascendeu a 31,7 milhões de euros.

Sucursal em Nova Iorque (EUA)

Esta Sucursal concentra a sua atividade na banca de *wholesale*, maioritariamente nos EUA e Brasil. No ano de 2012 persistiram as dificuldades nas condições de acesso à liquidez nos mercados para colocação de programas de certificados de depósito e papel comercial. Nesta conjuntura, a atividade continuou a desenvolver-se com extrema prudência e enfoque na gestão e monitorização do risco, de acordo com as linhas atuais da estratégia internacional do Grupo e num contexto de acentuada redução da carteira de crédito (-35% face ao ano anterior), na sequência do plano de *deleverage* estabelecido. De realçar que, apesar das restrições à atividade, o resultado alcançado que foi de 3,6 milhões de euros.

Sucursal na Venezuela

No início de 2012, com a abertura desta Sucursal, o BES reforçou a sua posição na Venezuela. Esta iniciativa irá permitir ao Grupo aproximar-se da comunidade portuguesa residente no país, estimada em cerca de 500 mil, e das grandes empresas e instituições locais. No final do exercício, a Sucursal registava 106 milhões de euros de depósitos captados e um ativo de 134 milhões de euros.

Sucursal no Luxemburgo

Desde janeiro de 2012 que o BES opera também no Luxemburgo, com uma Sucursal, tendo inaugurado a agência ao público em julho de 2012. Esta iniciativa privilegiou a atuação junto da comunidade emigrante Portuguesa residente nesta geografia e em países vizinhos no centro da Europa, e pretende também oferecer aos clientes da rede global do Grupo a possibilidade de opção por uma praça financeira tradicional. No final do ano o ativo ascendia a 386 milhões de euros.

8. Demonstrações Financeiras

8.1 Demonstrações Financeiras Consolidadas

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2012

(milhares de euros)

	Dez. 11	Dez. 12
ATIVO		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 090 439	1 377 541
Disponibilidades em outras instituições de crédito	580 813	681 077
Ativos financeiros detidos para negociação	3 434 639	3 925 399
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 963 989	2 821 553
Ativos financeiros disponíveis para venda	11 482 866	10 755 310
Aplicações em instituições de crédito	3 282 576	5 426 518
(das quais, no Sistema Europeu de Bancos Centrais)	-	(3 350 000)
Crédito a clientes	49 043 382	47 706 392
(Provisões)	(2 167 444)	(2 692 342)
Investimentos detidos até à maturidade	1 541 182	941 549
Ativos com acordo de recompra	-	-
Derivados de cobertura	510 090	516 520
Ativos não correntes detidos para venda	1 646 683	3 277 540
Propriedades de investimento	-	441 988
Outros ativos tangíveis	851 678	931 622
Ativos intangíveis	230 332	555 326
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	806 999	580 982
Ativos por impostos correntes	28 692	24 648
Ativos por impostos diferidos	712 157	728 905
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	3 804
Outros ativos	3 030 855	2 994 154
Devedores por seguro direto e resseguro	-	567
Outros	3 030 855	2 993 587
TOTAL DO ATIVO	80 237 372	83 690 828
PASSIVO		
Recursos de bancos centrais	10 013 713	10 893 320
(dos quais, do Sistema Europeu de Bancos Centrais)	(8 786 204)	(10 279 382)
Passivos financeiros detidos para negociação	2 125 253	2 122 025
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	6 239 360	5 088 658
Recursos de clientes e outros empréstimos	34 206 162	34 540 323
Responsabilidades representadas por títulos	18 452 648	15 424 061
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	-	-
Derivados de cobertura	238 633	125 199
Contratos de Investimento	-	3 413 563
Passivos não correntes detidos para venda	140 950	175 945
Provisões	190 450	236 950
Provisões técnicas	-	1 577 408
Passivos por impostos correntes	44 937	221 199
Passivos por impostos diferidos	110 533	154 015
Instrumentos representativos de capital	-	-
Outros passivos subordinados	961 235	839 816
Outros passivos	1 321 023	1 145 602
Credores por seguro direto e resseguro	-	2 040
Outros passivos	1 321 023	1 143 562
TOTAL DO PASSIVO	74 044 897	75 958 084
CAPITAL		
Capital	4 030 232	5 040 124
Prémios de emissão	1 081 663	1 069 517
Outros instrumentos de capital	29 505	29 295
Ações próprias	(997)	(6 991)
Ações preferenciais	211 913	193 289
Reservas de reavaliação	(1 086 491)	(686 666)
Outras reservas e resultados transitados	1 446 961	1 328 630
Resultado do exercício	(108 758)	96 101
Dividendos antecipados	-	-
Interesses que não controlam	588 447	669 445
TOTAL DO CAPITAL	6 192 475	7 732 744
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	80 237 372	83 690 828

O Diretor do Departamento
de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

Demonstração de Resultados Consolidados em 31 de dezembro de 2012

(milhares de euros)

	Dez. 11	Dez. 12
Juros e rendimentos similares	4 084 862	3 914 109
Juros e encargos similares	2 903 271	2 733 601
Margem financeira	1 181 591	1 180 508
Rendimentos de instrumentos de capital	167 701	72 604
Rendimentos de serviços e comissões	888 646	975 062
Encargos com serviços e comissões	130 546	181 144
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(178 904)	(59 408)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	(68 770)	600 206
Resultados de reavaliação cambial	(32 645)	(23 788)
Resultados de alienação de outros ativos	(89 885)	(41 776)
Prêmios líquidos de resseguro	-	62 257
Custos com sinistros líquidos de resseguro	-	362 973
Variações das provisões técnicas líquidas de resseguro	-	301 423
Outros resultados de exploração	357 803	19 976
Produto da atividade	2 094 991	2 542 947
Custos com pessoal	587 475	598 883
Gastos gerais administrativos	433 753	442 120
Amortizações do exercício	107 926	108 074
Provisões líquidas de reposições e anulações	6 860	56 978
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	600 616	814 832
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	73 251	106 727
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	167 602	220 893
Diferenças de consolidação negativas	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	(175 231)	8 312
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	(57 723)	202 752
Impostos		
Correntes	72 147	135 350
Diferidos	(133 666)	(52 434)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	3 796	119 836
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	(3 428)	(4 199)
Interesses que não controlam	112 554	23 735
Resultado consolidado do exercício	(108 758)	96 101

O Diretor do Departamento
de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

8.2 Demonstrações Financeiras Individuais

Balanco Individual em 31 de dezembro de 2012

(milhares de euros)

	Dez. 12			Dez. 11
	Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	
ATIVO				
Caixa e disponibilidades bancos centrais	626 558	-	626 558	481 371
Disponibilidades em outras instituições de crédito	275 887	-	275 887	341 698
Ativos financeiros detidos para negociação	1 851 506	-	1 851 506	1 783 039
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 286 075	-	1 286 075	1 969 331
Ativos financeiros disponíveis para venda	9 243 055	236 023	9 007 032	14 275 267
Aplicações em Instituições de Crédito	9 565 260	126	9 565 134	7 928 825
Crédito a clientes	39 269 217	2 005 703	37 263 514	39 115 887
Investimentos detidos até à maturidade	731 204	39 111	692 093	830 077
Ativos com acordo de recompra	-	-	-	-
Derivados de cobertura	468 184	-	468 184	487 923
Ativos não correntes detidos para venda	1 492 841	184 753	1 308 088	767 742
Propriedades de investimento	-	-	-	-
Outros ativos tangíveis	1 093 028	750 475	342 553	371 947
Ativos intangíveis	654 945	541 485	113 460	118 242
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2 455 115	398 887	2 056 228	1 754 708
Ativos por impostos correntes	1 292	-	1 292	1 872
Ativos por impostos diferidos	833 310	-	833 310	799 538
Outros ativos	3 172 401	115 549	3 056 852	3 059 174
TOTAL DE ATIVO	73 019 878	4 272 112	68 747 766	74 086 641
PASSIVO				
Recursos de bancos centrais	10 238 986	-	10 238 986	9 232 202
Passivos financeiros detidos para negociação	1 630 363	-	1 630 363	1 605 217
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	7 138 799	-	7 138 799	11 139 698
Recursos de clientes e outros empréstimos	30 271 265	-	30 271 265	31 179 373
Responsabilidades representadas por títulos	9 933 899	-	9 933 899	10 163 659
Passivos financeiros associados a ativos transferidos	953 613	-	953 613	2 951 364
Derivados de cobertura	79 667	-	79 667	155 741
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-
Provisões	554 526	-	554 526	581 105
Passivos por impostos correntes	60 134	-	60 134	15 080
Passivos por impostos diferidos	138 810	-	138 810	123 794
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-
Outros passivos subordinados	796 643	-	796 643	896 185
Outros passivos	682 063	-	682 063	871 741
TOTAL DE PASSIVO	62 478 768	-	62 478 768	68 915 159
CAPITAL				
Capital	5 040 124	-	5 040 124	4 030 232
Prémios de emissão	1 061 621	-	1 061 621	1 076 522
Outros instrumentos de capital	225 714	-	22 5714	244 502
Ações próprias	(801)	-	(801)	(997)
Reservas de reavaliação	(834 740)	-	(834 740)	(809 027)
Outras reservas e resultados transitados	655 119	-	655 119	763 339
Resultado do exercício	121 961	-	121 961	(133 089)
Dividendos antecipados	-	-	-	-
TOTAL DE CAPITAL	6 268 998	-	6 268 998	5 171 482
TOTAL DE PASSIVO + CAPITAL	68 747 766	-	68 747 766	74 086 641

O Diretor do Departamento
de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

Demonstração de Resultados Individual em 31 de dezembro de 2012

(milhares de euros)

	Dez. 11	Dez. 12
Juros e rendimentos similares	2 966 191	2 914 402
Juros e encargos similares	2 312 253	2 256 248
Margem financeira	653 938	658 154
Rendimentos de instrumentos de capital	380 480	122 896
Rendimentos de serviços e comissões	625 686	667 414
Encargos com serviços e comissões	155 934	226 355
Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	(309 522)	(140 196)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	16 234	570 781
Resultados de reavaliação cambial	254	(39 191)
Resultados de alienação de outros ativos	(49 345)	(30 426)
Outros resultados de exploração	423 660	122 375
Produto bancário	1 585 451	1 705 452
Custos com pessoal	372 815	359 789
Gastos gerais administrativos	322 199	318 495
Amortizações do exercício	86 039	84 668
Provisões líquidas de reposições e anulações	(19 091)	(11 634)
Correções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	537 861	671 313
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	61 188	119 626
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	500 785	55 608
Resultado antes de impostos	(276 345)	107 587
Impostos		
Correntes	4 278	62 549
Diferidos	(147 534)	(76 923)
Resultado após impostos	(133 089)	121 961
do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas	-4 719	-3 208

O Diretor do Departamento
de Planeamento e Contabilidade

O Conselho de Administração

9. Notas Finais

9.1 Declaração de Conformidade sobre a Informação Financeira Apresentada

De acordo com o disposto no nº 1, alínea c) do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários os membros do Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A., a seguir identificados nominativamente, declaram que:

- (i) as demonstrações financeiras individuais do Banco Espírito Santo, S.A. (BES), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2012, foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definido pelo Banco de Portugal no Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro de 2005;
- (ii) as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Espírito Santo (Grupo BES), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2012, foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia e transpostas para a legislação portuguesa através do Decreto – Lei nº 35 /2005, de 17 de fevereiro;
- (iii) tanto quanto é do seu conhecimento as demonstrações financeiras referidas na alínea (i) e (ii) dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do BES e do Grupo BES, de acordo com as referidas Normas e foram objeto de aprovação na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 1 de março de 2013;
- (iv) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira do BES e do Grupo BES no exercício de 2012 e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

9.2 Ações Próprias

Em conformidade com a alínea d) do nº 5 do artigo nº 66 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que as transações com ações próprias realizadas no decurso do exercício de 2012 decorreram por um lado, da execução do Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF), parte integrante da política de remuneração dos membros Comissão Executiva do BES aprovada na Assembleia Geral de 6 de abril de 2010 e por outro, da aquisição de controlo da BES Vida que detinha ações do BES.

Transações com ações próprias

	Número de ações	Preço por ação (euros)	Valor de balanço (milhares euros)
Saldo no início do exercício	342 475	2,909	997
Ações alienadas no âmbito do PRVIF ⁽¹⁾	67 184	1,315	196
Outras transações ⁽²⁾	10 112 765	-	6 190
Saldo em 31 de dezembro de 2012	10 388 056	-	6 991

(1) em janeiro de 2012.

(2) respeitam a ações do BES na carteira da BES Vida, na sequência da aquisição de controlo em maio de 2012.

Informação detalhada sobre o movimento ocorrido nas ações próprias consta da Nota Explicativa 44 às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

9.3 Proposta de Distribuição de Resultados do Banco Espírito Santo

Nos termos da alínea f) do nº 5 do artigo 66º e para efeitos da alínea b) do nº 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e em conformidade com o artigo 31.º dos Estatutos do Banco, o Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, considerando os compromissos assumidos perante as autoridades de supervisão nacionais e internacionais de assegurar/ reforçar de modo autónomo os níveis de solvabilidade, propõe para aprovação da Assembleia Geral, que o resultado líquido do exercício de 2012 apurado nas contas individuais no montante de 121 961 308,14 euros seja afeto em 12 197 000,00 euros à reserva legal e em 109 764 308,14 euros para cobertura dos prejuízos apurados no exercício anterior nos termos previstos no artigo 33º do Código das Sociedades Comerciais.

9.4 Guia de Leitura para a Informação em sustentabilidade

A informação sobre a gestão e *performance* em sustentabilidade do Grupo BES está reportada no Relatório e Contas 2012, na Brochura de Sustentabilidade, e no *website* corporativo dedicado à sustentabilidade. Esta informação é reportada de acordo com a versão 3.1, da terceira geração de diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* e os princípios do *standard* AA1000APS. O relatório foi elaborado para o nível A+, beneficiando de uma verificação de acordo com os princípios definidos pela ISAE 3000 (*International Standard on Assurance Engagements* 3 000), por uma entidade independente, a KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A..

Para uma consulta do âmbito dos indicadores das directrizes G3.1 da *Global Reporting Initiative* (GRI), por favor consulte a tabela GRI disponível em www.bes.pt.

A informação reportada, procura responder a todos os requisitos e indicadores (sociais, ambientais e económicos) do GRI, e do suplemento financeiro publicado por esta entidade, exceptuando aqueles que, pela sua natureza e conteúdo, se tenham identificado como pouco relevantes para a actividade do Grupo BES.

Esta identificação é fruto de um diálogo constante com os *stakeholders* com maior relevância para o Grupo BES, sendo as várias peças de comunicação direccionadas aos *stakeholders* identificados como prioritários para o Grupo BES, sendo estes os acionistas, as entidades reguladoras, clientes, colaboradores e investidores. A brochura de sustentabilidade e o *website*, permitem fazer chegar a informação em sustentabilidade aos restantes *stakeholders* relevantes como fornecedores, media e ONG's e a sociedade em geral.

9.5 Nota de agradecimento

O Conselho de Administração do Banco Espírito Santo manifesta o seu agradecimento pela confiança dos seus Clientes e Acionistas, pela lealdade e dedicação dos seus Colaboradores e pela cooperação das Autoridades Governamentais e de Supervisão.

Lisboa, 1 de março de 2013

O Conselho de Administração

Alberto Alves de Oliveira Pinto (Presidente)

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Vice-Presidente)

Bruno Bernard Marie Joseph de Laage de Meux (Vice-Presidente)

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

António José Baptista do Souto

Jorge Alberto Carvalho Martins

Aníbal da Costa Reis de Oliveira

Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos

João Eduardo Moura da Silva Freixa

Pedro Mosqueira do Amaral

Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho

João de Faria Rodrigues

Marc Olivier Tristan Oppenheim

Vincent Claude Pacaud

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

Stanislas Gerard Marie Georges Ribes

Horácio Lisboa Afonso

Pedro João Reis Matos Silva

Milton Almicar Silva Vargas

Xavier Musca

Anexos

As Contas da Sustentabilidade

Ambientais (BES PT)	2008	2009	2010	2011	2012	2011/2012
Energia ⁽¹⁾						
Consumo de eletricidade total (GJ)	210 389	216 959	218 752	197 762	179 963	-12,81%
Consumo de eletricidade total (kwh)	58 441 425	60 266 513	60 764 414	54 934 001	49 989 692	-12,81%
Consumo de eletricidade do Data Center (kwh)	8 809 344	9 464 979	11 054 623	11 673 820	12 153 693	4,11%
Consumo de eletricidade (kwh/ colaborador) ⁽²⁾	7 959	7 923	7 787	6 776	6 233	-13,11%
Consumo de gás natural (GJ)	373	887	740	496	551	11%
Consumo de gás natural (N.m³)	9 555	22 750	18 982	12 717	14 120	11%
Consumo de gás butano (Kg)	7 290	4 860	3 105	675	720	6,67%
Consumo de gás butano (GJ)	345	230	147	32	34	6,67%
Transporte ⁽¹⁾						
Número de veículos	1 085	1 491	1 212	1 474	1 644	11,53%
Combustível (GJ)	77 948	109 790	76 775	130 922	126 028	2,76%
Número de viagens de avião	4 956	5 327	5 826	3 970	3 988	0,45%
Água ⁽¹⁾						
Consumo de água (m³) ⁽³⁾	101 514	96 927	99 442	96 729	91 590	-5,31%
Consumo água por colaborador (m³/ colaborador)	16	14	15	14	14	-2,13%
Emissão de gases com efeito de estufa (tCO₂e) ⁽¹⁾						
Emissões em deslocações em frota da empresa	3 421	3 500	3 773	5 861	5 666	-3,33%
Emissões de gases fluorados dos equipamentos de climatização	1 477	1 447	1 447	1 447	1 447	0,00%
Emissões em equipamentos de cozinha a gás natural e butano	59	107	87	30	32	7%
Emissões em geradores de emergência	31	0	0	40	41	3,00%
Emissões diretas (Âmbito 1)	4 958	5 055	5 307	7 378	7 186	-2,60%
Emissões da produção de electricidade adquirida	22 454*	20 433	14 095	13 319	18 202	-6,00%
Emissões indirectas (Âmbito 2)	22 454*	20 433	14 095	13 319	18 202	-6,00%
Total Âmbito 2 normalizado			22 417	20 650	20 044	-8,00%
Total (âmbito 1 e 2)	23 940	25 488	19 402	20 697	25 388	-5,00%
Total (âmbito 1 e 2) normalizado**			27 724	28 028	27 230	-6,00%
Emissões em deslocações de trabalho/viagens de negócios de avião***	3 690	5 630	2 510	1 299	2 140	64,74%
Emissões das deslocações casa-trabalho-casa dos colaboradores	7 090	6 932	6 945	8 186	7 628	-6,82%
Emissões indirectas (Âmbito 3)***	10 780	12 562	9 455	9 485	9 768	2,98%
Consumo de materiais (papel e outros consumíveis) ⁽⁴⁾						
Papel branco para consumo interno (toneladas)	441	480	416	411	434	5,81%
Papel branco para uso interno (nº resmas/ colaborador)	25	28	24	23	25	8,20%
Papel reciclado para uso interno (toneladas)	16	10	18	7	6	-26,08%
Papel reciclado para uso interno (nº resmas/ colaborador)	1	1	1	0	0	-24,41%
Impressos – Área de <i>printing e finishing</i> (toneladas)	413	384	301	247	234	-5,18%
Impressos – Área de <i>printing e finishing</i> (nº resmas)	165 785	154 387	120 693	99 123	93 986	-5,18%
Consumíveis utilizados (unidades)	38 252	50 405	47 356	44 955	21 103	-54,21%
Gestão de resíduos ⁽¹⁾						
Papel para reciclagem (toneladas)	344	478	289	224	169	-24,58%
Cartão para reciclagem (toneladas)	54	61	57	73	42	-42,97%
Consumíveis recolhidos (unidades)	6 545	4 023	22 860	21 757	8 400	-61,39%

(1) BES Portugal.

(2) BES Portugal, não inclui consumo do Data center.

(3) BES Portugal não inclui o consumo do BES Arte&Finança.

(4) BES Portugal, BAC, BEST, ESAF, BESI.

*Valores recalculados devido à contabilização de novos gases com efeito de estufa.

**Valor obtido através de um fator de emissão correspondente à média de todos os fatores de emissão série temporal considerada.

***Valores recalculados devido a novos fatores de emissão e uma nova metodologia para classificar a tipologia de voos.

Ambientais (BES PT; BES Açores; BESI PT; ESAF)

	2012
Consumo de eletricidade total (GJ)	50 580 397
Emissões da produção de electricidade adquirida (tCO ₂ e) (âmbito 2)	19 200
Consumo de água (m³)	94 769

Em 2012, o Banco alargou o âmbito de recolha dos indicadores ambientais com maior relevância para o BES Açores, BESI em Portugal e para a ESAF. Este alargamento de âmbito tem como propósito transparecer a totalidade dos impactes ambientais e estabelecer novos compromissos para um âmbito com maior abrangência das operações do Grupo.

Total Colaboradores

	2008	2009	2010	2011	2012
Total Colaboradores Grupo BES (*)	9 431	8 902	9 858	9 863	9 944
Total Colaboradores (âmbito da informação de recursos humanos)	8 389	8 155	8 394	8 528	8 457

(*) colaboradores com vínculos contratuais de efetivos e contratos a termo.

Localização

(nº de Colaboradores)

	2008	2009	2010	2011	2012
Europa	8 828	8 104	8 530	8 413	8 454
América	160	352	384	375	332
África	424	427	923	1047	1111
Oriente	19	19	21	28	47

Contrato de Trabalho

(nº de Colaboradores)

	2008	2009	2010	2011	2012
Efetivos	7 276	7 451	7 762	7 992	7 974
Contrato a termo	731	462	406	352	367
Trabalho temporário	180	178	179	142	76
Estágios	202	64	47	35	35

Função (nº de Colaboradores)

Diretores	813	937	1 007	1 038	1 085
Chefias	919	915	994	930	949
Específicos	3 397	32 359	3 371	3 558	3 497
Administrativos	2 995	2 930	2 901	2 888	2 883
Auxiliares	110	114	121	114	113

Pais/ Continente (nº de Colaboradores)

Europa	7 653	7 521	7 479	7 749	7 550
América	158	182	202	191	207
África	423	452	511	588	700

Saúde (nº de Colaboradores)

Exames médicos	3 802	3 999	3 813	4 561	4 258
Atos médicos	10 580	10 408	11 116	11 428	24 065
Atos de enfermagem	4 135	4 025	6 519	5 483	5 664
Total	18 517	18 432	21 448	21 472	33 987

Colaboradores abrangidos por Acordo Coletivo de Trabalho (nº de Colaboradores)

Nº Total de Colaboradores	8 234	8 155	8 394	8 528	8 457
Nº Colaboradores abrangidos por ACT	6 939	7 170	8 157	6 792	6 152
% Colaboradores abrangidos por ACT	84%	88%	97%	80%	73%

Colaboradores Sindicalizados (nº de Colaboradores)

Total de Colaboradores	8 234	8 155	8 394	8 528	8 457
Nº Colaboradores Sindicalizados	6 715	6 052	6 923	6 434	4 664
% Colaboradores Sindicalizados	82%	74%	82%	75%	55%

Absentismo (%)

Taxa de Dias Perdidos	0,4	0,3	0,23%	0,13%	0,09%
Taxa de Absentismo (com maternidade)	3,5	3,8	3,56%	3,99%	3,61%

Taxa de Absentismo (%) (sem maternidade) *

Mulheres	-	-	3,02%	3,50%	3,54%
Homens	-	-	1,52%	2,20%	1,90%
Total	-	-	2%	2,80%	2,63%

*2010 exclui Angola e Cabo Verde.

Distribuição dos Colaboradores por género e faixa etária segundo as categorias profissionais

(%)

	2008	2009	2010	2011	2012
Diretores					
Feminino	26,1	28,1	29,6	29,2	50
Masculino	73,9	71,9	70,4	70,8	50
< 30 anos	1,5	1,92	2	2	1,7
30 a 50 anos	84,5	82,69	81,2	80,3	77,2
> 50 anos	14	15,38	16,7	17,6	21,1
Chefias					
Feminino	32,3	34	35,5	36,6	55,2
Masculino	67,7	66	64,5	63,4	44,8
< 30 anos	4,8	4,4	5,1	2,9	2,3
30 a 50 anos	84,8	84,2	82,5	82,7	82,1
> 50 anos	10,4	11,4	12,4	14,4	15,6
Específico					
Feminino	46,4	48	48,4	47,4	46,1
Masculino	53,6	52	51,6	52,6	53,9
< 30 anos	29,4	24,5	24,6	21,3	17,5
30 a 50 anos	63,5	67,1	66,5	69,2	71,9
> 50 anos	7,1	8,4	8,9	9,5	10,5
Administrativo					
Feminino	50,6	50,4	49,9	49,5	54,3
Masculino	49,4	49,6	50,1	50,5	45,7
< 30 anos	22,6	18,9	19,6	16,6	14,5
30 a 50 anos	57,3	58,2	55,7	58,2	59,2
> 50 anos	20,1	23	24,7	25,2	26,3
Auxiliares					
Feminino	45,5	44,7	41,3	47,4	51,3
Masculino	54,5	55,3	58,7	52,6	48,7
< 30 anos	12,7	19,1	19,8	27,2	27,4
30 a 50 anos	27,8	25,5	37,2	26,3	28,3
> 50 anos	60	55,5	43	46,5	44,2

Taxa de rotatividade

(nº de Colaboradores)

Grupo BES (*)	Europa					América					África					GBES				
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
Feminino	16,7	9,5	10,1	7,0	3,5	33,3	28,1	21,7	68,3	33,3	26,2	36,8	49,2	30,2	34,5	17,4	11,5	12,9	9,7	6,3
Masculino	13,6	8,1	9	8,8	7,1	28,4	36	24,1	61,8	43,1	23,3	41,5	33,7	29,3	33,6	14,5	10,5	10,9	11,7	10,7
< 30 anos	9,1	10,5	5,6	30,8	22,5	25,9	22,7	16,8	120,4	71,2	19,1	32,1	29,4	38,6	71,2	9,9	6,8	7,4	36,6	34,3
30 a 50 anos	5,5	6,4	3,9	5,4	4,0	19,6	30,4	6,4	43,2	31,1	5,4	7,1	11,7	20,6	16,2	5,8	3,9	4,4	7,0	5,4
> 50 anos	0,4	0,3	0,1	1,6	1,7	0,6	4,9	0	58,3	20,0	0	0	0,2	9,1	22,7	0,4	0,2	0,1	2,1	2,2

(*) Grupo BES: Europa - BES Portugal, BES Açores, BESI Portugal, Banco Best, ESAF, BES Espanha, BESI Espanha. América - BESI Brasil. África - BES Angola.

Número Médio de Horas de Formação por Colaborador

	Europa					América					África					GBES				
	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012	2008	2009	2010	2011	2012
Diretores	55,9	11,7	19,1	14,5	11,3	2,6	34,0	17,7	83,1	33,2	1,1	1,0	1,1	nd	6	29,9	12,0	18,2	19,6	13,0
Chefias	33,0	37,3	63,7	36,5	37,6	16,5	77,8	46,0		0,0	1,0	3,9	5,8	nd	37	26,1	37,8	58,6	36,6	37,5
Específicos	69,8	37,5	44,0	36,9	29,5	93,2	100,0	97,0	75,3	39,4	0,4	0,9	4,7	nd	12	52,1	36,1	42,1	36,5	28,0
Administrativos	43,9	22,6	35,8	26,4	18,6	36,0	32,0	16,0	146,3	0,0	1,9	3,8	4,4	nd	15	38,8	22,2	35,1	26,7	18,4
Auxiliares	0,8	11,7	0,0	228,1	2,3	240,0	384,0	204,0	0,0	2,8	0,0	0,0	1,0	nd	0	18,0	17,6	8,8	210,4	1,7

Número de Colaboradores promovidos

	2008	2009	2010	2011	2012
Mudança de função	126	81	83	74	52
Mérito	1 295	665	834	830	493
Antiguidade	131	175	197	100	121
Total de Colaboradores Promovidos	1 552	921	1 114	1 004	666

Avaliação de Desempenho

	2008	2009	2010	2011	2012*
Número de Colaboradores que receberam informação sobre avaliação de desempenho	6 596 80%	6 777 80%	7 339	7 450 87%	7 194 85,07%
Número de Colaboradores que receberam informação sobre Gestão de Carreiras	6 067 74%	6 201 74%	7 198	7 341 86%	7 184 84,95%

(*) Informação a 4 de março de 2013, data anterior ao fecho do processo de avaliação de desempenho dos colaboradores do Banco Espírito Santo.

Crédito Concedido a Colaboradores

(milhares euros)

	2008	2009	2010	2011	2012
Crédito à habitação	77 505	68 185	59 183	46 266	24 814
Crédito individual					8 878 437
Aquisição de bens de consumo	19 074	32 961	29 171	15 057	8 878
Apoio Social	1,068	2,190	2,702	1,299	0,811

Licença de Maternidade/ Paternidade

	2010*		2011		2012	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Colaboradores com o benefício de licença de maternidade/ paternidade	377		485		309	
Colaboradores que beneficiaram de licença de maternidade/ paternidade	232	145	295	190	195	114
Colaboradores que regressaram ao trabalho após a licença de maternidade/ paternidade	232	145	290	189	185	114
Colaboradores que regressaram ao trabalho 12 meses após a licença de maternidade/ paternidade			290	189	186	112

Stakeholders - Criação de Valor

(milhões de euros)

	2008	2009	2010	2011	2012
Acionistas (dividendos)	80	163	140	-	-
Colaboradores (remuneração e formação)	526	565,9	628,3	587,5	598,9
Clientes (crédito concedido)	48 198			51 211	50 599,0
Fornecedores (custos gerais e administrativos)	402,6	402,6	441,1	433,8	442,1
Comunidade	3,2	4	4,8	3,3	4,1
Estado (impostos)	152,5	109,8	43,7	-	110,8

Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Paço da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

RELATÓRIO INDEPENDENTE DE GARANTIA LIMITADA DE FIABILIDADE

Ao Conselho de Administração Executivo do
Grupo Banco Espírito Santo S.A.

Introdução

1. Fomos contratados pelo Conselho de Administração Executivo do Grupo Banco Espírito Santo, S.A. ("GBES") para realizar um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre a informação de sustentabilidade incluída no Relatório de Gestão ("Relatório") do GBES para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Responsabilidades

2. O Conselho de Administração Executivo do GBES é responsável:
 - Pela preparação e apresentação da informação de sustentabilidade incluída no Relatório em conformidade com as Directrizes para Reporte de Sustentabilidade ("Sustainability Reporting Guidelines (G3.1)") do Global Reporting Initiative (GRI), conforme referido no Relatório, e pela informação e asserções incluídas no mesmo;
 - Pela determinação dos objectivos do GBES no que respeita ao desempenho e relato relacionados com a sustentabilidade, incluindo a identificação das partes interessadas ("stakeholders") e aspectos materialmente relevantes de acordo com a Norma AA1000APS (2008) para os princípios da inclusão, materialidade e resposta; e,
 - Pela implementação e manutenção de sistemas de gestão do desempenho e de controlo interno apropriados, dos quais é obtida a informação relatada.
3. A nossa responsabilidade consiste em executar o trabalho de garantia limitada de fiabilidade e expressar uma conclusão baseada no trabalho efectuado. O nosso trabalho foi efectuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade - ISAE 3000 – Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Exames Simplificados de Informação Financeira Histórica emitida pelo "International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants". Esta Norma requer o cumprimento dos requisitos éticos aplicáveis, incluindo requisitos de independência, e que o trabalho seja planeado e executado com o objectivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se nada chegou ao nosso conhecimento, que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade incluída no Relatório para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 não esteja isenta de distorções materialmente relevantes.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 3.120.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.O.C. N.º 189 - Inscrito na C.M.V.M. N.º 9093

Matriculada no Conservatório do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078

Âmbito

4. Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre informação de sustentabilidade consiste em indagações, principalmente aos responsáveis pela preparação da informação apresentada no Relatório, na execução de procedimentos analíticos e outros procedimentos para obtenção de evidência, conforme apropriado. Esses procedimentos incluíram:
 - Realização de entrevistas com responsáveis para compreender os processos implementados pelo GBES para determinar os aspectos materialmente relevantes para as principais partes interessadas (“stakeholders”) do GBES;
 - Realização de entrevistas com os responsáveis e colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, sobre a estratégia de sustentabilidade e as políticas relevantes aplicadas, e implementação destas nas diversas áreas de negócio;
 - Realização de entrevistas com colaboradores relevantes, ao nível operacional e corporativo, responsáveis pela preparação da informação de sustentabilidade a incluir no Relatório;
 - Comparação da informação apresentada no Relatório, com as respectivas fontes de informação, para concluir se todos os dados relevantes com origem nas referidas fontes foram incluídos no Relatório; e
 - Leitura da informação apresentada no Relatório, de forma a concluir sobre a sua adequabilidade com o nosso conhecimento geral, e experiência, com a performance de sustentabilidade do GBES.
5. Os procedimentos de recolha de prova, efectuados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade, são mais limitados do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade ou num trabalho de auditoria efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria e por isso é obtida menor garantia de fiabilidade. Consequentemente, não nos permite obter a garantia de que tomaríamos conhecimento de todas as situações significativas que podem ser identificadas numa auditoria ou num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria ou uma conclusão de garantia razoável de fiabilidade.

Conclusão

6. Com base no trabalho efectuado, conforme descrito nos parágrafos anteriores, nada chegou ao nosso conhecimento, que nos leve a concluir que a informação de sustentabilidade incluída no Relatório do GBES, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem:
 - O alinhamento do GBES com os princípios de inclusão, materialidade e resposta da norma AA1000APS (2008); e,





- A sua conformidade com as Directrizes para a Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (“Sustainability Reporting Guidelines (G3.1)”) do “Global Reporting Initiative (GRI)”, conforme referido na secção “Guia de Leitura” do Relatório de Gestão.
7. O nosso Relatório de garantia limitada de fiabilidade é emitido unicamente para o GBES de acordo com os termos contratados. O nosso trabalho foi realizado unicamente, com o objectivo de relatar ao GBES, situações para as quais fomos contratados neste Relatório de garantia limitada de fiabilidade e não se destina a ser utilizado para nenhum outro propósito. Não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade perante terceiras entidades, para além do GBES, pelo nosso trabalho, por este Relatório de garantia limitada de fiabilidade ou pelas nossas conclusões.

Lisboa, 04 de Março de 2013

KPMG & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC n.º 1131)

Relatório “A Atividade do BES e a Biodiversidade”



CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM BIODIVERSIDADE E RECURSOS GENÉTICOS
UNIVERSIDADE DO PORTO



O Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos (CIBIO) produz desde 2007 o relatório “A Actividade do BES e a Biodiversidade”, fruto da parceria *Business & Biodiversity* estabelecida entre o BES (Banco Espírito Santo), o CIBIO e o ICNB (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade). O relatório tem como objectivo avaliar os impactes sobre a biodiversidade e o ambiente decorrentes da actividade do BES, bem como identificar oportunidades de melhoria e propor medidas e acções concretas que minimizem os impactes. O relatório analisa dois tipos de impactes originados pelo BES: directos (resultantes da actividade corrente da empresa) e indirectos (decorrentes da actividade financeira).

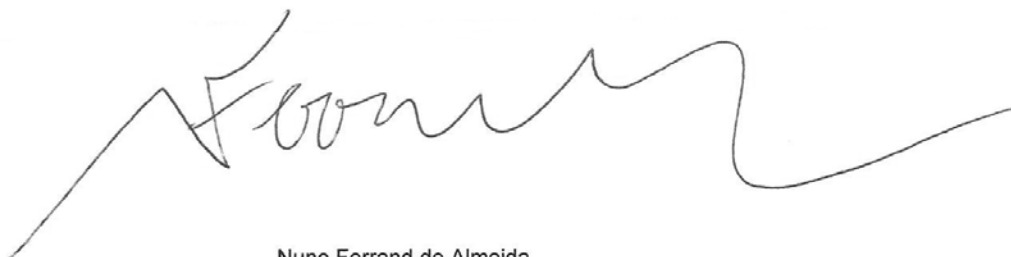
Em 2012, o BES prosseguiu com a implementação de diversas medidas para melhorar a sua prestação ambiental, como o Programa Interno de Eficiência Energética, o Sistema de Gestão de Energia e a realização de acções de comunicação interna para incentivar a alteração comportamental dos seus colaboradores. Como resultado, o BES conquistou melhorias significativas face ao ano anterior em diversos indicadores ambientais, em particular na redução dos consumos de energia e água e das emissões de CO₂ e na gestão de resíduos. Estas melhorias permitiram já atingir em 2012 três dos quatro objectivos de redução traçados para o período 2008-2013, ficando apenas por cumprir a meta referente ao consumo de papel. O CIBIO recomenda a implementação de dois programas de eficiência análogos ao programa definido para a energia, direccionados à eficiência hídrica e ao consumo de papel e consumíveis, de forma a consolidar as melhorias obtidas, garantir o cumprimento das metas definidas e uma melhoria contínua da sua prestação ambiental.

O CIBIO considera positiva a actuação do BES nos esforços que tem vindo a concretizar nas áreas da Política de Compras, Fornecedores e *Project Finance* e recomenda a utilização de uma ferramenta análoga ao *Sustainable Finance Toolkit* na concessão de crédito a empresas e na análise de clientes, nomeadamente nas áreas de actividade consideradas de alto risco para a biodiversidade. A neutralização das emissões estimadas de CO₂ decorrentes da aquisição e utilização da conta 18.31 merece também nota positiva, embora se sugira privilegiar no futuro a realização das acções de neutralização da pegada de carbono dentro do território nacional.

O BES em 2012 prosseguiu com o apoio a diversos projectos e iniciativas no âmbito da Biodiversidade, Florestas e Conservação da Natureza, nomeadamente: o Prémio BES Biodiversidade, um galardão de referência em Portugal, a parceria com a Herdade da Poupá, o Centro Ecológico Educativo do Paul de Tornada, a Reserva da Faia Brava e a Liga para a Protecção para a Natureza.

De forma global, em 2012, o BES teve uma actuação positiva na área ambiental, destacando-se o cumprimento antecipado da maior parte das metas de redução propostas até 2013, bem como os esforço continuado que tem vindo a pôr em prática para se afirmar como um banco na linha da frente no que concerne à aposta na sustentabilidade e biodiversidade.

Vairão, 04 de Março de 2013



Nuno Ferrand de Almeida
(Prof. Catedrático, Faculdade de Ciências da Universidade do Porto
Coordenador Científico do CIBIO/UP
Director do InBIO, Laboratório Associado)



Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

1	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas	102
2	Anexo - Adoção das Recomendações do <i>Financial Stability Forum (FSF)</i> e do <i>Committee of European Banking Supervisors (CEBS)</i> relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Ativos	213
3	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas	215
4	Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria das Contas Consolidadas e Individuais	218
5	Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas	220
6	Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Individuais	297

1. Demonstrações Financeiras Consolidadas e Notas Explicativas

Demonstração dos Resultados Consolidados dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Juros e proveitos similares	5	3 914 109	4 084 862
Juros e custos similares	5	2 733 601	2 903 271
Margem financeira		1 180 508	1 181 591
Rendimentos de instrumentos de capital		72 604	167 701
Rendimentos de serviços e comissões	6	975 062	888 646
Encargos com serviços e comissões	6	(181 144)	(130 546)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(59 408)	(178 904)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	8	600 206	(68 770)
Resultados de reavaliação cambial	9	(23 788)	(32 645)
Resultados de alienação de outros ativos	10	(42 159)	(91 680)
Prémios líquidos de resseguro	11	62 257	-
Custos com sinistros líquidos de resseguro	12	(362 973)	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro	13	301 423	-
Outros resultados de exploração	14	109 562	357 803
Proveitos operacionais		2 632 150	2 093 196
Custos com pessoal	15	598 883	587 475
Gastos gerais administrativos	17	442 120	433 753
Depreciações e amortizações	30 e 31	108 074	107 926
Provisões líquidas de anulações	40	56 978	6 860
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	25	814 832	600 616
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	23, 24 e 26	106 727	73 251
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	28, 31 e 34	220 893	167 602
Custos operacionais		2 348 507	1 977 483
Alienação de subsidiárias e associadas	1	383	1 795
Resultados da aquisição por etapas de controlo em subsidiárias	1 e 55	(89 586)	-
Resultados de associadas	32	8 312	(175 231)
Resultado antes de impostos		202 752	(57 723)
Impostos sobre o rendimento			
Correntes	41	135 350	72 147
Diferidos	41	(52 434)	(133 666)
Resultado líquido do exercício		82 916	(61 519)
Atribuível aos acionistas do Banco		96 101	(108 758)
Atribuível aos interesses que não controlam	45	23 735	112 554
		119 836	3 796
Resultados por ação básicos (em euros)	18	0,03	(0,04)
Resultados por ação diluídos (em euros)	18	0,03	(0,04)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Resultado líquido do exercício		
Atribuível aos acionistas do Banco	96 101	(108 758)
Atribuível aos interesses que não controlam	23 735	112 554
	119 836	3 796
Outro rendimento integral do exercício		
Benefícios de longo prazo	(191 768)	44 015
Impostos sobre o rendimento sobre os benefícios de longo prazo	18 718	(13 093)
Diferenças de câmbio	(57 216)	11 981
Impostos sobre o rendimento sobre as diferenças de câmbio	3 247	(2 712)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	(9 800)	(8 053)
	(236 819)	32 138
Ativos disponíveis para venda		
Ganhos e perdas no período	1 248 383	(631 336)
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do exercício	(500 898)	126 561
Impostos diferidos	(131 438)	69 226
	616 047	(435 549)
Total do rendimento integral do exercício	499 064	(399 615)
Atribuível aos acionistas do Banco	492 216	(523 227)
Atribuível aos interesses que não controlam	6 848	123 612
	499 064	(399 615)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	19	1 377 541	1 090 439
Disponibilidades em outras instituições de crédito	20	681 077	580 813
Ativos financeiros detidos para negociação	21	3 925 399	3 434 639
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	22	2 821 553	1 963 989
Ativos financeiros disponíveis para venda	23	10 755 310	11 482 866
Aplicações em instituições de crédito	24	5 426 518	3 282 576
Crédito a clientes	25	47 706 392	49 043 382
Investimentos detidos até à maturidade	26	941 549	1 541 182
Derivados para gestão de risco	27	516 520	510 090
Ativos não correntes detidos para venda	28	3 277 540	1 646 683
Propriedades de investimento	29	441 988	-
Outros ativos tangíveis	30	931 622	851 678
Ativos intangíveis	31	555 326	230 332
Investimentos em associadas	32	580 982	806 999
Ativos por impostos correntes		24 648	28 692
Ativos por impostos diferidos	41	728 905	712 157
Provisões técnicas de resseguro cedido	33	3 804	-
Outros ativos	34	2 994 154	3 030 855
Total de Ativo		83 690 828	80 237 372
Passivo			
Recursos de bancos centrais	35	10 893 320	10 013 713
Passivos financeiros detidos para negociação	21	2 122 025	2 125 253
Recursos de outras instituições de crédito	36	5 088 658	6 239 360
Recursos de clientes	37	34 540 323	34 206 162
Responsabilidades representadas por títulos	38	15 424 061	18 452 648
Derivados para gestão de risco	27	125 199	238 633
Contratos de investimento	39	3 413 563	-
Passivos não correntes detidos para venda	28	175 945	140 950
Provisões	40	236 950	190 450
Provisões técnicas	33	1 577 408	-
Passivos por impostos correntes		221 199	44 937
Passivos por impostos diferidos	41	154 015	110 533
Passivos subordinados	42	839 816	961 235
Outros passivos	43	1 145 602	1 321 023
Total de Passivo		75 958 084	74 044 897
Capital Próprio			
Capital	44	5 040 124	4 030 232
Prémios de emissão	44	1 069 517	1 081 663
Outros instrumentos de capital	44	29 295	29 505
Ações próprias	44	(6 991)	(997)
Ações preferenciais	44	193 289	211 913
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	45	641 964	360 470
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco		96 101	(108 758)
Total de Capital Próprio atribuível aos acionistas do Banco		7 063 299	5 604 028
Interesses que não controlam	45	669 445	588 447
Total de Capital Próprio		7 732 744	6 192 475
Total de Passivo e Capital Próprio		83 690 828	80 237 372

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração de Alterações no Capital Próprio dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(milhares de euros)

	Capital	Prêmios de emissão	Outros Instrumentos de Capital	Ações próprias	Ações preferenciais	Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral			Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas do Banco	Capital Próprio atribuível aos acionistas do Banco	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
						Reservas de justo valor	Outras reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	Total				
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reexpresso)	3 500 000	1 085 398	269 953	0	600 000	(9 580)	307 666	298 086	556 901	6 310 338	538 701	6 849 039
Outro rendimento integral												
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	-	(435 595)	-	(435 595)	-	(435 595)	46	(435 549)
Desvios atuariais, líquidos de imposto	-	-	-	-	-	-	29 567	29 567	-	29 567	1 355	30 922
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	(8 053)	(8 053)	-	(8 053)	-	(8 053)
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto	-	-	-	-	-	-	(388)	(388)	-	(388)	9 657	9 269
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(108 758)	(108 758)	112 554	3 796
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	(435 595)	21 126	(414 469)	(108 758)	(523 227)	123 612	(399 615)
Aumento de capital	530 232	(3 735)	(240 448)	-	(197 446)	-	54 673	54 673	-	143 276	(46 269)	97 007
- emissão de 294 573 418 novas ações	530 232	-	-	-	-	-	-	-	-	530 232	-	530 232
- troca de instrumentos de capital e ações preferenciais	-	-	(240 448)	-	(197 446)	-	54 673	54 673	-	(383 221)	(46 269)	(429 490)
- custos com aumento de capital	-	(3 735)	-	-	-	-	-	-	-	(3 735)	-	(3 735)
Compra de ações preferenciais (ver Nota 44)	-	-	-	-	(190 641)	-	50 975	50 975	-	(139 666)	-	(139 666)
Transações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	3 630	3 630	-	3 630	(10 102)	(6 472)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	409 946	409 946	(409 946)	-	-	-
Dividendos de ações ordinárias ^(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	(146 955)	(146 955)	-	(146 955)
Dividendos de ações preferenciais, líquido de imposto ^(b)	-	-	-	-	-	-	(25 717)	(25 717)	-	(25 717)	-	(25 717)
Variações de ações próprias (ver Nota 44)	-	-	-	(997)	-	-	-	-	-	(997)	-	(997)
Juros de outros instrumentos de capital, líquido de imposto ^(c)	-	-	-	-	-	-	(15 478)	(15 478)	-	(15 478)	-	(15 478)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	(1 176)	(1 176)	-	(1 176)	-	(1 176)
Outras variações em Interesses que não controlam (ver Nota 45)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(17 495)	(17 495)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4 030 232	1 081 663	29 505	(997)	211 913	(445 175)	805 645	360 470	(108 758)	5 604 028	588 447	6 192 475
Outro rendimento integral												
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	-	616 025	-	616 025	-	616 025	22	616 047
Desvios atuariais, líquidos de imposto	-	-	-	-	-	-	(173 171)	(173 171)	-	(173 171)	121	(173 050)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	(9 800)	(9 800)	-	(9 800)	-	(9 800)
Diferenças de câmbio, líquidas de imposto	-	-	-	-	-	-	(36 939)	(36 939)	-	(36 939)	(17 030)	(53 969)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	96 101	96 101	23 735	119 836
Total do rendimento integral do exercício	-	-	-	-	-	616 025	(219 910)	396 115	96 101	492 216	6 848	499 064
Aumento de capital	1 009 892	(12 146)	-	-	-	-	-	-	-	997 746	-	997 746
- emissão de 2 556 688 387 novas ações	1 009 892	-	-	-	-	-	-	-	-	1 009 892	-	1 009 892
- custos com aumento de capital	-	(12 146)	-	-	-	-	-	-	-	(12 146)	-	(12 146)
Compra de ações preferenciais (ver Nota 44)	-	-	-	-	(18 624)	-	4 478	4 478	-	(14 146)	-	(14 146)
Compra de Outros instrumentos de capital	-	-	(210)	-	-	-	-	-	-	(210)	-	(210)
Transações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	497	497	-	497	-	497
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	(108 758)	(108 758)	108 758	-	-	-
Dividendos de ações preferenciais, líquido de imposto ^(b)	-	-	-	-	-	-	(6 137)	(6 137)	-	(6 137)	-	(6 137)
Variações de ações próprias (ver Nota 44)	-	-	-	(5 994)	-	-	-	-	-	(5 994)	-	(5 994)
Juros de outros instrumentos de capital, líquido de imposto ^(c)	-	-	-	-	-	-	(1 864)	(1 864)	-	(1 864)	-	(1 864)
Alterações do perímetro de consolidação (ver Nota 45)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74 293	74 293
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	(2 837)	(2 837)	-	(2 837)	-	(2 837)
Outras variações em Interesses que não controlam (ver Nota 45)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(143)	(143)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5 040 124	1 069 517	29 295	(6 991)	193 289	170 850	471 114	641 964	96 101	7 063 299	669 445	7 732 744

(a) Corresponde a um dividendo por ação de 0,126 euros pagos às ações em circulação em 2011

(b) Corresponde a um dividendo preferencial calculado com base numa taxa anual de 5,58% em relação às ações preferenciais em circulação emitidas pela BES Finance (Nota 44).

(c) Corresponde a um juro condicionado pago semestralmente e calculado com base numa taxa anual de 8,5% (para as emissões em euros) e 8,0% (para as emissões em dólares) em relação às obrigações perpétuas subordinadas emitidas pelo BES (ver Nota 44).

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		3 866 756	3 891 906
Juros e custos pagos		(2 761 592)	(2 911 344)
Serviços e comissões recebidas		980 751	894 674
Serviços e comissões pagas		(188 981)	(143 472)
Prêmios de seguros		(301 802)	-
Recuperações de créditos		21 900	26 553
Contribuições para o fundo de pensões		(86 410)	(92 467)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(845 776)	(1 088 677)
		684 846	577 173
<i>Varição nos ativos e passivos operacionais:</i>			
Aplicações em e Recursos de bancos centrais		(2 475 433)	3 315 365
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		1 433 434	(173 894)
Aplicações em outras instituições de crédito		1 225 370	(290 655)
Recursos de outras instituições de crédito		(1 296 220)	(171 308)
Crédito a clientes		(388 936)	332 334
Recursos de clientes e outros empréstimos		320 144	3 313 699
Derivados para gestão do risco		226 558	(142 821)
Outros ativos e passivos operacionais		(470 973)	(746 285)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(741 210)	6 013 608
Impostos sobre os lucros pagos		(39 943)	46 890
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		(781 153)	6 060 498
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	1	(257 418)	(98 191)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas	1	51 613	5 565
Dividendos recebidos		76 027	171 894
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda		(69 490 051)	(47 352 062)
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda		72 942 251	47 680 028
Investimentos detidos até à maturidade		648 712	394 549
Emissão de contratos de investimento de seguros		200 849	-
Compra de imobilizações e propriedades de investimento		(532 483)	(145 361)
Venda de imobilizações e propriedades de investimento		7 489	507
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		3 646 989	656 929
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		997 746	-
Compra de ações preferenciais		(11 430)	(41 841)
Emissão de obrigações e outros passivos titulados		13 218 398	9 095 624
Reembolso de obrigações e outros passivos titulados		(16 529 485)	(14 422 787)
Emissão de passivos subordinados		-	8 174
Reembolso de passivos subordinados		(210 096)	(989 458)
Ações próprias		(5 994)	(997)
Juros de outros instrumentos de capital		(2 809)	(21 801)
Dividendos de ações ordinárias pagos		-	(146 955)
Dividendos de ações preferenciais pagos		(10 997)	(25 717)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(2 554 667)	(6 545 758)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		311 169	171 669
Caixa e equivalentes no início do exercício		1 542 251	1 341 403
Efeito da consolidação integral da BES Vida	54	198 648	-
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(27 535)	29 179
Varição líquida em caixa e seus equivalentes		311 169	171 669
Caixa e equivalentes no fim do exercício		2 024 533	1 542 251
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	15	303 538	278 179
Disponibilidades em Bancos Centrais	15	1 074 003	812 260
(Das quais, Disponibilidades de natureza obrigatória)		(34 085)	(129 001)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	16	681 077	580 813
Total		2 024 533	1 542 251

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em milhares de euros, exceto quando indicado)

NOTA 1 – ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

O Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde atua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a atividade como banco comercial em 1937, altura em que ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de julho de 1999 passou a adotar a firma Banco Espírito Santo, S.A.. O BES constitui o núcleo central de um grupo financeiro – Grupo BES – formado pelo Banco e por um conjunto de empresas financeiras localizadas em Portugal e no estrangeiro.

O BES é uma sociedade anónima cujas ações ordinárias se encontram cotadas na NYSE Euronext Lisbon. Em 31 de dezembro de 2012, encontravam-se também admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo 193 mil ações preferenciais da subsidiária BES Finance, Ltd.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPARGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62, em Lisboa e também pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O Grupo BES dispõe de uma rede de 775 balcões em Portugal e no estrangeiro (31 de dezembro de 2011: 801), incluindo sucursais no exterior em Londres, Espanha, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 10 escritórios de representação no estrangeiro.

Seguidamente apresenta-se a estrutura do Grupo com discriminação das empresas nas quais o Banco detém uma participação direta ou indireta, superior ou igual a 20%, ou sobre as quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

a) Empresas consolidadas diretamente no BES:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Atividade	% interesse económico	Método de consolidação
BANCO ESPÍRITO SANTO, SA (BES)	1937	-	Portugal	Banca		
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de investimento	100,00%	Integral
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BES VIDA)	1993	2006	Portugal	Seguros	100,00%	Integral
Aman Bank for Commerce and Investment Stock Company	2003	2010	Líbia	Banca	40,00% ^(a)	Integral
Avistar, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Espírito Santo Servicios, SA	1996	1997	Espanha	Colocação de seguros	100,00%	Integral
Espírito Santo Activos Financieros, SA	1988	2000	Espanha	Gestão de ativos	95,00%	Integral
Espírito Santo Vanguarda, SL	2011	2011	Espanha	Prestação de serviços diversos	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo dos Açores, SA (BAC)	2002	2002	Portugal	Banca	57,53%	Integral
BEST - Banco Electrónico de Serviço Total, SA (BEST)	2001	2001	Portugal	Banca eletrónica	66,00%	Integral
BES África, SGPS, SA	2009	2009	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo Angola, SA (BESA)	2001	2001	Angola	Banca	51,94%	Integral
BESAACTIVE - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	2008	2008	Angola	Gestão de fundos de investimento	63,70%	Integral
BESAACTIVE Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA	2009	2009	Angola	Gestão de fundos de pensões	63,70%	Integral
Banco Espírito Santo do Oriente, SA (BESOR)	1996	1996	Macau	Banca	99,75%	Integral
Espírito Santo Bank (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	99,99%	Integral
BES Beteiligungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
BIC International Bank Ltd. (BIBL)	2000	2000	Ilhas Caimão	Banca	100,00%	Integral
Parsuni - Sociedade Unipessoal, SGPS	2004	2005	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Praça do Marquês - Serviços Auxiliares, SA (PÇMARQUÊS)	1990	2007	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	100,00%	Integral
Espírito Santo, plc. (ESPLC)	1999	1999	Irlanda	Sociedade financeira	99,99%	Integral
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	99,99%	Integral
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Banco Espirito Santo North American Capital Limited Liability Co. (BESNAC)	1990	1990	Estados Unidos	Emissão papel comercial	100,00%	Integral
BES Finance, Ltd. (BESFINANCE)	1997	1997	Ilhas Caimão	Emissão ações preferenciais e outros títulos	100,00%	Integral
ES, Recuperação de Crédito, ACE (ESREC)	1998	1998	Portugal	Recuperação de crédito vencido	99,15%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
Espírito Santo - Informática, ACE (ESINF)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	82,28%	Integral
Espírito Santo Prestação de Serviços, ACE 2 (ES ACE2)	2006	2006	Portugal	Prestação de serviços diversos	88,26%	Integral
ESGEST - Esp. Santo Gestão Instalações, Aprov. e Com., SA (ESGEST)	1995	1995	Portugal	Prestação de serviços diversos	100,00%	Integral
Espírito Santo e Comercial de Lisboa, Inc. (ESCLINC)	1982	1997	Estados Unidos	Serviços de representação	100,00%	Integral
Espírito Santo Representações, Ltda. (ESREP)	1996	1996	Brasil	Serviços de representação	99,99%	Integral
Quinta dos Cónegos - Sociedade Imobiliária, SA (CÓNEGOS)	1991	2000	Portugal	Compra e venda de imóveis	81,00%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	60,09%	Integral
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	61,54%	Integral
Fundo de Capital de Risco - BES PME Capital Growth	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	100,00%	Integral
Fundo FCR PME / BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	55,07%	Integral
Fundo Gestão Património Imobiliário - FUNGEPI - BES	1997	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	81,09%	Integral
Fundo de Gestão de Património Imobiliário - FUNGEPI - BES II	2011	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	85,78%	Integral
FUNGERE - Fundo de Gestão de Património Imobiliário	1997	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	97,24%	Integral
ImoInvestimento - Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado	2012	2012	Portugal	Fundo de Gestão Imobiliária	100,00%	Integral
BESA Valorização - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	2012	2012	Angola	Fundo de Gestão Imobiliária	51,94%	Integral
FLITPTREL VIII, SA	2011	2011	Portugal	Exploração empreendimentos turísticos	10,00% ^{(a)(c)}	Integral
OBLOG Consulting, SA	1993	1993	Portugal	Prestação de serviços informáticos	66,63%	Integral
BES, Companhia de Seguros, SA (BES SEGUROS)	1996	1996	Portugal	Seguros	25,00%	Eq. Patrimonial
Société Civile Immobilière du 45 Avenue Georges Mandel (SCI GM)	1995	1995	França	Construção e gestão de imóveis	22,50%	Eq. Patrimonial
ESEGUR - Espírito Santo Segurança, SA (ESEGUR)	1994	2004	Portugal	Prestação de serviços de segurança privada	44,00%	Eq. Patrimonial
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (LOCARENT)	1991	2003	Portugal	Renting	50,00%	Eq. Patrimonial
Banco Delle Tre Venezie, Spa	2006	2007	Itália	Banca	20,00%	Eq. Patrimonial
Nanium, SA	1996	2010	Portugal	Produção de semicondutores	41,06%	Eq. Patrimonial
Ascendi Douro - Estradas do Douro Interior, SA	2008	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	18,57% ^(b)	Eq. Patrimonial
Ascendi Pinhal Interior - Estradas do Pinhal Interior, SA	2010	2010	Portugal	Concessionária de auto-estradas	18,57% ^(b)	Eq. Patrimonial
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, SA	1974	2010	Portugal	Sociedade financeira de crédito	17,50% ^(b)	Eq. Patrimonial
Ijar Leasing Argélie	2011	2011	Argélia	Leasing	35%	Eq. Patrimonial

(a) Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas atividades.

(b) A percentagem apresentada reflete o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas atividades.

(c) Veículo constituído no âmbito das operações de cedências de ativos ocorridas no ano (ver Nota 53).

b) Subgrupos:

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Atividade	% interesse económico	Método de consolidação
Banco Espírito Santo de Investimento, SA (BESI)	1993	1997	Portugal	Banca de investimento	100,00%	Integral
Espírito Santo Capital - Sociedade de Capital de Risco, SA (ESCAPITAL)	1988	1996	Portugal	Capital de risco	100,00%	Integral
SES Iberia	2004	2004	Espanha	Gestão de Fundos	50,00%	Integral
HLC - Centrais de Cogeração, SA	1999	1999	Portugal	Prestação de serviços	24,50%	Eq. Patrimonial
Coporgest, SA	2002	2005	Portugal	Prestação de serviços	25,00%	Eq. Patrimonial
Synergy Industry and Technology, SA	2006	2006	Espanha	Gestão de participações sociais	26,00%	Eq. Patrimonial
Salgar Investments	2007	2007	Espanha	Prestação de serviços	45,05%	Eq. Patrimonial
2BCapital Luxembourg S.C.A SICAR	2011	2011	Luxemburgo	Fundo de Investimento	42,12%	Eq. Patrimonial
ESSI Comunicações SGPS, SA	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
ESSI SGPS, SA	1997	1997	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Espírito Santo Investment Sp, Z.o.o.	2005	2005	Polónia	Prestação de serviços	100,00%	Integral
Espírito Santo Securities India	2011	2011	Índia	Corretagem	75,00%	Integral
Espírito Santo Investment Holding, Limited	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	68,40%	Integral
Execution Holding, Limited	2010	2010	Reino Unido	Gestão de participações sociais	68,40%	Integral
MCO2 - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, SA	2008	2008	Portugal	Gestão de fundos de investimento	25,00%	Eq. Patrimonial
Espírito Santo Investments PLC	1996	1996	Irlanda	Sociedade Financeira	100,00%	Integral
ESSI Investimentos SGPS, SA	1998	1998	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Polish Hotel Capital SP	2008	2008	Polónia	Serviços diversos	33,00%	Eq. Patrimonial
Espírito Santo Investimentos, SA	1996	1999	Brasil	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
BES Investimento do Brasil, SA	2000	2000	Brasil	Banca de investimento	80,00%	Integral
2BCapital, SA	2005	2005	Brasil	Capital de risco	45,00%	Eq. Patrimonial
2B Capital Luxembourg General Partners Sarl	2011	2011	Luxemburgo	Gestora de Fundos	45,00%	Eq. Patrimonial
BES Securities do Brasil, SA	2000	2000	Brasil	Corretagem	80,00%	Integral
Gespar Participações, Ltda.	2001	2001	Brasil	Gestão de participações sociais	80,00%	Integral
BES Activos Financeiros, Ltda	2004	2004	Brasil	Gestão de ativos	85,00%	Integral
Espírito Santo Serviços Financeiros DTVM, SA	2009	2010	Brasil	Gestão de ativos	79,32%	Integral
FI Multimercado Treasury	2005	2005	Brasil	Fundo de Investimento	80,00%	Integral
R Invest, Ltda	2001	2009	Brasil	Intermediação Financeira	80,00%	Integral
R Consult Participações, Ltda	1998	2009	Brasil	Intermediação Financeira	80,00%	Integral
BRB Internacional, SA	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	24,93%	Eq. Patrimonial
Prosport - Com. Desportivas, SA	2001	2001	Espanha	Comércio de produtos desportivos	25,00%	Eq. Patrimonial
Apolo Films, SL	2001	2001	Espanha	Produção e distribuição de entretenimento	25,15%	Eq. Patrimonial
Cominvest- SGII, SA	1993	1993	Portugal	Gestão de investimentos imobiliários	49,00% ^(a)	Integral
Fundo Espírito Santo IBERIA I	2004	2004	Portugal	Fundo de Capital de Risco	38,67%	Eq. Patrimonial
Fundo FIM BES Moderado	2004	2009	Brasil	Fundo de Investimento	55,96%	Integral
Fundo BES Absolute Return	2002	2009	Brasil	Fundo de Investimento	43,62% ^(a)	Integral
BES Beteteiligungs, GmbH (BES GMBH)	2006	2006	Alemanha	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Bank Espírito Santo International, Ltd. (BESIL)	1983	2002	Ilhas Caimão	Banca	100,00%	Integral
BES África, SGPS, SA (BES ÁFRICA)	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
Banco Espírito Santo Cabo Verde, SA	2010	2010	Cabo Verde	Banca	99,99%	Integral
Moza Banco, SA	2008	2010	Moçambique	Banca	25,10%	Eq. Patrimonial
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros, S.G.P.S., SA (ESAF)	1992	1992	Portugal	Gestão de participações sociais	89,99%	Integral
Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, SA	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
Espírito Santo International Management, SA	1995	1995	Luxemburgo	Gestão de fundos de investimento	89,81%	Integral
Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, SA	1992	1992	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
Espírito Santo Fundo de Pensões, SA	1989	1989	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
Capital Mais - Assessoria Financeira, SA	1998	1998	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
Espírito Santo International Asset Management, Ltd.	1998	1998	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	44,10%	Eq. Patrimonial
Espírito Santo Gestão de Patrimónios, SA	1987	1987	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
ESAF - Espírito Santo Participações Internacionais, SGPS, SA	1996	1996	Portugal	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
ESAF - International Distributors Associates, Ltd	2001	2001	Ilhas Virgem Inglesas	Gestão de fundos de investimento	89,99%	Integral
ES Tech Ventures, S.G.P.S., SA (ESTV)	2000	2000	Portugal	Gestão de participações sociais	100,00%	Integral
ES Ventures - Sociedade de Capital de Risco, SA	2005	2005	Portugal	Capital de risco	100,00%	Integral
Yunit Serviços, SA	2000	2000	Portugal	Gestão de portais na internet	33,33%	Eq. Patrimonial
FCR Espírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização	2011	2011	Portugal	Fundo de Capital de Risco	50,00%	Eq. Patrimonial
Fundo Bem Comum, FCR	2011	2011	Portugal	Fundo de Capital de Risco	20,00%	Eq. Patrimonial
Espírito Santo Contact Center, Gestão de Call Centers, SA (ESCC)	2000	2000	Portugal	Gestão de call centers	41,67%	Eq. Patrimonial
Banque Espirito Santo et de la Vénétie, SA (ES Vénétie)	1927	1993	França	Banca	42,69%	Eq. Patrimonial

	Ano constituição	Ano aquisição	Sede	Atividade	% interesse económico	Método de consolidação
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures II	2006	2006	Portugal	Fundo de Capital de Risco	60,09%	Integral
Atlantic Ventures Corporation	2006	2006	Estados Unidos	Gestão de participações sociais	60,09%	Integral
Sousacamp, SGPS, SA	2007	2007	Portugal	Gestão de participações sociais	23,50%	Eq. Patrimonial
Global Active - SGPS, SA	2006	2006	Portugal	Gestão de participações sociais	26,84%	Eq. Patrimonial
Outsystems, SA	2007	2007	Portugal	Tecnologias de informação	17,60% ^(b)	Eq. Patrimonial
Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., SA	2006	2006	Portugal	Tecnologias de informação	19,45% ^(b)	Eq. Patrimonial
Multiwave Photonics, SA	2003	2008	Portugal	Tecnologias de informação	12,47% ^(b)	Eq. Patrimonial
Bio-Genesis	2007	2007	Brasil	Gestão de participações sociais	17,98% ^(b)	Eq. Patrimonial
YDreams - Informática, SA	2000	2009	Portugal	Tecnologias de informação	28,84%	Eq. Patrimonial
Fundo de Capital de Risco - ES Ventures III	2009	2009	Portugal	Fundo de Capital de Risco	61,54%	Integral
Nutrigreen, SA	2007	2009	Portugal	Prestação de serviços diversos	12,31% ^(b)	Eq. Patrimonial
Advance Ciclone Systems, SA	2008	2009	Portugal	Tratamento eliminação de resíduos inertes	19,69% ^(b)	Eq. Patrimonial
Watson Brown, HSM, Ltd	1997	2009	Reino Unido	Reciclagem de borracha	22,09%	Eq. Patrimonial
Domática, Electrónica e Informática, SA	2002	2011	Portugal	Tecnologias de informação	14,51% ^(b)	Eq. Patrimonial
Fundo FCR PME / BES	1997	1997	Portugal	Fundo de Capital de Risco	55,07%	Integral
Mobile World - Comunicações. SA	2009	2009	Portugal	Telecomunicações	26,98%	Eq. Patrimonial
MMCI - Multimédia, SA	2008	2008	Portugal	Gestão de participações sociais	26,98%	Eq. Patrimonial
TLCI 2 - Soluções Integradas de Telecomunicações, SA	2006	2006	Portugal	Telecomunicações	26,98%	Eq. Patrimonial
Enkrott SA	2006	2006	Portugal	Gestão e Tratamento de Águas	16,52% ^(b)	Eq. Patrimonial
Palexpo - Imagem Empresarial, SA	2009	2009	Portugal	Fabrico de mobiliário	27,26%	Eq. Patrimonial
Rodi - Sinks & Ideas, SA	2006	2006	Portugal	Indústria metálica	24,81%	Eq. Patrimonial
Espírito Santo Activos Financieros, SA	1988	2000	Espanha	Gestão de ativos	95,00%	Integral
Espírito Santo Gestión, SA, SGIIC	2001	2001	Espanha	Gestão de ativos	95,00%	Integral
Espírito Santo Pensiones, S.G.F.P., SA	2001	2001	Espanha	Gestão de fundos de pensões	95,00%	Integral
Espírito Santo Bank (ESBANK)	1963	2000	Estados Unidos	Banca	99,99%	Integral
ES Financial Services, Inc.	2000	2000	Estados Unidos	Corretagem	99,99%	Integral
Tagide Properties, Inc.	1991	1991	Estados Unidos	Gestão de investimentos imobiliários	99,99%	Integral
Espírito Santo Representaciones	2003	2003	Uruguai	Serviços de representação	99,99%	Integral
ES Investment Advisors, Inc.	2011	2011	Estados Unidos	Consultoria de investimentos	99,99%	Integral
BES-Vida, Companhia de Seguros, SA (BES VIDA)	1993	2006	Portugal	Seguros	100,00%	Integral
Caravela Defensive Fund	2006	2012	Luxemburgo	Fundo de Investimento	99,19%	Integral
Caravela Balanced Fund	2006	2012	Luxemburgo	Fundo de Investimento	54,95%	Integral
ES Plano Dinâmico	2008	2012	Portugal	Fundo de Investimento	98,15%	Integral
ES Rendimento Dinâmico	2008	2012	Portugal	Fundo de Investimento	68,92%	Integral
ES Arrendamento	2009	2012	Portugal	Fundo de Investimento	100,00%	Integral
ES Eurobond	1995	2012	Luxemburgo	Fundo de Investimento	52,77%	Integral
Orey Reabilitação Urbana	2006	2012	Portugal	Fundo de Investimento	77,32%	Integral
Fimes Oriente	2004	2012	Portugal	Fundo de Investimento	100,00%	Integral
ES Concessões, SGPS, SA (ES CONCESSÕES)	2002	2003	Portugal	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
ES Concessions International Holding, BV	2010	2010	Holanda	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
Empark - Aparcamientos y Servicios, SA	1968	2009	Espanha	Exploração de parques estacionamento	15,92% ^(b)	Eq. Patrimonial
ES Concessions Latam, BV	2011	2011	Holanda	Gestão de participações sociais	71,66%	Integral
Concesionaria Autopista Perote-Xalapa, CV	2008	2008	México	Concessionária de auto-estradas	14,33% ^(b)	Eq. Patrimonial
Ascendi Group SGPS, SA	2010	2010	Portugal	Gestão de participações sociais	28,66%	Eq. Patrimonial
Auvisa - Autovia de los Viñedos, SA	2003	2010	Espanha	Concessionária de auto-estradas	35,83%	Eq. Patrimonial

(a) Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método integral uma vez que o Grupo detém o controlo sobre as suas atividades.

(b) A percentagem apresentada reflecte o interesse económico do Grupo. Estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas atividades, conforme política contabilística descrita na Nota 2.2.

Adicionalmente, e de acordo com a SIC 12, o perímetro de consolidação do Grupo inclui as seguintes entidades de finalidade especial:

	Ano Constituição	Ano Aquisição	Sede	% interesse económico	Método de consolidação
Lusitano SME No.1 plc ^(*)	2006	2006	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.6 plc ^(*)	2007	2007	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Project Finance No.1, FTC ^(*)	2007	2011	Portugal	100%	Integral
Lusitano Mortgages No.7 plc ^(*)	2008	2008	Irlanda	100%	Integral
Lusitano Leverage Finance No. 1 BV ^(*)	2010	2010	Holanda	100%	Integral
Lusitano Finance No. 3 ^(*)	2011	2011	Portugal	100%	Integral
IM BES Empresas 1 ^(*)	2011	2011	Espanha	100%	Integral
CLN Magnolia Finance 2038	2008	2008	Irlanda	100%	Integral

(*) Entidades constituídas no âmbito de operações de titularização (ver Nota 43)

A consolidação destas entidades teve os seguintes impactos nas contas do Grupo:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e disponibilidades em Instituições de crédito	195 586	572 182
Outros Ativos Financeiros ao Justo Valor através de resultados	71 651	-
Ativos financeiros detidos para venda	-	306 380
Crédito a Clientes (líquido de Imparidade)	3 803 343	5 828 664
Responsabilidades representadas por títulos	703 797	951 660

Durante o exercício de 2012 as alterações mais relevantes ao nível da estrutura do Grupo BES foram as seguintes:

- Empresas subsidiárias

- Em maio de 2012, o BES adquiriu os restantes 50% do capital social da BES Vida, passando a deter a totalidade do capital desta empresa, pelo que a mesma passou a ser consolidada integralmente (ver Nota 54);
- Em novembro de 2012, o Grupo adquiriu unidades de participação dos fundos imobiliários Fungepi, Fungere e Imoinvestimento, passando a integrar o perímetro de consolidação do Grupo.

- Empresas associadas (ver Nota 32)

- Em abril de 2012 a ES Capital adquiriu 42,99% da 2BCapital Luxembourg S.C.A SICAR pelo valor de 854 milhares de euros; em maio de 2012 participou no aumento de capital, a que correspondeu um investimento de 15 619 milhares de euros;
- Em junho de 2012, a ES Concessões transferiu as participações que detinha na SCUTVIAS -Autoestradas da Beira Interior, S.A. e Portvias - Portagem de Vias, S.A. para a Ascendi Group, SGPS, SA, tendo obtido uma menos-valia no valor de 2 170 milhares de euros;
- Em dezembro de 2012, o BESI alienou a participação que detinha na Polish Hotel Company, Sp, gerando uma mais-valia de 2 509 milhares de euros;

Durante os exercícios de 2012 e 2011, os movimentos relativos a aquisições, vendas e outros investimentos e reembolsos em empresas subsidiárias e associadas detalham-se como segue:

	(milhares de euros)						
	31.12.2012						
	Aquisições			Vendas			
	Valor de aquisição	Outros investimentos ^(a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos ^(a)	Total	Mais/ (menos valias) em vendas/ liquidações
Empresas subsidiárias							
BES Vida ^(b)	225 000	-	225 000	-	-	-	(89 586)
	225 000	-	225 000	-	-	-	(89 586)
Empresas associadas							
Moza Banco	-	2 991	2 991	-	-	-	-
Empark	-	-	-	-	(2 584)	(2 584)	-
Portvias	-	-	-	(1 067)	-	(1 067)	913
Scutvias	-	-	-	(49 783)	-	(49 783)	(3 083)
Ascendi Group	-	11 462	11 462	-	-	-	-
Coreworks	-	-	-	-	(286)	(286)	-
Sousacamp	-	-	-	-	(3 700)	(3 700)	-
Fin Solutia	-	-	-	(1 219)	-	(1 219)	(6)
2B Capital Luxembourg	854	15 619	16 473	-	-	-	-
Nova Figfort	-	-	-	(719)	-	(719)	-
Sopratutto Cafés	-	-	-	(1 334)	-	(1 334)	50
Ydreams	-	204	204	-	(711)	(711)	-
MCO2	113	1 175	1 288	-	-	-	-
MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, SA ^(c)	-	-	-	-	(11)	(11)	-
Polish Hotel Company	-	-	-	2 509	-	2 509	2 509
	967	31 451	32 418	(51 613)	(7 292)	(58 905)	383
	225 967	31 451	257 418	(51 613)	(7 292)	(58 905)	(89 203)

(a) Aumentos/ reduções de capital, prestações suplementares e suprimentos.

(b) Empresa que passou a consolidar integralmente.

(c) Empresa que deixou de integrar o perímetro de consolidação do Grupo, passando a ser registada na carteira de ativos disponíveis para venda.

	31.12.2011						
	Aquisições			Vendas			
	Valor de aquisição	Outros investimentos ^(a)	Total	Valor de venda	Outros Reembolsos ^(a)	Total	Mais/ (menos valias) em vendas/ liquidações
Empresas subsidiárias							
ESAF - Espírito Santo Activos Financeiros S.G.P.S.	13 189	-	13 189	-	-	-	-
ESAF - Alternative Asset Management, Ltd	-	-	-	(1 305)	-	(1 305)	1 305
Execution Noble	23 943	-	23 943	-	-	-	-
ES Concessões	808	24 692	25 500	-	-	-	-
ES Financial Services	1 979	-	1 979	-	-	-	-
	39 919	24 692	64 611	(1 305)	-	(1 305)	1 305
Empresas associadas							
BES Vida	-	62 500	62 500	-	-	-	-
Moza Banco	8 018	1 782	9 800	-	-	-	-
Watson Brown	68	2 938	3 006	-	-	-	-
Ijar Leasing Algérie	12 361	-	12 361	-	-	-	-
Esumédica	-	-	-	-	-	-	380
Ascendi Group	-	4 969	4 969	-	-	-	-
Europ Assistance	-	-	-	(2 465)	-	(2 465)	110
Rua Bonita	-	-	-	-	(818)	(818)	-
Global Active	-	87	87	-	-	-	-
FCR ES Ventures Inovação e Internacionalização	5 000	-	5 000	-	-	-	-
Fundo Bem Comum, FCR	500	-	500	-	-	-	-
Autopista Perote-Xalapa	-	1 622	1 622	-	-	-	-
Ydreams	-	352	352	-	-	-	-
Nutrigreen	-	-	-	-	(1 500)	(1 500)	-
Domática	1 000	-	1 000	-	-	-	-
	26 947	74 250	101 197	(2 465)	(2 318)	(4 783)	490
	66 866	98 942	165 808	(3 770)	(2 318)	(6 088)	1 795

(a) Aumentos de capital, prestações suplementares e suprimentos.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, e do Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras consolidadas do BES agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com os IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro de 2012.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2012 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anuais com referência a 31 de dezembro de 2011.

Contudo, e tal como descrito na Nota 55, o Grupo adotou na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2012, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2012. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, descritas nesta nota, foram adotadas em conformidade. A adoção destas novas normas e interpretações em 2012 não teve um efeito material nas contas do Grupo.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na nota 55.

Adicionalmente, e conforme referido na Nota 1, o BES adquiriu em maio de 2012, os restantes 50% do capital social da BES Vida e o controlo sobre a sua atividade, tendo esta entidade, desde então, passado a ser consolidada pelo método integral. Até 31 de dezembro de 2011, a BES Vida era registada nas contas consolidadas do BES pelo método da equivalência patrimonial. Assim, para efeitos de análise comparativa, deverão ser considerados os impactos decorrentes da primeira consolidação da BES Vida, apresentados na Nota 54.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e

passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objeto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou de complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 1 de março de 2013.

2.2 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do BES e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo BES), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria ou a totalidade dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja igual ou inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Grupo exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos órgãos de Administração com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respetivo *goodwill* determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas por imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Ganhos ou perdas na venda de partes de capital em empresas associadas são registados por contrapartida de resultados mesmo que dessa venda não resulte a perda de influência significativa.

Entidades de finalidade especial (SPE)

O Grupo consolida pelo método integral determinadas entidades de finalidade especial, constituídas especificamente para o cumprimento de um objetivo restrito e bem definido, quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas atividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios.

A avaliação da existência de controlo é efetuada com base nos critérios estabelecidos na SIC 12 – Consolidação de Entidades de Finalidade Especial, os quais se resumem como segue:

- As atividades da SPE são conduzidas exclusivamente de acordo com as necessidades específicas do negócio do Grupo e por forma a que este obtenha os benefícios dessas atividades;
- O Grupo detém o poder de decisão conducente à obtenção da maioria dos benefícios das atividades da SPE;
- O Grupo tem o direito a obter a maioria dos benefícios da SPE estando por isso exposto aos riscos inerentes à sua atividade;
- O Grupo está exposto à maioria dos riscos da SPE com o objetivo de obter os benefícios decorrentes da sua atividade.

Fundos de investimento geridos pelo Grupo

No âmbito da atividade de gestão de ativos, o Grupo gere fundos de investimento por conta e risco dos detentores das unidades de participação. As demonstrações financeiras destes fundos não são consolidadas pelo Grupo exceto nos casos em que é exercido controlo sobre a sua atividade nos termos definidos na SIC – 12. Presume-se que existe controlo sobre um fundo quando o Grupo detém mais do que 50% das respetivas unidades de participação.

Goodwill

O *goodwill* resultante das aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido aos capitais próprios, conforme opção permitida pelo IFRS 1, adotada pelo Grupo na data de transição para os IFRS.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas no período entre 1 de janeiro de 2004 e 31 de dezembro de 2009 foram registadas pelo Grupo pelo método da compra. O custo de aquisição equivalia ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos e instrumentos de capital cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionados dos custos diretamente atribuíveis à aquisição.

O *goodwill* representava a diferença entre o custo de aquisição da participação assim determinado e o justo valor atribuível aos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos.

A partir de 1 de janeiro de 2010, e conforme o IFRS 3 – *Business Combination*, o Grupo mensura o *goodwill* como a diferença entre o justo valor do custo de aquisição da participação, incluindo o justo valor de qualquer participação minoritária anteriormente detida, e o justo valor atribuível aos ativos adquiridos e passivos assumidos. Os justos valores são determinados na data de aquisição. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são reconhecidos no momento da compra em custos do exercício.

Na data de aquisição, o Grupo reconhece como interesses que não controlam os valores correspondentes à proporção do justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos sem a respetiva parcela de *goodwill*. Assim, o *goodwill* reconhecido nestas demonstrações financeiras consolidadas corresponde apenas à parcela atribuível aos acionistas do Banco.

O *goodwill* positivo é registado no ativo pelo seu valor de custo e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 – Concentrações de Atividades Empresariais. No caso de investimentos em associadas, o *goodwill* está incluído no respetivo valor de balanço determinado com base no método da equivalência patrimonial. O *goodwill* negativo é reconhecido diretamente em resultados no período em que a aquisição ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo é revisto anualmente, independentemente da existência de sinais de imparidade. As eventuais perdas por imparidade determinadas são reconhecidas na demonstração dos resultados. O valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o valor de mercado deduzido dos custos de venda. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados com base numa taxa que reflete as condições de mercado, o valor temporal e os riscos do negócio.

Transações com interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de balanço dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que não controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Transcrição de demonstrações financeiras em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras de cada uma das subsidiárias e associadas do Grupo são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde essas subsidiárias e associadas operam. As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas em euros, que é a moeda funcional do BES.

As demonstrações financeiras das empresas do Grupo cuja moeda funcional difere do euro são transcritas para euros de acordo com os seguintes critérios:

- Os ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio da data do balanço;
- Os proveitos e custos são convertidos com base na aplicação de taxas de câmbio aproximadas das taxas reais nas datas das transações;
- As diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial do início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data do balanço a que se reportam as contas consolidadas são registadas por contrapartida de reservas. Da mesma forma, em relação aos resultados das subsidiárias e empresas associadas, as diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração dos resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas. Na data de alienação da empresa, estas diferenças são reconhecidas em resultados como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intra grupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas contas consolidadas.

Ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. Perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

2.3 Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.4 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Grupo classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos ativos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Grupo detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros ativos (ver Nota 34) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

Contabilidade de cobertura

• Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

• Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado por forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

• Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura são reconhecidas em reservas, sendo transferidas para resultados nos exercícios em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte inefetiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados.

Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.5 Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Grupo relativos aos respetivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Grupo ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor acrescido dos custos de transação e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, sendo deduzido de perdas de imparidade.

O Grupo, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota 2.4. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.6.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Grupo avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objetiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Grupo utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes fatores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o setor financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Se para determinado crédito não existe evidência objetiva de imparidade numa ótica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado coletivamente – análise da imparidade numa base coletiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação coletiva.

Caso seja identificada uma perda por imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato.

As alterações do montante das perdas por imparidade reconhecidas, atribuíveis ao efeito do desconto, são registadas como juros e proveitos similares.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflete os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base coletiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Grupo. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada coletivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Quando o Grupo considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao ativo.

2.6 Outros ativos financeiros

Classificação

O Grupo classifica os outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

• Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de ativos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de atividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros ao justo valor através de resultados quando:

- tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 27 contém um sumário dos ativos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Grupo, que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

• Investimentos detidos até à maturidade

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

• Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) ativos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações e outros títulos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Grupo apenas procede à transferência de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efetuadas com base no justo valor dos ativos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respetivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do ativo, com base no método da taxa efetiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efetiva.

Imparidade

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as ações e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou significativa no seu valor de mercado face ao custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. Estes ativos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda por imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda por imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital em que as mais valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.7 Ativos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.6. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.8 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto. As ações preferenciais emitidas são consideradas passivos financeiros quando o Grupo assume a obrigação do seu reembolso e/ ou do pagamento de dividendos.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, as quais são registadas ao justo valor.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Grupo, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos financeiros cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco de crédito da entidade do Grupo emitente.

Caso o Grupo recompre dívida emitida esta é anulada do balanço consolidado e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.9 Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Grupo normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente equivalente ao valor da comissão inicial recebida tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.10 Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As ações preferenciais emitidas pelo Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não contiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos, não cumulativos, só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo.

2.11 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.12 Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes ou grupos para alienação (grupo de ativos a alienar em conjunto numa só transação, e passivos diretamente associados que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), os ativos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes (ou de todos os ativos e passivos do grupo) é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito o Grupo incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Grupo procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos, salvo autorização concedida pelo Banco de Portugal, de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento ou à prossecução do seu objeto social (nº1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de crédito próprio, devendo as situações daí resultantes serem regularizadas no prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

O Grupo tem como objetivo a venda imediata de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como ativos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de Mercado

O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através de prospeção de mercado realizada na zona.

b) Método do Rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do Custo

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indiretos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis.

2.13 Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis do Grupo encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.14 Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos, a qual se situa normalmente entre 3 a 6 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.15 Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

• Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vencidas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

• Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registadas como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.16 Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 13, o Banco e demais empresas do Grupo constituíram fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Grupo optou por aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efetuado o recálculo dos ganhos e perdas atuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma e utilizado na preparação das demonstrações financeiras até ao exercício de 2011. Em dezembro de 2011, e conforme descrito na Nota 16, o Grupo alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 'Benefícios a empregados', como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A taxa de rendimento esperada é baseada nos pressupostos de rentabilidade de longo prazo para cada classe de ativos que compõem a carteira dos fundos de pensões e pondera a estratégia de investimento determinada para estes fundos.

Os ganhos e perdas atuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período o Grupo reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

Os custos com serviços passados (e os custos com serviços passados negativos) são reconhecidos em resultados, numa base linear, durante o período de serviço necessário para que os benefícios se tornem adquiridos (*vesting period*). Na medida em que os benefícios estejam já adquiridos na data da introdução de, ou alterações a, um plano de benefícios definidos, os custos com serviços passados (e os custos com serviços passados negativos) são reconhecidos em resultados imediatamente.

O Grupo efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

Semestralmente, o Grupo avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Grupo a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respetivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Grupo, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Grupo com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Grupo BES assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Grupo, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respetivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Grupo de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Grupo com estes prémios de antiguidade é estimado semestralmente pelo Grupo com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de Acionistas de 6 de abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de ações. A componente de médio prazo tem associado um programa de opções sobre ações com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

A execução do PRVIF no que respeita ao total das remunerações em dinheiro, número de ações e de opções a atribuir a cada elemento da Comissão Executiva é fixado através de deliberações da Comissão de Vencimentos.

No que respeita à modalidade de atribuição de ações do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, igualmente pela Comissão de Vencimentos, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das ações do BES na NYSE Euronext Lisbon ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O PRVIF prevê a possibilidade da atribuição de opções sobre ações do BES aos seus quadros de topo, entendidos como os diretores gerais, os assessores do Conselho de Administração e os diretores coordenadores. As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração aos beneficiários em moldes idênticos ao referido para o programa de opções dos membros da Comissão Executiva.

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19).

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.17 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

O Grupo procede à compensação de ativos e passivos por impostos diferidos ao nível de cada subsidiária, sempre que (i) o imposto sobre o rendimento de cada subsidiária a pagar às Autoridades Fiscais é determinado numa base líquida, isto é, compensando impostos correntes ativos e passivos, e (ii) os impostos são cobrados pela mesma Autoridade Fiscal sobre a mesma entidade tributária. Esta compensação é por isso, efetuada ao nível de cada subsidiária, refletindo o saldo ativo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos ativos e o saldo passivo no balanço consolidado a soma dos valores das subsidiárias que apresentam impostos diferidos passivos.

2.18 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, a provisão corresponde ao valor atual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Grupo tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Grupo terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor atual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.19 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos e dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente, exceto no que se refere a ativos e passivos financeiros a taxa variável a qual é reestimada periodicamente tendo em consideração os impactos nos *cash flows* futuros estimados decorrentes da variação na taxa de juro de referência.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação. No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.4), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão de risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.20 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

2.21 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.22 Reporte por segmentos

O Grupo adotou o IFRS 8 – Segmentos Operacionais para efeitos de divulgação da informação financeira por segmentos operacionais (ver Nota 4).

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Os resultados dos segmentos operacionais são periodicamente revistos pela Gestão com vista à tomada de decisões. O Grupo prepara regularmente informação financeira relativa a estes segmentos, a qual é reportada à Gestão.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

2.23 Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.24 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/ contratação, onde se incluem a caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

2.25 Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos. As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são objeto de amortização.

Dispendios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que o Grupo venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

2.26 Contratos de seguro

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco é essencialmente financeiros e em que o risco seguro assumido não é significativo, mas que exista uma participação nos resultados atribuída aos segurados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro (IFRS 4). Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro e avaliado conforme a IAS 39.

Os ativos financeiros detidos pelo Grupo para cobertura de responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de investimento são classificados e contabilizados da mesma forma que os restantes ativos financeiros do Grupo.

Os contratos de seguro e os contratos de investimento com participação nos resultados, são reconhecidos e mensurados como segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento. Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data do balanço.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, bem como à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR). A estimativa de sinistros ocorridos e não reportados é efetuada com base na experiência passada utilizando métodos estatísticos. As provisões para sinistros não são descontadas.

Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária emitidos e são calculadas, com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos, nomeadamente mediante inclusão na provisão matemática dos contratos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (“Shadow accounting”)

De acordo com o estabelecido no IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

Provisão para compromissos de taxa (“Liability adequacy test”)

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos cash flows futuros associados a cada contrato. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma diferença, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão matemática.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes após a dedução dos custos de aquisição diferidos.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta Nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.1 Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Grupo recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao custo de aquisição;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

3.2 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Grupo efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.5.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

3.4 Imparidade do *Goodwill*

O valor recuperável do *goodwill* registado no ativo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das unidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no ativo o respetivo *goodwill*, é comparado com o seu justo valor. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao *goodwill* quando o justo valor da unidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.

Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Variações nos fluxos de caixa esperados e nas taxas de desconto a utilizar poderiam originar conclusões diferentes daquelas que estiveram na base da preparação destas demonstrações financeiras.

3.5 Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPE)

O Grupo patrocina a constituição de Entidades de Finalidade Especial (SPE) com o objetivo principal de efetuar operações de securitização de ativos.

O Grupo não consolida os SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre um SPE, é efetuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às atividades do SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nesse SPE (ver Nota 2.2).

A decisão de que um SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente, com impacto direto nos seus resultados.

3.6 Investimentos detidos até à maturidade

O Grupo classifica os seus ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efetuado, o Grupo avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Grupo não detenha estes investimentos até à maturidade, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os ativos detidos até à maturidade são objeto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Grupo. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efetuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.7 Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes em Portugal, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração do Banco e das suas subsidiárias, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.8 Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

3.9 Provisões técnicas e responsabilidades relativas a contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são registadas na rubrica contabilística provisões técnicas. As provisões técnicas relativas aos produtos vida tradicionais foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas. Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada do Grupo e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação. As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária (produtos de capitalização) incluem (i) provisão matemática, (ii) provisão para participação nos resultados, (iii) provisão para sinistros, (iv) provisão para compromissos de taxa e (v) provisão para prémios não adquiridos. A provisão matemática inclui a deficiência resultante do teste de adequação das responsabilidades.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos *cash flows* futuros associados a cada contrato. Estes *cash flows* incluem prémios, mortes, vencimentos, resgates, anulações, despesas e comissões a pagar. Sempre que os produtos incluem opções e garantias, o valor atual das responsabilidades é calculado estocasticamente com recurso a cenários *Market Consistent*. Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta.

NOTA 4 – REPORTE POR SEGMENTOS

O Grupo BES desenvolve a sua atividade centrada no setor financeiro direcionado para as empresas, institucionais e clientes particulares. Tem o seu centro de decisão em Portugal o que confere ao território nacional o seu mercado privilegiado e natural de atuação. As ligações históricas com o Brasil e África, a internacionalização das empresas nacionais e a emigração de portugueses para vários países do mundo têm merecido especial atenção do Grupo que conta já com uma estrutura internacional com uma contribuição relevante para a sua atividade e resultados.

Os produtos e serviços prestados incluem a captação de depósitos, a concessão de crédito a empresas e particulares, a gestão de fundos de investimento, serviços de corretagem e custódia, serviços de banca de investimento e ainda a comercialização de seguros de vida e não vida. Adicionalmente, o Grupo realiza investimentos de curto, de médio e longo prazo nos mercados financeiro e cambial como forma de tirar vantagens das oscilações de preços ou como meio para rendibilizar os recursos financeiros disponíveis.

Para o efeito o Grupo conta com o BES como principal unidade operacional – com uma rede de 636 balcões em Portugal e com sucursais em Londres, Nova Iorque, Espanha (25 balcões), Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela, Luxemburgo, uma sucursal financeira na Zona Franca da Madeira e 15 escritórios de representação – com o BES Investimento (banca de investimento), com o BES Angola (41 balcões), BES Açores (18 balcões), Banco BEST (11 balcões), Espírito Santo Bank, BES Oriente, Aman Bank, BES Cabo Verde, BES Vénétie, Espírito Santo Ativos Financeiros (ESAF), BES Seguros (ramo de seguros não vida) e BES Vida, entre outras empresas.

Na avaliação do desempenho por áreas de negócio o Grupo considera os seguintes Segmentos Operacionais: (1) Banca Comercial Nacional, que inclui os subsegmentos de Retalho, Empresas e Institucionais e *Private Banking*; (2) Banca Comercial Internacional; (3) Banca de Investimento; (4) Gestão de Ativos; (5) Atividade de Seguros Vida; (6) Mercados e Participações Estratégicas; e (7) Centro Corporativo. Cada segmento engloba as estruturas do BES que a ele se

encontram direta e indiretamente dedicadas, bem assim como as unidades autónomas do Grupo cuja atividade mais se identifica com um daqueles segmentos. Para além da avaliação individual e isolada de cada unidade operacional do Grupo (encaradas numa ótica de centro de investimento), há, a nível da Comissão Executiva, definições de estratégias, programas comerciais e avaliação de desempenho de cada segmento operacional.

Complementarmente, o Grupo utiliza uma segunda segmentação da sua atividade e resultados segundo critérios geográficos, separando a atividade e resultados que é objeto de escrituração nas unidades localizadas em Portugal (Área Doméstica) das localizadas no exterior (Área Internacional).

4.1 Descrição dos segmentos operacionais

Cada um dos segmentos operacionais inclui as seguintes atividades, produtos, clientes e estruturas do Grupo:

Banca Comercial Nacional

Este Segmento Operacional inclui toda a atividade bancária com clientes particulares e empresas desenvolvida em território nacional baseada na rede de distribuição de balcões, centros de empresas e outros canais e engloba os seguintes subsegmentos:

- a) **Retail:** corresponde a toda a atividade desenvolvida em Portugal com os clientes particulares e pequenos negócios, fundamentalmente originada através da rede de balcões, rede de agentes e canais eletrónicos. A informação financeira do segmento relaciona-se com, entre outros produtos e serviços, o crédito à habitação, o crédito ao consumo, o financiamento à atividade dos Negócios, os depósitos, os PPR e outros produtos de seguros para particulares, a gestão de contas e de meios de pagamento e os serviços de colocação de fundos de investimento, de compra e venda de títulos e de custódia.
- b) **Empresas e Institucionais:** congrega a Atividade do BES em Portugal com as Médias e Grandes Empresas, através de estrutura comercial dedicada a este segmento constituído por 25 Centros de Empresas. Inclui também o negócio com os clientes institucionais e municipais. O Grupo detém uma importante presença neste segmento, fruto do seu tradicional papel no apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial nacional, focalizado nas empresas de bom risco, com cariz inovador e nas unidades com vocação empresarial.
- c) **Private Banking:** agrega a Atividade com clientes private integrando todos os produtos do ativo e de captação de recursos a eles associados, nomeadamente, os depósitos, a gestão discricionária, os serviços de custódia, de compra e venda de títulos e produtos de seguros.

Banca Comercial Internacional

Este Segmento Operacional integra as unidades localizadas no exterior cuja atividade bancária é dirigida tanto a empresas como particulares, excluindo o negócio de banca de investimento e de gestão de ativos, o qual está integrado nos segmentos correspondentes.

De entre as unidades que concorrem para este segmento, salientamos o BES Angola e as sucursais do BES em Espanha, Londres, Nova Iorque, Cabo Verde, Luxemburgo e Venezuela. Os produtos e serviços disponibilizados abrangem os depósitos, todas as modalidades de crédito, operações de *leveraged finance*, *structured trade finance* e *project finance*. Este segmento, no contexto da execução da estratégia de captação de recursos, tem vindo a assumir um papel de relevo designadamente junto de clientes institucionais.

Banca de Investimento

Inclui essencialmente os ativos, passivos, proveitos e custos das unidades operacionais que consolidam no BES Investimento o qual reúne a atividade de banca de investimento do Grupo originada em Portugal e no estrangeiro. Para além da atividade bancária tradicional com clientes, inclui os serviços de consultoria de *project finance*, fusões e aquisições, reestruturação e consolidação de passivos, preparação e colocação pública ou privada de emissões de ações, obrigações e outros instrumentos de dívida e de capital, serviços de corretagem e demais serviços de banca de investimentos.

Gestão de Ativos

Segmento que agrega a atividade de *asset management* desenvolvida fundamentalmente pela subsidiária ESAF tanto em território nacional, como no estrangeiro (Espanha, Brasil, Angola e Luxemburgo) através de sociedades especializadas constituídas para o efeito. A oferta de produtos abrange todo o tipo de fundos – mobiliários, imobiliários e de pensões – para além de prestação de serviços de gestão discricionária e de carteiras.

Atividade de Seguros Vida

Este segmento de negócio abrange a atividade desenvolvida pela BES Vida, que comercializa seguros tradicionais, de capitalização, e PPR's dirigidos aos clientes do Grupo BES.

Mercados e Participações Estratégicas

Neste segmento inclui-se a atividade de gestão financeira global do Grupo, designadamente os investimentos em instrumentos dos mercados de capitais (ações e obrigações), estejam eles integrados na carteira de negociação, de justo valor através de resultados, de disponíveis para venda ou na carteira de investimentos detidos até à maturidade. Também é neste segmento que se incluem os impactos das decisões estratégicas com efeitos transversais a todo o Grupo, os investimentos nas participações estratégicas minoritárias, a atividade inerente à gestão de riscos de taxa de juro e cambial e ainda a gestão das posições curtas e longas em instrumentos financeiros que permitam tirar partido das oscilações de preços nos mercados em que tais instrumentos são transacionados.

Centro Corporativo

Esta área não corresponde propriamente a um segmento operacional. Trata-se de uma agregação de estruturas corporativas transversais que asseguram as funções básicas de gestão global do Grupo, como sejam as ligadas aos órgãos de Administração e Fiscalização, função *Compliance*, Planeamento, Contabilidade, Gestão e Controlo de Risco, Comunicação Institucional, Auditoria Interna, Organização e Qualidade, entre outras.

4.2 Critérios de imputação da atividade e resultados aos segmentos

A informação financeira apresentada para cada segmento foi preparada tendo por referência os critérios usados para a produção de informação interna com base na qual são tomadas as decisões do Grupo, tal como preconizado pelo IFRS.

As políticas contabilísticas seguidas na preparação da informação relativa aos segmentos operacionais são as mesmas que as utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras e que se encontram descritas na Nota 2, tendo sido adotados ainda os seguintes princípios:

Mensuração dos lucros ou prejuízos dos segmentos

O Grupo utiliza o resultado antes de impostos como medida de mensuração dos lucros e prejuízos para a avaliação do desempenho de cada um dos segmentos operacionais.

Unidades operacionais autónomas

Como referido anteriormente, cada unidade operacional autónoma (sucursais no exterior e empresas subsidiárias e associadas) é avaliada per si atendendo a que estas unidades são encaradas como centros de investimento. Complementarmente, atendendo às características do negócio que maioritariamente desenvolvem, são englobadas num dos Segmentos Operacionais pela sua totalidade, ou seja, ativos, passivos, capital próprio afeto, proveitos e custos.

Estruturas do BES dedicadas ao Segmento

A Atividade do BES abrange a generalidade dos segmentos operacionais pelo que é objeto de desagregação em conformidade.

Na alocação da informação financeira são utilizados os seguintes princípios: (i) da originação das operações, ou seja, é imputado a cada segmento o negócio originado pelas estruturas comerciais dedicadas ao segmento, mesmo que, numa fase posterior o Grupo, estrategicamente, decida titularizar alguns dos ativos neles originados; (ii) da imputação de uma margem de comercialização para os produtos-massa a qual é definida ao mais alto nível aquando do lançamento dos produtos; (iii) da imputação da margem que haja sido negociada para os produtos não massa diretamente pelas estruturas comerciais com os clientes; (iv) da imputação dos custos diretos das estruturas comerciais e centrais dedicadas ao segmento (v) da imputação dos custos indiretos (serviços centrais de apoio e informáticos) determinados com base em *drivers* específicos e no modelo do Custeio Baseado em Atividades (CBA); (vi) da imputação do risco de crédito determinado de acordo com o modelo da imparidade; (vii) afetação da totalidade do capital próprio do BES ao segmento de Mercados e participações estratégicas.

As operações entre as unidades juridicamente autónomas do Grupo são realizadas a preços de mercado; o preço das prestações entre as estruturas de cada unidade, designadamente os preços estabelecidos para o fornecimento ou cedência interna de fundos, é determinado pelo processo de margens acima referido (que variam em função da relevância estratégica do produto e do equilíbrio das estruturas entre a função de captação de recursos e da concessão de crédito); as restantes prestações internas são alocadas aos segmentos com base no CBA sem qualquer margem das estruturas fornecedoras; as decisões de natureza estratégica e/ ou natureza excecional são analisadas casuisticamente sendo os rendimentos e/ ou encargos, regra geral, imputados ao segmento de Mercados e Participações Estratégicas.

Os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e outros que não o risco de crédito, são imputados ao Departamento Financeiro o qual tem por missão proceder à gestão financeira global do Banco estando a respetiva Atividade e resultados incluídos no segmento de Mercados e Participações Estratégicas.

Juros ativos e passivos

Sendo a Atividade do Grupo exercida exclusivamente na área financeira, significa que parte substancial das receitas geradas decorre da diferença entre os juros auferidos dos seus ativos e os juros suportados pelos recursos financeiros que capta. Esta circunstância e o facto de a Atividade dos segmentos ser avaliada pela gestão através das margens negociadas ou determinadas previamente para cada produto, significa que os proveitos da atividade de intermediação são apresentados, tal como permitido pelo parágrafo 23 do IFRS 8, pelo valor líquido dos juros sob a designação de Resultado Financeiro.

Investimentos consolidados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial estão incluídos no segmento designado por Mercados e Participações Estratégicas para o caso das associadas do BES. Para o caso dos investimentos em associadas de outras entidades do Grupo as mesmas encontram-se afetadas aos segmentos em que essas unidades se incluem.

Ativos não correntes

Os ativos não correntes, na ótica preconizada no IFRS 8, incluem os Outros ativos tangíveis e os Ativos intangíveis. No BES estes ativos encontram-se afetados ao segmento de Mercados e participações estratégicas; para as restantes subsidiárias são alocados ao segmento em que estas desenvolvem maioritariamente o seu negócio.

Impostos sobre lucros

A componente de impostos sobre lucros é um elemento para a formação dos resultados do Grupo que não afeta a avaliação da generalidade dos Segmentos Operacionais. Os ativos e passivos por impostos diferidos estão afetados ao segmento Mercados e participações estratégicas.

Ativos por benefícios pós-emprego

Os ativos por benefícios pós-emprego são geridos pelo Grupo de forma idêntica à referida para os impostos sobre lucros, sendo afetados ao segmento Mercados

e participações estratégicas. Atendendo a que os fatores que influenciam quer as responsabilidades quer o valor dos ativos do fundo correspondem, fundamentalmente, a elementos externos à atuação da gestão é política do Grupo que estes não influenciem o desempenho dos Segmentos Operacionais cuja atividade se desenvolve com clientes.

Áreas Doméstica e Internacional

Na apresentação da informação financeira por áreas geográficas, as unidades operacionais que integram a Área Internacional são o BES Angola e suas filiais, a BES África, o Aman Bank, o BES Oriente, o Espírito Santo Bank, o BES Cabo Verde, Espírito Santo Vénétie, Banco Delle Tre Venezie, Moza Banco, Ijar Leasing Argélie, as sucursais do BES em Londres, Espanha, Nova Iorque, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo e ainda as unidades localizadas no exterior do BES Investimento e da ESAF.

Os elementos patrimoniais e económicos relativos à área internacional são os constantes das demonstrações financeiras daquelas unidades com os respetivos ajustamentos e eliminações de consolidação.

O reporte por segmentos operacionais é conforme segue:

(milhares de euros)

31.12.2012										
	Retalho	Empresas e Institucionais	Private banking	Banca comercial internacional	Banca de investimento	Gestão de ativos	Seguros Vida	Mercados e participações estratégicas	Centro corporativo	Total
Resultado financeiro	397 594	196 006	92 834	300 543	94 844	3 015	115 902	(20 230)	-	1 180 508
Outros proveitos operacionais	244 968	276 208	27 098	271 979	164 289	61 727	123 555	281 818	-	1 451 642
Proveitos operacionais totais	642 562	472 214	119 932	572 522	259 133	64 742	239 457	261 588	-	2 632 150
Custos operacionais	482 861	702 036	20 421	446 406	222 262	20 796	8 816	282 072	162 837	2 348 507
Dos quais:										
Provisões/ Imparidade	74 513	640 964	2 429	205 524	46 205	3 119	418	226 258	-	1 199 430
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	2 503	-	-	(2 120)	-	383
Resultado da aquisição por etapas de controlo em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	(89 586)	-	(89 586)
Resultados de associadas	-	-	-	272	336	-	-	7 704	-	8 312
Resultado antes de impostos e minoritários	159 701	(229 822)	99 511	126 388	39 710	43 946	230 641	(104 486)	(162 837)	202 752
Proveitos operacionais intersegmentos	4 799	31 248	11	87 861	(13 361)	(13 921)	(953)	(66 720)	-	28 964
Total do Ativo líquido	15 633 394	23 032 898	1 491 100	22 096 488	6 484 489	189 948	6 657 573	8 104 938	-	83 690 828
Total do Passivo	15 542 145	23 032 898	1 491 149	20 607 324	5 745 347	23 622	6 385 553	3 130 046	-	75 958 084
Investimentos em associadas	-	-	-	8 539	57 456	-	-	514 987	-	580 982

(milhares de euros)

31.12.2011										
	Retalho	Empresas e Institucionais	Private banking	Banca comercial internacional	Banca de investimento	Gestão de ativos	Seguros Vida	Mercados e participações estratégicas	Centro corporativo	Total
Resultado financeiro	347 682	161 543	60 918	471 289	76 858	2 359	-	60 942	-	1 181 591
Outros proveitos operacionais	227 124	267 504	25 066	92 303	156 561	49 103	-	93 944	-	911 605
Proveitos operacionais totais	574 806	429 047	85 984	563 592	233 419	51 462	-	154 886	-	2 093 196
Custos operacionais	489 709	355 316	19 112	304 043	222 795	18 491	-	399 681	168 336	1 977 483
Dos quais:										
Provisões/ Imparidade	67 382	290 378	(270)	102 005	44 187	(950)	-	345 596	-	848 328
Alienação de subsidiárias e associadas	-	-	-	-	-	1 305	-	490	-	1 795
Resultados de associadas	-	-	-	64	4 753	-	-	(180 048)	-	(175 231)
Resultado antes de impostos e minoritários	85 097	73 731	66 872	259 613	15 377	34 276	-	(424 353)	(168 336)	(57 723)
Proveitos operacionais intersegmentos	4 169	33 844	32	(115 220)	(10 106)	(18 900)	-	173 652	-	67 471
Total do Ativo líquido	17 092 934	22 910 839	2 341 794	18 890 876	6 578 612	173 869	-	12 248 448	-	80 237 372
Total do Passivo	17 016 100	22 910 839	2 341 835	17 483 049	5 938 314	30 006	-	8 324 754	-	74 044 897
Investimentos em associadas	-	-	-	-	51 980	-	-	755 019	-	806 999

O reporte efetuado de acordo com a localização geográfica das diferentes unidades de negócio do Grupo é o seguinte:

	(milhares de euros)										
	31.12.2012										
	Portugal	Espanha	França/ Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Outros	Total
Resultado líquido do período	8 416	15 825	6 293	19 232	5 868	11 088	31 680	1 756	3 982	(8 039)	96 101
Ativo líquido	59 175 822	4 652 643	464 238	5 944 423	1 393 230	2 439 976	7 970 699	208 048	446 385	995 364	83 690 828
Investimentos em ativos tangíveis	9 929	2 939	976	388	44	305	126 709	181	-	7 329	148 800
Investimentos em ativos intangíveis	375 338	4 318	51	887	149	901	382	444	-	6 038	388 508

	31.12.2011										
	Portugal	Espanha	França/ Luxemburgo	Reino Unido	Estados Unidos da América	Brasil	Angola	Cabo Verde	Macau	Outros	Total
Resultado líquido do exercício	(269 562)	9 888	7 416	18 627	14 334	20 442	91 712	1 133	2 449	(5 197)	(108 758)
Ativo líquido	59 249 764	5 302 492	76 237	3 575 449	1 391 250	2 645 743	6 866 988	144 852	249 876	734 721	80 237 372
Investimentos em ativos tangíveis	20 802	3 204	-	267	203	1 163	59 682	720	409	19 307	105 757
Investimentos em ativos intangíveis	38 892	4 502	-	3 082	655	143	884	211	3	410	48 782

NOTA 5 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito	2 518 907	8 367	2 527 274	2 661 047	17 379	2 678 426
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	255 529	255 529	-	185 934	185 934
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	61 876	3 749	65 625	71 287	2 572	73 859
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	538 988	-	538 988	455 874	-	455 874
Juros de investimentos detidos até à maturidade	45 014	-	45 014	91 067	-	91 067
Juros de derivados para gestão de risco	-	459 012	459 012	-	581 873	581 873
Outros juros e proveitos similares	22 667	-	22 667	17 829	-	17 829
	3 187 452	726 657	3 914 109	3 297 104	787 758	4 084 862
Juros e custos similares						
Juros de responsabilidades representadas por títulos	824 832	37 481	862 313	667 253	162 916	830 169
Juros de recursos de clientes	1 004 605	33 164	1 037 769	1 001 816	35 956	1 037 772
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	408 139	11 028	419 167	444 824	15 432	460 256
Juros de passivos subordinados	70 820	-	70 820	77 017	-	77 017
Juros de derivados para gestão de risco	-	343 532	343 532	-	498 057	498 057
	2 308 396	425 205	2 733 601	2 190 910	712 361	2 903 271
	879 056	301 452	1 180 508	1 106 194	75 397	1 181 591

A rubrica de juros de crédito inclui o valor de 78 290 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 51 487 milhares de euros) relativo a juros de crédito vencido (ver Nota 25).

As rubricas de proveitos e custos relativos a juros de derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.4 e 2.19, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8.

NOTA 6 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	561 103	476 424
Por garantias prestadas	227 836	215 951
Por operações realizadas com títulos	60 560	69 873
Por compromissos perante terceiros	35 152	42 789
Outros rendimentos de serviços e comissões	90 411	83 609
	975 062	888 646
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	80 796	81 105
Por operações realizadas com títulos	26 568	25 285
Por garantias recebidas	59 735	9 119
Outros encargos com serviços e comissões	14 045	15 037
	181 144	130 546
	793 918	758 100

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de encargos por garantias recebidas inclui um valor de 58,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 8,0 milhões de euros) relativo a comissões suportadas com a garantia prestada pelo Estado Português na emissão de obrigações.

NOTA 7 – RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Títulos detidos para negociação						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	943 283	723 240	220 043	70 069	51 928	18 141
De outros emissores	11 495	26 016	(14 521)	29 627	23 287	6 340
Ações	43 840	47 740	(3 900)	88 509	61 914	26 595
Outros títulos de rendimento variável	320	270	50	377	769	(392)
	998 938	797 266	201 672	188 582	137 898	50 684
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	1 040 055	1 038 856	1 199	1 874 587	1 903 162	(28 575)
Contratos sobre taxas de juro	4 958 027	4 910 937	47 090	6 245 494	6 178 005	67 489
Contratos sobre ações/ índices	1 342 519	1 325 590	16 929	2 058 038	2 108 643	(50 605)
Contratos sobre créditos	753 554	783 848	(30 294)	845 621	865 810	(20 189)
Outros	104 652	(44 482)	149 134	215 463	178 914	36 549
	8 198 807	8 014 749	184 058	11 239 203	11 234 534	4 669
Outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	64 235	2 642	61 593	-	-	-
De outros emissores	183 334	109 685	73 649	114 644	129 836	(15 192)
Ações	2 025	5 792	(3 767)	5 027	358	4 669
Outros títulos de rendimento variável	119 647	189 055	(69 408)	80 108	343 179	(263 071)
	369 241	307 174	62 067	199 779	473 373	(273 594)
Outros ativos financeiros ⁽¹⁾						
Crédito a clientes	8 768	9 406	(638)	25 921	33 538	(7 617)
	8 768	9 406	(638)	25 921	33 538	(7 617)
Passivos financeiros ⁽¹⁾						
Recursos de instituições de crédito	1 091	25 228	(24 137)	21 702	48 665	(26 963)
Recursos de clientes	57 034	168 007	(110 973)	314 522	272 512	42 010
Débitos representados por títulos	71 173	267 531	(196 358)	95 669	63 762	31 907
Produtos de seguros vida	71 859	247 914	(176 055)	-	-	-
Outros passivos subordinados	2 715	1 759	956	-	-	-
	203 872	710 439	(506 567)	431 893	384 939	46 954
	581 881	1 027 019	(445 138)	657 593	891 850	(234 257)
	9 779 626	9 839 034	(59 408)	12 085 378	12 264 282	(178 904)

(1) Inclui a variação de justo valor de activos/passivos objeto de cobertura ou ao *fair value option*.

Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui um efeito negativo de 35,2 milhões de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da própria entidade (31 de dezembro de 2011: efeito positivo de 50,9 milhões de euros).

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Grupo, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transação do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transação, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Grupo reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflete o acesso do Grupo ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

Em 2012, os ganhos reconhecidos em resultados decorrentes desta situação, os quais relacionam-se essencialmente com operações cambiais, ascenderam a cerca de 14 587 milhares de euros (2011: proveitos de 14 161 milhares de euros).

NOTA 8 – RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)						
	31.12.2012			31.12.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	813 802	23 738	790 064	12 585	10 502	2 083
De outros emissores	77 000	62 316	14 684	12 771	39 337	(26 566)
Ações	46 523	250 272	(203 749)	240 591	290 227	(49 636)
Outros títulos de rendimento variável	13 564	14 357	(793)	9 072	3 723	5 349
	950 889	350 683	600 206	275 019	343 789	(68 770)

Durante o exercício de 2012, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 96,4 milhões de ações da EDP e 260,7 milhões de ações da Portugal Telecom que, no conjunto, originaram uma menos-valia de 224,9 milhões de euros.

Durante o exercício de 2011, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado a totalidade da posição acionista no Banco Bradesco (81,6 milhões de ações), 165,4 milhões de ações da EDP e 113,8 milhões de ações da Portugal Telecom, que no conjunto, originaram uma menos-valia de 40,0 milhões de euros.

As transações com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 48.

NOTA 9 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)						
	31.12.2012			31.12.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	948 205	971 993	(23 788)	1 327 568	1 360 213	(32 645)
	948 205	971 993	(23 788)	1 327 568	1 360 213	(32 645)

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

NOTA 10 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Créditos a clientes	(39 507)	(89 774)
Ativos não correntes detidos para venda	(5 917)	(4 828)
Outros	3 265	2 922
	(42 159)	(91 680)

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de crédito a clientes inclui uma perda de 29,6 milhões de euros relativa à venda de 262 milhões de créditos realizada no âmbito da estratégia de redução de ativos do Grupo – *deleverage* (31 de dezembro de 2011: 77,5 milhões de euros).

NOTA 11 – PRÉMIOS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios líquidos de resseguro podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Prémios brutos emitidos	64 491	-
Prémios de resseguro cedido	(2 347)	-
Prémios líquidos de resseguro	62 144	-
Variação da provisão para prémios não adquiridos, líquida de resseguro	113	-
Prémios líquidos de resseguro	62 257	-

Os prémios brutos emitidos por segmento são analisados como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Tradicionais	39 632	-
Capitalização com participação nos resultados	24 859	-
	64 491	-

Os prémios de resseguro cedido respeitam à cobertura do risco de morte e longevidade de contratos realizados nos segmentos tradicionais.

De acordo com os princípios de classificação dos contratos estabelecidos pelas empresas de seguros definidos pelo IFRS 4, os contratos de seguros emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento e contabilizados como um passivo. Desta forma, os contratos para os quais o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro e contratos de taxa fixa sem participação nos resultados não são contabilizados como prémios.

NOTA 12 – CUSTOS COM SINISTROS LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros líquidos de resseguro podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Seguro direto		
Montantes pagos	(366 812)	-
Variação da provisão para sinistros	2 621	-
	(364 191)	-
Resseguro cedido		
Montantes pagos	854	-
Variação da provisão para sinistros	364	-
	1 218	-
	(362 973)	-

NOTA 13 – VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS LÍQUIDAS DE RESSEGURO

A variação das provisões técnicas líquidas de resseguro podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Provisão matemática	298 451	-
Provisão para participação nos resultados	(1 108)	-
Outras provisões técnicas	2 964	-
Provisões para resseguro	1 116	-
	301 423	-

NOTA 14 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Outros proveitos/ (custos) de exploração		
Serviços informáticos	5 689	6 028
Ganhos na aquisição de dívida emitida pelo Grupo (ver Notas 38 e 42)	113 721	470 735
Proveitos em operações de crédito	21 900	26 553
Serviços não recorrentes de consultoria	4 299	2 586
Impostos diretos e indiretos	(43 054)	(47 589)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(10 372)	(6 463)
Quotizações e donativos	(8 252)	(7 744)
Perda decorrente da transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	-	(107 173)
Outros	25 631	20 870
	109 562	357 803

Os impostos diretos e indiretos incluem 27,9 milhões de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Setor Bancário (31 de dezembro de 2011: 30,5 milhões de euros), criada pela Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro (ver Nota 41).

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de Outros inclui o proveito de 21,8 milhões de euros relativos à redução de responsabilidades com subsídio de morte conforme explicado na Nota 16.

A rubrica Outros inclui ainda com referência à mesma data um proveito de 10,3 milhões de euros referente à resolução do contrato de distribuição firmado entre a ESAF e o Banco Pastor conforme explicado na Nota 31.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica de Outros inclui um custo de 24,4 milhões de euros relativos ao Sistema de Indemnização aos Investidores.

NOTA 15 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Vencimentos e salários	462 683	447 591
Remunerações	459 681	447 033
Prémios por antiguidade (ver Nota 16)	3 002	558
Encargos sociais obrigatórios	103 579	94 253
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 16)	8 544	21 025
Outros custos	24 077	24 606
	598 883	587 475

Incluído em outros custos a 31 de dezembro de 2012 encontra-se o montante de 489 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 286 milhares de euros) relativo ao Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros – PRVIF, conforme política contabilística descrita na Nota 2.16. O detalhe deste plano é analisado na Nota 16.

Os custos com as remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Grupo BES, são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	Conselho de Administração	Comissão de Auditoria	Outro pessoal chave da gestão	Total
31 de dezembro de 2012				
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	5 523	364	13 589	19 476
Remunerações variáveis	1 946	-	1 670	3 616
Sub total	7 469	364	15 259	23 092
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	2 794	-	1 782	4 576
Outras remunerações e prémios de antiguidade	27	-	45	72
Total	10 290	364	17 086	27 740
31 de dezembro de 2011				
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	5 827	739	13 509	20 075
Remunerações variáveis	3 501	-	3 359	6 860
Sub total	9 328	739	16 868	26 935
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	6 358	2	1 146	7 506
Outras remunerações e prémios de antiguidade	275	-	100	375
Total	15 961	741	18 114	34 816

Considera-se “Outro pessoal chave da gestão” os Diretores Gerais e os Assessores do Conselho de Administração do BES e os Administradores das empresas subsidiárias.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor do crédito concedido pelo Grupo BES ao pessoal chave da gestão ascendia a 28 883 milhares de euros e 28 183 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número de colaboradores do Grupo BES, decompõe-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Colaboradores do BES	6 675	6 704
Colaboradores das subsidiárias do Grupo	3 269	3 159
Total colaboradores do Grupo	9 944	9 863

Por categoria profissional, o número de colaboradores do Grupo BES analisa-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Funções diretivas	1 189	1 137
Funções de chefia	1 060	994
Funções específicas	4 186	4 027
Funções administrativas e outras	3 509	3 705
	9 944	9 863

NOTA 16 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, as empresas do Grupo subscritoras assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Em 30 de dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e, no exercício de 2009, o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA.

Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de março de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.1-A / 2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011, que passou a assegurar a proteção

dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

A integração conduziu a um decréscimo efetivo no valor atual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, dado que não existiu redução de benefícios na perspetiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de dezembro de 2010.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um diferencial, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de dezembro de 2010, sendo este diferencial diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida ativa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efetuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transferência consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respetivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos		Verificado		
	31.12.2012		31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
	1º ao 4º ano	5º ano e subsequentes			
Pressupostos Atuariais					
Taxas de rendimento esperado	5,50%		5,50%	-2,37%	-7,38%
Taxa de desconto	4,50%		5,50%	-	-
Taxa de crescimento de pensões	0,00%	0,75%	1,00%	-0,56%	-0,70%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,75%	2,25%	1,02%	1,10%
Tábua de Mortalidade masculina	TV 73/77 - 1 ano				
Tábua de Mortalidade feminina	TV 88/90				

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades. A determinação da taxa de desconto com referência a 31 de dezembro de 2012 teve por base: (i) a evolução ocorrida nos principais índices relativamente a *high quality corporate bonds* e (ii) a duration das responsabilidades.

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2012	31.12.2011
Ativos	5 311	6 007
Reformados e sobreviventes	5 734	5 706
TOTAL	11 045	11 713

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2012 e 2011:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Ativos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Total de responsabilidades	(1 206 283)	(1 077 864)
Pensionistas	(448 265)	(397 857)
Ativos	(758 018)	(680 007)
Coberturas		
Saldo dos Fundos	1 220 885	1 184 878
Ativos líquidos em balanço (ver Nota 34)	14 602	107 014
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	1 078 732	886 964

De acordo com a política definida na Nota 2.16 – Benefícios aos empregados, o Grupo procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas atuariais semestralmente.

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.16 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Grupo avalia à data de cada balanço, e para cada plano separadamente, a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respetivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Responsabilidades no início do exercício	1 077 864	2 205 366
Custo do serviço corrente	12 012	17 242
Custo dos juros	58 994	117 091
Contribuições dos participantes	3 259	3 267
(Ganhos) e perdas atuariais no exercício:		
- Alteração de pressupostos	65 366	(201 792)
- (Ganhos) e perdas de experiência	40 300	(110 266)
Pensões pagas pelo fundo	(27 481)	(112 555)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	-	(853 839)
Custos com serviços passados	(21 813)	-
Diferenças cambiais e outros	(2 218)	13 350
Responsabilidades no final do exercício	1 206 283	1 077 864

Durante o exercício de 2012, decorrente da alteração do Decreto Lei nº133/2012 que determina o método de cálculo do subsídio de morte, verificou-se uma redução do valor atual das responsabilidades associadas a este benefício (incluído no valor das responsabilidades com pensões de reforma) no montante de 21,8 milhões de euros. Considerando que esta redução de responsabilidades qualifica como um “custo com serviços passados negativo” e que as condições de aquisição do benefício estão cumpridas, uma vez que o colaborador ou reformado tem direito ao benefício na totalidade sem existir a necessidade de cumprir qualquer condição de serviço, o Grupo registou em resultados do exercício o referido valor de 21,8 milhões de euros na rubrica outros resultados de exploração.

No âmbito do terceiro acordo tripartido mencionado acima e da consequente transmissão para a Segurança Social da responsabilidade pelas pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de 2011, verificou-se uma redução de responsabilidades, mensuradas com base nos pressupostos atuariais utilizados na preparação das demonstrações financeiras e consistentes com o IAS 19, no montante de 853,8 milhões de euros.

Contudo, no âmbito do acordo estabelecido, o valor dos ativos a ceder ao Estado como contrapartida pela transferência das pensões em pagamento foi determinado numa ótica de liquidação uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades e correspondeu ao valor das mesmas, determinado com base numa taxa de desconto de 4% (em vez da taxa de 5,5% utilizada para efeitos da preparação das demonstrações financeiras à data do acordo). Assim, o montante pago pelo Grupo ao Estado ascendeu a 961 milhões de euros, o que implicou o reconhecimento de um custo em resultados no ano de 2011 de 107,2 milhões de euros, correspondente ao diferencial das taxas de desconto referidas.

Do montante total pago no valor de 961 milhões de euros, cerca de 853,8 milhões de euros foram assumidos pelo Fundo de Pensões e 107,2 milhões de euros diretamente pelo Grupo. No final de dezembro de 2011 foi efetuado o pagamento de 55% do montante a liquidar, o remanescente foi pago em junho de 2012.

A evolução do valor dos fundos de pensões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo dos fundos no início do exercício	1 184 878	2 206 313
Rendimento real do fundo	(24 299)	(154 735)
Contribuições do Grupo	86 410	92 467
Contribuições dos empregados	3 259	3 267
Pensões pagas pelo fundo	(27 481)	(112 555)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	-	(853 839)
Diferenças cambiais e outros	(1 882)	3 960
Saldo dos fundos no final do exercício	1 220 885	1 184 878

(1) 55% deste valor foi pago ao Estado no exercício de 2011, tendo o remanescente sido reconhecido como um passivo no fundo nesse ano e liquidado em junho de 2012.

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como seguem:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Ações	178 654	371 270
Obrigações	335 192	136 212
Imóveis	370 769	657 856
Outros	336 270	403 767
Valores a entregar à Segurança Social	-	(384 227)
Total	1 220 885	1 184 878

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Grupo ou representativos de títulos emitidos por entidades do Grupo são detalhados como seguem:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Ações	1 200	1 288
Obrigações	6 382	339
Imóveis	298 022	217 802
Total	305 604	219 429

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o fundo detém unidades de participação do Fundo ES Ventures III, o qual integra o perímetro de consolidação do Grupo.

Durante o exercício de 2011 foram alienadas 18 520 e 4 830 milhares de unidades de participação dos fundos Fungepi e Fungere aos fundos de pensões do Grupo, por um valor global de 80,0 milhões de euros, não tendo incorrido em qualquer ganho ou perda relevante (ver Nota 48). No exercício de 2012 o Grupo adquiriu 49 779 e 37 115 milhares de unidades de participação dos fundos Fungere e Fungepi aos fundos de pensões do Grupo, pelo valor de 158,1 milhões de euros e 87,2 milhões de euros, respetivamente (ver Nota 1).

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Desvios atuariais no início do exercício	886 964	930 979
(Ganhos) e perdas atuariais no exercício:		
- Alteração de pressupostos	65 366	(201 792)
- (Ganhos) e perdas de experiência	127 103	157 777
Outros	(701)	-
Desvios atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	1 078 732	886 964

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Custo do serviço corrente	12 012	17 242
Custo dos juros	58 994	117 091
Rendimento esperado do fundo	(62 504)	(113 308)
Outros	42	-
Custos com benefícios pós emprego	8 544	21 025

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
No início do exercício	107 014	947
Custo do exercício	(8 544)	(21 025)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(191 768)	44 015
Contribuições efetuadas no exercício	86 410	92 467
Outros ^(a)	21 490	(9 390)
No final do exercício	14 602	107 014

(a) Em 2012 inclui o proveito de 21,8 milhões de euros relativos à redução de responsabilidades com subsídio de morte.

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos, bem como dos ganhos e perdas de experiência nos últimos 5 anos é analisado como segue:

(milhares de euros)					
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008
Responsabilidades	(1 206 283)	(1 077 864)	(2 205 366)	(2 125 202)	(2 064 874)
Saldo dos fundos	1 220 885	1 184 878	2 206 313	2 198 280	2 056 627
Responsabilidades (sub)/ sobre financiadas	14 602	107 014	947	73 078	(8 247)
(Ganhos)/ Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	40 300	(110 266)	25 201	51 583	23 510
(Ganhos)/ Perdas de experiência decorrentes dos ativos do fundo	86 803	268 043	66 895	(90 994)	727 214

Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de 6 de abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverão ser pagos durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de ações. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre ações com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

No que respeita à modalidade de atribuição de ações do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das ações do BES na NYSE Euronext Lisbon ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%.

As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O valor do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos de valorização das opções	
	1ª atribuição	2ª atribuição
Data inicial de referência	12-04-2011	12-10-2012
Data final de referência	31-03-2014	15-01-2016
Número de ações atribuídas	2 250 000	6 280 045
Preço de exercício (euros)	3,47	0,67
Taxa de Juro	2,31%	0,67%
Volatilidade	40,0%	65,00%
Valor inicial do plano (mil euros)	1 130	1 940

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19), tendo sido registado no exercício de 2012 um custo de 489 milhares de euros respeitante à amortização do prémio inicial das opções atribuídas, por contrapartida do passivo (31 de dezembro de 2011: 286 milhares de euros).

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.16, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efetiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio de antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, as responsabilidades assumidas pelo Grupo ascendem a 28 691 milhares de euros e 27 477 milhares de euros respetivamente (ver Nota 43). Os custos reconhecidos no exercício de 2012 com os prémios por antiguidade foram de 3 002 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 558 milhares de euros).

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os utilizados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

NOTA 17 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Rendas e alugueres	71 788	69 347
Publicidade e publicações	34 476	35 271
Comunicações e expedição	45 766	46 373
Conservação e reparação	21 752	18 465
Deslocações e representação	31 676	32 639
Transporte de valores	7 894	8 708
Seguros	8 232	8 297
Serviços de informática	66 632	65 841
Trabalho independente	7 863	7 434
Mão de obra eventual	5 346	6 677
Sistema eletrónico de pagamentos	10 836	12 479
Serviços judiciais, contencioso e notariado	19 745	19 933
Consultoria e auditoria	28 251	25 699
Água, energia e combustíveis	12 275	10 755
Material de consumo corrente	5 358	5 370
Outros custos	64 230	60 465
	442 120	433 753

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, serviços especializados com segurança e vigilância, informações e custos com formação e fornecimentos externos diversos.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até um ano	8 903	9 133
De um a cinco anos	10 451	13 575
	19 354	22 708

Os honorários faturados durante os exercícios de 2012 e 2011 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no artº 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Revisão legal das contas anuais	2 709	2 604
Outros serviços de garantia de fiabilidade	1 148	1 544
Consultoria fiscal	650	591
Outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria	309	949
Valor total dos serviços faturados	4 816	5 688

NOTA 18 – RESULTADOS POR AÇÃO

Resultados por ação básicos

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Banco ⁽¹⁾	92 578	(44 305)
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas (milhares)	3 096 971	1 187 255
Número médio ponderado de ações próprias em carteira (milhares)	(11 910)	(257)
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	3 085 061	1 186 998
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do BES (em euros)	0,03	(0,04)
(1) Corresponde ao resultado líquido do período ajustado do dividendo das ações preferenciais e da remuneração das obrigações perpétuas atribuíveis ao exercício (os quais são registados como um movimento de reservas), assim como os ganhos e perdas realizados registados em reservas.		

Resultados por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

Os resultados por ação diluídos não diferem dos resultados por ação básicos, na medida em que as ações subjacentes ao PRVIF não têm um efeito diluidor.

NOTA 19 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Caixa	303 538	278 179
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	26 136	110 045
Outros bancos centrais	1 047 867	702 215
	1 074 003	812 260
	1 377 541	1 090 439

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de caráter obrigatório no Banco de Portugal, no montante de 26 136 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 110 045 milhares de euros), que têm por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1745/2003 do Banco Central Europeu, de 12 de setembro de 2003, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de dezembro de 2012 a taxa de remuneração média destes depósitos era de 0,89% (31 de dezembro de 2011: 1,25%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2012 foi incluído no período de manutenção de 12 de dezembro de 2012 a 15 de janeiro de 2013, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 282,9 milhões de euros.

NOTA 20 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
(milhares de euros)		
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	138 854	58 384
Cheques a cobrar	107 354	153 662
	246 208	212 046
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	392 183	198 751
Cheques a cobrar	8 962	4 466
Outras disponibilidades	33 724	165 550
	434 869	368 767
	681 077	580 813

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

NOTA 21 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	31.12.2012	31.12.2011
(milhares de euros)		
Ativos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 347 806	888 797
De outros emissores	259 203	286 843
Ações	51 911	41 268
Outros títulos de rendimento variável	2 014	727
	1 660 934	1 217 635
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	2 264 465	2 217 004
	3 925 399	3 434 639
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	2 121 229	2 124 388
Vendas a descoberto	796	865
	2 122 025	2 125 253

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos títulos detidos para negociação por prazos de vencimento é como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
(milhares de euros)		
Até 3 meses	138 710	93 686
De 3 meses a um ano	130 677	225 924
De um a cinco anos	757 798	200 443
Mais de cinco anos	576 127	655 587
Duração indeterminada	57 622	41 995
	1 660 934	1 217 635

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.6, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 46.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Ativos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 347 806	-	1 347 806	852 761	36 036	888 797
De outros emissores	94 157	165 046	259 203	109 400	177 443	286 843
Ações	40 135	11 776	51 911	40 191	1 077	41 268
Outros títulos de rendimento variável	2 014	-	2 014	727	-	727
	1 484 112	176 822	1 660 934	1 003 079	214 556	1 217 635

Em 31 de dezembro de 2012, a exposição a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 51 – Gestão dos riscos de atividade.

Os instrumentos financeiros derivados em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são analisados como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Ativo	Passivo		Ativo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	1 217 845			1 460 151		
- vendas	1 226 399	6 968	12 443	1 458 214	27 672	13 605
Currency Swaps						
- compras	3 357 723			2 442 950		
- vendas	3 344 104	1 753	2 002	2 431 893	12 416	11 602
Currency Futures ^(a)	278 317	-	-	58 503	-	-
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	118 945			168 995		
- vendas	115 406	25 690	18 343	162 074	28 497	26 259
Currency Options	2 414 534	41 415	46 846	3 578 304	90 389	90 729
	12 073 273	75 826	79 634	11 761 084	158 974	142 195
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	200 000	-	16	380 000	1 047	1 982
Interest Rate Swaps	30 649 333	1 953 058	1 812 560	34 581 122	1 712 479	1 656 756
Swaption - Interest Rate Options	363 000	1 556	1 556	2 747 936	5 003	5 157
Interest Rate Caps & Floors	4 918 557	40 843	38 562	7 690 395	51 553	47 305
Interest Rate Futures ^(a)	3 784 771	-	-	3 573 796	-	-
Interest Rate Options	1 903 388	1 341	1 341	1 893 560	25 473	31 714
	41 819 049	1 996 798	1 854 035	50 866 809	1 795 555	1 742 914
Contratos sobre ações/índices						
Equity / Index Swaps	664 516	86 202	24 936	843 911	50 453	51 122
Equity / Index Options	2 712 479	60 726	131 146	2 095 919	60 833	102 179
Equity / Index Futures ^(a)	96 583	-	-	152 706	-	-
Future Options ^(a)	82 234	-	-	32 089	-	-
	3 555 812	146 928	156 082	3 124 625	111 286	153 301
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	2 774 780	44 913	31 478	3 559 588	151 189	85 978
Total	60 222 914	2 264 465	2 121 229	69 312 106	2 217 004	2 124 388

(a) Derivados negociados em mercados organizados, cujo valor de mercado é liquidado diariamente por contrapartida da conta margem.

Em 31 de dezembro de 2012, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados inclui o valor líquido de 21,1 milhões de euros referente ao justo valor passivo dos derivados embutidos, conforme descrito na Nota 2.4 (31 de dezembro de 2011: 43,5 milhões de euros de justo valor passivo).

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos derivativos de negociação por prazos de vencimento, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012		31.12.2011	
	Nocional	Justo valor (líquido)	Nocional	Justo valor (líquido)
Até 3 meses	13 956 784	71 133	11 431 250	(42 515)
De 3 meses a um ano	9 998 962	(46 401)	11 664 854	(1 334)
De um a cinco anos	18 719 605	21 460	27 576 010	23 078
Mais de cinco anos	17 547 563	97 044	18 639 992	113 387
	60 222 914	143 236	69 312 106	92 616

NOTA 22 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	515 994	-
De outros emissores	1 118 425	127 731
Ações e outros títulos de rendimento variável	1 187 134	1 836 258
	2 821 553	1 963 989

A opção do Grupo em designar estes ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Grupo, considerando que (i) estes ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ ou (ii) que estes ativos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados, por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	486 789	385 546
De 3 meses a um ano	239 972	400
De um a cinco anos	224 257	1 278 221
Mais de cinco anos	733 700	69 810
Duração indeterminada	1 136 835	230 012
	2 821 553	1 963 989

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	515 994	-	515 994	-	-	-
De outros emissores	272 936	845 489	1 118 425	15 885	111 846	127 731
Ações e outros títulos de rendimento variável	599 049	588 085	1 187 134	13 719	1 822 539	1 836 258
	1 387 979	1 433 574	2 821 553	29 604	1 934 385	1 963 989

O acréscimo significativo nesta rubrica, no exercício de 2012, decorre essencialmente da consolidação integral da BES Vida a partir de 1 de maio de 2012, conforme referido na Nota 54.

NOTA 23 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)					
	Custo ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4 205 940	201 152	(1 703)	-	4 405 389
De outros emissores	4 086 487	65 422	(78 023)	(17 171)	4 056 715
Ações	1 557 346	82 153	(45 387)	(185 190)	1 408 922
Outros títulos de rendimento variável	908 326	16 472	(4 908)	(35 606)	884 284
Saldo a 31 de dezembro de 2012	10 758 099	365 199	(130 021)	(237 967)	10 755 310
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4 813 456	666	(124 908)	-	4 689 214
De outros emissores	5 634 799	34 146	(154 615)	(11 094)	5 503 236
Ações	1 195 790	41 200	(184 153)	(132 088)	920 749
Outros títulos de rendimento variável	393 790	4 057	(3 080)	(25 100)	369 667
Saldo a 31 de dezembro de 2011	12 037 835	80 069	(466 756)	(168 282)	11 482 866

(1) Custo de aquisição no que se refere a ações e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

Em 31 de dezembro de 2012, a exposição nesta rubrica a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 51 – Gestão dos riscos de atividade.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.6, o Grupo avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 46. Em 31 de dezembro de 2011, a carteira de títulos disponíveis para venda inclui o montante de 306,4 milhões de euros referente a operações de securitização (ver Nota 1).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos Ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	168 282	159 232
Dotações	103 233	64 573
Utilizações	(28 426)	(51 363)
Reversões	(3 925)	(6 782)
Diferenças de câmbio e outras	(1 197)	2 622
Saldo final	237 967	168 282

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento temporal dos ativos financeiros detidos para venda, é como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	2 859 487	4 915 609
De 3 meses a um ano	1 263 814	1 386 299
De um a cinco anos	1 227 774	2 001 542
Mais de cinco anos	3 114 316	1 887 667
Duração indeterminada	2 289 919	1 291 749
	10 755 310	11 482 866

As principais exposições em ações, com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, são as seguintes:

(milhares de euros)

Descrição	31.12.2012				
	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Portugal Telecom	346 637	-	(10 757)	-	335 880
EDP - Energias de Portugal	173 826	24 447	-	-	198 273
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	81 004	-	(15 813)	-	65 191
	601 467	24 447	(26 570)	-	599 344

(milhares de euros)

Descrição	31.12.2011				
	Custo de aquisição	Reserva de Justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Portugal Telecom	603 298	-	(151 041)	-	452 257
EDP - Energias de Portugal	200 664	-	(24 077)	-	176 587
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 376	5 454	-	(348)	7 482
	806 338	5 454	(175 118)	(348)	636 326

Na sequência das operações de mercado com as ações da Portugal Telecom, o preço médio da carteira reduziu-se significativamente. Os valores negativos que são apresentados em reserva de justo valor no final do exercício, representam um declínio mais recente e estão na sequência de reservas de justo valor positivas apuradas no terceiro e quarto trimestre de 2012. A desvalorização registada no encerramento do exercício não ultrapassa 3,1% da carteira.

No que se refere ao Banque Marocaine du Commerce Extérieur, foi registada uma imparidade no passado tendo, posteriormente, recuperado o seu valor, permitindo a contabilização de uma reserva de justo valor positiva de 5 454 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011. Já no decurso 2012, verificou-se uma nova descida do justo valor, que consumiu a reserva positiva existente acabando por cifrar-se numa perda potencial, reconhecida na respectiva reserva, que se situa em 19,52% do custo médio da carteira. Neste sentido, à data de 31 de dezembro de 2012 considerou-se não existir evidência objetiva para o reconhecimento de imparidade neste investimento.

Durante o exercício de 2012, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado 96,4 milhões de ações da EDP e 260,7 milhões de ações da Portugal Telecom originando, no conjunto, o apuramento de uma menos-valia de 224,9 milhões de euros (ver Nota 8).

Durante o exercício de 2011, o Grupo alienou em bolsa e a preços de mercado a totalidade da posição acionista no Banco Bradesco (81,6 milhões de ações), 165,4 milhões de ações da EDP e 113,8 milhões de ações da Portugal Telecom de que apurou, no conjunto, uma menos-valia de 40,0 milhões de euros.

A desagregação dos Ativos financeiros disponíveis para venda, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é a seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	3 111 938	1 293 451	4 405 389	2 839 437	1 849 777	4 689 214
De outros emissores	785 750	3 270 965	4 056 715	750 832	4 752 404	5 503 236
Ações	787 178	621 744	1 408 922	688 015	232 734	920 749
Outros títulos de rendimento variável	323 810	560 474	884 284	126 111	243 556	369 667
	5 008 676	5 746 634	10 755 310	4 404 395	7 078 471	11 482 866

NOTA 24 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos no Banco de Portugal	3 350 000	-
Depósitos em outras instituições de crédito	39 372	94 925
Empréstimos	127 581	711 963
Aplicações de muito curto prazo	34 085	18 105
Outras aplicações	84 474	1 247
	3 635 512	826 240
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	833 223	1 170 236
Aplicações de muito curto prazo	148 696	36 343
Empréstimos	703 798	777 027
Outras aplicações	105 653	472 949
	1 791 370	2 456 555
Perdas por imparidade	(364)	(219)
	5 426 518	3 282 576

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de dezembro de 2012, venciam juros à taxa média anual de 1,73% (31 de dezembro de 2011: 2,22%). Os principais depósitos em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros à taxa média de 0,88%.

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	5 063 107	2 830 270
De 3 meses a um ano	96 652	68 715
De um a cinco anos	79 623	118 916
Mais de cinco anos	187 427	264 705
Duração indeterminada	73	189
	5 426 882	3 282 795

Os movimentos ocorridos no período com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	219	244
Dotações	1 366	406
Reversões	(1 207)	(446)
Diferenças de câmbio e outras	(14)	15
Saldo final	364	219

NOTA 25 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Crédito interno		
A empresas		
Empréstimos	12 605 085	13 717 319
Créditos em conta corrente	5 247 361	5 312 532
Locação financeira	2 560 544	2 937 632
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	454 624	512 259
<i>Factoring</i>	1 412 476	1 451 226
Descobertos	76 303	27 075
Outros créditos	310 168	370 395
A particulares		
Habitação	10 067 167	10 556 061
Consumo e outros	1 726 910	1 890 811
	34 460 638	36 775 310
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	8 593 536	7 958 147
Créditos em conta corrente	2 181 087	2 105 017
Locação financeira	69 732	67 019
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	145 877	113 044
<i>Factoring</i>	52 494	23 036
Descobertos	581 680	525 849
Outros créditos	458 646	451 515
A particulares		
Habitação	964 525	956 733
Consumo e outros	705 091	689 507
	13 752 668	12 889 867
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	219 416	142 390
De 3 meses a 1 ano	608 075	365 141
De 1 a 3 anos	791 568	680 178
Há mais de 3 anos	566 369	357 940
	2 185 428	1 545 649
	50 398 734	51 210 826
Perdas por imparidade	(2 692 342)	(2 167 444)
	47 706 392	49 043 382

Em 31 de dezembro de 2012, o valor de crédito a clientes (líquido de imparidade) inclui o montante de 3 803,3 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 5 828,7 milhões de euros), referente a operações de securitização em que, de acordo com a política contabilística referida na Nota 2.2, os veículos securitizadores são consolidados pelo Grupo (ver Nota 1 e 49). Os passivos associados a estas operações de securitização foram reconhecidos como Responsabilidades representadas por títulos (ver Notas 38 e 49).

Em 31 de dezembro de 2012, o crédito vivo inclui 5 605,1 milhões de euros de crédito à habitação afeto à emissão de obrigações hipotecárias (31 de dezembro de 2011: 5 305,9 milhões de euros) (ver Nota 38).

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	7 932 875	7 695 413
De 3 meses a um ano	6 143 518	6 006 109
De um a cinco anos	10 058 945	11 376 077
Mais de cinco anos	24 077 968	24 587 578
Duração indeterminada	2 185 428	1 545 649
	50 398 734	51 210 826

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade do crédito são apresentados como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	2 167 444	1 776 988
Dotações	1 016 153	895 416
Utilizações	(208 494)	(158 578)
Reversões	(201 321)	(294 800)
Efeito do desconto	(78 290)	(51 487)
Diferenças de câmbio e outras	(3 150)	(95)
Saldo final	2 692 342	2 167 444

O efeito do desconto reflete o valor do juro reconhecido em relação ao crédito vencido como consequência das perdas por imparidade serem calculadas com base no método dos fluxos de caixa futuros descontados.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe da imparidade apresenta-se como segue:

	31.12.2012						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfolio</i>		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	12 510 484	2 195 708	24 126 648	149 576	36 637 132	2 345 284	34 291 848
Crédito a particulares - Habitação	2 362 525	160 135	8 771 297	6 884	11 133 822	167 019	10 966 803
Crédito a particulares - Outro	585 945	168 948	2 041 835	11 091	2 627 780	180 039	2 447 741
Total	15 458 954	2 524 791	34 939 780	167 551	50 398 734	2 692 342	47 706 392

	31.12.2011						
	Imparidade calculada em base individual		Imparidade calculada em base <i>portfolio</i>		Total		
	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Valor do crédito	Imparidade	Crédito líquido de imparidade
Crédito a Empresas	13 552 504	1 776 056	23 332 728	77 781	36 885 232	1 853 837	35 031 395
Crédito a particulares - Habitação	2 181 624	146 301	9 428 488	12 718	11 610 112	159 019	11 451 093
Crédito a particulares - Outro	538 378	143 144	2 177 104	11 444	2 715 482	154 588	2 560 894
Total	16 272 506	2 065 501	34 938 320	101 943	51 210 826	2 167 444	49 043 382

Os créditos com imparidade calculada em base individual correspondem aos créditos com evidência objetiva de perda e aos créditos classificados com “Créditos de Risco Superior”. A evidência objetiva de perda verifica-se quando ocorre um evento de “*default*”, isto é, no momento a partir do qual sucede uma alteração significativa na relação credor-mutuário, a qual sujeita o credor a uma perda monetária. Os “Créditos de Risco Superior” correspondem a créditos sem evidências objetivas de perda, mas com indícios de risco (e.g. clientes com crédito vencido; clientes em contencioso na Central de Responsabilidades de Crédito; clientes com *rating/ scoring* de risco superior; clientes pertencentes ao Departamento de Acompanhamento de Empresas).

O juro reconhecido na conta de exploração, no exercício de 2012, relativo a créditos com sinais de imparidade foi de 825,4 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 759,0 milhões de euros), o qual inclui o efeito do desconto do crédito vencido.

O Grupo efetua a renegociação de um crédito tendo em vista a maximização da recuperação do mesmo. Um crédito é renegociado de acordo com critérios seletivos, baseados na análise das circunstâncias em que o mesmo se encontra em situação de vencido, ou quando existe um risco elevado de que tal venha a acontecer, na verificação de que o cliente efetuou um esforço razoável de cumprimento das condições contratuais anteriormente acordadas e é expectável que tenha capacidade para cumprir os novos termos acordados. A renegociação normalmente inclui a extensão da maturidade, alteração dos períodos de pagamento definidos e/ ou alteração dos covenants dos contratos. Sempre que possível, a renegociação é acompanhada pela obtenção de novos colaterais. Os créditos renegociados são ainda objeto de uma análise de imparidade que resulta da reavaliação da expectativa face aos novos fluxos de caixa, inerentes às novas condições contratuais, atualizadas à taxa de juro original efetiva tomando ainda em consideração os novos colaterais apresentados.

Em 31 de dezembro de 2012 o crédito vivo (crédito a clientes excluindo o crédito e juros vencidos) inclui 221 416 milhares de euros de crédito renegociado (31 de dezembro de 2011: 178 017 milhares de euros). Em 31 de dezembro de 2012, as perdas por imparidade reconhecidas relativamente aos créditos renegociados em balanço ascendem a 16 363 milhares de euros (2011: 17 137 milhares de euros). O juro reconhecido na demonstração dos resultados ascende a 9 940 milhares de euros (2011: 8 440 milhares de euros).

Com o objetivo de mitigar o risco de crédito, as operações de crédito têm garantias associadas, nomeadamente hipotecas ou penhores. O justo valor dessas garantias é determinado à data da concessão do crédito, sendo reavaliado periodicamente.

Seguidamente apresenta-se o valor do crédito e respetivos colaterais:

(milhares de euros)				
	31.12.2012		31.12.2011	
	Valor do crédito	Justo valor do colateral	Valor do crédito	Justo valor do colateral
Crédito à Habitação				
Hipotecas	10 951 831	10 930 789	11 325 239	11 306 989
Penhores	4 739	4 570	4 845	6 360
Não colateralizado	177 252	-	280 028	-
	11 133 822	10 935 359	11 610 112	11 313 349
Outro crédito a particulares				
Hipotecas	310 561	291 897	299 256	289 356
Penhores	585 020	388 748	679 981	487 877
Não colateralizado	1 732 199	-	1 736 245	-
	2 627 780	680 645	2 715 482	777 233
Crédito a empresas				
Hipotecas	10 034 387	9 122 921	10 489 853	9 489 188
Penhores	6 884 077	3 562 838	6 016 400	4 080 184
Não colateralizado	19 718 668	-	20 378 979	-
	36 637 132	12 685 759	36 885 232	13 569 372
Total	50 398 734	24 301 763	51 210 826	25 659 954

A distribuição do crédito por tipo de taxa é como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Taxa fixa	8 126 913	6 955 398
Taxa variável	42 271 821	44 255 428
	50 398 734	51 210 826

O crédito de locação financeira, por prazos residuais, é apresentado de seguida:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Rendas e valores residuais vincendos		
Até um ano	432 202	491 511
De um a cinco anos	1 130 447	1 410 375
Mais de cinco anos	1 373 116	1 535 201
	2 935 765	3 437 087
Juros vincendos		
Até um ano	68 859	110 457
De um a cinco anos	157 217	294 738
Mais de cinco anos	79 413	27 241
	305 489	432 436
Capital vincendo		
Até um ano	363 343	381 054
De um a cinco anos	973 230	1 115 637
Mais de cinco anos	1 293 703	1 507 960
	2 630 276	3 004 651
Imparidade	(144 097)	(97 190)
	2 486 179	2 907 461

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existem contratos que individualmente sejam superiores a 5% do total do crédito de locação financeira. Não existem contratos de locação financeira com rendas contingentes.

NOTA 26 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os investimentos detidos até à maturidade podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	295 271	805 437
De outros emissores	685 389	768 061
	980 660	1 573 498
Perdas por imparidade	(39 111)	(32 316)
	941 549	1 541 182

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade, por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	14 715	401 785
De 3 meses a um ano	175 566	283 473
De um a cinco anos	230 854	273 232
Mais de cinco anos	559 525	615 008
	980 660	1 573 498

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	292 678	2 593	295 271	803 589	1 848	805 437
De outros emissores	158 769	526 620	685 389	207 661	560 400	768 061
	451 447	529 213	980 660	1 011 250	562 248	1 573 498

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade para os investimentos detidos até à maturidade apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	32 316	50 094
Dotações/ (reversões)	7 260	15 500
Utilizações	(467)	(33 131)
Diferenças de câmbio e outras	2	(147)
Saldo final	39 111	32 316

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Grupo encontram-se analisados na Nota 46.

Durante o exercício de 2008 o Grupo procedeu à transferência de títulos no valor de 767,2 milhões de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

	(milhares de euros)					
	Valor de Aquisição	Na data da transferência				Valor de mercado em dezembro 2008
		Valor de Balanço	Reserva de justo valor		Valor dos cash flows futuros ^(a)	Taxa efetiva ^(b)
			Positiva	Negativa		
De Ativos financeiros disponíveis para venda	551 897	522 715	424	(29 607)	701 070	5,75%
De Ativos financeiros detidos para negociação	243 114	244 530	-	-	408 976	11,50%
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	795 011	767 245	424	(29 607)	1 110 046	

(a) Montantes totais de capital e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

(b) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à data da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *coll*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras do Grupo seria o seguinte:

	31.12.2012	31.12.2011
(milhares de euros)		
Ativos e passivos ao justo valor através de resultados		
Impacto em resultados do exercício	947	(1 347)
Efeito fiscal	(73)	183
	874	(1 164)
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Impacto em reservas de justo valor	(3 780)	(16 329)
Efeito fiscal	1 191	4 308
	(2 589)	(12 021)

A reclassificação de ativos financeiros detidos para negociação para investimentos detidos até à maturidade foi realizada no âmbito das alterações efetuadas ao IAS 39 e à IFRS 7 adotadas pelo Regulamento (CE) n.º 1004/2008 emitido em 15 de outubro de 2008. Esta reclassificação foi efetuada devido à situação excecionalmente adversa dos mercados provocada pela crise financeira internacional que caracterizou o exercício de 2008, situação que foi considerada como uma das raras circunstâncias previstas na alteração do IAS 39.

Na sequência da publicação pelo Banco de Portugal, em maio de 2011 do Aviso n.º 3/2011, o qual veio estabelecer novos patamares mínimos para o rácio de *Core Tier 1* (9% em 31 de dezembro de 2011 e 10% em 31 de dezembro de 2012) e tendo presente a necessidade de atingir, a partir de 2014, um rácio de financiamento estável de 100%, de acordo com o Memorandum de Política Económica e Financeira entre o Governo Português, a Comissão Europeia (CE), o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), no decurso do segundo semestre de 2011 o Grupo decidiu alienar uma parte significativa da carteira de investimentos detidos até à maturidade. No âmbito desta decisão, os títulos a alienar foram transferidos para a rubrica de ativos financeiros disponíveis para venda e avaliados a valores de mercado.

Tendo em conta os objetivos subjacentes à reclassificação e posterior venda dos referidos títulos, a mesma é enquadrável no disposto no parágrafo AG 22 do IAS 39 'Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração' não dando por isso origem à contaminação (*tainting*) da restante carteira de investimentos detidos até à maturidade. Nessa base e uma vez que o Grupo mantém a intenção e a capacidade de deter os restantes títulos até à maturidade os mesmos permanecem registados nesta rubrica.

Os efeitos da reclassificação dos títulos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, à data da transferência, podem ser assim analisados:

Valores em investimentos detidos até à maturidade				Registo em ativos financeiros disponíveis para venda			
Valor de aquisição	Reservas de justo valor ^(a)	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Reservas de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
584 923	(6 138)	(50)	578 735	584 923	(13 590)	(50)	571 283

(a) Valor remanescente das reservas de justo valor existentes à data da transferência para a carteira de investimentos detidos até à maturidade ocorrida com referência a 01 de junho de 2008.

NOTA 27 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cobertura	Gestão do risco	Total	Cobertura	Gestão do risco	Total
Derivados para gestão do risco						
Derivados para gestão do risco - ativo	153 897	362 623	516 520	210 027	300 063	510 090
Derivados para gestão do risco - passivo	(43 581)	(81 618)	(125 199)	(82 208)	(156 425)	(238 633)
	110 316	281 005	391 321	127 819	143 638	271 457
Componente de justo valor dos activos e passivos cobertos ou registados ao justo valor através de resultados usto valor através de resultados						
Ativos financeiros						
Crédito a clientes	22 391	-	22 391	23 839	-	23 839
	22 391	-	22 391	23 839	-	23 839
Passivos financeiros						
Recursos de outras instituições de crédito	(67 996)	-	(67 996)	(56 254)	-	(56 254)
Recursos de clientes	(787)	(90 099)	(90 886)	(838)	22 751	21 913
Responsabilidades representadas por títulos	(38 472)	47 631	9 159	(38 497)	154 872	116 375
	(107 255)	(42 468)	(149 723)	(95 589)	177 623	82 034
	(84 864)	(42 468)	(127 332)	(71 750)	177 623	105 873

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.4, a rubrica derivados para gestão de risco inclui, para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽¹⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto ⁽²⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽²⁾
Interest Rate Swap/ Currency Interest Rate Swap	Crédito a clientes	Taxa de Juro e Câmbio	529 897	(23 884)	(179)	22 391	(638)
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro	174 000	64 725	13 779	(67 996)	(11 744)
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de Juro	4 417	2 174	(50)	(787)	51
Equity/ Interest Rate Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	Taxa de Juro/ cotação	1 656 777	67 301	4 929	(38 472)	(3 685)
			2 365 091	110 316	18 479	(84 864)	(16 016)

(1) Inclui juro corrido.
(2) Atribuível ao risco coberto.

(milhares de euros)

31.12.2011							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽¹⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto ⁽²⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽²⁾
Interest Rate Swap/ Currency Interest Rate Swap	Crédito a clientes	Taxa de Juro e Câmbio	740 420	(20 614)	(36 705)	23 839	(7 617)
Interest Rate Swap	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro	4 417	1 978	(1 060)	(838)	918
Interest Rate Swap	Recursos de clientes	Taxa de Juro	186 300	53 435	28 658	(56 254)	(26 963)
Interest Rate Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	Taxa de Juro	3 924 826	93 020	45 639	(38 497)	(13 344)
			4 855 963	127 819	36 532	(71 750)	(47 006)

(1) Inclui juro corrido.
(2) Atribuível ao risco coberto.

As variações de justo valor associadas aos ativos e passivos acima descritos e aos respetivos derivados encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2012, a parte inefetiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num proveito de 2,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: custo de 10,5 milhões de euros) foi registada por contrapartida de resultados. O Grupo realiza periodicamente testes de efetividade das relações de cobertura existentes.

Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a gerir o risco associado a determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados conforme política contabilística descrita nas Notas 2.5, 2.6 e 2.8, e que o Grupo não designou para contabilidade de cobertura.

O valor de balanço dos ativos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012								
Produto derivado	Ativo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Ativo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade(1)
		Passivo						
Interest Rate Swap	Recursos de Clientes	7 540 000	179 038	67 206	(90 099)	(111 024)	8 791 778	8 712 699
Interest Rate Swap/ FX Forward	Responsabilidades Representadas por Títulos	1 485 628	97 092	28 745	69 217	(53 029)	303 386	370 714
Credit Default Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	346 845	5 810	44 774	(22 202)	(53 860)	376 308	358 728
Equity Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	405 155	(3 662)	15 813	2 985	(24 257)	339 252	357 237
Equity Option	Responsabilidades Representadas por Títulos	82 525	2 727	13	(2 369)	(5 339)	125 874	131 828
		9 860 153	281 005	156 551	(42 468)	(247 509)	9 936 598	9 931 206

(1) Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade.

31.12.2011								
Produto derivado	Ativo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Ativo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade ⁽¹⁾
	Passivo							
Interest Rate Swap	Recursos de Clientes	5 858 000	130 251	46 477	18 824	41 092	7 296 870	7 315 694
Interest Rate Swap/ FX Forward	Responsabilidades Representadas por Títulos	1 822 391	77 431	34 408	120 593	6 971	278 702	395 878
Credit Default Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	205 778	(33 905)	(37 349)	22 287	14 560	219 839	238 524
Equity Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	947 585	(33 873)	(25 271)	15 371	23 203	334 881	349 886
Equity Option	Responsabilidades Representadas por Títulos	78 719	3 734	3 285	548	517	107 521	110 039
		8 912 473	143 638	21 550	177 623	86 343	8 237 813	8 410 021

(1) Corresponde ao valor garantido contratualmente a reembolsar na maturidade.

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Grupo, é positiva e o respetivo valor acumulado ascende em 31 de dezembro de 2012 a 167,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 202,3 milhões de euros). O Grupo reconheceu em resultados em 2012 um efeito negativo de 35,2 milhões de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da própria entidade (31 de dezembro de 2011: efeito positivo de 50,9 milhões de euros), ver Nota 7.

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de dezembro de 2012 e 2011, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

	31.12.2012		31.12.2011	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	1 674 024	13 571	3 014 403	24 059
De 3 meses a um ano	2 361 702	25 889	2 688 223	38 159
De um a cinco anos	7 205 288	205 686	7 024 951	82 709
Mais de cinco anos	984 230	146 175	1 040 859	126 530
	12 225 244	391 321	13 768 436	271 457

NOTA 28 – ATIVOS E PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	31.12.2012		31.12.2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativos/ passivos de subsidiárias adquiridas para revenda	731 767	175 945	291 248	140 950
Imóveis	2 843 378	-	1 531 180	-
Equipamento	2 524	-	2 203	-
Outros ativos	3 501	-	3 501	-
	2 849 403	-	1 536 884	-
Perdas por imparidade	(303 630)	-	(181 449)	-
	2 545 773	-	1 355 435	-
	3 277 540	175 945	1 646 683	140 950

Os ativos e passivos não correntes detidos para venda incluem, designadamente, (i) os ativos/ passivos de subsidiárias adquiridas para revenda relativos a participações no capital de empresas cujo controlo pertence ao Grupo mas que foram adquiridas exclusivamente com o objetivo de venda no curto prazo, e (ii) imóveis, entre outros, recebidos em dação por recuperação de créditos.

A rubrica de ativos/ passivos de subsidiárias adquiridas para revenda reflete fundamentalmente ativos e passivos de sociedades adquiridas pelo Grupo no âmbito de reestruturações de operações creditícias que o Grupo pretende alienar no prazo de um ano. No entanto, face às atuais condições de mercado não foi possível concretizar estas alienações nos prazos esperados, mantendo-se contudo o esforço de venda e, em certos casos, as negociações com potenciais compradores.

Em 31 de dezembro de 2012 o valor relativo a instalações descontinuadas incluídas na rubrica Imóveis ascende a 21 598 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 16 392 milhares de euros), tendo o Grupo registado perdas por imparidade para estes ativos no valor de 11 193 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 7 699 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	181 449	89 825
Alterações no perímetro de consolidação	116 654	-
Dotações/ (Reversões)	40 178	123 062
Utilizações	(29 664)	(31 057)
Diferenças de câmbio e outras	(4 987)	(381)
Saldo final	303 630	181 449

O movimento dos ativos não correntes detidos para venda (excluindo os ativos de subsidiárias adquiridas para revenda) durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	1 536 884	642 952
Alterações no perímetro de consolidação	530 343	-
Entradas	996 260	1 077 644
Vendas	(218 735)	(190 452)
Outros movimentos	4 651	6 740
Saldo final	2 849 403	1 536 884

O Grupo tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda. No entanto, face às atuais condições de mercado não tem sido possível, em algumas situações, concretizar as alienações no prazo esperado. Contudo, o Grupo continua a desenvolver esforços com vista à concretização do plano de alienação estabelecido.

Na sequência das alienações de imóveis ocorridas no exercício de 2012, o Grupo registou uma perda de 5 914 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 4 828 milhares de euros).

NOTA 29 – PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido na rubrica propriedades de investimento durante o exercício de 2012 apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do exercício	-	-
Alterações no perímetro de consolidação ^(a)	446 135	-
Benfeitorias	748	-
Outros movimentos	(4 895)	-
	441 988	-

(a) Respeita à entrada da BES Vida, Fungere e Fungepi no perímetro de consolidação do Grupo.

O saldo desta rubrica, no exercício de 2012, decorre essencialmente da consolidação integral da BES Vida a partir de 1 de maio de 2012, conforme referido na Nota 54.

O valor de balanço das propriedades de investimento corresponde ao justo valor das propriedades tal como determinado por um avaliador registado e independente cuja qualificação profissional e experiência na respetiva categoria e localização da propriedade tenha sido devidamente reconhecida. O justo valor é determinado tendo em consideração transações de mercado recentes para propriedades similares e em localizações semelhantes às das propriedades de investimento do Grupo sempre que possível.

As propriedades de investimento incluem propriedades comerciais que se encontram alugadas a terceiros. A maioria dos contratos de aluguer não têm um termo específico, sendo possível o locatário cancelar o mesmo a qualquer momento. Contudo, para uma pequena parcela destas propriedades comerciais alugadas a terceiros, existe uma cláusula inicial de não-cancelamento de cerca de 10 anos. Os alugueres subsequentes são negociadas com o locatário.

O aumento do justo valor das propriedades de investimento, no montante de 2,9 milhões, e as rendas recebidas no aluguer das propriedades de investimento, no montante de 3,2 milhões de euros, são registados em “Outros resultados de exploração”.

Os custos operacionais directos, incluindo reparações e manutenções, decorrentes das propriedades de investimento alugadas durante o exercício de 2012 atingiram os 0,7 milhões de euros. Os custos operacionais directos, incluindo reparações e manutenções associados às propriedades de investimento que não se encontravam alugadas durante o exercício de 2012, atingiram os 0,2 milhões de euros.

NOTA 30 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
(milhares de euros)		
Imóveis		
De serviço próprio	472 650	445 236
Beneficiações em edifícios arrendados	228 098	240 603
Outros	1 139	842
	701 887	686 681
Equipamento		
Equipamento informático	308 497	292 982
Instalações interiores	142 759	140 216
Mobiliário e material	131 075	128 340
Equipamento de segurança	42 469	38 043
Máquinas e ferramentas	34 961	35 597
Material de transporte	12 627	11 756
Outros	6 135	4 929
	678 523	651 863
Outras imobilizações	624	643
	1 381 034	1 339 187
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	344	1 422
Imóveis	396 237	318 160
Equipamento	2 092	6 643
Outros	54	260
	398 727	326 485
	1 779 761	1 665 672
Depreciação acumulada	(848 139)	(813 994)
	931 622	851 678

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
(milhares de euros)					
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de dezembro de 2010	685 065	632 107	765	261 934	1 579 871
Adições	6 380	22 184	(106)	77 299	105 757
Abates/ vendas	(4 680)	(12 077)	-	(4)	(16 761)
Transferências ^(a)	(168)	8 311	(21)	(13 794)	(5 672)
Variação cambial e outros movimentos	84	1 338	5	1 050	2 477
Saldo a 31 de dezembro de 2011	686 681	651 863	643	326 485	1 665 672
Adições	5 410	27 615	-	115 775	148 800
Abates/ vendas	(20 291)	(12 565)	(16)	(850)	(33 722)
Transferências ^(a)	22 859	5 009	-	(34 592)	(6 724)
Variação cambial e outros movimentos ^(b)	7 228	6 601	(3)	(8 091)	5 735
Saldo a 31 de dezembro de 2012	701 887	678 523	624	398 727	1 779 761
Depreciações					
Saldo a 31 de dezembro de 2010	274 409	496 173	252	-	770 834
Depreciações do período	21 233	40 487	9	-	61 729
Abates/ vendas	(4 571)	(11 995)	-	-	(16 566)
Transferências ^(a)	(1 355)	(48)	-	-	(1 403)
Variação cambial e outros movimentos	(1 067)	459	8	-	(600)
Saldo a 31 de dezembro de 2011	288 649	525 076	269	-	813 994
Depreciações do período	22 006	39 906	10	-	61 922
Abates/ vendas	(18 667)	(7 765)	-	-	(26 432)
Transferências ^(a)	(1 110)	(413)	-	-	(1 523)
Variação cambial e outros movimentos ^(b)	(525)	685	18	-	178
Saldo a 31 de dezembro de 2012	290 353	557 489	297	-	848 139
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2012	411 534	121 034	327	398 727	931 622
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2011	398 032	126 787	374	326 485	851 678

(a) Respeitam a imobilizado proveniente de balcões descontinuados que foram transferidos para ativos não correntes detidos para venda.

(b) Inclui 8 743 milhares de euros de imóveis, 7 919 milhares de euros de equipamento e 6 647 milhares de euros de amortizações acumuladas relativos à entrada no perímetro de consolidação da BES Vida.

Na rubrica equipamento – material de transporte encontra-se registado imobilizado adquirido em regime de locação financeira cujo plano de pagamento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Rendas e valores residuais vincendos		
Até um ano	16	15
De um a cinco anos	-	16
	16	31
Juros vincendos		
Até um ano	1	3
De um a cinco anos	-	1
	1	4
Capital vincendo		
Até um ano	15	12
De um a cinco anos	-	15
	15	27

NOTA 31 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Goodwill	313 665	97 739
Value In Force ^(a)	109 937	-
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	58 186	47 644
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	645 010	610 469
Outras	951	917
	645 961	611 386
Imobilizações em curso	33 701	26 413
	1 161 450	783 182
Amortização acumulada	(596 345)	(543 222)
Perdas por imparidade	(9 779)	(9 628)
	555 326	230 332

(a) Relativo à BES Vida.

Nos ativos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Grupo especializadas na implementação de soluções informáticas portadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.14).

O *goodwill* é registado de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.2, sendo analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Subsidiárias		
BES Vida	234 574	-
ES Investment Holding ^(a)	48 567	47 449
ES Gestion ^(b)	2 459	22 142
Aman Bank	16 046	16 046
Concordia	1 756	1 605
Outros	2 370	2 604
Outras unidades geradoras de caixa		
Leasing e Factoring	7 893	7 893
	313 665	97 739
Perdas por imparidade	(9 779)	(9 628)
	303 886	88 111

(a) Holding detentora do Execution Noble.

(b) Em 31 de dezembro de 2011 inclui 2 459 milhares de euros e 19 683 milhares de euros do Banco Inversión e Gespastor, respetivamente, sociedades que foram incorporadas por fusão na ES Gestion após a aquisição.

O *goodwill* e o *value in Force* da BES Vida foram calculados com referência à data de aquisição de controlo (ver Nota 54). Em 31 de dezembro de 2011 esta entidade integrava as contas consolidadas do Grupo pelo método de equivalência patrimonial, com o respetivo *goodwill* registado conjuntamente com valor da participação (ver Nota 32).

ES Investment Holding Limited

O valor recuperável da ES Investment Holding, correspondente ao seu valor de uso, foi determinado de acordo com a metodologia dos Dividendos Descontados com base (i) nos dados estimados pelo órgão de gestão para os próximos nove anos, (ii) assumindo um crescimento na perpetuidade em linha com o crescimento nominal estimado da economia do país onde a unidade se encontra localizada e (iii) tendo sido utilizada uma taxa de desconto de 10,71%, a qual inclui um prémio de risco apropriado aos fluxos futuros estimados. O período de nove anos utilizado para estimar os fluxos futuros, reflete o facto de a entidade ter sido adquirida no final do ano de 2010 e de a mesma estar a ser objeto de uma redefinição da sua estratégia de negócio esperando-se que atinja a sua maturidade apenas no final deste período. Com base nestes pressupostos o valor recuperável deste investimento é superior ao valor de balanço, incluindo a parte correspondente ao *Goodwill*.

ES Gestion

No dia 7 de outubro de 2011, o Banco Popular e o Banco Pastor anunciaram a intenção de dar início a um processo de fusão entre as duas entidades. Esta fusão e a consequente alteração de controlo do Banco Pastor, teve um impacto significativo na implementação do acordo de distribuição exclusivo estabelecido em 2010 entre este Banco e a ESAF (através da ES Gestion), o qual previa cláusulas de indemnização a favor do Grupo. Em maio de 2012, a ESAF (através da ES Gestion) e o Banco Pastor assinaram a resolução do contrato de distribuição tendo o Banco Pastor pago uma compensação de 30 milhões de euros, determinada em função do contrato de distribuição. Tendo em consideração o impacto desta situação na atividade da ES Gestion e na implementação de uma estratégia em Espanha, o *goodwill* de 19,7 milhões de euros associado à Gespastor foi desreconhecido. O proveito líquido de cerca de 10,3 milhões foi reconhecido na rubrica de Outros resultados de exploração (ver Nota 14).

Aman Bank

A 31 de dezembro de 2011, o Grupo reconheceu uma imparidade de 8 023 milhares de euros no *goodwill* apurado na data de aquisição do Aman Bank. A imparidade reflete a alteração da estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados pelo Grupo nesta entidade, resultado da situação política vivida na Líbia durante o ano de 2011. Em 2012 esta entidade apresentou uma evolução positiva, não tendo sido identificado qualquer necessidade de reforço de imparidade.

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	Goodwill e Value In Force	Sistema de tratamento automático de dados	Outras imobilizações	Imobilizado em curso	Total
Custo de aquisição					
Saldo a 31 de dezembro de 2010	95 616	600 037	1 312	35 732	732 697
Adições:					
Geradas internamente	-	-	-	9 178	9 178
Adquiridas a terceiros	-	12 521	-	27 083	39 604
Abates/ vendas	-	(360)	(409)	-	(769)
Transferências	-	45 088	-	(45 088)	-
Variação cambial e outros movimentos	2 123	827	14	(492)	2 472
Saldo a 31 de dezembro de 2011	97 739	658 113	917	26 413	783 182
Adições:					
Geradas internamente	-	54	-	8 257	8 311
Adquiridas a terceiros ^(a)	344 511	11 533	-	24 152	380 196
Abates/ vendas	-	(1 414)	-	(103)	(1 517)
Transferências	-	26 255	-	(26 255)	-
Variação cambial e outros movimentos ^{(b) (c)}	(18 648)	8 655	34	1 237	(8 722)
Saldo a 31 de dezembro de 2012	423 602	703 196	951	33 701	1 161 450
Amortizações					
Saldo a 31 de dezembro de 2010	-	496 211	1 149	-	497 360
Amortizações do período	-	46 068	129	-	46 197
Abates/ vendas	-	(57)	(409)	-	(466)
Variação cambial e outros movimentos	-	122	9	-	131
Saldo a 31 de dezembro de 2011	-	542 344	878	-	543 222
Amortizações do período	-	46 116	36	-	46 152
Abates/ vendas	-	(1 318)	-	-	(1 318)
Variação cambial e outros movimentos ^(d)	-	8 288	1	-	8 289
Saldo a 31 de dezembro de 2012	-	595 430	915	-	596 345
Imparidade					
Saldo a 31 de dezembro de 2010	1 800	-	-	-	1 800
Perdas por imparidade	8 023	-	-	-	8 023
Variação cambial e outros movimentos	(195)	-	-	-	(195)
Saldo a 31 de dezembro de 2011	9 628	-	-	-	9 628
Variação cambial e outros movimentos	151	-	-	-	151
Saldo a 31 de dezembro de 2012	9 779	-	-	-	9 779
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2012	413 823	107 766	36	33 701	555 326
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2011	88 111	115 769	39	26 413	230 332

(a) O valor do *goodwill* e *VIF* respeita à aquisição de controlo da BES Vida.

(b) Inclui 19 682 milhares de euros referente ao desreconhecimento do *goodwill* da Gespastor.

(c) Inclui 8 917 milhares de euros referente à aquisição de controlo da BES Vida (ver Nota 54).

(d) Inclui 8 791 milhares de euros referente à aquisição de controlo da BES Vida (ver Nota 54).

NOTA 32 – INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas associadas são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Ativo		Passivo		Capital Próprio		Proveitos		Resultado Líquido	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
BES VIDA	-	5 658 690	-	5 601 926	-	56 764	-	390 722	-	(107 968)
ES VÉNÉTIE	1 616 961	1 636 829	1 444 715	1 471 545	172 246	165 284	75 012	67 785	10 315	10 000
LOCARENT	285 740	321 581	277 404	314 938	8 336	6 643	94 213	97 798	2 595	3 017
BES SEGUROS	120 243	131 184	89 039	111 531	31 204	19 653	66 537	66 344	6 971	3 324
ESEUR	39 121	41 679	28 526	31 524	10 595	10 155	50 980	54 478	595	600
EUROP ASSISTANCE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 456
FUNDO ES IBERIA	13 894	14 252	169	266	13 725	13 986	466	298	(106)	(1 198)
SCI GEORGES MANDEL	11 271	11 292	9	11	11 262	11 281	957	980	591	610
BRB INTERNACIONAL	12 883	14 899	12 407	12 596	476	2 303	1 243	3 525	(589)	84
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA	650 179	441 723	521 167	308 586	129 012	133 137	-	-	(6 634)	(223)
ASCENDI GROUP	4 056 000	3 945 239	3 656 000	3 561 239	400 000	384 000	140 000	99 266	28 000	127 257
EMPARK	782 872	773 857	651 074	626 861	131 798	146 996	166 594	182 274	(7 171)	357
AUVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS	216 000	248 201	222 000	214 586	(6 000)	33 615	14 000	12 791	(4 000)	1 494
UNICRE	305 005	307 856	179 941	194 012	125 064	113 844	231 070	241 045	11 256	8 745
MOZA BANCO	186 719	92 737	154 683	64 908	32 036	27 829	21 760	11 720	(3 289)	595
RODI SINKS & IDEAS	43 446	45 211	20 537	24 196	22 909	21 015	19 528	16 719	1 609	902
SCUTVIAS	-	718 866	-	647 086	-	71 780	-	116 590	-	12 663

Nota: Dados ajustados para efeitos de consolidação.

(milhares de euros)

	Custo da participação		Interesse económico		Valor de balanço		Resultados de associadas atribuível ao Grupo	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
BES VIDA ^{a)}	-	537 497	-	50,00%	-	200 000	2 761	(193 261)
ES VÉNÉTIE	42 293	42 293	42,69%	42,69%	73 672	70 700	4 403	4 269
LOCARENT	2 967	2 967	50,00%	50,00%	4 478	3 632	1 298	1 509
BES SEGUROS	3 749	3 749	25,00%	25,00%	7 798	4 911	1 743	831
ESEUR	9 634	9 634	44,00%	44,00%	11 506	11 312	262	264
EUROP ASSISTANCE	-	-	-	-	-	-	-	335
FUNDO ES IBERIA	7 087	8 708	38,67%	38,69%	5 649	5 262	261	(292)
SCI GEORGES MANDEL	2 401	2 401	22,50%	22,50%	2 534	2 538	133	137
BRB INTERNACIONAL	10 659	10 659	25,00%	24,93%	119	335	(216)	92
AUTOPISTA PEROTE-XALAPA ^{b)}	36 678	36 678	14,33%	14,33%	30 802	26 628	3 647	209
ASCENDI GROUP ^{b)}	179 772	168 310	28,66%	28,66%	186 955	169 900	6 566	7 130
EMPARK ^{b)}	52 429	55 013	15,92%	15,92%	50 090	54 661	(2 193)	(698)
AUVISA - AUTOVIA DE LOS VIÑEDOS	41 056	41 056	35,83%	35,83%	34 792	38 304	(2 531)	(5)
UNICRE ^{b)}	11 497	11 497	17,50%	17,50%	21 886	19 923	1 970	1 530
MOZA BANCO	12 791	9 800	25,10%	25,10%	12 234	11 178	(826)	149
RODI SINKS & IDEAS	1 240	1 240	24,81%	24,81%	8 129	7 528	194	-
SCUTVIAS ^{b)}	-	50 669	-	15,93%	-	50 669	-	-
Outras	140 507	130 103			130 338	129 518	(9 160)	2 570
	554 760	1 122 274			580 982	806 999	8 312	(175 231)

a) Em maio de 2012, o BES adquiriu os restantes 50% do capital social da BES Vida, passando a consolidar integralmente no Grupo BES (ver Nota 54).

b) Não obstante o interesse económico do Grupo ser inferior a 20%, estas entidades foram incluídas no balanço consolidado pelo método da equivalência patrimonial uma vez que o Grupo exerce uma influência significativa sobre as suas actividades.

O movimento verificado nesta rubrica é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	806 999	961 908
Alienações e outros reembolsos	(58 905)	(2 021)
Aquisições e investimentos adicionais (ver Nota 1)	32 418	98 191
Resultado de associadas	8 312	(38 956)
Imparidade em associadas	-	(136 275)
Reserva de justo valor de associadas	43 084	(58 128)
Dividendos recebidos	(3 423)	(4 193)
Alterações no perímetro de consolidação	(243 790)	-
Diferenças de câmbio e outras	(3 713)	(13 527)
Saldo final	580 982	806 999

A linha “Alterações no perímetro de consolidação” evidencia a alteração do método de consolidação da BES Vida para integral decorrente da aquisição de controlo desta entidade por parte do Grupo (ver Nota 54).

Durante o exercício de 2011 foi registada uma imparidade no valor de 136 275 milhares de euros relativamente ao investimento do Grupo na BES Vida, a qual correspondia à diferença entre o valor de balanço desse investimento e a estimativa do seu valor recuperável. O valor recuperável da BES Vida, com referência a 31 de dezembro de 2011, foi determinado tendo por base o método *Appraisal Value*. Esta metodologia deriva do *Market Consistent Embedded Value* e do valor de mercado atribuível ao novo negócio. O *Market Consistent Embedded Value* é um método de avaliação específico da indústria seguradora do ramo vida para determinar o justo valor dos contratos atuais (contratos de seguro e de investimento) e está de acordo com os princípios gerais do método dos lucros futuros descontados.

NOTA 33 – PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido são analisadas como segue:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	2 618	-	2 618	-	-	-
Provisão matemática	1 545 079	(129)	1 544 950	-	-	-
Provisão para sinistros	27 447	(1 621)	25 826	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	2 264	(2 054)	210	-	-	-
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-
	1 577 408	(3 804)	1 573 604	-	-	-

O saldo desta rubrica, no exercício de 2012, decorre da consolidação integral da BES Vida a partir de 1 de maio de 2012, conforme referido na Nota 54.

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimentos (ver Nota 39).

O detalhe da provisão matemática apresenta-se como segue:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Anuidades	-	-	-	-	-	-
Tradicionais	31 979	(129)	31 850	-	-	-
Capitalização com participação nos resultados	1 513 100	-	1 513 100	-	-	-
	1 545 079	(129)	1 544 950	-	-	-

O detalhe da provisão para sinistros apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Anuidades	-	-	-	-	-	-
Tradicionais	14 316	(1 621)	12 695	-	-	-
Capitalização com participação nos resultados	13 131	-	13 131	-	-	-
	27 447	(1 621)	25 826	-	-	-

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 429 milhares de euros relativos a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2012 e ainda não reportados (IBNR).

O movimento ocorrido na provisão para sinistros durante o exercício de 2012 foi o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Saldo no início do exercício	-	-	-	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação	30 194	(1 257)	28 937	-	-	-
Sinistros ocorridos	-	-	-	-	-	-
Do próprio ano	362 235	(1 101)	361 134	-	-	-
De anos anteriores	1 830	(117)	1 713	-	-	-
Montantes pagos	-	-	-	-	-	-
Do próprio ano	(361 834)	640	(361 194)	-	-	-
De anos anteriores	(4 978)	214	(4 764)	-	-	-
Saldo no fim do exercício	27 447	(1 621)	25 826	-	-	-

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido atribuídos ou incorporados na provisão matemática.

O movimento ocorrido na provisão para participação nos resultados durante o exercício de 2012 foi o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro direto e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Saldo no início do exercício	-	-	-	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação	1 326	(804)	522	-	-	-
Montantes pagos	(170)	187	17	-	-	-
Montantes estimados atribuíveis	1 108	(1 437)	(329)	-	-	-
Saldo no fim do exercício	2 264	(2 054)	210	-	-	-

A provisão para compromissos de taxa é referente ao resultado obtido no teste de adequação das responsabilidades.

NOTA 34 – OUTROS ATIVOS

A rubrica Outros Ativos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Devedores e outras aplicações		
Contas caução	1 664 467	1 605 033
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	38 658	48 892
Devedores por capital de subsidiárias não realizado	7 000	7 000
Setor público administrativo	144 697	136 749
Devedores por operações de seguros	567	-
Outros devedores diversos	628 668	629 030
	2 484 057	2 426 704
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(234 987)	(47 861)
	2 249 070	2 378 843
Outros ativos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	10 834	11 122
Outros ativos	185 994	84 700
	196 828	95 822
Proveitos a receber	48 415	52 718
Despesas com custo diferido	114 766	122 849
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	16 179	2 489
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	154 257	171 918
Outras operações a regularizar	200 037	99 202
	370 473	273 609
Pensões de reforma e benefícios de saúde	14 602	107 014
	2 994 154	3 030 855

Os outros devedores diversos incluem:

- 100 milhões de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, SA (31 de dezembro de 2011: 100 milhões de euros);
- 67,2 milhões de euros de suprimentos e prestações suplementares a entidades no âmbito da atividade de capital de risco do Grupo que se encontram provisionados em 30,7 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 70,5 milhões de euros; provisões de 8,3 milhões de euros); e
- 94,3 milhões de euros de suprimentos e prestações acessórias na sequência das operações de cedência de créditos, os quais se encontram provisionados em 87,7 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 36,2 milhões de euros, provisões de 23,0 milhões de euros).

As provisões para imparidade na rubrica de devedores e outras aplicações incluem ainda uma provisão no valor de 86,6 milhões de euros relacionada com a desvalorização de ativos internacionais relacionados com o mercado de carbono.

A rubrica de despesas com custo diferido inclui, em 31 de dezembro de 2012, o montante de 64 901 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 66 199 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Grupo no âmbito do ACT para o setor bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de serviço do colaborador no futuro.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	47 861	15 047
Dotações	194 142	39 165
Utilizações	(355)	(2 916)
Reversões	(13 427)	(2 648)
Outros	6 766	(787)
Saldo final	234 987	47 861

NOTA 35 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

A rubrica Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais		
Depósitos	129 382	22 204
Outros recursos	10 150 000	8 764 000
	10 279 382	8 786 204
Recursos de outros Bancos Centrais		
Mercado monetário interbancário	-	21 650
Depósitos	613 938	1 205 859
	613 938	1 227 509
	10 893 320	10 013 713

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da rubrica Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais inclui 10 156 milhões de euros colateralizados por ativos financeiros do Grupo (31 de dezembro de 2011: 8 764 milhões de euros), ver Nota 46.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica Recursos de outros Bancos Centrais – depósitos inclui 431 milhões de euros de recursos do Banco Nacional de Angola (31 de dezembro de 2011: 1 098 milhões de euros).

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais, por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	804 630	4 610 827
De 3 meses a um ano	-	401 497
De um a cinco anos	10 088 690	5 001 389
	10 893 320	10 013 713

NOTA 36 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
No país		
Depósitos	383 720	481 579
Recursos a muito curto prazo	40 172	251 045
Operações com acordo de recompra	66 579	170 850
Outros recursos	4 487	5 279
	494 958	908 753
No estrangeiro		
Depósitos	504 679	854 289
Empréstimos	2 315 433	2 206 392
Recursos a muito curto prazo	194 475	121 259
Operações com acordo de recompra	1 311 162	1 847 600
Outros recursos	267 951	301 067
	4 593 700	5 330 607
	5 088 658	6 239 360

A 31 de dezembro de 2012 esta rubrica incluía 212 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 219 milhões de euros) de recursos de outras instituições de crédito registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 27).

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	2 363 813	3 304 307
De 3 meses a um ano	1 327 967	343 026
De um a cinco anos	669 591	1 760 271
Mais de cinco anos	727 287	831 756
	5 088 658	6 239 360

NOTA 37 – RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica Recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	10 458 336	8 573 096
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	21 719 358	23 397 235
Outros	56 391	110 210
	21 775 749	23 507 445
Depósitos de poupança		
Reformados	28 022	15 049
Outros	1 645 970	1 470 261
	1 673 992	1 485 310
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	242 150	267 801
Outros	390 096	372 510
	632 246	640 311
	34 540 323	34 206 162

Esta rubrica inclui 8 792 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 7 297 milhões de euros) de recursos de clientes registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 27).

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Exigível à vista	10 458 336	8 573 096
Exigível a prazo		
Até 3 meses	11 024 506	14 310 762
De 3 meses a um ano	6 517 198	6 556 146
De um a cinco anos	6 169 147	4 640 082
Mais de cinco anos	371 136	126 076
	24 081 987	25 633 066
	34 540 323	34 206 162

NOTA 38 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

As responsabilidades representadas por títulos decompõem-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<i>Euro Medium Term Notes (EMTN)</i>	10 033 382	9 735 468
Certificados de depósitos	612 033	644 103
Obrigações	1 305 299	3 258 824
Obrigações hipotecárias	864 100	933 732
Outras responsabilidades	2 609 247	3 880 521
	15 424 061	18 452 648

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo tinha emitidas obrigações garantidas Estado Português, no valor nominal de 4 750 milhões de euros, as quais encontravam-se totalmente adquiridas pelo Grupo à data do Balanço (31 de dezembro de 2011: 1 572 milhões de euros).

Esta rubrica inclui 1 488 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 1 234 milhões de euros) de recursos de clientes registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 27).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Grupo procedeu a emissões que totalizam 4 590 milhões de euros. As características das emissões vivas a 31 de dezembro de 2012 são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Rating	
							Moody's	DBRS
BES Obrigações hipotecárias 3,375%	1 000 000	821 922	17-11-2009	17-02-2015	Anual	3,375%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias DUE JUL 17	1 050 000	-	07-07-2010	09-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2017	1 250 000	29	21-07-2010	21-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias DUE 4,6%	40 000	42 149	15-12-2010	26-01-2017	Anual	Taxa fixa 4,6%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias HIPOT. 2018	1 250 000	-	25-01-2011	25-01-2018	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
	4 590 000	864 100						

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais ativos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Grupo BES, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições das referidas emissões enquadram-se no Decreto-Lei n.º 59/2006, nos Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e na Instrução n.º13 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contragarantem estas emissões ascende em 31 de dezembro de 2012 a 5 605,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 5 305,9 milhões de euros) (ver Nota 25).

O movimento ocorrido durante o exercício de 2012 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	(milhares de euros)					
	Saldo em 31.12.2011	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos ^{a)}	Saldo em 31.12.2012
<i>Euro Medium Term Notes (EMTN)</i>	9 735 468	4 682 456	(3 370 609)	(1 355 014)	341 081	10 033 382
Certificados de depósitos	644 103	-	(31 077) ^{b)}	-	(32 070)	612 033
Obrigações	3 258 824	30 000	(1 991 107)	84 402	(76 820)	1 305 299
Obrigações hipotecárias	933 732	-	-	(76 054)	6 422	864 100
Outras responsabilidades	3 880 521	8 505 942	(9 526 639)	(189 293)	(61 284)	2 609 247
	18 452 648	13 218 398	(14 888 355)	(1 535 959)	177 329	15 424 061

a) Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial.

b) No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor das emissões é apresentado líquido de reembolsos.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efetuadas no exercício de 2012, o Grupo reconheceu um ganho de 74,1 milhões de euros (ano de 2011: 155,3 milhões de euros) (ver Notas 14 e 42).

A duração residual das Responsabilidades representadas por títulos, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	2 466 103	6 038 482
De 3 meses a um ano	1 345 865	761 034
De um a cinco anos	7 367 491	7 693 938
Mais de cinco anos	4 244 602	3 959 194
	15 424 061	18 452 648

As características essenciais destes recursos para o Grupo são como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012						
Entidade	Descrição	Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES	BES DUE 2013	EUR	2007	398 329	2013	Euribor 3 meses + 0,125%
BES	BES DUE JUN 14	EUR	2007	375 554	2014	Euribor 3 meses + 0,15%
BES	BES ER 4% ABR05	a) EUR	2005	1 817	2013	Taxa fixa 4,14% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES-E.RENDA 4%	a) EUR	2005	1 712	2013	Taxa fixa 4,15% no 1º,2º e 8º ano + taxa swap do 3º ao 7º ano.
BES	BES 5,625% 2014	EUR	2009	1 359 732	2014	Taxa fixa - 5,63%
BES	BES 3,375%	EUR	2009	821 922	2015	Taxa fixa 3,375%
BES	BES DUE 02/2013	EUR	2009	685 983	2013	Euribor 3 Meses + 1%
BES	BES DUE 3,875%	EUR	2010	436 458	2015	Taxa fixa 3,875%
BES	BES 21/07/2017	EUR	2010	29	2017	Euribor 6 Meses + 0,60%
BES	BES DUE 4,6%	EUR	2010	42 149	2017	Taxa fixa 4,6%
BES	BES DUE JULY 16	EUR	2011	59 708	2016	Taxa fixa 6,875%
BES	BES PORTUGAL NO	a) EUR	2011	19 578	2014	Euribor 6 Meses + 3,5%
BES	BES PORTUGAL	a) EUR	2011	21 986	2014	Euribor 6 Meses + 3,5%
BES	BES 3% 16/12/20	EUR	2011	59 938	2021	Taxa fixa 3%
BES	BES DUE FEV.14	EUR	2012	113 367	2014	Taxa fixa 6,5%
BES	BES 4 ANOS 7%	EUR	2012	126 782	2016	Taxa Fixa 7%
BES	BES 6,9% 2024	EUR	2012	68 281	2024	Taxa Fixa 6,9%
BES	BES 26/10/2015	EUR	2012	50 358	2015	Euribor 6 Meses + 3,85%
BES	BES 5,875% 2015	EUR	2012	738 815	2015	Taxa fixa: 5,875%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN ZC 02/18/2028	EUR	2003	13 603	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,50%
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 08/27/13	EUR	2003	57 452	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 09/02/13	EUR	2003	77 461	2013	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN Step Up 10/07/13	EUR	2003	77 437	2013	StepUp (1º cupão 3,10%)
BES (sucursal de Caimão)	BES CAYMAN - Cupão Zero	EUR	2003	32 513	2028	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 23 2001	EUR	2001	78 140	2013	Taxa fixa - 6,03%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 25 2001	EUR	2001	78 816	2014	Taxa fixa - 6,02%
BES (sucursal de Caimão)	BIC CAYMAN 27 2001	EUR	2001	48 061	2015	Taxa fixa - 6,09%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecárias	a) EUR	2008	153 762	2014	Taxa fixa 4,5%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecárias	a) EUR	2008	80 369	2014	Taxa fixa 4%
BES (sucursal de Espanha)	Cédulas Hipotecárias	a) EUR	2008	86 167	2016	Taxa fixa 4,25%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	600	2013	Taxa fixa 4,42%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	5 986	2013	Taxa fixa 4,26%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	499	2013	Taxa fixa 4,26%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	996	2013	Taxa fixa 4,23%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	699	2013	Taxa fixa 3,71%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	499	2013	Taxa fixa 3,6%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	550	2013	Taxa fixa 3,6%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	849	2013	Taxa fixa 3,61%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	499	2013	Taxa fixa 3,58%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	2 097	2013	Taxa fixa 3,61%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	596	2013	Taxa fixa 3,68%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	599	2013	Taxa fixa 3,58%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	749	2013	Taxa fixa 3,58%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	1 098	2013	Taxa fixa 3,61%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	549	2013	Taxa fixa 3,59%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	748	2013	Taxa fixa 3,61%
BES (sucursal de Espanha)	Pagaré	EUR	2012	498	2013	Taxa fixa 3,61%
BES (sucursal de Espanha)	IM BES EMPRESAS 1 FTA BONO A	EUR	2011	129 769	2043	Eur 1 m + 0,3%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	EUR	2011	13 994	2013	4,13% - 4,87%
BES (sucursal de Londres)	Certificados de depósito	USD	2011	597 448	2013	4,79% - 5,47%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 1	EUR	2012	140 085	2014	Taxa nominal 6,5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 2	EUR	2012	109 713	2016	Taxa nominal 7%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 3	EUR	2012	137 879	2022	Taxa nominal 5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 4	EUR	2012	46 240	2014	Taxa nominal 6,5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 5	EUR	2012	39 784	2016	Taxa nominal 7%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 6	EUR	2012	199 234	2022	Taxa nominal 5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 7	EUR	2012	148 644	2019	Taxa nominal 5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 8	EUR	2012	43 395	2015	Taxa nominal 6,75%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 9	EUR	2012	215 207	2015	Taxa nominal 6,75%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 10	EUR	2012	554 081	2019	Taxa nominal 5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 11	EUR	2012	66 367	2015	Taxa nominal 6,75%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 12	EUR	2012	330 243	2019	Taxa nominal 5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 13	EUR	2012	329 510	2019	Taxa nominal 5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 14	EUR	2012	329 300	2019	Taxa nominal 5%
BES (sucursal de Londres)	EMTN Series 15	EUR	2012	23 744	2014	Taxa nominal 5,5%
BES (sucursal de Luxemburgo)	BES Luxembourg 5,75% 28/06/17	EUR	2012	19 703	2017	Taxa nominal - 5,75%
BES (sucursal de Luxemburgo)	BES Luxembourg 3% 21/06/22	USD	2012	88 645	2022	Taxa nominal - 3%
BES (sucursal de Nova Iorque)	Certificados de depósito	USD	2011	591	2013	4,41% - 5,53%
ES Concessões	Papel Comercial	EUR	2012	73 500	2013	Taxa fixa 6,1440%
BES Finance	EMTN 37	EUR	2004	30 476	2029	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,30%
BES Finance	EMTN 39	EUR	2005	100 090	2015	Euribor 3 meses + 0,23%
BES Finance	EMTN 40	a) EUR	2005	163 551	2035	1º ao 4º ano: taxa fixa 6,00% e indexado à taxa swap após 4º ano
BES Finance	EMTN 56	EUR	2009	36 686	2043	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 57	EUR	2009	34 556	2044	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 58	EUR	2009	32 580	2045	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 59	EUR	2009	42 403	2042	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 60	EUR	2009	47 484	2040	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 61	EUR	2009	44 898	2041	Cupão Zero
BES Finance	EMTN 62	EUR	2009	78 482	2039	Cupão Zero - Taxa fixa 3%

31.12.2012

Entidade	Descrição		Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
BES Finance	EMTN 63		EUR	2009	34 984	2039	Taxa fixa 3%
BES Finance	Exchangeable Bonds (Bradesco)	a)	USD	2010	350 939	2013	Taxa fixa 1,625%
BES Finance	Exchangeable Bonds (EDP)	a)	EUR	2010	392 753	2015	Taxa fixa 3%
BES Finance	Exchangeable Bonds	a)	USD	2012	317 128	2015	Taxa fixa 3,5%
BES Finance	EMTN 64		EUR	2009	5 352	2040	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 65		EUR	2010	28 190	2040	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 66		EUR	2010	83 869	2041	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 67		EUR	2010	63 906	2041	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 69		EUR	2010	3 892	2042	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 70		EUR	2010	98 568	2042	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 71		EUR	2010	22 855	2043	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 72		EUR	2010	43 284	2044	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 73		EUR	2010	17 386	2046	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 79		EUR	2010	40 172	2047	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 80		EUR	2010	1 573	2048	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 81	a)	EUR	2010	6 881	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 82	a)	EUR	2010	6 724	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 83	a)	EUR	2010	6 723	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 84	a)	EUR	2010	6 934	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 85	a)	EUR	2010	6 671	2015	Taxa fixa 3,19%
BES Finance	EMTN 91	a)	EUR	2011	14 768	2013	Taxa fixa 4,75%
BES Finance	EMTN 92	a)	EUR	2011	15 728	2013	Taxa fixa 4,75%
BES Finance	EMTN 93	a)	EUR	2011	15 728	2013	Taxa fixa 4,75%
BES Finance	EMTN 94	a)	EUR	2011	15 678	2013	Taxa fixa 4,75%
BES Finance	EMTN 95	a)	EUR	2011	14 768	2013	Taxa fixa 4,75%
BES Finance	EMTN 96	a)	EUR	2011	9 053	2015	Taxa fixa 5,75%
BES Finance	EMTN 97	a)	EUR	2011	8 943	2015	Taxa fixa 5,75%
BES Finance	EMTN 98	a)	EUR	2011	9 382	2015	Taxa fixa 5,75%
BES Finance	EMTN 99	a)	EUR	2011	9 382	2015	Taxa fixa 5,75%
BES Finance	EMTN 100	a)	EUR	2011	9 382	2015	Taxa fixa 5,75%
BES Finance	EMTN 101	a)	EUR	2011	14 153	2013	Taxa fixa 4,51%
BES Finance	EMTN 102	a)	EUR	2011	15 164	2013	Taxa fixa 4,51%
BES Finance	EMTN 103	a)	EUR	2011	15 164	2013	Taxa fixa 4,51%
BES Finance	EMTN 104	a)	EUR	2011	14 658	2013	Taxa fixa 4,51%
BES Finance	EMTN 105	a)	EUR	2011	14 557	2013	Taxa fixa 4,51%
BES Finance	EMTN 106	a)	EUR	2011	9 720	2015	Taxa fixa 5,51%
BES Finance	EMTN 107	a)	EUR	2011	9 556	2015	Taxa fixa 5,51%
BES Finance	EMTN 108	a)	EUR	2011	10 860	2015	Taxa fixa 5,51%
BES Finance	EMTN 109	a)	EUR	2011	10 860	2015	Taxa fixa 5,51%
BES Finance	EMTN 110	a)	EUR	2011	10 860	2015	Taxa fixa 5,51%
BES Finance	EMTN 111		USD	2011	1 652	2038	Taxa fixa 3%
BES Finance	EMTN 112	a)	EUR	2011	52 443	2014	Taxa fixa 6%
BES Finance	EMTN 113	a)	EUR	2011	68 899	2021	Taxa fixa 5%
BES Finance	EMTN 114	a)	EUR	2011	28 082	2021	Taxa fixa 5%
BESI	BESI OBCX R.ACCRUAL TARN MAR2016		EUR	2006	1 069	2016	Taxa Fixa 6% + Range Accrual
BESI	BESI OB CX RENDIM STEP UP APR14		EUR	2006	4	2014	Taxa Fixa Crescente
BESI	BES INVEST BRASIL 5,625% MAR2015		USD	2010	342 310	2015	Taxa Fixa - 5,625%
BESI	BESI BRASIL 1050 MAR2013		BRL	2010	510	2013	Taxa Fixa - 10,5%
BESI	BESI SEP2014 EQL LINKED	a)	EUR	2010	3 630	2014	aj)
BESI	BESI SEP2014 ORIENTE IV EQL	a)	EUR	2010	12 612	2014	ao)
BESI	BESI 1,8% GOLD APR2015	a)	EUR	2011	1 832	2015	Taxa fixa 1,8% + Indexada ao Ouro
BESI	BESI CLN REP PORTUGUESA OCT2014	a)	EUR	2012	7 109	2014	República portuguesa CLN
BESI	BESI BRASIL AG.CAYMAN 400 MAY2013		USD	2012	7 739	2013	Taxa Fixa - 4%
BESI	BESI BRASIL AG.CAYMAN 400 JUN2013		USD	2012	5 381	2013	Taxa Fixa - 4%
BESI	BESI MAR2013 CONVER SP500	a)	EUR	2012	704	2013	SPX500 VIX Linked
BESI	49-LCA - Letra		BRL	2012	35 785	2013	90% - 98,6% do CDI
BESI	53-LF LETRA FIN		BRL	2010	47 231	2015	100% - 116,5% do CDI
ES Investment Plc	ESIP OUT24 ESFP LINKED CMS NOTE		EUR	2004	5 251	2024	Taxa Fixa + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL MAY2015		EUR	2005	1 258	2015	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP RANGE ACCRUAL JUN15		EUR	2005	239	2015	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP EUR LEVERAGE SNOWBALL JUL15		EUR	2005	1 265	2015	Taxa Fixa + Snowball h)
ES Investment Plc	ESIP AGO05 SEP35 CALLABLE INV FL		EUR	2005	10 393	2035	Euribor 12 meses + i)
ES Investment Plc	ESIP LEVERAGE SNOWBALL SEP2015		EUR	2005	2 424	2015	Taxa Fixa + Snowball h)
ES Investment Plc	ESIP CALL RANGE ACCRUAL NOV2017	a)	EUR	2005	1 216	2017	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP 30CMS-2CMS LKD NOTE NOV2036	a)	EUR	2005	17 361	2036	Taxa Fixa 7.44% + Indexada a CMS
ES Investment Plc	ESIP EUR12M+16 BP APR2016		EUR	2006	4 040	2016	Euribor 12M
ES Investment Plc	ESIP JAN2017 INDEX BASKET LKD	a)	EUR	2007	7 007	2017	j)
ES Investment Plc	ESIP MAY14 EQUITY BASKT LINKED	a)	USD	2007	1 376	2014	p)
ES Investment Plc	ESIP DEC2015 BASKET LINKED	a)	EUR	2007	34	2015	Indexada a BBVA, Credit Agricole e Fortis
ES Investment Plc	ESIP BARCLAYS LKD ZC MAR2016	a)	EUR	2008	543	2016	ZC + g)
ES Investment Plc	ESIP BARCLAYS LKD 6,30% MAR2016	a)	EUR	2008	147	2016	Taxa Fixa 6,30% + g)
ES Investment Plc	ESIP APR2013 AEGON SHARE LKD	a)	EUR	2008	2 869	2013	Indexada a AEGON
ES Investment Plc	ESIP JUN2013 CARBON NOTES	a)	EUR	2008	3 744	2013	an)
ES Investment Plc	ESIP LACAIXA EUR3M+2% MAR2011	a)	EUR	2009	2 428	2016	EURIBOR3M +2% + g)
ES Investment Plc	ESIP JUL2014 INFLATION LINKED	a)	EUR	2009	1 452	2014	Indexada à Inflação
ES Investment Plc	ESIP FEB2020 EQL LINKED	a)	EUR	2009	10	2020	ad)
ES Investment Plc	ESIP CLN 5,45% OCT2014	a)	EUR	2009	96	2014	g)
ES Investment Plc	ESIP OCT2014 EQL	a)	EUR	2009	965	2014	Indexada a Gazprom, Nokia e DU PONT
ES Investment Plc	ESIP CIMPOR CLN EUR3M DEC2014	a)	EUR	2009	3 760	2014	g)

31.12.2012

Entidade	Descrição		Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
ES Investment Plc	ESIP FTD IBERIA 5,95% DEC2014	a)	EUR	2009	165	2014	g)
ES Investment Plc	ESIP FTD IBERIA II 5,5% DEC2014	a)	EUR	2009	4 853	2014	g)
ES Investment Plc	ESIP USD FTD IBERIA 5,5% DEC2014	a)	USD	2009	3 667	2014	g)
ES Investment Plc	ESIP DEC2014 SXSE LINKED	a)	EUR	2009	3 285	2014	Indexada a DJ Eurostoxx 50
ES Investment Plc	ESIP BRAZIL EQL LINKED	a)	EUR	2009	3 540	2014	al)
ES Investment Plc	ESIP BSKT MERC EMERG EQL FEB2014	a)	EUR	2010	2 694	2014	d)
ES Investment Plc	ESIP WORST SOFT CMDT MAR2013	a)	EUR	2010	1 210	2013	k)
ES Investment Plc	ESIP DJ US REAL EST LKD MAR2015	a)	EUR	2010	1 572	2015	Indexado a Ishares DJ US Real State Index fund
ES Investment Plc	ESIP SOFT COMMODIT LKD APR2013	a)	EUR	2010	2 102	2013	o)
ES Investment Plc	ESIP USDEUR FX LKD MAY2015	a)	EUR	2010	287	2015	Indexado a EUR/USD
ES Investment Plc	ESIP CRDAGRI CL EUR6M+1,15 JUN15	a)	EUR	2010	2 517	2015	Euribor 6M ACT/360
ES Investment Plc	ESIP EDP BCP PT LKD JUN2013	a)	EUR	2010	1 369	2013	w)
ES Investment Plc	ESIP FTD CRD LINKED JUN2015	a)	EUR	2010	4 570	2015	x)
ES Investment Plc	ESIP BRAZIL EQL MAY2016	a)	EUR	2010	3 307	2016	ac)
ES Investment Plc	ESIP SXSE MAY14 EQL	a)	EUR	2010	1 729	2014	Indexada a Eurostoxx
ES Investment Plc	ESIP JUN2013 BASKET LINKED	a)	EUR	2010	3 674	2013	5,70% + af)
ES Investment Plc	ESIP BES RENDIM CRD LKD JUN2013	a)	EUR	2010	19 697	2013	ag)
ES Investment Plc	ESIP TELECOM LKD JUL2013	a)	EUR	2010	8 670	2013	ah)
ES Investment Plc	ESIP BASKET LKD JUL2013	a)	EUR	2010	3 799	2013	ai)
ES Investment Plc	ESIP BASKET LKD JUL2014	a)	EUR	2010	1 387	2014	ai)
ES Investment Plc	ESIP AUG13 RANGE ACCRUAL	a)	EUR	2010	1 002	2013	Range accrual
ES Investment Plc	ESIP AUG2013 EURUSD FX LINKED	a)	EUR	2010	767	2013	Indexada a Câmbio
ES Investment Plc	ESIP SEP2013 CURRENCIES LINKED	a)	EUR	2010	906	2013	ap)
ES Investment Plc	ESIP SEP15 DIGITAL	a)	USD	2010	1 115	2015	Digital US Libor 3M
ES Investment Plc	ESIP JAN2011 DOW JONES INDUS LKD	a)	EUR	2010	1 136	2013	Indexada a INDU
ES Investment Plc	ESIP ASIA INDEX LKD SEP2014	a)	EUR	2010	1 557	2014	ab)
ES Investment Plc	ESIP EDP PT CGD CRDLKD DEC2013	a)	EUR	2010	6 966	2013	v)
ES Investment Plc	ESIP GOLD LKD OCT2013	a)	EUR	2010	1 383	2013	Indexada ao Gold
ES Investment Plc	ESIP EDP CRDLKD DEC2013	a)	EUR	2010	4 593	2013	Euribor 6m + 3,5% + Indexada à EDP
ES Investment Plc	ESIP NOV2013 SAN BBVA EQL LINKED	a)	EUR	2010	1 664	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ES Investment Plc	ESIP NOV2013 SANTANDER LKD	a)	EUR	2010	937	2013	Indexada ao BSCH
ES Investment Plc	ESIP SAN BBVA LINKED NOV2013	a)	EUR	2010	2 152	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ES Investment Plc	ESIP DEC2013 SAN BBVA EQL LINKED	a)	EUR	2010	931	2013	Indexada ao BSCH e BBVA
ES Investment Plc	ESIP NOV2013 ASIA PACIF BSKT LKD	a)	EUR	2010	2 394	2013	u)
ES Investment Plc	ESIP NOV2013 AMERLATIN BSKT LKD	a)	EUR	2010	1 839	2013	t)
ES Investment Plc	ESIP DEC2015 CREDLINKED BSCH	a)	EUR	2011	1 570	2015	Indexada a BBVA, Credit Agricole e Fortis
ES Investment Plc	ESIP CABAZ BRASIL LKD FEB14	a)	EUR	2011	1 675	2014	b)
ES Investment Plc	ESIP FEB16 5A EXPOSIC AFRICA LKD	a)	EUR	2011	1 177	2016	c)
ES Investment Plc	ESIP EXPOSIÇÃO EURUSD LKD FEB14	a)	EUR	2011	1 216	2014	FX EUR/USD Linked
ES Investment Plc	ESIP DUAL5%+AFRICA LKD FEB15	a)	EUR	2011	1 158	2015	s)
ES Investment Plc	ESIP 2 ANOS EURUSD LKD FEB13	a)	EUR	2011	1 438	2013	FX EUR/USD Linked
ES Investment Plc	ESIP SXSE LKD FEB14	a)	EUR	2011	342	2014	Eurostoxx Linked
ES Investment Plc	ESIP CLN EDP MAR2014	a)	EUR	2011	10 820	2014	7% + CLN EDP
ES Investment Plc	ESIP WORST DIG COMM EQL MAR2013	a)	EUR	2011	822	2013	e)
ES Investment Plc	ESIP MAR14 BES EURUSD LINKED	a)	EUR	2011	1 488	2014	FX USD/BRL Linked
ES Investment Plc	ESIP APR2015 BES ENERGIA LINKED	a)	EUR	2011	10 135	2015	Espirito Santo Rockefeller Global Linked
ES Investment Plc	ESIP MAR14 EURCHF LINKED	a)	EUR	2011	1 364	2014	FX EUR/CHF Linked
ES Investment Plc	ESIP CLN SANTANDER MAR2014	a)	EUR	2011	6 260	2014	6,35% + CLN BSCH SUB
ES Investment Plc	ESIP EDP MAR2014 CLN	a)	EUR	2011	16 053	2014	6,5% + CLN EDP
ES Investment Plc	ESIP SXSE SPX LKD MAR2016	a)	EUR	2011	1 658	2016	Eurostoxx Linked
ES Investment Plc	ESIP APR2015 BES ENERGIA LKD	a)	USD	2011	2 592	2015	Espirito Santo Rockefeller Global Linked
ES Investment Plc	ESIP MAR2014 TEF FTE LINKED	a)	EUR	2011	607	2014	Telefonica e France Telecom Linked
ES Investment Plc	ESIP APRIL2014 HEALTH CARE LKD	a)	EUR	2011	8 020	2014	Health Care Select Sector SPDR Fund Linked
ES Investment Plc	ESIP APR2013 EURUSD LKD	a)	EUR	2011	2 469	2013	FX EUR/USD Linked
ES Investment Plc	ESIP SXSE SPX LKD APR2014	a)	EUR	2011	2 388	2014	SXSE e SPX Linked
ES Investment Plc	ESIP HEALTH CARE LKD APR2014	a)	EUR	2011	2 300	2014	f)
ES Investment Plc	ESIP TEF PT LKD 26APR2014	a)	EUR	2011	467	2014	Telefonica e Portugal Telecom Linked
ES Investment Plc	ESIP EDP CLN JUN2014	a)	EUR	2011	13 940	2014	7% + CLN EDP
ES Investment Plc	ESIP STEP-UP APR2013	a)	EUR	2011	1 204	2013	Fixed STEP-UP Rate
ES Investment Plc	ESIP TEF PT LKD APR2014	a)	EUR	2011	462	2014	Telefonica e Portugal Telecom Linked
ES Investment Plc	ESIP EUR CLN JUN2014	a)	EUR	2011	10 250	2014	6,75% + CLN PT
ES Investment Plc	ESIP BES MOMENTUM JUN2015	a)	EUR	2011	6 737	2015	Espirito Santo Momentum Fund Linked
ES Investment Plc	ESIP BSCH CLN JUN2014	a)	EUR	2011	6 183	2014	6,1% + CLN BSCH
ES Investment Plc	ESIP BES PROTECÇÃO JUN2014	a)	EUR	2011	52 823	2014	m)
ES Investment Plc	ESIP BRAZIL NOTES LKD MAY2011	a)	EUR	2011	3 949	2016	FX EUR/BRL Linked
ES Investment Plc	ESIP BES 5ANOS EFIC ENERG JUNE16	a)	EUR	2011	3 049	2016	r)
ES Investment Plc	ESIP PETROBRAS CLN JUN2014	a)	USD	2011	2 284	2014	3-Month USD libor + 3,70% + CLN PETROBRAS
ES Investment Plc	ESIP PT II CLN JUN2014	a)	EUR	2011	8 170	2014	7% + CLN PT
ES Investment Plc	ESIP TEF PT JUN2014	a)	EUR	2011	750	2014	Telefonica e Portugal Telecom Linked
ES Investment Plc	ESIP JAN2013 BES BRASIL 18M	a)	EUR	2011	7 467	2013	EWZ Linked
ES Investment Plc	ESIP SANTANDER CLN JUN2014	a)	EUR	2011	2 898	2014	6,4% + CLN BSCH
ES Investment Plc	ESIP BES PROTECÇÃO II JUN2014	a)	EUR	2011	24 818	2014	Inflation and Euribor 12M Liked
ES Investment Plc	ESIP EUR PRICING POWER 5Y JUL14	a)	EUR	2011	1 816	2016	z)
ES Investment Plc	ESIP 2Y BULLISH CAB VS USD JUL13	a)	EUR	2011	1 451	2013	Fx linked
ES Investment Plc	ESIP ASCENDI CLN JUL2013	a)	USD	2011	5 063	2013	7,25% + Ascendi CLN
ES Investment Plc	ESIP SXSE JUL15 EQL	a)	EUR	2011	1 510	2015	Eurostoxx Linked
ES Investment Plc	ESIP AUG14 ES ROCKEFELLERGLO LKD	a)	EUR	2011	940	2014	Espirito Santo Rockefeller Linked
ES Investment Plc	ESIP BARCLAYS CLN SEP2014	a)	EUR	2011	2 981	2014	6% + Barclays CLN
ES Investment Plc	ESIP AUG14 INFLATION LKD	a)	EUR	2011	41 261	2014	Inflation Linked

31.12.2012

Entidade	Descrição		Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	Taxa de juro
ES Investment Plc	ESIP AUG2014 ALEMANHA EQL LINKED	a)	EUR	2011	513	2014	q)
ES Investment Plc	ESIP ESFP CLN JUL2013	a)	USD	2011	5 550	2013	ESFP CLN
ES Investment Plc	ESIP BRL FXL LINKED SEP2016	a)	EUR	2011	1 636	2016	Fx linked
ES Investment Plc	ESIP SEP14 TRY LKD	a)	EUR	2011	1 594	2014	Fx linked
ES Investment Plc	ESIP BANCO POPULAR CLN SEP2014	a)	EUR	2011	3 391	2014	8,75% + POPULAR CLN
ES Investment Plc	ESIP BCO POPULAR CLN SEP2014	a)	EUR	2011	1 798	2014	8,75% + POPULAR CLN
ES Investment Plc	ESIP SEP2014 INFLATION+EURIBOR	a)	EUR	2011	29 076	2014	Inflation and Euribor 12M Liked
ES Investment Plc	ESIP SEP2014 PSI20 EQL 4	a)	EUR	2011	2 926	2014	PSI20 Linked
ES Investment Plc	ESIP DEC2013 BES4%GLOBAL LINKED	a)	EUR	2011	29 366	2015	aq)
ES Investment Plc	ESIP BCO POPULAR CRDLK SEP2014	a)	EUR	2011	7 755	2014	9,40% + Banco Popular CLN
ES Investment Plc	ESIP OCT2014 WORLD INVESTM EQL 3	a)	EUR	2011	1 835	2014	j)
ES Investment Plc	ESIP PT CLN DEC2014	a)	EUR	2011	22 569	2014	11% + PT CLN
ES Investment Plc	ESIP AUTOCALLABLE 2014	a)	EUR	2011	2 679	2014	ar)
ES Investment Plc	ESIP TELECOM ITALIA CLN DEC2014	a)	EUR	2011	5 628	2014	7,25% + Telecom Italia CLN
ES Investment Plc	ESIP EDP USD CLN DEC2014	a)	USD	2011	1 613	2014	8,5% + EDP CLN
ES Investment Plc	ESIP AUTOCALL HIGH DIVD DEC2014	a)	EUR	2011	1 874	2014	at)
ES Investment Plc	ESIP WORLD INVESTMENT II DEC2014	a)	EUR	2011	1 023	2014	j)
ES Investment Plc	ESIP TELEFONICA CLN DEC2014	a)	EUR	2011	4 862	2014	7,15% + Telefonica CLN
ES Investment Plc	ESIP PORTUGUESE REP CLN DEC2021	a)	EUR	2011	25 643	2021	6% + Republica Portuguesa CLN
ES Investment Plc	ESIP UTILITIES SHS DEC2018	a)	EUR	2011	508	2018	au)
ES Investment Plc	ESIP UTILIT FINANCIALS SHS DEC18	a)	EUR	2011	2 460	2018	n)
ES Investment Plc	ESIP PT CRDLKD DEC2013	a)	EUR	2012	16 473	2013	7,75% + PT CLN
ES Investment Plc	ESIP EWZ EQL JAN2015	a)	EUR	2012	1 001	2015	EWZ Linked
ES Investment Plc	ESIP FEB16 EMP NORDICAS EQL	a)	EUR	2012	1 993	2016	y)
ES Investment Plc	ESIP AUG2014 CABAZ MOEDAS 12-14	a)	EUR	2012	7 408	2014	av)
ES Investment Plc	ESIP CABAZMOEDA VS EUR FEB15 FXL	a)	EUR	2012	754	2015	av)
ES Investment Plc	ESIP EMPRES CHINESAS FEB2017 EQL	a)	EUR	2012	1 437	2017	aw)
ES Investment Plc	ESIP EDP MAR2014 CLN 2	a)	EUR	2012	14 569	2014	6,9% + EDP CLN
ES Investment Plc	ESIP TWIN WIN EURUSD MAR2015	a)	EUR	2012	1 037	2015	EUR/USD Linked
ES Investment Plc	ESIP LUXURY GOODS LKD MAR2015	a)	EUR	2012	1 619	2015	ax)
ES Investment Plc	ESIP PSI20 LKD MAR2015	a)	EUR	2012	3 443	2015	PSI20 Linked
ES Investment Plc	ESIP DUAL UPGRADE MAR2014	a)	EUR	2012	1 560	2014	ay)
ES Investment Plc	ESIP DIG CPN EURIBOR 3M MAR2015	a)	EUR	2012	1 685	2015	Digital EURIBOR 3M
ES Investment Plc	ESIP APR2019 RECOV BASKET LINKED	a)	EUR	2012	175	2019	az)
ES Investment Plc	ESIP BBVA LKD APR2013	a)	EUR	2012	2 472	2013	BBVA Linked
ES Investment Plc	ESIP APR2015 PSI20 LINKED	a)	EUR	2012	1 334	2015	PSI20 Linked
ES Investment Plc	ESIP APR2020 BES PROTECÇÃO LKD	a)	EUR	2012	340	2020	Inflation Linked
ES Investment Plc	ESIP BBVA LINKED APR2013	a)	EUR	2012	1 038	2013	BBVA Linked
ES Investment Plc	ESIP PT 3YR CREDIT LKD JUN15	a)	EUR	2012	10 613	2015	7,75% + PT CLN
ES Investment Plc	ESIP BBVA LKD MAY2013	a)	EUR	2012	1 075	2013	BBVA Linked
ES Investment Plc	ESIP PT 3YR CREDIT LINKED JUN15	a)	EUR	2012	14 482	2015	7,75% + PT CLN
ES Investment Plc	ESIP BES TECNOLOGIA JUN2015 EQL	a)	EUR	2012	4 791	2015	ba)
ES Investment Plc	ESIP SANTANDER JUN2015	a)	EUR	2012	779	2015	BSCH Linked
ES Investment Plc	ESIP EXPOSIÇÃO PETROLEO JUN2015	a)	EUR	2012	565	2015	Brent Linked
ES Investment Plc	ESIP BES EXPOS PETROLE JUN15 EQL	a)	EUR	2012	2 278	2015	Brent Linked
ES Investment Plc	ESIP RECOV BSKT LINKED JUN2019	a)	EUR	2012	758	2019	bb)
ES Investment Plc	ESIP EDP 3YR CREDIT LINKED JUN15	a)	EUR	2012	15 853	2015	8% + EDP CLN
ES Investment Plc	ESIP SANTANDER JUL15 EQL	a)	EUR	2012	806	2015	BSCH Linked
ES Investment Plc	ESIP SX5E JUN15 EQL	a)	EUR	2012	60	2015	SX5E Linked
ES Investment Plc	ESIP EQUITY LKD AUG2016	a)	EUR	2012	3 740	2016	l)
ES Investment Plc	ESIP EDP 3YR II CREDIT LKD JUN15	a)	EUR	2012	13 058	2015	8% + EDP CLN
ES Investment Plc	ESIP JUL15 EQL	a)	EUR	2012	839	2015	SPX500 Linked
ES Investment Plc	ESIP TELECOM ITALIA CLN SEP2015	a)	EUR	2012	4 754	2015	7% + TELECOM ITALIA CLN
ES Investment Plc	ESIP E-COMMERCE EQTY LKD AUG2016	a)	EUR	2012	4 545	2016	ak)
ES Investment Plc	ESIP PT TELECO CLN SEP2015	a)	EUR	2012	6 751	2015	7% + PT CLN
ES Investment Plc	ESIP SEP2015 EDP LKD	a)	USD	2012	1 602	2015	7,45% + EDP CLN
ES Investment Plc	ESIP SEP2015 CRESCIM IMOBILI LKD	a)	EUR	2012	3 475	2015	IYR Linked
ES Investment Plc	ESIP EDP CLN SEP2015	a)	EUR	2012	8 369	2015	6,25% + EDP CLN
ES Investment Plc	ESIP BRL EQL SEP2017	a)	EUR	2012	3 306	2017	EUR/BRL Linked
ES Investment Plc	ESIP BES EXP COMMOD AGRICOL EQL4	a)	EUR	2012	8 500	2014	o)
ES Investment Plc	ESIP COMMOD AGRICOL EQL5 OCT2015	a)	EUR	2012	4 665	2015	k)
ES Investment Plc	ESIP BASKET LINKED OCT2019	a)	EUR	2012	399	2019	am)
ES Investment Plc	ESIP BRAZILIAN NOTES IV OCT2017	a)	EUR	2012	1 665	2017	EUR/BRL Linked
ES Investment Plc	ESIP IBERIA NOV2015	a)	EUR	2012	2 206	2015	IBEX+PSI20 Linked
ES Investment Plc	ESIP TURKISH LIRA EQL6 OCT2015	a)	EUR	2012	1 547	2015	EUR/TRY Linked
ES Investment Plc	ESIP BASKET OCT2019 EQL2	a)	EUR	2012	1 282	2019	REP e BSCH Linked
ES Investment Plc	ESIP NOV2013 BARCLAYS LKD	a)	EUR	2012	1 092	2013	Barclays Linked
ES Investment Plc	ESIP COMMODITIES NOV2015	a)	EUR	2012	4 021	2015	bc)
ES Investment Plc	ESIP SX5E AUTOCALL NOV2015	a)	EUR	2012	2 366	2015	SX5E Linked
ES Investment Plc	ESIP DEC2015 CRDLKD EUR FTD TELE	a)	EUR	2012	13 977	2015	bd)
ES Investment Plc	ESIP DEC2012 BASKET FTD	a)	EUR	2012	1 497	2015	be)
ES Investment Plc	ESIP DEC2016 AUTOCALL BRASIL	a)	EUR	2012	6 881	2016	bf)
ES Investment Plc	ESIP DEC2015 SX7P LINKED	a)	EUR	2012	940	2015	SX7P Linked
ES Investment Plc	ESIP DEC2017 EDP PT TEL.ITAL LK	a)	EUR	2012	1 934	2017	bg)
ES Investment Plc	ESIP DEC2015 CRDLKD EDP	a)	EUR	2012	986	2015	5,25% + EDP CLN
ES Investment Plc	ESIP DEC2015 CRDLKD EDP PT	a)	EUR	2012	3 832	2015	6,50% + EDP PT CLN
ES Investment Plc	ESIP DEC2015 CRDLKD EDP PT TLCM	a)	EUR	2012	1 873	2017	bg)
ES Investment Plc	ESIP DEC2017 RENAULT PT LINKED	a)	EUR	2012	4 164	2017	8,65% + RENAULT PT CLN
BESIL	BESIL STEP UP 09/02/13		EUR	2003	1 882	2013	Taxa fixa - 6,44%

Entidade	Descrição	31.12.2012				Taxa de juro
		Moeda	Data de emissão	Valor de balanço	Maturidade	
BESIL	BESIL STEP UP 10/07/13	EUR	2003	1 766	2013	Taxa fixa - 6,44%
ESPLC	BES0513_23E BESESPLC23/05/2013	EUR	2012	29 822	2013	Taxa fixa 1,764%
ESPLC	BES0113_44E BESESPLC11/01/2013	EUR	2012	25 247	2013	Taxa fixa 3,2%
ESPLC	BES0113_50E BESESPLC04/01/2013	EUR	2012	150 266	2013	Taxa fixa 0,75%
ESPLC	BES0113_51E BESESPLC08/01/2013	EUR	2012	130 222	2013	Taxa fixa 0,75%
ESPLC	BES0113_52E BESESPLC07/01/2013	EUR	2012	20 111	2013	Taxa fixa 3,5%
ESPLC	BES0113_54E BESESPLC14/02/2013	EUR	2012	123 100	2013	Taxa fixa 0,70%
ESPLC	BES0113_55E BESESPLC18/02/2013	EUR	2012	127 101	2013	Taxa fixa 0,70%
ESPLC	BES0113_56E BESESPLC25/02/2013	EUR	2012	120 077	2013	Taxa fixa 0,70%
ESPLC	BES0113_53E BESESPLC06/11/2013	USD	2012	27 474	2013	Taxa fixa 4,45%
ESPLC	BES0313_59E BESESPLC11/03/2013	EUR	2012	160 047	2013	Taxa fixa 0,70%
ESPLC	BES0313_60E BESESPLC15/03/2013	EUR	2012	140 035	2013	Taxa fixa 0,70%
Lusitano Mortgage nº 6	Class A Mortgage Backed Floating Rate Notes	EUR	2007	520 802	2060	Euribor + 0,30%
Lusitano Mortgage nº 6	Class B Mortgage Backed Floating Rate Notes	EUR	2007	6 501	2060	Euribor + 0,30%
Lusitano Mortgage nº 6	Class C Mortgage Backed Floating Rate Notes	EUR	2007	10 003	2060	Euribor + 0,45%
Lusitano SME nº 1	Class A asset backed floating rate notes	EUR	2006	100 590	2028	Euribor + 0,15%
Lusitano SME nº 1	Class B asset backed guaranteed floating rate notes	EUR	2006	35 941	2028	Euribor + 0,05%
Lusitano SME nº 1	Class C asset backed floating rate notes	EUR	2006	29 960	2028	Euribor + 2,20%
				15 424 061		

- a) Emissões com derivados embutidos ou ao *fair value option*.
b) Indexado a Cabaz de Ações Petrobras, Companhia Siderurgia Nacional, Vale SA, Itau Unibanco e Banco Bradesco.
c) Indexado a Cabaz de Index MSCI Daily TR Net Emerging Markets Egypt USD e FTSE/JSE Africa TOP40.
d) Indexado a Cabaz de Ações Ericsson, Komatsu, Santander, Sanofi-Aventis e ABB LTD.
e) Indexado a Cabaz de *Commodities* sobre *Copper, Oil, Sugar, e Gold*.
f) Indexado a Cabaz de Ações de Gilead sciences, Celgene corp, Mylan Inc, Teva Pharmaceutical Ind Ltd e Amgen Inc.
g) Indexado a risco de crédito.
h) Indexado a cupão anterior + *spread* - Euribor.
i) Indexado a *reverse floater*.
j) Indexado a Cabaz composto pelos índices Dow Jones Eurostoxx 50, S&P 500 e Nikkei 225.
k) Indexado a Cabaz de *Commodities Corn, Wheat e Soybean*.
l) Indexado a Cabaz de Ações de Vodafone, Sanofi, Novartis e McDonald's.
m) 4% + Indexado a Eurostat Consumer Price Index (CPI) (excl. Tabaco) for the Eurozone.
n) Indexado a Cabaz de Ações Telefonica, Santander, Deutsche Bank e Deutsche Telekom.
o) Indexado a Cabaz de *Commodities Corn, Wheat e Sugar*.
p) Indexado a Cabaz composto pelas Ações BBVA e BSCH.
q) Indexado a Cabaz de Ações Daimler, DB, E.ON.
r) Indexado a Cabaz de Ações de Philips, Siemens, Iberdrola e Veolia.
s) 5% + Indexado a Cabaz de Index MSCI Daily TR Net Emerging Markets Egypt USD e FTSE/JSE Africa TOP40.
t) Indexado a Cabaz de Índices MSCI Brasil, Chile e Mexico.
u) Indexado a Cabaz de Índices HSCEI, MSCI India, KOSPI200 e SP ASX500.
v) Indexado a Crédito EDP, PT e CGD.
w) Indexado a Cabaz de Ações EDP, BCP e PT.
x) Indexado a Crédito (*First to default*) sobre Santander, PT INT FIN, EDP e Brisa.
y) Indexado a Cabaz de Ações Telenor, Aker Solutions, Tele2 e Volvo.
z) Indexado a Cabaz de Ações Oracle, SAP, Caterpillar, Komatsu, BHP Billiton, Mitsubishi.
aa) Indexado a Cabaz de Ações BBVA, REPSOL e ENEL.
ab) Indexado a Cabaz de Índices HSCEI, MSCI India, MSCI Taiwan e SP ASX200.
ac) Indexado a Cabaz de Ações Petrobras, Gerdau, Vale, Itau Unibanco e Banco Bradesco.
ad) Indexado a Cabaz de Ações France Telecom e Deutsche Telekom.
ae) Indexado a Cabaz de Índices Eurostoxx, SP500, Nasdaq100 e iShare MSCI Brazil Fund.
af) Indexado a Crédito Brisa, EDP, PT e Credit Agricole.
ag) Indexado a Crédito PT, EDP e Brisa.
ah) Indexado a Cabaz de Ações Telefonica, Deutsche Telekom e Vodafone.
ai) Indexado a Cabaz de Ações Louis Vuitton, Nokia, Bayer e E.ON.
aj) Indexado a Cabaz composto pelos Índices Eurostoxx50, SP500, Nasdaq100 e EWZ.
ak) Indexado a Cabaz de Ações Amazon, Ebay, Fedex e United Parcel Services.
al) Indexado a Cabaz de Ações Petrobras, Companhia Siderurgia Nacional, Itau Unibanco e Banco Bradesco.
am) Indexado a Cabaz de Ações Nestlé, Roche, Deutsche Telekom e Societe Generale.
an) Indexado a Cabaz de Ações Petróleo Brasileiro, Banco Bradesco, Companhia Vale Rio Doce.
ao) Indexado a Cabaz composto pelo Índices TOPIX, HANG SENG, HSCEI, NIFTY, KOSPI2 e MSCI Singapore.
ap) Indexado a Cabaz de moedas EUR/AUD, EUR/CAD, EUR/NZD, EUR/INR.
aq) 4%+ Barclays Capital Armour EUR 7% Index.
ar) Indexado a Cabaz de Ações Ambev, TAM, Brasil Foods, Itau Unibanco, Gerdau e Cia Energética de Minas Gerais.
as) Indexado a Cabaz de Ações Telefonica, Banco Santander, BBVA e Banco Popular.
at) Indexado a Cabaz de Ações Vodafone Group PLC, Sanofi, Novartis AG e MacDonald's Corp.
au) Indexado a Cabaz de Ações Telefonica, Iberdrola, ENI spa e Deutsche Telekom.
av) Indexado a Cabaz de Moedas: EUR/USD; EUR/NOK e EUR/SEK.
aw) Indexado a Cabaz de Ações China Life Insurance Co, Petrochina Co e China Mobile LTD.
ax) Indexado a Cabaz de Ações Anglo American, Cie Financiere Richemont, Porsche, Pernod Ricard, LVMH Moët Hennessy.
ay) Indexado a Cabaz de Ações FedEx, Macy's, Harley Davidson, Red Hat e Swiss RE.
az) Indexado a Cabaz de Ações Telefonica, BNP Paribas, Vodafone Group PLC e E.ON.
ba) Indexado a Cabaz de Ações HTC, Panasonic e Samsung.
bb) Indexado a Cabaz de Ações Telefonica, Repsol, Santander e France Telecom.
bc) Indexado a Cabaz de Commodities Copper, Gold e Palladium.
bd) Indexado a Crédito Portugal Telecom, Telefonica e Telecom Italia.
be) Indexado a Crédito Gas Natural, Renault e Telecom Italia.
bf) Indexado a Cabaz de Ações Petróleo Brasileiro, Companhia Vale Rio Doce, Itau Unibanco e BRF Brasil Foods SA.
bg) Indexado a Crédito Portugal Telecom, EDP e Telecom Italia.

NOTA 39 – CONTRATOS DE INVESTIMENTO

O detalhe dos passivos relativos a contratos de investimento apresenta-se como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Contratos de taxa fixa	1 298 933	-
Contratos de seguro em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro	2 114 630	-
	3 413 563	-

O saldo desta rubrica, no exercício de 2012, decorre da consolidação integral da BES Vida a partir de 1 de maio de 2012, conforme referido na Nota 54.

De acordo com o IFRS 4, os contratos emitidos pelo Grupo em que apenas existe transferência de risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, são classificados como contratos de investimento.

O movimento na rubrica de contratos de investimento de taxa fixa durante o exercício de 2012 foi como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do exercício	-	-
Alteração no perímetro de consolidação	376 975	-
Novos contratos/ reforços	1 016 704	-
Benefícios pagos	(144 049)	-
Juro técnico do exercício	49 303	-
Saldo no fim do exercício	1 298 933	-

O movimento na rubrica de contratos de investimento nos quais o risco financeiro é suportado pelo tomador de seguro durante o exercício de 2012 foi como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do exercício	-	-
Alteração no perímetro de consolidação	1 868 167	-
Novos contratos/ reforços	253 300	-
Benefícios pagos	(193 124)	-
Resultado técnico	186 287	-
Saldo no fim do exercício	2 114 630	-

NOTA 40 – PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	190 450	214 706
Alteração no perímetro de consolidação	16 945	-
Reforços/ (reposições)	56 978	6 860
Utilizações	(17 954)	(35 678)
Diferenças de câmbio e outras	(9 469)	4 562
Saldo final	236 950	190 450

O saldo desta rubrica, cujo valor ascende a 236 950 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 190 450 milhares de euros), visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da atividade do Grupo, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de ações do Banco Boavista Interatlântico, por ações do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Grupo constituiu provisões no valor de 60,3 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 61,4 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;

- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Grupo. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem em 31 de dezembro de 2012 a cerca de 67,7 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 22,5 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais para cujas contingências o Grupo mantém provisões de 36,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 36,0 milhões de euros);
- O valor remanescente, de 72,9 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 70,6 milhões de euros), destina-se à cobertura de potenciais perdas decorrentes da atividade normal do Grupo tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

NOTA 41 – IMPOSTOS

O Banco e as subsidiárias com sede em Portugal estão sujeitos a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, e no que respeita às entidades do Grupo abrangidas pela legislação fiscal portuguesa, foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, a Lei nº2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional até 5% referente à Derrama Estadual que incide sobre lucros tributáveis acima dos 10 milhões de Euros, nos termos previstos na Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012).

Adicionalmente, para efeitos do cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi tomado em consideração o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, que regula a transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social e que, conjugado com o artigo 183º da Lei nº 64B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012), consagrou um regime especial de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes dessa transferência:

- O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 10 anos, a partir do exercício que se inicia em 1 de janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de capital próprio;
- O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios da IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (16 anos no caso do BES), a partir do exercício que se inicia em 1 de janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de resultados.

Os impostos diferidos ativos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios atuariais são pois recuperáveis nos prazos de 10 e 16 anos, via rubricas de capital próprio e via rubricas de resultados, respetivamente.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2011 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5% de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, e a Lei nº2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Em termos de imposto corrente relativo ao exercício de 2011, a Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira beneficiava, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de uma isenção de IRC até 31 de dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considerava-se que pelo menos 85% do lucro tributável da atividade global do Banco era resultante de atividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Na medida em que a alteração das taxas de Derrama Estadual prevista na Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), se aplica apenas aos exercícios de 2012 e de 2013 e não se estima que nesses exercícios ocorra a reversão de diferenças temporárias com impacto líquido significativo, a mesma não foi tomada em consideração no cálculo do imposto diferido a 31 de dezembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2012. Assim, para os exercícios em causa, o imposto diferido foi apurado com base numa taxa agregada de 29%, resultante do somatório das taxas de IRC (25%), Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (2,5%) acima referidas. O imposto diferido ativo relativo aos prejuízos fiscais foi apurado com base na taxa de IRC de 25%.

As declarações de autoliquidação do IRC do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração do Banco e das subsidiárias com sede em Portugal que, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os impostos sobre os lucros das entidades do Grupo localizadas no estrangeiro observam a legislação fiscal prevalente nos respetivos países onde operam.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	Ativo		Passivo		Líquido	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos financeiros	74 257	111 815	(106 717)	(95 910)	(32 460)	15 905
Imparidade de crédito a clientes	402 750	333 721	-	-	402 750	333 721
Outros ativos tangíveis	271	285	(8 901)	(9 068)	(8 630)	(8 783)
Ativos intangíveis	102	102	-	-	102	102
Investimentos em subsidiárias e associadas	-	-	(163 986)	(54 572)	(163 986)	(54 572)
Provisões	54 356	33 357	-	-	54 356	33 357
Pensões	257 901	290 150	(35 507)	(39 825)	222 394	250 325
Prémios de antiguidade	7 726	8 185	-	-	7 726	8 185
Débitos representados por títulos	-	204	(1 010)	-	(1 010)	204
Outros	16 815	7 645	(4 117)	(2 052)	12 698	5 593
Prejuízos fiscais reportáveis	80 654	17 587	296	-	80 950	17 587
Imposto diferido ativo/ (passivo)	894 832	803 051	(319 942)	(201 427)	574 890	601 624
Compensação de ativos/passivos por impostos diferidos	(165 927)	(90 894)	165 927	90 894	-	-
Imposto diferido ativo/ (passivo) líquido	728 905	712 157	(154 015)	(110 533)	574 890	601 624

O Grupo avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros fiscais futuros tributáveis.

O Grupo não reconhece imposto diferido ativo em relação a prejuízos fiscais reportáveis incorridos por certas subsidiárias por não ser expectável que os mesmos venham a ser recuperados num futuro próximo. Um detalhe dos prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais não foi reconhecido imposto diferido ativo apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

Ano limite para a dedução	Prejuízos fiscais reportáveis à data de	
	31.12.2012	31.12.2011
2011	-	6 235
2012	1 155	1 155
2013	826	826
2014	-	58 216
	1 981	66 432

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	601 624	425 026
Reconhecido em resultados	52 434	133 666
Reconhecido em reservas de justo valor ⁽¹⁾	(56 617)	74 738
Reconhecido em reservas - outro rendimento integral	9 882	(15 551)
Reconhecido em outras reservas	(30 280)	(29 189)
Entrada no perímetro de consolidação	(291)	-
Variação cambial e outros	(1 862)	12 934
Saldo final (ativo/ (passivo))	574 890	601 624

(1) Em 31 de dezembro de 2011 o valor reconhecido na demonstração consolidada do rendimento integral inclui adicionalmente o imposto diferido reconhecido nas reservas de justo valor de empresas associadas no montante de 5 512 milhares de euros de custos.

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os exercícios de 2012 e 2011 teve as seguintes origens:

(milhares de euros)

	31.12.2012		31.12.2011	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros	(16 371)	60 205	8 959	(74 738)
Imparidade de crédito a clientes	(69 029)	-	(81 141)	-
Outros ativos tangíveis	(153)	-	(456)	-
Investimentos em subsidiárias e associadas	81 689	(3 528)	(17 523)	2 712
Provisões	(20 343)	-	289	-
Pensões	4 005	(6 354)	(22 680)	12 839
SAMS	-	-	202	-
Prémios de antiguidade	459	-	(33)	-
Débitos representados por títulos	1 214	-	(28 018)	-
Outros	(1 633)	-	4 830	1 083
Prejuízos fiscais reportáveis	(32 272)	26 692	1 905	28 106
Imposto Diferido	(52 434)	77 015	(133 666)	(29 998)
Impostos Correntes	135 350	43 390	72 147	4 497
Total do imposto reconhecido (proveito)/ custo	82 916	120 405	(61 519)	(25 501)

O imposto corrente reconhecido em reservas no exercício de 2012 inclui, nomeadamente, um crédito de imposto de 5 553 milhares de euros que traduz, em termos de Derramas Estadual e Municipal, o impacto do regime fiscal das pensões de reforma previsto no artigo 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, um crédito de imposto de 7 773 milhares de euros que traduz, em termos de IRC, o impacto associado à existência de variações patrimoniais negativas (sobretudo relacionadas com as responsabilidades com pensões de reforma) e 59 247 milhares de euros relacionados com mais valias não realizadas na reserva de justo valor da atividade seguradora.

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012		31.12.2011	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		202 752		(57 723)
Contribuição Extraordinária sobre o Setor Bancário		27 910		30 489
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		230 662		(27 234)
Taxa de imposto do BES	31,5		29,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto do BES		72 659		(7 898)
Dividendos excluídos de tributação	(5,3)	(12 147)	...	(36 677)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	(14,1)	(32 449)	...	(82 728)
(Mais)/ Menos valias fiscais versus contabilísticas	27,7	63 887	...	58 886
Apropriação do equity de associadas	(1,0)	(2 410)	(6,9)	1 879
Custos não dedutíveis	8,8	20 375	...	39 410
Alteração de estimativas	(26,0)	(59 968)	...	(27 678)
Efeito das perdas não dedutíveis decorrentes da aquisição de subsidiárias	14,4	33 230	...	-
Outros	(0,1)	(261)	24,6	(6 713)
	...	82 916	...	(61 519)

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Setor Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal, e cujo regime foi prorrogado pela Lei nº64-B/2011, de 30 de dezembro. A 31 de dezembro de 2012 o Grupo reconheceu como custo do exercício o valor de 27,9 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 30,5 milhões de euros), o qual foi incluído nos Outros resultados de exploração – Impostos diretos e indiretos (ver Nota 14).

NOTA 42 – PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos Subordinados decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações	774 473	815 019
Obrigações perpétuas	65 343	146 216
	839 816	961 235

As principais características dos passivos subordinados são apresentados como segue:

		(milhares de euros)					
Empresa emitente	Designação	31.12.2012					
		Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão	Valor de Balanço	Taxa de juro	Maturidade
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2002	30 843	23 642	Euribor 3M + 2.83%	2013 ^(a)
BES Finance	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2004	95 767	20 439	4,50%	2015 ^(a)
BES Finance	Obrigações subordinadas	EUR	2008	20 000	20 169	Euribor 3M + 1%	2018
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2008	1 683	1 888	1,30%	2013
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2007	21 134	20 349	1,30%	2014
BESI	Obrigações subordinadas	BRL	2008	10 099	11 628	1,30%	2015
BESI	Obrigações subordinadas	EUR	2005	60 000	16 885	5,33%	2015
BESI	Obrigações subordinadas	EUR	2003	10 000	263	5,50%	2033
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2004	25 000	22 594	Euribor 6M + 1,25%	2014
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	41 550	3 548	Euribor 3M + 1%	2018
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	638 450	595 214	Euribor 3M + 8,5%	2019
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2008	50 000	50 050	Euribor 3M + 1,05%	2018
BES	Obrigações subordinadas	EUR	2011	8 174	8 234	Taxa fixa 10%	2021
BES Vida	Obrigações subordinadas	EUR	2002	45 000	23 651	Euribor 3M + 2,20%	2022
BES Vida	Obrigações perpétuas subordinadas	EUR	2002	45 000	21 262	Euribor 3M + 2,50%	2013 ^(a)
				1 102 700	839 816		

(a) Data da próxima *coll option*.

O movimento ocorrido durante o exercício de 2012 nos passivos subordinados foi o seguinte:

	(milhares de euros)				
	Saldo em 31.12.2011	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos ^{a)}	Saldo em 31.12.2012
Obrigações	815 019	(9 547)	(57 323)	26 324	774 473
Obrigações perpétuas	146 216	-	(103 599)	22 726	65 343
	961 235	(9 547)	(160 922)	49 050	839 816

a) Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor, variação cambial e o montante de 48 605 milhares de euros resultantes da integração da BES Vida.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.8, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Grupo, os mesmos são anulados do passivo consolidado e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecido em resultados. Na sequência das compras efetuadas no exercício de 2012, o Grupo reconheceu um ganho de 39,6 milhões de euros (exercício de 2011: 315,4 milhões de euros) (ver Notas 14 e 38).

NOTA 43 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros passivos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Credores e outros recursos		
Setor público administrativo	135 693	172 523
Contas caução	173 955	112 543
Credores diversos		
Credores por operações sobre valores mobiliários	89 357	87 439
Credores por fornecimento de bens	49 619	50 306
Credores por contratos de <i>factoring</i>	3 509	2 770
Credores por operações de seguros	2 040	-
Outros credores	228 052	211 647
	682 225	637 228
Custos a pagar		
Prémios de antiguidade (ver Nota 16)	28 691	27 477
Outros custos a pagar	127 430	165 924
	156 121	193 401
Receitas com proveito diferido	22 267	36 829
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	92 363	315 181
Operações cambiais a liquidar	19 999	23 947
Outras operações a regularizar	172 627	114 437
	284 989	453 565
	1 145 602	1 321 023

Os montantes relativos a operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos, registadas na *trade date*, conforme política contabilística descrita na Nota 2.6, a aguardar liquidação.

NOTA 44 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO, AÇÕES PRÓPRIAS E AÇÕES PREFERENCIAIS

Ações ordinárias

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social do Banco, no valor de 5 040 124 063,26 euros, encontrava-se representado por 4 017 928 471 ações ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes acionistas, dos quais se destacam (participações diretas):

	% Capital	
	31.12.2012	31.12.2011
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	35,29%	35,00%
Crédit Agricole, S.A.	10,81%	8,63%
Bradport, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	4,83%	4,83%
Silchester International Investors Limited	5,76%	5,67%
Espírito Santo Financial Group, S.A.	0,74%	2,27%
PT Prestações - Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. ⁽²⁾	2,09%	2,09%
Outros	40,48%	41,51%
	100,00%	100,00%

(1) Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil), à qual são imputáveis os direitos de voto.

(2) Empresa dominada integral e indiretamente por Portugal Telecom, SGPS, S.A..

Durante o mês de maio de 2012 o Banco Espírito Santo procedeu a um aumento do capital social no valor de 1 009 891 912,86 euros, totalmente realizado por entradas em dinheiro pelo preço de €0,395 por ação, a que correspondeu a emissão de 2 556 688 387 novas ações ordinárias. As novas ações são fungíveis com as demais ações e conferem aos seus titulares os mesmos direitos que as demais ações existentes antes do aumento de capital. O aumento de capital não promoveu alterações relevantes na estrutura de acionistas de referência do BES.

No final do exercício de 2011 o Banco realizou um aumento de capital através do lançamento de uma oferta de troca (OPT) sobre valores mobiliários emitidos pelo Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo de Investimento e BES Finance. Em resultado da operação de oferta de troca sobre valores mobiliários, que decorreu durante o mês de novembro de 2011, foram emitidas 294 573 418 novas ações ordinárias do BES a €1,80 por ação e 81 736 obrigações de caixa subordinadas de valor nominal de €100 cada:

Emitente	Natureza	Valor Nominal objeto de aceitação nas Ofertas	Contrapartida	
			Nº Ações BES emitidas	Nº Obrigações de Caixa emitidas
BES	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 238 400 000	128 527 730	70 400
		USD 2 727 000	992 857	1 918
BES INVESTIMENTO	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 46 269 000	25 180 367	9 418
BES FINANCE	Undated Subordinated Notes	€ 184 214 000	72 960 255	não aplicável
	Non-cumulative guaranteed step-up preference shares series A	€ 197 446 000	66 912 209	não aplicável
	TOTAL	€ 668 308 530	294 573 418	81 736

O impacto da operação de troca nos Capitais próprios do Grupo em 2011 apresenta-se como segue:

	(milhões de euros)
Capital	530
Prémios de emissão	(4)
Ações preferenciais	(197)
Outros instrumentos de capital	(240)
Outras reservas e resultados transitados	55
Resultado do exercício	38
Interesses que não controlam	(46)
Total do Capital Próprio	136

Ações preferenciais

A BES Finance, subsidiária do Grupo BES, emitiu 450 milhares de ações preferenciais sem direito a voto, que foram admitidas à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo em julho de 2003. Em março de 2004 foram adicionalmente emitidas 150 milhares de ações preferenciais, formando uma única emissão com as ações emitidas anteriormente, no valor total de 600 milhões de euros. Estas ações têm um valor nominal de €1 000 e são remíveis por opção do emitente na sua totalidade, mas não parcialmente, em 2 de julho de 2014, pelo seu valor nominal, mediante a aprovação prévia do BES e do Banco de Portugal. Durante o exercício de 2011 o Grupo adquiriu 388 milhares de ações preferenciais emitidas pela BES Finance, sendo que 197 milhares dessas ações foram adquiridas no âmbito da operação de oferta de troca sobre valores mobiliários anteriormente referida. O Grupo registou nesse ano uma mais-valia líquida de imposto no valor de 105,6 milhões de euros reconhecida em Outras reservas. Durante o exercício de 2012 o Grupo adquiriu 19 milhares de ações preferenciais, tendo registado uma mais-valia líquida de imposto no valor de 4,5 milhões de euros reconhecida em Outras reservas. Em 31 de dezembro de 2012 havia 193 milhares de ações preferenciais em circulação com um valor em balanço de 193,3 milhões de euros.

Estas ações preferenciais têm um dividendo preferencial não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração da emitente, correspondente à aplicação de uma taxa anual de 5,58% sobre o valor nominal, pago anualmente, em 2 de julho de cada ano, com início em 2 de julho de 2004 e fim a 2 de julho de 2014.

Caso a emitente não proceda à remição das ações preferenciais a 2 de julho de 2014, o dividendo preferencial, se e quando declarado, passará a ser calculado à taxa Euribor a três meses acrescida de 2,65%, com os pagamentos a ocorrerem em 2 de janeiro, 2 de abril, 2 de julho e 2 de outubro de cada ano.

O pagamento dos dividendos em cada exercício e o reembolso das ações são garantidos pelo BES até ao limite dos dividendos que tenham sido previamente declarados pelo Conselho de Administração da emitente.

Estas ações são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e pari passu relativamente a quaisquer ações preferenciais que venham a ser emitidas pelo Banco.

Prémios de emissão

Em 31 de dezembro de 2012, os prémios de emissão totalizavam 1 069 517 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos acionistas nos aumentos de capital.

Outros instrumentos de capital

O Grupo emitiu no exercício de 2010, obrigações perpétuas subordinadas no montante global de 320 milhões de euros, com juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração. Deste valor, 270 milhões de euros foram emitidos pelo BES e 50 milhões de euros pelo BES I.

Em resultado da oferta de troca sobre valores mobiliários, realizada em 2011, os Outros Instrumentos de Capital emitidos pelo BES foram reduzidos em 240 448 milhares de euros e os emitidos pelo BES I, registados na rubrica de Interesses que não controlam, foram reduzidos em 46 269 milhares de euros.

Estas obrigações são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e do BESI e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelos respetivos emitentes. Face às suas características estas obrigações são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.10.

As características das emissões são as seguintes:

(milhares de euros)

Emiteente	Data de emissão	Moeda	Valor de balanço	Taxa de juro	Pagamento de cupão	Possibilidade de reembolso
BES	dez/10	EUR	26 217	8,50%	15/mar e 14/set	A partir de set/15
BES	dez/10	USD	3 078	8,00%	15/mar e 14/set	A partir de set/15
			29 295			
BESI ⁽¹⁾	out/10	EUR	3 681	8,50%	20/abr e 20/out	A partir de out/15
			32 976			

(1) A emissão do BESI integra a rubrica de Interesses que não controlam do balanço (ver Nota 45).

(2) O reembolso destes títulos poderá ser efetuado na sua totalidade, mas não parcialmente, por opção do emitente, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal.

Durante o exercício de 2012, o Grupo efetuou pagamento de rendimentos no montante de 2 809 milhares de euros, os quais foram registados como uma dedução a reservas.

Ações próprias

Durante o exercício de 2011, o BES adquiriu ações próprias no âmbito do PRVIF (ver Nota 16). Em 27 de janeiro de 2012, o BES alienou 67 184 ações próprias, fora de bolsa, na sequência da reforma de dois administradores a quem tinha sido atribuído um lote de 33 592 ações relativo à distribuição de resultados de 2010, de acordo com o Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF) aprovado em Assembleia Geral de 6 de abril de 2010 e na sequência da proposta do Conselho de Administração sobre aquisição e alienação de ações próprias aprovada em Assembleia Geral de 31 de março de 2011.

O movimento ocorrido nas ações próprias foi como segue:

	31.12.2012		31.12.2011	
	Nº de ações	Valor (milhares de euros)	Nº de ações	Valor (milhares de euros)
Transações no âmbito do PRVIF				
Saldo no início do exercício	342 475	997	-	-
Ações adquiridas ⁽¹⁾	-	-	342 475	997
Ações alienadas ⁽²⁾	67 184	(196)	-	-
	275 291	801	342 475	997
Outras Transações				
Saldo no início do exercício	-	-	-	-
Alterações no perímetro de consolidação ⁽³⁾	68 333 226	43 515	-	-
Ações adquiridas ⁽⁴⁾	11 268 161	5 409	-	-
Ações alienadas ⁽⁴⁾	69 488 622	(42 734)	-	-
	10 112 765	6 190	-	-
Saldo no final do período/exercício	10 388 056	6 991	342 475	997

(1) Ações adquiridas no âmbito do PRVIF, ao preço de 2.909 euros por ação.

(2) Ações alienadas ao preço de 1.315 euros por ação no âmbito do PRVIF em janeiro de 2012.

(3) Respeita a ações do BES na carteira da BES Vida, na sequência da aquisição de controlo em maio de 2012.

(4) Ações adquiridas/ alienadas que passaram a integrar e/ ou deixaram de fazer parte da carteira da BES Vida.

NOTA 45 – RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao setor bancário (Artigo 97º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras aprovado pelo Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos-valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido e de interesses que não controlam.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de euros)

	Reservas de justo valor			Outro Rendimento Integral, Outras Reservas e Resultados Transitados					Total
	Ativos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Desvios atuariais (valor líquido de imposto)	Diferenças Cambiais (valor líquido de imposto)	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados	
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reportado)	(11 291)	1 711	(9 580)	-	480	59 000	919 068	978 548	968 968
Alteração de política contabilística	-	-	-	(670 882)	-	-	-	(670 882)	(670 882)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reexpresso)	(11 291)	1 711	(9 580)	(670 882)	480	59 000	919 068	307 666	298 086
Mais valia com ações preferenciais ^(a)	-	-	-	-	-	-	105 648	105 648	105 648
Desvios atuariais	-	-	-	29 567	-	-	-	29 567	29 567
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	(15 478)	(15 478)	(15 478)
Dividendos de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	(25 717)	(25 717)	(25 717)
Alterações de justo valor	(504 536)	68 941	(435 595)	-	-	-	-	-	(435 595)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(388)	-	-	(388)	(388)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	26 000	383 946	409 946	409 946
Compra e venda de subsidiárias	-	-	-	-	-	-	3 630	3 630	3 630
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	(8 053)	(8 053)	(8 053)
Outras variações	-	-	-	-	-	-	(1 176)	(1 176)	(1 176)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(515 827)	70 652	(445 175)	(641 315)	92	85 000	1 361 868	805 645	360 470
Mais valia com ações preferenciais ^(a)	-	-	-	-	-	-	4 478	4 478	4 478
Desvios atuariais	-	-	-	(173 171)	-	-	-	(173 171)	(173 171)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	(1 864)	(1 864)	(1 864)
Dividendos de ações preferenciais	-	-	-	-	-	-	(6 137)	(6 137)	(6 137)
Alterações de justo valor	747 463	(131 438)	616 025	-	-	-	-	-	616 025
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	(36 939)	-	-	(36 939)	(36 939)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	(108 758)	(108 758)	(108 758)
Outro rendimento integral apropriado de associadas	-	-	-	-	-	-	(9 800)	(9 800)	(9 800)
Transações com interesses que não controlam	-	-	-	-	-	-	497	497	497
Outras variações	-	-	-	-	-	-	(2 837)	(2 837)	(2 837)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	231 636	(60 786)	170 850	(814 486)	(36 847)	85 000	1 237 447	471 114	641 964

A reserva de justo valor explica-se da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda	10 758 099	12 037 835
Imparidade acumulada reconhecida	(237 967)	(168 282)
Custo amortizado dos ativos financeiros disponíveis para venda líquido de imparidade	10 520 132	11 869 553
Valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	10 755 310	11 482 866
Ganhos/ (perdas) potenciais reconhecidos na reserva de justo valor	235 178	(386 687)
Reservas de justo valor associadas a ativos transferidos para Investimentos detidos até à maturidade	(3 249)	(4 088)
Impostos diferidos	(60 786)	57 737
Ganhos/ (perdas) potenciais de empresas associadas reconhecidos na reserva de justo valor	2 054	(112 861)
Reserva de justo valor total	173 197	(445 899)
Interesses que não controlam	(2 347)	724
Reserva de justo valor atribuível aos acionistas do Banco	170 850	(445 175)

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, de imparidade e de interesses que não controlam, pode ser assim analisado:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do exercício	(445 175)	(9 580)
Variação de justo valor	1 177 565	(631 097)
Alienações do exercício	(600 206)	68 770
Imparidade reconhecida no exercício	99 308	57 791
Aquisição de controlo em subsidiárias ^(a)	70 796	-
Impostos diferidos reconhecidos no exercício em reservas	(131 438)	68 941
Saldo no final do exercício	170 850	(445 175)

(a) BES Vida

Interesses que não controlam

O detalhe da rubrica de Interesses que não controlam por subsidiária é como segue:

(milhares de euros)				
	31.12.2012		31.12.2011	
	Balanço	Resultados	Balanço	Resultados
BES ANGOLA	396 369	25 554	382 073	116 448
BESI ^(a)	3 681	-	3 731	-
AMAN BANK	34 974	1 745	34 145	(2 978)
ES CONCESSÕES	25 868	(5 673)	34 840	1 314
FCR VENTURES II	17 676	499	21 239	(6 567)
BES Securities	5 480	(147)	13 191	1 252
BES Investimento do Brasil	32 886	2 292	31 922	4 538
ESAF	12 887	1 991	12 640	2 318
BES AÇORES	18 018	530	16 909	2 075
Espírito Santo Investment Holding ^(b)	3 967	(4 607)	4 729	(7 347)
BEST	18 161	2 989	14 117	2 679
FCR VENTURES III	17 043	(1 855)	13 403	(2 582)
FUNGEPI	56 537	(570)	-	-
OUTROS	25 898	987	5 508	1 404
	669 445	23 735	588 447	112 554

a) Corresponde ao valor da emissão de Outros instrumentos de capital (ver Nota 38).

b) Holding do Grupo BESI que detém a participação de 65,42% no Execution Holdings, Limited.

O movimento de interesses que não controlam em 31 de dezembro de 2012 e 2011 pode ser assim analisado:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Interesses que não controlam no início do exercício	588 447	538 701
Alterações de perímetro de consolidação	74 293	(44 052)
Aumentos/ (reduções) de capital de subsidiárias	13 527	33 950
Emissão/ (reembolso) de outros instrumentos de capital	-	(46 269)
Dividendos distribuídos	(2 924)	(4 170)
Variação da reserva de justo valor	22	46
Variação cambial e outros	(27 655)	(2 313)
Resultado líquido do exercício	23 735	112 554
Interesses que não controlam no final do exercício	669 445	588 447

NOTA 46 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, existiam os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Passivos contingentes		
Garantias e avals prestados	8 023 520	8 376 006
Ativos financeiros dados em garantia	21 632 555	12 874 708
Créditos documentários abertos	3 776 399	2 941 114
Outros	531 757	482 426
	33 964 231	24 674 254
Compromissos		
Compromissos revogáveis	5 462 823	5 843 661
Compromissos irrevogáveis	3 280 971	4 216 289
	8 743 794	10 059 950

As garantias e avals prestados são operações bancárias que não se traduzem numa mobilização de fundos por parte do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de ativos financeiros dados em garantia inclui:

- Ativos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez, dos quais se encontravam utilizados 13,5 mil milhões de euros, a valores de mercado (31 de dezembro de 2011: 11,1 mil milhões de euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 20,8 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 19,4 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 82,6 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 65,1 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco Europeu de Investimento no montante de 1 822,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 1 213,5 milhões de euros).

Estes ativos financeiros dados em garantia encontram-se registados nas diversas categorias de ativos do balanço do Grupo e podem ser executados em caso de incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo Grupo nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis do Grupo, por conta dos seus clientes, de pagar/ mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Grupo (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Grupo requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Depósito e guarda de valores	54 335 220	57 749 398
Valores recebidos para cobrança	294 295	270 997
Crédito securitizado sob gestão (<i>servicing</i>)	2 671 390	2 875 874
Outras responsabilidades por prestação de serviços	8 784 286	7 619 322
	66 085 191	68 515 591

NOTA 47 – DESINTERMEDIAÇÃO

De acordo com a legislação em vigor as sociedades gestoras, em conjunto com o banco depositário, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo incumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei e nos regulamentos dos fundos geridos.

À data de 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor dos recursos de desintermediação geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Fundos de investimento mobiliário	5 115 043	4 633 217
Fundos de investimento imobiliário	1 075 678	1 202 987
Fundos de pensões	1 783 359	2 154 923
Bancasseguros ^(a)	89 662	3 478 338
Gestão de carteiras	1 960 206	877 812
Gestão discricionária	1 378 639	1 366 597
	11 402 587	13 713 874

(a) Com a primeira consolidação integral da BES Vida, os produtos de Bancasseguros Vida passaram a estar integrados no balanço do Grupo BES.

Os valores incluídos nestas rubricas encontram-se valorizados ao justo valor determinado na data do Balanço.

NOTA 48 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O conjunto de empresas consideradas como partes relacionadas pelo Grupo BES além das subsidiárias da Nota 1, tal como definidas pelo IAS 24, é apresentado como segue:

Entidades associadas do Grupo BES

Fin Solutia - Consultoria e Gestão de Créditos, S.A.
Polish Hotel Capital SP
MCO2 – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário
Hlc - Centrais de Cogeração, S.A.
Coporgest
Synergy Industry and Technology, S.A.
Salgar Investments
ZBCapital, S.A.
ZB Capital Luxembourg S.C.A SICAR
ZB Capital Luxembourg General Partners SARL
Espírito Santo IBERIA I
Apolo Films SL
Brb Internacional, S.A.
Prosport, SA
Banque Espirito Santo et de la Vénétie, S.A.
YUNIT - Serviços, SA
E.S. Contact Center - Gestão de Call Centers, S.A.
Fundo de Capital de Risco Espírito Santo Ventures Inovação e Internacionalização
Fundo Bem Comum FCR
Esiam - Espírito Santo International Asset Management, Ltd
Société 45 Avenue Georges Mandel, S.A.
BES, Companhia de Seguros , S.A.
Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A.
Esegur - Empresa de Segurança, S.A.
Ascendi Group, SGPS, S.A.
Empark Aparcamientos y Servicios S.A.
Concesionaria Autopista Perote-Xalapa, CV
Autovia De Los Vinedos, S.A.

MRN - Manutenção de Rodovias Nacionais, S.A.
Portvias - Portagem de Vias, S.A.
Scutvias - Autoestradas da Beira Interior , S.A.
SOUSACAMP, SGPS, S.A.
GLOBAL ACTIVE - GESTÃO P.S.SGPS, S.A.
OUTSYSTEMS, S.A.
Coreworks - Proj. Circuito Sist. Elect., S.A.
Multiwave Photonics, S.A.
BIO-GENESIS
YDreams - Informática, S.A.
Nutrigrreen, S.A.
Advance Ciclone Systems, S.A.
WATSON BROWN HSM, Ltd
Domática, Electrónica e Informática, S.A.
MMCI - Multimédia, S.A.
Mobile World - Comunicações, S.A.
Soprattutto Café , S.A.
Enkrott S.A.
Rodi Sinks & Ideas, S.A.
Palexpo - Imagem Empresarial, S.A.
Nova Figort - Têxteis, Lda
TLCI 2 - Soluções Integradas de Telecomunicações, S.A.
BANCO DELLE TRE VENEZIE SPA
NANIUM , S.A.
IJAR LEASING ALGÉRIE
Ascendi Pinhal Interior Estradas do Pinhal Interior, S.A.
Ascendi Douro Estradas do Douro Interior, S.A.
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.
MOZA BANCO

Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG

Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Banque Privée Espírito Santo
Banque Privée Espírito Santo Sucursal Portugal
ES Bank (Panama), S.A.
ES Bankers (Dubai) Limited
Espírito Santo Financial (Portugal) , SGPS, S.A.
Espírito Santo Financial Group, S.A.
ESFG International, Ltd
Esfil - Espírito Santo Financière, S.A. (Luxemburgo)
Espírito Santo International S.A.
Espírito Santo Saúde SGPS, S.A.
Clínica Parque dos Poetas, S.A.
Cliria - Hospital Privado de Aveiro, S.A.
ES Saúde - Residência com Serviços Senior, S.A.
Espírito Santo - Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, S.A.
Genomed, Diagnóstico de Medicina Molecular, S.A.
HCI - Health Care International, Inc
HME Gestão Hospitalar
Hospital da Arrábida - Gaia, S.A.
Hospital da Luz - Centro Clínico da Amadora, S.A.
Hospital da Luz, S.A.
Hospor - Hospitais Portugueses, S.A.
Instituto de Radiologia Dr. Idílio de Oliveira - Centro de Radiologia Médica, S.A.
RML - Residência Medicalizada de Loures, SGPS, S.A.
Surgicare - Unidades de Saúde, S.A.
Vila Lusitano - Unidades de Saúde, S.A.
Key Space Investments LLC
Marignan Gestion, S.A.
Omnium Lyonnais de Participations Industrielles, S.A.
Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
Société Antillaise de Gestion Financière, S.A. - SAGEFI
Société Lyonnaise de Marchands de Biens
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.
T - Vida, Companhia de Seguros, S.A.
Seguros Logo, S.A.
Advancecare - Gestão e Serviços de Saúde, S.A.

Pastor Vida, S.A de Seguros y Reaseguros
Esumédica - Prestação de Cuidados Médicos, S.A.
Europe Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros de Assistência, S.A.
BESV Courtage S.A.
AOC Patrimoine, S.A.
ES Consultancy Singapore
Group Credit Agricole
Saxo Bank
The Atlantic Company (Portugal) - Turismo e Urbanização, S.A.
Agribahia, S/A
Atr - Actividades Turísticas e Representações, Lda
Aveiro Incorporated
Beach Heath Investments, Ltd
Companhia Agrícola Botucatu, S.A.
Casas da Cidade - Residências Sénior, S.A.
Cerca da Aldeia - Sociedade Imobiliária, S.A.
Cimenta - Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Cidadeplatina - Construção S.A.
Clarendon Properties, Inc.
Clube de Campo da Comporta - Actividades Desportivas e Lazer, Lda
Club de Campo Villar Ollala, S.A.
Clup Vip - Marketing de Acontecimentos, S.A.
Clube Residencial da Boavista, S.A.
Companhia Brasileira de Agropecuária Cobrape
Coimbra Jardim Hotel - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.
Construcciones Sarrión, SL
Ganadera Corina Campos y Haciendas, S/A
E.S.B. Finance Ltd
Eastelco - Consultoria e Comunicação, S.A.
E.S. Asset Administration, Ltd.
Espírito Santo Cachoeira Desenvolvimento Imobiliário Ltda
ES Comercial Agrícola, Ltda
Espírito Santo Guarujá Desenvolvimento Imobiliário Ltda
ES Holding Administração e Participações, S/A
Espírito Santo Hotéis, SGPS, SA
Espírito Santo Industrial (BVI) , SA
Espírito Santo Indaiatuba Desenvolvimento Imobiliário Ltda

Entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG

Espírito Santo Industrial, S.A.	Multiger - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A.
Espírito Santo Industrial (Portugal) - SGPS, S.A.	Mundo Vip - Operadores Turísticos, S.A.
Espírito Santo Irmãos - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Net Viagens - Agência de Viagens e Turismo, S.A.
Espírito Santo Itatiba Desenvolvimento Imobiliário Ltda	Novagest Assets Management, Ltd
Espírito Santo Primavera Desenvolvimento Imobiliário Ltda	Opca Angola, S.A.
ES Private Equity, Ltd	Opca Moçambique, Lda
Espírito Santo Property (Brasil) S/A	Opcatelecom - Infraestruturas de Comunicação, S.A.
Espírito Santo Services, S.A.	OPWAY - Engenharia, S.A.
Espírito Santo Tourism, Ltd	OPWAY Imobiliária, S.A.
Espírito Santo Tourism (Europe), S.A.	OPWAY - SGPS, S.A.
Espírito Santo Venture Ltd	Pavi do Brasil - Pré-Fabricação, Tecnologia e Serviços, Lda.
Espírito Santo Viagens - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Pavicentro - Pré-Fabricação, S.A.
ES Viagens e Turismo, Lda	Pavilis - Pré-Fabricação, S.A.
Espírito Santo Viagens - Consultoria e Serviços, S.A.	Paviseu - Materiais Pré-Fabricados, S.A.
Escae Consultoria, Administração e Empreendimento, Ltda	Pavitel, SARL
Escopar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Personda - Sociedade de Perfurações e Sondagens, S.A.
ESDI Administração e Participações Ltda	Placon - Estudos e Projectos de Construção, Lda
Esger - Empresa de Serviços e Consultoria, S.A.	Pojuca, S.A.
Espírito Santo International (BVI), S.A.	Pontave - Construções, S.A.
E.S. International Overseas, Ltd.	Agência Receptivo Praia do Forte, Ltda
Esim - Espírito Santo Imobiliário, S.A.	Praia do Forte Operadora de Turismo, Ltda
E.S. - Espírito Santo, Mediação Imobiliária, S.A.	Grupo Projectos y Servicios Sarrión, S.A.
Espírito Santo Property S.A.	Quinray Technologies Corp.
Espírito Santo Property Holding, S.A.	Quinta da Areia - Sociedade Agrícola Quinta da Areia, S.A.
Espírito Santo Property España, S.L.	Sociedade Agrícola Quinta D. Manuel I, S.A.
Espart - Espírito Santo Participações Financeiras, SGPS, S.A.	Recigreen - Reciclagem e Gestão Ambiental, S.A.
Espírito Santo Resources, Ltd	Recigroup - Indústrias de Reciclagem, SGPS, S.A.
Espírito Santo Resources (Portugal), S.A.	Recipav - Engenharia e Pavimentos, Unipessoal, Lda
E.S. Resources Overseas, Ltd	Recipneu - Empresa Nacional de Reciclagem de Pneus, Lda
Espírito Santo Resources S.A.	Santa Mónica - Empreendimentos Turísticos, S.A.
Estoril Inc	Saramagos S/A Empreendimentos e Participações
Euroamerican Finance Corporation, Inc.	Société Congolaise de Construction et Travaux Publiques, SARL
Euroamerican Finance S.A.	Series - Serviços Imobiliários Espírito Santo, S.A.
Euroatlantic, Inc.	Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A.
Fafer - Empreendimentos Turísticos e de Construção, S.A.	Sintra Empreendimentos Imobiliários, Ltda
Fimoges - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Sisges, SA Desenvolvimento de Projectos de Energia
GES Finance Limited	Solférias - Operadores Turísticos, Lda
Gesfimo - Espírito Santo, Irmãos, Soc. Gestora de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	Sopol - Concessões, SGPS, S.A.
Gestres - Gestão Estratégica Espírito Santo, S.A.	Sotal - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.
Goggles Marine, Ltd	Space - Sociedad Peninsular de Aviación, Comércio e Excursiones, S.A.
Sociedade Agrícola Golondrina, S/A	Suliglor - Imobiliária do Sul, S.A.
HDC - Serviços de Turismo e Imobiliário, S.A.	TA DMC Brasil - Viagens e Turismo, S.A.
Herdade da Boina - Sociedade Agrícola, S.A.	Agência de Viagens Tagus, S.A.
Herdade da Comporta - Actividades Agro Silvícolas e Turísticas, S.A.	Construtora do Tamega Madeira S.A.
Hoteis Tivoli, S.A.	Construtora do Tamega Madeira SGPS S.A.
Hotelagos, S.A.	Terras de Bragança Participações, Ltda
Hospital Residencial do Mar, S.A.	Timeantube Comércio e Serviços de Confecções, Ltda
I.A.C. UK, Limited	Tivoli Gare do Oriente - Sociedade de Gestão Hoteleira, S.A.
Inter-Atlântico, S/A	TOP A DMC Viajes, S.A.
Iber Foods - Produtos Alimentares e Biológicos, S.A.	Top Atlântico - Viagens e Turismo, S.A.
Imopca, S.A.	Top Atlântico DMC, S.A.
Lote Dois - Empreendimentos Turísticos S.A.	Transcontinental - Empreendimentos Hoteleiros, S.A.
Luzboa, S.A.	Turifonte, Empreendimentos Hoteleiros, S.A.
Luzboa Um, S.A.	Turistrader - Sociedade de Desenvolvimento Turístico, S.A.
Luzboa Dois, S.A.	Ushuaia - Gestão e Trading Internacional Limited
Luzboa Três, S.A.	Sociedade Agrícola Turística e Imobiliária Várzea Lagoa, S.A.
Luzboa Quatro, S.A.	Viveiros da Herdade da Comporta - Produção de Plantas Ornamentais, Lda
BEMS, SGPS, S.A.	Ribeira do Marchante, Administração de Bens Móveis e Imóveis, S.A.
Margrimar - Mármore e Granitos, S.A.	Casa da Saudade, Administração de Bens Móveis e Imóveis, S.A.
Marinoteis - Sociedade de Promoção e Construção de Hoteis, S.A.	Angra Moura-Sociedade de Administração de Bens.S.A.
Marmetal - Mármore e Materiais de Construção, S.A.	Sociedade de Administração de Bens - Casa de Bons Ares, S.A.
Metal - Lobos Serralharia e Carpintaria, Lda	ACRO, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.
	Diliva, Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.

O valor das transações do Grupo com partes relacionadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no exercício, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012					31.12.2011				
	Ativos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Ativos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas associadas										
BES VIDA ^(a)	-	-	-	-	-	1 355 845	293 741	-	25 805	1 875
BES VÉNÉTIE	726 910	623	5 627	2 705	-	865 066	139 834	11 794	2 665	125
ASCENDI GROUP SGPS	299 462	3 781	28 364	11 278	2	188 129	8 337	29 358	16 025	7
LOCARENT	129 818	3 723	-	2 692	11 006	142 280	312	-	4 708	10 354
AENOR DOURO	271 887	3 461	11 000	8 985	-	247 956	1 898	12 000	11 202	18
NANIUM	35 327	4 272	18 349	306	4	42 044	2 752	18 387	971	-
EMPARK	49 179	-	4 684	3 872	246	40 080	-	-	2 675	-
ASCENDI PINHAL INTERIOR	98 356	2 051	15 374	3 073	-	33 732	10 686	15 374	1 505	103
SCUTVIAS	7 147	-	6 545	2 631	3 083	8 840	-	6 868	2 967	-
PALEXPO	7 266	124	26	537	-	6 800	75	-	495	-
BES SEGUROS	630	18 456	-	415	16	23	12 578	-	119	11
ESEGURO	7 680	3	2 105	1 055	430	2 620	219	2 197	922	142
ES CONTACT CENTER	1 858	-	43	90	874	2 196	-	43	114	961
UNICRE	26	2	-	1	-	1	10 008	-	-	280
OUTRAS	58 358	24 459	11 508	12 278	1 250	40 059	20 417	7 697	4 223	2 953
	1 693 904	60 955	103 625	49 918	16 911	2 975 671	500 857	103 718	74 396	16 829

(a) A partir do mês de maio de 2012 a BES Vida passou a ser consolidada integralmente no Grupo BES.

Os ativos em balanço relativos a empresas associadas incluídas no quadro acima referem-se fundamentalmente a crédito concedido, suprimentos ou títulos de dívida adquiridos no âmbito da atividade desenvolvida pelo Grupo. Os passivos referem-se no essencial a depósitos bancários tomados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o montante global dos ativos e passivos do Grupo BES que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (*holding* do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012								
	Ativos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
Acionistas									
ES FINANCIAL GROUP	548	-	40 632	2	41 182	-	28	1 186	-
ESF PORTUGAL	-	-	72 666	-	72 666	-	109	2 349	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	386	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	108	1 016	110	2 207	1 080	271	10	-
Subsidiárias e associadas de acionistas									
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	22	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	7 579	-	-	7 579	-	153	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	150 150	-	520	150 670	21 979	116 657	1 582	1 200
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	15 794	-	-	11	15 805	8 018	32 904	503	351
ES BANK PANAMA	135 000	-	-	-	135 000	-	35 512	10 139	-
ES SAÚDE	-	18 484	45 112	64	63 660	24 269	13 140	464	2
T - VIDA	-	55 560	9 291	163	65 014	-	98 611	492	364
ESUMÉDICA	-	1 000	-	-	1 000	4	24	80	81
EUROP ASSISTANCE	-	24	-	34	58	25	2 749	57	-
Outros									
ES IRMÃOS	-	104 570	-	-	104 570	-	1	4 708	-
OPWAY	-	3 645	-	2 686	6 331	48 029	35 089	362	225
CONSTRUCCIONES SARRION	-	16 527	-	-	16 527	8 745	-	233	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	11	-	19	30	-	2 359	51	221
OUTRAS	-	62 048	20 971	1 075	84 094	17 294	32 368	5 162	2 438
TOTAL	152 315	419 706	189 688	4 684	766 393	129 443	370 383	27 378	4 882

31.12.2011									
	Ativos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
Acionistas									
ES FINANCIAL GROUP	-	-	4 715	695	5 410	-	696	3 367	-
ESF PORTUGAL	-	-	78 810	-	78 810	-	451	1 385	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	729	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	1 046	5	-	57	1 108	1 150	460	23	-
Subsidiárias e associadas de acionistas									
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	14	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÉRE, SA	-	173 644	-	-	173 644	-	154	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	167 298	3	426	167 727	21 155	102 166	1 173	1 306
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	40 550	-	-	19	40 569	7 874	27 059	523	364
ES BANK PANAMA	384 087	-	-	-	384 087	-	719	9 045	25
ES SAÚDE	-	22 479	31 253	35	53 767	24 870	23 873	746	25
T - VIDA	-	85 983	275 778	183	361 944	-	96 250	200	28
ESUMÉDICA	-	1 949	-	3	1 952	4	-	114	52
EUROP ASSISTANCE	-	15	-	18	33	8	1 835	44	-
Outros									
ES IRMÃOS	-	99 341	-	-	99 341	-	1	5 242	-
OPWAY	-	14 133	-	1 279	15 412	47 642	13 073	287	-
CONSTRUCCIONES SARRION	-	25 800	-	-	25 800	10 765	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	1	-	23	24	-	901	56	224
OUTRAS	26 558	47 330	3 737	1 061	78 686	22 293	30 390	6 671	602
TOTAL	452 241	637 978	394 296	3 799	1 488 314	135 761	298 771	28 876	2 626

Em 31 de dezembro de 2012 o valor dos créditos concedidos pelo Grupo aos Administradores da ESGF que não são cumulativamente Administradores do BES ascendia a 4 047 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 4 911 milhares de euros).

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Os créditos concedidos aos administradores correspondem a atos compreendidos no próprio comércio da Sociedade e nenhuma vantagem especial lhes foi concedida (nº 5 do artigo 397 do Código das Sociedades Comerciais), pelo que não se encontram abrangidos pelas disposições constantes dos nºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

A concessão de crédito pelas instituições de crédito aos seus administradores é ainda regulada pelo artigo 85.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pela Instrução do Banco de Portugal nº 17/2011 que entrou em vigor em 21 de agosto de 2011.

Do disposto nas referidas normas, salientam-se as seguintes regras:

(i) Proibição de concessão de crédito sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias:

- A membros executivos do Conselho de Administração, a membros da Comissão de Auditoria, e a sociedades ou outros entes coletivos direta ou indiretamente dominados por quaisquer daqueles membros, com exceção de operações de caráter ou finalidade social, operações decorrentes da política de pessoal ou de crédito decorrente da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com outros clientes de perfil e risco análogos, nos termos do disposto no nº 4 do art. 85º do RGICSF;
- Aos cônjuges e parentes em 1º grau de membros executivos do Conselho de Administração ou de membros da Comissão de Auditoria e a sociedades ou outros entes coletivos direta ou indiretamente dominados por quaisquer daquelas pessoas, salvo nos casos em que tenha havido ilisão da presunção (prevista no n.º 2 do art.º 85.º do RGICSF) de que o crédito concedido a tais pessoas e entidades é crédito indireto aos membros executivos do Conselho de Administração ou aos membros da Comissão de Auditoria, conforme for o caso, ou nos casos que se enquadrem nas situações previstas no nº4 do artº 85º do RGICSF, acima referidas.

(ii) imposição do cumprimento de determinados procedimentos, designadamente de comunicação prévia ao Banco de Portugal, nos casos em que se verifique a ilisão da presunção de crédito indireto prevista no n.º 2 do art.º 85.º do RGICSF.

(iii) imposição do cumprimento dos requisitos de aprovação por uma maioria de, pelo menos, 2/3 dos restantes membros do Conselho de Administração e de obtenção de parecer favorável da Comissão de Auditoria nos casos de concessão de crédito aos membros não executivos do Conselho de Administração (que não sejam membros da Comissão de Auditoria) e/ou às sociedades ou outros entes coletivos por eles direta ou indiretamente dominados.

As operações são aprovadas e realizadas a preços normais de mercado e os administradores beneficiários não intervêm na apreciação e decisão dos casos em que sejam parte interessada.

Os créditos concedidos a membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização cumprem com todas as exigências referidas.

Todos os créditos concedidos às entidades relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objeto de determinação de imparidade em moldes idênticos aos estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Grupo. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não se verificou qualquer situação de imparidade específica em créditos concedidos a partes relacionadas.

Em consequência, estes créditos são integrados no conjunto de créditos considerado como mais apropriado para efeitos do cálculo da imparidade numa base coletiva tal como referido na Nota 2.5 - Crédito a clientes.

A desagregação da remuneração do pessoal chave da gestão encontra-se discriminada na Nota 15.

Durante o exercício de 2011 foram alienadas 18 520 e 4 830 milhares de unidades de participação dos fundos Fungepi e Fungere aos fundos de pensões do Grupo, por um valor global de 80,0 milhões de euros, não tendo incorrido em qualquer ganho ou perda relevante (ver Nota 16). No exercício de 2012 o Grupo adquiriu: 49 779 e 37 115 milhares de unidades de participação dos fundos Fungere e Fungepi aos fundos de pensões do Grupo, pelo valor de 158,1 milhões de euros e 87,2 milhões de euros, respetivamente; 50% da sociedade Greenwoods, 100% da Quinta D. Manuel I e 100% da sociedade Várzea da Lagoa à ESPART pelo valor total de 50,7 milhões de euros; 100% da sociedade Quinta da Areia e imóveis diversos à OPWAY pelo valor total de 43,1 milhões de euros; e 64 206 unidades de participação do fundo Fimes Oriente à Rio Forte Investments, SA pelo valor de 103,3 milhões de euros.

NOTA 49 – SECURITIZAÇÃO DE ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2012, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efetuadas pelo Grupo:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante atual de crédito	Ativo securitizado
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	362 957	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	362 304	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	521 143	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	596 623	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	828 363	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	239 278	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	757 723	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1, FTC	Dezembro de 2007	1 079 100	131 526 ⁽¹⁾	Crédito Project Finance
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 797 397	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Fevereiro de 2010	516 534 ⁽²⁾	129 666	Crédito Leverage Finance
Lusitano Finance N.º 3	Novembro de 2011	657 981	434 362	Crédito a particulares
IM BES Empresas 1	Novembro de 2011	485 000	375 770	Crédito a pequenas e médias empresas

(1) Em março de 2011, a carteira de crédito associada a esta operação foi parcialmente alienada, tendo o remanescente (créditos domésticos) sido transferido para o Fundo de Titularização de Crédito "Lusitano Project Finance No.1 FTC".

(2) Esta operação de securitização inclui 382 062 milhares de euros de créditos provenientes do BES e 134 472 milhares de euros de créditos de outras entidades intervenientes (BES Investimento e ES Vénétie).

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o Grupo BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de janeiro de 2004. Assim, os ativos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os ativos cedidos no âmbito das operações de securitização Lusitano Mortgages No.3, Lusitano Mortgages No.4 e Lusitano Mortgages No.5, realizadas após 1 de janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Grupo transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

De acordo com o previsto na SIC 12, o Lusitano SME No.1 plc, o Lusitano Mortgages No.6 plc, o Lusitano Project Finance No.1 FTC e o Lusitano Mortgages No. 7 são consolidados pelo método integral desde a data da sua constituição, uma vez que o Grupo detém a maioria dos riscos e benefícios decorrentes da sua atividade, encontrando-se os respetivos saldos integrados nas demonstrações financeiras consolidadas. Por não deter a maioria dos riscos e benefícios associados à atividade dos outros veículos de securitização, os mesmos não foram incluídos nas contas consolidadas do Grupo.

No exercício de 2011 realizaram-se duas operações de securitização: uma de crédito a particulares (Lusitano Finance No. 3) com créditos provenientes do BES e outra de crédito a empresas (IM BES Empresas 1) com créditos provenientes da sucursal do BES em Espanha. No exercício de 2010 realizaram-se as seguintes operações de securitização: uma de crédito a empresas (Lusitano Leverage Finance No. 1) com créditos provenientes da Sucursal do BES em Londres, do BES I e do ES Vénétie e outra de crédito a empresas e de papel comercial (Lusitano SME No. 2), sendo que esta última foi reembolsada antecipadamente em março de 2012. Os créditos abrangidos por estas operações não foram desreconhecidos dos respetivos balanços uma vez que as entidades mantiveram a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos securitizados.

As principais características destas operações, com referência a 31 de dezembro de 2012, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal atual	Interesse retido pelo Grupo (Valor nominal)	Data de reembolso	Rating das obrigações inicial				Rating das obrigações atual			
						Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Lusitano Mortgages No.1 plc	Classe A	915 000	265 866	87	Dezembro de 2035	AAA	Aaa	AAA	-	A	Baa3	A-	-
	Classe B	32 500	32 500	-	Dezembro de 2035	AA	Aa3	AA	-	A	Baa3	A-	-
	Classe C	25 000	25 000	3 000	Dezembro de 2035	A	A2	A	-	A	Ba1	A-	-
	Classe D	22 500	22 500	-	Dezembro de 2035	BBB	Baa2	BBB	-	BBB+	Ba3	BB	-
	Classe E	5 000	5 000	-	Dezembro de 2035	BB	Ba1	BB	-	BB+	B2	B-	-
	Classe F	10 000	10 000	-	Dezembro de 2035	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.2 plc	Classe A	920 000	279 078	4 277	Dezembro de 2036	AAA	Aaa	AAA	-	A	Baa3	A-	-
	Classe B	30 000	30 000	12 500	Dezembro de 2046	AA	Aa3	AA	-	A	Baa3	BBB	-
	Classe C	28 000	28 000	5 000	Dezembro de 2046	A	A3	A	-	A	Ba2	BB-	-
	Classe D	16 000	16 000	4 000	Dezembro de 2046	BBB	Baa3	BBB	-	BBB+	B1	B	-
	Classe E	6 000	6 000	-	Dezembro de 2046	BBB-	Ba1	BB	-	BB	B3	B-	-
	Classe F	9 000	9 000	-	Dezembro de 2046	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.3 plc	Classe A	1 140 000	465 202	3 836	Dezembro de 2047	AAA	Aaa	AAA	-	A	Ba1	A-	-
	Classe B	27 000	17 833	-	Dezembro de 2047	AA	Aa2	AA	-	A	Ba3	BBB	-
	Classe C	18 600	12 285	-	Dezembro de 2047	A	A2	A	-	BBB	B2	BB-	-
	Classe D	14 400	9 511	-	Dezembro de 2047	BBB	Baa2	BBB	-	BB-	Caa1	B-	-
	Classe E	10 800	9 270	-	Dezembro de 2047	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1 134 000	511 939	7 449	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA	-	BBB-	Ba1	A-	-
	Classe B	22 800	21 553	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA	-	BBB-	Ba3	BB+	-
	Classe C	19 200	18 150	3 309	Dezembro de 2048	A+	A1	A+	-	BBB-	B2	B+	-
	Classe D	24 000	22 687	4 500	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB+	-	CCC	Caa3	B-	-
	Classe E	10 200	10 200	1 320	Dezembro de 2048	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1 323 000	739 478	5 589	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA	-	BBB-	Ba1	A-	-
	Classe B	26 600	25 494	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA	-	BBB-	B1	A-	-
	Classe C	22 400	21 469	-	Dezembro de 2059	A	A1	A	-	BB-	B3	BB+	-
	Classe D	28 000	26 836	5 271	Dezembro de 2059	BBB+	Baa2	BBB	-	CCC	Ca	B+	-
	Classe E	11 900	11 900	1 700	Dezembro de 2059	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759 525	105 165	4 614	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	-	BBB	-	A-	-
	Classe B	40 974	35 931	-	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	-	AAA	-	AAA	-
	Classe C	34 073	29 880	-	Dezembro de 2028	BB	-	BB	-	CCC	-	B	-
	Classe D	28 035	24 585	24 585	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe E	8 626	8 626	8 626	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	570 131	49 413	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA	-	A	Ba1	A-	-
	Classe B	65 450	65 450	58 950	Março de 2060	AA	Aa3	AA	-	A	Ba1	A-	-
	Classe C	41 800	41 800	31 800	Março de 2060	A	A3	A	-	BBB	B1	A-	-
	Classe D	17 600	17 600	17 600	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB	-	B	B3	BB	-
	Classe E	31 900	31 900	31 900	Março de 2060	BB	-	BB	-	CCC	-	B-	-
	Classe F	22 000	22 000	22 000	Março de 2060	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Project Finance No.1 FTC		198 101	139 139	139 139	Março de 2025	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.7 plc	Classe A	1 425 000	1 316 460	1 316 459	Outubro de 2064	-	-	AAA	AAA	-	-	A-	AAH
	Classe B	294 500	294 500	294 500	Outubro de 2064	-	-	BBB-	-	-	-	BB-	-
	Classe C	180 500	180 500	180 500	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	57 000	57 000	57 000	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Classe A	352 000	-	-	Janeiro de 2020	-	-	AAA	-	-	-	AAA	-
	Classe C	206 800	21 850	20 633	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe X	21 850	191 293	146 109	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.2	Classe A	1 107 300	-	-	Março de 2012	-	Aaa	-	AAA	-	-	-	-
	Classe B	369 100	-	-	Março de 2012	-	A2	-	A (low)	-	-	-	-
	Classe C	466 300	-	-	Março de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	38 900	-	-	Março de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Finance N.º 3	Classe A	450 700	269 279	269 279	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe B	207 200	207 200	207 200	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe C	20 000	20 000	20 000	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
IM BES Empresas 1	Classe A	242 500	129 769	-	Novembro de 2043	-	AAA	-	-	-	A3	-	-
	Classe B	242 500	242 500	242 500	Novembro de 2043	-	Caa2	-	-	-	Caa2	-	-

NOTA 50 – JUSTO VALOR DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Grupo é como segue:

(milhares de euros)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
31 de dezembro de 2012						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 377 541	-	-	-	1 377 541	1 377 541
Disponibilidades em outras instituições de crédito	681 077	-	-	-	681 077	681 077
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1 484 112	2 441 287	-	3 925 399	3 925 399
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	1 387 979	1 153 990	279 584	2 821 553	2 821 553
Ativos financeiros disponíveis para venda	8 605 ^(a)	5 008 676	4 778 336	959 693	10 755 310	10 755 310
Aplicações em instituições de crédito	5 426 518	-	-	-	5 426 518	5 426 518
Crédito a clientes	47 194 030	-	512 362	-	47 706 392	44 684 122
Investimentos detidos até à maturidade	941 549	-	-	-	941 549	879 265
Derivados para gestão de risco	-	-	516 520	-	516 520	516 520
Ativos financeiros	55 629 320	7 880 767	9 402 495	1 239 277	74 151 859	71 067 305
Recursos de bancos centrais	10 893 320	-	-	-	10 893 320	10 893 320
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	2 122 025	-	2 122 025	2 122 025
Recursos de outras instituições de crédito	4 476 381	-	612 277	-	5 088 658	4 898 506
Recursos de clientes	25 743 341	-	8 796 982	-	34 540 323	34 540 323
Responsabilidades representadas por títulos	12 764 479	-	2 659 582	-	15 424 061	15 990 921
Contratos de investimento	1 298 933	-	2 114 630	-	3 413 563	3 615 405
Derivados para gestão de risco	-	-	125 199	-	125 199	125 199
Passivos subordinados	839 553	-	263	-	839 816	811 686
Passivos financeiros	56 016 007	-	16 430 958	-	72 446 965	72 997 385
31 de dezembro de 2011						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	1 090 439	-	-	-	1 090 439	1 090 439
Disponibilidades em outras instituições de crédito	580 813	-	-	-	580 813	580 813
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1 003 079	2 431 560	-	3 434 639	3 434 639
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	29 604	1 924 698	9 687	1 963 989	1 963 989
Ativos financeiros disponíveis para venda	14 260 ^(a)	4 404 395	6 810 704	253 507	11 482 866	11 482 866
Aplicações em instituições de crédito	3 282 576	-	-	-	3 282 576	3 282 576
Crédito a clientes	48 454 185	-	589 197	-	49 043 382	45 864 208
Investimentos detidos até à maturidade	1 541 182	-	-	-	1 541 182	1 359 782
Derivados para gestão de risco	-	-	510 090	-	510 090	510 090
Ativos financeiros	54 963 455	5 437 078	12 266 249	263 194	72 929 976	69 569 402
Recursos de bancos centrais	10 013 713	-	-	-	10 013 713	10 013 713
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	2 125 253	-	2 125 253	2 125 253
Recursos de outras instituições de crédito	5 481 596	-	757 764	-	6 239 360	5 373 851
Recursos de clientes	26 904 037	-	7 302 125	-	34 206 162	34 206 162
Responsabilidades representadas por títulos	14 393 295	-	4 059 353	-	18 452 648	15 788 713
Derivados para gestão de risco	-	-	238 633	-	238 633	238 633
Passivos subordinados	961 235	-	-	-	961 235	843 750
Passivos financeiros	57 753 876	-	14 483 128	-	72 237 004	68 590 075

(a) Ativos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes ativos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transações recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Grupo BES, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transações para estes ativos/passivos negociados em mercados líquidos.

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Grupo utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. Alterações nos parâmetros utilizados, em 2012 e 2011, não têm impacto significativo no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

O movimento dos ativos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2012, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do exercício	263 194	213 434
Aquisições	989 342	98 499
Saídas	(17 604)	(9 171)
Transferências	6 593	10 956
Variação de valor	(2 248)	(50 524)
Saldo no fim do exercício	1 239 277	263 194

Os principais parâmetros utilizados, durante os exercícios de 2012 e 2011, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas refletem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para swap de taxa de juro para os respetivos prazos:

	31.12.2012			31.12.2011		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
<i>Overnight</i>	0,0700	0,1000	0,4700	0,3250	0,1100	0,4300
1 mês	0,1759	0,2300	0,4600	1,0240	0,2953	0,7604
3 meses	0,1870	0,4150	0,4800	1,3560	0,5810	1,0900
6 meses	0,3200	0,4400	0,6200	1,6170	0,8085	1,3400
9 meses	0,3178	0,5900	0,7900	1,7910	0,9659	1,5900
1 ano	0,3200	0,3260	0,5411	1,4175	0,6770	1,0850
3 anos	0,4700	0,4765	0,7783	1,3750	0,8225	1,3601
5 anos	0,7650	0,8260	1,0169	1,7240	1,2260	1,5624
7 anos	1,1250	1,2435	1,3563	2,0690	1,6335	1,8619
10 anos	1,5700	1,7500	1,8560	2,3870	2,0160	2,2940
15 anos	2,0184	2,2800	2,4135	2,6750	2,3715	2,6525
20 anos	2,1715	2,5020	2,7230	2,6920	2,4960	2,8322
25 anos	2,2203	2,6240	2,8800	2,6250	2,5460	2,9426
30 anos	2,2413	2,6880	2,9535	2,5610	2,5870	2,9920

Spreads de crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Grupo na avaliação dos derivados de crédito são divulgados diariamente pelo Markit representando observações constituídas por cerca de 85 entidades financeiras internacionais de renome. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

(pontos de base)						
Índice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2012						
CDX USD Main	19	33,02	58,73	95,39	118,68	136,14
iTraxx Eur Main	18	-	76,38	117,43	141,58	154,60
iTraxx Eur Senior Financial	18	-	-	142,44	-	174,98
Ano 2011						
CDX USD Main	17	60,25	93,98	120,03	128,87	137,62
iTraxx Eur Main	16	-	153,99	173,38	177,50	179,25
iTraxx Eur Senior Financial	16	-	-	275,25	-	275,25

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (*at the money*) que serviram de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

	31.12.2012			31.12.2011		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
1 ano	197,18	66,60	54,10	51,08	76,51	53,15
3 anos	84,70	72,90	64,90	52,92	77,70	67,00
5 anos	67,50	63,22	60,80	50,31	67,85	62,90
7 anos	52,90	51,03	49,60	44,19	56,34	52,30
10 anos	39,70	42,33	37,20	38,00	47,78	39,70
15 anos	31,43	35,80	27,80	32,42	42,36	29,70

Câmbios e volatilidade cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (*at the money*) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	Volatilidade (%)						
	31.12.2012	31.12.2011	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,3194	1,2939	8.18	8.33	8.70	9.04	9.20
EUR/GBP	0,8161	0,8353	5.63	5.85	6.28	6.65	6.83
EUR/CHF	1,2072	1,2156	2.10	3.05	3.70	4.52	4.85
EUR/NOK	7,3483	7,7540	4.95	5.23	5.55	5.91	6.08
EUR/PLN	4,0740	4,4580	6.60	7.05	7.85	8.35	8.75
EUR/RUB	40,3295	41,7650	7.78	8.17	8.35	8.90	9.23
USD/BRL ^(a)	2,0491	1,8671	9.33	9.55	9.80	10.10	10.40
USD/TRY ^(b)	1,7850	1,8882	5.70	6.68	7.70	8.43	8.95

a) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL.

b) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY.

Relativamente às taxas de câmbio, o Grupo utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa *spot* observada no mercado no momento da avaliação.

Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respetivas volatilidades utilizadas nas valorizações dos derivados sobre ações:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita
	31.12.2012	31.12.2011	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	2 636	2 317	13,8	11,11	17,02	18,12
PSI 20	5 655	5 494	2,9	12,60	15,40	-
IBEX 35	8 168	8 566	(4,7)	13,68	21,34	-
FTSE 100	5 898	5 572	5,8	8,83	11,42	13,64
DAX	7 612	5 898	29,1	11,10	14,26	15,34
S&P 500	1 426	1 258	13,4	12,28	12,28	16,15
BOVESPA	60 952	56 754	7,4	17,96	18,31	20,34

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogêneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis.

Caso não existam, o justo valor é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

O justo valor dos recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

O justo valor destes instrumentos é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 51 – GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

O Grupo está exposto a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros, os quais se analisam de seguida:

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes. Nos credit defaults swaps (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de proteção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo BES. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.4.

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das

metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Grupo, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efetuado regularmente pelo Comité de Risco.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Grupo BES ao risco de crédito:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	3 799 129	4 675 649
Ativos financeiros detidos para negociação	3 871 474	3 392 644
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1 634 419	127 731
Ativos financeiros disponíveis para venda	8 462 104	10 192 450
Crédito a clientes	47 706 392	49 043 382
Investimentos detidos até à maturidade	941 549	1 541 182
Derivados para gestão de risco	516 520	510 090
Outros ativos	480 754	682 779
Garantias e avals prestados	8 023 520	8 376 006
Créditos documentários	3 776 399	2 941 114
Compromissos irrevogáveis	3 280 971	4 216 289
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	489 884	165 573
	82 983 115	85 864 889

A repartição por setores de atividade em 31 de dezembro de 2012 e 2011, encontra-se apresentada conforme segue:

	(milhares de euros)									
	31.12.2012									
	Crédito a Clientes		Ativos financeiros detidos p/ negociação	Outros ativos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Ativos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avals prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	434 485	(27 152)	14 202	-	-	10 725	(6)	-	-	36 677
Indústrias Extrativas	309 229	(11 966)	3 742	11 708	-	12 969	(675)	-	-	53 656
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	974 407	(50 542)	25 727	2 685	-	10 395	(52)	-	-	102 293
Têxteis e Vestuário	316 309	(31 090)	862	-	-	10 425	(3 958)	-	-	12 779
Curtumes e Calçado	63 359	(6 843)	38	-	-	499	(499)	-	-	2 063
Madeira e Cortiça	147 345	(23 121)	480	2 236	-	4 366	(1 330)	-	-	7 466
Papel e Indústrias Gráficas	331 889	(15 601)	6 683	-	-	11 968	(11 968)	-	-	84 260
Refinação de Petróleo	6 976	(45)	4 817	3 385	-	11 618	-	-	-	5 425
Produtos Químicos e de Borracha	616 899	(14 149)	20 744	1 471	-	24 009	(13 276)	-	-	102 280
Produtos Minerais não Metálicos	363 449	(28 435)	431	-	-	13 103	(7 958)	-	-	20 152
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	877 138	(48 939)	14 592	194	-	2 407	-	-	-	155 603
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	280 584	(11 883)	3 079	584	-	31 249	(5 632)	-	-	120 022
Fabricação de Material de Transporte	113 698	(9 677)	630	10 741	14	33 298	(3 438)	-	-	34 662
Outras Indústrias Transformadoras	389 355	(27 340)	1 611	2 642	-	31 758	(11 280)	-	-	38 449
Eleticidade, Gás e Água	1 458 334	(11 032)	155 360	23 846	-	687 307	-	-	-	487 693
Construção e Obras Públicas	4 429 927	(368 417)	416 606	57 643	-	27 858	(1 688)	-	-	2 292 619
Comércio por Grosso e a Retalho	3 188 671	(289 276)	10 810	1 366	-	33 764	(15 430)	1 537	-	546 904
Turismo	1 453 173	(91 215)	14 625	65 301	-	39 439	(379)	-	-	101 949
Transportes e Comunicações	2 152 159	(46 964)	291 175	18 483	-	271 487	(8 916)	9 894	-	1 010 767
Atividades Financeiras	3 952 138	(123 257)	1 045 792	1 901 531	516 506	3 650 620	(70 301)	526 584	(20 794)	161 474
Atividades Imobiliárias	6 249 967	(431 611)	52 371	70 000	-	201 741	(1 891)	1 299	-	456 531
Serviços Prestados às Empresas	4 749 180	(369 927)	344 883	91 424	-	1 156 930	(33 197)	39 139	-	1 484 414
Administração e Serviços Públicos	954 941	(22 959)	1 361 185	515 994	-	4 405 389	-	295 271	-	227 198
Outras atividades de serviços coletivos	2 682 267	(268 571)	133 128	38 356	-	303 008	(46 089)	106 936	(18 317)	402 493
Crédito à Habitação	11 133 822	(167 019)	-	-	-	-	-	-	-	9
Crédito a Particulares	2 627 780	(180 039)	-	-	-	-	-	-	-	70 704
Outros	141 253	(15 272)	1 826	1 963	-	6 945	(4)	-	-	4 978
Total	50 398 734	(2 692 342)	3 925 399 0	2 821 553 0	516 520	10 993 277	(237 967)	980 660	(39 111)	8 023 520

31.12.2011

	Crédito a Clientes		Ativos financeiros detidos p/ negociação	Outros ativos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Ativos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avals prestados
	Valor bruto	Imparidade				Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	435 935	(17 077)	11 803	-	-	11 315	(3 087)	-	-	45 525
Indústrias Extrativas	215 006	(9 788)	3 869	-	-	1 027	(546)	-	-	19 408
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	909 823	(44 215)	11 537	-	-	22 286	(52)	-	-	93 689
Têxteis e Vestuário	315 807	(28 171)	1 906	-	-	20 103	(2 238)	-	-	15 482
Curtumes e Calçado	71 989	(5 842)	459	-	-	515	(499)	-	-	2 040
Madeira e Cortiça	159 555	(24 975)	812	-	-	1 372	-	-	-	6 879
Papel e Indústrias Gráficas	340 289	(6 638)	5 272	-	-	123 364	(1 989)	-	-	89 423
Refinação de Petróleo	29 233	(191)	3 204	-	-	4 154	-	-	-	6 997
Produtos Químicos e de Borracha	631 525	(11 442)	11 156	-	-	56 770	(13 389)	-	-	95 474
Produtos Minerais não Metálicos	435 583	(18 446)	475	-	-	37 764	(7 548)	-	-	26 912
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	845 522	(35 765)	1 324	-	-	500	-	-	-	122 800
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	278 209	(7 037)	2 381	-	-	62 612	(7 113)	-	-	162 205
Fabricação de Material de Transporte	332 333	(14 200)	504	-	-	585	(108)	-	-	29 431
Outras Indústrias Transformadoras	379 173	(23 987)	2 350	-	-	35 792	(8 413)	-	-	44 328
Eletricidade, Gás e Água	1 607 225	(9 554)	92 584	-	-	526 959	(1 855)	-	-	626 046
Construção e Obras Públicas	4 694 390	(236 134)	344 306	56 000	-	153 446	(1 687)	-	-	2 566 951
Comércio por Grosso e a Retalho	3 260 235	(257 343)	19 263	-	-	315 889	(15 203)	-	-	537 255
Turismo	1 571 254	(60 542)	17 522	-	-	2 874	(379)	-	-	96 906
Transportes e Comunicações	1 895 253	(85 982)	305 527	-	-	537 632	(8 915)	9 865	-	985 644
Atividades Financeiras	2 844 493	(141 628)	1 052 404	1 695 543	510 090	1 938 549	(25 239)	618 975	(21 393)	164 929
Atividades Imobiliárias	6 864 981	(304 001)	65 606	70 000	-	285 634	(1 776)	-	-	465 535
Serviços Prestados às Empresas	4 449 412	(217 566)	213 640	104 436	-	2 014 190	(29 923)	-	-	1 689 810
Administração e Serviços Públicos	1 062 578	(22 593)	889 770	-	-	4 689 214	-	805 437	-	244 897
Outras atividades de serviços coletivos	3 016 419	(264 537)	368 585	38 010	-	790 406	(35 392)	139 221	(10 923)	144 089
Crédito à Habitação	11 610 112	(159 019)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 715 482	(154 588)	-	-	-	-	-	-	-	91 311
Outros	239 010	(6 183)	8 380	-	-	18 196	(2 931)	-	-	2 001
Total	51 210 826	(2 167 444)	3 434 639	1 963 989	510 090	11 651 148	(168 282)	1 573 498	(32 316)	8 376 006

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a desagregação do crédito a clientes por *ratings* é como segue:

(milhares de euros)

Modelos de Rating/ Scoring	Escala Interna	31.12.2012		31.12.2011	
		Valor do Crédito	(%)	Valor do Crédito	(%)
Modelos de Grandes Empresas	[aaa;a-]	8	0,02%	77	0,15%
	[bbb+;-bbb-]	2 313	4,59%	2 535	4,95%
	[bb+;bb-]	4 997	9,91%	4 697	9,17%
	[b+;b-]	8 080	16,02%	8 601	16,80%
	ccc+	1 277	2,53%	1 806	3,53%
Modelos de Médias Empresas	8-9	535	1,06%	692	1,35%
	10-11	532	1,06%	656	1,28%
	12-13	632	1,25%	859	1,68%
	14-15	438	0,87%	576	1,12%
	16-17	567	1,13%	596	1,16%
	18-19	342	0,68%	575	1,12%
	20-21	347	0,69%	457	0,89%
	22-23	294	0,58%	345	0,67%
	24-25	1 659	3,29%	1 016	1,98%
Modelos de Pequenas Empresas	A	71	0,14%	91	0,18%
	B	305	0,61%	365	0,71%
	C	620	1,23%	878	1,71%
	D	311	0,62%	382	0,75%
	E	251	0,50%	216	0,42%
	F	557	1,11%	515	1,01%
Modelos de Crédito Habitação	01	1 196	2,37%	1 107	2,16%
	02	4 341	8,61%	4 259	8,32%
	03	1 492	2,96%	1 632	3,19%
	04	710	1,41%	814	1,59%
	05	503	1,00%	574	1,12%
	06	488	0,97%	510	1,00%
	07	679	1,35%	696	1,36%
	08	953	1,88%	1 101	2,15%
Modelos de Particulares	01	86	0,17%	101	0,20%
	02	66	0,13%	117	0,23%
	03	130	0,26%	156	0,30%
	04	312	0,62%	328	0,64%
	05	136	0,27%	208	0,41%
	06	198	0,39%	244	0,48%
	07	144	0,29%	168	0,33%
	08	109	0,22%	144	0,28%
	09	260	0,52%	232	0,45%
	10	4	0,01%	3	0,01%
Créditos sem rating/ scoring interno		14 456	28,68%	12 882	25,15%
TOTAL		50 399	100,00%	51 211	100,00%

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações, preços de mercadorias, volatilidade e *spread* de crédito.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Grupo BES utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

(milhares de euros)

	31.12.2012			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	3 399	11 272	13 723	3 399
Risco taxa de juro	8 793	18 426	28 532	8 793
Ações e mercadorias	15 026	14 439	11 127	15 026
Volatilidade	7 112	7 222	7 173	7 112
<i>Spread</i> de Crédito	13 887	40 212	71 556	13 887
Efeito da diversificação	(10 105)	(17 030)	(20 347)	(10 105)
Total	38 112	74 541	111 764	38 112

	31.12.2011			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	4 872	9 254	11 634	4 872
Risco taxa de juro	10 764	11 404	14 863	10 764
Ações e mercadorias	13 554	19 209	12 042	13 554
Volatilidade	14 291	30 073	57 979	14 291
Spread de Crédito	15 170	10 434	11 170	15 170
Efeito da diversificação	(11 132)	(15 638)	(19 020)	(11 132)
Total	47 519	64 736	88 668	47 519

O Grupo BES apresenta um valor em risco (VaR) de 38 112 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 47 519 milhares de euros) para as suas posições de negociação.

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BES calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do Bank of International Settlements (BIS) classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de *repricing*.

(milhares de euros)

	31.12.2012						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disp. em Inst. de Crédito	7 492 060	438 713	6 664 597	269 579	103 370	15 754	46
Crédito a clientes	49 673 250	-	29 712 842	8 957 736	2 736 210	5 965 359	2 301 103
Títulos	16 725 064	7 367 973	4 002 972	1 359 061	1 058 477	1 742 554	1 194 026
Provisões Técnicas	3 804	3 804	-	-	-	-	-
Total			40 380 411	10 586 376	3 898 057	7 723 668	3 495 175
Recursos de outras Inst. de Crédito	15 867 594	-	14 182 895	525 694	648 472	270 027	240 506
Depósitos	34 031 479	-	22 337 278	2 929 281	3 066 320	5 685 175	13 424
Títulos emitidos	15 858 652	-	5 139 450	752 979	279 880	6 547 539	3 138 805
Contratos de investimento	3 319 944	545 779	25 622	371 293	-	1 671 301	705 950
Provisões Técnicas	1 547 697	1 531 105	-	-	-	5 904	10 689
Total			41 685 244	4 579 247	3 994 673	14 179 946	4 109 373
GAP de balanço (Ativos - Passivos)	(2 464 796)		(1 304 833)	6 007 129	(96 616)	(6 456 278)	(614 198)
Fora de Balanço			(6 114 471)	(751 350)	509 366	6 289 980	66 475
GAP estrutural	(2 464 796)		(7 419 305)	5 255 779	412 750	(166 298)	(547 723)
GAP acumulado			(7 419 305)	(2 163 525)	(1 750 775)	(1 917 073)	(2 464 796)

(milhares de euros)

	31.12.2011						
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disp. em Inst. de Crédito	4 787 662	278 179	4 234 688	42 487	4 952	226 340	1 016
Crédito a clientes	49 095 349	-	33 287 221	10 443 084	2 274 857	1 797 421	1 292 766
Títulos	16 064 643	4 340 115	7 021 587	1 587 333	1 484 844	1 090 437	540 327
Total			44 543 496	12 072 904	3 764 653	3 114 198	1 834 109
Recursos de outras Inst. de Crédito	16 216 997	-	13 706 517	603 595	680 262	912 891	313 732
Depósitos	33 576 964	-	22 615 631	3 158 141	3 421 871	4 284 310	97 011
Títulos emitidos	19 086 330	-	9 370 785	711 284	245 487	6 266 941	2 491 833
Total			45 692 933	4 473 020	4 347 620	11 464 142	2 902 576
GAP de balanço (Ativos - Passivos)	(3 550 931)		(1 149 437)	7 599 884	(582 967)	(8 349 944)	(1 068 467)
Fora de Balanço			(5 810 719)	(1 737 590)	1 788 949	5 545 617	213 743
GAP estrutural	(3 550 931)		(6 960 156)	5 862 294	1 205 982	(2 804 327)	(854 724)
GAP acumulado			(6 960 156)	(1 097 862)	108 120	(2 696 207)	(3 550 931)

De um ponto de vista de carteiras prudenciais são efetuadas análises de sensibilidade para o risco de taxa de juro da carteira bancária com base numa aproximação ao modelo da duração, sendo efetuados vários cenários de deslocação da curva de rendimentos em todos os escalões de taxa de juro.

	31.12.2012				31.12.2011			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50 pb	Diminuição depois de 1 ano de 50 pb
Em 31 de dezembro	(85 483)	85 483	(34 138)	34 138	175 371	(175 371)	102 191	(102 191)
Média do exercício	(22 320)	22 320	(976)	976	239 334	(239 334)	132 845	(132 845)
Máximo para o exercício	(124 700)	124 700	60 383	(60 383)	336 477	(336 477)	179 158	(179 158)
Mínimo para o exercício	13 477	(13 477)	22 242	(22 242)	175 371	(175 371)	102 191	(102 191)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Grupo, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, bem assim como os respetivos saldos médios e os juros do exercício:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Ativos monetários	4 885 099	192 458	3,94%	5 413 930	170 403	3,15%
Crédito a clientes	50 315 715	2 527 274	5,02%	51 519 608	2 678 426	5,20%
Aplicações em títulos	14 242 252	850 845	5,97%	13 333 830	737 976	5,53%
Aplicações diferenciais	-	-	-	11 481	-	-
Ativos financeiros	69 443 066	3 570 577	5,14%	70 278 848	3 586 805	5,10%
Recursos monetários	17 566 965	419 167	2,39%	16 511 041	460 256	2,79%
Recursos de clientes	34 029 787	1 037 769	3,05%	32 534 704	1 037 772	3,19%
Outros recursos	16 564 422	933 133	5,63%	21 233 104	907 186	4,27%
Recursos diferenciais	1 281 892	-	-	-	-	-
Passivos financeiros	69 443 066	2 390 069	3,44%	70 278 848	2 405 214	3,42%
Resultado Financeiro		1 180 508	1,70%		1 181 591	1,68%

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos ativos e dos passivos, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, por moeda, é analisado como segue:

		31.12.2012				31.12.2011			
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD	DÓLAR DOS E.U.A.	(802 201)	842 328	32 097	72 224	(661 275)	835 766	41 845	216 336
GBP	LIBRA ESTERLINA	466 168	(467 042)	(1 057)	(1 931)	480 536	(476 598)	(80)	3 858
BRL	REAL DO BRASIL	187 801	(183 686)	(4 738)	(623)	210 597	(200 379)	16 357	26 575
DKK	COROA DINAMARQUESA	21 947	(21 579)	-	368	216	(3 720)	-	(3 504)
JPY	IENE JAPONÊS	27 297	5 171	(40 166)	(7 698)	(8 799)	17 400	(10 271)	(1 670)
CHF	FRANCO SUÍÇO	9 944	(6 962)	(1 286)	1 696	53 075	(48 646)	(1 291)	3 138
SEK	COROA SUECA	7 403	(7 778)	(53)	(428)	(2 138)	1 305	182	(651)
NOK	COROA NORUEGUESA	(49 539)	49 807	69	337	(3 251)	1 030	(54)	(2 275)
CAD	DÓLAR CANADIANO	22 866	(23 290)	(7 227)	(7 651)	40 169	(62 399)	456	(21 774)
ZAR	RAND DA ÁFRICA DO SUL	(5 569)	4 475	497	(597)	(602)	(715)	2 637	1 320
AUD	DÓLAR AUSTRALIANO	(8 510)	10 124	17	1 631	98 577	(101 357)	3 106	326
AOA	KWANZA DE ANGOLA	(53 208)	-	-	(53 208)	(228 429)	-	-	(228 429)
CZK	COROA CHECA	5	-	-	5	3 804	302	(2 247)	1 859
MXN	PESO MEXICANO	63 789	(75 772)	9 338	(2 645)	61 971	(81 497)	3 215	(16 311)
	OUTRAS	16 727	45 008	34 626	96 361	(6 276)	(54 170)	80 319	19 873
		(95 080)	170 804	22 117	97 841	38 175	(173 678)	134 174	(1 329)

Nota: ativo/ (passivo).

Exposição a dívida pública de países periféricos da Zona Euro

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a exposição do Grupo a dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012						
	Crédito a Clientes	Ativos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados ⁽¹⁾	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Total
Portugal	935 771	592 985	31 143	2 468 941	128 147	4 156 987
Espanha	111 121	568	(76)	605 499	-	717 112
Grécia	-	3 439	-	-	-	3 439
Irlanda	-	-	-	-	24 894	24 894
Itália	-	6 225	-	21 290	-	27 515
Hungria	-	-	-	-	-	-
	1 046 892	603 217	31 067	3 095 730	153 041	4 929 947

(1) Valores apresentados pelo líquido: a receber/ (a pagar).

(milhares de euros)

31.12.2011						
	Crédito a Clientes	Ativos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados ⁽¹⁾	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Total
Portugal	876 702	123 852	69 714	2 820 649	-	3 890 917
Espanha	132 418	563	1 989	4 096	-	139 066
Grécia	-	-	(265)	-	-	(265)
Irlanda	-	-	(1 069)	-	-	(1 069)
Itália	-	-	(2 865)	-	-	(2 865)
Hungria	-	-	-	-	-	-
	1 009 120	124 415	67 504	2 824 745	-	4 025 783

(1) Valores apresentados pelo líquido: a receber/ (a pagar).

Exceto no que se refere ao crédito a clientes e aos investimentos detidos até à maturidade, todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Grupo pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivativos com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros ao Justo Valor através de Resultados é como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Ativos Disponíveis para Venda						
Portugal	2 669 666	2 421 241	47 700	2 468 941	-	191 142
Maturidade até 1 ano	187 331	186 135	113	186 248	-	498
Maturidade superior 1 ano	2 482 335	2 235 106	47 587	2 282 693	-	190 644
Espanha	616 092	597 401	8 098	605 499	-	2 190
Maturidade até 1 ano	389 350	383 681	325	384 006	-	796
Maturidade superior 1 ano	226 742	213 720	7 773	221 493	-	1 394
Itália	20 000	20 867	423	21 290	-	478
Maturidade até 1 ano	-	-	-	-	-	-
Maturidade superior 1 ano	20 000	20 867	423	21 290	-	478
	3 305 758	3 039 509	56 221	3 095 730	-	193 810
Ativos Financeiros de Negociação						
Portugal	158 946	141 676	3 807	145 483	-	-
Espanha	304	302	-	302	-	-
	159 250	141 978	3 807	145 785	-	-
Ativos Financeiros ao Justo Valor						
Portugal	523 775	439 544	7 958	447 502	-	-
Espanha	260	259	7	266	-	-
Grécia	129 655	3 439	-	3 439	-	-
Itália	5 969	6 224	1	6 225	-	-
	659 659	449 466	7 966	457 432	-	-
Investimentos até à Maturidade						
Portugal	137 000	126 431	1 716	128 147	-	-
Irlanda	24 000	24 051	844	24 894	-	-
	161 000	150 482	2 560	153 041	-	-

(milhares de euros)

31.12.2011						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Ativos Disponíveis para Venda						
Portugal	3 187 790	2 780 693	39 726	2 820 649	-	(124 406)
Maturidade até 1 ano	2 069 941	2 040 481	14 542	2 055 236	-	(16 736)
Maturidade superior 1 ano	1 117 849	740 212	25 184	765 413	-	(107 670)
Espanha	4 036	4 027	69	4 096	-	(9)
Maturidade até 1 ano	4 014	4 004	68	4 072	-	(4)
Maturidade superior 1 ano	22	23	1	24	-	(5)
	3 191 826	2 784 720	39 795	2 824 745	-	(124 415)
Ativos Financeiros de Negociação						
Portugal	126 208	120 458	3 394	123 852	-	-
Espanha	568	563	-	563	-	-
	126 776	121 021	3 394	124 415	-	-

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que deriva da incapacidade de uma instituição solver as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.

O risco de liquidez pode ser subdividido em dois tipos:

- Liquidez dos ativos (*market liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de alienar um determinado tipo de ativo devido à falta de liquidez no mercado, o que se traduz no alargamento do *spread bid/ offer* ou na aplicação de um *haircut* ao valor de mercado.
- Financiamento (*funding liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de financiar no mercado os ativos e/ ou refinarciar a dívida que está a maturar, nos prazos e na moeda desejada. Esta impossibilidade pode ser refletida através de um forte aumento do custo de financiamento ou da exigência de colateral para a obtenção de fundos. A dificuldade de (re)financiamento pode conduzir à venda de ativos, ainda que incorrendo em perdas significativas. O risco de (re)financiamento deve ser minimizado através de uma adequada diversificação das fontes de financiamento e dos prazos de vencimento.

No exercício de 2012 as autoridades comunitárias e o BCE implementaram medidas que conduziram a alguma estabilização do sentimento e das condições dos mercados financeiros. Para esta estabilização muito contribuíram:

- A atuação do Banco Central Europeu que, para além de ter reduzido a taxa de referência de 1% para 0,75%, realizou, entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2012, duas operações de cedência de liquidez a três anos (LTRO), alargou os critérios de elegibilidade dos ativos aceites como colateral em operações de política monetária e reduziu o limite das reservas mínimas obrigatórias junto do Banco Central Europeu (de 2% para 1%). Estas medidas permitiram um acréscimo de liquidez disponível no mercado, num período onde estava previsto ocorrerem importantes vencimentos de dívida do setor bancário;
- A reestruturação da dívida grega, apesar de não ter dissipado por completo a crise da dívida soberana das economias “periféricas” da Zona Euro;
- Os resultados do Conselho Europeu do final de junho e as declarações do presidente do BCE de suporte ao Euro em julho;
- As resoluções adotadas na reunião do BCE em setembro, em especial os detalhes do novo programa de aquisição de dívida pública (*Outright Monetary Transactions* – “OMT”).

Esta última medida teve um papel fundamental para a redução dos riscos sistémicos, representando um passo importante na estabilização financeira da Zona Euro. Em consequência, no quarto trimestre de 2012, as *yields* das dívidas soberanas de todos os países periféricos registaram uma queda acentuada e no final do trimestre as *yields* da dívida pública portuguesa já registavam níveis inferiores aos observados aquando do pedido de assistência financeira efetuado em abril de 2011.

No final do ano, o valor da carteira de ativos elegíveis para operações de redesconto era de 22,3mM€, dos quais 19,4mM€ junto do Banco Central Europeu.

Com o objetivo de avaliar a exposição global ao risco de liquidez são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

(milhões de euros)

31.12.2012							
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
ATIVOS							
Caixa e disponibilidades	420	420	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	7 072	5 614	504	607	223	95	30
Crédito a clientes	43 500	561	1 170	1 411	1 501	2 291	36 566
Títulos	25 684	2 601	1 140	2 226	889	1 500	17 328
Provisões Técnicas	4	4	-	-	-	-	-
Outros ativos líquidos	1 816	1 816	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	6 570	313	139	268	454	513	4 883
Total		11 329	2 953	4 512	3 067	4 399	58 807
PASSIVOS							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	16 110	2 092	515	680	479	770	11 573
Depósitos de clientes	33 789	594	957	1 974	731	138	29 396
Títulos Emitidos	15 862	176	441	1 936	927	278	12 103
Contratos de investimento	3 320	21	1	83	63	162	2 989
Provisões Técnicas	1 548	10	5	14	28	71	1 418
Outros passivos exigíveis a curto prazo	1 589	1 589	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	10 188	330	201	417	624	520	8 096
Total		4 812	2 120	5 104	2 852	1 939	65 575
GAP (Ativos - Passivos)		6 515	833	(593)	214	2 459	
GAP Acumulado		6 515	7 348	6 755	6 970	9 429	
Buffer de Ativos liq. > 12 meses							581

(milhões de euros)

31.12.2011							
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
ATIVOS							
Caixa e disponibilidades	436	436	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	4 509	2 368	823	1 037	42	8	232
Crédito a clientes	48 372	614	1 610	1 800	1 652	2 543	40 152
Títulos	19 307	536	1 727	2 193	727	474	13 650
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos líquidos	3 779	3 779	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	6 141	217	175	535	856	475	3 883
Total		7 950	4 335	5 565	3 277	3 500	57 917
PASSIVOS							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	16 535	3 642	2 319	2 457	583	462	7 072
Depósitos de clientes	33 259	85	1 065	1 987	531	1 067	28 524
Títulos Emitidos	19 124	30	2 774	2 944	555	209	12 612
Contratos de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos exigíveis a curto prazo	1 683	1 683	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	12 224	282	292	754	939	541	9 415
Total		5 722	6 450	8 142	2 608	2 279	57 623
GAP (Ativos - Passivos)		2 229	(2 116)	(2 578)	668	1 221	
GAP Acumulado		2 229	113	(2 465)	(1 797)	(575)	
Buffer de ativos liq. > 12 meses							2 752

O *Gap* Acumulado a um ano passou de -575 milhões de euros em dezembro de 2011 para 9 429 milhões de euros em dezembro de 2012. De referir que em dezembro de 2012 este valor inclui a BES Vida. A variação positiva reflete a orientação conservadora da gestão do risco de liquidez com a liquidificação de ativos e o alongamento dos passivos.

Adicionalmente, e de acordo com a instrução nº13/2009 do Banco de Portugal, o *gap* de liquidez é definido através do indicador (Ativos líquidos – Passivos voláteis) / (Ativo – Ativos líquidos) * 100 em cada escala cumulativa de maturidade residual. Os ativos líquidos incluem os valores de tesouraria e títulos líquidos e os passivos voláteis incluem as emissões, os compromissos assumidos, os derivados e outros passivos. Este indicador permite uma caracterização do risco de *wholesale* das instituições.

O *gap* de liquidez até um ano do Grupo BES era, a 31 de dezembro de 2012, de -1,7, que compara com -15,0 no período homólogo do ano anterior e estando alinhado com os restantes bancos em Portugal (-5,4 em junho de 2012). Esta variação positiva reflete, conforme referido anteriormente, a liquidificação de ativos e o alongamento dos passivos. De salientar que os valores acima apresentados, calculados no âmbito do reporte da Instrução nº13/2009 ao Banco de Portugal, não incluem a BES Vida, cuja atividade é regulada pelo Instituto de Seguros de Portugal, que estabelece limites de exposição para diversificação e dispersão prudencial.

De forma a tentar antecipar possíveis impactos negativos, são efetuados cenários de stress com diferentes severidades (moderado e severo), diferentes horizontes temporais e diferentes áreas de impacto (sistémico, específico ao Banco e combinado). No cenário sistémico simula-se por exemplo o fecho do mercado de *wholesale*, enquanto no cenário específico ao Banco se simula o *run-off*, com severidades diferentes, de depósitos de clientes de retalho e não-retalho.

A 31 de dezembro de 2012, o *buffer* de ativos líquidos (constituído por disponibilidades em Bancos centrais e títulos disponíveis na pool de ativos redescontáveis no BCE) excedia as saídas de caixa decorrentes da aplicação dos cenários de stress.

Já em janeiro de 2013, o Bank of International Settlements, no enquadramento de Basileia III, publicou nova legislação referente ao rácio de liquidez *Liquidity Coverage Ratio* (LCR). O Grupo BES, a 31 de dezembro de 2012, cumpria já com o limite estabelecido para 2015 relativamente a este rácio.

Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Entende-se, assim, risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação, de compliance e de reputação.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Risco específico da atividade seguradora (ramo vida)

Subscrição

Existem normas escritas que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos sendo que estas têm por base a análise efetuada a vários indicadores estatísticos da carteira de forma a permitir adequar o melhor possível o preço ao risco. A informação disponibilizada pelos Resseguradores da Companhia é igualmente tida em conta e as políticas de subscrição são definidas por segmento de negócio.

Tarificação

A Companhia tem como objetivo definir prémios suficientes e adequados que permitam fazer face a todos os compromissos assumidos (sinistros a pagar, despesas e custo do capital).

À priori, a adequabilidade da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de *cash-flows* e a *posteriori*, a rentabilidade de cada produto ou de um grupo de produtos, é monitorizada anualmente aquando do cálculo do *Market Consistent Embedded Value*.

Existem orientações e métricas definidas na Companhia que estabelecem as condições mínimas exigidas de rentabilidade para qualquer produto novo, assim como as análises de sensibilidade a efetuar. O cálculo do *Market Consistent Embedded Value* é realizado uma vez por ano pela Companhia e revisto por consultores externos.

Provisionamento

Em termos gerais, a política de provisionamento da Companhia é de natureza prudencial e utiliza métodos atuarialmente reconhecidos cumprindo o normativo em vigor. O objetivo principal da política de provisionamento é constituir provisões adequadas e suficientes de forma a que a Companhia cumpra todas as suas responsabilidades futuras. Para cada linha de negócio, a Companhia constitui provisões no âmbito dos seus passivos para sinistros futuros nas apólices e segrega ativos para representar estas provisões. A constituição de provisões obriga à elaboração de estimativas e ao recurso a pressupostos que podem afetar os valores reportados para os ativos e passivos em exercícios futuros.

Tais estimativas e pressupostos são avaliados regularmente, nomeadamente através de análises estatísticas de dados históricos internos e/ou externos. A adequação da estimativa das responsabilidades da atividade seguradora é revista anualmente. Se as provisões técnicas não forem suficientes para cobrir o valor atual dos *cash-flows* futuros esperados (sinistros, custos e comissões), esta insuficiência é imediatamente reconhecida através da criação de provisões adicionais.

Risco específico de seguro

Riscos biométricos

Os riscos biométricos incluem o risco de longevidade, de mortalidade e de invalidez. O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efetivas resultantes

das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas rendas vitalícias. O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade a qual poderá ter um impacto em seguros que garantem capitais em caso de morte. Este risco é mitigado através das políticas de subscrição, revisão regular das tábuas de mortalidade usadas e do resseguro. O risco de invalidez cobre a incerteza das perdas efetivas devidas às taxas de invalidez serem superiores às esperadas.

A sensibilidade da carteira aos riscos biométricos é analisada através de projeção realística de *cashflows* – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

Risco de descontinuidade

O risco de descontinuidade está relacionado com o risco de cessação do pagamento de prémios e à anulação das apólices. A taxa de resgate e de anulações é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto das mesmas na carteira da Companhia. A sensibilidade da carteira a este risco é analisada através de projeção realística de *cashflows* – modelo de *Market Consistent Embedded Value*.

Os principais pressupostos utilizados por tipo de contrato são como segue:

	Tábua de mortalidade	Taxa Técnica
Planos de poupança reforma e produtos de capitalização		
Até dezembro de 1997	GKM 80	4%
De janeiro de 1998 a junho de 1999	GKM 80	3,25%
De 1 de julho de 1999 a fevereiro de 2003	GKM 80	2,25% e 3%
De 1 de março de 2003 a dezembro de 2003	GKM 80	2,75%
Após 1 de janeiro de 2004	GKM 80	Fixadas por ano civil (*)
Seguros em caso de vida		
Rendas		
Até junho de 2002	TV 73/77	4%
De 1 de julho de 2002 a dezembro 2003	TV 73/77	3%
De 1 de janeiro de 2004 a setembro de 2006	GKF 95	3%
Após setembro de 2006	GKM - 3 anos	2%
Outros seguros		
Seguros em caso de morte		
Até dezembro de 2004	GKM 80	4%
Após 1 de janeiro de 2005	GKM 80	0% a 2%
Seguros mistos		
Até setembro de 1998	GKM 80	4%
Após 1 de outubro de 1998	GKM 80	3%

(*) Nos anos de 2012 e 2011 a taxa técnica foi de 2%.

Para efeitos de análise da adequação das responsabilidades os pressupostos relativos à mortalidade baseiam-se nas melhores estimativas decorrentes de análises de experiência à carteira existente. Os *cashflows* futuros são avaliados através do modelo interno de *embedded value* e foram descontados à taxa de juro sem risco. O modelo usado na Companhia segue as metodologias emanadas pelo CFO Forum para o efeito.

Os pressupostos de mortalidade utilizados são como segue:

	Tábua de mortalidade
Rendas	GRM 95
Poupança e outros contratos	30% GKM 80

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade no *Market Consistant Embedded Value* da atividade seguradora:

	(milhares de euros)
	31.12.2012
Crescimento de 10% nos resgates	(3 873)
Decréscimo de 10% nos resgates	4 896
Crescimento de 5% na taxa de mortalidade (vida exceto rendas)	(1 789)
Decréscimo de 5% na taxa de mortalidade (vida exceto rendas)	2 055

No quadro seguinte apresentam-se as análises de sensibilidade relativas ao impacto líquido de imposto nas reservas e em ganhos e perdas das variações da taxa de juro sem risco e do valor de mercado das ações da atividade seguradora:

(milhares de euros)		
31.12.2012		
	Resultado Líquido	Reserva líquida de imposto
Crescimento de 100pb na taxa de juro sem riscos	1 701	(55 632)
Decréscimo de 100pb na taxa de juro sem riscos	(1 819)	60 249
Desvalorização de 10% no valor de mercado das ações	-	(30 219)
Valorização de 10% no valor de mercado das ações	-	30 219

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O principal objetivo da gestão de capital no Grupo consiste em assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo em matéria de adequação de capital, respeitando e fazendo cumprir os requisitos mínimos de fundos próprios definidos pelas entidades de supervisão.

A definição da estratégia a adotar em termos de gestão de capital é da competência do Conselho de Administração encontrando-se integrada na definição global de objetivos do Grupo.

Em termos prudenciais, o Grupo está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Diretiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, e fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por “Basileia II”, o Grupo foi autorizado a utilizar, com efeitos em 31 de março de 2009, a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “*Internal Ratings Based*” – IRB) para o risco de crédito e o método “*Standard*” para o tratamento do risco operacional (método “*The Standardized Approach*” – TSA).

Os elementos de capital do Grupo BES para efeitos da determinação do rácio de solvabilidade, dividem-se em *Core Tier I*, Fundos Próprios de Base (ou *Tier I*), Fundos Próprios Complementares e Fundos Próprios Totais, com a seguinte composição:

- **Core Tier I:** Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, os prémios de emissão, as reservas elegíveis, os resultados positivos retidos do exercício quando certificados e os interesses que não controlam. As reservas de justo valor são excluídas com exceção da dedução das reservas de justo valor negativas associadas a ações ou outros instrumentos de capital; também é dedutível ao *Core Tier I* o valor de balanço dos montantes relativos a “*Goodwill*” apurado, ativos intangíveis, desvios atuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor prudencial e, quando aplicável, os resultados negativos do exercício.
- **Fundos Próprios de Base (Tier I):** Para além dos valores considerados como *Core Tier I*, esta categoria inclui as ações preferenciais e instrumentos de capital híbridos. Constituem elementos dedutíveis aos fundos próprios de base metade do valor convertido em participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco da parte que exceda a soma das correções de valor e provisões existentes.
- **Fundos Próprios Complementares (Tier II):** Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a ações ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco que ultrapassem o valor da soma das correções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- **Deduções:** Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que o *Tier II* não exceda os Fundos próprios de base. Adicionalmente, determinadas componentes do *Tier II* (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos Fundos próprios de base.

Em dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, com início em dezembro de 2009, para o reconhecimento dos desvios atuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos ativos do fundo relativos a este mesmo ano. Este período transitório terminou em dezembro de 2012, que coincide com a última amortização prudencial.

Em maio de 2011, decorrente da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011, que vem estabelecer novos patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelos grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal. Assim, as Instituições Financeiras deverão atingir um Rácio *Core Tier I* não inferior a 9% em 31 de dezembro de 2011, e de 10% até 31 de dezembro de 2012. Simultaneamente os bancos europeus devem observar um rácio *Core Tier I* de 9% nos termos definidos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA).

Os principais movimentos ocorridos nos Fundos próprios de base nos termos definidos pelo Banco de Portugal para 31 de dezembro de 2012 e 2011 apresentam-se no quadro seguinte:

	(milhões de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do exercício	6 171	6 040
Aumento de capital (troca de híbridos por capital)	-	521
Aumento de capital, líquido de despesas de emissão	998	-
Instrumentos híbridos	(19)	(675)
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de justo valor)	42	(119)
Interesses que não controlam, excluindo híbridos	2	94
Goodwill	(166)	139
Desvios atuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial	(526)	144
Amortização do período transitório IFRS	(12)	(13)
Dedução de participações em sociedades financeiras e outros elementos	(165)	202
Reservas de reavaliação com impacto prudencial	142	(164)
Outros efeitos	(29)	2
Saldo no fim do exercício	6 438	6 171

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de adequação de capital do Grupo BES para 31 de dezembro de 2012 e 2011:

(milhões de euros)			
		31.12.2012	31.12.2011
A - Fundos Próprios			
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Ações Próprias		6 074	5 106
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de justo valor)		1 237	1 195
Interesses que não controlam		587	585
Ativos Intangíveis		(141)	(142)
Desvios Atuariais com responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial		(741)	(215)
Goodwill		(506)	(340)
Reservas de justo valor com impacto prudencial		(52)	(194)
Período transitório IFRS		13	25
Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I	(A1)	6 471	6 020
Instrumentos Híbridos elegíveis para Tier I		226	245
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		(259)	(94)
Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I EBA	(C)	6 091	-
Fundos Próprios de Base (TIER I)	(A2)	6 438	6 171
45% das Reservas de justo valor Positivas		47	25
Dívida Subordinada elegível		801	923
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		(259)	(90)
Fundos Próprios Complementares (TIER II)		589	858
Deduções		(72)	(59)
Fundos Próprios Elegíveis	(A3)	6 955	6 970
B- Ativos de Risco			
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)		56 454	59 705
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)		1 503	1 742
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)		3 694	3 938
Total de Ativos de Risco Equivalentes	(B)	61 651	65 385
C- Rátios Prudenciais			
Rácio Core Tier I	(A1 / B)	10,5%	9,2%
Rácio Core Tier I EBA	(C / B)	9,9%	-
Rácio Tier I	(A2 / B)	10,4%	9,4%
Rácio de Solvabilidade	(A3 / B)	11,3%	10,7%

Planos de Financiamento e de Capitalização (2011—2015)

De acordo com o Memorando de Política Económica e Financeira subscrito entre o Governo Português, por um lado, a Comissão Europeia (CE), Banco Central Europeu (BCE) e Fundo Monetário Internacional (FMI), por outro, os bancos portugueses tem de elaborar trimestralmente planos de financiamento e de capitalização para o período 2011 a 2015 de forma a alcançarem os seguintes objetivos:

- O rácio crédito/depósitos deverá convergir para o valor de 120% a partir de dezembro de 2014, inclusivé;
- O rácio de financiamento estável (*stable funding ratio*) deverá ser de 100% a partir de dezembro de 2014, inclusivé;
- O rácio Core Tier I deverá situar-se acima dos 10% após dezembro de 2012, conforme estabelecido pelo Aviso 3/2011 do Banco de Portugal.

Adicionalmente, os planos de financiamento dos bancos devem considerar que a dependência das sucursais e filiais no estrangeiro de fundos domésticos deverá ser minimizada; devem reduzir a dependência do financiamento do BCE; considerar um acesso moderado ao mercado de curto prazo e uma abertura gradual do mercado internacional de médio e longo prazo a partir do 4.º trimestre de 2013; e deviam ser suportados por políticas comerciais de apoio aos setores da economia portuguesa, designadamente às pequenas e médias empresas.

Para efeitos de elaboração do plano inicial e revisões trimestrais, são fornecidas pelo Banco de Portugal e em articulação com a CE/BCE/FMI projeções sobre as variáveis macroeconómicas relevantes domésticas, de crescimento do PIB nas geografias de maior relevância para a atividade dos bancos e ainda projeções de taxas de juro de referência e outros parâmetros indispensáveis à elaboração dos planos. No contexto do plano para o período em referência, sublinha-se ainda o facto de o mesmo ser objeto de um exercício de *stress test* onde os bancos deverão, num cenário extremo, apresentar um rácio *Core Tier I* superior a 6% durante o referido período (2011 a 2015).

NOTA 52 – COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Operações de Securitização

Ao longo do ano de 2011 e 2012, as operações de titularização originadas pelo BES sofreram sucessivos cortes de *rating*, na sequência dos *downgrades* efetuados pelas várias agências de *rating* à República Portuguesa e aos bancos portugueses. Tradicionalmente, este tipo de operações incluem nas suas estruturas diversos mecanismos de proteção de risco, nomeadamente os decorrentes da substituição de contrapartes com notações de risco abaixo dos níveis mínimos exigidos pelas agências de *rating* ou decorrentes de ações que permitam mitigar o risco de exposição a essas contrapartes.

O BES atuava como contraparte de *swap* em duas das suas operações de titularizações de créditos hipotecários (*Lusitano Mortgages No.6* e o *Lusitano Mortgages No.7*). O desempenho destas funções em operações de titularização está reservado a entidades que respeitem os níveis mínimos de *rating* estabelecidos pelas agências de *rating*. Assim, na sequência dos *downgrades*, a posição do BES na operação *Lusitano Mortgages No.6* foi transferida para uma instituição financeira que respeita os critérios de elegibilidade das agências e na operação *Lusitano Mortgages No.7*, procedeu-se à reestruturação da operação.

Adicionalmente, na sequência do *downgrade* da República Portuguesa por parte da Moody's, em fevereiro de 2012, esta agência de *rating* fixou em Baa1 o *rating* máximo atribuível a obrigações emitidas em operações de titularização. Assim, a operação de titularização de crédito a pequenas e médias empresas realizada pelo BES em dezembro de 2010 – *Lusitano SME No.2* – perdeu a elegibilidade para redesconto junto do BCE, tendo o BES optado por exercer a sua opção de reembolso antecipado no dia 23 de março de 2012.

Obrigações Hipotecárias

As emissões de obrigações hipotecárias sofreram igualmente um forte impacto pelo *downgrade* da República Portuguesa e dos bancos portugueses. Como consequência, o BES deixou de poder ser contraparte nas operações *swaps* de taxa de juro, tendo procedido à sua transferência e, em alguns casos, à sua anulação.

Contract Support Annex (CSA)

O BES tem um conjunto de contratos negociados com contrapartes com quem negocia derivados em mercado de balcão. Os CSA revestem a forma de contrato de colateral estabelecido entre duas partes que negociam entre si derivados *Over-the-Counter*, tendo como principal objetivo fornecer proteção contra o risco de crédito, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras relativas ao colateral. As transações de derivados são regulamentadas pelo *International Swaps and Derivatives Association* (ISDA) e apresentam uma margem mínima de risco que pode alterar de acordo com o *rating* das partes.

NOTA 53 – TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS

No âmbito do processo de reestruturação do setor imobiliário português, foram lançadas várias iniciativas no sentido de serem criadas condições financeiras, operacionais e de gestão que pudessem revitalizar o setor. Nesse sentido, o Governo, em estreita ligação com as empresas e o setor financeiro, incluindo o Grupo BES, encorajou a criação de sociedades e de fundos especializados que, através de operações de concentração, agregação, fusão e gestão integradas, permitissem a obtenção das sinergias necessárias à recuperação do setor. Tendo em vista os referidos objetivos foram constituídas sociedades (empresas-mãe), com participação minoritária do Grupo BES, que, por sua vez, passaram a deter a quase totalidade do capital de certas subsidiárias (subsidiárias daquelas empresas-mãe) com o objetivo de adquirirem certos créditos bancários imobiliários.

No exercício de 2012 o BES realizou um conjunto de operações de cedência de ativos financeiros (nomeadamente crédito a clientes) para aquelas últimas entidades (subsidiárias das empresas-mãe). Estas entidades são responsáveis pela gestão dos ativos recebidos em colateral que, após a cedência dos créditos, têm como objetivo a implementação de um plano de valorização dos mesmos. A quase totalidade dos ativos financeiros cedidos nestas operações foi desreconhecida do balanço do Grupo, uma vez que foi transferida para as referidas entidades terceiras a parte substancial dos riscos e benefícios associados a estes bem como o respetivo controlo.

As referidas entidades adquirentes têm uma estrutura de gestão específica, totalmente autónoma dos bancos cedentes, que é selecionada na data da sua constituição e tem como principais responsabilidades:

- definir o objetivo da entidade;
- administrar e gerir em regime exclusivo e independente os ativos adquiridos, determinar os objetivos e política de investimento e o modo de conduta da gestão e negócios da entidade.

As entidades adquirentes são financiadas, predominantemente, através da emissão de instrumentos de capital de natureza sénior que são totalmente subscritos pelas sociedades empresa-mãe. O valor do capital representado por títulos sénior iguala o justo valor do ativo objeto de cedência, determinado mediante um processo negocial baseado em avaliações efetuadas por ambas as partes. Estes títulos são remunerados a uma taxa de juro que reflete o risco da sociedade detentora dos ativos. Adicionalmente, o financiamento pode ser complementado pela subscrição pelos bancos de instrumentos de capital júnior pela diferença entre o valor de balanço dos créditos cedidos e o justo valor que teve por base a valorização do título sénior. Estes instrumentos juniores, quando subscritos pelo Grupo BES, darão direito a um valor positivo contingente, caso o valor dos ativos transferidos ultrapasse o montante das prestações seniores acrescido da remuneração das mesmas, e encontra-se limitado a um máximo de 25% do valor global que resulta dos títulos sénior e títulos júnior emitidos.

Considerando que estes títulos júnior refletem um diferencial de avaliação dos ativos cedidos, tendo por base avaliações efetuadas por entidades independentes e um processo negocial entre as partes, os mesmos encontram-se integralmente provisionados no balanço do Grupo.

Assim, na sequência das operações de cedência de ativos ocorridas em 2012, o Grupo subscreveu:

- instrumentos de capital, representativos do capital das sociedades empresas-mãe em que os *cash flows* que permitirão a sua recuperação são provenientes de um conjunto alargado de ativos cedidos pelos vários bancos. Estes títulos encontram-se registados na carteira de ativos financeiros disponíveis para venda sendo avaliados a mercado, com valorização divulgada regularmente pelas referidas empresas cujas contas são auditadas no final de cada ano;
- instrumentos juniores, emitidos pelas sociedades adquirentes dos créditos que se encontram a ser totalmente provisionados por refletirem a melhor estimativa da imparidade dos ativos financeiros cedidos.

Sendo que das referidas subscrições pelo Grupo BES resultou uma posição claramente minoritária no capital das referidas entidades.

Neste contexto, não tendo controlo mas permanecendo com algum risco e benefício, o Grupo BES, nos termos da IAS 39.21, procedeu a uma análise da exposição à variabilidade de riscos e benefícios nos ativos transferidos, antes e após a operação, tendo concluído que não reteve substancialmente a maior parte dos riscos e benefícios. Adicionalmente e considerando que também não tem controlo, procedeu, nos termos da IAS 93.20c(i), ao desreconhecimento dos ativos transferidos e ao reconhecimento dos ativos recebidos como contrapartida, como se mostra no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Valores à data da transferência							
	Valores associados à Cedência de Ativos			Subscrição de Títulos				
	Ativos Líquidos Cedidos	Valor da Transferência	Resultado Apurado com a Transferência	Ações (Títulos Sénior)	Títulos Júnior	Total	Imparidade	Valor líquido
Fundo Recuperação Turismo, FCR	282 121	282 121	-	256 891	34 906	291 797	(34 906)	256 891
FLIT SICAV	252 866	254 547	1 682	235 304	23 247	258 551	(23 247)	235 304
Discovery Portugal Real Estate Fund	96 196	93 208	(2 988)	96 812	-	96 812	-	96 812
Fundo Vallis Construction Sector	66 272	66 272	-	81 002	21 992	102 994	(21 992)	81 002
	697 455	696 148	(1 307)	670 009	80 145	750 154	(80 145)	670 009

Conforme evidenciado no quadro acima, no âmbito das operações de cedência, os títulos subscritos de natureza subordinada (títulos júnior) especificamente relacionados com os ativos cedidos, encontram-se provisionados na sua totalidade. O valor das provisões constituídas em 2012 na sequência destas operações ascende a cerca de 80,1 milhões de euros.

Apesar de os títulos juniores se encontrarem totalmente provisionados, o Grupo mantém também uma exposição indireta aos ativos financeiros cedidos, no âmbito de uma participação minoritária na pool de todos os ativos cedidos por outras instituições financeiras, por via das ações das empresas-mãe subscritas. Existiu porém uma operação com a sociedade FLITPTREL VIII em que, pelo facto de a sociedade adquirente deter substancialmente ativos cedidos pelo Grupo BES e considerando a detenção dos títulos júnior, o teste da variabilidade resultou numa exposição substancial a todos os riscos e benefícios. Nessa circunstância, a operação, no montante de 60 milhões de euros, manteve-se reconhecida no balanço na rubrica de crédito a clientes.

NOTA 54 – CONCENTRAÇÃO DE ATIVIDADES EMPRESARIAIS OCORRIDAS NO PERÍODO

BES VIDA

Até 30 de abril de 2012, o BES detinha uma participação de 50% no capital social da BES-Vida, Companhia de Seguros, S.A. ("BES Vida"), uma companhia de seguros do ramo vida que distribui os seus produtos em Portugal e Espanha. O controlo sobre as atividades da BES Vida era exercido pelo Crédit Agricole, S.A., detentor dos 50% remanescentes do respetivo capital social.

Conforme referido na Nota 1, em maio de 2012 o BES adquiriu a participação de 50% detida pelo Crédit Agricole, S.A. com o objetivo de potenciar a comercialização dos produtos oferecidos pela BES Vida.

Assim, após esta aquisição, o BES passou a deter a totalidade das ações representativas do capital social da BES Vida e a controlar as suas atividades operacionais e financeiras. Como tal, a participação na BES Vida, que previamente à referida aquisição qualificava como um investimento em associada e era registada nas contas consolidadas do BES pelo método da equivalência patrimonial, passou a qualificar como um investimento em subsidiária pelo que as respetivas demonstrações financeiras passaram a ser consolidadas pelo método integral a partir de maio de 2012.

O investimento total adicional efetuado em 2012 ascendeu a cerca de 225 milhões de euros, tendo a BES Vida reembolsado as prestações acessórias, em outubro de 2012, no valor de 125 milhões de euros.

Esta transação foi contabilizada de acordo com o disposto no parágrafo 42 do IFRS 3 relativo a concentrações de atividades empresariais alcançadas por etapas, o qual requer que numa aquisição de partes de capital da qual resulte a obtenção de controlo, qualquer participação anteriormente detida na adquirida, seja mensurada ao justo valor na data da aquisição e que o ganho ou perda daí decorrente seja reconhecido em resultados. Os montantes previamente registados na reserva de justo valor devem ser transferidos para resultados.

Adicionalmente e de acordo com o parágrafo 45 do IFRS 3, esta aquisição foi registada em base provisória, uma vez que a mesma ocorreu em maio de 2012 e

o Grupo está ainda em processo de quantificação do justo valor dos ativos e passivos adquiridos nomeadamente no que se refere à possibilidade de utilização de prejuízos fiscais existentes na data de aquisição, a qual está condicionada à aprovação pelo Ministério das Finanças. O eventual impacto desta situação traduzir-se-á numa diminuição do valor do *goodwill* por contrapartida de impostos diferidos ativos na data da aquisição no montante de 33 milhões de euros . Este processo deverá estar concluído até 30 de abril de 2013.

O balanço da BES Vida reportado a 1 de maio de 2012 e utilizado para efeitos da primeira consolidação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo BES foi o seguinte:

		(milhares de euros)
		Balanço da BES Vida 01.05.2012
Ativo		
Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito		198 648
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		2 759 100
Ativos financeiros disponíveis para venda		1 917 328
Investimentos detidos até à maturidade		159 551
Ativos tangíveis		93 864
Ativos intangíveis		76 641
Provisões técnicas de resseguro cedido		2 512
Ativos por impostos		112
Outros ativos		178 712
		5 386 468
Passivo		
Provisões técnicas		1 880 631
Contratos de investimento		3 053 344
Outros passivos financeiros		194 434
Passivos por impostos		2 342
Outros passivos		40 291
		5 171 042
Capital próprio		
Capital		50 000
Outras reservas e resultados transitados		165 426
		215 426
		5 386 468

O justo valor dos ativos e passivos adquiridos inclui o montante de 107 768 milhares de euros (76 515 milhares de euros, líquido de imposto), na rubrica de ativos intangíveis, relativo ao *value in force* da carteira de seguros do ramo vida. Este ativo será amortizado durante a vida remanescente dos contratos adquiridos.

O *goodwill* reconhecido na sequência da referida da aquisição ascende a cerca de 234 574 milhares de euros e explica-se como segue:

	%	milhares de euros
Goodwill como o excesso de:		
Montante pago		225 000
Justo valor, determinado na data da aquisição, da participação de 50% previamente detida na BES Vida		225 000
		450 000
Sobre:		
Justo valor dos ativos e passivos adquiridos ⁽¹⁾	100	215 426
<i>Goodwill</i> determinado em base provisória		234 574
(1) mensurado em base provisória		

O *goodwill* é atribuível à expectativa de crescimento do mercado em que a BES Vida opera e da geração futura de valor que o Grupo espera vir a beneficiar com o controlo da companhia.

O impacto nos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, resultante da mensuração da participação de 50% previamente detida na BES Vida, conforme requerido pelo parágrafo 42 do IFRS 3 pode ser analisado como segue:

	milhares de euros
Participação de 50% previamente detida na BES Vida:	
Justo valor	225 000
Valor contabilístico	243 790
Perda resultante da mensuração ao justo valor da participação previamente detida na BES Vida	(18 790)
Reconhecimento em resultados da reserva de justo valor da BES Vida apropriada pelo BES na consolidação até à data da aquisição	(70 796)
Perda decorrente da aquisição de controlo na BES Vida	(89 586)

O impacto da consolidação da BES Vida nos resultados consolidados do Grupo BES no exercício de 2012 traduziu-se num ganho de 68,7 milhões de euros, decomposto como segue:

- mensuração da participação de 50% anteriormente detida pelo Grupo, conforme discriminado acima, no valor de -89,6 milhões de euros; efeito da eliminação de operações intragrupo no valor de de 35,5 milhões de euros, perfazendo um efeito total líquido de impostos de -54,1 milhões de euros apurados na primeira consolidação integral;
- apropriação pelo método do *equity* do resultado gerado pela BES Vida desde 1 de janeiro a 30 de abril de 2012, no valor de 2,8 milhões de euros;
- apropriação pelo método integral do resultado gerado pela BES Vida de 1 de maio até 31 de dezembro de 2012, líquido de ajustamentos de consolidação, no valor de 120,0 milhões de euros.

Caso a BES Vida tivesse sido consolidada integralmente desde o dia 1 de janeiro de 2012, o resultado do período seria superior em cerca de 2 761 milhares de euros.

NOTA 55 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas e Adotadas pelo Grupo

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2012, o Grupo adotou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2012:

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 7 de outubro de 2010, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros”, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2011. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de ativos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um ativo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao ativo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de ativos financeiros ocorra próximo do final do período.

A adoção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes

O IASB, emitiu em 20 de dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 - Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2012. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades de Investimento”, presumindo-se que o seu valor será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Grupo.

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas ainda não Adotadas pelo Grupo

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Grupo irá adotar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados das que, nunca poderão ser objeto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afetar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e
- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afetam apenas a apresentação e não tem qualquer impacto na posição financeira ou performance do Grupo.

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui, desde alterações fundamentais como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos ativos do plano a simples clarificações e reajustamento de texto. O Grupo procedeu, em 2011, a uma alteração voluntária de política contabilística passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais em outro rendimento integral (OCI).

Porém, as alterações terão impacto no gasto líquido do benefício já que o retorno esperado dos ativos do plano passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adoção desta norma alterada.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (master) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adoção desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

Da adoção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC), emitiu em 19 de outubro de 2011, a “IFRIC 20 - Custos de descobertura na fase de produção de uma mina a céu aberto”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta Interpretação foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Dada a natureza das operações do Grupo, esta interpretação não tem qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro.

Tendo presente que a IFRS 10 endereça os princípios de controlo e estabelece os requisitos relativos à preparação de demonstrações financeiras consolidadas, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe. A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

Da adoção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

A IFRS 10 revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto).

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: (i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e (ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

O Grupo ainda não procedeu a uma análise completa sobre os impactos da aplicação desta norma. Tendo em conta a introdução de um novo modelo de controlo poderá existir alterações nas conclusões sobre a necessidade de consolidação de alguns investimentos.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. As entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

Da adoção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

Da adoção desta norma alterada não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

O Grupo está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção da IFRS 10 e IFRS 11.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a exceções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

O Grupo está presentemente a reanalisar as suas metodologias para a determinação do justo valor.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a ativos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adoção da IFRS 13 irá exigir que o Grupo proporcione divulgações adicionais. Tais incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para ativos/passivos não financeiros, e divulgações sobre justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de outubro de 2012)

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previstos na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor a 1 de janeiro de 2013.

Da adoção destas alterações não se esperam impactos significativos ao nível do Grupo.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de maio de 2012 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

IAS 1 Apresentação de Desmonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

O Grupo está a avaliar o impacto da adoção destas alterações.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez

de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento. Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 torna-se efetiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2015 com adoção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 por forma a acomodar questões práticas e outros aspetos.

O Grupo iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades do Grupo, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Grupo.

NOTA 56 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- O Banco Espírito Santo realizou, em 8 de janeiro de 2013, uma emissão de dívida sénior não garantida ao abrigo do programa de EMTN no montante de 500 milhões de euros, com prazo de 5 anos e um cupão de 4,75%. O livro de ordens atingiu um volume de cerca de 3,0 mil milhões de euros, com a participação de mais de 280 investidores nacionais e internacionais.
- Em 11 de janeiro de 2013 o Banco Espírito Santo informou o mercado sobre a aquisição de participação qualificada por parte da Wellington Management Company, LLP (Wellington Management). À Wellington Management é imputável uma participação qualificada de 2,02% dos direitos de voto correspondentes a 81 297 790 ações representativas do capital social do Banco Espírito Santo em virtude da aquisição de 2 446 594 ações realizada no dia 08 de janeiro de 2013, no mercado, por conta de clientes com os quais celebrou acordo para o exercício dos respetivos direitos de voto. Nenhum cliente da Wellington Management detém individualmente ações representativas de 2% ou mais dos direitos de voto correspondentes ao capital social do BES. A Wellington Management é uma sociedade gestora de investimentos que detém ativos sob gestão de cerca de 748 mil milhões de dólares e que presta serviço de *investment advisor* a mais de 2100 instituições em 50 países.
- O Grupo BES procedeu, em 30 de janeiro de 2013, à amortização antecipada de 1,0 mil milhões de euros da linha de financiamento de longo prazo do BCE (LTRO).

2. ANEXO

Adoção das Recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)* e do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)* relativas à Transparência da Informação e à Valorização dos Ativos

O Banco de Portugal, através da Carta Circular nº58/2009/DSB de 5 de agosto de 2009 reiterou “a necessidade de as instituições continuarem a dar adequado cumprimento às recomendações do *Financial Stability Forum (FSF)*, bem como às recomendações do *Committee of European Banking Supervisors (CEBS)*, no que se refere à transparência da informação e à valorização de ativos, tendo em conta o princípio da proporcionalidade” constantes das Cartas-Circulares nº 46/2008/DSB de 15 de julho de 2008 e nº 97/2008/DSB de 3 de dezembro de 2008. O Banco de Portugal recomenda que seja elaborado um capítulo ou anexo específico nos documentos de prestação de contas exclusivamente dedicado aos aspectos mencionados nas respectivas recomendações do *CEBS* e do *FSF*. No presente capítulo procurou dar-se cumprimento à recomendação do Banco de Portugal utilizando remissões para a informação apresentada, quer no Relatório de Gestão, quer nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras relativos aos exercícios de 2011 e 2012.

I. MODELO DE NEGÓCIO

1. Descrição do modelo de negócio

No ponto 4 do Relatório de Gestão, faz-se uma descrição detalhada do modelo de negócio do Grupo. A evolução das principais áreas de negócio (segmentos operacionais) do Grupo é também apresentada na Nota Explicativa 4^o.

2. Estratégias e objetivos

As estratégias e objetivos do Grupo são divulgados no ponto 1 do Relatório de Gestão e na Nota Explicativa 51, no ponto relativo aos Planos de Financiamento e de Capitalização (2011–2015). As operações de titularização estão detalhadas na Nota Explicativa 49.

3., 4. e 5. Atividades desenvolvidas e contribuição para o negócio

No ponto 4 do Relatório de Gestão e na Nota Explicativa 4 apresenta-se informação acerca das atividades desenvolvidas e sua contribuição para o negócio.

II. RISCOS E GESTÃO DE RISCOS

6. e 7. Descrição e natureza dos riscos incorridos

No ponto 6 do Relatório de Gestão dá-se nota da organização da gestão dos riscos no Grupo BES.

Na Nota 51 é apresentada diversa informação que, em conjunto, permite ao mercado ter uma percepção detalhada sobre os riscos incorridos pelo Grupo e quais os mecanismos de gestão implementados para a sua monitorização e controlo.

III. IMPACTO DO PERÍODO DE TURBULÊNCIA FINANCEIRA NOS RESULTADOS

8., 9., 10 e 11. Descrição qualitativa e quantitativa dos resultados e comparação dos impactos entre períodos

Durante o exercício de 2011 a atividade desenvolveu-se num quadro de referência de deterioração da situação económica do país, com impacto no agravamento do risco pelo que o Grupo realizou um reforço total de provisões de 848,3 milhões de euros (+314,7 milhões de euros que no exercício de 2010). A conjuntura dos mercados financeiros e dos riscos soberanos teve também reflexos na reserva de justo valor que sofreu uma redução de 504,5 milhões de euros. Em 2012 mantiveram-se as referidas condições adversas económicas e financeiras tanto na Europa em geral como em Portugal, em particular; esta conjuntura levou a novo agravamento do risco de crédito razão pela qual o Grupo BES realizou um reforço de provisões de 1199,4 milhões de euros (+351,1 milhões de euros que no exercício de 2011). A conjuntura dos mercados financeiros e dos riscos soberanos influenciada pelos resultados das medidas de política monetária implementadas pelo BCE teve reflexos positivos na valorização dos ativos financeiros tendo-se refletido num aumento de 747,5 milhões de euros na reserva de justo valor.

12. Decomposição dos *write-downs* entre realizados e não realizados

Os proveitos e custos relacionados com os activos e passivos detidos para negociação, dos ativos e passivos ao justo valor através de resultados e dos ativos disponíveis para venda encontram-se desagregados por instrumento financeiro nas Notas 7 e 8 às demonstrações financeiras. Adicionalmente, os ganhos e perdas não realizados dos ativos disponíveis para venda constam das Notas 23 e 45, estando as posições mais significativas desagregadas na Nota 23.

13. Turbulência financeira na cotação das acções do BES

No ponto 1 do Relatório de Gestão do exercício de 2012 dá-se nota da evolução da cotação das acções e dos fatores que influenciaram o seu desempenho. O ponto III.8 do Relatório sobre o Governo da Sociedade de 2012 contém informação sobre a evolução da cotação das ações do BES.

14. Risco de perda máxima

No ponto 6 do Relatório de Gestão e na Nota Explicativa 51 divulga-se informação relevante sobre as perdas susceptíveis de serem incorridas em situações de *stress* do mercado.

15. Responsabilidades do Grupo emitidas e resultados

Na Nota Explicativa 50 apresenta-se o impacto, nos resultados, decorrentes da reavaliação da dívida emitida e os métodos utilizados para a determinação do mesmo.

IV. NÍVEIS E TIPOS DAS EXPOSIÇÕES AFETADAS PELO PERÍODO DE TURBULÊNCIA

16. Valor nominal e justo valor das exposições

17. Mitigantes do risco de crédito

18. Informação sobre as exposições do Grupo

No exercício de 2011 e 2012, a turbulência decorreu do agravamento dos riscos soberanos dos países da periferia da Zona Euro.

Em 31 de dezembro de 2011, a exposição em relação a títulos de dívida pública dos países referenciados totalizava 2950 milhões de euros (Portugal: 2 945 milhões de euros; Espanha: 5 milhões de euros) à qual estava associada uma reserva de justo valor negativa no montante de 124,4 milhões de euros). O Grupo não detinha, naquela data, qualquer exposição a títulos de dívida pública italiana, irlandesa, grega e húngara.

(1) Para o efeito considerou-se a numeração das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

No final do exercício de 2012 a exposição a dívida pública portuguesa do Grupo BES era de 3190 milhões de euros, com uma reserva de justo valor positiva associada no montante de 191,1 milhões de euros. Relativamente à exposição a dívida pública de outros países “periféricos”, o Grupo detinha 606 milhões de euros de dívida espanhola (reserva de justo valor positiva de 2,2 milhões de euros), 28 milhões de euros de dívida italiana (0,5 milhões de reserva de justo valor positiva), 25 milhões de euros de dívida irlandesa e 3 milhões de euros de dívida grega.

19. Movimentos nas exposições entre períodos

Na Nota Explicativa 51 consta informação em que se comparam as exposições aos mercados e os resultados com referência aos exercícios de 2011 e 2012. Considera-se suficiente a informação aí divulgada dado o detalhe e quantificação apresentados.

20. Exposições que não tenham sido consolidadas

Todas as estruturas relacionadas com operações de securitização originadas pelo Grupo encontram-se descritas na Nota 49. Nenhum dos SPE foi consolidado por força da turbulência provocada pelos mercados.

21. Exposição a seguradoras *monoline* e qualidade dos activos segurados

O Grupo não tem exposições a seguradoras *monoline*.

V. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E MÉTODOS DE VALORIZAÇÃO

22. Produtos estruturados

Estas situações estão desenvolvidas na Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas.

23. *Special Purpose Entities* (SPE) e consolidação

As divulgações sobre estas entidades encontram-se referidas na Nota 2 e na Nota 49.

24. e 25. Justo valor dos instrumentos financeiros

Ver comentários ao ponto 16 do presente Anexo. Nas Notas 2 e 50 referem-se as condições de utilização da opção do justo valor, bem como as técnicas utilizadas para a valorização dos instrumentos financeiros.

VI. OUTROS ASPETOS RELEVANTES NA DIVULGAÇÃO

26. Descrição das políticas e princípios de divulgação

O Grupo BES, no contexto da sua política de divulgação de informação de natureza contabilística e financeira, visa dar satisfação a todos os requisitos de natureza regulamentar, sejam eles instituídos pelas normas contabilísticas em vigor ou pelas entidades de supervisão e de regulação do mercado.

Paralelamente, procura alinhar as suas divulgações pelas melhores práticas do mercado, atendendo por um lado, ao custo na captação da informação relevante e, por outro, dos benefícios que a mesma pode proporcionar aos diversos utilizadores.

De entre o conjunto de informação disponibilizada aos seus acionistas, clientes, colaboradores, entidades de supervisão e ao público em geral, destacam-se os Relatórios de Gestão Anual, Semestral e Trimestral, as Demonstrações Financeiras e respetivas Notas Explicativas e o Relatório de Governo da Sociedade.

Os Relatórios de Gestão e as Demonstrações Financeiras, que são objeto de divulgação ao mercado com uma periodicidade trimestral, são preparadas tendo por base os IFRS que conferem um elevado grau de transparência à informação divulgada bem assim como de comparabilidade com os demais bancos nacionais e internacionais.

O Relatório de Governo da Sociedade proporciona uma visão detalhada sobre a estrutura governativa do Grupo.

O Relatório de Sustentabilidade (parte integrante do Relatório de Gestão Anual) transmite a perspetiva do Grupo em termos de responsabilidade social num contexto dos inúmeros desafios que o mundo atual coloca, sejam ambientais, de carência social ou do domínio da inovação e do empreendedorismo.

No ponto III.16 do Relatório de Governo da Sociedade de 2012 encontram-se detalhados os principais meios e formas utilizados pelo Grupo na comunicação com a comunidade financeira e com o público, em geral.

3. Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Consolidadas



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11.º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 do **Banco Espírito Santo, S.A.**, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 83.690.828 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível aos accionistas do Banco de 7.063.299 milhares de euros, incluindo um resultado líquido atribuível aos accionistas do Banco de 96.101 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações nos capitais próprios e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia ("IFRS"), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as IFRS seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e,
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro de rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.O.C., S.A.
Capital Social: 3.120.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º PT 502 161 078 - Inscrito na O.R.C. N.º 165 - inscrito na C.M.V.M. N.º 9093

Matriculada na Conservatória do registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 502 161 078

- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira consolidada contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e,
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.





Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do **Banco Espírito Santo, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado consolidado das suas operações, o rendimento integral consolidado, as alterações nos capitais próprios consolidados, e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as IFRS tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 4 de Março de 2013

KPMG & Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (nº 189)

representada por

Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC n.º 1131)

4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria das Contas Consolidadas e Individuais



RELATÓRIO SOBRE A AÇÃO FISCALIZADORA DA COMISSÃO DE AUDITORIA E PARECER SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS RELATIVOS AO EXERCÍCIO DE 2012

Exmos. Senhores Acionistas

Nos termos da legislação em vigor, e no desempenho do mandato que nos conferiram na Assembleia Geral eletiva de 22 de março de 2012, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida pela Comissão de Auditoria, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório de Gestão, as contas individuais e consolidadas e a proposta de aplicação do resultado que o Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A. apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A Comissão de Auditoria, no âmbito das suas competências enquanto órgão de fiscalização, acompanhou com regularidade a gestão e a evolução dos negócios do Banco Espírito Santo, S.A., tomou conhecimento dos atos de gestão do Conselho de Administração do Banco e apreciou a adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno em vigor, bem como das funções de gestão de risco, de auditoria interna e de *compliance*.

No cumprimento das nossas competências, acompanhamos o trabalho realizado pelo Revisor Oficial de Contas / Auditor Externo da Sociedade, KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., no âmbito das suas funções e, em particular, no que se refere (i) à verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte, (ii) à apreciação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados pelo Banco e (iii) à verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

A Comissão de Auditoria tomou, ainda, conhecimento das Certificações Legais das Contas e Relatórios de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2012, ambas emitidas sem reservas, com data de 4 de março 2013, e com as quais concordamos.

Procedemos, também, à análise do Relatório de Gestão emitido pelo Conselho de Administração, o qual, em nosso entender, esclarece sobre os principais aspetos da atividade do Banco no exercício de 2012, tanto numa ótica individual como consolidada, satisfazendo os requisitos legais e estatutários aplicáveis.

De acordo com o disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria declaram individualmente que, tanto quanto é do seu conhecimento:

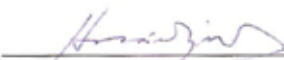
- a) a informação financeira contida no Relatório de Gestão, nas contas anuais e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do **Banco Espírito Santo, S.A.** e das empresas incluídas no perímetro da consolidação,
- b) o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Em face do exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- a) O Relatório de Gestão, bem como os restantes documentos de prestação de contas, tanto individuais como consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- b) A proposta apresentada pelo Conselho de Administração e incluída no Relatório de Gestão, de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2012, no montante de 121.961.308,14 Euros.

Lisboa, 4 de março de 2013

A Comissão de Auditoria



Horácio Lisboa Afonso (Presidente)

João de Faria Rodrigues

Pedro João Reis de Matos Silva

5. Demonstrações Financeiras Individuais e Notas Explicativas

Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Juros e proveitos similares	4	2 914 402	2 966 191
Juros e custos similares	4	2 256 248	2 312 253
Margem financeira		658 154	653 938
Rendimentos de instrumentos de capital	5	122 896	380 480
Rendimentos de serviços e comissões	6	667 414	625 686
Encargos com serviços e comissões	6	(226 355)	(155 934)
Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados	7	(140 196)	(309 522)
Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	8	570 781	16 234
Resultados de reavaliação cambial	9	(39 191)	254
Resultados de alienação de outros ativos	10	(30 426)	(50 000)
Outros resultados de exploração	11	122 375	423 660
Proveitos operacionais		1 705 452	1 584 796
Custos com pessoal	12	359 789	372 815
Gastos gerais administrativos	14	318 495	322 199
Depreciações e amortizações	26 e 27	84 668	86 039
Provisões líquidas de anulações	34	(11 634)	(19 091)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	22	671 313	537 861
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	20, 21 e 23	119 626	61 188
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	25, 28 e 29	55 608	500 785
Custos operacionais		1 597 865	1 861 796
Alienação de subsidiárias e associadas	28	-	655
Resultado antes de impostos		107 587	(276 345)
Impostos sobre o rendimento			
Correntes	35	62 549	4 278
Diferidos	35	(76 923)	(147 534)
Resultado líquido do exercício		121 961	(133 089)
Resultados por ação básicos (em euros)	15	0,04	(0,03)
Resultados por ação diluídos (em euros)	15	0,04	(0,03)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração do Rendimento Integral dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Resultado líquido do exercício	121 961	(133 089)
Outros movimentos		
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Ganhos e perdas do exercício na reserva de justo valor	718 556	(249 044)
Reclassificação de ganhos e perdas incluídos em resultados do exercício	(458 772)	29 406
Impostos diferidos	(71 350)	51 701
	188 434	(167 937)
Benefícios de longo prazo	(170 700)	22 908
Pensões - regime transitório	(13 743)	(13 191)
	3 991	(158 220)
Total do rendimento integral do exercício	125 952	(291 309)

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Balanço em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	16	626 558	481 371
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	275 887	341 698
Ativos financeiros detidos para negociação	18	1 851 506	1 783 039
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	19	1 286 075	1 969 331
Ativos financeiros disponíveis para venda	20	9 007 032	14 275 267
Aplicações em instituições de crédito	21	9 565 134	7 928 825
Crédito a clientes	22	37 263 514	39 115 887
Investimentos detidos até à maturidade	23	692 093	830 077
Derivados para gestão de risco	24	468 184	487 923
Ativos não correntes detidos para venda	25	1 308 088	767 742
Outros ativos tangíveis	26	342 553	371 947
Ativos intangíveis	27	113 460	118 242
Investimentos em subsidiárias e associadas	28	2 056 228	1 754 708
Ativos por impostos correntes		1 292	1 872
Ativos por impostos diferidos	35	833 310	799 538
Outros ativos	29	3 056 852	3 059 174
Total de ativo		68 747 766	74 086 641
Passivo			
Recursos de bancos centrais	30	10 238 986	9 232 202
Passivos financeiros detidos para negociação	18	1 630 363	1 605 217
Recursos de outras instituições de crédito	31	7 138 799	11 139 698
Recursos de clientes	32	30 271 265	31 179 373
Responsabilidades representadas por títulos	33	9 933 899	10 163 659
Passivos financeiros associados a ativos transferidos		953 613	2 951 364
Derivados para gestão de risco	24	79 667	155 741
Provisões	34	554 526	581 105
Passivos por impostos correntes		60 134	15 080
Passivos por impostos diferidos	35	138 810	123 794
Passivos subordinados	36	796 643	896 185
Outros passivos	37	682 063	871 741
Total de Passivo		62 478 768	68 915 159
Capital Próprio			
Capital	38	5 040 124	4 030 232
Prémios de emissão	38	1 061 621	1 076 522
Ações próprias	38	(801)	(997)
Outros instrumentos de capital	38	225 714	244 502
Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	39	(179 621)	(45 688)
Resultado líquido do exercício		121 961	(133 089)
Total de Capital Próprio		6 268 998	5 171 482
Total de Passivo e Capital Próprio		68 747 766	74 086 641

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração de Alterações no Capital Próprio dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(milhares de euros)

	Capital	Prêmios de emissão	Ações próprias	Outros Instrumentos de Capital	Reservas, resultados transitados e outro rendimento integral			Resultado líquido do exercício	Total do Capital Próprio
					Reservas de justo valor	Outras reservas, resultados transitados e outro rendimento integral	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reexpresso)	3 500 000	1 080 257	-	868 193	8 241	(127 397)	(119 156)	298 804	5 628 098
Outro rendimento integral:									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	(167 937)	-	(167 937)	-	(167 937)
Desvios atuariais	-	-	-	-	-	22 908	22 908	-	22 908
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	-	(13 191)	(13 191)	-	(13 191)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(133 089)	(133 089)
Total de rendimento integral no exercício	-	-	-	-	(167 937)	9 717	(158 220)	(133 089)	(291 309)
Aumento de capital	530 232	(3 735)	-	(437 893)	-	54 673	54 673	-	143 277
- emissão de 294 573 418 novas ações	530 232	-	-	-	-	-	-	-	530 232
- troca de instrumentos de capital	-	-	-	(437 893)	-	54 673	54 673	-	(383 220)
- custos com aumento de capital	-	(3 735)	-	-	-	-	-	-	(3 735)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	151 849	151 849	(151 849)	-
Compra de Outros instrumentos de capital	-	-	-	(185 798)	-	50 975	50 975	-	(134 823)
Dividendos de ações ordinárias ^(a)	-	-	-	-	-	-	-	(146 955)	(146 955)
Variação de ações próprias	-	-	(997)	-	-	-	-	-	(997)
Juros de outros instrumentos de capital ^(b)	-	-	-	-	-	(12 424)	(12 424)	-	(12 424)
Dividendos de Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(11 351)	(11 351)	-	(11 351)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	(2 034)	(2 034)	-	(2 034)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	4 030 232	1 076 522	(997)	244 502	(159 696)	114 008	(45 688)	(133 089)	5 171 482
Outro rendimento integral:									
Alterações de justo valor, líquidas de imposto	-	-	-	-	188 434	-	188 434	-	188 434
Desvios atuariais	-	-	-	-	-	(170 700)	(170 700)	-	(170 700)
Pensões - regime transitório	-	-	-	-	-	(13 743)	(13 743)	-	(13 743)
Diferenças de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	121 961	121 961
Total de rendimento integral no período	-	-	-	-	188 434	(184 443)	3 991	121 961	125 952
Aumento de capital	1 009 892	(14 901)	-	-	-	-	-	-	994 991
- emissão de 2 556 688 387 novas ações	1 009 892	-	-	-	-	-	-	-	1 009 892
- custos com aumento de capital	-	(14 901)	-	-	-	-	-	-	(14 901)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	(133 089)	(133 089)	133 089	-
Compra de Outros instrumentos de capital	-	-	-	(18 788)	-	4 478	4 478	-	(14 310)
Dividendos de ações ordinárias ^(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação de ações próprias	-	-	196	-	-	-	-	-	196
Juros de outros instrumentos de capital ^(b)	-	-	-	-	-	(1 548)	(1 548)	-	(1 548)
Dividendos de Outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(8 014)	(8 014)	-	(8 014)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	249	249	-	249
Saldo em 31 de dezembro de 2012	5 040 124	1 061 621	(801)	225 714	28 738	(208 359)	(179 621)	121 961	6 268 998

(a) Corresponde a um dividendo por ação de 0,126 pagos às ações em circulação em 2011.

(b) Corresponde a um juro condicionado pago semestralmente e calculado com base numa taxa anual de 8,5% (para as emissões em euros) e de 8,0% (para as emissões em dólares) em relação às obrigações perpétuas subordinadas emitidas pelo BES (ver Nota 38).

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(milhares de euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Juros e proveitos recebidos		2 983 048	2 874 954
Juros e custos pagos		(2 349 624)	(2 323 290)
Serviços e comissões recebidas		687 066	645 587
Serviços e comissões pagas		(234 090)	(166 362)
Recuperações de créditos		21 574	26 439
Contribuições para o fundo de pensões		(86 411)	(76 020)
Pagamentos de caixa a empregados e fornecedores		(585 108)	(121 340)
		436 455	859 968
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Aplicações em recursos de bancos centrais		(2 363 449)	3 061 270
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		499 741	(258 031)
Aplicações em instituições de crédito		1 738 177	(658 378)
Recursos de instituições de crédito		(4 077 077)	(2 414 905)
Crédito a clientes		(1 640 835)	1 843 886
Recursos de clientes e outros empréstimos		(939 333)	4 510 808
Derivados para gestão do risco		220 633	(152 397)
Outros ativos e passivos operacionais		(367 814)	(302 190)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais, antes de impostos sobre os lucros		(6 493 502)	6 490 031
Impostos sobre os lucros pagos		(8 537)	84 963
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		(6 502 039)	6 574 994
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas		(249 477)	(325 278)
Alienação de investimentos em subsidiárias e associadas		7	2 953
Dividendos recebidos		122 896	380 480
Compra de ativos financeiros disponíveis para venda		(59 207 700)	(45 542 686)
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda		65 218 023	43 217 784
Investimentos detidos até à maturidade		127 439	821 222
Compra de imobilizações		(51 742)	(71 697)
Venda de imobilizações		-	49
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		5 959 446	(1 517 173)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		994 991	-
Emissão de outros instrumentos de capital		(18 788)	-
Emissão de obrigações de caixa e outros passivos titulados		3 951 539	218 104
Reembolso de obrigações de caixa e outros passivos titulados		(4 185 116)	(3 882 285)
Emissão de passivos subordinados		-	8 174
Reembolso de passivos subordinados		(6 755)	(1 138 240)
Juros de outros instrumentos de capital		(15 367)	(28 411)
Ações próprias		196	(997)
Dividendos de ações ordinárias pagos		-	(146 955)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		720 700	(4 970 610)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		178 107	87 211
Caixa e equivalentes no início do período		701 525	609 048
Efeitos da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		(7 766)	5 266
Variação líquida em caixa e seus equivalentes		178 107	87 211
Caixa e equivalentes no fim do período		871 866	701 525
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	16	196 304	202 699
Disponibilidades em Bancos Centrais	16	430 254	278 672
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória		(30 579)	(121 544)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	17	275 887	341 698
Total		871 866	701 525

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de dezembro de 2012

(Montantes expressos em milhares de euros, exceto quando indicado)

NOTA 1 – ATIVIDADE

O Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) é um banco comercial com sede em Portugal, na Avenida da Liberdade, n.º 195, em Lisboa. Para o efeito possui as indispensáveis autorizações das autoridades portuguesas, bancos centrais e demais agentes reguladores para operar em Portugal e nos países onde atua através de sucursais financeiras internacionais.

As origens do BES remontam ao último quartel do século XIX, tendo iniciado a atividade como banco comercial em 1920 na sequência da aquisição da Espírito Santo & C^a, casa bancária que já desenvolvia operações de banca de retalho. Em 1937 ocorreu a fusão do Banco Espírito Santo com o Banco Comercial de Lisboa da qual resultou o Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa. Por escritura pública de 6 de julho de 1999 passou a adotar a firma Banco Espírito Santo, S.A.. O BES constitui o núcleo central de um grupo financeiro - Grupo BES - formado pelo Banco e por um conjunto de empresas financeiras localizadas em Portugal e no estrangeiro.

O BES é uma sociedade anónima que se encontra cotada na NYSE Euronext Lisbon.

Desde 1992 o BES faz parte do Grupo Espírito Santo, pelo que as suas demonstrações financeiras são consolidadas pela BESPARGPS, S.A., com sede na Rua de São Bernardo, n.º 62 em Lisboa e pela Espírito Santo Financial Group, S.A. (ESFG), com sede no Luxemburgo.

O BES dispõe de uma rede de 670 balcões (31 de dezembro de 2011: 703), incluindo sucursais no exterior em Londres, Espanha, Nova Iorque, Nassau, Ilhas Caimão, Cabo Verde, Venezuela e Luxemburgo, e uma sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira, para além de 10 escritórios de representação no estrangeiro.

NOTA 2 – PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 1/2005, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras do Banco Espírito Santo, S.A. (Banco ou BES) são preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a imparidade do crédito a clientes e o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras individuais do BES agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com as NCA, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro de 2012.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anuais com referência a 31 de dezembro de 2011.

Contudo e tal como descrito na Nota 47, o Banco adotou na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2012. As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das demonstrações financeiras, descritas nesta nota, foram adotadas em conformidade. A adoção destas novas normas e interpretações em 2012 não teve um efeito material nas contas do Banco.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na nota 47.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos cobertos, na sua componente que está a ser objeto de cobertura.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NCA requer que o Banco efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 01 de março de 2013.

2.2 Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

2.3 Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Classificação

O Banco classifica como derivados para gestão do risco os (i) derivados de cobertura e (ii) os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos ativos e passivos designados ao justo valor através de resultados mas que não foram classificados como de cobertura.

Todos os restantes derivados são classificados como derivados de negociação.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do exercício, exceto no que se refere aos derivados de cobertura. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Os derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente futuros e alguns contratos de opções, são registados como de negociação sendo os mesmos reavaliados por contrapartida de resultados. Uma vez que as variações de justo valor destes derivados são liquidadas diariamente através das contas margem que o Banco detém, os mesmos apresentam um valor de balanço nulo. As contas margem são registadas em Outros ativos (ver Nota 29) e incluem o colateral mínimo exigido relativamente às posições em aberto.

Contabilidade de cobertura

• Critérios de classificação

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transação a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

• Cobertura de justo valor (*fair value hedge*)

Numa operação de cobertura de justo valor de um ativo ou passivo (*fair value hedge*), o valor de balanço desse ativo ou passivo, determinado com base na respetiva política contabilística, é ajustado de forma a refletir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, conjuntamente com as variações de justo valor dos ativos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Se a cobertura deixar de cumprir com os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a carteira de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada prospetivamente. Caso o ativo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, o ajustamento de revalorização é amortizado até à sua maturidade pelo método da taxa efetiva.

• Cobertura de fluxos de caixa (*cash flow hedge*)

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade (*cash flow hedge*), a parte efetiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados nos exercícios em que o respetivo item coberto afeta resultados. A parte inefetiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados. Se for previsível que a operação coberta não se efetuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

Durante o período coberto por estas demonstrações financeiras o Banco não detinha operações de cobertura classificadas como coberturas de fluxos de caixa.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

2.4 Crédito a clientes

O crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao cliente.

O crédito a clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respetivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios associados à sua detenção, o controlo sobre os ativos foi transferido.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente pelo valor nominal não podendo ser reclassificado para as restantes categorias de ativos financeiros.

O Banco, de acordo com a sua estratégia documentada de gestão do risco, contrata operações de derivados (derivados para gestão de risco) com o objetivo de efetuar a cobertura económica de certos riscos de determinados créditos a clientes, sem contudo apelar à contabilidade de cobertura tal como descrita na Nota

2.3. Nestas situações, o reconhecimento inicial de tais créditos é concretizado através da designação dos créditos ao justo valor através de resultados. Desta forma, é assegurada a consistência na valorização dos créditos e dos derivados (*accounting mismatch*). Esta prática está de acordo com a política contabilística de classificação, reconhecimento e mensuração de ativos financeiros ao justo valor através de resultados descrita na Nota 2.5.

Imparidade

O Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso, num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

Um crédito concedido a clientes, ou uma carteira de crédito concedido, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, encontra-se em imparidade quando: (i) exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e (ii) quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros desse crédito, ou carteira de créditos, que possa ser estimado com razoabilidade.

Inicialmente, o Banco avalia se existe individualmente para cada crédito evidência objetiva de imparidade. Para esta avaliação e na identificação dos créditos com imparidade numa base individual, o Banco utiliza a informação que alimenta os modelos de risco de crédito implementados e considera de entre outros os seguintes fatores:

- a exposição global ao cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento;
- a viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios capazes de responder aos serviços da dívida no futuro;
- a existência de credores privilegiados;
- a existência, natureza e o valor estimado dos colaterais;
- o endividamento do cliente com o setor financeiro;
- o montante e os prazos de recuperação estimados.

Caso para determinado crédito não exista evidência objetiva de imparidade numa ótica individual, esse crédito é incluído num grupo de créditos com características de risco de crédito semelhantes (carteira de crédito), o qual é avaliado coletivamente – análise da imparidade numa base coletiva. Os créditos que são avaliados individualmente e para os quais é identificada uma perda por imparidade não são incluídos na avaliação coletiva.

Caso seja identificada uma perda de imparidade numa base individual, o montante da perda a reconhecer corresponde à diferença entre o valor contabilístico do crédito e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do contrato. O crédito concedido é apresentado no balanço líquido da imparidade. Para um crédito com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato.

O cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados de um crédito garantido reflete os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e venda do colateral, deduzido dos custos inerentes com a sua recuperação e venda.

No âmbito da análise da imparidade numa base coletiva, os créditos são agrupados com base em características semelhantes de risco de crédito, em função da avaliação de risco definida pelo Banco. Os fluxos de caixa futuros para uma carteira de créditos, cuja imparidade é avaliada coletivamente, são estimados com base nos fluxos de caixa contratuais e na experiência histórica de perdas. A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Banco de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

De acordo com as NCA, o valor dos créditos deve ser objeto de correção, de acordo com critérios de rigor e prudência para que reflita a todo o tempo o seu valor realizável. Esta correção de valor (imparidade) não poderá ser inferior ao que for determinado de acordo com o Aviso n.º 3/95, do Banco de Portugal, o qual estabelece o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões específicas e genéricas.

Quando o Banco considera que determinado crédito é incobrável e tenha sido reconhecida uma perda por imparidade de 100%, este é abatido ao ativo.

2.5 Outros ativos financeiros

Classificação

O Banco classifica os outros ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

• Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são detidos como parte integrante de uma carteira de ativos, normalmente de títulos, em relação à qual existe evidência de atividades recentes conducentes à realização de ganhos de curto prazo, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos ativos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses ativos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos ativos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

A Nota 24 contém um sumário dos ativos e passivos que foram designados ao justo valor através de resultados no momento do seu reconhecimento inicial.

Os produtos estruturados adquiridos pelo Banco que correspondem a instrumentos financeiros contendo um ou mais derivados embutidos, por se enquadrarem sempre numa das três situações acima descritas, seguem o método de valorização dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

- **Investimentos detidos até à maturidade**

Estes investimentos são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Banco tem intenção e capacidade de deter até à maturidade e que não são designados, no momento do seu reconhecimento inicial, como ao justo valor através de resultados ou como disponíveis para venda.

- **Ativos financeiros disponíveis para venda**

São ativos financeiros não derivados que: (i) o Banco tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Reconhecimento e mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) investimentos detidos até à maturidade e (iii) ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que o Banco se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações e outros instrumentos de capital, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos detidos até à maturidade são valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Transferências entre categorias

O Banco apenas procede à transferência de ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, da categoria de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que tenha a intenção e a capacidade de manter estes ativos financeiros até à sua maturidade.

Estas transferências são efetuadas com base no justo valor dos ativos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respetivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do ativo, com base no método da taxa efetiva. A reserva de justo valor existente na data da transferência é também reconhecida em resultados com base no método da taxa efetiva.

Imparidade

Em conformidade com as NCA, o Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as ações e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes ativos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas

regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.6 Ativos cedidos com acordo de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com acordo de recompra (*repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (*reverse repos*) por um preço fixo ou por um preço que iguale o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.5. Os títulos recebidos através de acordos de empréstimo não são reconhecidos no balanço.

2.7 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de instituições de crédito e de clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos, outros passivos subordinados e vendas a descoberto.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção das vendas a descoberto e dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registadas ao justo valor.

O Banco designa, no seu reconhecimento inicial, certos passivos financeiros como ao justo valor através de resultados quando:

- são contratadas operações de derivados com o objetivo de efetuar a cobertura económica desses passivos, assegurando-se assim a consistência na valorização dos passivos e dos derivados (*accounting mismatch*); ou
- tais passivos financeiros contêm derivados embutidos.

Os produtos estruturados emitidos pelo Banco, por se enquadrarem sempre numa das situações acima descritas, seguem o método de valorização dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

O justo valor dos passivos cotados é o seu valor de cotação. Na ausência de cotação, o Banco estima o justo valor utilizado metodologias de avaliação considerando pressupostos baseados em informação de mercado, incluindo o próprio risco da entidade emitente.

Caso o Banco recompre dívida emitida esta é anulada do balanço e a diferença entre o valor de balanço do passivo e o valor de compra é registado em resultados.

2.8 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.9 Garantias financeiras

São considerados como garantias financeiras os contratos que requerem que o seu emitente efetue pagamentos com vista a compensar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente o pagamento do respetivo capital e/ou juros.

As garantias financeiras emitidas são inicialmente reconhecidas pelo seu justo valor. Subsequentemente estas garantias são mensuradas pelo maior (i) do justo valor reconhecido inicialmente e (ii) do montante de qualquer obrigação decorrente do contrato de garantia, mensurada à data do balanço. Qualquer variação do valor da obrigação associada a garantias financeiras emitidas é reconhecida em resultados.

As garantias financeiras emitidas pelo Banco normalmente têm maturidade definida e uma comissão periódica cobrada antecipadamente, a qual varia em função do risco de contraparte, montante e período do contrato. Nessa base, o justo valor das garantias na data do seu reconhecimento inicial é aproximadamente equivalente ao valor da comissão inicial recebida tendo em consideração que as condições acordadas são de mercado. Assim, o valor reconhecido na data da contratação iguala o montante da comissão inicial recebida a qual é reconhecida em resultados durante o período a que diz respeito. As comissões subsequentes são reconhecidas em resultados no período a que dizem respeito.

2.10 Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

2.11 Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes ou grupos para alienação (grupo de ativos a alienar em conjunto numa só transação, e passivos diretamente associados que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), os ativos ou grupos para alienação estiverem disponíveis para venda imediata e a venda for altamente provável.

Imediatamente antes da classificação inicial do ativo (ou grupo para alienação) como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes (ou de todos os ativos e passivos do Banco) é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Subsequentemente, estes ativos ou grupos para alienação são remensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito o Banco incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral de hipoteca, o Banco procede à execução das mesmas recebendo imóveis e outros bens em dação para liquidação do crédito concedido. Por força do disposto no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) os bancos estão impedidos, salvo autorização concedida pelo Banco de Portugal, de adquirir imóveis que não sejam indispensáveis à sua instalação e funcionamento ou à prossecução do seu objeto social (nº1 do artigo 112º do RGICSF) podendo, no entanto, adquirir imóveis por reembolso de crédito próprio, devendo as situações daí resultantes serem regularizadas no prazo de 2 anos o qual, havendo motivo fundado, poderá ser prorrogado pelo Banco de Portugal, nas condições que este determinar (art.114º do RGICSF).

O Banco tem como objetivo a venda de todos os imóveis recebidos em dação. Estes imóveis são classificados como ativos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de Mercado

O Critério da Comparação de Mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtido através de prospeção de mercado realizada na zona.

b) Método do Rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizado para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do Custo

O Método de Custo é um critério que decompõe o valor da propriedade nas suas componentes fundamentais: Valor do Solo Urbano e o Valor da Urbanidade; Valor da Construção; e Valor de Custos Indiretos.

As avaliações realizadas são conduzidas por entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis.

2.12 Outros ativos tangíveis

Os outros ativos tangíveis do Banco encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os outros ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	35 a 50
Beneficiações em edifícios arrendados	10
Equipamento informático	4 a 5
Mobiliário e material	4 a 10
Instalações interiores	5 a 10
Equipamento de segurança	4 a 10
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Material de transporte	4
Outro equipamento	5

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.13 Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição, produção e desenvolvimento de *software* são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes ativos a qual se situa normalmente entre 3 e 6 anos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos incluem despesas com os empregados das empresas do Grupo especializadas em informática enquanto estiverem diretamente afetos aos projetos em causa.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

2.14 Locações

O Banco classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Banco à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

• Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

• Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados.

Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos enquanto que as amortizações de capital, também incluídas nas rendas, são deduzidas ao valor do crédito concedido a clientes. O reconhecimento dos juros reflete uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

2.15 Benefícios aos empregados

Pensões

Decorrente da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e subsequentes alterações decorrentes dos 3 acordos tripartidos conforme descritos na Nota 13, o Banco constituiu fundos de pensões e outros mecanismos tendo em vista assegurar a cobertura das responsabilidades assumidas para com pensões de reforma por velhice, invalidez, sobrevivência e ainda por cuidados médicos.

A cobertura das responsabilidades é assegurada, para a generalidade das empresas do Grupo, através de fundos de pensões geridos pela ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A., subsidiária do Grupo.

Os planos de pensões existentes no Banco correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais fatores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição.

À luz do IFRS 1, o Banco optou por aplicar retrospectivamente o IAS 19, tendo efetuado o recálculo dos ganhos e perdas atuariais que podem ser diferidos em balanço de acordo com o método do corredor preconizado nesta norma e utilizado na preparação das demonstrações financeiras até ao corrente exercício. Em 2011, o Banco alterou retrospectivamente a sua política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, ajustando o balanço de abertura e os valores comparativos, tendo passado a registar os mesmos, conforme opção permitida pelo parágrafo 93A do IAS 19 'Benefícios a empregados', como uma dedução a capitais próprios na rubrica de outro rendimento integral.

As responsabilidades do Banco com pensões de reforma são calculadas semestralmente, em 31 de dezembro e 30 de junho de cada ano, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, sendo sujeitas a uma revisão anual por atuários independentes. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a emissões de obrigações de empresas de alta qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

A taxa de rendimento esperada é baseada nos pressupostos de rentabilidade de longo prazo para cada classe de ativos que compõem a carteira dos fundos de pensões e pondera a estratégia de investimento determinada para estes fundos.

Os ganhos e perdas atuariais determinados semestralmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e (ii) das alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

Em cada período o Banco reconhece como um custo na sua demonstração de resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o custo dos juros, (iii) o rendimento esperado dos ativos do fundo, (iv) o efeito das reformas antecipadas, e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. Os encargos com reformas antecipadas correspondem ao aumento de responsabilidades decorrente da reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade.

Os custos com serviços passados (e os custos com serviços passados negativos) são reconhecidos em resultados, numa base linear, durante o período de serviço necessário para que os benefícios se tornem adquiridos (*vesting period*). Na medida em que os benefícios estejam já adquiridos na data da introdução de, ou alterações a, um plano de benefícios definidos, os custos com serviços passados (e os custos com serviços passados negativos) são reconhecidos em resultados imediatamente.

O Banco efetua pagamentos aos fundos de forma a assegurar a solvência dos mesmos, sendo os níveis mínimos fixados pelo Banco de Portugal como segue: (i) financiamento integral no final de cada exercício das responsabilidades atuariais por pensões em pagamento e (ii) financiamento a um nível mínimo de 95% do valor atuarial das responsabilidades por serviços passados do pessoal no ativo.

Semestralmente, o Banco avalia, para cada plano, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em futuras contribuições necessárias.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2010 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de dezembro de 2012, com exceção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, para a qual esse plano de amortização pode ter a duração de sete anos.

Adicionalmente, e de acordo com o Aviso n.º 12/2005, do Banco de Portugal, para efeitos da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o acréscimo de responsabilidades resultante das alterações dos pressupostos atuariais relativos à tábua de mortalidade efetuados posteriormente a 1 de janeiro de 2005 é adicionado ao limite do corredor.

Benefícios de saúde

Aos trabalhadores bancários é assegurada pelo Banco a assistência médica através de um Serviço de Assistência Médico-Social. O Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS – constitui uma entidade autónoma e é gerido pelo Sindicato respetivo.

O SAMS proporciona, aos seus beneficiários, serviços e/ ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com as suas disponibilidades financeiras e regulamentação interna.

Constituem contribuições obrigatórias para os SAMS, a cargo do Banco, a verba correspondente a 6,50% do total das retribuições efetivas dos trabalhadores no ativo, incluindo, entre outras, o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

O cálculo e registo das obrigações do Banco com benefícios de saúde atribuíveis aos trabalhadores na idade da reforma são efetuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões. Estes benefícios estão cobertos pelo Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades com pensões e benefícios de saúde.

No âmbito da preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCA, o reconhecimento do impacto apurado com referência a 31 de dezembro de 2004, decorrente da transição para as NCA, que anteriormente estava a ser amortizado linearmente até 31 de dezembro de 2011 passou, com o Aviso n.º 7/2008 do Banco de Portugal, a ser amortizado por um período adicional de 3 anos até 31 de dezembro de 2014.

Prémios de antiguidade

No âmbito do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores, quando estes completam 15, 25 e 30 anos ao serviço do Banco, prémios de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respetivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

À data da passagem à situação de invalidez ou invalidez presumível, o trabalhador tem direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Os prémios de antiguidade são contabilizados pelo Banco de acordo com o IAS 19, como outros benefícios de longo prazo a empregados.

O valor das responsabilidades do Banco com estes prémios por antiguidade é estimado semestralmente, à data do balanço, pelo Banco com base no Método da Unidade de Crédito Projetada. Os pressupostos atuariais utilizados baseiam-se em expectativas de futuros aumentos salariais e tábuas de mortalidade. A taxa de desconto utilizada neste cálculo foi determinada com base na mesma metodologia descrita nas pensões de reforma.

Em cada período, o aumento da responsabilidade com prémios por antiguidade, incluindo ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, é reconhecido em resultados.

Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)

Na sequência de recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, a Assembleia Geral de Acionistas de 6 de abril de 2010 aprovou uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de ações. A componente de médio prazo tem associado um programa de opções sobre ações com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

A execução do PRVIF no que respeita ao total das remunerações em dinheiro, número de ações e de opções a atribuir a cada elemento da Comissão Executiva é fixado através de deliberações da Comissão de Vencimentos.

No que respeita à modalidade de atribuição de ações do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma Rendibilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, igualmente pela Comissão de Vencimentos, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das ações do BES na NYSE Euronext Lisbon ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O PRVIF prevê a possibilidade da atribuição de opções sobre ações do BES aos seus quadros de topo, entendidos como os diretores gerais, os assessores do Conselho de Administração e os diretores coordenadores. As opções são atribuídas pelo Conselho de Administração aos beneficiários em moldes idênticos ao referido para o programa de opções dos membros da Comissão Executiva.

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19).

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com o IAS 19 – Benefícios dos empregados, as remunerações variáveis (participação nos lucros, prémios e outras) atribuídas aos empregados e, eventualmente, aos membros executivos dos órgãos de administração são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

2.16 Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis.

2.17 Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

São reconhecidas provisões para reestruturação quando o Banco tenha aprovado um plano de reestruturação formal e detalhado e tal reestruturação tenha sido iniciada ou anunciada publicamente.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados de um contrato formalizado sejam inferiores aos custos que inevitavelmente o Banco terá de incorrer de forma a cumprir as obrigações dele decorrentes. Esta provisão é mensurada com base no valor atual do menor de entre os custos de terminar o contrato ou os custos líquidos estimados resultantes da sua continuação.

2.18 Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares ou juros e custos similares, respetivamente.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro. A taxa de juro efetiva é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e não é revista subsequentemente.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação. No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em juros e proveitos equiparados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, com exceção daqueles classificados como derivados para gestão de risco (ver Nota 2.3), a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados. A componente de juro inerente à variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados para gestão do risco é reconhecida nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

2.19 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.
- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

2.20 Reconhecimento de dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito de receber o seu pagamento é estabelecido.

2.21 Reporte por segmentos

De acordo com o parágrafo 4 do IFRS 8 – Segmentos Operacionais, o Banco está dispensado de apresentar o reporte por segmentos em base individual, uma vez que as demonstrações financeiras individuais são apresentadas conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas.

2.22 Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Banco.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por ação, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

2.23 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição/ contratação, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Bancos Centrais e outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

2.24 Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

O Banco Espírito Santo é uma entidade autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal para a prática da actividade de mediação de seguros, na categoria de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8.º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei n.º 144 / 2006, de 31 de julho, desenvolvendo a atividade de intermediação de seguros através da venda de contratos de seguro dos ramos vida e não vida. Como remuneração pelos serviços prestados de mediação de seguros, o Banco recebe comissões que estão definidas em acordos/ protocolos estabelecidos entre o Banco e as Seguradoras.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros revestem as seguintes modalidades:

- comissões que incluem uma componente fixa e uma componente variável. A componente fixa é calculada pela aplicação de uma taxa predeterminada sobre o valor das subscrições efetuadas através do Banco e a componente variável é calculada mensalmente segundo critérios preestabelecidos, sendo a comissão total anual igual à soma das comissões calculadas mensalmente;
- outras comissões variáveis, as quais são apuradas anualmente e pagas pela Seguradora no início do ano seguinte aquele a que respeitam.

As comissões recebidas pelos serviços de mediação de seguros são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que as comissões cujo pagamento ocorre em momento diferente do período a que respeita são objeto de registo como valor a receber numa rubrica de Outros Ativos.

NOTA 3 – PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As NCA estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são discutidas nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

3.1 Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

O Banco determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros dos ativos. Esta determinação requer julgamento, no qual o Banco recolhe e avalia toda a informação relevante à formulação da decisão, nomeadamente a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Para o efeito e em consequência da forte volatilidade dos mercados, consideraram-se os seguintes parâmetros como *triggers* da existência de imparidade:

- (i) Títulos de capital: desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado face ao valor de aquisição;
- (ii) Títulos de dívida: sempre que exista evidência objetiva de eventos com impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros destes ativos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado (*mark to market*) ou de modelos de avaliação (*mark to model*) os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamentos no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A utilização de metodologias alternativas e de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.2 Justo valor dos instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

3.3 Perdas por imparidade no crédito sobre clientes

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de imparidade, conforme referido na Nota 2.4, tendo como referência os níveis mínimos exigidos pelo Banco de Portugal através do Aviso n.º 3/95.

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui fatores como a frequência de incumprimento, notações de risco, taxas de recuperação das perdas e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros quer do momento do seu recebimento.

A utilização de metodologias alternativas e de outros pressupostos e estimativas poderia resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4 Investimentos detidos até à maturidade

O Banco classifica os seus ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas como investimentos detidos até à maturidade, de acordo com os requisitos do IAS 39. Esta classificação requer um nível de julgamento significativo.

No julgamento efetuado, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de deter estes investimentos até à maturidade. Caso o Banco não detenha estes investimentos até à maturidade, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa perto da maturidade – é requerida a reclassificação de toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao justo valor e não ao custo amortizado.

Os ativos detidos até à maturidade são objeto de teste sobre a existência de imparidade, o qual segue uma análise e decisão do Banco. A utilização de metodologias e pressupostos diferentes dos usados nos cálculos efetuados poderia ter impactos diferentes em resultados.

3.5 Impostos sobre os lucros

O Banco encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Banco durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que hajam correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração do Banco, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

3.6 Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

NOTA 4 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De ativos/ passivos ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda	De ativos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
Juros e proveitos similares						
Juros de crédito	1 668 704	7 764	1 676 468	1 766 582	16 583	1 783 165
Juros de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	91 673	91 673	-	50 998	50 998
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	254 853	3 749	258 602	229 297	2 572	231 869
Juros de ativos financeiros disponíveis para venda	446 504	-	446 504	368 896	-	368 896
Juros de investimentos detidos até à maturidade	22 163	-	22 163	41 948	-	41 948
Juros de derivados para gestão de risco	173 706	225 453	399 159	188 800	289 883	478 683
Outros juros e proveitos similares	19 833	-	19 833	10 632	-	10 632
	2 585 763	328 639	2 914 402	2 606 155	360 036	2 966 191
Juros e custos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	393 716	37 481	431 197	498 297	15 432	513 729
Juros de responsabilidades representadas por títulos	600 365	32 481	632 846	397 266	103 155	500 421
Juros de recursos de clientes	818 940	11 028	829 968	787 847	33 167	821 014
Juros de passivos subordinados	64 520	-	64 520	71 680	-	71 680
Juros de derivados para gestão de risco	101 645	196 072	297 717	153 074	252 335	405 409
	1 979 186	277 062	2 256 248	1 908 164	404 089	2 312 253
	606 577	51 577	658 154	697 991	(44 053)	653 938

As rubricas de proveitos e custos relativos a Juros dos derivados para gestão de risco incluem, de acordo com a política contabilística descrita nas Notas 2.3 e 2.18, os juros dos derivados de cobertura e os juros dos derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme políticas contabilísticas descritas nas Notas 2.4, 2.5 e 2.7.

NOTA 5 – RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Dividendos de empresas subsidiárias e associadas	108 037	372 070
Dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda	14 859	8 410
	122 896	380 480

NOTA 6 – RESULTADOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	329 031	327 244
Por garantias prestadas	209 694	193 904
Por operações realizadas com títulos	5 871	5 520
Por compromissos perante terceiros	35 334	43 314
Outros rendimentos de serviços e comissões	87 484	55 704
	667 414	625 686
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	66 120	61 495
Por operações realizadas com títulos	8 728	9 688
Por garantias recebidas	143 657	71 232
Outros encargos com serviços e comissões	7 850	13 519
	226 355	155 934
	441 059	469 752

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de encargos por garantias recebidas inclui um valor de 58,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 8,0 milhões de euros) relativo a comissões suportadas com a garantia prestada pelo Estado Português na emissão de obrigações (ver Nota 33).

NOTA 7 – RESULTADOS DE ATIVOS E PASSIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Títulos detidos para negociação						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	138 880	6 805	132 075	7 303	23 560	(16 257)
De outros emissores	1 215	24 141	(22 926)	15 915	17 591	(1 676)
Ações	6 218	4 875	1 343	1 067	477	590
Outros títulos de rendimento variável	-	-	-	182	557	(375)
	146 313	35 821	110 492	24 467	42 185	(17 718)
Instrumentos financeiros derivados						
Contratos sobre taxas de câmbio	277 882	285 011	(7 129)	682 834	741 966	(59 132)
Contratos sobre taxas de juro	3 107 933	3 046 035	61 898	4 057 793	4 018 899	38 894
Contratos sobre ações/ índices	837 131	852 311	(15 180)	1 503 031	1 537 295	(34 264)
Contratos sobre créditos	552 493	625 543	(73 050)	671 880	669 477	2 403
Outros	7 788	(952)	8 740	60 695	24 557	36 138
	4 783 227	4 807 948	(24 721)	6 976 233	6 992 194	(15 961)
Outros ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados						
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	55 143	331	54 812	-	-	-
De outros emissores	83 652	104 611	(20 959)	95 055	108 488	(13 433)
Ações	225	-	225	5 027	357	4 670
Outros títulos de rendimento variável	81 452	104 545	(23 093)	76 382	343 179	(266 797)
	220 472	209 487	10 985	176 464	452 024	(275 560)
Outros ativos financeiros ⁽¹⁾						
Crédito a clientes	7 773	7 468	305	24 331	26 463	(2 132)
	7 773	7 468	305	24 331	26 463	(2 132)
Passivos financeiros ⁽¹⁾						
Recursos de instituições de crédito	77	112 417	(112 340)	31 444	57 878	(26 434)
Recursos de clientes	56 458	161 781	(105 323)	306 737	265 320	41 417
Débitos representados por títulos	14 941	34 535	(19 594)	38 607	51 741	(13 134)
	71 476	308 733	(237 257)	376 788	374 939	1 849
	299 721	525 688	(225 967)	577 583	853 426	(275 843)
	5 229 261	5 369 457	(140 196)	7 578 283	7 887 805	(309 522)

(1) inclui a variação de justo valor de ativos/ passivos objecto de cobertura ou ao *fair value option*.

Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui um efeito negativo de 24,3 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: efeito positivo de 48,1 milhões de euros) relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito do Banco.

De acordo com as políticas contabilísticas seguidas pelo Banco, os instrumentos financeiros são mensurados, no momento do seu reconhecimento inicial, pelo seu justo valor. Presume-se que o valor de transação do instrumento corresponde à melhor estimativa do seu justo valor na data do seu reconhecimento inicial. Contudo, em determinadas circunstâncias, o justo valor inicial de um instrumento financeiro, determinado com base em técnicas de avaliação, pode diferir do valor de transação, nomeadamente pela existência de uma margem de intermediação, dando origem a um *day one profit*.

O Banco reconhece em resultados os ganhos decorrentes da margem de intermediação (*day one profit*), gerados fundamentalmente na intermediação de produtos financeiros derivados e cambiais, uma vez que o justo valor destes instrumentos, na data do seu reconhecimento inicial e subsequentemente, é determinado apenas com base em variáveis observáveis no mercado e reflete o acesso do Banco ao mercado financeiro grossista (*wholesale market*).

Em 2012, os ganhos reconhecidos em resultados decorrentes desta situação, os quais relacionam-se essencialmente com instrumentos derivados, ascenderam a cerca de 14 587 milhares de euros (2011: proveitos de 2 196 milhares de euros).

NOTA 8 – RESULTADOS DE ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	617 490	13 445	604 045	12 480	10 490	1 990
De outros emissores	23 772	39 156	(15 384)	9 699	45 898	(36 199)
Ações	6 991	7 816	(825)	80 590	35 515	45 075
Outros títulos de rendimento variável	7 300	24 355	(17 055)	9 071	3 703	5 368
	655 553	84 772	570 781	111 840	95 606	16 234

Durante o exercício de 2012, o BES alienou em bolsa e a preços de mercado 32 milhões de ações da EDP tendo obtido uma menos-valia de 7,1 milhões de euros.

Durante o exercício de 2011, o BES alienou em bolsa e a preços de mercado 11,9 milhões de ações da Bradesco tendo obtido uma mais-valia de 63,1 milhões de euros.

As transações com partes relacionadas encontram-se descritas na Nota 41.

NOTA 9 – RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Reavaliação cambial	738 281	777 472	(39 191)	1 118 844	1 118 590	254
	738 281	777 472	(39 191)	1 118 844	1 118 590	254

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descritiva na Nota 2.2.

NOTA 10 – RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Créditos a clientes	(23 483)	(50 427)
Ativos não correntes detidos para venda	(3 232)	(4 719)
Outros	(3 711)	5 146
	(30 426)	(50 000)

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de Crédito a clientes inclui uma perda de 17,1 milhões de euros relativa à venda de 169,1 milhões de créditos realizada no âmbito da estratégia de redução de ativos do Banco (*deleverage*) (31 de dezembro de 2011: 42,0 milhões de euros).

NOTA 11 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Outros proveitos/ (custos) de exploração		
Prestação de serviços diversos	10 667	10 045
Proveitos não recorrentes em operações de crédito	21 574	26 439
Impostos diretos e indiretos	(33 064)	(35 205)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(6 631)	(4 673)
Quotizações e donativos	(4 452)	(4 259)
Ganhos/ (perdas) na aquisição de dívida emitida pelo banco	96 806	556 008
Perda decorrente da transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento ^(a)	-	(105 744)
Outros	37 475	(18 951)
	122 375	423 660

(a) Ver Nota 13 - Benefícios a empregados.

Os impostos diretos e indiretos incluem 25,5 milhões de euros relativos ao custo relacionado com a Contribuição sobre o Setor Bancário (31 de dezembro de 2011: 28,7 milhões de Euros), criada através da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro (ver Nota 35).

Incluído em Outros, em 31 de dezembro de 2012 encontra-se registado o proveito de 21,6 milhões de euros relativos à redução de responsabilidades com subsídio de morte conforme explicado na Nota 13.

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica de Outros inclui um custo de 21,0 milhões de euros relativos ao Sistema de Indemnização aos Investidores.

NOTA 12 – CUSTOS COM PESSOAL

O valor dos custos com pessoal é composto por:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Vencimentos e salários	267 807	273 483
Remunerações	265 071	279 105
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	2 736	378
Encargos sociais obrigatórios	74 411	71 827
Custos com benefícios pós emprego (ver Nota 13)	7 919	18 091
Outros custos	9 652	9 414
	359 789	372 815

Em 31 de dezembro de 2012, incluído em Outros Custos encontra-se o valor de 489 milhares de euros relativos ao Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros – PRVIF (31 de dezembro de 2011: 286 milhares de euros e 1 411 milhares de euros relativos ao Plano de Pagamento de remuneração variável - PPRV), conforme política contabilística na Nota 2.14. O detalhe deste plano são analisados na Nota 13.

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco são apresentados como segue:

(milhares de euros)

	Conselho de Administração			Comissão de Auditoria	Outro pessoal chave da gestão	Total
	Comissão Executiva	Outros Elementos	Total			
31 de dezembro de 2012						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	3 956	135	4 091	364	3 249	7 704
Remunerações variáveis	1 227	436	1 663	-	174	1 837
Sub total	5 183	571	5 754	364	3 423	9 541
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	2 449	18	2 467	-	336	2 803
Outras remunerações e prémios de antiguidade	17	10	27	-	-	27
Total	7 649	599	8 248	364	3 759	12 371
31 de dezembro de 2011						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	4 621	134	4 755	739	3 139	8 633
Remunerações variáveis	2 372	397	2 769	-	421	3 190
Sub total	6 993	531	7 524	739	3 560	11 823
Benefícios de longo prazo e outros encargos sociais	6 011	60	6 071	2	661	6 734
Outras remunerações e prémios de antiguidade	210	-	210	-	151	361
Total	13 214	591	13 805	741	4 372	18 918

Considera-se “Outro pessoal chave da gestão” os Diretores Gerais e os Assessores do Conselho de Administração do BES.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o valor do crédito concedido pelo BES ao pessoal chave da gestão ascendia a 15 618 milhares de euros e 16 117 milhares de euros, respetivamente.

O número de colaboradores do Banco, considerando os efetivos e os contratados a termo, apresenta a seguinte desagregação por categoria profissional:

	31.12.2012	31.12.2011
Funções diretivas	594	588
Funções de chefia	845	845
Funções específicas	2 602	2 640
Funções administrativas e outras	2 634	2 631
	6 675	6 704

NOTA 13 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Em conformidade com o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) celebrado com os sindicatos e vigente para o setor bancário, o Banco assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente em função do número de anos de serviço do empregado, aplicada à tabela salarial negociada anualmente para o pessoal no ativo.

Em 30 de dezembro de 1987, o Banco constituiu um fundo de pensões fechado para cobrir as prestações pecuniárias a título de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência, relativamente às obrigações consagradas no âmbito do ACT. Posteriormente e após obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal, procedeu à alteração do Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões que passou a integrar todas as responsabilidades para com pensões e benefícios de saúde (SAMS) e, no exercício de 2009, o subsídio por morte. Em Portugal, os fundos têm como sociedade gestora a ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, SA..

Estão abrangidos por este benefício os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2008. As novas admissões a partir daquela data beneficiam do regime geral da Segurança Social.

Adicionalmente, com a publicação do Decreto-Lei n.1-A / 2011, de 3 de janeiro, todos os trabalhadores bancários beneficiários da CAFEB – Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários foram integrados no Regime Geral de Segurança Social a partir de 1 de janeiro de 2011, que passou a assegurar a proteção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a proteção na doença, invalidez, sobrevivência e morte.

As pensões de reforma dos bancários integrados na Segurança Social no âmbito do 2.º acordo tripartido continuam a ser calculadas conforme o disposto no ACT e restantes convenções, havendo contudo lugar a uma pensão a receber do Regime Geral, cujo montante tem em consideração os anos de descontos para este regime. Aos bancos compete assegurar a diferença entre a pensão determinada de acordo com o disposto no ACT e aquela que o empregado vier a receber da Segurança Social.

A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que foi extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no ativo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho.

A integração conduz a um decréscimo efetivo no valor atual dos benefícios totais reportados à idade normal de reforma (VABT) a suportar pelo fundo de pensões. Contudo, que não existiu redução de benefícios na perspetiva do beneficiário na data de integração decorrente do 2º acordo tripartido, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de dezembro de 2010.

Tomando em consideração que a base de cálculo dos benefícios nos planos ACT e do RGSS são baseados em fórmulas distintas, existe a possibilidade de ser obtido um diferencial, quando o valor das responsabilidades a cobrir pelos fundos de pensões à data da reforma for inferior ao valor das responsabilidades em 31 de dezembro de 2010, sendo este diferencial diferido numa base linear, durante o tempo médio de vida ativa até se atingir a idade normal de reforma.

No final do exercício de 2011 na sequência do 3º acordo tripartido, foi decidida a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento dos reformados e pensionistas que se encontravam nessa condição à data de 31 de dezembro de 2011.

Ao abrigo deste acordo tripartido, foi efetuada a transmissão para a esfera da Segurança Social, das responsabilidades com pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de 2011, a valores constantes (taxa de atualização 0%), na componente prevista no Instrumento de Regulação Coletiva de Trabalho (IRCT) dos trabalhadores bancários, incluindo as eventualidades de morte, invalidez e sobrevivência. As responsabilidades relativas às atualizações das pensões, benefícios complementares, contribuições para o SAMS, subsídio de morte e pensões de sobrevivência diferida, permaneceram na esfera da responsabilidade das instituições financeiras com o financiamento a ser assegurado através dos respetivos fundos de pensões.

O acordo estabeleceu ainda que os ativos dos fundos de pensões das respetivas instituições financeiras, na parte afeta à satisfação das responsabilidades pelas pensões referidas fossem transmitidos para o Estado.

Na medida em que a transmissão consiste numa transferência definitiva e irreversível das responsabilidades com pensões em pagamento (mesmo que só relativas a uma parcela do benefício), verificam-se as condições subjacentes ao conceito de liquidação previsto no IAS 19 'Benefícios a empregados' uma vez que se extinguiu a obrigação à data da transferência, relativa ao pagamento dos benefícios abrangidos. Tratando-se de uma liquidação o respetivo efeito foi reconhecido em resultados no exercício de 2011.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades são como segue:

	Pressupostos			Verificado	
	31.12.2012		31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
	1º ao 4º ano	5º ano e subsequentes			
Pressupostos Atuariais					
Taxas de rendimento esperado		5,50%	5,50%	-3,16%	-7,32%
Taxa de desconto		4,50%	5,50%	-	-
Taxa de crescimento de pensões	0,00%	0,75%	1,00%	-0,56%	-0,70%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,75%	2,25%	1,02%	1,10%
Tábua de Mortalidade masculina			TV 73/77 - 1 ano		
Tábua de Mortalidade feminina			TV 88/90		

Os participantes no plano de pensões são desagregados da seguinte forma:

	31.12.2012	31.12.2011
Ativos	4 933	5 796
Reformados e sobreviventes	5 672	5 638
Total	10 605	11 434

A aplicação do IAS 19 traduz-se nas seguintes responsabilidades e níveis de cobertura reportáveis a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Ativos/(responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Total das responsabilidades	(1 143 429)	(1 025 439)
Pensionistas	(442 757)	(387 586)
Ativos	(700 671)	(637 853)
Coberturas		
Saldo dos Fundos	1 145 642	1 116 693
Ativos líquidos em balanço (ver Nota 29)	2 213	91 254
Desvios atuariais acumulados reconhecidos em outro rendimento integral	1 086 467	897 170
Regime transitório	10 955	26 300

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.14 – Benefícios aos empregados, o Banco procede ao cálculo das responsabilidades com pensões de reforma e dos ganhos e perdas atuariais semestralmente.

De acordo com a política contabilística referida na Nota 2.14 e conforme o estabelecido no IAS 19 – Benefícios a empregados, o Banco avalia à data de cada balanço a recuperabilidade do excesso da cobertura do fundo face às respetivas responsabilidades com pensões.

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Responsabilidades no início do exercício	1 025 439	2 139 468
Custo do serviço corrente	10 698	14 567
Custo dos juros	56 538	113 279
Contribuições dos participantes	3 060	3 062
(Ganhos) e perdas atuariais no período:		
- Alteração de pressupostos	65 366	(182 374)
- (Ganhos) e perdas de experiência	33 421	(107 534)
Pensões/ benefícios pagos pelo fundo	(27 231)	(111 368)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento	-	(843 036)
Custos com serviços passados	(21 622)	-
Diferenças cambiais e outros	(2 240)	(625)
Responsabilidades no final do exercício	1 143 429	1 025 439

Durante o exercício de 2012, decorrente da alteração do Decreto Lei nº133/2012 que determina o método de cálculo do subsídio de morte, verificou-se uma redução do valor atual das responsabilidades associadas a este benefício (incluído no valor das responsabilidades com pensões de reforma) no montante de 21,6 milhões de euros. Considerando que esta redução de responsabilidades qualifica como um “custo com serviços passados negativo” e que as condições de aquisição do benefício estão cumpridas, uma vez que o colaborador ou reformado tem direito ao benefício na totalidade sem existir a necessidade de cumprir qualquer condição de serviço, o Banco registou em resultados do exercício o referido valor de 21,6 milhões de euros na rubrica outros resultados de exploração.

No âmbito do terceiro acordo tripartido mencionado acima e da consequente transmissão para a Segurança Social da responsabilidade pelas pensões em pagamento à data de 31 de dezembro de 2011, verificou-se uma redução de responsabilidades, mensuradas com base nos pressupostos atuariais utilizados na preparação das demonstrações financeiras e consistentes com o IAS 19, no montante de 843,0 milhões de euros.

Contudo, no âmbito do acordo estabelecido, o valor dos ativos a ceder ao Estado como contrapartida pela transferência das pensões em pagamento foi determinado numa ótica de liquidação uma vez que se trata de uma transferência definitiva e irreversível dessas responsabilidades e correspondeu ao valor das mesmas, determinado com base numa taxa de desconto de 4% (em vez da taxa de 5,5% utilizada para efeitos da preparação das demonstrações financeiras). Assim, o montante pago pelo Banco ao Estado ascendeu a 948,8 milhões de euros, o que implicou o reconhecimento de um custo em resultados no ano de 2011 de 105,7 milhões de euros, correspondente ao diferencial das taxas de desconto referidas.

A evolução do valor dos fundos de pensões pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo dos fundos no início do exercício	1 116 693	2 139 598
Rendimento real do fundo	(31 160)	(148 049)
Contribuições do Banco	86 411	76 020
Contribuições dos empregados	3 060	3 062
Pensões pagas pelo fundo	(27 481)	(111 368)
Transmissão para a Segurança Social das responsabilidades com pensões em pagamento ⁽¹⁾	-	(843 036)
Diferenças cambiais e outros	(1 881)	466
Saldo dos fundos no final do exercício	1 145 642	1 116 693

(1) 55% deste valor foi pago ao Estado no exercício de 2011, tendo o remanescente sido reconhecido como um passivo no fundo nesse ano e liquidado no primeiro semestre de 2012.

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Ações	147 452	350 187
Obrigações	310 118	113 853
Imóveis	369 522	657 856
Outros	318 550	374 163
Valores a entregar à Segurança Social	-	(379 366)
Total	1 145 642	1 116 693

Os ativos dos fundos de pensões utilizados pelo Banco ou representativos de títulos emitidos pelo Banco são detalhados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Imóveis	291 886	211 458
Total	291 886	211 458

Durante o exercício de 2011 foram alienadas 18 520 e 4 830 milhares de unidades de participação dos fundos Fungepi e Fungere aos fundos de pensões do Grupo, por um valor global de 80,0 milhões de euros, não tendo incorrido em qualquer ganho ou perda relevante. Durante o exercício de 2010 não houve qualquer transação com o fundo de pensões (ver nota 41). No exercício de 2012 o Banco adquiriu 30 779 e 22 115 milhares de unidades de participação dos fundos Fungere e Fungepi aos fundos de pensões do Banco.

A evolução dos desvios atuariais em balanço pode ser analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Desvios atuariais diferidos no início do exercício	897 170	929 432
(Ganhos) e perdas atuariais no exercício		
- Alteração de pressupostos	65 366	(182 374)
- (Ganhos) e perdas de experiência	123 899	150 270
Outros	32	(158)
Desvios atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	1 086 467	897 170

A evolução do valor do regime transitório pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do exercício	26 300	41 646
Amortização por reservas	(15 345)	(15 346)
Saldo no final do exercício	10 955	26 300

Os custos do período com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser decompostos como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Custo do serviço corrente	10 698	14 567
Custo dos juros	56 538	113 279
Rendimento esperado do fundo	(59 317)	(109 755)
Custos com benefícios pós emprego	7 919	18 091

A evolução dos ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
No início do exercício	117 554	41 776
Custo do exercício	(7 919)	(18 091)
Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outro rendimento integral	(189 297)	32 265
Amortização do regime transitório (por reservas)	(15 345)	(15 346)
Contribuições pagas pelo Banco	86 411	76 020
Outros ^(a)	21 764	930
No final do exercício	13 168	117 554

(a) Em 31 de dezembro de 2012 incluí o proveito de 21,6 milhões de euros relativos à redução de responsabilidades com subsídio de morte.

O evolutivo das responsabilidades e saldo dos fundos nos últimos 5 anos é analisado como segue:

(milhares de euros)					
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008
Responsabilidades	(1 143 429)	(1 025 439)	(2 139 468)	(2 065 493)	(2 008 215)
Saldo dos fundos	1 145 642	1 116 693	2 139 598	2 137 129	2 002 889
Responsabilidades (sub)/ sobre financiadas	2 213	91 254	130	71 636	(5 326)
(Ganhos)/ Perdas de experiência decorrentes das responsabilidades	33 421	(107 534)	24 878	52 516	24 047
(Ganhos)/ Perdas de experiência decorrentes dos ativos do fundo	90 477	257 804	66 493	(87 618)	712 145

Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF)

Na sequência das recomendações das entidades de Supervisão e Regulamentação, na Assembleia Geral de 6 de abril de 2010 foi aprovada uma nova política de remuneração para os membros da Comissão Executiva. Esta política consiste em atribuir aos referidos membros uma remuneração fixa, que deve representar aproximadamente 45% do total, e uma componente variável que deve rondar os restantes 55%. A remuneração variável deverá ter duas componentes: uma associada ao desempenho de curto prazo e uma outra ao desempenho de médio prazo. Metade da componente de curto prazo deverá ser paga em numerário e os restantes 50% deverá ser paga durante um período de três anos, devendo metade destes pagamentos ser realizada em dinheiro e a parte restante através da atribuição de ações. A componente de médio prazo tem associada um programa de opções sobre ações com o exercício das opções fixado a três anos da data da sua atribuição.

No que respeita à modalidade de atribuição de ações do PRVIF, as mesmas são entregues aos beneficiários de forma diferida ao longo de um período de três anos (1º ano: 33%; 2º ano: 33%; 3º ano: 34%) e está condicionado à verificação de uma rentabilidade de Capitais Próprios (ROE) igual ou superior a 5%.

Relativamente à modalidade de atribuição de opções, estas são atribuídas aos beneficiários, sendo o preço de exercício igual à média aritmética simples das cotações de fecho das ações do BES na NYSE Euronext Lisbon ao longo de 20 dias úteis anteriores ao dia de atribuição das opções, acrescida de 10%. As opções só podem ser exercidas na maturidade, podendo o beneficiário decidir-se pela liquidação física ou pela liquidação financeira das opções.

O valor do Plano foi calculado com base num modelo de valorização das opções, tendo por referência os seguintes pressupostos:

	Pressupostos de valorização das opções	
	1ª atribuição	2ª atribuição
Data inicial de referência	12-04-2011	12-10-2012
Data final de referência	31-03-2014	15-01-2016
Número de ações atribuídas	2 250 000	6 280 045
Preço de exercício (euros)	3,47	0,67
Taxa de Juro	2,31%	0,67%
Volatilidade	40,0%	65,00%
Valor inicial do plano (mil euros)	1 130	1 940

O PRVIF é contabilizado de acordo com as regras aplicáveis (IFRS 2 e IAS 19), tendo sido registado no exercício de 2012 um custo de 489 milhares de euros respeitantes à amortização do prémio inicial das opções atribuídas, por contrapartida do passivo (31 de dezembro de 2011: 286 milhares de euros).

Prémio por antiguidade

Conforme referido na Nota 2.14, os trabalhadores que atinjam determinados níveis de antiguidade têm direito a um prémio por antiguidade, calculado com base no valor da maior retribuição mensal efetiva a que o trabalhador tenha direito no ano da sua atribuição. À data da passagem à situação de invalidez presumível, o trabalhador terá direito a um prémio por antiguidade de valor proporcional àquele de que beneficiaria se continuasse ao serviço até reunir os pressupostos do escalão seguinte.

Em 31 de dezembro de 2012, as responsabilidades assumidas pelo Banco ascendem a 26 178 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 24 947 milhares de euros) (ver Nota 37). Os custos reconhecidos no período com o prémio por antiguidade foram de 2 736 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 378 milhares de euros).

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com prémios de antiguidade são os apresentados para o cálculo das pensões de reforma (quando aplicáveis).

NOTA 14 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Rendas e alugueres	49 158	48 016
Publicidade e publicações	25 694	26 873
Comunicações e expedição	23 344	24 859
Conservação e reparação	15 177	13 985
Deslocações e representação	15 143	17 206
Água, energia e combustíveis	9 795	8 859
Transporte de valores	6 657	7 519
Material de consumo corrente	3 428	3 889
Serviços Informáticos	56 993	56 889
Mão-de-obra eventual	4 676	5 753
Trabalho independente	5 215	5 055
Sistema eletrónico de pagamentos	10 287	11 999
Estudos e consultas	12 879	12 381
Judiciais, contencioso e notariado	17 378	16 822
Consultoria e auditoria	5 994	6 791
Segurança e vigilância	3 947	4 089
Outros custos	52 730	51 214
	318 495	322 199

A rubrica Outros custos inclui, entre outros, formação e custos com serviços prestados pelos Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) em que o BES participa.

Os vencimentos das rendas vincendas relativas a contratos de locação operacional não canceláveis são como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até um ano	6 928	7 266
De um a cinco anos	7 932	10 779
	14 860	18 045

Os honorários faturados durante os exercícios de 2012 e 2011 pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de acordo com o disposto no artº 508º-F do Código das Sociedades Comerciais, detalham-se como se segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Revisão legal das contas anuais	891	907
Outros serviços de garantia de fiabilidade	712	927
Consultoria fiscal	298	430
Outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria	101	544
Valor total dos serviços faturados	2 002	2 808

NOTA 15 – RESULTADOS POR AÇÃO

Resultados por ação básicos

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano.

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco ⁽¹⁾	124 575	(39 905)
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas (milhares)	3 096 971	1 187 255
Número médio ponderado de ações próprias em carteira (milhares)	(280)	(257)
Número médio de ações ordinárias em circulação (milhares)	3 096 691	1 186 998
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do Banco (em euros)	0,04	(0,03)

(1) Corresponde ao resultado líquido do período ajustado da remuneração das obrigações perpétuas atribuível ao período (o qual é registado como um movimento de reservas), assim como os ganhos e perdas realizados registados em reservas.

Resultados por ação diluídos

Os resultados por ação diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais ações ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de ações ordinárias em circulação e ao resultado líquido atribuível aos acionistas do Banco.

Os resultados por ação diluídos não diferem dos resultados por ação básicos, na medida em que as ações subjacentes ao PRVIF não têm um efeito diluidor.

NOTA 16 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Caixa	196 304	202 699
Depósitos à ordem em bancos centrais		
Banco de Portugal	25 220	108 744
Outros bancos centrais	405 034	169 928
	430 254	278 672
	626 558	481 371

A rubrica Depósitos à ordem em bancos centrais inclui depósitos de caráter obrigatório, no montante de 25 220 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 108 744 milhares de euros), que têm por objetivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa. De acordo com o Regulamento (CE) n.º 1745/2003 do Banco Central Europeu, de 12 de setembro de 2003, as disponibilidades mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no Banco de Portugal, são remuneradas e correspondem a 1% dos depósitos e títulos de dívida com prazo inferior a 2 anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais. Em 31 de dezembro de 2012 a taxa de remuneração média destes depósitos era de 0,89% (31 de dezembro de 2011: 1,25%).

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período. O saldo da conta junto do Banco de Portugal em 31 de dezembro de 2012 foi incluído no período de manutenção de 12 de dezembro de 2012 a 15 de janeiro de 2013, ao qual correspondeu uma reserva média obrigatória de 276,4 milhões de euros.

NOTA 17 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Cheques a cobrar	105 751	141 122
Depósitos à ordem	64 316	135 818
	170 067	276 940
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	105 251	64 758
Cheques a cobrar	569	-
	105 820	64 758
	275 887	341 698

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes às datas em referência.

NOTA 18 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

A 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a rubrica Ativos e Passivos financeiros detidos para negociação apresenta os seguintes valores:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Ativos financeiros detidos para negociação		
Títulos		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	141 701	123 852
De outros emissores	4 324	6 037
Ações	15 811	12 248
	161 836	142 137
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	1 689 670	1 640 902
	1 851 506	1 783 039
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados		
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	1 630 363	1 605 217
	1 630 363	1 605 217

Conforme a política contabilística descrita na Nota 2.5, os títulos detidos para negociação são aqueles adquiridos com o objetivo de serem transacionados no curto prazo independentemente da sua maturidade.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos títulos detidos por prazos de maturidade é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	3 861	3 435
De 3 meses a um ano	3 765	118 132
De um a cinco anos	12 450	7 109
Mais de cinco anos	125 949	1 213
Duração indeterminada	15 811	12 248
	161 836	142 137

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Ativos financeiros detidos para negociação, no que se refere a títulos cotados e não cotados, é repartida da seguinte forma:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	141 701	-	141 701	123 852	-	123 852
De outros emissores	3 824	500	4 324	3 984	2 053	6 037
Ações	15 653	158	15 811	12 248	-	12 248
	161 178	658	161 836	140 084	2 053	142 137

Em 31 de dezembro de 2012, a exposição a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 44 – Gestão dos riscos de atividade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na Nota 40.

A rubrica Instrumentos financeiros derivados a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

	31.12.2012			31.12.2011		
	Nocional	Justo valor		Nocional	Justo valor	
		Ativo	Passivo		Ativo	Passivo
Derivados de negociação						
Contratos sobre taxas de câmbio						
Forward						
- compras	766 535			762 472		
- vendas	773 838	7 646	9 778	759 373	16 715	13 609
Currency Swaps						
- compras	3 403 153			2 211 621		
- vendas	3 387 749	1 960	2 365	2 200 959	11 796	11 502
Currency Futures ^(a)	-	-	-	474	-	-
Currency Interest Rate Swaps						
- compras	111 729			181 919		
- vendas	104 254	31 429	13 647	170 685	38 131	25 975
Currency Options	2 089 732	40 900	47 084	2 515 101	85 600	83 836
	10 636 990	81 935	72 874	8 802 604	152 242	134 922
Contratos sobre taxas de juro						
Forward Rate Agreements	200 000	-	16	380 000	1 047	1 982
Interest Rate Swaps	19 220 451	1 380 496	1 350 950	42 814 469	1 214 107	1 187 902
Swaption - Interest Rate Options	263 000	1 556	1 556	2 406 936	5 003	5 157
Interest Rate Caps & Floors	967 587	20 057	18 722	3 374 871	31 106	27 772
	20 651 038	1 402 109	1 371 244	48 976 276	1 251 263	1 222 813
Contratos sobre ações/índices						
Equity/ Index Swaps	543 093	79 729	20 039	763 733	31 145	63 432
Equity/ Index Options	3 195 206	60 072	130 286	2 642 705	63 510	101 413
Equity/ Index Futures ^(a)	6 750	-	-	10 016	-	-
Future Options ^(a)	82 234	-	-	32 089	-	-
	3 827 283	139 801	150 325	3 448 543	94 655	164 845
Contratos sobre crédito						
Credit Default Swaps	2 962 901	65 825	35 920	3 380 947	142 742	82 637
Total	38 078 212	1 689 670	1 630 363	64 608 370	1 640 902	1 605 217

(a) Derivados negociados em mercados organizados, cujo valor de mercado é liquidado diariamente em resultados por contrapartida da conta margem.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos instrumentos financeiros derivados de negociação, por prazos de vencimento, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012		31.12.2011	
	Nocional	Justo valor líquido	Nocional	Justo valor líquido
Até 3 meses	9 766 942	52 942	8 450 988	6 114
De 3 meses a um ano	5 842 131	(17 664)	9 852 768	(58 092)
De um a cinco anos	10 106 566	(65 440)	16 898 222	21 345
Mais de cinco anos	12 362 573	89 469	29 406 392	66 318
	38 078 212	59 307	64 608 370	35 685

NOTA 19 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	187 806	-
De outros emissores	69 036	178 140
Ações	216 010	229 718
Outros títulos	813 233	1 561 473
Valor de Balanço	1 286 075	1 969 331

A opção do Banco para designar estes ativos financeiros ao justo valor através dos resultados, à luz do IAS 39, conforme política contabilística descrita na Nota 2.5, está de acordo com a estratégia documentada de gestão do Banco, considerando que (i) estes ativos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) estes ativos contêm instrumentos derivados embutidos.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos títulos ao justo valor através de resultados, por prazos de vencimento, é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	75 540	385 529
De 3 meses a um ano	29 582	60 725
De um a cinco anos	57 649	1 236 325
Mais de cinco anos	428 985	56 741
Duração indeterminada	694 319	230 011
	1 286 075	1 969 331

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	187 806	-	187 806	-	-	-
De outros emissores	467	68 569	69 036	355	177 785	178 140
Ações e outros títulos de rendimento variável	1	1 029 232	1 029 233	13 718	1 777 473	1 791 191
	188 274	1 097 801	1 286 075	14 073	1 955 258	1 969 331

NOTA 20 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	Custo ⁽¹⁾	Reserva de justo valor		Perdas por imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	1 678 065	64 542	(718)	-	1 741 889
De outros emissores	5 302 971	202 032	(79 008)	(14 897)	5 411 098
Ações	711 926	87 284	(45 387)	(136 968)	616 855
Outros títulos de rendimento variável	1 309 785	16 472	(4 908)	(84 159)	1 237 190
Saldo a 31 de dezembro de 2012	9 002 747	370 330	(130 021)	(236 024)	9 007 032
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	2 905 936	9	(123 705)	-	2 782 240
De outros emissores	10 794 469	34 518	(145 738)	(8 775)	10 674 474
Ações	297 698	25 740	(10 004)	(95 093)	218 341
Outros títulos de rendimento variável	619 980	8 776	(3 083)	(25 461)	600 212
Saldo a 31 de dezembro de 2011	14 618 083	69 043	(282 530)	(129 329)	14 275 267

(1) Custo de aquisição no que se refere a ações e outros instrumentos de capital e custo amortizado para títulos de dívida.

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.5, o Banco avalia regularmente se existe evidência objetiva de imparidade na sua carteira de ativos disponíveis para venda seguindo os critérios de julgamento descritos na Nota 3.1.

Em 31 de dezembro de 2012, a exposição nesta rubrica a dívida pública de países “periféricos” da zona euro é apresentada na Nota 44 – Gestão dos riscos de atividade.

Os títulos em carteira dados em garantia pelo Banco encontram-se analisados na Nota 40. Em 31 de dezembro de 2011, a carteira de títulos detidos para venda inclui o montante de 306,4 milhões de euros referentes a operações de securitização (ver Nota 42).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade em ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como se segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	129 329	120 278
Dotações	114 726	51 301
Utilizações	(4 676)	(38 100)
Reversões	(2 717)	(5 661)
Diferenças de câmbio e outras	(638)	1 511
Saldo final	236 024	129 329

A 31 de dezembro de 2012 e 2011, o escalonamento dos títulos disponíveis para venda por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	2 145 075	4 657 687
De 3 meses a um ano	813 543	1 492 554
De um a cinco anos	696 141	1 552 075
Mais de cinco anos	3 496 712	5 750 243
Duração indeterminada	1 855 561	822 708
	9 007 032	14 275 267

As principais exposições em ações, com referência a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, são as seguintes:

(milhares de euros)

31.12.2012					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
EDP - Energias de Portugal	59 681	4 355	-	-	64 036
	59 681	4 355	-	-	64 036

(milhares de euros)

31.12.2011					
Descrição	Custo de aquisição	Reserva de justo valor		Imparidade	Valor de balanço
		Positiva	Negativa		
EDP - Energias de Portugal	60 049	-	(3 768)	-	56 281
Banque Marocaine du Commerce Extérieur	2 376	5 454	-	(348)	7 482
	62 425	5 454	(3 768)	(348)	63 763

Durante o exercício de 2012 o Banco alienou em bolsa e a preços de mercado 32 milhões de ações da EDP, tendo registado uma menos-valia de cerca de 7,1 milhões de euros (ver Nota 8).

A desagregação dos Ativos financeiros disponíveis para venda, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é a seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	1 699 267	42 622	1 741 889	2 782 240	-	2 782 240
De outros emissores	352 363	5 058 735	5 411 098	609 199	10 065 275	10 674 474
Ações	93 591	523 264	616 855	89 509	128 832	218 341
Outros títulos de rendimento variável	161 345	1 075 845	1 237 190	109 844	490 368	600 212
	2 306 566	6 700 466	9 007 032	3 590 792	10 684 475	14 275 267

NOTA 21 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Aplicações em instituições de crédito no país		
Depósitos no Banco de Portugal	3 350 000	-
Depósitos em outras instituições de crédito	1 135 192	1 371 921
Empréstimos	134 972	731 198
Aplicações de muito curto prazo	139 009	80 933
Outras aplicações	83 357	193
	4 842 530	2 184 245
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	3 795 241	3 441 128
Aplicações de muito curto prazo	298 053	1 454 219
Empréstimos	564 935	812 388
Outras aplicações	64 501	37 035
	4 722 730	5 744 770
Perdas por imparidade	(126)	(190)
	9 565 134	7 928 825

As principais aplicações em instituições de crédito no país, em 31 de dezembro de 2012, venciam juros à taxa média anual de 1,73% (31 de dezembro de 2011: 2,22%). Os depósitos em instituições de crédito no estrangeiro venciam juros às taxas dos mercados internacionais onde o Banco opera.

O escalonamento das aplicações em instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	9 084 923	7 555 935
De 3 meses a um ano	78 898	150 695
De um a cinco anos	397 617	166 556
Mais de cinco anos	3 749	55 642
Duração indeterminada	73	187
	9 565 260	7 929 015

Os movimentos ocorridos no período com perdas por imparidade em empréstimos e aplicações em instituições de crédito é apresentada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	190	35
Dotações	1 336	531
Reversões	(1 392)	(383)
Diferenças de câmbio e outras	(8)	7
Saldo final	126	190

NOTA 22 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Crédito interno		
A empresas		
Créditos em conta corrente	5 208 153	5 337 896
Empréstimos	12 200 131	12 527 689
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	451 841	509 282
<i>Factoring</i>	1 412 476	1 451 226
Descobertos	76 107	27 021
Locação financeira	2 560 544	2 937 632
Outros créditos	51 368	308 582
A particulares		
Habitação	7 286 286	7 638 793
Consumo e outros	1 606 366	1 786 395
	30 853 272	32 524 516
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	3 538 755	3 906 817
Créditos em conta corrente	1 169 974	1 035 795
Descobertos	74 593	38 981
Descontos e outros créditos titulados por efeitos	135 802	99 780
Locação financeira	69 732	67 019
<i>Factoring</i>	52 494	23 036
Outros créditos	233 638	370 998
A particulares		
Habitação	761 620	775 521
Consumo e outros	376 294	406 703
	6 412 902	6 724 650
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	204 617	127 030
De 3 meses a 1 ano	500 110	280 016
De 1 a 3 anos	760 504	640 436
Há mais de 3 anos	537 812	341 711
	2 003 043	1 389 193
	39 269 217	40 638 359
Perdas por imparidade	(2 005 703)	(1 522 472)
	37 263 514	39 115 887

Em novembro de 2011, foram realizadas duas operações de securitização: uma de crédito a particulares (*Lusitano Finance* N°3) com créditos provenientes do BES no valor de 658 milhões de euros e outra de crédito a empresas (IM BES Empresas 1) com créditos provenientes da sucursal do BES em Espanha no valor de 485 milhões de euros.

Em 31 de dezembro de 2012, o crédito vivo inclui 5 605,1 milhões de euros de crédito à habitação afetos à emissão de obrigações hipotecárias (31 de dezembro de 2011: 5 305,9 milhões de euros) (ver Nota 33).

O escalonamento do crédito a clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	7 009 119	6 808 674
De 3 meses a um ano	5 067 790	4 960 699
De um a cinco anos	7 009 921	8 414 959
Mais de cinco anos	18 179 344	19 064 834
Duração indeterminada	2 003 043	1 389 193
	39 269 217	40 638 359

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no ativo como correção aos valores do crédito foram os seguintes:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	1 522 472	1 140 856
Dotações	739 608	648 589
Utilizações	(183 587)	(156 140)
Reversões	(68 239)	(110 876)
Diferenças de câmbio e outras	(4 551)	43
Saldo final	2 005 703	1 522 472

Em 31 de dezembro de 2012 o crédito vivo inclui 220 743 milhares de euros de crédito renegociado (31 de dezembro de 2011: 175 001 milhares de euros). Estes créditos correspondem, de acordo com a definição do Banco de Portugal, a créditos anteriormente vencidos, que através de um processo de renegociação, passam a ser considerados como créditos correntes.

Adicionalmente, o Banco tem, em 31 de dezembro de 2012, 396 387 milhares de euros de provisões para riscos gerais de crédito (31 de dezembro de 2011: 433 450 milhares de euros) as quais, de acordo com as NCA são apresentadas no passivo (ver Nota 34).

A distribuição do crédito a clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Taxa fixa	2 317 813	2 405 700
Taxa variável	36 951 404	38 232 659
	39 269 217	40 638 359

O crédito de locação financeira, por prazos residuais, é apresentado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Rendas e valores residuais vindos		
Até um ano	432 202	491 511
De um a cinco anos	1 130 447	1 410 375
Mais de cinco anos	1 373 116	1 535 201
	2 935 765	3 437 087
Juros vindos		
Até um ano	68 859	110 457
De um a cinco anos	157 217	294 738
Mais de cinco anos	79 413	27 241
	305 489	432 436
Capital vinctendo		
Até um ano	363 343	381 054
De um a cinco anos	973 230	1 115 637
Mais de cinco anos	1 293 703	1 507 960
Imparidade	(144 097)	(97 190)
	2 486 179	2 907 461

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existem contratos que individualmente sejam superiores a 5% do total do crédito de locação financeira. Não existem contratos de locação financeira com rendas contingentes.

NOTA 23 – INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Os Investimentos detidos até à maturidade, podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	103 476	147 545
De outros emissores	627 728	714 491
	731 204	862 036
Perdas por imparidade	(39 111)	(31 959)
	692 093	830 077

O escalonamento dos investimentos detidos até à maturidade, por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	3 828	24 426
De 3 meses a um ano	36 166	34 212
De um a cinco anos	182 684	244 212
Mais de cinco anos	508 526	559 186
	731 204	862 036

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o detalhe da imparidade para os investimentos detidos até à maturidade apresenta-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	31 959	48 489
Dotações/ Reversões	7 617	15 546
Utilizações	(467)	(31 928)
Diferenças de câmbio e outros	2	(148)
Saldo final	39 111	31 959

Esta rubrica, no que respeita a títulos cotados e não cotados, é desagregada da seguinte forma:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cotados	Não cotados	Total	Cotados	Não cotados	Total
Títulos						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De emissores públicos	102 731	745	103 476	147 545	-	147 545
De outros emissores	138 107	489 621	627 728	192 781	521 710	714 491
	240 838	490 366	731 204	340 326	521 710	862 036

Durante o exercício de 2008 o Banco procedeu à transferência de títulos no valor de 409,0 milhões de euros para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	Valor de Aquisição	Na data da transferência		Valor de mercado em Dezembro 2008
		Valor de Balanço	Reserva de justo valor	
			Positiva Negativa	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	433 247	408 987	366 (24 626)	380 071

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras do Banco seria o seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Ativos financeiros disponíveis para venda		
Impacto em reservas de Justo valor	(3 422)	(14 856)
Efeito fiscal	1 078	4 308
	(2 344)	(10 548)

A reclassificação de ativos financeiros disponíveis para venda para investimentos detidos até à maturidade foi realizada no âmbito das alterações efetuadas ao IAS 39 e à IFRS 7 adotadas pelo Regulamento (CE) nº 1004/2008 emitido em 15 de outubro de 2008. Esta reclassificação foi efetuada devido à situação excecionalmente adversa dos mercados provocada pela crise financeira internacional que caracterizou o exercício de 2008, situação que foi considerada como uma das raras circunstâncias previstas na alteração do IAS 39.

Na sequência da publicação pelo Banco de Portugal, em maio de 2011 do Aviso n.º 3/2011, o qual veio estabelecer novos patamares mínimos para o rácio de *Core Tier I* (9% em 31 de dezembro de 2011 e 10% em 31 de dezembro de 2012) e tendo presente a necessidade de atingir, a partir de 2014, um rácio de financiamento estável de 100%, de acordo com o *Memorandum* de Política Económica e Financeira entre o Governo Português, a Comissão Europeia (CE), o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), no decurso do segundo semestre de 2011 o Banco decidiu alienar uma parte significativa da carteira de investimentos detidos até à maturidade. No âmbito desta decisão, os títulos a alienar foram transferidos para a rubrica de ativos financeiros disponíveis para venda e avaliados a valores de mercado.

Tendo em conta os objetivos subjacentes à reclassificação e posterior venda dos referidos títulos, a mesma é enquadrável no disposto no parágrafo AG 22 do IAS 39 'Instrumentos Financeiros: reconhecimento e mensuração' não dando por isso origem à contaminação (*tainting*) da restante carteira de investimentos detidos até à maturidade. Nessa base e uma vez que o Banco mantém a intenção e a capacidade de deter os restantes títulos até à maturidade os mesmos permanecem registados nesta rubrica.

Os efeitos da reclassificação dos títulos nas demonstrações financeiras do Banco, à data da transferência, podem ser assim analisados:

(milhares de euros)

Valores em investimentos detidos até à maturidade				Registo em ativos financeiros disponíveis para venda			
Valor de aquisição	Reservas de justo valor ^(a)	Imparidade	Valor de balanço	Valor de aquisição	Reservas de justo valor	Imparidade	Valor de balanço
533 113	(4 922)	(50)	528 141	533 113	(10 845)	(50)	522 218

(a) Valor remanescente das reservas de justo valor existentes à data da transferência para a carteira de investimentos detidos até à maturidade ocorrida com referência a 01 de junho de 2008.

NOTA 24 – DERIVADOS PARA GESTÃO DE RISCO

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o justo valor dos derivados para gestão de risco em balanço analisa-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Cobertura	Gestão do risco	Total	Cobertura	Gestão do risco	Total
Derivados para gestão de risco						
Derivados para gestão de risco - Ativo	155 264	312 920	468 184	231 101	256 822	487 923
Derivados para gestão de risco - Passivo	(42 321)	(37 346)	(79 667)	(107 398)	(48 343)	(155 741)
	112 943	275 574	388 517	123 703	208 479	332 182
Componente de justo valor dos Ativos e Passivos cobertos ou registados ao justo valor através de resultados						
Ativos financeiros						
Crédito a clientes	17 294	-	17 294	17 798	-	17 798
	17 294	-	17 294	17 798	-	17 798
Passivos financeiros						
Recursos de instituições de crédito	(67 996)	70 388	2 392	(55 240)	108 756	53 516
Recursos de clientes	(787)	(88 784)	(89 571)	(838)	18 669	17 831
Débitos representados por títulos	(35 146)	(9 583)	(44 729)	(28 953)	(7 104)	(36 057)
	(103 929)	(27 979)	(131 908)	(85 031)	120 321	35 290
	(86 635)	(27 979)	(114 614)	(67 233)	120 321	53 088

Conforme política contabilística descrita na Nota 2.3, a rubrica de Derivados para gestão de risco, inclui para além dos derivados de cobertura, os derivados contratados com o objetivo de efetuar a cobertura económica de determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (e que não foram designados como derivados de cobertura).

Derivados de cobertura

As operações de cobertura de justo valor em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽¹⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto ⁽²⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽²⁾
<i>Interest Rate Swap/ Currency Interest Rate Swap</i>	Crédito a clientes	Taxa de Juro e Câmbio	568 609	(18 985)	(768)	17 294	305
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro	174 000	73 270	13 779	(67 996)	(12 758)
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de clientes	Taxa de Juro	4 417	2 174	(50)	(787)	51
<i>Interest Rate Swap</i>	Responsabilidades Representadas por Títulos	Taxa de Juro	2 013 217	56 484	5 255	(35 146)	(6 194)
			2 760 243	112 943	18 216	(86 635)	(18 596)

(1) Inclui juro corrido.

(2) Atribuível ao risco coberto.

(milhares de euros)

31.12.2011							
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nocional	Justo valor do derivado ⁽¹⁾	Var. justo valor do derivado no ano	Componente de justo valor do elemento coberto ⁽²⁾	Variação do justo valor do elemento coberto no ano ⁽²⁾
<i>Interest Rate Swap/ Currency Interest Rate Swap</i>	Crédito a clientes	Taxa de Juro e Câmbio	1 038 105	(19 167)	(38 087)	17 798	(2 132)
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de instituições de crédito	Taxa de Juro	184 000	59 385	28 201	(55 240)	(26 832)
<i>Interest Rate Swap</i>	Recursos de clientes	Taxa de Juro	4 417	1 978	(1 060)	(838)	918
<i>Interest Rate Swap</i>	Responsabilidades Representadas por Títulos	Taxa de Juro	4 732 931	81 507	46 655	(28 953)	(13 570)
			5 959 453	123 703	35 709	(67 233)	(41 616)

(1) Inclui juro corrido.

(2) Atribuível ao risco coberto.

As variações de justo valor associadas aos ativos e passivos acima descritas e os respetivos derivados de cobertura encontram-se registadas em resultados do exercício na rubrica de Resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados (ver Nota 7).

Em 31 de dezembro de 2012, a parte inefetiva das operações de cobertura de justo valor, que se traduziu num custo de 0,4 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: custo de 5,9 milhões de euros), foi registada por contrapartida de resultados. O Banco realiza periodicamente testes de efetividade das relações de cobertura existentes.

Outros derivados para gestão de risco

Os outros derivados para gestão de risco incluem instrumentos destinados a cobrir o risco associado a determinados ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, conforme política contabilística descrita nas notas 2.4, 2.5 e 2.8 e que o Banco não designou para contabilidade de cobertura. O valor de balanço dos ativos e passivos ao justo valor através de resultados pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012								
Produto derivado	Ativo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Ativo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
	Passivo							
Interest Rate Swap	Recursos de Instituições de Crédito	234 247	101 289	30 044	70 388	(41 069)	158 063	234 168
Interest Rate Swap	Recursos de Clientes	7 576 215	177 869	63 597	(88 784)	(105 374)	8 685 628	8 607 864
Interest Rate Swap/FX Forward/Index Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	1 250 647	(3 584)	(2 502)	(9 583)	(4 289)	103 435	93 852
		9 061 109	275 574	91 139	(27 979)	(150 732)	8 947 126	8 935 884

(milhares de euros)

31.12.2011								
Produto derivado	Ativo/ Passivo financeiro associado	Derivado			Ativo/passivo associado			
		Nocional	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Justo valor	Variação de justo valor no ano	Valor de balanço	Valor de reembolso na maturidade
	Passivo							
Interest Rate Swap	Recursos de Instituições de Crédito	234 247	73 441	34 422	108 756	398	155 576	264 332
Interest Rate Swap	Recursos de Clientes	5 910 812	129 526	45 427	18 669	40 499	7 219 174	7 237 843
Index Swap	Responsabilidades Representadas por Títulos	3 531	1 739	8	10	87	2 344	2 302
Interest Rate Swap/FX Forward	Responsabilidades Representadas por Títulos	1 545 495	3 773	(472)	(7 114)	459	100 998	93 884
		7 694 085	208 479	79 385	120 321	41 443	7 478 092	7 598 361

A componente do justo valor dos passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados, atribuível ao risco de crédito do Banco, é positiva e o respetivo valor acumulado ascende em 31 de dezembro de 2012 a 168,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 192,4 milhões de euros). O Banco reconheceu em resultados em 2012 um efeito negativo de 24,3 milhões de euros relativo à variação de valor de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados atribuível ao risco de crédito da própria entidade (31 de dezembro de 2011: efeito positivo de 48,1 milhões de euros), ver Nota 7.

As operações com derivados de gestão de risco em 31 de dezembro de 2012 e 2011, por maturidades, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012		31.12.2011	
	Nocional	Justo valor	Nocional	Justo valor
Até 3 meses	1 670 152	13 416	2 970 817	29 833
De 3 meses a um ano	2 623 096	22 799	2 659 545	51 340
De um a cinco anos	6 509 238	197 261	6 812 915	115 218
Mais de cinco anos	1 018 866	155 041	1 210 261	135 791
	11 821 352	388 517	13 653 538	332 182

NOTA 25 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Ativos tangíveis não correntes detidos para venda		
Imóveis	1 471 554	934 176
Equipamento	2 524	2 203
Outras imobilizações	18 763	11 882
	1 492 841	948 261
Perdas por imparidade	(184 753)	(180 519)
	1 308 088	767 742

Os valores apresentados referem-se a imóveis e equipamentos recebidos em dação e instalações descontinuadas disponíveis para venda imediata. Em 31 de dezembro de 2012, o valor relativo a instalações descontinuadas ascende a 21 598 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 16 392 milhares de euros), tendo o Banco registado provisões para imparidades no valor de 11 193 milhares de euros para estes ativos (31 de dezembro de 2011: 7 699 milhares de euros).

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade foram os seguintes:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	180 519	89 781
Dotações/ (Reversões)	38 657	121 678
Utilizações	(29 580)	(30 941)
Diferenças de câmbio e outras	(4 843)	1
Saldo final	184 753	180 519

O movimento dos ativos não correntes detidos para venda durante o exercício de 2012 e o exercício de 2011 foi como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	948 261	619 367
Entradas	761 344	511 681
Vendas	(216 816)	(189 527)
Outros movimentos	52	6 740
Saldo final	1 492 841	948 261

O Banco tem implementado um plano com vista à venda imediata dos ativos não correntes detidos para venda. No entanto, face às atuais condições de mercado não tem sido possível, em algumas situações, concretizar as alienações no prazo esperado. Contudo, o Banco continua a desenvolver esforços com vista à concretização do plano de alienação estabelecido.

Na sequência das alienações de imóveis ocorridas no exercício de 2012, o Banco registou numa perda de 3 208 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 4 719 milhares de euros).

NOTA 26 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
(milhares de euros)		
Imóveis		
De serviço próprio	320 119	307 521
Beneficiações em edifícios arrendados	199 398	215 096
	519 517	522 617
Equipamento		
Equipamento informático	265 499	257 579
Instalações interiores	128 903	128 097
Mobiliário e material	112 652	109 016
Equipamento de segurança	33 820	33 566
Máquinas e ferramentas	29 441	30 678
Material de transporte	1 473	1 275
Outros	1 170	372
	572 958	560 583
Imobilizado em curso		
Beneficiações em edifícios arrendados	322	1 392
Imóveis	1	18 627
Equipamento	198	952
Outros	32	43
	553	21 014
	1 093 028	1 104 214
Depreciação acumulada	(750 475)	(732 267)
	342 553	371 947

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	Imóveis	Equipamento	Imobilizado em curso	Total
(milhares de euros)				
Custo de aquisição				
Saldo a 31 de dezembro de 2010	526 004	551 934	4 089	1 082 027
Adições	656	13 193	27 233	41 082
Abates/ vendas	(3 304)	(10 102)	-	(13 406)
Transferências ^(a)	(809)	5 443	(10 306)	(5 672)
Variação cambial	70	117	3	190
Outros movimentos	0	(2)	(5)	(7)
Saldo a 31 de dezembro de 2011	522 617	560 583	21 014	1 104 214
Adições	950	15 855	2 357	19 162
Abates/ vendas	(18 587)	(4 777)	-	(23 364)
Transferências ^(a)	14 481	1 256	(22 461)	(6 724)
Variação cambial	58	36	(357)	(263)
Outros movimentos	(2)	5	-	3
Saldo a 31 de dezembro de 2012	519 517	572 958	553	1 093 028
Depreciações				
Saldo a 31 de dezembro de 2010	253 732	448 754	-	702 486
Amortizações do período	15 864	28 553	-	44 417
Abates/ vendas	(3 295)	(10 062)	-	(13 357)
Transferências ^(a)	(1 355)	(48)	-	(1 403)
Variação cambial	14	110	-	124
Saldo a 31 de dezembro de 2011	264 960	467 307	-	732 267
Amortizações do período	16 072	26 982	-	43 054
Abates/ vendas	(18 587)	(4 740)	-	(23 327)
Transferências ^(a)	(1 210)	(313)	-	(1 523)
Variação cambial	-	4	-	4
Saldo a 31 de dezembro de 2012	261 235	489 240	-	750 475
Saldo a 31 de dezembro de 2012	258 282	83 718	553	342 553
Saldo a 31 de dezembro de 2011	257 657	93 276	21 014	371 947

(a) Respeitam a imobilizado (imóveis e equipamento) proveniente de balcões descontinuados que foram transferidos pelo valor líquido para Ativos não correntes detidos para venda.

Na rubrica equipamento – material de transporte encontra-se registado imobilizado adquirido em regime de locação financeira cujo plano de pagamento é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Rendas e valores residuais vincendos		
Até um ano	16	15
De um a cinco anos	-	16
	16	31
Juros vincendos		
Até um ano	1	3
De um a cinco anos	-	1
	1	4
Capital vincendo		
Até um ano	15	12
De um a cinco anos	-	15
	15	27

NOTA 27 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Gerados internamente		
Sistema de tratamento automático de dados	55 388	45 440
Adquiridos a terceiros		
Sistema de tratamento automático de dados	577 176	553 396
Imobilizações em curso	22 382	19 265
	654 946	618 101
Amortização acumulada	(541 486)	(499 859)
	113 460	118 242

Nos ativos intangíveis gerados internamente incluem-se os gastos incorridos pelas unidades do Banco especializadas na implementação de soluções informáticas aportadoras de benefícios económicos futuros (ver Nota 2.12).

O movimento nesta rubrica foi o seguinte:

	(milhares de euros)		
	Sistema de tratamento automático de dados	Imobilizações em curso	Total
Custo de aquisição			
Saldo a 31 de dezembro de 2010	545 679	32 644	578 323
Adições:			
Geradas internamente	-	8 560	8 560
Adquiridas a terceiros	10 423	20 192	30 615
Transferências	42 386	(42 386)	-
Outros movimentos	348	255	603
Saldo a 31 de dezembro de 2011	598 836	19 265	618 101
Adições:			
Geradas internamente	54	7 681	7 735
Adquiridas a terceiros	9 738	18 861	28 599
Transferências	23 433	(23 433)	-
Variação cambial	503	-	503
Outros movimentos	-	8	8
Saldo a 31 de dezembro de 2012	632 564	22 382	654 946
Amortizações			
Saldo a 31 de dezembro de 2010	458 133	-	458 133
Amortizações do período	41 622	-	41 622
Variação cambial	104	-	104
Saldo a 31 de dezembro de 2011	499 859	-	499 859
Amortizações do período	41 614	-	41 614
Variação cambial	13	-	13
Saldo a 31 de dezembro de 2012	541 486	-	541 486
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2012	91 078	22 382	113 460
Saldo líquido a 31 de dezembro de 2011	98 977	19 265	118 242

NOTA 28 – INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS E ASSOCIADAS

Os dados financeiros relativos às empresas subsidiárias e associadas, são apresentados no quadro seguinte:

(milhares de euros)

	31.12.2012				31.12.2011			
	Nº de ações	Participação direta no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação	Nº de ações	Participação direta no capital	Valor nominal (euros)	Custo da participação
BES AÇORES	2 013 303	58%	5,00	9 653	2 013 303	57,52%	5,00	9 653
BES FINANCE	100 000	100%	1,00	25	100 000	100,00%	1,00	25
BES ORIENTE	199 500	100%	94,94	21 341	199 500	99,75%	96,59	21 341
BES ANGOLA	8 856 548	52%	7,57	61 351	8 856 548	51,94%	7,72	61 351
BES-VIDA	50 000 000	100%	1,00	620 472	24 999 800	50,00%	1,00	474 996
BESI	65 253 800	100%	5,00	416 103	45 253 800	100,00%	5,00	316 103
BESNAC	1 000	100%	0,75	36	1 000	100,00%	0,77	36
BEST	20 181 680	32%	1,00	20 182	20 181 680	32,03%	1,00	20 182
AVISTAR	300 000 000	100%	1,00	300 000	300 000 000	100,00%	1,00	300 000
BIC INTERNATIONAL BANK	10 200 000	100%	1,00	224 197	10 200 000	100,00%	1,00	224 197
E.S. BANK	3 188 525	100%	3,78	71 027	3 188 525	99,99%	3,86	71 027
E.S. PLC	29 997	100%	5,00	38	29 997	99,99%	5,00	38
BES SEGUROS	749 800	25%	5,00	3 749	749 800	24,99%	5,00	3 749
E.S. TECH VENTURES	65 000 000	100%	1,00	65 000	65 000 000	100,00%	1,00	65 000
ESAF SGPS	2 114 700	90%	5,00	60 388	2 114 900	90,00%	5,00	60 395
ESCLINC	100	100%	6 151,24	786	100	100,00%	6 272,47	786
ES CONCESSÕES	682 306	72%	5,00	20 602	682 306	71,66%	5,00	20 602
ESEGUR	242 000	44%	5,00	9 634	242 000	44,00%	5,00	9 634
ESGEST	20 000	100%	5,00	100	20 000	100,00%	5,00	100
E.S. REPRESENTAÇÕES	49 995	100%	0,36	39	49 995	99,99%	0,41	39
LOCARENT	525 000	50%	5,00	2 967	525 000	50,00%	5,00	2 967
QUINTA DOS CÔNEGOS	599 400	81%	5,00	4 893	599 400	81,00%	5,00	4 893
PARSUNI	1	100%	5 000,00	5	1	100,00%	5 000,00	5
SCI GEORGES MANDEL	15 750	23%	152,45	2 401	15 750	22,57%	152,45	2 401
BES BETEILIGUNGS GMBH	1	100%	25 000,00	365 025	1	100,00%	25 000,00	365 025
ES SERVICIOS	13 998	100%	0,39	1 057	13 998	100,00%	0,39	1 057
ESAF ESPANHA	975 000	50%	10,00	42 765	975 000	50,00%	10,00	42 765
ES VANGUARDA	500 000	100%	1,00	500	500 000	100,00%	1,00	500
PRAÇA DO MARQUÊS	3 185 000	100%	4,99	27 724	3 185 000	100,00%	4,99	27 724
OBLOG	199 900	67%	5,00	-	199 900	66,63%	5,00	-
BES ÁFRICA	6 000 000	100%	5,00	30 000	5 200 000	100,00%	5,00	26 000
BANCO DELLE TRE VENEZIE SPA	5 275	20%	5,00	8 926	5 275	20,00%	5,00	8 926
AMAN BANK	4 000 802	40%	5,00	40 269	4 000 802	40,00%	5,00	40 269
UNICRE-AM	350 029	18%	6,00	11 497	350 029	17,50%	6,00	11 497
IJAR	122 499	35%	8,00	12 361	122 499	35,00%	8,00	12 362
				2 455 115				2 205 645
Perdas por imparidade				(398 887)				(450 937)
				2 056 228				1 754 708

No decorrer do exercício de 2012, ocorreram as seguintes alterações na rubrica de investimentos em subsidiárias e associadas:

- Em fevereiro de 2012, o Banco alienou 200 ações da ESAF ao BES Açores e ao BEST;
- Em maio de 2012, o Banco adquiriu os restantes 50% do capital social da BES Vida, passando a deter a totalidade do seu capital;
- Em maio de 2012, o BES subscreveu a totalidade do aumento de capital realizado pela BES África, no valor de 3 000 milhares de euros;
- Em setembro de 2012, o BESI aumentou o capital social em 100 000 milhares de euros, o qual foi integralmente realizado pelo Banco.

O movimento das perdas por imparidade relativas aos investimentos em subsidiárias e associadas foi como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	450 937	107 929
Dotações	-	346 362
Utilizações	-	(3 353)
Reversões	(52 050)	-
Outros	-	(1)
Saldo final	398 887	450 937

NOTA 29 – OUTROS ATIVOS

A rubrica Outros ativos a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Devedores e outras aplicações		
Devedores por bonificações de juros de crédito imobiliário	38 131	48 591
Contas caução	1 192 264	1 079 103
Setor público administrativo	142 596	134 925
Outros devedores diversos	1 397 710	1 497 865
	2 770 701	2 760 484
Perdas por imparidade para devedores e outras aplicações	(115 549)	(38 258)
	2 655 152	2 722 226
Outros Ativos		
Ouro, outros metais preciosos, numismática, medalhística e outras disponibilidades	9 899	9 939
Outros Ativos	158 125	71 873
	168 024	81 812
Proveitos a receber	63 826	29 190
Despesas com custo diferido	94 473	108 392
Outras contas de regularização		
Operações cambiais a liquidar	12 835	-
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	60 329	-
Outras operações a regularizar	-	-
	73 164	-
Pensões de reforma	2 213	117 554
	3 056 852	3 059 174

Os outros devedores diversos incluem:

- 800 milhões de euros relativos a prestações acessórias concedidas à Avistar, SGPS, SA (31 de dezembro de 2011: 800 milhões de euros);
- 94,3 milhões de euros de suprimentos e prestações acessórias na sequência das operações de cedência de créditos, os quais se encontram provisionados em 87,7 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 36,2 milhões de euros; provisões de 23,0 milhões de euros); e
- 100 milhões de euros relativos a suprimentos à Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. (31 de dezembro de 2011: 100 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de despesas com custo diferido inclui o montante de 64 307 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 65 630 milhares de euros) relativo à diferença entre o valor nominal dos empréstimos concedidos aos colaboradores do Banco no âmbito do ACT para o Setor Bancário e o seu justo valor à data da concessão, calculado de acordo com o IAS 39. Este valor é reconhecido em custos com pessoal durante o menor do prazo residual do empréstimo e o número de anos estimado de vida ativa remanescente do colaborador.

As operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos a aguardar liquidação, registadas na *trade date* conforme política contabilística descrita na Nota 2.5.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros ativos são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	38 258	5 513
Dotações	80 755	32 745
Utilizações	(26)	-
Reversões	(11 754)	-
Outros	8 316	-
Saldo final	115 549	38 258

NOTA 30 – RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

A rubrica de Recursos de bancos centrais é apresentada como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais		
Depósitos	122 052	22 018
Outros recursos	10 000 000	8 700 000
	10 122 052	8 722 018
Recursos de outros Bancos Centrais		
Depósitos	116 934	510 184
	116 934	510 184
	10 238 986	9 232 202

Em 31 de dezembro de 2012, o saldo da rubrica Recursos do Sistema Europeu de Bancos Centrais inclui 10 006 milhões de euros colateralizados por ativos financeiros do Banco (31 de dezembro de 2011: 8 700 milhões de euros), ver Nota 40.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica Recursos de outros Bancos Centrais – depósitos inclui 4 milhões de euros de recursos do Banco Central de Angola (31 de dezembro de 2011: 402 milhões de euros).

O escalonamento dos Recursos de bancos centrais por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	150 206	3 829 316
De 3 meses a um ano	-	401 497
De um a cinco anos	10 088 690	5 001 389
	10 238 896	9 232 202

NOTA 31 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

A rubrica de Recursos de outras instituições de crédito é apresentada como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
No país		
Depósitos	541 684	783 401
Recursos a muito curto prazo	80 175	251 043
Operações com acordo de recompra	66 579	170 440
Outros recursos	1 845	1 577
	690 283	1 206 461
No estrangeiro		
Depósitos	4 074 151	5 563 143
Empréstimos	1 402 639	1 591 609
Recursos a muito curto prazo	245 591	1 584 531
Operações com acordo de recompra	590 440	1 040 581
Outros recursos	135 695	153 373
	6 448 516	9 933 237
	7 138 799	11 139 698

O escalonamento dos Recursos de outras instituições de crédito por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	2 221 618	3 897 587
De 3 meses a um ano	1 343 794	488 983
De um a cinco anos	1 968 173	3 463 540
Mais de cinco anos	1 605 214	3 289 588
	7 138 799	11 139 698

A 31 de dezembro de 2012 esta rubrica incluía 672 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 592 milhões de euros) de recursos de outras instituições de crédito registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 24).

NOTA 32 – RECURSOS DE CLIENTES

O saldo da rubrica recursos de clientes é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Depósitos à vista		
Depósitos à ordem	8 247 331	6 657 791
Depósitos a prazo		
Depósitos a prazo	19 906 717	22 592 826
Outros	56 282	3 245
	19 962 999	22 596 071
Depósitos de poupança		
Reformados	27 664	14 505
Outros	1 629 102	1 455 824
	1 656 766	1 470 329
Outros recursos		
Operações com acordo de recompra	124 104	138 442
Outros recursos	280 065	316 740
	404 169	455 182
	30 271 265	31 179 373

Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui 8 686 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 7 219 milhões de euros) de recursos de clientes registados em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 24).

O escalonamento dos Recursos de clientes por prazos de vencimento, a 31 de dezembro de 2012 e 2011, é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Exigível à vista	8 247 331	6 657 791
Exigível a prazo		
Até 3 meses	10 519 021	14 116 717
De 3 meses a um ano	5 985 804	6 123 417
De um a cinco anos	5 349 109	4 159 546
Mais de cinco anos	170 000	121 902
	22 023 934	24 521 582
	30 271 265	31 179 373

NOTA 33 – RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

A rubrica Responsabilidades representadas por títulos decompõe-se como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
<i>Euro Medium Term Notes (EMTN)</i>	7 380 306	5 566 664
Certificados de depósitos	612 032	641 205
Obrigações	739 053	2 702 875
Obrigações hipotecárias	864 100	933 732
Outras responsabilidades	338 408	319 183
	9 933 899	10 163 659

Em 31 de dezembro de 2012, as obrigações garantidas Estado Português, no valor nominal de 4 750 milhões de euros, encontravam-se totalmente adquiridas pelo Banco à data do Balanço (31 de dezembro de 2011: 1 572 milhões de euros).

Esta rubrica inclui 146 milhões de euros (31 de Dezembro de 2011: 136 milhões de euros) de responsabilidades representadas por títulos registadas em balanço ao justo valor através de resultados (ver Nota 24).

No âmbito do Programa de Emissão de Obrigações Hipotecárias, cujo montante máximo é de 10 000 milhões de euros, o Banco procedeu a emissões que totalizaram 4 590 milhões de euros. As características das emissões vivas a 31 de dezembro de 2012 são como segue:

Designação	Valor Nominal (milhares de euros)	Valor de balanço (milhares de euros)	Data Emissão	Data de Reembolso	Periodicidade do pagamento dos juros	Taxa de Juro	Rating	
							Moody's	DBRS
BES Obrigações hipotecárias 3,375%	1 000 000	821 922	17-11-2009	17-02-2015	Anual	3,375%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias DUE JUL 17	1 050 000	-	07-07-2010	09-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias 21/07/2017	1 250 000	29	21-07-2010	21-07-2017	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias DUE 4,6%	40 000	42 149	15-12-2010	26-01-2017	Anual	Taxa fixa 4,6%	Baa3	AL
BES Obrigações hipotecárias HIPOT. 2018	1 250 000	-	25-01-2011	25-01-2018	Anual	Euribor 6 Meses + 0,60%	Baa3	AL
	4 590 000	864 100						

Estas obrigações são garantidas por um conjunto de créditos à habitação e demais ativos que se encontram segregados como património autónomo nas contas do Banco, conferindo assim privilégios creditórios especiais aos detentores destes títulos sobre quaisquer outros credores. As condições da referida emissão enquadram-se no Decreto-Lei n.º59/2006 e nos Avisos n.ºs 5, 6, 7 e 8 e a Instrução n.º 13 do Banco de Portugal.

O valor dos créditos que contra garantem esta emissão, em 31 de dezembro de 2012, ascende a 5 605,1 milhões de euros (ver Nota 22) (31 de dezembro de 2011: 5 305,9 milhões de euros).

O movimento ocorrido durante o exercício de 2012 nas responsabilidades representadas por títulos foi o seguinte:

	(milhares de euros)					
	Saldo em 31.12.2011	Emissões	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos ^{a)}	Saldo em 31.12.2012
<i>Euro Medium Term Notes (EMTN)</i>	5 566 664	3 863 028	(1 583 947)	(665 799)	200 360	7 380 306
Certificados de depósitos	641 205	-	(28 189) ^{b)}	-	(984)	612 032
Obrigações	2 702 875	-	(1 856 269)	(1 303)	(106 250)	739 053
Obrigações hipotecárias	933 732	-	-	(76 054)	6 422	864 100
Outras responsabilidades	319 183	116 700	(98 550)	-	1 075	338 408
	10 163 659	3 979 728	(3 566 955)	(743 156)	100 623	9 933 899

a) Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial.

b) No caso específico dos certificados de depósito, por serem instrumentos de curto prazo, o valor das emissões é apresentado líquido de reembolsos.

A duração residual das responsabilidades representadas por títulos, a 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Até 3 meses	1 318 940	3 582 438
De 3 meses a um ano	852 747	492 802
De um a cinco anos	5 400 302	5 794 593
Mais de cinco anos	2 361 910	293 826
	9 933 899	10 163 659

As emissões ocorridas no exercício de 2012 são como segue:

(milhares de euros)

Entidade	Descrição		31.12.2012		
			Moeda	Valor de balanço	Taxa de juro
BES - Sede	BES DUE 2013		EUR	399 780	Euribor 3 meses + 0,125%
BES - Sede	BES DUE JUN 14		EUR	380 405	Euribor 3 meses + 0,15%
BES - Sede	BES COMMODIT 7%	a)	EUR	1 046	Taxa fixa - 7,00%
BES - Sede	BES ER 4% ABR05	a)	EUR	2 412	Taxa fixa 4,08%
BES - Sede	BES ER 4% ABR05	a)	EUR	1 817	Taxa fixa 4,14%
BES - Sede	BES ER3,75%0805	a)	EUR	2 635	Taxa fixa 3,85%
BES - Sede	BES-E.RENDA 4%	a)	EUR	8 605	Taxa fixa 4,15%
BES - Sede	BIC E.RENDA 4%	a)	EUR	3 012	Taxa fixa 4,15%
BES - Sede	BEF 2005/2015		EUR	10 009	Taxa fixa 4,721 %
BES - Sede	BES 5,625% 2014		EUR	1 369 418	Taxa fixa - 5,63%
BES - Sede	BES 3,375%		EUR	821 922	Taxa fixa 3,375%
BES - Sede	BES DUE 02/2013		EUR	697 546	Euribor 3 Meses + 1%
BES - Sede	BES DUE 3,875%		EUR	438 270	Taxa fixa 3,875%
BES - Sede	BES 21/07/2017		EUR	29	Euribor 6 Meses + 0,60%
BES - Sede	BES DUE 4,6%		EUR	42 149	Taxa fixa 4,6%
BES - Sede	BES DUE JULY 16		EUR	59 914	Taxa fixa 6,875%
BES - Sede	BES PORTUGAL NO	a)	EUR	19 991	Euribor 6 Meses + 3,5%
BES - Sede	BES PORTUGAL	a)	EUR	22 085	Euribor 6 Meses + 3,5%
BES - Sede	BES 3% 16/12/20		EUR	60 118	Taxa fixa 3%
BES - Sede	BES DUE FEV.14		EUR	113 366	Taxa fixa 6,5%
BES - Sede	BES 4 ANOS 7%		EUR	126 782	Taxa Fixa 7%
BES - Sede	BES 6,9% 2024		EUR	68 281	Taxa Fixa 6,9%
BES - Sede	BES 26/10/2015		EUR	50 358	Euribor 6 Meses + 3,85%
BES - Sede	BES 5,875% 2015		EUR	751 949	Taxa fixa: 5,875%
BES Nova Iorque	Certificados de Depósito		USD	591	4,41% - 5,53%
BES Londres	Certificados de Depósito		EUR	13 994	4,13% - 4,87%
BES Londres	Certificados de Depósito		USD	597 448	4,79% - 5,47%
BES Londres	EMTN Series 1		EUR	140 085	Taxa nominal 6,5%
BES Londres	EMTN Series 2		EUR	109 713	Taxa nominal 7%
BES Londres	EMTN Series 3		EUR	137 879	Taxa nominal 5%
BES Londres	EMTN Series 4		EUR	46 240	Taxa nominal 6,5%
BES Londres	EMTN Series 5		EUR	39 784	Taxa nominal 7%
BES Londres	EMTN Series 6		EUR	199 234	Taxa nominal 5%
BES Londres	EMTN Series 7		EUR	148 644	Taxa nominal 5%
BES Londres	EMTN Series 8		EUR	43 526	Taxa nominal 6,75%
BES Londres	EMTN Series 9		EUR	215 345	Taxa nominal 6,75%
BES Londres	EMTN Series 10		EUR	554 081	Taxa nominal 5%
BES Londres	EMTN Series 11		EUR	66 367	Taxa nominal 6,75%
BES Londres	EMTN Series 12		EUR	330 242	Taxa nominal 5%
BES Londres	EMTN Series 13		EUR	329 510	Taxa nominal 5%
BES Londres	EMTN Series 14		EUR	329 300	Taxa nominal 5%
BES Londres	EMTN Series 15		EUR	23 744	Taxa nominal 5,5%
BES Luxemburgo	BES Luxembourg 5,75% 28/06/17		EUR	19 703	Taxa nominal 5,75%
BES Luxemburgo	BES Luxembourg 3% 21/06/22		USD	88 645	Taxa nominal 3%
BES Caimão	BES CAYMAN ZC 02/18/2028		EUR	13 602	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,50%
BES Caimão	BES CAYMAN 5,37% 03/12/18		USD	69 860	Taxa fixa - 5,37%
BES Caimão	BES CAYMAN Step Up 07/25/13		USD	58 549	StepUp (1º cupão 1,50%)
BES Caimão	BES CAYMAN Step Up 08/27/13		EUR	57 452	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES Caimão	BES CAYMAN Step Up 09/02/13		EUR	77 792	StepUp (1º cupão 3,00%)
BES Caimão	BES CAYMAN Step Up 09/16/13		EUR	76 369	StepUp (1º cupão 2,90%)
BES Caimão	BES CAYMAN Step Up 10/07/13		EUR	77 437	StepUp (1º cupão 3,10%)
BES Caimão	BES CAYMAN - Cupão Zero		EUR	32 513	Cupão Zero - Taxa efectiva 5,81%
BES Caimão	BES CAYMAN Step Up 02/02/17		USD	40 206	StepUp (1º cupão 1,87%)
BES Caimão	BIC CAYMAN 23 2001		EUR	78 140	Taxa fixa - 6,03%
BES Caimão	BIC CAYMAN 25 2001		EUR	78 816	Taxa fixa - 6,02%
BES Caimão	BIC CAYMAN 27 2001		EUR	48 781	Taxa fixa - 6,09%
BES Espanha	Cédulas Hipotecárias		EUR	153 761	Taxa fixa 4,5%
BES Espanha	Cédulas Hipotecárias		EUR	80 369	Taxa fixa 4%
BES Espanha	Cédulas Hipotecárias		EUR	86 167	Taxa fixa 4,25%
BES Espanha	Pagaré		EUR	600	Taxa fixa 4,42%
BES Espanha	Pagaré		EUR	5 986	Taxa fixa 4,26%
BES Espanha	Pagaré		EUR	499	Taxa fixa 4,26%
BES Espanha	Pagaré		EUR	996	Taxa fixa 4,23%
BES Espanha	Pagaré		EUR	699	Taxa fixa 3,71%
BES Espanha	Pagaré		EUR	499	Taxa fixa 3,6%
BES Espanha	Pagaré		EUR	550	Taxa fixa 3,6%
BES Espanha	Pagaré		EUR	849	Taxa fixa 3,61%
BES Espanha	Pagaré		EUR	499	Taxa fixa 3,58%
BES Espanha	Pagaré		EUR	2 097	Taxa fixa 3,61%
BES Espanha	Pagaré		EUR	596	Taxa fixa 3,68%
BES Espanha	Pagaré		EUR	599	Taxa fixa 3,58%
BES Espanha	Pagaré		EUR	749	Taxa fixa 3,58%
BES Espanha	Pagaré		EUR	1 098	Taxa fixa 3,61%
BES Espanha	Pagaré		EUR	549	Taxa fixa 3,59%
BES Espanha	Pagaré		EUR	748	Taxa fixa 3,61%
BES Espanha	Pagaré		EUR	498	Taxa fixa 3,61%
				9 933 899	

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Banco, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efetuadas no exercício de 2012, o Banco reconheceu um ganho de 54,5 milhões de euros (ver Notas 11 e 36) (ano de 2011: 125,3 milhões de euros).

NOTA 34 – PROVISÕES

A 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

	Provisão para riscos gerais de crédito	Outras provisões	Total
(milhares de euros)			
Saldo a 31 de dezembro de 2010	449 606	178 883	628 489
Dotações/ (reposições)	(16 474)	(2 617)	(19 091)
Utilizações	-	(28 618)	(28 618)
Diferenças de câmbio e outras	318	7	325
Saldo a 31 de dezembro de 2011	433 450	147 655	581 105
Dotações/ (reposições)	(37 953)	26 319	(11 634)
Utilizações	-	(14 617)	(14 617)
Diferenças de câmbio e outras	890	(1 218)	(328)
Saldo a 31 de dezembro de 2012	396 387	158 139	554 526

As Outras provisões, cujo valor ascende a 158,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 147,7 milhões de euros), visam a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da atividade do Banco, sendo as mais relevantes as seguintes:

- Contingências decorrentes do processo de permuta de ações do Banco Boavista Interatlântico, por ações do Bradesco, ocorrida durante o exercício de 2000. O Banco constituiu provisões no valor de 60,3 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 61,4 milhões de euros) para cobertura de eventuais perdas com o referido processo;
- Contingências associadas a processos de falência de clientes que poderão implicar perdas para o Banco. As provisões registadas com vista à cobertura destas perdas ascendem a cerca de 67,7 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 (31 de dezembro de 2011: 22,5 milhões de euros);
- Contingências associadas a processos em curso relativos a matérias fiscais. Para fazer face a estas contingências, o Banco mantém provisões de cerca de 13,2 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 32,7 milhões de euros);
- Provisões associadas a processos em curso relativas a operações comerciais realizadas no estrangeiro no valor de 0,1 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 11,8 milhões de euros);
- O valor remanescente, de cerca de 16,8 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 19,3 milhões de euros), destina-se à cobertura de perdas potenciais decorrentes da atividade normal do Banco tais como, entre outras, fraudes, roubos e assaltos e processos judiciais em curso.

NOTA 35 – IMPOSTOS

O Banco está sujeito a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e correspondentes Derramas.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

O cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5%, de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, a Lei nº2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional até 5% referente à Derrama Estadual que incide sobre lucros tributáveis acima dos 10 milhões de Euros, nos termos previstos na Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012).

Adicionalmente, para efeitos do cálculo do imposto corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, foi tomado em consideração o Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, que regula a transferência de responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência dos reformados e pensionistas para a Segurança Social e que, conjugado com o artigo 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2012), consagrou um regime especial de dedutibilidade fiscal dos gastos e outras variações patrimoniais decorrentes dessa transferência:

- O impacto decorrente da variação patrimonial negativa associada à alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais anteriormente diferidos, será integralmente dedutível, em partes iguais, durante 10 anos, a partir do exercício que se inicia em 1 de janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de capital próprio;
- O impacto decorrente da liquidação (determinado pela diferença entre a responsabilidade mensurada de acordo com os critérios da IAS 19 e os critérios definidos no acordo) será integralmente dedutível para efeitos do apuramento do lucro tributável, em partes iguais, em função da média do número de anos de esperança de vida dos pensionistas cujas responsabilidades foram transferidas (16 anos no caso do BES), a partir do exercício que se inicia em 1 de janeiro de 2012. Este impacto é registado em rubricas de resultados.

Os impostos diferidos ativos resultantes da transferência das responsabilidades e da alteração da política contabilística do reconhecimento dos desvios atuariais são pois recuperáveis nos prazos de 10 e 16 anos, via rubricas de capital próprio e via rubricas de resultados, respetivamente.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2011 foi apurado com base numa taxa nominal de IRC e Derrama Municipal de 26,5% de acordo com a Lei n.º 107-B/2003, de 31 de dezembro, e a Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro (que aprovou a Lei das Finanças Locais), acrescida de uma taxa adicional de 2,5% referente à Derrama Estadual prevista no âmbito das medidas adicionais do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) aprovadas pela Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho.

Em termos de imposto corrente relativo ao exercício de 2011, a Sucursal Financeira Exterior na Zona Franca da Madeira beneficiava, ao abrigo do artigo 33.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de uma isenção de IRC até 31 de dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, considerava-se que pelo menos 85% do lucro tributável da atividade global do Banco era resultante de atividades exercidas fora do âmbito institucional da Zona Franca da Madeira.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço. Na medida em que a alteração das taxas de Derrama Estadual prevista na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2012), se aplica apenas aos exercícios de 2012 e de 2013 e não se estima que nesses exercícios ocorra a reversão de diferenças temporárias com impacto líquido significativo, a mesma não foi tomada em consideração no cálculo do imposto diferido a 31 de dezembro de 2011 e a 31 de dezembro de 2012. Assim, para o exercício causa, o imposto diferido foi apurado com base numa taxa agregada de 29%, resultante do somatório das taxas de IRC (25%), Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (2,5%) acima referidas. O imposto diferido ativo relativo aos prejuízos fiscais foi apurado com base na taxa de IRC de 25%.

As declarações de autoliquidação do IRC do Banco ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos ou de seis anos em caso da existência de prejuízos fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração que, no contexto das demonstrações financeiras individuais, não ocorrerão encargos adicionais de valor significativo.

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 podem ser analisados como seguem:

(milhares de euros)

	Ativo		Passivo		Líquido	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos financeiros	64 930	104 639	(38 575)	(65 810)	26 355	38 829
Crédito a clientes	375 365	310 248	-	-	375 365	310 248
Outros Ativos tangíveis	-	-	(8 901)	(9 068)	(8 901)	(9 068)
Ativos intangíveis	102	102	-	-	102	102
Investimentos em subsidiárias e associadas	14 258	54 045	(55 708)	(9 353)	(41 450)	44 692
Provisões	41 284	28 052	-	-	41 284	28 052
Pensões	255 440	284 741	(34 965)	(38 947)	220 475	245 794
Prémios de antiguidade	7 592	7 162	-	-	7 592	7 162
Prejuízos fiscais reportáveis	67 857	2 845	-	(616)	67 857	2 229
Outros	6 482	7 704	(661)	-	5 821	7 704
Ativo/(passivo) por imposto diferido	833 310	799 538	(138 810)	(123 794)	694 500	675 744

Os movimentos ocorridos nas rubricas de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	675 744	505 970
Reconhecido em resultados	76 923	147 534
Reconhecido em reservas de justo valor	(71 350)	51 701
Reconhecido em reservas - outro rendimento integral	6 354	(9 356)
Reconhecido em outras reservas	6 814	(24 124)
Variação cambial e outros	15	4 019
Saldo no final (Ativo/(Passivo))	694 500	675 744

O imposto reconhecido em resultados e reservas durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2012 e de 31 de dezembro de 2011 teve as seguintes origens:

	31.12.2012		31.12.2011	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Impostos Diferidos				
Instrumentos financeiros	(58 876)	71 350	(9 060)	(51 701)
Crédito a clientes	(65 117)	-	(78 371)	-
Outros Ativos tangíveis	(167)	-	(171)	-
Ativos intangíveis	-	-	-	-
Investimentos em associadas e subsidiárias	86 142	-	(50 224)	-
Provisões	(13 232)	-	763	-
Pensões	4 524	(6 354)	(21 994)	5 374
Prémios de antiguidade	(430)	-	659	-
Prejuízos fiscais reportáveis	(29 063)	(6 814)	11 907	28 106
Outros	(704)	-	(1 043)	-
Impostos Diferidos	(76 923)	58 182	(147 534)	(18 221)
Impostos Correntes	62 549	(15 857)	4 278	4 497
Total de imposto reconhecido	(14 374)	42 325	(143 256)	(13 724)

O imposto corrente reconhecido em reservas no exercício de 2012 inclui, nomeadamente, um crédito de imposto de 5 553 milhares de euros que traduz, em termos de Derramas Estadual e Municipal, o impacto do regime fiscal das pensões de reforma previsto no artigo 183º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro e um crédito de imposto de 7 773 milhares de euros que traduz, em termos de IRC, o impacto associado à existência de variações patrimoniais negativas (sobretudo relacionadas com as responsabilidades com pensões de reforma).

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	31.12.2012		31.12.2011	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		107 587		(276 345)
Contribuição Extraordinária sobre o Setor Bancário		26 513		28 708
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		134 100		(247 637)
Taxa de imposto	31,5		29,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		42 242		(71 815)
Dividendos excluídos de tributação	(33,7)	(36 215)	43,6	(107 852)
Lucros em unidades com regime de tributação mais favorável	-		3,6	(8 825)
(Mais)/ Menos valias fiscais versus contabilísticas	0,8	887	2,3	(5 681)
Custos não dedutíveis	20,5	22 019	(32,3)	80 044
Alteração de estimativas	(37,8)	(40 654)	11,2	(27 678)
Outros	(2,5)	(2 653)	0,6	(1 449)
Imposto do período	(13,4)	(14 374)	57,8	(143 256)

No seguimento da Lei nº55-A/2010, de 31 de dezembro, foi criada a Contribuição sobre o Setor Bancário, a qual não é elegível como custo fiscal, e cujo regime foi prorrogado pela Lei nº64-B/2011, de 30 de dezembro. A 31 de dezembro de 2012, o Banco reconheceu como custo o valor de 26,5 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 28,7 milhões de euros), o qual foi incluído nos Outros resultados de exploração – Impostos diretos e indiretos (ver Nota 11).

NOTA 36 – PASSIVOS SUBORDINADOS

A rubrica Passivos subordinados decompõe-se como segue:

	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações	731 510	718 363
Empréstimos	65 133	166 518
Obrigações perpétuas	-	11 304
	796 643	896 185

O movimento ocorrido durante o exercício de 2012 nos passivos subordinados foi o seguinte:

(milhares de euros)

	Saldo em 31.12.2011	Reembolsos	Compras (líquidas)	Outros Movimentos ^{a)}	Saldo em 31.12.2012
Obrigações	718 363	-	8 245	4 902	731 510
Empréstimos	166 518	(86 879)	-	(14 506)	65 133
Obrigações perpétuas	11 304	-	(15 000)	3 696	-
	896 185	(86 879)	(6 755)	(5 908)	796 643

a) Os outros movimentos incluem o juro corrido em balanço, correções por operações de cobertura, correções de justo valor e variação cambial.

As principais características dos passivos subordinados são apresentadas como segue:

(milhares de euros)

Designação	31.12.2012					
	Moeda	Data de emissão	Valor de emissão	Valor de balanço	Taxa de juro atual	Maturidade
Empréstimos Subordinados Perpétuos	EUR	2002	30 843	23 643	Euribor 3M + 2,83%	2013 ^{a)}
Empréstimos Subordinados Perpétuos	EUR	2004	95 767	21 326	4,50%	2015 ^{a)}
Empréstimos Subordinados	EUR	2008	20 000	20 164	Euribor 3M + 1%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2004	25 000	22 594	Euribor 6M + 1,25%	2014
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	41 550	3 548	Euribor 3M + 1%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	638 450	647 084	Euribor 3M + 8,5%	2019
Obrigações Subordinadas	EUR	2008	50 000	50 050	Euribor 3M + 1,05%	2018
Obrigações Subordinadas	EUR	2011	8 174	8 234	10,00%	2021
			909 784	796 643		

(a) Data da próxima *call option*

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.7, no caso de compras de títulos representativos de responsabilidades do Banco, os mesmos são anulados do passivo e a diferença entre o valor de compra e o respetivo valor de balanço é reconhecida em resultados. Na sequência das compras efetuadas no exercício de 2012, o Banco reconheceu um ganho de 42,3 milhões de euros (ano de 2011: 430,7 milhões de euros).

NOTA 37 – OUTROS PASSIVOS

A rubrica Outros passivos a 31 de dezembro de 2012 e a 31 de dezembro de 2011 é analisada como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012	31.12.2011
Credores e outros recursos		
Setor público administrativo	118 044	159 422
Contas caução	173 106	111 874
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens	42 352	45 712
Credores por operações sobre valores mobiliários	25 205	9 811
Outros credores	96 736	91 414
	455 443	418 233
Custos a pagar		
Prémios por antiguidade (ver Nota 13)	26 178	24 947
Outros custos a pagar	94 658	126 733
	120 836	151 680
Receitas com proveito diferido	19 724	32 662
Outras contas de regularização		
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	143 454
Operações cambiais a liquidar	-	23 603
Outras operações a regularizar	86 060	102 109
	86 060	269 166
	682 063	871 741

As operações sobre valores mobiliários a regularizar refletem as operações realizadas com títulos a aguardar liquidação, registadas na *trade date* conforme política contabilística descrita na Nota 2.5.

NOTA 38 – CAPITAL, PRÉMIOS DE EMISSÃO E AÇÕES PRÓPRIAS

Ações ordinárias

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social do Banco, no valor de 5 040 124 063,26 euros, encontrava-se representado por 4 017 928 471 ações ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes acionistas, dos quais se destacam (participações diretas):

	% Capital	
	31.12.2012	31.12.2011
BESPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	35,29%	35,00%
Credit Agricole, S.A.	10,81%	8,63%
Bradport, SGPS, S.A. ⁽¹⁾	4,83%	4,83%
Silchester International Investors Limited	5,76%	5,67%
Espírito Santo Financial Group, S.A.	0,74%	2,27%
PT Prestações - Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. ⁽²⁾	2,09%	2,09%
Outros	40,48%	41,51%
	100,00%	100,00%

(1) Sociedade de direito português inteiramente detida pelo Banco Bradesco (Brasil), à qual são imputáveis os direitos de voto.
(2) Empresa dominada integral e indiretamente por Portugal Telecom, SGPS, S.A..

Durante o mês de maio de 2012 o Banco Espírito Santo procedeu a um aumento do capital social no valor de 1 009,9 milhões de euros, totalmente realizado por entradas em dinheiro pelo preço de €0,395 por ação, a que correspondeu a emissão de 2 556 688 387 novas ações ordinárias. As novas ações são fungíveis com as demais ações e conferem aos seus titulares os mesmos direitos que as demais ações existentes antes do aumento de capital. O aumento de capital não promoveu alterações relevantes na estrutura de acionistas de referência do BES.

No final do exercício de 2011 o Banco realizou um aumento de capital através do lançamento de uma oferta de troca (OPT) sobre valores mobiliários emitidos pelo Banco Espírito Santo, Banco Espírito Santo de Investimento e BES Finance. Em resultado da operação de oferta de troca sobre valores mobiliários, que decorreu durante o mês de novembro de 2011, foram emitidas 294 573 418 novas ações ordinárias do BES a €1,80 por ação e 81 736 obrigações de caixa subordinadas de valor nominal de €100 cada:

Emitente	Natureza	Valor Nominal objeto de aceitação nas Ofertas	Contrapartida	
			Nº Ações BES emitidas	Nº Obrigações de Caixa emitidas
BES	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 238 400 000	128 527 730	70 400
		USD 2 727 000	992 857	1 918
BES INVESTIMENTO	Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados	€ 46 269 000	25 180 367	9 418
BES FINANCE	Undated Subordinated Notes	€ 184 214 000	72 960 255	não aplicável
	Non-cumulative guaranteed step-up preference shares series A	€ 197 446 000	66 912 209	não aplicável
TOTAL		€ 668 308 530	294 573 418	81 736

Prémios de emissão

Em 31 de dezembro de 2012, os prémios de emissão totalizavam 1 061 621 milhares de euros, referentes ao prémio pago pelos acionistas nos aumentos de capital.

Outros instrumentos de capital

No exercício de 2010 o Banco procedeu à emissão de obrigações perpétuas no valor de 270 milhões de euros, e de um empréstimo subordinado perpétuo no valor de 600 milhões de euros. Todas as emissões têm juro condicionado não cumulativo, pagável apenas se e quando declarado pelo Conselho de Administração.

As características das emissões são as seguintes:

(milhares de euros)							
Descrição	Data de emissão	Moeda	Valor de emissão	Valor de balanço	Taxa de juro	Pagamento de cupão	Possibilidade de reembolso ⁽¹⁾
Obrigações perpétuas	Dez/10	EUR	176 497	26 217	8,50%	15/mar e 14/set	A partir de set/15
Obrigações perpétuas	Dez/10	USD	5 080	3 078	8,00%	15/mar e 14/set	A partir de set/15
Empréstimo perpétuo	Dez/10	EUR	600 000	196 419	5,58%	02/jul ⁽²⁾	A partir de jul/14
			781 577	225 714			

(1) O reembolso destes títulos poderá ser efectuado na sua totalidade, mas não parcialmente, por opção do emitente, mediante aprovação prévia do Banco de Portugal.
(2) A partir de julho de 2014 o juro será pago trimestralmente com base na aplicação da taxa Euribor a três meses, acrescida de 2,67%, sobre o montante utilizado.

Durante o exercício de 2012 o Banco adquiriu 18,6 milhões de euros do empréstimo subordinado, tendo registado uma mais-valia líquida de imposto de 4 880 milhares de euros reconhecida em Outras reservas. Em resultado da oferta de troca sobre valores mobiliários, realizada em 2011, os Outros Instrumentos de Capital emitidos pelo BES foram reduzidos em 437 893 milhares de euros.

Durante exercício de 2012, o Banco efetuou pagamento de rendimentos no montante de 2 492 milhares de euros relativos às obrigações perpétuas,

Estas emissões são subordinadas em relação a qualquer passivo do BES e *pari passu* relativamente a quaisquer obrigações subordinadas de características idênticas que venham a ser emitidas pelo Banco. Face às suas características são consideradas como instrumentos de capital, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 2.9.

Ações próprias

Durante o exercício de 2011, o BES adquiriu ações próprias no âmbito do PRVIF (ver Nota 13). Em 27 de janeiro de 2012, o BES alienou 67 184 ações próprias, fora de bolsa, na sequência da reforma de dois administradores a quem tinha sido atribuído um lote de 33 592 ações relativo à distribuição de resultados de 2010, de acordo com o Plano de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros (PRVIF) aprovado em Assembleia Geral de 6 de abril de 2010 e na sequência da proposta do Conselho de Administração sobre aquisição e alienação de ações próprias aprovada em Assembleia Geral de 31 de março de 2011.

O movimento ocorrido nas ações próprias foi como segue:

(milhares de euros)				
	Exercício findo em		Exercício findo em	
	31.12.2012		31.12.2011	
	Nº de ações	Valor (milhares de euros)	Nº de ações	Valor (milhares de euros)
Transações no âmbito do PRVIF				
Saldo no início do período/ exercício	342 475	997	-	-
Ações adquiridas ⁽¹⁾	-	-	342 475	997
Ações alienadas ⁽²⁾	67 184	(196)	-	-
Saldo no final do período/ exercício	275 291	801	342 475	997

(1) Ações adquiridas no âmbito do PRVIF, ao preço de 2,909 euros por ação.

(2) Ações alienadas ao preço de 1,315 euros por ação no âmbito do PRVIF em janeiro de 2012.

NOTA 39 – RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. A legislação portuguesa aplicável ao setor bancário (Artigo 97º do Decreto-lei n.º 298/92, de 31 de dezembro) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até a um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de ativos financeiros disponíveis para venda, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. O valor desta reserva é apresentado líquido de imposto diferido.

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

	Reservas de justo valor			Outras Reservas e Resultados Transitados			
	Ativos financeiros disponíveis p/ venda	Reservas por impostos diferidos	Total Reserva de justo valor	Desvios actuariais (valor líquido de impostos)	Reserva Legal	Outras reservas e Resultados Transitados	Total Outras Reservas e Resultados Transitados
Saldo em 31 de dezembro de 2010 (reexpresso)	2 588	5 653	8 241	(672 289)	59 000	485 892	(127 397)
Compra de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	105 648	105 648
Desvios actuariais	-	-	-	22 908	-	-	22 908
Alterações de justo valor	(219 638)	51 701	(167 937)	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	26 000	125 849	151 849
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	-	(13 191)	(13 191)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(12 424)	(12 424)
Dividendos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(11 351)	(11 351)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	(2 034)	(2 034)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(217 050)	57 354	(159 696)	(649 381)	85 000	678 389	114 008
Alterações de justo valor	259 784	(71 350)	188 434	-	-	-	-
Compra de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	4 478	4 478
Desvios actuariais	-	-	-	(170 700)	-	-	(170 700)
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	(133 089)	(133 089)
Pensões - Regime transitório	-	-	-	-	-	(13 743)	(13 743)
Juros de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(1 548)	(1 548)
Dividendos de outros instrumentos de capital	-	-	-	-	-	(8 014)	(8 014)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	249	249
Saldo em 31 de dezembro de 2012	42 734	(13 996)	28 738	(820 081)	85 000	526 722	(208 359)

(a) Valor líquido de imposto

O movimento da reserva de justo valor, líquida de impostos diferidos, pode ser assim analisado:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do período	(159 696)	8 241
Variação de justo valor	718 556	(249 044)
Alienações do período	(570 781)	(16 234)
Imparidade reconhecida no período	112 009	45 640
Impostos diferidos reconhecidos no período em reservas (ver nota 35)	(71 350)	51 701
Saldo no final do período	28 738	(159 696)

NOTA 40 – PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Para além dos instrumentos financeiros derivados, existiam em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, os seguintes saldos relativos a contas extrapatrimoniais:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Passivos contingentes		
Garantias e avals prestados	12 119 879	15 691 225
Ativos financeiros dados em garantia	21 196 688	12 493 786
Créditos documentários abertos	3 532 645	2 635 186
Outros	356 207	356 919
	37 205 419	31 177 116
Compromissos		
Compromissos revogáveis	6 843 238	7 988 988
Compromissos irrevogáveis	3 147 536	3 957 908
	9 990 774	11 946 896

As garantias e avals prestados são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de ativos dados em garantia inclui:

- Ativos dados em garantia ao Banco de Portugal no âmbito da abertura de crédito com garantia para operações de cedência de liquidez, dos quais se encontram utilizados 13,5 mil milhões de euros a valores de mercado (31 de dezembro de 2011: 11,1 mil milhões de euros);
- Títulos dados em garantia à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários no âmbito do Sistema de Indemnização aos Investidores no montante de 17,9 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 17,0 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos no montante de 81 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 64,0 milhões de euros);
- Títulos dados em garantia ao Banco europeu de Investimento no montante de 1 823 milhões de euros (31 de dezembro de 2011: 1 214 milhões de euros).

Estes ativos financeiros dados em garantia encontram-se registados nas diversas categorias de ativos do balanço do Banco e podem ser executados em caso de incumprimento das obrigações contratuais assumidas pelo Banco nos termos e condições dos contratos celebrados.

Os créditos documentários são compromissos irrevogáveis do Banco, por conta dos seus clientes, de pagar/ mandar pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas.

Os compromissos, revogáveis e irrevogáveis, representam acordos contratuais para a concessão de crédito com os clientes do Banco (p.e. linhas de crédito não utilizadas) os quais, de forma geral, são contratados por prazos fixos ou com outros requisitos de expiração e, normalmente, requerem o pagamento de uma comissão. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes passivos contingentes e compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade quer do cliente quer do negócio que lhes estão subjacentes, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Adicionalmente, as responsabilidades evidenciadas em contas extrapatrimoniais relacionadas com a prestação de serviços bancários são como segue:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Depósito e guarda de valores	57 966 126	50 661 185
Valores recebidos para cobrança	294 037	270 695
Crédito securitizado sob gestão (<i>servicing</i>)	6 367 117	8 867 304
Outras responsabilidades por prestação de serviços	4 295 683	3 461 155
	68 922 963	63 260 339

NOTA 41 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O valor das transações do Banco com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012					31.12.2011				
	Ativos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos	Ativos	Passivos	Garantias	Proveitos	Custos
Empresas subsidiárias										
ES RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	-	540	-	-	5 543	-	510	-	-	5 649
ES CONCESSÕES	125 880	311	61 080	14 971	-	178 959	54	51 847	12 248	-
ES ACE 2	-	230	-	1 278	5 364	-	312	-	1 317	5 744
ESAF	-	33 455	4 035	13 375	1 561	-	28 294	4 035	15 674	526
ESAF ESPANHA	375	47 281	-	4 685	326	383	25 838	-	5 028	365
ES SERVICIOS	53 662	144	-	1 172	2 670	35 225	138	-	806	3 203
ESGEST	-	175	-	-	891	-	522	-	-	976
ESINF	-	775	-	156	4 943	-	963	-	-	5 017
BESNAC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	466
BESI	1 234 572	109 936	30 452	25 492	11 799	1 415 457	268 564	11 350	23 005	11 226
BES GMBH	-	6 068	1 086 151	78	58	-	20	1 095 572	5 088	20
BES ORIENTE	270	345 028	-	1	9 363	53	112 316	-	-	3 372
BES FINANCE	184 036	2 858 824	6 292 416	68 052	300 670	244 545	4 487 408	9 699 587	110 401	334 768
ES PLC	181 410	587 768	1 172 785	1 975	20 125	183 410	1 804 179	2 619 857	2 628	3 428
ES BANK	19 016	4 169	1 650	-	18	20 041	5 960	-	-	-
ES TECH VENTURES	44 977	3 253	-	123	19	44 263	28	-	1 785	-
ES REPRESENTAÇÕES	-	-	-	-	11	-	-	-	-	32
ESCLINC	-	-	-	-	1 472	-	-	-	-	1 350
BEST	7 375	124 222	-	347	3 740	13 181	268 097	-	615	4 042
BES AÇORES	99 927	63 618	10 000	4 045	139	167 648	25 776	-	1 591	332
BES ANGOLA	2 840 789	23 424	97 485	163 464	108	2 189 164	36 512	-	111 000	74
QUINTA DOS CONEGOS	1 047	-	14	38	-	1 007	-	-	-	-
BIBL	439 470	496 522	2 872 376	26 531	102 322	2 020 965	1 462 933	2 981 714	32 831	102 313
FCR PME	-	1 593	-	-	50	-	3 094	-	-	63
FIQ VENTURES II	16 342	288	1 658	1 200	19	21 321	8	-	1 427	-
SPE-LM6	185 989	-	-	3 954	805	189 514	-	-	4 331	1 019
SPE-LM7	1 316 459	-	-	13 006	157	1 404 012	-	-	24 189	81
FT LPF1	20 759	7 482	-	3 574	-	153 061	9 070	-	8 746	-
PRAÇA DO MARQUES	220	107	-	-	1 440	2 120	1 490	-	-	1 440
PARSUNI	17	-	-	-	-	17	-	-	-	-
SPE-SMEI	3 922	-	-	1 720	-	7 844	-	-	560	-
AVISTAR	800 000	308 656	-	84	5 183	800 000	194 192	-	282	7 078
FCR_BES_GROWTH	-	141	-	-	-	-	626	-	-	-
FCR_VENTURES_III	16 095	874	8 905	1 478	-	22 398	13	-	1 428	-
AMAN BANK	-	22 742	-	134	327	1 469	3 092	-	-	-
OBLOG	-	660	-	-	1	-	1 175	-	-	-
BES ÁFRICA	-	376	-	-	2	-	508	-	32	-
BANCO DE CABO VERDE	2	80 077	2 637	24	-	-	13 420	-	-	-
BES VIDA ^{a)}	1 047 449	599 809	-	26 789	19 776	-	-	-	-	-
ES VANGUARDA	-	21	-	-	3	-	500	-	-	-
FLITPTREL VIII	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNGEPI	20 000	25 232	-	177	-	-	-	-	-	-
FUNGEPI_II	-	39 820	-	-	9	-	-	-	-	-
FUNGERE	-	38 999	-	-	91	-	-	-	-	-
IMOINVESTIMENTO	-	3 376	-	-	-	-	-	-	-	-
CLNs	-	-	-	-	-	51 835	100 000	-	1 621	9 590
	8 660 060	5 835 996	11 641 644	377 923	499 005	9 167 892	8 855 612	16 463 962	366 633	502 174
Empresas associadas										
BES VIDA ^(a)	-	-	-	-	-	1 355 199	263 447	-	22 796	1 797
ES VÉNÉTIE	726 910	593	5 627	1 138	-	865 066	139 804	11 794	2 626	125
LOCARENT	129 818	3 723	-	2 591	8 311	142 261	312	-	4 608	8 764
BES SEGUROS	608	14 474	-	161	16	3	8 471	-	-	11
ESEGU	7 259	3	2 105	145	-	2 308	219	2 197	119	-
ES CONTACT CENTER	1 650	-	43	90	-	1 988	-	43	114	-
EMPARK	39 084	-	-	1 895	-	40 080	-	-	2 499	-
ASCENDI GROUP SGPS	299 462	3 781	28 364	9 620	2	188 034	8 337	29 358	8 634	7
NANIUM	35 327	4 272	18 349	306	4	42 044	2 752	18 387	971	-
ASCENDI PINHAL INTERIOR	98 348	2 051	15 374	2 947	-	33 732	10 686	15 374	1 505	103
AENOR DOURO	271 887	3 461	11 000	8 868	-	247 956	1 898	12 000	11 202	18
SCUTVIAS	7 147	-	6 545	97	-	8 154	-	6 868	219	-
PALEXPO	7 266	124	26	537	-	6 800	75	-	495	-
UNICRE	26	-	-	1	-	1	10 003	-	-	280
OUTRAS	36 596	24 395	4 054	1 326	140	37 871	20 417	4 684	1 243	80
	1 661 388	56 877	91 487	29 722	8 473	2 971 497	466 421	100 705	57 031	11 185

(a) A partir de mês de maio de 2012, a BES Vida passou a ser consolidada pelo método integral no GBES.

Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o montante global dos ativos e passivos do Banco que se referem a operações realizadas com entidades subsidiárias, associadas e relacionadas do Grupo ESFG (*holding* do Banco), para além das acima referidas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012									
	Ativos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
Acionistas									
ES FINANCIAL GROUP	-	-	-	-	-	-	17	-	-
ESF PORTUGAL	-	-	-	-	-	-	105	-	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	386	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	91	1 016	110	2 190	1 080	271	10	-
Subsidiárias e associadas de acionistas									
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	21	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	7 579	-	-	7 579	-	153	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	150 150	-	-	150 150	21 979	116 495	65	55
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	742	-	-	-	742	7 580	17 637	-	36
ES BANK PANAMA	-	-	-	-	-	-	35 512	-	-
ES SAÚDE	-	18 484	30 002	-	48 486	24 269	13 140	363	2
T - VIDA	-	55 560	9 291	-	64 851	-	56 635	17	26
ESUMÉDICA	-	1 000	-	-	1 000	4	24	20	-
EUROP ASSISTANCE	-	24	-	-	24	25	2 749	-	-
Outros									
ES IRMÃOS	-	104 570	-	-	104 570	-	-	4 708	-
OPWAY	-	3 645	-	-	3 645	48 029	35 089	208	-
CONSTRUCCIONES SARRION	-	13 523	-	-	13 523	-	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	11	-	-	11	-	2 359	-	-
OUTRAS	-	55 928	20 064	-	75 992	17 294	32 190	1 409	21
Total	1 715	410 565	60 373	110	472 763	120 260	312 783	6 800	140

(milhares de euros)

	31.12.2011								
	Ativos					Garantias	Passivos	Proveitos	Custos
	Aplicações em Instituições de crédito	Crédito	Títulos	Outros	Total				
Acionistas									
ES FINANCIAL GROUP	-	-	-	-	-	-	23	-	-
ESF PORTUGAL	-	-	-	-	-	-	449	-	-
BESPAR	-	-	-	-	-	-	729	-	-
GRUPO CRÉDIT AGRICOLE	973	5	-	57	1 035	1 150	460	23	-
Subsidiárias e associadas de acionistas									
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	14	-	-
ESPÍRITO SANTO FINANCIÈRE, SA	-	173 644	-	-	173 644	-	154	-	-
COMPANHIA SEGUROS TRANQUILIDADE	-	167 298	-	-	167 298	21 155	101 811	58	232
BANQUE PRIVÉE ESPÍRITO SANTO	25 588	-	-	-	25 588	7 874	16 744	-	56
ES BANK PANAMA	-	-	-	-	-	-	719	-	-
ES SAÚDE	-	22 479	31 143	-	53 622	24 870	23 873	398	25
T - VIDA	-	85 981	275 778	-	361 759	-	96 105	48	25
ESUMÉDICA	-	1 949	-	-	1 949	4	-	109	-
EUROP ASSISTANCE	-	15	-	-	15	8	1 835	-	-
Outros									
ES IRMÃOS	-	99 341	-	-	99 341	-	-	5 242	-
OPWAY	-	14 133	-	-	14 133	47 642	13 073	282	-
CONSTRUCCIONES SARRION	-	21 111	-	-	21 111	820	-	-	-
ESPÍRITO SANTO RESOURCES	-	1	-	-	1	-	901	-	7
OUTRAS	-	38 448	1 126	-	39 574	22 293	30 213	888	180
Total	26 561	624 405	308 047	57	959 070	125 816	287 103	7 048	525

Em 31 de dezembro de 2012 o valor dos créditos concedidos pelo Banco aos Administradores da ESFG que não são cumulativamente Administradores do BES ascendia a 4 047 milhares de euros (31 de dezembro de 2011: 4 911 milhares de euros).

Todas as transações efetuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Os créditos concedidos aos administradores correspondem a atos compreendidos no próprio comércio da Sociedade e nenhuma vantagem especial lhes foi concedida (nº5 do artigo 397 do Código das Sociedades Comerciais), pelo que não se encontram abrangidos pelas disposições constantes dos nºs 1, 2, 3 e 4 do artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais.

A concessão de crédito pelas instituições de crédito aos seus administradores é ainda regulada pelo artigo 85.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e pela Instrução do Banco de Portugal nº 17/2011 que entrou em vigor em 21 de agosto 2011.

Do disposto nas referidas normas, salientam-se as seguintes regras:

(i) Proibição de concessão de crédito sob qualquer forma ou modalidade, incluindo a prestação de garantias:

- a membros executivos do Conselho de Administração, a membros da Comissão de Auditoria, e a sociedades ou outros entes coletivos direta ou indiretamente dominados por quaisquer daqueles membros, com exceção de operações de caráter ou finalidade social, operações decorrentes da política de pessoal ou de crédito decorrente da utilização de cartões de crédito associados à conta de depósito em condições similares às praticadas com outros clientes de perfil e risco análogos, nos termos do disposto no nº4 do art. 85º do RGICSF;
- aos cônjuges e parentes em 1º grau de membros executivos do Conselho de Administração ou de membros da Comissão de Auditoria e a sociedades ou outros entes coletivos direta ou indiretamente dominados por qualquer daqueles pessoas, salvo nos casos em que tenha havido ilusão da presunção (prevista no n.º 2 do art.º 85.º do RGICSF) de que o crédito concedido a tais pessoas e entidades é crédito indireto aos membros executivos do Conselho de Administração ou aos membros do Comissão de Auditoria, conforme for o caso, ou nos casos que se enquadrem nas situações previstas no nº4 do artº 85º do RGICSF, acima referidas.

(ii) imposição do cumprimento de determinados procedimentos, designadamente de comunicação prévia ao Banco de Portugal, nos casos em que se verifique a ilusão da presunção de crédito indireto prevista no n.º 2 do art.º 85.º do RGICSF.

(iii) imposição do cumprimento dos requisitos de aprovação por uma maioria de, pelo menos, 2/3 dos restantes membros do Conselho de Administração e de obtenção de parecer favorável da Comissão de Auditoria nos casos de concessão de crédito aos membros não executivos do Conselho de Administração (que não sejam membros da Comissão de Auditoria) e/ou às sociedades ou outros entes coletivos por eles direta ou indiretamente dominados.

As operações são aprovadas e realizadas a preços normais de mercado e os administradores beneficiários não intervêm na apreciação e decisão dos casos em que sejam parte interessada.

Os créditos concedidos a membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do BES cumprem com todas as referidas exigências.

Todos os créditos concedidos às partes relacionadas integram o modelo de imparidade, sendo objeto de determinação de imparidade em moldes idênticos aos estabelecidos para os créditos comerciais concedidos pelo Banco. Em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, não se verificou qualquer situação de imparidade específica com créditos concedidos a partes relacionadas. Em consequência, estes créditos são integrados no conjunto de créditos considerado como mais apropriado para efeitos do cálculo da imparidade numa base coletiva tal como referido na Nota 2.4 — Crédito concedido.

Durante o exercício de 2011 foram alienadas 18 520 e 4 830 milhares de unidades de participação dos fundos Fungepi e Fungere aos fundos de pensões do Grupo, por um valor global de 80,0 milhões de euros, não tendo incorrido em qualquer ganho ou perda relevante. No exercício de 2012 o Banco adquiriu 30 779 e 22 115 milhares de unidades de participação dos fundos Fungere e Fungepi aos fundos de pensões do Banco.

NOTA 42 – SECURITIZAÇÃO DE ATIVOS

A 31 de dezembro de 2012, encontravam-se em curso as seguintes operações de securitização efetuadas pelo BES:

(milhares de euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante atual de crédito	Ativo securitizado
Lusitano Mortgages No.1 plc	Dezembro de 2002	1 000 000	362 957	Crédito à habitação (regime bonificado)
Lusitano Mortgages No.2 plc	Novembro de 2003	1 000 000	362 304	Crédito à habitação (regime geral e bonificado)
Lusitano Mortgages No.3 plc	Novembro de 2004	1 200 000	521 143	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.4 plc	Setembro de 2005	1 200 000	596 623	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Mortgages No.5 plc	Setembro de 2006	1 400 000	828 363	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano SME No.1 plc	Outubro de 2006	862 607	239 278	Crédito a pequenas e médias empresas
Lusitano Mortgages No.6 plc	Julho de 2007	1 100 000	757 723	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Project Finance No.1, FTC	Dezembro de 2007	1 079 100	131 526 ⁽¹⁾	Crédito Project Finance
Lusitano Mortgages No.7 plc	Setembro de 2008	1 900 000	1 797 397	Crédito à habitação (regime geral)
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Fevereiro de 2010	516 534 ⁽²⁾	129 666	Crédito Leverage Finance
Lusitano Finance N.º 3	Novembro de 2011	657 981	434 362	Crédito a particulares
IM BES Empresas 1	Novembro de 2011	485 000	375 770	Crédito a pequenas e médias empresas

⁽¹⁾ Em março de 2011, a carteira de crédito associada a esta operação foi parcialmente alienada, tendo o remanescente (créditos domésticos) sido transferido para o Fundo de Titularização de Crédito "Lusitano Project Finance No.1 FTC".

⁽²⁾ Esta operação de securitização inclui 382 062 milhares de euros de créditos provenientes do BES e 134 472 milhares de euros de créditos de outras entidades intervenientes (BES Investimento e ES Vénétie).

De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, o BES decidiu aplicar os requisitos de desreconhecimento do IAS 39 para as operações realizadas a partir de 1 de janeiro de 2004. Assim, os ativos desreconhecidos até essa data, de acordo com as anteriores políticas contabilísticas, não foram reexpressos no balanço.

Os ativos cedidos no âmbito das operações de securitização realizadas após 1 de janeiro de 2004, foram desreconhecidos uma vez que o Banco transferiu substancialmente os riscos e benefícios associados à sua detenção.

No exercício de 2011 realizaram-se duas operações de securitização: uma de crédito a particulares (Lusitano Finance No. 3) com créditos provenientes do BES e outra de crédito a empresas (IM BES Empresas 1) com créditos provenientes da sucursal do BES em Espanha. No exercício de 2010 realizaram-se as seguintes operações de securitização: uma de crédito a empresas (Lusitano Leverage Finance No. 1) com créditos provenientes da Sucursal do BES em Londres, do BES1 e do ES Vénétie e outra de crédito a empresas e de papel comercial (Lusitano SME No. 2), sendo que esta última foi reembolsada antecipadamente em março de 2012. Os créditos abrangidos por estas operações não foram desconhecidos dos respetivos balanços uma vez que as entidades mantiveram a maioria dos riscos e benefícios associados aos créditos securitizados.

As principais características destas operações, com referência a 31 de dezembro de 2012, podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)													
Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal inicial	Valor nominal atual	Interesse retido pelo Banco (Valor nominal)	Data de reembolso	Rating das obrigações inicial				Rating das obrigações atual			
						Fitch	Moody's	S&P	DBRS	Fitch	Moody's	S&P	DBRS
Lusitano Mortgages No.1 plc	Classe A	915 000	265 866	-	Dezembro de 2035	AAA	Aaa	AAA	-	A	Baa3	A-	-
	Classe B	32 500	32 500	-	Dezembro de 2035	AA	Aa3	AA	-	A	Baa3	A-	-
	Classe C	25 000	25 000	3 000	Dezembro de 2035	A	A2	A	-	A	Ba1	A-	-
	Classe D	22 500	22 500	-	Dezembro de 2035	BBB	Baa2	BBB	-	BBB+	Ba3	BB	-
	Classe E	5 000	5 000	-	Dezembro de 2035	BB	Ba1	BB	-	BB+	B2	B-	-
	Classe F	10 000	10 000	-	Dezembro de 2035	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.2 plc	Classe A	920 000	279 078	-	Dezembro de 2036	AAA	Aaa	AAA	-	A	Baa3	A-	-
	Classe B	30 000	30 000	10 000	Dezembro de 2046	AA	Aa3	AA	-	A	Baa3	BBB	-
	Classe C	28 000	28 000	5 000	Dezembro de 2046	A	A3	A	-	A	Ba2	BB-	-
	Classe D	16 000	16 000	-	Dezembro de 2046	BBB	Baa3	BBB	-	BBB+	B1	B	-
	Classe E	6 000	6 000	-	Dezembro de 2046	BBB-	Ba1	BB	-	BB	B3	B-	-
	Classe F	9 000	9 000	-	Dezembro de 2046	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.3 plc	Classe A	1 140 000	465 202	-	Dezembro de 2047	AAA	Aaa	AAA	-	A	Ba1	A-	-
	Classe B	27 000	17 833	-	Dezembro de 2047	AA	Aa2	AA	-	A	Ba3	BBB	-
	Classe C	18 600	12 285	-	Dezembro de 2047	A	A2	A	-	BBB	B2	BB-	-
	Classe D	14 400	9 511	-	Dezembro de 2047	BBB	Baa2	BBB	-	BB-	Caa1	B-	-
	Classe E	10 800	9 270	-	Dezembro de 2047	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.4 plc	Classe A	1 134 000	511 939	4 289	Dezembro de 2048	AAA	Aaa	AAA	-	BBB-	Ba1	A-	-
	Classe B	22 800	21 553	-	Dezembro de 2048	AA	Aa2	AA	-	BBB-	Ba3	BB+	-
	Classe C	19 200	18 150	-	Dezembro de 2048	A+	A1	A+	-	BBB-	B2	B+	-
	Classe D	24 000	22 687	4 500	Dezembro de 2048	BBB+	Baa1	BBB+	-	CCC	Caa3	B-	-
	Classe E	10 200	10 200	-	Dezembro de 2048	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.5 plc	Classe A	1 323 000	739 478	2 515	Dezembro de 2059	AAA	Aaa	AAA	-	BBB-	Ba1	A-	-
	Classe B	26 600	25 494	-	Dezembro de 2059	AA	Aa2	AA	-	BBB-	B1	A-	-
	Classe C	22 400	21 469	-	Dezembro de 2059	A	A1	A	-	BB-	B3	BB+	-
	Classe D	28 000	26 836	5 271	Dezembro de 2059	BBB+	Baa2	BBB	-	CCC	Ca	B+	-
	Classe E	11 900	11 900	-	Dezembro de 2059	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.1 plc	Classe A	759 525	105 165	3 922	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	-	BBB	-	A-	-
	Classe B	40 974	35 931	-	Dezembro de 2028	AAA	-	AAA	-	AAA	-	AAA	-
	Classe C	34 073	29 880	-	Dezembro de 2028	BB	-	BB	-	CCC	-	B	-
	Classe D	28 035	24 585	-	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe E	8 626	8 626	-	Dezembro de 2028	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.6 plc	Classe A	943 250	570 131	45 544	Março de 2060	AAA	Aaa	AAA	-	A	Ba1	A-	-
	Classe B	65 450	65 450	58 950	Março de 2060	AA	Aa3	AA	-	A	Ba1	A-	-
	Classe C	41 800	41 800	31 800	Março de 2060	A	A3	A	-	BBB	B1	A-	-
	Classe D	17 600	17 600	17 600	Março de 2060	BBB	Baa3	BBB	-	B	B3	BB	-
	Classe E	31 900	31 900	31 900	Março de 2060	BB	-	BB	-	CCC	-	B-	-
	Classe F	22 000	22 000	-	Março de 2060	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Project Finance No.1 FTC		198 101	139 139	139 139	Março de 2025	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Mortgages No.7 plc	Classe A	1 425 000	1 316 460	1 316 459	Outubro de 2064	-	-	AAA	AAA	-	-	A-	AAH
	Classe B	294 500	294 500	-	Outubro de 2064	-	-	BBB-	-	-	-	BB-	-
	Classe C	180 500	180 500	-	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	57 000	57 000	-	Outubro de 2064	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Leverage finance No. 1 BV	Classe A	352 000	-	-	Janeiro de 2020	-	-	AAA	-	-	-	AAA	-
	Classe C	206 800	21 850	20 633	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe X	21 850	191 293	115 129	Janeiro de 2020	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano SME No.2	Classe A	1 107 300	-	-	Março de 2012	-	Aaa	-	AAA	-	-	-	-
	Classe B	369 100	-	-	Março de 2012	-	A2	-	A (low)	-	-	-	-
	Classe C	466 300	-	-	Março de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe D	38 900	-	-	Março de 2012	-	-	-	-	-	-	-	-
Lusitano Finance N.º 3	Classe A	450 700	269 279	269 279	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe B	207 200	207 200	207 200	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
	Classe C	20 000	20 000	20 000	Novembro de 2029	-	-	-	-	-	-	-	-
IM BES Empresas 1	Classe A	242 500	129 769	-	Novembro de 2043	-	AAA	-	-	-	A3	-	-
	Classe B	242 500	242 500	242 500	Novembro de 2043	-	Caa2	-	-	-	Caa2	-	-

NOTA 43 – JUSTO VALOR DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos ativos e passivos financeiros para o Banco é como segue:

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
31 de dezembro de 2012						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	626 558	-	-	-	626 558	626 558
Disponibilidades em outras instituições de crédito	275 887	-	-	-	275 887	275 887
Ativos financeiros detidos para negociação	-	161 178	1 690 328	-	1 851 506	1 851 506
Ativos finan. ao justo valor através de resultados	-	188 274	1 089 012	8 789	1 286 075	1 286 075
Ativos financeiros disponíveis para venda	6 570	2 306 566	5 404 210	1 289 686	9 007 032	9 007 032
Aplicações em instituições de crédito	9 565 134	-	-	-	9 565 134	9 565 134
Crédito a clientes	36 766 340	-	497 174	-	37 263 514	35 028 254
Investimentos detidos até à maturidade	692 093	-	-	-	692 093	623 807
Derivados para gestão do risco	-	-	468 184	-	468 184	468 184
Ativos financeiros	47 932 582	2 656 018	9 148 908	1 298 475	61 035 983	58 732 437
Recursos de bancos centrais	10 238 986	-	-	-	10 238 986	10 238 986
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 630 363	-	1 630 363	1 630 363
Recursos de outras instituições de crédito	6 225 040	-	913 759	-	7 138 799	6 948 647
Recursos de clientes e outros empréstimos	21 580 433	-	8 690 832	-	30 271 265	30 271 265
Responsabilidades representadas por títulos	8 946 369	-	987 530	-	9 933 899	10 783 070
Derivados para gestão do risco	-	-	79 667	-	79 667	79 667
Passivos subordinados	796 643	-	-	-	796 643	782 085
Passivos financeiros	47 787 471	-	12 302 151	-	60 089 622	60 734 083
31 de dezembro de 2011						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	481 371	-	-	-	481 371	481 371
Disponibilidades em outras instituições de crédito	341 698	-	-	-	341 698	341 698
Ativos financeiros detidos para negociação	-	140 084	1 642 955	-	1 783 039	1 783 039
Ativos finan. ao justo valor através de resultados	-	42 558	1 917 086	9 687	1 969 331	1 969 331
Ativos financeiros disponíveis para venda	12 226 ^(a)	3 590 792	10 540 820	131 429	14 275 267	14 275 267
Aplicações em instituições de crédito	7 928 825	-	-	-	7 928 825	7 928 825
Crédito a clientes	38 546 915	-	568 972	-	39 115 887	36 690 979
Investimentos detidos até à maturidade	830 077	-	-	-	830 077	665 999
Derivados para gestão do risco	-	-	487 923	-	487 923	487 923
Ativos financeiros	48 141 112	3 773 434	15 157 756	141 116	67 213 418	64 624 432
Recursos de bancos centrais	9 232 202	-	-	-	9 232 202	9 232 202
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1 605 217	-	1 605 217	1 605 217
Recursos de outras instituições de crédito	10 444 882	-	694 816	-	11 139 698	10 274 189
Recursos de clientes e outros empréstimos	23 954 944	-	7 224 429	-	31 179 373	31 179 373
Responsabilidades representadas por títulos	8 226 356	-	1 937 303	-	10 163 659	9 031 891
Passivos financeiros associados a Ativos transferidos	2 951 364	-	-	-	2 951 364	2 951 364
Derivados para gestão do risco	-	-	155 741	-	155 741	155 741
Passivos subordinados	896 185	-	-	-	896 185	780 242
Passivos financeiros	55 705 933	-	11 617 506	-	67 323 439	65 210 219

(a) Ativos ao custo de aquisição líquidos de imparidade. Estes Ativos referem-se a instrumentos de capital emitidos por entidades não cotadas e relativamente às quais não foram identificadas transações recentes no mercado nem é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor.

Os Ativos e Passivos ao justo valor do Banco, são valorizados de acordo com a seguinte hierarquia:

Valores de cotação de mercado – nesta categoria incluem-se as cotações disponíveis em mercados oficiais e as divulgadas por entidades que habitualmente fornecem preços de transações para estes ativos/passivos negociados em mercados líquidos.

Métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado – consiste na utilização de modelos internos de valorização, designadamente modelos de fluxos de caixa descontados e de avaliação de opções, que implicam a utilização de estimativas e requerem julgamentos que variam conforme a complexidade dos produtos objeto de valorização. Não obstante, o Banco utiliza como *inputs* nos seus modelos, variáveis disponibilizadas pelo mercado, tais como as curvas de taxas de juro, *spreads* de crédito, volatilidade e índices sobre cotações. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida.

Métodos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado – neste agregado incluem-se as valorizações determinadas com recurso à utilização de modelos internos de valorização ou cotações fornecidas por terceiras entidades mas cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado. Alterações nos parâmetros utilizados, em 2012 e 2011, não têm impacto significativo no contexto das demonstrações financeiras do Banco.

Durante os exercícios de 2012 e 2011, não foram efetuadas transferências entre os diferentes níveis de valorização dos ativos e passivos.

O movimento dos ativos financeiros valorizados com recurso a métodos com parâmetros não observáveis no mercado, durante o exercício de 2012 e 2011, pode ser analisado como segue:

	(milhares de euros)	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do exercício	141 116	50 578
Aquisições	1 199 901	83 673
Saídas	(7 859)	-
Transferências	14 461	7 534
Variação de valor	(49 144)	(669)
Saldo no fim do exercício	1 298 475	141 116

Os principais parâmetros utilizados, durante o exercício de 2012, nos modelos de valorização foram os seguintes:

Curvas de taxas de juro

As taxas de curto prazo apresentadas refletem os valores indicativos praticados em mercado monetário, sendo que para o longo prazo os valores apresentados representam as cotações para *swap* de taxa de juro para os respetivos prazos:

	31.12.2012			31.12.2011		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
Overnight	0,0700	0,1000	0,4700	0,3250	0,1100	0,4300
1 mês	0,1759	0,2300	0,4600	1,0240	0,2953	0,7604
3 meses	0,1870	0,4150	0,4800	1,3560	0,5810	1,0900
6 meses	0,3200	0,4400	0,6200	1,6170	0,8085	1,3400
9 meses	0,3178	0,5900	0,7900	1,7910	0,9659	1,5900
1 ano	0,3200	0,3260	0,5411	1,4175	0,6770	1,0850
3 anos	0,4700	0,4765	0,7783	1,3750	0,8225	1,3601
5 anos	0,7650	0,8260	1,0169	1,7240	1,2260	1,5624
7 anos	1,1250	1,2435	1,3563	2,0690	1,6335	1,8619
10 anos	1,5700	1,7500	1,8560	2,3870	2,0160	2,2940
15 anos	2,0184	2,2800	2,4135	2,6750	2,3715	2,6525
20 anos	2,1715	2,5020	2,7230	2,6920	2,4960	2,8322
25 anos	2,2203	2,6240	2,8800	2,6250	2,5460	2,9426
30 anos	2,2413	2,6880	2,9535	2,5610	2,5870	2,9920

Spreads de crédito

Os *spreads* de crédito utilizados pelo Banco na avaliação dos derivados de crédito são divulgados diariamente pelo Markit representando observações constituídas por cerca de 85 entidades financeiras internacionais de renome. Seguidamente apresenta-se a evolução dos principais índices, que se entende como representativa do comportamento dos *spreads* de crédito no mercado ao longo do ano:

	(pontos de base)					
Índice	Série	1 ano	3 anos	5 anos	7 anos	10 anos
Ano 2012						
CDX USD Main	13	33,02	58,73	95,39	118,68	136,14
iTraxx Eur Main	12	-	76,38	117,43	141,58	154,60
iTraxx Eur Senior Financial	12	-	-	142,44	-	174,98
Ano 2011						
CDX USD Main	11	60,25	93,98	120,03	128,87	137,62
iTraxx Eur Main	10	-	153,99	173,38	177,50	179,25
iTraxx Eur Senior Financial	10	-	-	275,25	-	275,25

Volatilidades de taxas de juro

Os valores a seguir apresentados referem-se às volatilidades implícitas (at the money) que serviram de base para a avaliação de opções de taxa de juro:

	31.12.2012			31.12.2011		
	EUR	USD	GBP	EUR	USD	GBP
	Volatilidade (%)					
1 ano	197,18	66,60	54,10	51,08	76,51	53,15
3 anos	84,70	72,90	64,90	52,92	77,70	67,00
5 anos	67,50	63,22	60,80	50,31	67,85	62,90
7 anos	52,90	51,03	49,60	44,19	56,34	52,30
10 anos	39,70	42,33	37,20	38,00	47,78	39,70
15 anos	31,43	35,80	27,80	32,42	42,36	29,70

Câmbios e volatilidades cambiais

Seguidamente apresentam-se as taxas de câmbio (Banco Central Europeu) à data de balanço e as volatilidades implícitas (at the money) para os principais pares de moedas, utilizadas na avaliação dos derivados:

Cambial	Volatilidade (%)						
	31.12.2012	31.12.2011	1 mês	3 meses	6 meses	9 meses	1 ano
EUR/USD	1,3194	1,2939	8,18	8,33	8,70	9,04	9,20
EUR/GBP	0,8161	0,8353	5,63	5,85	6,28	6,65	6,83
EUR/CHF	1,2072	1,2156	2,10	3,05	3,70	4,52	4,85
EUR/NOK	7,3483	7,7540	4,95	5,23	5,55	5,91	6,08
EUR/PLN	4,0740	4,4580	6,60	7,05	7,85	8,35	8,75
EUR/RUB	40,3295	41,7650	7,78	8,17	8,35	8,90	9,23
USD/BRL ^(a)	2,0491	1,8671	9,33	9,55	9,80	10,10	10,40
USD/TRY ^(b)	1,7850	1,8882	5,70	6,68	7,70	8,43	8,95

(a) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/BRL.

(b) Calculada com base nos câmbios EUR/USD e EUR/TRY.

O Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa spot observada no mercado no momento da avaliação.

Índices sobre cotações

No quadro seguinte, resume-se a evolução dos principais índices de cotações e respetivas volatilidades utilizadas nas valorizações dos derivados sobre ações:

	Cotação			Volatilidade histórica		Volatilidade implícita
	31.12.2012	31.12.2011	Variação %	1 mês	3 meses	
DJ Euro Stoxx 50	2 636	2 317	14	11,11	17,02	18,12
PSI 20	5 655	5 494	3	12,60	15,40	
IBEX 35	8 168	8 566	(5)	13,68	21,34	
FTSE 100	5 898	5 572	6	8,83	11,42	13,64
DAX	7 612	5 898	29	11,10	14,26	15,34
S&P 500	1 426	1 258	13	12,28	12,28	16,15
BOVESPA	60 952	56 754	7	17,96	18,31	20,34

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em instituições de crédito

Estes ativos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Crédito a clientes

O justo valor do crédito a clientes é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas.

Os fluxos de caixa futuros esperados das carteiras de crédito homogêneas, como por exemplo o crédito à habitação, são estimados numa base de portfolio. As taxas de desconto utilizadas são as taxas atuais praticadas para empréstimos com características similares.

Investimentos detidos até à maturidade

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Recursos de bancos centrais e Recursos de outras instituições de crédito

O justo valor destes passivos é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros.

Recursos de clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. A taxa de desconto utilizada é a que reflete as taxas praticadas para os créditos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Responsabilidades representadas por títulos e Passivos subordinados

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na atualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

NOTA 44 – GESTÃO DOS RISCOS DE ATIVIDADE

O Banco está exposto aos seguintes riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de mercado;
- Risco de liquidez;
- Risco operacional.

Risco de crédito

O Risco de Crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Grupo no âmbito da sua atividade creditícia. O risco de crédito está essencialmente presente nos produtos tradicionais bancários – empréstimos, garantias e outros passivos contingentes. Nos credit defaults swaps (CDS), a exposição líquida entre as posições vendedoras e compradoras de proteção sobre cada entidade subjacente às operações, constitui risco de crédito para o Grupo BES. Os CDS estão registados ao seu justo valor conforme política contabilística descrita na Nota 2.3.

É efetuada uma gestão permanente das carteiras de crédito que privilegia a interação entre as várias equipas envolvidas na gestão de risco ao longo das sucessivas fases da vida do processo de crédito. Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas tanto no plano das metodologias e ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, como ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

O acompanhamento do perfil de risco de crédito do Banco, nomeadamente no que se refere à evolução das exposições de crédito e monitorização das perdas creditícias, é efetuado regularmente pelo Comité de Risco. São igualmente objeto de análises regulares o cumprimento dos limites de crédito aprovados e o correto funcionamento dos mecanismos associados às aprovações de linhas de crédito no âmbito da atividade corrente das áreas comerciais.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do BES ao risco de crédito:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	6 890 596	8 549 195
Ativos financeiros detidos para negociação	1 835 695	1 770 793
Outros Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	256 842	178 140
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 152 987	13 456 714
Crédito a clientes	37 263 514	39 115 887
Investimentos detidos até à maturidade	692 093	830 077
Derivados para gestão de risco	468 184	487 923
Outros Ativos	1 384 118	1 563 688
Garantias e avals prestados	12 119 879	15 691 225
Créditos documentários	3 532 645	2 635 186
Compromissos irrevogáveis	3 147 536	3 957 908
Risco de crédito associado às entidades de referência dos derivados de crédito	243 859	136 540
	74 987 948	88 373 276

A repartição por setores de atividade, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, encontra-se apresentada conforme segue:

(milhares de euros)

31.12.2012										
	Crédito sobre clientes		Ativos financeiros detidos p/ negociação	Outros ativos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Ativos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avals prestados
	Valor bruto	Imparidade ^(a)	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	414 145	(19 990)	13 340	-	-	10 722	(8 553)	-	-	36 666
Indústrias Extrativas	286 099	(8 731)	1 870	-	-	945	(675)	-	-	45 727
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	833 951	(47 750)	8 794	-	-	52	(52)	-	-	96 998
Têxteis e Vestuário	310 062	(30 399)	833	-	-	2 240	(2 240)	-	-	12 341
Curtumes e Calçado	62 690	(6 786)	38	-	-	499	(499)	-	-	2 063
Madeira e Cortiça	144 340	(21 957)	480	-	-	1 329	(1 330)	-	-	7 466
Papel e Indústrias Gráficas	264 679	(15 104)	4 675	-	-	1 968	(1 968)	-	-	82 799
Refinação de Petróleo	6 976	(45)	4 817	-	-	-	-	-	-	5 425
Produtos Químicos e de Borracha	445 721	(12 259)	10 716	-	-	18 975	(11 049)	-	-	98 651
Produtos Minerais não Metálicos	276 448	(24 370)	431	-	-	7 496	(7 496)	-	-	20 095
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	699 363	(46 501)	2 216	-	-	540	-	-	-	152 230
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	188 842	(11 574)	2 331	-	-	13 806	(2 078)	-	-	119 982
Fabricação de Material de Transporte	406 933	(9 545)	434	-	14	3 888	(3 429)	-	-	30 668
Outras Indústrias Transformadoras	248 767	(28 485)	679	-	-	6 716	(6 255)	-	-	38 441
Eletricidade, Gás e Água	937 211	(9 665)	78 274	-	-	370 252	-	-	-	406 129
Construção e Obras Públicas	3 688 798	(353 294)	151 927	56 000	-	13 420	(1 688)	-	-	2 161 057
Comércio por Grosso e a Retalho	2 450 999	(236 878)	9 864	-	-	27 052	(15 430)	-	-	537 748
Turismo	1 356 263	(85 603)	5 174	-	-	610	(379)	-	-	97 898
Transportes e Comunicações	1 625 639	(43 849)	124 762	-	-	216 469	-	9 894	-	992 490
Atividades Financeiras	2 856 462	(141 416)	1 079 322	882 266	468 170	5 778 977	(115 302)	510 899	(20 794)	4 524 643
Atividades Imobiliárias	4 149 138	(377 015)	40 968	70 000	-	180 432	(1 818)	-	-	442 131
Serviços Prestados às Empresas	4 088 910	(263 671)	139 904	90 001	-	661 058	(16 514)	-	-	1 527 234
Administração e Serviços Públicos	872 059	(20 920)	142 265	187 806	-	1 741 889	-	103 476	-	225 028
Outras atividades de serviços coletivos	2 217 838	(258 508)	25 565	-	-	183 718	(39 265)	106 936	(18 317)	381 016
Crédito à Habitação	8 047 906	(148 597)	-	-	-	-	-	-	-	9
Crédito a Particulares	1 982 660	(177 238)	-	-	-	-	-	-	-	70 346
Outros	406 315	(1 942)	1 824	-	-	4	(4)	-	-	4 598
Total	39 269 214	(2 402 092)	1 851 504	1 286 073	468 184	9 243 057	(236 024)	731 205	(39 111)	12 119 879

(a) Inclui provisão para imparidade no valor de 2 005 703 milhares de euros (ver Nota 22) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 396 387 milhares de euros (ver Nota 34).

31.12.2011

	Crédito sobre clientes		Ativos financeiros detidos p/ negociação	Outros ativos fin. ao justo valor através de resultados	Derivados para gestão de risco	Ativos financeiros detidos para venda		Investimentos detidos até à maturidade		Garantias e avals prestados
	Valor bruto	Imparidade ^(a)	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Valor bruto	Imparidade	Valor bruto	Imparidade	
Agricultura, Silvicultura e Pesca	419 649	(16 128)	11 111	-	-	11 315	(3 087)	-	-	45 505
Indústrias Extrativas	186 523	(7 110)	1 645	-	-	1 027	(546)	-	-	18 586
Indústrias Alimentares, das Bebidas e Tabaco	770 235	(42 938)	10 918	-	-	22 286	(52)	-	-	93 096
Têxteis e Vestuário	310 403	(27 562)	1 906	-	-	20 103	(2 238)	-	-	14 992
Curtumes e Calçado	70 265	(5 699)	459	-	-	515	(499)	-	-	2 040
Madeira e Cortiça	155 022	(23 635)	812	-	-	1 372	-	-	-	6 879
Papel e Indústrias Gráficas	307 717	(5 877)	4 929	-	-	116 078	(1 989)	-	-	87 922
Refinação de Petróleo	29 233	(191)	2 679	-	-	-	-	-	-	4 620
Produtos Químicos e de Borracha	446 121	(9 381)	11 156	-	-	47 255	(10 856)	-	-	95 245
Produtos Minerais não Metálicos	334 045	(17 835)	475	-	-	33 370	(7 458)	-	-	26 855
Indústrias Metalúrgicas de Base e p. metálicos	686 995	(34 820)	1 308	-	-	-	-	-	-	119 266
Fabricação de Máquinas, Eq. e Ap. Elétricos	184 633	(6 812)	2 381	-	-	50 455	(2 077)	-	-	139 011
Fabricação de Material de Transporte	480 550	(14 074)	504	-	-	576	(99)	-	-	29 429
Outras Indústrias Transformadoras	260 658	(23 458)	1 665	-	-	11 843	(6 199)	-	-	44 328
Eletricidade, Gás e Água	1 019 353	(7 930)	58 564	-	-	391 041	-	-	-	471 915
Construção e Obras Públicas	3 741 305	(228 610)	127 220	56 000	-	152 583	(1 687)	-	-	2 388 812
Comércio por Grosso e a Retalho	2 754 598	(204 951)	16 642	-	-	301 816	(15 203)	-	-	531 202
Turismo	1 466 097	(53 515)	8 435	-	-	643	(379)	-	-	95 728
Transportes e Comunicações	1 557 424	(76 457)	106 876	-	-	512 370	-	9 865	-	1 020 237
Atividades Financeiras	2 449 804	(191 370)	1 060 726	1 715 319	487 923	7 597 840	(29 917)	578 045	(21 036)	7 880 243
Atividades Imobiliárias	4 905 677	(266 888)	45 987	70 000	-	267 815	(1 776)	-	-	446 987
Serviços Prestados às Empresas	3 952 567	(155 244)	124 071	90 002	-	1 456 342	(16 537)	-	-	1 685 040
Administração e Serviços Públicos	979 723	(20 459)	124 825	-	-	2 782 240	-	147 545	-	242 513
Outras atividades de serviços coletivos	2 120 494	(223 700)	52 264	38 010	-	607 512	(25 797)	126 581	(10 923)	108 387
Crédito à Habitação	8 493 281	(137 861)	-	-	-	-	-	-	-	39
Crédito a Particulares	2 318 535	(149 445)	-	-	-	-	-	-	-	90 911
Outros	237 452	(3 972)	5 481	-	-	18 199	(2 933)	-	-	1 437
Total	40 638 359	(1 955 922)	1 783 039	1 969 331	487 923	14 404 596	(129 329)	862 036	(31 959)	15 691 225

(a) Inclui provisão para imparidade no valor de 1 522 472 milhares de euros (ver Nota 22) e provisão para riscos gerais de crédito no valor de 433 450 milhares de euros (ver Nota 34).

Risco de mercado

O Risco de Mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações, preços de mercadorias, volatilidade e *spread* de crédito.

A gestão de risco de mercado é integrada com a gestão do balanço através da estrutura ALCO (*Asset and Liability Committee*) constituída ao mais alto nível da instituição. Este órgão é responsável pela definição de políticas de afetação e estruturação do balanço bem como pelo controlo da exposição aos riscos de taxa de juro, de taxa de câmbio e de liquidez.

Ao nível do risco de mercado o principal elemento de mensuração de riscos consiste na estimação das perdas potenciais sob condições adversas de mercado, para o qual a metodologia *Value at Risk* (VaR) é utilizada. O Banco utiliza um VaR com recurso à simulação de Monte Carlo, com um intervalo de confiança de 99% e um período de investimento de 10 dias. As volatilidades e correlações são históricas com base num período de observação de um ano. Como complemento ao VaR têm sido desenvolvidos cenários extremos (*stress-testing*) que permitem avaliar os impactos de perdas potenciais superiores às consideradas na medida do VaR.

(milhares de euros)

	31.12.2012				31.12.2011			
	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo	Dezembro	Média anual	Máximo	Mínimo
Risco cambial	4 028	11 979	13 713	4 028	4 263	7 791	9 148	4 448
Risco taxa de juro	6 785	13 727	25 174	6 785	3 768	6 444	9 328	4 303
Ações e Mercadorias	15 191	13 155	8 303	15 191	13 124	15 522	10 005	13 129
Volatilidade	6 606	4 161	3 240	6 606	7 321	15 475	34 730	10 104
<i>Spread</i> de Crédito	12 803	37 078	67 069	12 803	13 600	7 924	8 920	6 020
Efeito da diversificação	(8 616)	(13 918)	(14 526)	(8 616)	(7 522)	(11 461)	(13 049)	(8 260)
Total	36 797	66 182	102 973	36 797	34 554	41 695	59 082	29 744

O BES apresenta um valor em risco (VaR) de aproximadamente 36 797 milhares de euros para as suas posições de negociação (31 de dezembro de 2011: cerca de 34 554 milhares de euros).

No seguimento das recomendações de Basileia II (Pilar 2) e da Instrução nº 19/2005, do Banco de Portugal, o Grupo BES calcula a sua exposição ao risco de taxa de juro de balanço baseado na metodologia do *Bank of International Settlements* (BIS) classificando todas as rubricas do ativo, passivo e extrapatrimoniais, que não pertençam à carteira de negociação, por escalões de repricing.

31.12.2012							
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disponibilidades em IC's	10 456 524	302 624	9 840 808	159 906	108 718	44 423	46
Crédito a clientes	39 066 793	-	25 319 578	7 141 838	2 421 648	3 438 277	745 452
Títulos	13 167 435	5 101 298	5 348 989	495 504	457 366	538 516	1 225 762
Total			40 509 374	7 797 247	2 987 733	4 021 216	1 971 260
Recursos de outras IC's	17 245 615	-	14 208 646	353 649	509 394	1 038 153	1 135 773
Depósitos	29 820 137	-	19 069 841	2 673 339	2 813 246	5 251 271	12 440
Títulos Emitidos	10 481 232	-	2 828 531	211 039	291 803	4 781 431	2 368 428
Total			36 107 018	3 238 026	3 614 444	11 070 855	3 516 641
GAP de balanço (Ativos - Passivos)	(260 154)		4 402 357	4 559 221	(626 711)	(7 049 639)	(1 545 382)
Fora de Balanço			(5 447 448)	(978 296)	362 132	6 014 931	48 682
GAP estrutural	(260 154)		(1 045 092)	3 580 925	(264 579)	(1 034 709)	(1 496 700)
GAP acumulado			(1 045 092)	2 535 833	2 271 254	1 236 546	(260 154)

31.12.2011							
	Montantes elegíveis	Não sensíveis	Até 3 meses	De 3 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Aplicações e disponibilidades em IC's	8 586 742	202 699	7 934 131	97 438	40 818	290 640	21 016
Crédito a clientes	38 964 742	-	26 804 607	7 788 204	2 026 249	1 533 087	812 595
Títulos	19 357 901	4 957 447	11 148 627	1 624 952	64 654	682 379	879 842
Total			45 887 365	9 510 594	2 131 721	2 506 106	1 713 453
Recursos de outras IC's	20 228 173	-	13 455 109	567 960	810 732	2 465 194	2 929 178
Depósitos	30 683 688	-	20 612 506	2 830 876	3 128 952	4 021 593	89 761
Títulos Emitidos	10 818 602	-	5 865 620	541 027	41 298	4 068 379	302 278
Total			39 933 235	3 939 863	3 980 982	10 555 166	3 321 217
GAP de balanço (Ativos - Passivos)	18 776		5 954 130	5 570 731	(1 849 261)	(8 049 060)	(1 607 764)
Fora de Balanço	238		(4 871 309)	(1 676 816)	1 607 337	4 734 296	206 492
GAP estrutural	19 014		1 083 059	3 893 915	(241 927)	(3 314 764)	(1 401 272)
GAP acumulado			1 083 059	4 976 974	4 735 050	1 420 286	19 014

Para as carteiras prudenciais são efetuadas análises de sensibilidade para o risco de taxa de juro da carteira bancária com base numa aproximação ao modelo da duração, sendo efetuados vários cenários de deslocação da curva de rendimentos em todos os escalões de taxa de juro.

(milhares de euros)

	31.12.2012				31.12.2011			
	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb	Aumento paralelo de 100 pb	Diminuição paralela de 100 pb	Aumento depois de 1 ano de 50pb	Diminuição depois de 1 ano de 50pb
No final do período	93 915	(93 915)	53 900	(53 900)	265 515	(265 515)	139 839	(139 839)
Média do exercício	83 232	(83 232)	49 250	(49 250)	266 274	(266 274)	141 781	(141 781)
Máximo para o exercício	164 903	(164 903)	85 649	(85 649)	317 423	(317 423)	167 207	(167 207)
Mínimo para o exercício	31 264	(31 264)	23 865	(23 865)	233 444	(233 444)	121 770	(121 770)

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de ativos e passivos financeiros do Banco, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e o exercício findo 31 de dezembro de 2011, bem assim como os respetivos saldos médios e os juros do período:

(milhares de euros)

	31.12.2012			31.12.2011		
	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média	Saldo médio do período	Juro do período	Taxa de juro média
Ativos monetários	8 089 765	371 400	4,59%	9 114 100	317 826	3,49%
Crédito a clientes	40 153 464	1 676 468	4,18%	41 617 026	1 783 165	4,28%
Aplicações em títulos	12 790 980	568 823	4,45%	13 966 897	459 791	3,29%
Aplicações diferenciais	1 107 220	-	-	442 410	-	-
Ativos financeiros	62 141 430	2 616 691	4,21%	65 140 433	2 560 782	3,93%
Recursos monetários	20 535 987	431 197	2,10%	22 045 650	513 729	2,33%
Recursos de clientes	30 359 431	829 968	2,73%	28 201 594	821 014	2,91%
Outros recursos	11 246 012	697 368	6,20%	14 893 189	572 101	3,84%
Passivos financeiros	62 141 430	1 958 533	3,15%	65 140 433	1 906 844	2,93%
Resultado Financeiro		658 158	1,06%		653 938	1,00%

No que se refere ao risco cambial, a repartição dos ativos e dos passivos, a 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, por moeda, é analisado como segue:

(milhares de euros)

		31.12.2012				31.12.2011			
		Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida	Posições à Vista	Posições a Prazo	Outros elementos	Posição Líquida
USD	DÓLAR DOS E.U.A.	(828 906)	882 562	17 782	71 438	(885 277)	909 868	15 846	40 437
GBP	LIBRA ESTERLINA	361 259	(377 041)	(1 057)	(16 839)	391 069	(402 883)	(80)	(11 894)
BRL	REAL BRASILEIRO	33 786	(57 928)	(1 364)	(25 506)	38 061	(64 429)	11 687	(14 681)
DKK	COROA DINAMARQUESA	21 767	(21 579)	-	188	133	(3 720)	-	(3 587)
JPY	IENE JAPONÊS	27 081	5 171	(40 150)	(7 898)	(8 666)	17 400	(10 271)	(1 537)
CHF	FRANCO SUICO	4 344	(6 962)	-	(2 618)	47 521	(47 674)	3 228	3 075
SEK	COROA SUECA	7 271	(7 778)	(475)	(982)	(2 269)	1 305	182	(782)
NOK	COROA NORUEGUESA	(49 628)	49 807	(353)	(174)	(3 261)	1 030	(54)	(2 285)
CAD	DOLAR CANADIANO	17 559	(20 337)	388	(2 390)	35 766	(53 078)	19 793	2 481
ZAR	RAND DA ÁFRICA DO SUL	(5 692)	4 475	497	(720)	(1 137)	(715)	2 637	785
AUD	DÓLAR AUSTRALIANO	(8 910)	10 124	17	1 231	98 265	(101 357)	3 106	14
CZK	COROA CHECA	5	-	-	5	3 785	302	(2 247)	1 840
MXN	PESO MEXICANO	90 106	(75 772)	9 338	23 672	77 485	(80 520)	3 215	180
	OUTROS	118 900	55 859	33 406	208 165	108 595	(54 178)	80 297	134 714
		(211 058)	440 601	18 029	247 572	(99 930)	121 351	127 339	148 760

Nota: ativo/ (passivo).

Exposição a dívida pública de países periféricos da Zona Euro

Em 31 de dezembro de 2012 a exposição do Banco a dívida pública de países “periféricos” da Zona Euro apresenta-se como segue:

(milhares de euros)

	31.12.2012				
	Crédito sobre clientes	Ativos financeiros detidos p/ negociação e ao Justo Valor	Instrumentos Derivados ⁽¹⁾	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	915 817	329 507	37 561	1 315 136	2 598 021
Espanha	88 310	-	(76)	374 776	463 010
Grécia	-	-	-	-	-
Irlanda	-	-	-	-	-
Itália	-	-	-	-	-
Hungria	-	-	-	-	-
	1 004 127	329 507	37 485	1 689 912	3 061 031

(1) Valores apresentados pelo líquido: a receber/ (a pagar).

31.12.2011					
	Crédito sobre clientes	Ativos financeiros detidos p/ negociação e ao justo Valor	Instrumentos Derivados ⁽¹⁾	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
Portugal	820 000	123 852	67 428	2 771 298	3 782 578
Espanha	-	-	1 989	3 598	5 587
Grécia	-	-	(265)	-	(265)
Irlanda	-	-	-	-	-
Itália	-	-	(2 865)	-	(2 865)
Hungria	-	-	-	-	-
	820 000	123 852	66 287	2 774 896	3 785 035

(1) Valores apresentados pelo líquido: a receber/ (a pagar).

Exceto no que se refere ao crédito a clientes e aos investimentos detidos até à maturidade, todas as exposições apresentadas encontram-se registadas no balanço do Banco pelo seu justo valor com base em valores de cotação de mercado e no caso dos derivativos com base em métodos de valorização com parâmetros/ preços observáveis no mercado.

O detalhe sobre a exposição a títulos na carteira de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda e de Ativos Financeiros Detidos para Negociação é como segue:

(milhares de euros)

31.12.2012						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Ativos Disponíveis para Venda						
Portugal	1 404 693	1 296 219	18 917	1 315 136	-	57 723
Maturidade até 1 ano	179 707	178 495	1	178 496	-	315
Maturidade superior 1 ano	1 224 986	1 117 724	18 916	1 136 640	-	57 408
Espanha	380 073	374 749	27	374 776	-	876
Maturidade até 1 ano	376 200	370 825	-	370 825	-	929
Maturidade superior 1 ano	3 873	3 924	27	3 951	-	(53)
	1 784 766	1 670 968	18 944	1 689 912	-	58 599
Ativos Financeiros de Negociação e ao justo valor						
Portugal	371 453	323 486	6 021	329 507	-	-
	371 453	323 486	6 021	329 507	-	-

(milhares de euros)

31.12.2011						
	Valor Nominal	Valor Cotação	Juro Corrido	Valor de Balanço	Imparidade	Reservas Justo Valor
Ativos Disponíveis para Venda						
Portugal	3 136 700	2 731 807	39 491	2 771 298	-	(123 213)
Maturidade até 1 ano	2 023 946	1 995 177	14 477	2 009 654	-	(16 600)
Maturidade superior 1 ano	1 112 754	736 630	25 014	761 644	-	(106 613)
Espanha	3 536	3 531	67	3 598	-	(9)
Maturidade até 1 ano	3 514	3 508	66	3 574	-	(4)
Maturidade superior 1 ano	22	23	1	24	-	(5)
	3 140 236	2 735 338	39 558	2 774 896	-	(123 222)
Ativos Financeiros de Negociação e ao justo valor						
Portugal	126 208	120 458	3 394	123 852	-	-
Espanha	-	-	-	-	-	-
	126 208	120 458	3 394	123 852	-	-

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que deriva da incapacidade de uma instituição solver as suas responsabilidades à medida que estas se vão vencendo, sem incorrer em perdas substanciais.

O risco de liquidez pode ser subdividido em dois tipos:

- Liquidez dos ativos (*market liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de alienar um determinado tipo de ativo devido à falta de liquidez no mercado, o que se traduz no alargamento do *spread bid/offer* ou na aplicação de um *haircut* ao valor de mercado.

- Financiamento (*funding liquidity risk*) - consiste na impossibilidade de financiar no mercado os ativos e/ ou refinarciar a dívida que está a maturar, nos prazos e na moeda desejada. Esta impossibilidade pode ser refletida através de um forte aumento do custo de financiamento ou da exigência de colateral para a obtenção de fundos. A dificuldade de (re)financiamento pode conduzir à venda de ativos, ainda que incorrendo em perdas significativas. O risco de (re)financiamento deve ser minimizado através de uma adequada diversificação das fontes de financiamento e dos prazos de vencimento.

No exercício de 2012 as autoridades comunitárias e o BCE implementaram medidas que conduziram a alguma estabilização do sentimento e das condições dos mercados financeiros. Para esta estabilização muito contribuíram:

- A atuação do Banco Central Europeu que, para além de ter reduzido a taxa de referência de 1% para 0,75%, realizou, entre dezembro de 2011 e fevereiro de 2012, duas operações de cedência de liquidez a três anos (LTRO), alargou os critérios de elegibilidade dos ativos aceites como colateral em operações de política monetária e reduziu o limite das reservas mínimas obrigatórias junto do Banco Central Europeu (de 2% para 1%). Estas medidas permitiram um acréscimo de liquidez disponível no mercado, num período onde estava previsto ocorrerem importantes vencimentos de dívida do setor bancário;
- A reestruturação da dívida grega, apesar de não ter dissipado por completo a crise da dívida soberana das economias "periféricas" da Zona Euro;
- Os resultados do Conselho Europeu do final de junho e as declarações do presidente do BCE de suporte ao Euro em julho;
- As resoluções adotadas na reunião do BCE em setembro, em especial os detalhes do novo programa de aquisição de dívida pública (*Outright Monetary Transactions* – "OMT").

Esta última medida teve um papel fundamental para a redução dos riscos sistémicos, representando um passo importante na estabilização financeira da Zona Euro. Em consequência, no quarto trimestre de 2012, as *yields* das dívidas soberanas de todos os países periféricos registaram uma queda acentuada e no final do trimestre as *yields* da dívida pública portuguesa já registavam níveis inferiores aos observados aquando do pedido de assistência financeira efetuado em abril de 2011.

No final do ano, o valor da carteira de ativos elegíveis para operações de redesconto era de 20,4mM€, dos quais 17,5mM€ junto do Banco Central Europeu.

Com o objetivo de avaliar a exposição global ao risco de liquidez são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como efetuar a cobertura dinâmica dos mesmos.

(milhares de euros)

31.12.2012							
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
ATIVOS							
Caixa e disponibilidades	303	303	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	10 154	5 170	3 590	729	179	112	374
Crédito a clientes	33 132	367	872	1 391	1 270	1 960	27 272
Títulos	20 825	330	775	1 856	700	838	16 327
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos líquidos	1 162	1 119	-	2	3	5	33
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	5 403	24	35	150	134	176	4 883
Total		7 313	5 272	4 128	2 286	3 091	48 889
PASSIVOS							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	17 370	1 505	362	720	606	629	13 547
Depósitos de clientes	29 696	815	627	1 905	1 027	42	25 281
Títulos Emitidos	10 478	7	200	1 108	495	288	8 380
Contratos de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos exigíveis a curto prazo	2 006	1 071	8	29	43	89	766
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	10 229	47	88	273	244	181	9 398
Total		3 445	1 285	4 035	2 415	1 229	57 372
GAP (Ativos - Passivos)		3 868	3 987	93	(128)	1 863	
GAP Acumulado		3 868	7 855	7 948	7 820	9 684	
Buffer de Ativos liq. > 12 meses						(645)	

	31.12.2011						
	Montantes Elegíveis	até 7 dias	de 7 dias até 1 mês	de 1 a 3 meses	de 3 a 6 meses	de 6 meses a 1 ano	superior a 1 ano
ATIVOS							
Caixa e disponibilidades	344	344	-	-	-	-	-
Aplicações e disponibilidades em Instituições de crédito e Bancos Centrais	8 384	2 701	2 386	2 753	97	44	403
Crédito a clientes	38 296	521	1 251	1 591	1 191	2 080	31 662
Títulos	19 827	279	1 637	1 943	780	221	14 968
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros ativos líquidos	2 173	2 173	-	-	-	-	-
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	4 431	9	71	92	154	220	3 883
Total		6 027	5 345	6 379	2 222	2 565	50 916
PASSIVOS							
Recursos de Instituições de crédito, Bancos Centrais e Outros empréstimos	20 417	3 920	1 415	2 719	547	576	11 240
Depósitos de clientes	30 495	150	1 008	3 343	409	827	24 757
Títulos Emitidos	10 817	-	1 500	1 860	481	41	6 935
Contratos de investimento	-	-	-	-	-	-	-
Provisões Técnicas	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos exigíveis a curto prazo	3 984	1 047	-	-	-	-	2 937
Fora de Balanço (Compromissos e Derivados)	12 335	68	171	266	247	259	11 324
Total		5 185	4 094	8 188	1 684	1 703	57 193
GAP (Ativos - Passivos)		841	1 251	(1 810)	538	863	
GAP Acumulado		841	2 092	283	820	1 683	
Buffer de Ativos líq. > 12 meses						1 877	

O *gap* acumulado a um ano passou de 1 683 milhões de euros em dezembro de 2011 para 9 684 milhões de euros em dezembro de 2012 refletindo o alongamento dos passivos e a liquidação de ativos do banco.

Adicionalmente, e de acordo com a instrução nº13/2009 do Banco de Portugal, o *gap* de liquidez é definido como (Ativos líquidos – Passivos voláteis) / (Ativo – Ativos líquidos) * 100 em cada escala cumulativa de maturidade residual, onde os ativos líquidos incluem tesouraria e títulos líquidos e os passivos voláteis incluem a tesouraria, as emissões, os compromissos assumidos, os derivados e outros passivos. Este indicador permite uma caracterização da posição de liquidez do risco de *wholesale* das instituições.

O *gap* de liquidez até um ano do BES era, a 31 de dezembro de 2012, de 8,6, que compara com -4,0 no período homólogo do ano anterior. Esta variação positiva reflete a orientação conservadora da gestão de risco de liquidez e deriva essencialmente, conforme referido anteriormente, do aumento da liquidação de ativos, e do alongamento dos passivos.

De forma a tentar antecipar possíveis impactos negativos, são efetuados cenários de *stress* com diferentes severidades (moderado e severo), diferentes horizontes temporais e diferentes áreas de impacto (sistémico, específico ao Banco e combinado). No cenário sistémico simula-se por exemplo o fecho do mercado de *wholesale*, enquanto no cenário específico ao Banco se simula o *run-off*, com severidades diferentes, de depósitos de clientes de retalho e não-retalho.

A 31 de dezembro de 2012, o *buffer* de ativos líquidos (constituído por disponibilidades em Bancos centrais e títulos disponíveis na *pool* de ativos redescotáveis no BCE) excedia confortavelmente as saídas de caixa decorrentes da aplicação dos cenários de *stress*.

Risco operacional

O Risco operacional traduz-se, genericamente, na probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos, nos resultados ou no capital, resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos. Entende-se, assim, risco operacional como o cômputo dos seguintes riscos: operativa, de sistemas de informação, de compliance e de reputação.

Para gestão do risco operacional, foi desenvolvido e implementado um sistema que visa assegurar a uniformização, sistematização e recorrência das atividades de identificação, monitorização, controlo e mitigação deste risco. Este sistema é suportado por uma estrutura organizacional, integrada no Departamento de Risco Global exclusivamente dedicada a esta tarefa bem como representantes designados por cada um dos departamentos e subsidiárias considerados relevantes.

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

Os principais objetivos da gestão de capital no Banco são (i) permitir o crescimento sustentado da atividade através da geração de capital suficiente para suportar o aumento dos ativos, (ii) cumprir os requisitos mínimos definidos pelas entidades de supervisão em termos de adequação de capital e (iii) assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos do Banco em matéria de adequação de capital.

A definição da estratégia a adotar em termos de gestão de capital é da competência da Comissão Executiva encontrando-se integrada na definição global de objetivos do Banco.

Em termos prudenciais, o Banco está sujeito à supervisão do Banco de Portugal que, tendo por base a Diretiva Comunitária sobre adequação de capitais, estabelece as regras que a este nível deverão ser observadas pelas diversas instituições sob a sua supervisão. Estas regras determinam um rácio mínimo de fundos próprios totais em relação aos requisitos exigidos pelos riscos assumidos, que as instituições deverão cumprir.

No âmbito da implementação do novo acordo de capital, e fazendo uso da faculdade concedida pelo novo regime prudencial instituído pelos Decretos-Lei 103/2007 e 104/2007, que transpuseram para o ordenamento jurídico nacional os princípios universalmente designados por “Basileia II”, o Banco foi autorizado a utilizar, com efeitos em 31 de dezembro de 2009, a abordagem baseada no uso de modelos internos para o tratamento do risco de crédito (método “*Internal Ratings Based*” – IRB) para o risco de crédito e o método “*Standard*” para o tratamento do risco operacional (método “*The Standardized Approach*” – TSA).

Os elementos de capital do Grupo BES para efeitos da determinação do rácio de solvabilidade, dividem-se em *Core Tier I*, Fundos Próprios de Base (ou *Tier I*), Fundos Próprios Complementares e Fundos Próprios Totais, com a seguinte composição:

- **Core Tier I:** Esta categoria inclui essencialmente o capital estatutário realizado, os prémios de emissão, as reservas elegíveis, os resultados positivos retidos do exercício quando certificados e os interesses que não controlam. As reservas de justo valor são excluídas com exceção da dedução das reservas de justo valor negativas associadas a ações ou outros instrumentos de capital; também é dedutível ao Core Tier I o valor de balanço dos montantes relativos a ativos intangíveis, desvios atuariais negativos decorrentes de responsabilidades com benefícios pós emprego a empregados acima do limite do corredor prudencial e, quando aplicável, os resultados negativos do exercício.
- **Fundos Próprios de Base (Tier I):** Para além dos valores considerados como *Core Tier I*, esta categoria inclui as ações preferenciais e instrumentos de capital híbridos. Constituem elementos dedutíveis aos fundos próprios de base metade do valor convertido em participações superiores a 10% em instituições financeiras e entidades seguradoras. Decorrente da aplicação do método IRB para risco de crédito, passou igualmente a ser ajustado 50% do montante das perdas esperadas para posições em risco da parte que exceda a soma das correções de valor e provisões existentes.
- **Fundos Próprios Complementares (Tier II):** Incorpora essencialmente a dívida subordinada emitida elegível e 45% das reservas de justo valor positivas associadas a ações ou outros instrumentos de capital. São deduzidas as participações em instituições financeiras e entidades seguradoras em 50% do seu valor, bem como 50% do montante das perdas esperadas para as posições em risco que ultrapassem o valor da soma das correções de valor e provisões existentes, decorrentes da aplicação do método IRB para risco de crédito.
- **Deduções:** Compreendem essencialmente a amortização prudencial dos imóveis recebidos em dação para liquidação de créditos.

Adicionalmente, a composição da base de capital está sujeita a um conjunto de limites. Desta forma, as regras prudenciais estabelecem que o *Tier II* não exceda os Fundos próprios de base. Adicionalmente, determinadas componentes do *Tier II* (o designado *Lower Tier II*) não podem superar os 50% dos Fundos próprios de base.

Em dezembro de 2008, o Banco de Portugal publicou o Aviso 11/2008, que estabeleceu um período transitório de quatro anos, de dezembro de 2009 a dezembro de 2012, para o reconhecimento dos desvios atuariais totais apurados em 2008, deduzidos do rendimento esperado dos ativos do fundo relativos a este mesmo ano. Este período transitório terminou em dezembro de 2012, que coincide com a última amortização prudencial.

Em maio de 2011, decorrente da negociação do Programa de Assistência Financeira a Portugal, o Banco de Portugal emitiu o Aviso 3/2011, que vem estabelecer novos patamares mínimos de solvabilidade a serem seguidos pelos grupos financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal. Assim, as Instituições Financeiras deverão atingir um Rácio *Core Tier I*, em base consolidada, não inferior a 9% em 31 de dezembro de 2011, e de 10% até 31 de dezembro de 2012. Simultaneamente os bancos europeus devem observar um rácio *Core Tier I* de 9% nos termos definidos pela Autoridade Bancária Europeia (EBA). No caso das Instituições Financeiras não integrarem nenhum grupo financeiro sujeito a supervisão em base consolidada, os novos patamares devem ser observados em base individual. O BES, uma vez que integra um Grupo Financeiro sujeito a supervisão em base consolidada, não necessita de cumprir estes novos limites.

Os principais movimentos ocorridos nos FPB em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 apresentam-se no quadro seguinte:

(milhares de euros)		
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo no início do período	5 395	5 331
Aumento de capital, líquido de despesas de emissão	995	521
Instrumentos híbridos	(19)	(623)
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de reavaliação)	79	(127)
Variação dos desvios actuariais de benefícios pós-emprego fora do corredor	(506)	170
Amortização do período transitório dos IFRS	(11)	(11)
Dedução de participações em Sociedades Financeiras e outros elementos	(125)	138
Ativos intangíveis	5	2
Reservas de reavaliação com impacto prudencial	(7)	(5)
Outros efeitos	(22)	(1)
Saldo no fim do período	5 784	5 395

O quadro seguinte apresenta um sumário dos cálculos de requisitos de capital do BES para 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

(milhares de euros)			
		31.12.2012*	31.12.2011
A - Fundos Próprios			
Capital ordinário realizado, Prémios de Emissão e Ações Próprias		6 073	5 100
Reservas e Resultados elegíveis (excluindo reservas de reavaliação)		607	528
Ativos Intangíveis		(113)	(118)
Desvios Atuariais de responsabilidades pós-emprego com impacto prudencial		(751)	(245)
Reservas de Reavaliação com impacto prudencial		(17)	(10)
Período transitório IFRS		12	23
Fundos Próprios para determinação do Rácio Core Tier I	(A1)	5 811	5 278
Instrumentos Híbridos elegíveis para Tier I		226	245
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		(253)	(128)
Fundos Próprios de Base (TIER I)	(A2)	5 784	5 395
45% das Reservas de Reavaliação de Justo Valor Positivas		23	16
Dívida Subordinada elegível		774	867
Dedução de Particip. em Sociedades Financeiras e outros elementos		(253)	(104)
Fundos Próprios Complementares (TIER II)		544	779
Deduções		(119)	(110)
Fundos Próprios Elegíveis	(A3)	6 209	6 064
B- Ativos de Risco Equivalentes			
Calculados de Acordo com o Aviso 5/2007 (Riscos de Crédito)		4 8997	56 324
Calculados de Acordo com o Aviso 8/2007 (Riscos de Mercado)		790	682
Calculados de Acordo com o Aviso 9/2007 (Risco Operacional)		1853	2306
Total de Ativos de Risco Equivalentes	(B)	51 640	59 312
C- Rácios Prudenciais			
Rácio Core Tier I	(A1 / B)	11,3%	8,9%
Rácio Tier I	(A2 / B)	11,2%	9,1%
Rácio de Solvabilidade	(A3 / B)	12,0%	10,2%

(*) Valores provisórios

NOTA 45 – Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, as remunerações decorrentes da prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros têm a seguinte composição:

(milhares de euros)			
		31.12.2012	31.12.2011
Ramo Vida			
Unit Link		20 027	2 109
Seguros proteção ao crédito (parte vida)		208	405
Produtos tradicionais		40 631	20 303
		60 866	22 817
Ramo Não Vida			
Seguros a particulares		6 999	9 335
Seguros a empresas		1 826	1 375
Seguros Proteção ao Crédito (parte não vida)		419	798
		9 244	11 508
		70 110	34 325

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das Seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

NOTA 46 – COMPROMISSOS CONTRATUAIS

Operações de Securitização

Ao longo do ano de 2011 e durante o exercício de 2012, as operações de titularização originadas pelo BES sofreram sucessivos cortes de *rating*, na sequência dos *downgrades* efetuados pelas várias agências de *rating* à República Portuguesa e aos bancos portugueses. Tradicionalmente, este tipo de operações incluem nas suas estruturas diversos mecanismos de proteção de risco, nomeadamente os decorrentes da substituição de contrapartes com notações de risco abaixo dos níveis mínimos exigidos pelas agências de *rating* ou decorrentes de ações que permitam mitigar o risco de exposição a essas contrapartes.

O BES atuava como contraparte de *swap* em duas das suas operações de titularizações de créditos hipotecários (Lusitano Mortgages No.6 e o Lusitano Mortgages No.7). O desempenho destas funções em operações de titularização está reservado a entidades que respeitem os níveis mínimos de *rating* estabelecidos pelas agências de *rating*. Assim, na sequência dos *downgrades*, a posição do BES na operação Lusitano Mortgages No.6 foi transferida para uma instituição financeira que respeita os critérios de elegibilidade das agências e na operação Lusitano Mortgages No.7, procedeu-se à reestruturação da operação.

Adicionalmente, na sequência do *downgrade* da República Portuguesa por parte da Moody's, em fevereiro de 2012, esta agência de *rating* fixou em Baa1 o *rating* máximo atribuível a obrigações emitidas em operações de titularização. Assim, a operação de titularização de crédito a pequenas e médias empresas realizada pelo BES em dezembro de 2010 – Lusitano SME No.2 – perdeu a elegibilidade para redesconto junto do BCE, tendo o BES optado por exercer a sua opção de reembolso antecipado no dia 23 de março de 2012.

Obrigações Hipotecárias

As emissões de obrigações hipotecárias sofreram igualmente um forte impacto pelo *downgrade* da República Portuguesa e dos bancos portugueses. Como consequência, o BES deixou de poder ser contraparte nas operações *swaps* de taxa de juro, tendo procedido à sua transferência e, em alguns casos, à sua anulação.

Contract Support Annex (CSA)

O BES tem um conjunto de contratos negociados com contrapartes com quem negocia derivados em mercado de balcão. Os CSA revestem a forma de contrato de colateral estabelecido entre duas partes que negociam entre si derivados *Over-the-Counter*, tendo como principal objetivo fornecer proteção contra o risco de crédito, estabelecendo para o efeito um conjunto de regras relativas ao colateral. As transações de derivados são regulamentadas pelo *International Swaps and Derivatives Association* (ISDA) e apresentam uma margem mínima de risco que pode alterar de acordo com o *rating* das partes.

NOTA 47 – NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas e Adotadas pelo Banco

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas referentes a 31 de dezembro de 2012, o Banco adotou as seguintes normas e interpretações contabilísticas de aplicação obrigatória desde 1 de janeiro de 2012:

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros

O *International Accounting Standards Board* (IASB), emitiu em 7 de outubro de 2010, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros”, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2011. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de ativos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um ativo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao ativo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de ativos financeiros ocorra próximo do final do período.

A adoção destas alterações não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes

O IASB, emitiu em 20 de dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 - Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2012. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades de Investimento”, presumindo-se que o seu valor será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

A adoção desta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras do Banco.

Normas Contabilísticas e Interpretações Recentemente Emitidas ainda não Adotadas pelo Banco

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que o Banco ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas seguidamente. O Banco irá adotar estas normas quando as mesmas forem de aplicação obrigatória.

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados das que, nunca poderão ser objeto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afetar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas ponto anterior; e
- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afetam apenas a apresentação e não tem qualquer impacto na posição financeira ou performance do Banco.

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui, desde alterações fundamentais como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos ativos do plano a simples clarificações e reajustamento de texto. O Banco procedeu, em 2011, a uma alteração voluntária de política contabilística passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais em outro rendimento integral (OCI).

Porém, as alterações terão impacto no gasto líquido do benefício já que o retorno esperado dos ativos do plano passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adoção desta norma alterada.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (*master*) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

O Banco encontra-se a avaliar o impacto da adoção desta norma alterada.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

Da adoção desta norma não se esperam impactos significativos ao nível do Banco.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa a o longo das IAS/IFRS. Sujeito a exceções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

O Banco está presentemente a reanalisar as suas metodologias para a determinação do justo valor.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a ativos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adoção da IFRS 13 irá exigir que o Banco proporcione divulgações adicionais. Tais incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para ativos/ passivos não financeiros, e divulgações sobre justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB em 17 de maio de 2012 introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é a do período anterior.

IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizado em inventários.

IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na "IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento", evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

IAS 34 Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

O Banco está a avaliar o impacto da adoção destas alterações.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de "detido até à maturidade", "disponível para venda" e "contas a receber e pagar".

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento. Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 torna-se efetiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2015 com adoção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 por forma a acomodar questões práticas e outros aspetos.

O Banco iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades do Banco, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras do Banco.

NOTA 48 – EVENTOS SUBSEQUENTES

- O Banco Espírito Santo realizou, em 8 de janeiro de 2013, uma emissão de dívida sénior não garantida ao abrigo do programa de EMTN no montante de 500 milhões de euros, com prazo de 5 anos e um cupão de 4,75%. O livro de ordens atingiu um volume de cerca de 3,0 mil milhões de euros, com a participação de mais de 280 investidores nacionais e internacionais.
- Em 11 de janeiro de 2013 o Banco Espírito Santo informou o mercado sobre a aquisição de participação qualificada por parte da Wellington Management Company, LLP (Wellington Management). À Wellington Management é imputável uma participação qualificada de 2,02% dos direitos de voto correspondentes a 81 297 790 ações representativas do capital social do Banco Espírito Santo em virtude da aquisição de 2 446 594 ações realizada no dia 08 de janeiro de 2013, no mercado, por conta de clientes com os quais celebrou acordo para o exercício dos respetivos direitos de voto. Nenhum cliente da Wellington Management detém individualmente ações representativas de 2% ou mais dos direitos de voto correspondentes ao capital social do BES. A Wellington Management é uma sociedade gestora de investimentos que detém ativos sob gestão de cerca de 748 mil milhões de dólares e que presta serviço de investment advisor a mais de 2 100 instituições em 50 países.
- O Banco Espírito Santo procedeu, em 30 de janeiro de 2013, à amortização antecipada de 1,0 mil milhões de euros da linha de financiamento de longo prazo do BCE (LTRO).

6. Certificação Legal e Relatório de Auditoria das Contas Individuais



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

- 1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 do Banco Espírito Santo, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 68.747.766 milhares de euros e um total de capital próprio de 6.268.998 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 121.961 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações nos capitais próprios e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

- 2 É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA's"), conforme estabelecidas pelo Banco de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, o rendimento integral as alterações nos seus capitais próprios e os fluxos de caixa;
 - b) que a informação financeira histórica, preparada de acordo com as NCA's, seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e,
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
- 3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., a firma portuguesa membro da rede KPMG, composta por firmas independentes afiliadas da KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG & Associados - S.R.L.C., S.A.
Capital Social: 2.120.000 Euros - Pessoa Colectiva N.º PT 802 161 078 - Inscrição na C.R.C.C. N.º 189 - Inscrição na C.M.V.M. N.º 9093

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o N.º PT 802 161 078

Âmbito

- 4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e,
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
- 5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
- 6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Espírito Santo, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com as NCA's tal como definidas pelo Banco de Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.



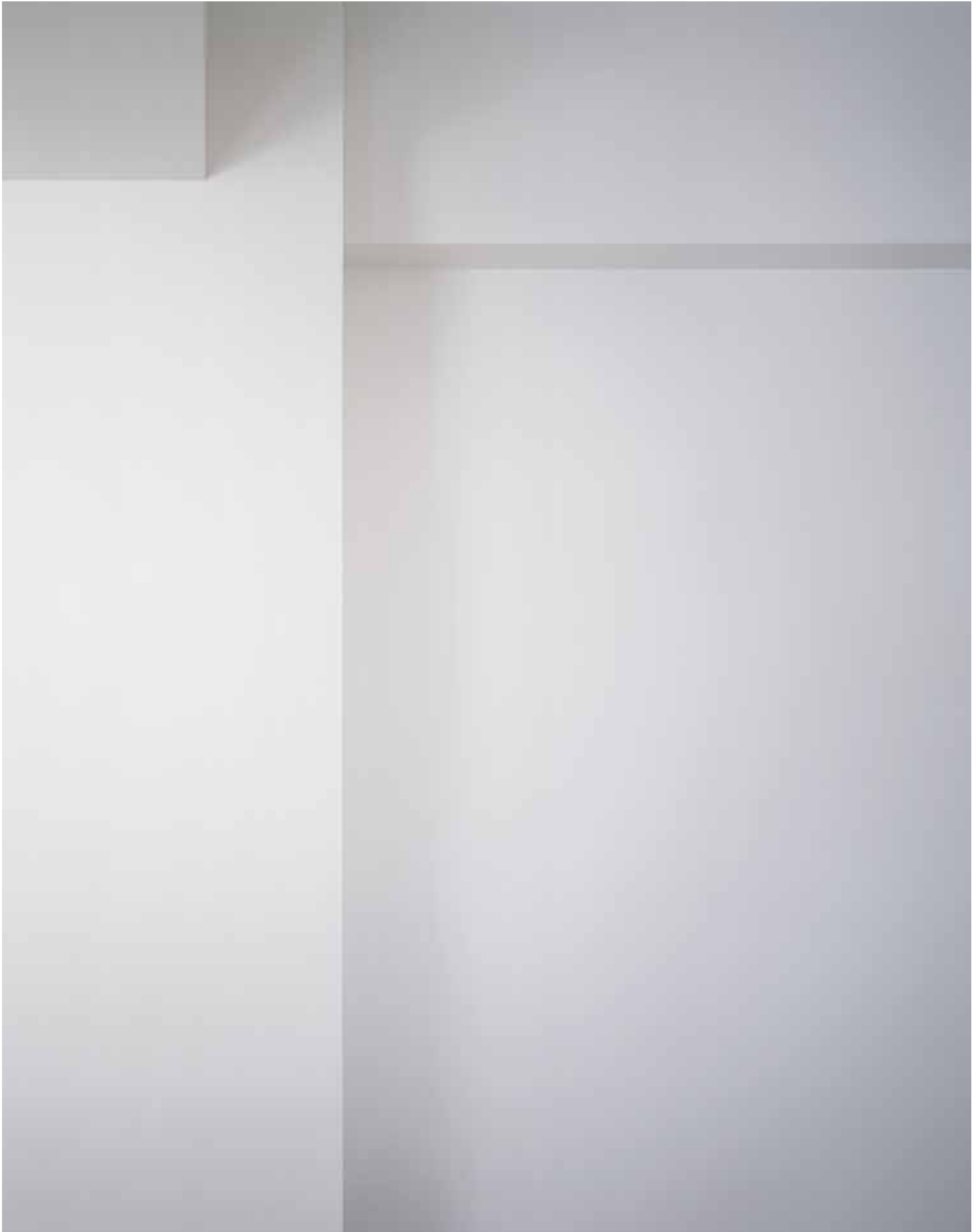


Relato sobre outros requisitos legais

- 8 É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 4 de Março de 2013

KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Silvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes (ROC n.º 1131)



Relatório de Governo da Sociedade

0	Declaração de Cumprimento	302
1	Assembleia Geral	308
2	Órgãos de Administração e Fiscalização	311
3	Informação e Auditoria	337
	Anexo I Posição Acionista e Obrigacionista dos Membros dos Órgãos Sociais e Dirigentes a 31/12/2012 e Listagem de todas as Transações	341
	Anexo II Política de Remuneração dos Órgãos Sociais	344
	Anexo III Política de Remuneração dos Dirigentes	350
	Anexo IV Declaração da Comissão de Auditoria	355

As regras e a estrutura de governo do Banco Espírito Santo, S.A. (o «BES») baseiam-se num conjunto de princípios sólidos com vista a garantir uma governação responsável orientada para a criação de valor.

É a seguinte a declaração de princípios do Grupo BES:

Valor

Criação de valor com base numa governação responsável, de modo a merecer a confiança e a lealdade dos Acionistas, Clientes, Colaboradores e Fornecedores.

Saber

Desenvolvimento da atividade ancorada na transmissão e acumulação de conhecimento ao longo de mais de um século de História.

Rigor

Definição de políticas exigentes na gestão dos vários riscos inerentes à atividade bancária.

Transparência

Assunção de compromisso com a transparência:

- na divulgação da informação a todos os *stakeholders*;
- na definição de objetivos estratégicos claros e num conjunto de valores que sejam eficazmente disseminados pela Sociedade;
- no estabelecimento de uma linha clara de atribuição de responsabilidades no interior da hierarquia;
- na garantia de os membros do órgão de administração terem as necessárias qualificações para o desempenho das suas funções, disporem de uma compreensão clara acerca da Sociedade e do seu governo e não se submeterem a influências indevidas de qualquer grupo de interesses.

O Relatório sobre a estrutura e as práticas de governo societário do BES respeitante ao exercício de 2012 inclui os elementos de informação requeridos e obedece ao modelo constante do anexo ao Regulamento n.º 1/2010, da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (a «CMVM»). O Relatório não inclui a secção III do referido anexo (pontos II.21. a II.29.), tendo em conta que o BES adotou o modelo de governo anglo-saxónico, em que o respetivo órgão de fiscalização é a Comissão de Auditoria e não o Conselho Fiscal ou Conselho de Supervisão.

0. Declaração de Cumprimento

0.1 Código de Governo Societário

O texto do Código de Governo das Sociedades aprovado pela CMVM está disponível em www.cmvm.pt.

0.2 Recomendações da CMVM

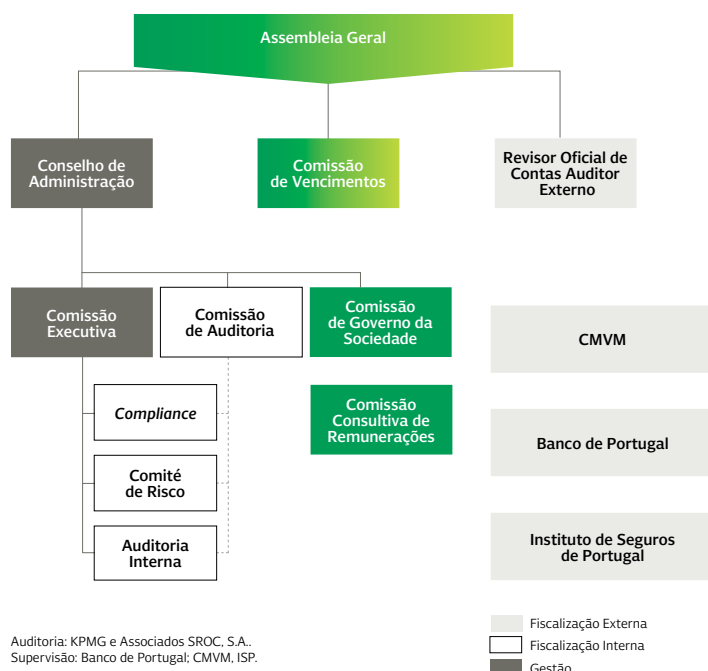
	Recomendações da CMVM	Adotada	Não Adotada	Relatório BES
I.1.1.	O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve dispor de recursos humanos e logísticos de apoio que sejam adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.	X		I.1.
I.1.2.	A remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral deve ser divulgada no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	X		I.3.
I.2.1.	A antecedência imposta para a receção, pela mesa, das declarações de depósito ou bloqueio das ações para a participação em Assembleia Geral não deve ser superior a cinco dias úteis.	X		I.4.
I.2.2.	Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral, a sociedade não deve obrigar ao bloqueio durante todo o período que medeia até que a sessão seja retomada, devendo bastar-se com a antecedência exigida na primeira sessão.	X		I.5.
I.3.1.	As sociedades não devem prever qualquer restrição estatutária ao voto por correspondência e, quando adotado e admissível, ao voto por correspondência eletrónico.	X		I.9.
I.3.2.	O prazo estatutário de antecedência para a receção da declaração de voto emitida por correspondência não deve ser superior a três dias úteis.	X		I.11.
I.3.3.	As sociedades devem assegurar a proporcionalidade entre os direitos de voto e a participação acionista, preferencialmente através de previsão estatutária que faça corresponder um voto a cada ação. Não cumprem a proporcionalidade as sociedades que, designadamente: i) tenham ações que não confiram o direito de voto; ii) estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só acionista ou por acionistas com ele relacionados.	X		I.6. e I.7.
I.4.	As sociedades não devem fixar um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.		X	I.8.
I.5.	Extratos de ata das reuniões da assembleia geral, ou documentos de conteúdo equivalente, devem ser disponibilizados aos acionistas no sítio na Internet da sociedade, no prazo de cinco dias após a realização da assembleia geral, ainda que não constituam informação privilegiada. A informação divulgada deve abranger as deliberações tomadas, o capital representado e os resultados das votações. Estas informações devem ser conservadas no sítio na Internet da sociedade durante pelo menos três anos.	X		I.13. e I.14.
I.6.1.	As medidas que sejam adotadas com vista a impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição devem respeitar os interesses da sociedade e dos seus acionistas. Os estatutos das sociedades que, respeitando esse princípio, prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	X		I.19.
I.6.2.	Não devem ser adotadas medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração, prejudicando dessa forma a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	X		I.20.
II.1.1.1.	O órgão de administração deve avaliar no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade o modelo adotado, identificando eventuais constrangimentos ao seu funcionamento e propondo medidas de atuação que, no seu juízo, sejam idóneas para os superar.	X		0.3.
II.1.1.2.	As sociedades devem criar sistemas internos de controlo e gestão de riscos, em salvaguarda do seu valor e em benefício da transparência do seu governo societário, que permitam identificar e gerir o risco. Esses sistemas devem integrar, pelo menos, as seguintes componentes: i) fixação dos objetivos estratégicos da sociedade em matéria de assunção de riscos; ii) identificação dos principais riscos ligados à concreta atividade exercida e dos eventos suscetíveis de originar riscos; iii) análise e mensuração do impacto e da probabilidade de ocorrência de cada um dos riscos potenciais; iv) gestão do risco com vista ao alinhamento dos riscos efetivamente incorridos com a opção estratégica da sociedade quanto à assunção de riscos; v) mecanismos de controlo da execução das medidas de gestão de risco adotadas e da sua eficácia; vi) adoção de mecanismos internos de informação e comunicação sobre as diversas componentes do sistema e de alertas de riscos; vii) avaliação periódica do sistema implementado e adoção das modificações que se mostrem necessárias.	X		II.5.
II.1.1.3.	O órgão de administração deve assegurar a criação e funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos, cabendo ao órgão de fiscalização a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da sociedade.	X		II.6.
II.1.1.4.	As sociedades devem, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade: i) identificar os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade; ii) descrever a atuação e eficácia do sistema de gestão de riscos.	X		II.5. e II.9.
II.1.1.5.	Os órgãos de administração e fiscalização devem ter regulamentos de funcionamento os quais devem ser divulgados no sítio na Internet da sociedade.	X		II.7.
II.1.2.1.	O conselho de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos.	X		II.14.
II.1.2.2.	De entre os administradores não executivos deve contar-se um número adequado de administradores independentes, tendo em conta a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista, que não pode em caso algum ser inferior a um quarto do número total de administradores.	X		II.14.
II.1.2.3.	A avaliação da independência dos seus membros não executivos feita pelo órgão de administração deve ter em conta as regras legais e regulamentares em vigor sobre os requisitos de independência e o regime de incompatibilidades aplicáveis aos membros dos outros órgãos sociais, assegurando a coerência sistemática e temporal na aplicação dos critérios de independência a toda a sociedade. Não deve ser considerado independente administrador que, noutro órgão social, não pudesse assumir essa qualidade por força das normas aplicáveis.	X		II.15.
II.1.3.1.	Consoante o modelo aplicável, o presidente do conselho fiscal, da comissão de auditoria ou da comissão para as matérias financeiras deve ser independente e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	X		II.3., II.14. e II.18.
II.1.3.2.	O processo de seleção de candidatos a administradores não executivos deve ser concebido de forma a impedir a interferência dos administradores executivos.	X		II.16.
II.1.4.1.	A sociedade deve adotar uma política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, com os seguintes elementos: i) indicação dos meios através dos quais as comunicações de práticas irregulares podem ser feitas internamente, incluindo as pessoas com legitimidade para receber comunicações; ii) indicação do tratamento a ser dado às comunicações, incluindo tratamento confidencial, caso assim seja pretendido pelo declarante.	X		II.35.
II.1.4.2.	As linhas gerais desta política devem ser divulgadas no relatório sobre o Governo da Sociedade.	X		II.35.

Recomendações da CMVM		Adotada	Não Adotada	Relatório BES
II.1.5.1.	A remuneração dos membros do órgão de administração deve ser estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses de longo prazo da sociedade, basear-se em avaliação de desempenho e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	X		II.32.
II.1.5.2.	A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deve, além do conteúdo ali referido, conter suficiente informação: i) sobre quais os grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para a fixação da remuneração; ii) sobre os pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.	X		Anexo 2
II.1.5.3.	A declaração sobre a política de remunerações a que se refere o art. 2.º da Lei n.º 28/2009 deve abranger igualmente as remunerações dos dirigentes na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários e cuja remuneração contenha uma componente variável importante. A declaração deve ser detalhada e a política apresentada deve ter em conta, nomeadamente, o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa e a contenção na tomada de riscos.	X		Anexo 3
II.1.5.4.	Deve ser submetida à assembleia geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano. A proposta deve ser acompanhada do regulamento do plano ou, caso o mesmo ainda não tenha sido elaborado, das condições a que o mesmo deverá obedecer. Da mesma forma devem ser aprovadas em assembleia geral as principais características do sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e demais dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários.	X		I.17. e I.18. / II.32 e II.33
II.1.5.6.	Pelo menos um representante da comissão de remunerações deve estar presente nas assembleias gerais de acionistas.	X		I.15.
II.1.5.7.	Deve ser divulgado, no relatório anual sobre o Governo da Sociedade, o montante da remuneração recebida, de forma agregada e individual, em outras empresas do grupo e os direitos de pensão adquiridos no exercício em causa.	X		II.31.
II.2.1.	Dentro dos limites estabelecidos por lei para cada estrutura de administração e fiscalização, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	X		II.3.
II.2.2.	O conselho de administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	X		II.3.
II.2.3.	Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.	NA		II.8.
II.2.4.	O relatório anual de gestão deve incluir uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não executivos referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	X		II.17.
II.2.5.	A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.		X	II.3.
II.3.1.	Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	X		II.3.
II.3.2.	O presidente da comissão executiva deve remeter, respetivamente, ao presidente do conselho de administração e, conforme aplicável, ao presidente do conselho fiscal ou da comissão de auditoria, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	X		II.3 e II.13.
II.3.3.	O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	NA		NA
II.4.1.	O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	NA		NA
II.4.2.	Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem ser objeto de divulgação no sítio da Internet da sociedade, em conjunto com os documentos de prestação de contas.	X		II.4. e III.15.
II.4.3.	Os relatórios anuais sobre a atividade desenvolvida pelo conselho geral e de supervisão, a comissão para as matérias financeiras, a comissão de auditoria e o conselho fiscal devem incluir a descrição sobre a atividade de fiscalização desenvolvida referindo, nomeadamente, eventuais constrangimentos deparados.	X		II.4.
II.4.4.	O conselho geral e de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem representar a sociedade, para todos os efeitos, junto do auditor externo, competindo-lhe, designadamente, propor o prestador destes serviços, a respetiva remuneração, zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços, bem assim como ser o interlocutor da empresa e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios.	X		II.3.
II.4.5.	O conselho geral de supervisão, a comissão de auditoria e o conselho fiscal, consoante o modelo aplicável, devem anualmente avaliar o auditor externo e propor à assembleia geral a sua destituição sempre que se verifique justa causa para o efeito.	X		II.3.
II.4.6.	Os serviços de auditoria interna e os que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>) devem reportar funcionalmente à Comissão de Auditoria, ao Conselho Geral e de Supervisão ou, no caso das sociedades que adotem o modelo latino, a um administrador independente ou ao Conselho Fiscal, independentemente da relação hierárquica que esses serviços mantenham com a administração executiva da sociedade.	X		II.5 e II.6.
II.5.1.	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração e o conselho geral e de supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: i) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e para a avaliação do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; ii) refletir sobre o sistema de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria; iii) identificar atempadamente potenciais candidatos com o elevado perfil necessário ao desempenho de funções de administrador.	X		0.3., II.2. e II.36.

Recomendações da CMVM		Adotada	Não Adotada	Relatório BES
II.5.2.	Os membros da comissão de remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	X		II.38. e II.39.
II.5.3.	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do Conselho de Administração, ao próprio Conselho de Administração da sociedade ou que tenha relação atual com consultora da empresa. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	X		II.39.
II.5.4.	Todas as comissões devem elaborar atas das reuniões que realizem.	X		II.7.
III.1.1.	As sociedades devem assegurar a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade dos acionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Para tal deve a sociedade manter um gabinete de apoio ao investidor.	X		III.16.
III.1.2.	A seguinte informação disponível no sítio da Internet da sociedade deve ser divulgada em inglês: a) A firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e os demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais; b) Estatutos; c) Identidade dos titulares dos órgãos sociais e do representante para as relações com o mercado; d) Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso; e) Documentos de prestação de contas; f) Calendário semestral de eventos societários g) Propostas apresentadas para discussão e votação em assembleia geral; h) Convocações para a realização de assembleia geral.	X		III.16.
III.1.3.	As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.			III.18.
III.1.4.	O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.		X	III.17.
III.1.5.	A sociedade não deve contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com eles se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu relatório anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	X		III.17.
IV.1.	Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	X		III.11.
IV.1.2.	Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.		X	III.13

0.3 Avaliação Global

Estrutura de Governo Societário do BES



A função de órgão de fiscalização interna do BES é atribuída à Comissão de Auditoria do Conselho de Administração, composta por três administradores não executivos e independentes.

A fiscalização externa do BES é exercida pelo AE/ROC, a KPMG & Associados SROC, S.A., bem como pelas autoridades de supervisão a que está sujeito no exercício da sua atividade: Banco de Portugal, CMVM, e Instituto de Seguros de Portugal.

O Conselho de Administração, na sua avaliação ao modelo de governo societário efetuada em 2012, considera-o adequado, e não encontra constrangimentos relevantes nesse modelo decidido pelos acionistas do BES em 2006, quando optaram pelo modelo de governo anglo-saxónico, composto por Conselho de Administração, compreendendo a Comissão de Auditoria e o AE/ROC.

0.4 Recomendações que o BES não segue e razões da divergência/ Recomendações não aplicáveis

Identificam-se no quadro seguinte as recomendações do Código de Governo das Sociedades que o BES não segue, conjuntamente com as razões da divergência existente, bem como a indicação das recomendações que não são aplicáveis na sua globalidade.

A Assembleia Geral de Acionistas, reúne pelo menos uma vez por ano, e tem como principais competências proceder à eleição dos órgãos sociais, à designação da Comissão de Vencimentos e do Revisor Oficial de Contas/ Auditor Externo («AE/ROC») e, também, à apreciação e deliberação sobre os Relatórios Anuais de Gestão e de Governo da Sociedade e as contas de cada exercício, bem como à distribuição de resultados.

A gestão do Banco Espírito Santo é assegurada por um Conselho de Administração, eleito em Assembleia Geral para mandatos de quatro anos – sendo permitida a reeleição dos respetivos membros. À data de 31 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração é composto por 26 membros, dos quais 7 são qualificados como administradores independentes (ver o ponto II.14). O Conselho de Administração delega a gestão corrente numa Comissão Executiva, composta por 10 membros, a qual reúne semanalmente e sempre que convocada pelo seu Presidente. A Comissão de Governo da Sociedade, composta por 3 administradores não executivos independentes, tem competências consultivas no que respeita ao desempenho dos membros do Conselho de Administração e à identificação e avaliação de potenciais candidatos que tenham o perfil necessário ao exercício das funções de administrador, competindo-lhe, ainda, proceder à avaliação do modelo de governo societário (ver ponto II.16).

Recomendações da CMVM		Razões da divergência	Relatório BES
I.4.	As sociedades não devem fixar um quórum constitutivo ou deliberativo superior ao previsto por lei.	O BES exige a participação de pelo menos 50% do capital social para a Assembleia Geral reunir em primeira data de convocação. As matérias para as quais a lei exige maioria qualificada carecem de ser aprovadas por uma maioria de dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia Geral reúna em primeira ou em segunda convocação. O BES entende que estas regras asseguram a necessária representatividade das deliberações dos seus acionistas.	I.8.
II.2.5.	A sociedade deve explicitar a sua política de rotação dos pelouros no Conselho de Administração, designadamente do responsável pelo pelouro financeiro, e informar sobre ela no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	O BES não tem qualquer política de rotação de pelouros no Conselho de Administração, por entender essa medida como contrária aos interesses do Banco e desestabilizadora da concentração nos seus objetivos.	II.3.
III.1.4.	O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Esta recomendação é apenas parcialmente cumprida, uma vez que, a esta data, o auditor externo apenas se pronuncia sobre "a adequação e a eficácia da parte do sistema de controlo interno subjacente ao processo de preparação e de divulgação de informação financeira (relato financeiro) ", de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2008, não se encontrando, ainda, implementado um sistema que permita ao auditor externo verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações.	III.17.
IV.1.2.	Os negócios de relevância significativa com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser submetidos a parecer prévio do órgão de fiscalização. Este órgão deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.	Nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, a concessão de crédito a detentores de participações qualificadas depende sempre da aprovação de cada operação concreta por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos membros do órgão de administração e do parecer favorável do órgão de fiscalização do BES. Não existe uma extensão formal desta regra a outros negócios de relevância significativa.	III.13
II.2.3.	Caso o presidente do conselho de administração exerça funções executivas, o Conselho de Administração deve encontrar mecanismos eficientes de coordenação dos trabalhos dos membros não executivos, que designadamente assegurem que estes possam decidir de forma independente e informada, e deve proceder-se à devida explicitação desses mecanismos aos acionistas no âmbito do relatório sobre o Governo da Sociedade.	Esta recomendação não é aplicável uma vez que o Presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas.	NA
II.3.3.	O presidente do conselho de administração executivo deve remeter ao presidente do conselho geral e de supervisão e ao presidente da comissão para as matérias financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Esta recomendação não é aplicável uma vez que o BES adota o modelo de governo anglo-saxónico e não o modelo dualista. Não existe no BES nem o conselho de administração executivo nem o conselho geral e de supervisão.	NA
II.4.1.	O conselho geral e de supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve desempenhar um papel de aconselhamento, acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte do conselho de administração executivo. Entre as matérias sobre as quais o conselho geral e de supervisão deve pronunciar-se incluem-se: i) a definição da estratégia e das políticas gerais da sociedade; ii) a estrutura empresarial do grupo; e iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Esta recomendação não é aplicável uma vez que o BES adota o modelo de governo anglo-saxónico e não o modelo dualista. Não existe no BES o conselho geral e de supervisão.	NA

I. Assembleia Geral

I.1 Membros da Mesa

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário. Os membros da Mesa – que podem ser ou não acionistas – são eleitos por períodos de quatro anos, sendo permitida a sua reeleição.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral dispõe de recursos humanos e logísticos de apoio adequados às suas necessidades, considerada a situação económica da sociedade.

Paulo de Pitta e Cunha (Presidente)

- Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Doutoramento em Direito (Ciências Jurídico-Económicas).
- Professor Catedrático (1980-2007).
- Presidente da Direção do Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1980-2010).
- Jurisconsulto e Advogado.
- Advogado Especialista nas áreas de Direito Fiscal e Direito Europeu.
- Membro da Academia das Ciências de Lisboa (Secção de Economia).

Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz (Vice-Presidente)

- Licenciado em Direito (Ciências Jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.
- Exerce, desde 1960, a advocacia em acumulação com as funções de administrador de empresas e de docente universitário⁽¹⁾.

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo (Secretário)

- Licenciado em Direito e Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (UCP).
- Pós-Graduado em Fiscalidade (ISG).
- Desde setembro de 1999 é Assistente da Faculdade de Direito da U.C.P..
- Desde outubro de 2005 exerce as funções de Assessor Jurídico do Conselho de Administração da ESCOM – Espírito Santo Commerce, S.A..

I.2 Mandatos dos Membros da Mesa

Os atuais membros que compõem a Mesa da Assembleia Geral foram eleitos em 18 de dezembro de 2006 até ao final do mandato que terminou em 31 de dezembro de 2007, tendo sido reeleitos na Assembleia Geral de 30 de março de 2008, para o quadriénio 2008 – 2011 e na Assembleia Geral de 22 de março de 2012 para o quadriénio 2012 – 2015.

I.3 Remuneração do Presidente e dos Restantes Membros da Mesa

Em 2012, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu uma retribuição total anual de 19 000,00 euros; o Vice-presidente uma retribuição total anual de 12 000,00 euros; e o Secretário uma retribuição total anual de 9 000,00 euros.

I.4 Participação na Assembleia Geral

De acordo com a legislação em vigor, só podem estar presentes e participar na Assembleia Geral ou em cada uma das suas sessões, em caso de suspensão, quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia, for titular de ações que lhe confirmam, segundo a lei e o contrato de sociedade, pelo menos um voto, e que o tenham declarado, por escrito, ao Presidente da Mesa e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta, o mais tardar, até ao dia anterior à referida data.

I.5 Suspensão

Em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral serão aplicáveis as mesmas regras referidas no ponto I.4. Assim, só poderão estar presentes e participar na Assembleia Geral quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia, for titular de ações que lhe confirmam, segundo a lei e o contrato de sociedade, pelo menos um voto, e que o tenham declarado, por escrito, ao Presidente da Mesa e ao intermediário financeiro onde a conta de registo individualizado esteja aberta, o mais tardar, até ao dia anterior à referida data.

I.6 Voto

A cada cem ações corresponde um voto, mas os acionistas titulares de menos de cem ações podem agrupar-se, de forma a completarem o número exigido, ou um número superior, e fazer-se representar por um dos agrupados.

I.7 Regras Estatutárias sobre a Existência de Ações que não Confirmam Direito de Voto

Não existem regras estatutárias a prever a existência de ações que não confirmam o direito de voto.

I.8 Regras Estatutárias sobre o Exercício do Direito de Voto

As regras estatutárias sobre quórum são as seguintes:

Artigo 18.º Quórum

1. Em primeira data de convocação, a Assembleia Geral não poderá reunir sem estarem presentes ou representados acionistas titulares de ações representativas de cinquenta por cento do capital social, sejam quais forem os assuntos da ordem de trabalhos.
2. Em segunda convocação, a Assembleia pode deliberar seja qual for o número de acionistas presentes ou representados e o capital por eles representado.

(1) O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral renunciou ao cargo em fevereiro de 2013.

1. Sem prejuízo dos casos em que a lei ou os estatutos exijam uma maioria qualificada, a Assembleia Geral delibera por maioria dos votos emitidos.
2. As deliberações sobre a alteração do contrato de sociedade, fusão, cisão, transformação, dissolução ou outros assuntos para os quais a Lei exija maioria qualificada, sem especificar, devem ser aprovadas por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia Geral reúna em primeira quer em segunda convocação.
3. As abstenções não são contadas para quaisquer deliberações.

Não existem sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

I.9 Regras Estatutárias sobre o Exercício de Voto por Correspondência

Não existem restrições estatutárias ao exercício do direito de voto por correspondência. O número de votos exercidos por correspondência é incluído para a contagem do quórum constitutivo da Assembleia Geral, devendo valer, igualmente, para a segunda convocação da Assembleia Geral para o qual foi emitido. O voto por correspondência, que é revogável a todo o momento, não impede a presença ou representação do acionista na Assembleia Geral, mas a presença na Assembleia Geral do acionista que votou por correspondência, ou a do seu representante, é entendida como revogação do respetivo voto por correspondência. Os votos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data da sua emissão.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral verifica a autenticidade do voto e assegura, até ao momento da votação, a sua confidencialidade.

I.10 Modelo para o Exercício de Voto por Correspondência

As convocatórias para as Assembleias Gerais incluem a indicação de que o direito de voto pode ser exercido por correspondência. O modo como se processa o escrutínio dos votos por correspondência consta igualmente da convocatória, bem como do Regulamento da Assembleia Geral dos Acionistas do BES (que pode ser consultado em www.bes.pt/investidor).

Para facilitar a votação por correspondência, e para os acionistas que o pretendam, o BES disponibiliza uma minuta de boletim de voto por correspondência. Esta minuta pode ser solicitada junto do Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou no sítio da sociedade na internet (www.bes.pt/investidor). Nas minutas disponibilizadas, a declaração de voto indica os pontos da ordem de trabalhos a que respeita, bem como, quando for o caso, a proposta concreta de deliberação a que se destina.

I.11 Prazo de Receção de Voto por Correspondência

As declarações de voto por correspondência devem ser recebidas pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral até ao terceiro dia anterior à data marcada para a Assembleia Geral.

I.12 Voto Eletrónico

Não é admitido o voto eletrónico.

I.13 Acesso aos Extratos das Atas das Assembleias Gerais

O BES disponibiliza no seu sítio na Internet (www.bes.pt/investidor) nos cinco dias após a realização da Assembleia Geral o extrato da ata.

I.14 Acervo Histórico com as Deliberações das Assembleias Gerais

O BES disponibiliza no seu sítio na Internet (www.bes.pt/investidor) um acervo histórico com as deliberações da Assembleia Geral, o capital social representado e os resultados das votações.

I.15 Representante da Comissão de Remunerações nas Assembleias Gerais

A par de uma Comissão de Vencimentos, eleita pelos acionistas, o BES tem, também, desde janeiro de 2012, uma Comissão Consultiva de Remunerações, nomeada pelo Conselho de Administração.

Encontra-se presente em cada Assembleia Geral Anual de Acionistas pelo menos um representante de cada uma destas Comissões. Na Assembleia Geral de 22 de março de 2012 estiveram presentes a Dra. Rita Amaral Cabral, o Dr. Daniel Proença de Carvalho e o Dr. Jacques dos Santos, enquanto membros da Comissão de Vencimentos e a Dra. Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho e o Dr. Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos, enquanto membros da Comissão Consultiva de Remunerações.

I.16 Intervenção da Assembleia Geral sobre a Política de Remuneração e Avaliação de Desempenho dos Membros do Órgão de Administração

A Assembleia Geral aprova anualmente a política de remuneração dos órgãos sociais do BES, conforme descrito no ponto II.18.

De igual modo, a Assembleia Geral procede anualmente à apreciação geral da Administração, o que faz com base na avaliação de desempenho que efetua sobre a atividade social do último exercício decorrido.

Nos termos da política de remunerações dos órgãos sociais do BES, aprovada na Assembleia Geral de março de 2012, o montante efetivo da retribuição variável a atribuir aos membros da Comissão Executiva do BES dependerá sempre da avaliação a efetuar anualmente pela Comissão de Vencimentos sobre o seu desempenho. A política de remuneração e a avaliação do desempenho dos dirigentes do BES é efetuada, nos termos legais, pelo seu Conselho de Administração.

I.17 Intervenção da Assembleia Geral sobre o Plano de Atribuição de Ações aos Membros do Órgão de Administração

Os planos de atribuição de ações e/ ou de opções a membros do órgão de administração, bem como aos demais dirigentes do BES, são necessariamente aprovados em Assembleia Geral, que aprova, de igual modo, o respetivo regulamento de aplicação.

Sobre os planos de alienação de ações e/ ou opções em vigor, por favor consultar o ponto II.32 e II.33.

I.18 Intervenção da Assembleia Geral sobre o Sistema de Benefícios de Reforma dos Membros do Órgão de Administração

O regulamento de reforma por velhice ou invalidez dos administradores do BES é aprovado pela Assembleia Geral.

Os administradores têm direito a pensão de reforma ou complemento de pensão de reforma, no caso de serem ou terem sido membros da Comissão Executiva.

As principais características do regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensão de reforma por velhice ou invalidez são as seguintes:

- a) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma adquire-se em caso de velhice, com o atingir de sessenta e cinco anos de idade ou vinte e cinco anos de atividade profissional, ou em caso de invalidez;
- b) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma pode ser antecipado para a data em que os administradores completem cinquenta e cinco anos de idade, desde que tenham exercido funções em órgão de administração do BES por um período mínimo de 9 anos, consecutivos ou interpolados, contando-se, para efeitos da antiguidade, naquelas funções, o exercício como membros da direção ou em órgãos de administração do anterior “Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S.A.”;
- c) O complemento de pensão de reforma poderá existir, de modo a completar eventuais regimes de reforma concedidos por qualquer outro regime de segurança social, por forma a que a pensão total possa atingir cem por cento da última remuneração anual ilíquida.

Em qualquer caso, as pensões ou complementos de pensão a atribuir nunca serão superiores ao salário pensionável do administrador em causa, podendo ser inferiores. O salário pensionável corresponde à soma entre a remuneração fixa anual e a remuneração variável auferidas pelo administrador em causa no ano imediatamente anterior à sua reforma, deduzida de qualquer pensão anual paga por qualquer outro regime de segurança social, bem como das diuturnidades auferidas. A remuneração variável corresponderá, no mínimo, ao montante equivalente à média da remuneração variável auferida nos últimos doze anos pelo administrador em causa na data da reforma.

Os complementos de pensão de reforma e de sobrevivência a cargo da sociedade serão anualmente atualizados de acordo com a percentagem de aumento global da remuneração dos administradores em exercício, tal como for fixada pela Comissão de Vencimentos, atualização que, todavia, nunca poderá ser inferior à aplicação da taxa de variação do I.P.C. nem superior a duas vezes esta taxa.

A versão atual do regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensão de reforma por velhice ou invalidez foi aprovada pela Assembleia Geral de 11 de novembro de 2011.

O regulamento de reforma por velhice ou invalidez dos administradores do BES será objeto de uma proposta de alteração na Assembleia Geral de 27 de março de 2013.

I.19 Existência de Norma Estatutária que Preveja a Manutenção ou Eliminação da Norma Estatutária que Preveja a Limitação do Número de Votos

Não existe qualquer norma estatutária que preveja a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

I.20 Transição de Controlo ou Mudança de Composição do Órgão de Administração

Não existem estas medidas.

I.21 Alteração de Acordos em Caso de Mudança de Controlo da Sociedade

O BES é parte em acordos que podem ser alterados ou cessar em caso de alteração substancial da sua estrutura de participação, não considerando, contudo, quaisquer desses acordos como significativos.

I.22 Acordos que Prevejam Indemnizações

Não existem tais acordos.

II. Órgãos de Administração e Fiscalização

II.1 Identificação e Composição dos Órgãos da Sociedade

Mesa da Assembleia Geral

Paulo de Pitta e Cunha (Presidente)

Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz (Vice-Presidente)¹⁾

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo (Secretário)

Conselho de Administração

Alberto Alves de Oliveira Pinto (Presidente)

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Vice-Presidente)

Bruno Bernard Marie Joseph de Laage de Meux (Vice-Presidente)

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

António José Baptista do Souto

Jorge Alberto Carvalho Martins

Aníbal da Costa Reis de Oliveira

Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos

João Eduardo Moura da Silva Freixa

Pedro Mosqueira do Amaral

Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho

João de Faria Rodrigues

Marc Olivier Tristan Oppenheim

Vincent Claude Pacaud

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

Stanislas Gerard Marie Georges Ribes

Horácio Lisboa Afonso

Pedro João Reis Matos Silva

Milton Almicar Silva Vargas

Xavier Musca

Comissão de Auditoria

Horácio Lisboa Afonso (Presidente)

João de Faria Rodrigues

Pedro João Reis Matos Silva

Revisor Oficial de Contas (ROC)

Revisor Oficial de Contas Efetivo, KPMG & Associados, SROC, S.A., representada por Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes

Revisor Oficial de Contas Suplente, Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC)

Secretário da Sociedade

Eugénio Fernando Quintais Lopes (Secretário)

Artur Miguel Marques da Rocha Gouveia (Secretário Suplente)

II.2 Outras Comissões com Competências em Matéria de Administração ou Fiscalização

Comissão Executiva

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado (Presidente)

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

António José Baptista do Souto

Jorge Alberto Carvalho Martins

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires

João Eduardo Moura da Silva Freixa

Stanislas Gerard Marie Georges Ribes

Comissão de Governo da Sociedade

A Comissão de Governo da Sociedade é uma comissão interna do Conselho de Administração, com funções consultivas, composta por 3 administradores independentes, que não integram a sua Comissão Executiva, e criada com o objetivo principal de reforçar a eficiência do Conselho de Administração, garantindo que as suas decisões se baseiam em todos os elementos relevantes e que não são condicionadas por eventuais conflitos de interesses. Os seus membros são os seguintes:

Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho (Presidente)

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

A Comissão de Governo da Sociedade tem as seguintes atribuições:

- Acompanhar o cumprimento dos princípios orientadores da política de governo do Grupo BES;
- Pronunciar-se, por sua iniciativa ou solicitação do Conselho de Administração, sobre as orientações relativas ao Governo das Sociedades, nacionais e internacionais, com vista à sua eventual integração e/ou melhoria do modelo de governo do Grupo BES;
- Proceder à elaboração de um Relatório Anual que contenha a descrição das atividades exercidas durante o ano, bem como uma avaliação sobre o funcionamento da estrutura de Governo da Sociedade, emitindo opinião sobre as respetivas normas e procedimentos internos, os princípios e práticas de conduta, e sobre o desempenho do Conselho de Administração em função dos objetivos estabelecidos;
- Avaliar, em cada momento, o cumprimento dos requisitos de independência dos membros dos órgãos sociais da Sociedade, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- Analisar e emitir opinião, até à data da aprovação do Relatório de Gestão e Contas da Sociedade, sobre o Relatório de Governo da Sociedade;
- Informar o Conselho de Administração de quaisquer situações ou ocorrências de que tenham conhecimento e que, na sua opinião, configurem incumprimento das normas e práticas de governo estabelecidas.

No que respeita às suas competências de avaliação, a Comissão de Governo da Sociedade tem as seguintes atribuições:

- Apoiar e aconselhar o Conselho de Administração no preenchimento de vagas ocorridas no Conselho de Administração, nomeadamente apreciando o perfil de cada candidato, em termos das suas qualificações, conhecimentos e experiência;
- Examinar a política do Conselho de Administração de seleção e nomeação de quadros superiores;

1 O Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral renunciou ao cargo em fevereiro de 2013.

- c) Implementar, em conjunto com as estruturas internas da Sociedade, um programa de entrada em funções para cada novo administrador, que cubra o conhecimento da organização e das atividades da Sociedade, bem como as suas responsabilidades enquanto administrador;
- d) Examinar e propor anualmente áreas de atualização de qualificações e conhecimentos dos administradores da Sociedade.

Comissão Consultiva de Remunerações

Em janeiro de 2012, foi criada a Comissão Consultiva de Remunerações. Trata-se de uma comissão interna do Conselho de Administração, com funções consultivas, composta atualmente por três administradores independentes, que não integram a sua Comissão Executiva, e criada com o objetivo principal de dar cumprimento à regulação em matéria de política de remuneração de instituições financeiras, contida no Decreto-Lei n.º 88/2011, de 20 de julho, e no Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011. Os seus membros são os seguintes:

Isabel Maria Osório de Antas Mêgre de Sousa Coutinho (Presidente)
 Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
 Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

A Comissão Consultiva de Remunerações tem as seguintes atribuições:

- a) Preparar propostas e recomendações sobre a determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, bem como dos dirigentes da Sociedade;
- b) Prestar todo o apoio necessário, e efetuar recomendações, para efeitos da aprovação da política geral de remunerações da Sociedade, relativamente aos seus órgãos sociais e aos seus dirigentes;
- c) Preparar propostas e recomendações para assegurar que todas as sucursais, filiais, incluindo as filiais no estrangeiro e os estabelecimentos «off-shore», bem como todas as entidades que se integrem no perímetro de supervisão em base consolidada da Sociedade (as «Empresas do Grupo»), implementam políticas de remuneração consistentes entre si;
- d) Testar a capacidade de reação do sistema de remunerações implementado face a eventos externos e internos, recorrendo a um conjunto de possíveis cenários e promovendo o teste retroativo do modelo utilizado para esse efeito;
- e) Assegurar e realizar uma revisão, com periodicidade mínima anual, das políticas de remuneração da Sociedade e da respetiva implementação.

Adicionalmente, foram constituídos comités especializados que têm como missão o acompanhamento direto da evolução de áreas específicas do negócio.

Comités de acompanhamento das unidades de negócio:

a. Empresas / Wholesale / Banca de Investimentos

Acompanha a evolução destas áreas de negócio, assegurando a articulação entre a atividade de *Corporate Banking* do BES e a do Banco Espírito Santo de Investimento, bem como, a nível internacional, promovendo a coordenação da atividade de *Corporate Banking* do BES com a Sucursal em Espanha e o Banco Espírito Santo de Investimento do Brasil e outras unidades do Grupo BES no estrangeiro. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, António José Baptista do Souto, Jorge Alberto Carvalho Martins, José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi, Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes, Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires e Stanislas Gerard Marie Georges Ribes.

b. Retalho (Banca de Particulares e Negócios)

Acompanha a evolução da atividade com respeito a cada um dos principais segmentos de Clientes (Afluentes, Pequenas Empresas e Empresários em Nome Individual e outros Particulares) e promove o negócio *cross-segment* com outras áreas de negócio (designadamente, Médias e Grandes Empresas). Acompanha, ainda, a atividade de *Assurfinance*, promovendo a captação e fidelização ao BES de Clientes da Companhia de Seguros Tranquilidade. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, Jorge Alberto Carvalho Martins, Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes, João Eduardo Moura da Silva Freixa e Stanislas Gerard Marie Georges Ribes.

c. Private

Acompanha a evolução da atividade de *Private Banking*, assegurando a articulação com outras áreas de negócio, potenciando a crescente articulação entre os Centros *Private* e os Centros de Empresas, bem como a atividade orientada para os portugueses residentes no exterior. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, Jorge Alberto Carvalho Martins, Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires e Stanislas Gerard Marie Georges Ribes.

d. Internacional

Promove a atividade do Grupo BES a nível internacional e o respetivo desenvolvimento, quer contribuindo para a expansão do negócio das empresas participadas e sucursais já existentes, quer avaliando e propondo à Comissão Executiva novas iniciativas em mercados ou tipos de negócio. Contribui para a articulação entre a atividade do BES em Portugal e as diversas unidades existentes no estrangeiro. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, António José Baptista do Souto, José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi e Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires.

Comités Transversais:

a. Gestão de Ativos e Passivos (ALCO)

Analisa a informação macroeconómica das principais regiões económicas internacionais e de Portugal, contribuindo para a perspetivação dos respetivos impactos a prazo sobre a atividade bancária. Analisa também a evolução do balanço consolidado do Grupo BES e de cada uma das suas principais unidades, quer em termos de saldos de crédito e recursos de clientes, quer de margens, facultando à Comissão Executiva os elementos necessários para a definição de objetivos estratégicos em matéria de crescimento da atividade creditícia e de captação de recursos de Clientes, estratégia de financiamento (gestão do *mismatch* do balanço) e de preços/ margens. Compete igualmente a este Comité acompanhar e analisar a oferta de bancos concorrentes, bem como, no quadro da estratégia estabelecida, aprovar a oferta de produtos de recursos e os respetivos preços a praticar. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, António José Baptista do Souto, Jorge Alberto Carvalho Martins, José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi, Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira, Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes, Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires, João Eduardo Moura da Silva Freixa e Stanislas Gerard Marie Georges Ribes.

b. Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC)

Estabelece as prioridades dos investimentos informáticos e operativos, bem como a sua implementação. Acompanha o desenvolvimento de projetos especiais nas áreas operativa, de sistemas, qualidade e custos. Em particular, cumpre-lhe monitorizar a evolução global do Banco em matéria de indicadores de qualidade, quer em termos de atendimento e serviço prestado aos Clientes, quer do apoio prestado pelas áreas centrais às áreas comerciais. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva, António José Baptista do Souto, Jorge Alberto Carvalho Martins, José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi, Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes, Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires, João Eduardo Moura da Silva Freixa e Stanislas Gerard Marie Georges Ribes.

c. Risco

É responsável por todas as matérias relacionadas com o risco global do Grupo BES, cabendo-lhe, em especial, acompanhar a evolução do risco em cada um dos principais segmentos de Clientes e categorias de produto. É também responsável pelo acompanhamento de projetos especiais na área do risco. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, António José Baptista do Souto, Jorge Alberto Carvalho Martins, José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi, Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes, Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires, João Eduardo Moura da Silva Freixa e Stanislas Gerard Marie Georges Ribes.

d. Conselho Financeiro e de Crédito

Decide acerca das operações de crédito que não se enquadram nos limites de concessão de crédito estabelecidos para cada Administrador. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, António José Baptista do Souto, Jorge Alberto Carvalho Martins, Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires e João Eduardo Moura da Silva Freixa.

e. Liquidez

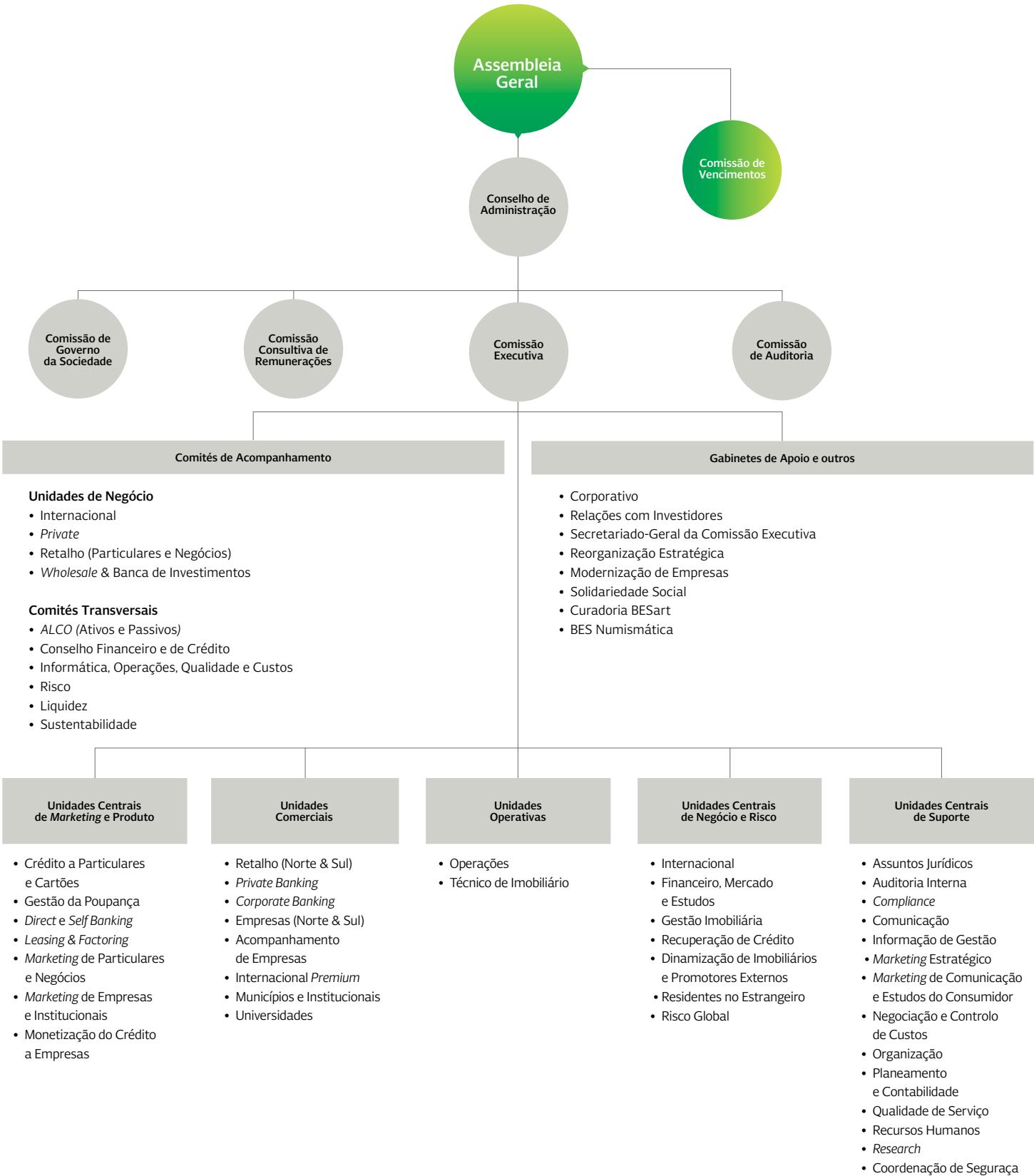
O Comité de Liquidez tem como responsabilidade a definição e acompanhamento da execução das políticas adotadas pelo Banco em matéria de gestão do risco de liquidez, apoiando a Comissão Executiva em todos os assuntos relacionados com este tema. Neste âmbito, compete-lhe em especial definir a proposta de estratégia de liquidez a aprovar pela Comissão Executiva, traduzir o apetite de liquidez aprovado pela Comissão Executiva em objetivos e limites acionáveis, monitorizar permanentemente a posição e o risco de liquidez do Banco e estabelecer a metodologia de funds transfer *pricing* e de prémios de liquidez. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: Ricardo Espírito Santo Silva Salgado, Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires e Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes.

f. Sustentabilidade

Tem como missão definir, apoiar na implementação, monitorizar e reportar à Comissão Executiva o Plano de Sustentabilidade do Grupo BES. Integram este Comité os seguintes membros da Comissão Executiva: António José Baptista do Souto, Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira e Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes.

II.3 Organograma da Sociedade, Distribuição de Pelouros e Lista de Matérias Indelegáveis

A. Organograma



b) Comissão Executiva

À data de 31 de dezembro de 2012, a distribuição de pelouros entre os membros da Comissão Executiva é a seguinte:

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

Atuais pelouros:

Presidente da Comissão Executiva, do Conselho Financeiro e de Crédito e do Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO). Tem os pelouros de Planeamento e Contabilidade, *Compliance*, Comunicação, Relações com Investidores, Secretariado-Geral do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, Controlo de Gestão. Assegura, ainda, a interligação da atividade do BES com as sociedades ESAF - Espírito Santo Ativos Financeiros, Banco BEST – Banco Eletrónico de Serviço Total, S.A., ES Tech Ventures, SGPS, S.A. e ESEGUR – Empresa de Segurança, S.A..

Comités a que pertence:

Retalho; Empresas; Internacional; Gestão de Ativos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); *Private*; Conselho Financeiro e de Crédito.

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Atuais pelouros:

Coordena o *Private Banking* do Grupo BES, a Sucursal Financeira Exterior (Madeira), os Residentes no Estrangeiro, e o Centro de Estudos da História do BES. Assegura a interligação da atividade do BES com a Sucursal da Venezuela e do Luxemburgo (função partilhada com Amílcar Moraes Pires).

Comités a que pertence:

Private; Internacional; Gestão de Ativos e Passivos (ALCO); Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC).

António José Baptista do Souto

Atuais pelouros:

Empresas (Norte e Sul), *Corporate Banking*, Unidade Internacional *Premium*, *Marketing* de Empresas e Institucionais, Municípios e Institucionais, Recursos Humanos, Acompanhamento de Empresas, *Leasing & Factoring*. Assegura a interligação da atividade do BES com as empresas Multiempresarial – Sociedade de Prestação e Gestão de Serviços, S.A. e Ijar Leasing Algeria Spa.

Comités a que pertence:

Empresas; Internacional; Gestão de Ativos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Conselho Financeiro e de Crédito; Sustentabilidade.

Jorge Alberto Carvalho Martins

Atuais pelouros:

Presidência do Conselho de Crédito do Porto. Coordena o departamento comercial Norte, a área de gestão Imobiliária que inclui os departamentos de rentabilização de imóveis e de gestão de imóveis e projetos imobiliários, o departamento de promotores externos e o gabinete de avaliações e projetos imobiliários. Assegura a interligação da atividade do BES com a Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas.

Comités a que pertence:

Retalho; *Private*; Gestão de Ativos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Empresas; Conselho Financeiro e de Crédito.

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Atuais pelouros:

Departamento de Risco Global (função partilhada com Joaquim Goes). Assegura a interligação da atividade do BES com o Banco Espírito Santo de Investimento, do qual é Presidente da Comissão Executiva.

Comités a que pertence:

Empresas; Internacional; Gestão de Ativos e Passivos (ALCO); Risco; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC);

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Atuais pelouros:

Departamento de assuntos jurídicos, auditoria e inspeção, gestão e coordenação de segurança e gabinete corporativo.

Comités a que pertence:

Gestão de Ativos e Passivos (ALCO); Sustentabilidade

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

Atuais pelouros:

Departamento de *marketing* estratégico, *marketing* de particulares, *marketing* de negócios, *marketing* de comunicação e estudos do consumidor, risco global (função partilhada com José Maria Ricciardi), informação de gestão, qualidade de serviço, *direct* e *self banking*, gabinete das universidades, universidade BES, recuperação de crédito, gabinete *Assurfinance*. Assegura a interligação da atividade do BES com as sociedades Espírito Santo Recuperação de Crédito, Espírito Santo Informática, *Oblog Consulting*, S.A., BES Seguros S.A. e Contact , S.A.

Comités a que pertence:

Retalho; Empresas; Gestão de Ativos e Passivos (ALCO); Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Risco; Sustentabilidade.

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires

Atuais pelouros:

Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos, Gestão da Poupança, Gabinete de Reorganização Estratégica do GBES Gabinete de Monetização do Crédito a Empresas, Controlo de Gestão (função partilhada com Ricardo Espírito Santo Silva Salgado) e departamento de desenvolvimento internacional. Assegura a interligação da atividade do BES com as sucursais de Londres, Nova Iorque, Espanha, Venezuela (função partilhada com José Manuel Espírito Santo) e Luxemburgo (função partilhada com José Manuel Espírito Santo), com as subsidiárias BES África, SGPS, S.A., ES Bank, Aman Bank, BES Angola, SARL, Moza Banco, Cabo Verde, Escritórios de representação no estrangeiro e com as sociedades Avistar SGPS; S.A., Espírito Santo Research, BES Vida, Companhia de Seguros, S.A., BES Finance, BES Cayman, Bank Espírito Santo International, Ltd («BESI»), BIC International Bank Ltd («BIBL»), BES Beteiligungs, GmbH .

Comités a que pertence:

Private; Empresas; Internacional; Gestão de Ativos e Passivos (ALCO); Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Risco; Conselho Financeiro e de Crédito.

Nota:

O administrador Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires detém o pelouro financeiro do BES desde março de 2004.

O BES entende que as especificidades exigidas para o cargo do pelouro financeiro não justificam uma rotatividade do respetivo administrador, discordando com o conteúdo da Recomendação da CMVM (Recomendação II.2.5).

Atuais pelouros:

Departamento Comercial Sul, Crédito a particulares e cartões, negociação e controlo de custos, assegurando ainda a articulação com o BES dos Açores.

Comités a que pertence:

Gestão de Ativos e Passivos (ALCO); Retalho; Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Risco: Conselho Financeiro e de Crédito.

Atuais pelouros:

Departamento de organização, departamento executivo de operações, segmento de clientes residentes em França.

Comités a que pertence:

Empresas; Retalho; *Private*; Gestão de Ativos e Passivos (ALCO); Informática, Operações, Qualidade e Custos (CIOQC); Risco.

Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria é o órgão de fiscalização do BES, competindo-lhe, em geral, fiscalizar a administração do Banco, a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e das funções de auditoria interna e de *compliance*, bem como representar o BES, para todos os efeitos, junto do auditor externo da Sociedade, que é anualmente avaliado por esta Comissão.

A Comissão de Auditoria é composta por três administradores não executivos e qualificados como independentes: Horácio Lisboa Afonso, João de Faria Rodrigues e Pedro João Reis de Matos Silva (Cfr. o ponto II.14. para a sua caracterização e o ponto II.18. para as respetivas qualificações profissionais e atividades exercidas nos últimos cinco anos).

c) Lista de matérias indelegáveis

Para além das matérias que por lei são indelegáveis na Comissão Executiva, o Regulamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva (que pode ser consultado em www.bes.pt/investidor) estabelece, ainda, que caberá sempre ao Conselho de Administração:

- a) Definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade;
- b) Definir a estrutura empresarial do Grupo;
- c) Tomar todas as decisões que considere estratégicas, em função do seu montante, do seu risco ou das suas características especiais.

d) Prestação de informação

O Presidente da Comissão Executiva remete ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente da Comissão de Auditoria as convocatórias e as atas das reuniões da Comissão Executiva.

Todos os membros da Comissão Executiva prestam quaisquer informações que sejam solicitadas pelos restantes órgãos sociais.

II.4 Atividade Desenvolvida pela Comissão de Auditoria

O relatório anual sobre a atividade da Comissão de Auditoria inclui a descrição da atividade de fiscalização desenvolvida e é objeto de divulgação no site do BES, em www.bes.pt/investidor, conjuntamente com os documentos de prestação de contas.

II.5. Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Riscos

Sistema de Controlo Interno

O BES mantém e opera um **sistema de controlo interno documentado**, cuja gestão está confiada ao Departamento de *Compliance* que, para melhor assegurar o cumprimento desta responsabilidade, constituiu em estrutura autónoma e diferenciada, a **Unidade de Gestão do Sistema de Controlo Interno («UGSCI»)**.

A UGSCI tem por missão o levantamento, sistematização, monitorização e manutenção do sistema de controlo interno do BES, cabendo-lhe garantir uma visão de conjunto e uma gestão integrada do sistema de controlo interno de todo o Grupo BES, que deverá ser garante da fiabilidade da informação financeira, da salvaguarda dos ativos e da adequada prevenção de riscos inerentes.

Compete, ainda, à UGSCI preparar e assegurar o reporte interno, traduzido designadamente em pontos de situação mensais, e reporte externo às diversas entidades regulamentares, assegurando assim uma visão de conjunto e uma gestão integrada do sistema de controlo interno.

No desenho e avaliação do sistema de controlo interno, o Grupo BES adotou as metodologias e princípios COSO (*Committee Of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – organização, criada em 1985 nos EUA, dedicada a identificar e combater as causas do reporte financeiro fraudulento, estabelecendo, para esse efeito, recomendações e *frameworks* para as empresas):

- A cultura de controlo interno promovida na organização determina a conduta e consciência dos seus colaboradores;
- A organização enfrenta uma diversidade de riscos que devem ser avaliados ao nível da entidade e dos processos;
- Os procedimentos de controlo definidos contribuem para assegurar que as diretivas de gestão estão a ser cumpridas;
- Toda a informação relevante deve ser identificada e comunicada;
- O sistema de controlo interno deve ser suportado por um processo de monitorização.

Sistema de Gestão de Riscos

No Grupo BES o controlo dos riscos está organizado de forma a abranger os riscos de crédito, de mercados, de liquidez, de taxa de juro, de taxa de câmbio, operacional e de *compliance*.

As principais estruturas que se dedicam à prevenção e controlo dos riscos na atividade, são o Comité de Risco, o Departamento de Risco Global, a Comissão de Acompanhamento de Risco de Crédito, o Departamento de *Compliance* e o Departamento de Auditoria e Inspeção (um desenvolvimento pormenorizado do sistema de controlo dos riscos encontra-se no Capítulo 5 do Relatório Consolidado de Gestão).

O **Comité de Risco** reúne mensalmente com a presença do Presidente da Comissão Executiva, e é responsável por monitorizar a evolução do perfil integrado de risco do Grupo BES e por analisar e propor metodologias, políticas, procedimentos e instrumentos de avaliação para os diferentes riscos a que o BES está sujeito, nomeadamente, de crédito, operacional e de mercados, liquidez e taxa de juro, assim como por analisar a evolução da rentabilidade ajustada pelo risco e do valor acrescentado dos principais segmentos/Clientes.

O **Departamento de Risco Global («DRG»)** centraliza a função de gestão dos riscos do Grupo BES. As principais funções do DRG são:

- Identificar, avaliar e controlar os diferentes tipos de risco assumidos, por forma a permitir a gestão do risco global do Grupo BES;

- Implementar as políticas de risco definidas pela Comissão Executiva, homogeneizando princípios, conceitos e metodologias em todas as unidades do Grupo BES;
- Contribuir para os objetivos de criação de valor através do aperfeiçoamento de ferramentas de apoio à estruturação, *pricing* e decisão de operações, bem como do desenvolvimento de técnicas de avaliação de *performance* e de otimização da base de capital.

A **Comissão de Acompanhamento de Risco de Crédito** («CARC») tem como objetivos:

- Proceder à análise e avaliação dos Clientes que apresentam sintomas de agravamento da sua qualidade creditícia, tendo por base os seguintes elementos:
 - Perfil económico e financeiro dos Clientes;
 - Tipologia da exposição de crédito nos Clientes;
 - A natureza e valor das garantias recebidas, dando atenção às datas a que se reportam as respetivas avaliações e às entidades que as realizaram;
 - Sinais de alerta detetados no perfil comportamental dos Clientes nas suas relações com o Banco e com o sistema financeiro em geral.
- Definir as opções estratégicas de relação comercial e o nível de vigilância ativa que, para cada caso, melhor se ajuste ao perfil e quadro específico de situação de cada uma das entidades/ grupos analisados;
- Proceder à análise e validação dos níveis de imparidade de crédito previamente determinados para o universo de entidades previamente selecionado em função dos critérios objetivos estabelecidos.

O **Departamento de Compliance** reporta funcionalmente à Comissão de Auditoria, independentemente do reporte e da relação hierárquica que mantém com a Comissão Executiva, e assegura a gestão corrente das atividades relativas à função *compliance*, que incluem:

- Prestar aconselhamento ao órgão de administração com vista ao cumprimento pelo BES das obrigações legais, regulamentares, éticas e de conduta aplicáveis;
- Implementar políticas e procedimentos de prevenção e deteção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;
- Assegurar a monitorização e manutenção do Sistema de Controlo Interno do Banco e elaborar o respetivo relatório interno comunicando-o ao Banco de Portugal;
- Controlar o cumprimento das atividades de intermediação financeira registadas junto da CMVM, nos termos consagrados no Código dos Valores Mobiliários;
- Assegurar e promover, no âmbito das suas atribuições, a relação com Autoridades Judiciais e Policiais, Banco de Portugal, CMVM e outras entidades de Supervisão; acompanhar a aplicação do Código de Conduta dos colaboradores do Grupo BES.

O **Departamento de Auditoria e Inspeção** reporta funcionalmente à Comissão de Auditoria, independentemente do reporte e da relação hierárquica que mantém com a Comissão Executiva, e tem por missão avaliar a eficácia e adequação dos processos de gestão de risco, do controlo interno e da governação, inerentes à atividade das sociedades incluídas no perímetro do Grupo BES com vista à diminuição das condições gerais de risco.

No âmbito das suas atribuições, compete-lhe designadamente:

- Analisar os processos operativos e de negócio, avaliando a eficácia da gestão dos riscos e dos controlos respetivos, bem como a conformidade da atividade com os preceitos legais/ regulamentares e os textos normativos internos aplicáveis;
- Colaborar com todos os órgãos do Grupo BES na aplicação e correta observância das políticas superiormente definidas, particularmente no que respeita à sensibilização/ aplicação de procedimentos de controlo interno;
- Conferir e avaliar a defesa e segurança dos valores monetários, escriturais e documentais, de titularidade do Grupo BES ou confiados à sua guarda;

- Assegurar e promover, no âmbito das suas atribuições, a relação com Autoridades Judiciais e Policiais, Banco de Portugal, CMVM e outras entidades de Supervisão, bem como responder às solicitações de outras instituições públicas e privadas;
- Participar na definição e elaboração dos textos normativos, na ótica da uniformização dos procedimentos de prevenção, controlo e segurança, bem como emitir e fazer publicar comunicações e circulares sobre matérias enquadráveis no âmbito da sua esfera específica de intervenção;
- Zelar para que práticas contrárias aos textos normativos e/ ou regulamentos internos sejam prontamente corrigidas, pugnando, paralelamente, para que os procedimentos adotados na execução das operações se encontrem devidamente regulamentados.

II.6 Responsabilidade do Órgão de Administração nos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão dos Riscos

O Conselho de Administração do BES, através da sua Comissão Executiva, é responsável pela implementação e manutenção de um Sistema de Controlo Interno adequado e eficaz, não só definindo, em consonância, os princípios e os objetivos que lhe estão subjacentes e que devem ser incorporados na estratégia e políticas do Banco, mas também assegurando o seu cumprimento por todos os colaboradores, tendo em vista garantir que, a todo o tempo, o Grupo BES detém as competências e os recursos suficientes e adequados ao exercício da sua atividade no estrito cumprimento do sistema de controlo interno.

A Comissão Executiva é, também, responsável pelo estabelecimento e manutenção de um sólido sistema de gestão de riscos, o qual, inserido num adequado ambiente geral de controlo e em paralelo com um eficiente sistema de informação e comunicação e um efetivo processo de monitorização, estão na base da adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno do BES. Para tanto, é a Comissão Executiva que define o perfil de risco objetivo, mediante a fixação de limites globais e específicos, e aprova os procedimentos necessários ao acompanhamento e controlo desses riscos, assegurando, assim, o cumprimento dos limites por si estabelecidos.

A Comissão de Auditoria, como órgão de fiscalização do BES, é responsável pela apreciação do funcionamento do Sistema de Controlo Interno, nomeadamente, das funções de gestão de riscos, de *compliance* e de auditoria interna que lhe estão subjacentes e do respetivo ajustamento às necessidades do BES. À Comissão de Auditoria compete, ainda, emitir anualmente parecer sobre a adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno face aos requisitos definidos pelos Avisos n.ºs 5/2008 e 9/2012, do Banco de Portugal, com exceção da parte do Sistema de Controlo Interno subjacente ao processo de preparação e de divulgação de informação financeira, a qual é objeto de parecer a emitir pelo AE/ROC do BES.

II.7 Regulamentos de Funcionamento dos Órgãos da Sociedade

Todos os órgãos da Sociedade dispõem de regulamentos internos de funcionamento. O Regulamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, o Regulamento da Comissão de Auditoria, o Regulamento da Comissão de Governo, o Regulamento da Comissão Consultiva de Remunerações e o Regulamento da Assembleia Geral podem ser consultados em www.bes.pt/investidor.

Não existem regras relativas a incompatibilidades definidas internamente, nem existe qualquer número máximo de cargos acumuláveis.

Todos os órgãos sociais e comissões do BES elaboram atas das reuniões que realizam.

II.8 Presidente do Conselho de Administração

Não aplicável – O Presidente do Conselho de Administração não exerce funções executivas.

II.9 Principais Riscos a que a Sociedade se Expõe no Exercício da sua Atividade

Na sua atividade, o BES está sujeito a diversos tipos de risco, dos quais os mais importantes são:

O risco de crédito

O risco de crédito resulta da possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes do incumprimento do Cliente ou contraparte relativamente às obrigações contratuais estabelecidas com o Banco no âmbito da sua atividade creditícia.

O risco de mercado

O risco de mercado representa genericamente a eventual perda resultante de uma alteração adversa do valor de um instrumento financeiro como consequência da variação de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de ações e preços de mercadorias.

O risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro refere-se à exposição da situação financeira de um Banco a movimentos adversos nas taxas de juro.

O risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco atual ou futuro que deriva da incapacidade de solver as responsabilidades à medida que se vão vencendo sem incorrer em perdas inaceitáveis.

O risco operacional e de compliance

O risco operacional e de *compliance* define-se como a probabilidade de ocorrência de eventos com impactos negativos nos resultados ou no capital resultantes da inadequação ou deficiência de procedimentos, sistemas de informação, comportamento das pessoas ou motivados por acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

(para mais informações sobre a gestão dos riscos, consultar o capítulo 6 do Relatório de Gestão).

II.10 Poderes do Órgão de Administração

Compete ao Conselho de Administração exercer os mais amplos poderes de gestão e representação da Sociedade e praticar todos os atos necessários ou convenientes à prossecução das atividades compreendidas no seu objeto social, designadamente:

- Gerir os negócios da Sociedade e praticar todos os atos e operações relativos ao objeto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da Sociedade;
- Representar a Sociedade, em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos, e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações ou outros valores mobiliários, nos termos admitidos por lei;
- Adquirir, vender ou, por qualquer forma, alienar ou onerar direitos, nomeadamente os incidentes sobre participações sociais, bens móveis e imóveis;
- Estabelecer a organização técnico-administrativa da Sociedade e as suas normas de funcionamento interno;

f) Constituir mandatários, judiciais ou outros, com os poderes que julgue convenientes, incluindo os de substabelecer;

g) Proceder, por cooptação, à substituição dos administradores que faltarem definitivamente, durando o mandato dos cooptados até ao termo do período para o qual os administradores substituídos tenham sido eleitos, sem prejuízo da ratificação na primeira Assembleia Geral seguinte;

h) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pela Assembleia Geral.

Foi aprovado, em Assembleia Geral Extraordinária de 9 de junho de 2011 uma alteração parcial ao contrato de sociedade que conferiu ao Conselho de Administração autorização para, após parecer favorável da Comissão de Auditoria, aumentar o capital social por entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, através da emissão de ações ordinárias ou de ações preferenciais, remíveis ou não, nos termos e condições a definir. O montante máximo da autorização, a acrescer ao valor do capital social, é de € 7 500 000 000,00, sendo a autorização válida pelo prazo de cinco anos.

Em 2012, o Conselho de Administração utilizou esta autorização no montante de € 1 010 000 000,00 no âmbito do aumento de capital realizado em maio.

II.11 Política de Rotação dos Pelouros no Conselho de Administração

Não existe qualquer política de rotação de pelouros no Conselho de Administração.

II.12 Reuniões dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Em 2012 o Conselho de Administração do BES reuniu 8 vezes, a Comissão Executiva 90 vezes e a Comissão de Auditoria 12 vezes. A indicação do número de reuniões da Comissão Executiva e da Comissão de Auditoria diz respeito às reuniões formais e exclusivas de cada um destes órgãos. Todas as reuniões são documentadas em ata do respetivo órgão.

II.13 Reuniões da Comissão Executiva

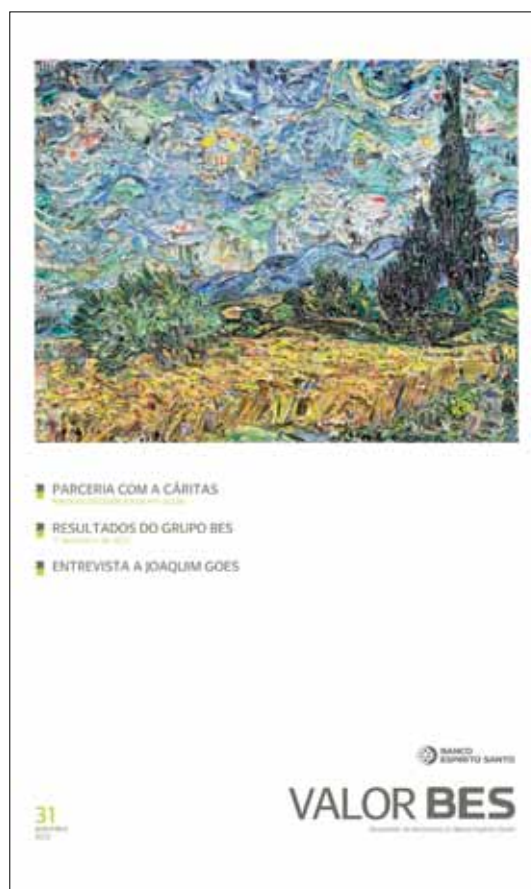
Em 2012 a Comissão Executiva reuniu-se 90 vezes. Todas as reuniões da Comissão Executiva foram regularmente convocadas e delas existem atas que foram remetidas ao Presidente do Conselho de Administração e ao Presidente da Comissão de Auditoria.

II.14 Identificação dos Membros Executivos e não Executivos do Conselho de Administração e Critérios de Independência

O Conselho de Administração é, atualmente, composto por 26 membros, dos quais 10 são executivos e 16 não executivos. O BES considera que esta composição permite garantir a efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros da Comissão Executiva.

Dos 16 administradores não executivos, 7 são qualificados como administradores independentes, representando estes mais de 25% do total do órgão de administração. Nessa medida, cumprem todos também com o regime de incompatibilidades previsto no Código das Sociedades Comerciais. São qualificados como administradores independentes o Presidente do Conselho de Administração (Alberto de Oliveira Pinto), os administradores que compõem a Comissão de Auditoria (Horácio Afonso, João Faria Rodrigues e Pedro Matos Silva), os membros da Comissão de Governo da Sociedade (Nuno Godinho de Matos, Isabel de Sousa Coutinho e Rita Amaral Cabral), e os membros da Comissão Consultiva de Remunerações (Isabel de Sousa Coutinho, Nuno Godinho de Matos e Rita Amaral Cabral). O processo de verificação da independência dos administradores não executivos está exposto no ponto II.15. do presente relatório.

Os administradores não executivos participam em todas as reuniões do Conselho de Administração, acompanhando por essa via a evolução da atividade do BES, podendo formular questões a quaisquer outros órgãos sociais ou estruturas internas do Grupo BES. No exercício das suas funções, o órgão de administração não se deparou com nenhum constrangimento.



Nome	Cargo	Independente	Razão para a não Independência
Alberto Alves de Oliveira Pinto	Presidente do Conselho de Administração	Sim	
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva	Não	Membro da Comissão Executiva
Bruno de Laage de Meux	Vice-Presidente do Conselho de Administração	Não	Administração ou vínculo contratual com o acionista Crédit Agricole, S.A.
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Não	Membro da Comissão Executiva
Antônio José Baptista do Souto	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Não	Membro da Comissão Executiva
Jorge Alberto Carvalho Martins	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Não	Membro da Comissão Executiva
Aníbal da Costa Reis de Oliveira	Membro do Conselho de Administração	Não	Administrador da Sociedade Espírito Santo Financial Group, S.A.
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva	Membro do Conselho de Administração	Não	Administrador da Sociedade Espírito Santo Financial Group, S.A.
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Não	Membro da Comissão Executiva
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Não	Membro da Comissão Executiva
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Não	Membro da Comissão Executiva
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	Membro do Conselho de Administração	Não	Presidente da Comissão Executiva do BESI Brasil
Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Não	Membro da Comissão Executiva
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos	Membro do Conselho de Administração, da Comissão de Governo e da Comissão Consultiva de Remunerações	Sim	
João Eduardo Moura da Silva Freixa	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Não	Membro da Comissão Executiva
Pedro Mosqueira do Amaral	Membro do Conselho de Administração	Não	Vínculo contratual com o BES
Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho	Membro do Conselho de Administração, Presidente da Comissão de Governo e da Comissão Consultiva de Remunerações	Sim	
João de Faria Rodrigues	Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria	Sim	
Marc Olivier Tristan Oppenheim	Membro do Conselho de Administração	Não	Administração ou vínculo contratual com o acionista Crédit Agricole, S.A.
Vincent Claude Paul Pacaud	Membro do Conselho de Administração	Não	Administração ou vínculo contratual com o acionista Crédit Agricole, S.A.
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral	Membro do Conselho de Administração, da Comissão de Governo e da Comissão Consultiva de Remunerações	Sim	
Stanislas Gerard Marie Georges Ribes	Membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva	Não	Membro da Comissão Executiva
Horácio Lisboa Afonso	Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria	Sim	
Pedro João Reis Matos Silva	Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria	Sim	
Milton Almicar Silva Vargas	Membro do Conselho de Administração	Não	Administração ou vínculo contratual com o acionista Banco Bradesco
Xavier Musca	Membro do Conselho de Administração	Não	Administração ou vínculo contratual com o acionista Crédit Agricole, S.A.

II.15 Critérios para a Avaliação da Independência dos Membros do Conselho de Administração

A Comissão de Governo da Sociedade confirmou a independência dos membros qualificados como administradores independentes, como segue:

Membros não executivos do Conselho de Administração que integram a Comissão de Auditoria

Os membros da Comissão de Auditoria do BES estão, por força do disposto no Código das Sociedades Comerciais (art. 423.º - B n.ºs 3, 4 e 5), sujeitos a um escrutínio da sua independência e à verificação da inexistência de situações consideradas incompatíveis com o exercício do cargo.

De acordo com o referido regime, a avaliação da independência deve ser feita por referência ao conceito estabelecido no art. 414.º n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais («CSC») e as situações de incompatibilidade com o exercício do cargo a ter em conta são, com as devidas adaptações, as indicadas no art. 414.º - A do CSC (com exceção do disposto na al. b) do respetivo n.º 1).

No início de 2013, com vista a servir de base à recolha de informação pertinente para a avaliação das referidas situações, a realizar pelo órgão de administração, foram elaborados e enviados questionários a cada um dos membros da Comissão de Auditoria, a fim de serem pessoalmente respondidos, assinados e posteriormente devolvidos.

Os referidos questionários compreendem questões sobre as circunstâncias de que o CSC faz depender a noção de independência e sobre as situações de incompatibilidade estabelecidas no mesmo Código.

Demais membros não executivos do Conselho de Administração (Presidente do Conselho de Administração e membros da Comissão de Governo)

Os demais membros não executivos do Conselho de Administração do BES, não estão diretamente sujeitos ao regime de avaliação de independência e de proibição de situações de incompatibilidade que o CSC estabelece para os membros da Comissão de Auditoria.

Todavia, o Regulamento da CMVM n.º 1/2010, aplicável ao BES, requer a discriminação no Relatório Anual de Governo da Sociedade dos administradores não executivos que cumpriram, se lhes fossem aplicáveis, as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do art. 414.º - A do CSC (com exceção da prevista na respetiva al. b)) e os critérios de independência previstos no n.º 5 do art. 414.º do CSC.

Assim, no início de 2013, com vista a servir de base à recolha de informação pertinente para a avaliação das referidas situações, a realizar pelo órgão de administração, foram elaborados e enviados questionários a cada um dos demais membros não executivos do Conselho de Administração que foram apresentados como administradores independentes no Relatório de Governo do BES referente a 2012, a fim de serem pessoalmente respondidos, assinados e posteriormente devolvidos.

Os referidos questionários compreendem questões sobre as circunstâncias de que o CSC faz depender a noção de independência e sobre as situações de incompatibilidade estabelecidas no mesmo Código.

Membros da Mesa da Assembleia Geral

Os membros da Mesa da Assembleia Geral do BES estão, por força do disposto no CSC (art. 374.º-A n.º1), sujeitos a um escrutínio da sua independência e à verificação da inexistência de situações consideradas incompatíveis com o exercício do cargo.

De acordo com o referido regime a avaliação da independência deve ser feita, com as devidas adaptações, por referência ao conceito estabelecido no art. 414.º n.º5 do CSC e as situações de incompatibilidade com o exercício do cargo a ter em conta são, também com as devidas adaptações as indicadas no n.º1 do art. 414.º-A do CSC.

No início de 2013, com vista a servir de base à recolha de informação pertinente para a avaliação das referidas situações, a realizar pelo órgão de administração, foram elaborados e enviados questionários a cada um

dos membros da Mesa da Assembleia Geral, a fim de serem pessoalmente respondidos, assinados e posteriormente devolvidos. Dos referidos questionários decorreu a renúncia apresentada pelo Vice-Presidente da Mesa, tendo-se verificado por essa ocasião que um parente do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral exerce funções de administração numa entidade concorrente do BES.

Os referidos questionários compreendem questões sobre as circunstâncias de que o CSC faz depender a noção de independência e sobre as situações de incompatibilidade estabelecidas no mesmo Código.

II.16 Processo de Seleção dos Administradores Não Executivos

A Comissão de Governo da Sociedade tem como função apoiar e aconselhar o Conselho de Administração no preenchimento de vagas ocorridas no Conselho de Administração (cfr. o ponto II.2. do presente Relatório), nomeadamente apreciando o perfil de cada candidato, em termos das suas qualificações, conhecimentos e experiência.

Sem prejuízo da liberdade da Assembleia Geral em eleger livremente os membros do Conselho de Administração do BES, a intervenção da Comissão de Governo da Sociedade é mais um elemento que garante a ausência de qualquer influência dos administradores executivos no processo de escolha dos membros do órgão de administração em geral, e dos não executivos em particular.

II.17 Descrição da Atividade dos Administradores Não Executivos

O relatório anual de gestão inclui uma descrição da atividade desenvolvida pelos administradores não executivos (Cfr. Capítulo I do relatório de gestão do BES).

II.18 Qualificação Profissional dos Membros do Conselho de Administração e Atividade Exercida nos últimos cinco anos

Alberto Alves de Oliveira Pinto

Licenciado em Ciências Económicas e Financeiras pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Presidente do Conselho de Administração do Banco Nacional de Crédito Imobiliário entre 1991 e 2005. Administrador não executivo da Galp Energia entre 2006 e 2008. Administrador não executivo do BES de fevereiro de 2006 a março de 2008. É Presidente do Conselho de Administração do BES desde março de 2008.

N.º de ações em 31/12/2012: 0

1.ª Designação: fevereiro de 2006

Termo do mandato: 2015

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade Técnica de Lisboa. Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do BES, Presidente do Conselho de Administração das Sociedades Espírito Santo Financial Group, S.A., Bespar - SGPS, S.A. e Partran, SGPS, S.A.. Membro do Instituto Internacional de Estudos Bancários desde 2003 e seu Presidente entre outubro de 2005 e dezembro de 2006. Membro do Conselho de Administração do Banco Bradesco (Brasil) desde 2003.

N.º de ações em 31/12/2012: 3 806 915

1.ª Designação: setembro de 1991

Termo do mandato: 2015

Bruno de Laage de Meux

Licenciado pela 'Écoles des Hautes Études Commerciales (H.E.C.) e MBA pelo INSEAD. Foi, desde 2006, Administrador e Membro do Comité Estratégico do Crédit Agricole S.A. e Secretário Geral adjunto da Federação Nacional do Crédit Agricole. Em março de 2010 foi nomeado Vice-Presidente do Crédit Agricole S.A., tendo o pelouro das Caixas Regionais ("Caisses Régionales"), da Banca de Retalho Internacional, Sistemas de Pagamento e Serviços Financeiros Especializados (Consumer Credit, Leasing and Factoring). Em abril de 2010 foi nomeado membro do Conselho de Administração do BES, em substituição de Jean Frédéric de Leusse.

N.º de ações em 31/12/2012: 0

1.ª Designação: abril de 2010

Termo do mandato: 2015

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Licenciado em Economia, com especialização em Direção e Administração de Empresas, pela Universidade de Évora (ex - Instituto de Estudos Superiores de Évora). Presidente da Banque Privée Espírito Santo S.A., Administrador Executivo do BES e Vice-Presidente da Espírito Santo Financial Group, S.A..

N.º de ações em 31/12/2012: 1 009 271

1.ª Designação: abril de 1992

Termo do mandato: 2015

António José Baptista do Souto

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Administrador Executivo do BES. Membro do Conselho de Administração da SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A..

N.º de ações em 31/12/2012: 106 081

1.ª Designação: novembro de 1990

Termo do mandato: 2015

Jorge Alberto Carvalho Martins

Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Administrador Executivo do BES. Membro do Conselho de Administração da Locarent - Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A..

N.º de ações em 31/12/2012: 144 058

1.ª Designação: julho de 1993

Termo do mandato: 2015

Aníbal da Costa Reis de Oliveira

Curso Geral de Comércio (Porto) e Curso de Engenharia Química (Alemanha). Funções executivas nas várias empresas do Grupo Riopele. Membro não executivo do Conselho de Administração do BES desde 1992.

N.º de ações em 31/12/2012: 1 010 000

1.ª Designação: abril de 1992

Termo do mandato: 2015

Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva

B.A. Business Administration, Richmond College em Londres, International Banker's course at Barclays and Midland Bank, em Londres; INSEAD Fontainebleau "Inter-Alpha Banking Programme". Membro do Conselho de Administração do BES desde 1994. Membro Executivo do World Travel & Tourism Council desde 2003. Presidente da Comissão Executiva da sociedade Espírito Santo Resources desde 2006. Presidente do Conselho de Administração da Rioforte Investments desde 2008 e da Rioforte (Portugal) desde 2010.

N.º de ações em 31/12/2012: 6 831

1.ª Designação: março de 1994

Termo do mandato: 2015

José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi

Licenciado em Sciences Economiques Appliquées pelo Instituto de Administração e Gestão da Faculdade de Ciências Económicas, Políticas e Sociais, Universidade Católica de Louvain - Bélgica. Administrador executivo do BES. Vice-Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva do BES Investimento. Presidente do Conselho de Administração do BES Investimento do Brasil, S.A.. Membro do Conselho de Administração da Espírito Santo Financial Group. Membro do Conselho de Administração da Espírito Santo International, S.A.. Membro do Conselho de Administração da BES África SGPS, S.A.. Presidente do Conselho de Administração da Espírito Santo Investment Holdings Limited. Vogal do Conselho Geral e de Supervisão da EDP. Membro do Conselho Fiscal da Sporting Clube de Portugal-Futebol, S.A.D..

N.º de ações em 31/12/2012: 30 000

1.ª Designação: março de 1999

Termo do mandato: 2015

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa. Advogado, Administrador Executivo do BES. Membro do Conselho de Administração da Cimigest – S.G.P.S., S.A; Membro do Conselho Fiscal da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A.; Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AVISTAR S.G.P.S., S.A., da BES África, S.G.P.S., S.A., do BEST – Banco Eletrónico de Serviço Total, S.A., da ES Tech Ventures S.G.P.S., S.A., da ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros S.G.P.S., S.A., da Espírito Santo Ventures, Sociedade de Capital de Risco, S.A., da Bespar – S.G.P.S., S.A., da Espírito Santo Saúde – S.G.P.S., S.A., da Partran – S.G.P.S., S.A. e da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A..

N.º de ações em 31/12/2012: 6 366

1.ª Designação: março de 2000

Termo do mandato: 2015

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

Licenciado em Administração e Gestão de Empresas, com especialização em *Marketing* e Finanças pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa. MBA pelo INSEAD, em Fontainebleau. Administrador Executivo do BES. Membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom desde 2000.

N.º de ações em 31/12/2012: 151 204

1.ª Designação: março de 2000

Termo do mandato: 2015

Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva

Licenciado em Economia pela City University, Londres. Presidente Executivo do BES Investimento do Brasil, Membro do Conselho de Administração do BES Investimento desde 2003, tendo sido nomeado Administrador Executivo em 2005. Membro do Conselho de Administração do BES desde 2002.

N.º de ações em 31/12/2012: 160 000

1.ª Designação: março de 2002

Termo do mandato: 2015

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires

Licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Até 2004, foi diretor geral e assessor do Conselho de Administração do BES e Coordenador do Departamento Financeiro, de Mercados e Estudos. É Administrador executivo do BES desde março de 2004 e membro do Conselho de Administração do BES Investimento, desde 2005. É membro do Conselho de Administração da Portugal Telecom desde 2006.

N.º de ações em 31/12/2012: 334 725

1.ª Designação: março de 2004

Termo do mandato: 2015

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos

Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa. Exerce a atividade de advogado. Membro do Conselho de Administração do BES desde 2006, integrando a Comissão de Governo desde 2010 e a Comissão Consultiva de Remunerações desde 2012.

N.º de ações em 31/12/2012: 0

1.ª Designação: fevereiro de 2006

Termo do mandato: 2015

João Eduardo Moura da Silva Freixa

Licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia; MBA na Universidade Nova de Lisboa. Entre 2004 e 2005 foi Vice-Presidente da Caixa Geral de Depósitos, Vice-Presidente do Caixa - Banco de Investimento (Caixa BI) e Administrador não executivo da EDP- Energias de Portugal. Desde outubro de 2005, foi assessor do Conselho de Administração do BES e é membro executivo do Conselho de Administração do BES desde 2006, e Vice-Presidente do BES dos Açores desde novembro de 2006. Membro do Conselho de Administração da Unicre – Instituição Financeira de Crédito, S.A. desde 2010.

N.º de ações em 31/12/2012: 131 281

1.ª Designação: setembro de 2006

Termo do mandato: 2015

Pedro Mosqueira do Amaral

Licenciado em Gestão de Empresas, European University, Bruxelas, Bélgica. Administrador do BES GmbH, desde 2006 e membro do Conselho de Administração do BES desde 2008.

N.º de ações em 31/12/2012: 192 500

1.ª Designação: março de 2008

Termo do mandato: 2015

Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho

Licenciada em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) em 1969. Foi Presidente da Fundação Pão de Açúcar – Auchan até 2007, é membro do Conselho de Administração do BES desde 2008, Presidente da Comissão de Governo desde 2010 e membro da Comissão Consultiva de Remunerações desde 2012.

N.º de ações em 31/12/2012: 0

1.ª Designação: março de 2008

Termo do mandato: 2015

João de Faria Rodrigues

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia (1980). É Revisor Oficial de Contas desde 1992. Entre 1997 e 2008, foi Senior Audit Manager na Grant Thornton & Associados – SROC, Lda. É membro do Conselho de Administração do BES desde 2008, integrando a Comissão de Auditoria.

N.º de ações em 31/12/2012: 0

1.ª Designação: março de 2008

Termo do mandato: 2015

Marc Olivier Tristan Oppenheim

Licenciado pela 'École Supérieure des Sciences Économiques et Commerciales' – ESSEC. Em 2007 foi nomeado Diretor da área de Mercado de Particulares e membro da Direção do Comité Geral do Crédit Lyonnais. Desde junho de 2010, é Diretor da área de Banca de Retalho Internacional do Crédit Agricole e membro da Comissão Executiva. Em 2010, foi nomeado administrador não executivo do BES.

N.º de ações em 31/12/2012: 0

1.ª Designação: julho de 2010

Termo do mandato: 2015

Vincent Claude Paul Pacaud

Licenciado pela 'École Polytechnique' e MBA no INSEAD. Foi CEO do BNP Paribas Assurance na Ásia e membro do Comité Estratégico Internacional do BNP Paribas Assurance. Em 2008, ingressa no Grupo Crédit Agricole como responsável pela atividade de seguros na zona da Ásia e em 2010, é nomeado CEO do Crédit Agricole Life Japan. É membro do Conselho de Administração do BES desde 2011, em substituição do Michel Goutorbe, e dos Conselhos de Administração da BESPAR, da ESAF e das Seguradoras BES Vida e BES Seguros.

N.º de ações em 31/12/2012: 0

1.ª Designação: maio 2011

Termo do mandato: 2015

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. É advogada inscrita na Ordem dos Advogados. Membro do Conselho de Administração da Cimigest – S.G.P.S., S.A., Administradora não executiva da Semapa, Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A., administradora não executiva da Comitês, SGPS, S.A., administradora não executiva da SODIM, SGPS, S.A.. Sócia e administradora da sociedade Amaral Cabral & Associados – Sociedade de Advogados, R.L. É Assistente convidada da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa; vice-presidente do Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa e Membro do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida. É membro do Conselho de Administração do BES, da Comissão de Governo e da Comissão Consultiva de Remunerações desde 2012.

N.º de ações em 31/12/2012: 0

1.ª Designação: março de 2012

Termo do mandato: 2015

Stanislas Gérard Marie Georges Ribes

Licenciado em Economia pelo "Institut d'Études Politiques" de Paris. Foi responsável pela direção da região Ile de France Nord no LCL, Crédit Lyonnais. Entre 2009 e 2011 foi membro do Comité de Direção Geral do LCL, Crédit Lyonnais. Entre 2006 e 2009 foi membro do Comité de Direção do LCL e do segmento das empresas e institucionais, responsável pela Direção de Negócios. Entre 2002 e 2006 foi diretor regional das Empresas Norte. Administrador executivo do BES desde 2012.

N.º de ações em 31/12/2012: 0

1.ª Designação: março de 2012

Termo do mandato: 2015

Horácio Lisboa Afonso

Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Economia. É revisor oficial de contas e técnico oficial de contas. Entre 1973 e 1982 – Price Waterhouse; 1983 a 1992 – Sócio da Consulteam / Spicer & Oppenheim; 1993 a 1997 – Sócio da Deloitte & Touche; 1997 a 2001 – Sócio da Grant Thornton. Em janeiro de 2002, na qualidade de sócio da Camacho Palma & Lisboa Afonso – SROC, passou a integrar a rede da Nexia Internacional, como International Contact Partner, até 2011. Vogal do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas no mandato 2006 / 2008.

Em julho de 2007, foi nomeado administrador e membro da Comissão de Auditoria da ESFG, S.A., função que desempenhou até ao início de 2012. É membro do Conselho de Administração do BES e Presidente da Comissão de Auditoria desde 2012.

N.º de ações em 31/12/2012: 4125

1.ª Designação: março de 2012

Termo do mandato: 2015

Pedro João Reis Matos Silva

Licenciado em Finanças pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Curso de Auditoria e Contabilidade – Centre d'Enseignement Supérieur des Affaires (CESA) em França. Foi auditor na A. Andersen (1974). É revisor oficial de contas desde 1981 e sócio de P. Matos Silva, Garcia JR, P. Caiado & Associados, SROC, Lda. Foi presidente do Conselho Fiscal do Banco Português do Atlântico (1993 - 1995). Foi assessor económico do Primeiro Ministro (1987 – 1991). Foi presidente do Conselho Fiscal da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (2005 – 2010) e é membro do seu Conselho Superior (Mandato de 2012/2014). É membro do Conselho de Administração do BES desde 2012.

N.º de ações em 31/12/2012: 0

1.ª Designação: março de 2012

Termo do mandato: 2015

Milton Almicar Silva Vargas

Licenciado em Administração de Empresas pelo Centro Universitário FIEO de Osasco. Ingressou no Banco Bradesco em 1976 tendo desempenhado cargo de vice-presidente executivo de março de 2002 a junho de 2009. Membro do Conselho de Administração de empresas como a Cielo S.A., CPM Braxis, a Fleury S.A, a Monteiro Aranha e a Portugal Telecom desde 2009. Foi cooptado para vogal do Conselho de Administração do BES em 14 de maio de 2012.

N.º de ações em 31/12/2012: 0

1.ª Designação: maio de 2012

Termo do mandato: 2015

Xavier Musca

Licenciado em Ciência política pelo "Institut d'Etudes Politiques" em Paris (Sciences Po) e pela "École Nationale d'Administration". Em 2007 era Diretor Geral do Tesouro e da política Económica (Direction générale du Trésor et de la Politique économique (DGTPE). Em 2009 foi nomeado diretor executivo dos assuntos económicos do gabinete do Presidente Francês, tornando-se Secretário Geral do Gabinete do Presidente Francês em 2011. Em julho de 2012 ingressou no Crédit Agricole como responsável pela área internacional de retalho e banca comercial, gestão de ativos e seguros. Em novembro de 2012 foi nomeado administrador não executivo do Banco Espírito Santo em substituição de Michel Jacques Mathieu.

N.º de ações em 31/12/2012: 0

1.ª Designação: novembro de 2012

Termo do mandato: 2015

II.19 Funções dos Membros do Conselho de Administração em Outras Sociedades

Alberto Alves de Oliveira Pinto

Não exerce cargos noutras entidades

Ricardo Espírito Santo Silva Salgado

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES Órgão de Administração

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Presidente)
BES África, S.G.P.S. S.A. (Presidente)
BES Finance, Ltd (Vogal)
BEST – Banco Eletrónico de Serviço Total, S.A. (Presidente)
ES Tech Ventures, S.G.P.S., S.A. (Presidente)
ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (Presidente)
Espírito Santo – Empresa de Prestação de Serviços 2, ACE (Presidente)
Espírito Santo Bank (Vogal)
Espírito Santo Ventures, Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES Órgão de Administração

Banco Bradesco S.A. (Vogal)
Banque Espírito Santo et de la Vénétie, S.A. (Vogal)
Banque Privée Espírito Santo, S.A. (Vogal)
Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Casa dos Pórticos – Sociedade de Administração de Bens, S.A. (Presidente)
E.S. Holding Administração e Participações S.A. (Vice-Presidente)
ES Bankers (Dubai) Limited (Presidente)
Espírito Santo Control S.A. (Vogal)
Espírito Santo Financial (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Espírito Santo Financial Group S.A. (Presidente)
Espírito Santo International S.A. (Vogal)
Espírito Santo Resources Limited (Vogal)
Espírito Santo Services, S.A (Vogal)
Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Sociedade de Administração de Bens Pedra da Nau, S.A. (Presidente)

Outros Cargos

Associação Portuguesa de Bancos (Representante do Banco Espírito Santo, S.A., Vice-Presidente da Direção)
Fundação Stanley Ho (Conselheiro do Conselho Geral)
Instituto Internacional de Estudos Bancários IIEB (Membro)

Bruno Bernard Marie Joseph de Laage de Meux

Cargos sociais exercidos em outras entidades fora do Grupo BES Órgão de Administração

Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
BFORBANK (Administrador)
CA Assurances (Censeur)
CA Cards & Payments (Administrador)
CA Consumer Finance (Presidente)
CA Paiement (Administrador)
Crédit Agricole Creditor Insurance (Administrador)
Crédit Agricole Leasing & Factoring (Administrador)
Emporiki Bank (Administrador)
FIA-NET Europe (Administrador)
Fireca (Administrador)
Fonds de Garantie des Dépôts (Membro do Conseil de Surveillance)
Uni – Editions (Presidente)

Outros Cargos

Crédit Agricole, S.A. (Membro do *Executive Committee*, Membro do *General Management Committee*, *Deputy Chief Executive Officer in Charge of in Charge of Retail Banking France (Regional Banks and LCL)*, *Specialised Financial Services and Payment Systems & Services*)

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES Órgão de Administração

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vogal)
BES África, S.G.P.S. S.A. (Vogal)
ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (Vogal)
Espírito Santo Bank (Vogal)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES Órgão de Administração

Banque Espírito Santo et de la Vénétie, S.A. (Vogal)
Banque Privée Espírito Santo, S.A. (Presidente)
Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Casa da Saudade – Administração de Bens Móveis e Imóveis, S.A. (Presidente)
ES Bankers (Dubai) Limited (Vogal)
Espírito Santo Control S.A. (Vogal)
Espírito Santo Financial (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vice-Presidente)
Espírito Santo Financial Group S.A. (Vice-Presidente)
Espírito Santo International S.A. (Vogal)
Espírito Santo Resources Limited (Vogal)
Espírito Santo Services, S.A. (Vogal)
Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. (Vogal)
Ponte Alta – Consultoria e Assistência (Sociedade Unipessoal), Lda. (Gerente)
Ribeira do Marchante – Administração de Bens Móveis e Imóveis, S.A. (Presidente)

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES**Órgão de Administração**

BES África, S.G.P.S. S.A. (Vogal)

Outros Cargos

Banco Espírito Santo dos Açores, S.A. (Membro da Comissão de Fixação de Remunerações)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES**Órgão de Administração**

Angra Moura – Sociedade de Administração de Bens, S.A. (Presidente)

Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (Vogal)

Ijar Leasing Algérie (Vogal)

Outros Cargos

ELO – Associação Portuguesa Para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação (Vice-Presidente do Conselho Geral)

TF Turismo Fundos – SGFII, S.A. (nomeado pelo Vogal da Comissão de Vencimentos, Banco Espírito Santo, S.A., em sua representação)

Jorge Alberto Carvalho Martins**Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES****Órgão de Administração**

Locarent – Companhia Portuguesa de Aluguer de Viaturas, S.A. (Presidente)

Conselho Fiscal

Advita – Associação para o Desenvolvimento de Novas Iniciativas Para a Vida (Suplente)

Agência de Desenvolvimento Regional de Entre-o-Douro e Tâmega (Presidente)

Instituto Empresarial do Tâmega (Presidente)

Outros Cargos

Futebol Clube do Porto – Futebol, S.A.D. (Membro do Conselho Consultivo)

Aníbal da Costa Reis de Oliveira**Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES****Órgão de Administração**

ACRO - SGPS, S.A. (Presidente)

Diliva – Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Financial (Portugal) - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Espírito Santo Financial Group S.A. (Vogal)

Espírito Santo International S.A. (Vogal)

Olinerg – SGPS, S.A. (Presidente)

Olinveste – S.G.P.S., Limitada (Gerente)

Oliren – SGPS, S.A. (Presidente)

Q. L. PORTUGAL – Sociedade de Agricultura e Serviços da Quinta da Lage, Lda. (Gerente)

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES**Órgão de Administração**

Academia de Música de Santa Cecília (Presidente do Conselho Administrativo Não Executivo)

Bensaúde Turismo, S.G.P.S., S.A. (Vogal)

Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Conselho Superior do Grupo Espírito Santo (Membro)

Espírito Santo Control S.A. (Vogal)

Espírito Santo Financial Group S.A. (Vogal)

Espírito Santo Health Care Investments S.A. (Presidente)

Espírito Santo Industrial, S.A. (Presidente)

Espírito Santo International S.A. (Vogal)

Espírito Santo Irmãos – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Espírito Santo Resources (Portugal), S.A. (Vogal)

Espírito Santo Resources Limited (Presidente da Comissão Executiva)

Espírito Santo Services, S.A. (Vogal)

Espírito Santo Tourism (Europe), S.A. (Presidente)

Euroamerican Finance Corporation, Inc. (Presidente)

Euroamerican Finance S.A. (Presidente)

Herdade da Comporta – Atividades Agro Silvícolas e Turísticas, S.A. (Presidente)

Rio Forte Investments, SA (Presidente)

RIOFORTE (Portugal), S.A. (Presidente)

Santogal – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Saptec, S.A. (Vogal)

SODIM, S.G.P.S., S.A. (Vogal)

Mesa da Assembleia Geral

Espart – Espírito Santo Participações Financeiras, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)

Sociedade Imobiliária e Turística da Quinta do Perú, S.A. (Presidente)

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vice-Presidente e Presidente da Comissão Executiva)
BES África, S.G.P.S. S.A. (Vogal)
BES Investimento do Brasil S.A. (Presidente)
Espírito Santo Investment Holdings Limited (Presidente)

Mesa da Assembleia Geral

ESAF – Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S.A. (Vice-Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Espírito Santo Financial Group S.A. (Vogal)
Espírito Santo International S.A. (Vogal)

Conselho Geral e de Supervisão

EDP – Energias de Portugal, S.A. (Vogal)

Conselho Fiscal

Sporting Clube de Portugal – Futebol, S.A.D. (Vogal)
Sporting Clube de Portugal (Vice-Presidente do Conselho Fiscal e Disciplinar)

Mesa da Assembleia Geral

Espart – Espírito Santo Participações Financeiras, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vice-Presidente)

Outros cargos

EDP – Energias de Portugal, S.A. (Membro da Comissão de Vencimentos)
EDP – Energias de Portugal, S.A. (Membro da Comissão de Estratégia)

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Mesa da Assembleia Geral

AVISTAR S.G.P.S., S.A. (Presidente)
Banco Espírito Santo Cabo Verde, S.A. (Presidente)
Banco Espírito Santo dos Açores, S.A. (Presidente)
BES África, S.G.P.S. S.A. (Presidente)
BEST – Banco Eletrónico de Serviço Total, S.A. (Presidente)
Capital Mais – Assessoria Financeira, S.A. (Presidente)
ES Tech Ventures, S.G.P.S., S.A. (Presidente)
ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (Presidente)
ESAF – Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. (Presidente)
ESAF – Espírito Santo Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. (Presidente)
ESAF – Espírito Santo Fundos de Pensões, S.A. (Presidente)
ESAF – Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S.A. (Presidente)
ESAF – Espírito Santo Participações Internacionais, S.G.P.S., S.A. (Presidente)
Espírito Santo Ventures, Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Presidente)
OBLOG - Consulting, S.A. (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Cimigest – S.G.P.S., S.A. (Vogal)
Sociedade de Administração de Bens Casa de Bons Ares, S.A. (Presidente)
Sociedade de Silvicultura Monte do Arneirinho, Lda. (Gerente)

Conselho Fiscal

Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (Vogal)

Mesa da Assembleia Geral

BES - Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)
Bespar – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Casa dos Pórticos – Sociedade de Administração de Bens, S.A. (Secretário)
ESEGUR – Empresa de Segurança, S.A. (Vice-Presidente)
Espírito Santo Saúde – S.G.P.S., S.A. (Presidente)
Esumédica – Prestação de Cuidados Médicos, S.A. (Presidente)
Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. (Vice-Presidente)
Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

BES – Vida, Companhia de Seguros, S.A. (Vogal)
E.S. - Recuperação de Crédito, ACE (Presidente)
Espírito Santo Informática, ACE (Presidente)
Espírito Santo Ventures, Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Vogal)
OBLOG - Consulting, S.A. (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

BES – Companhia de Seguros, S.A. (Presidente)
Glintt – Global Intelligent Technologies, S.A. (Vogal)
Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A. (Vogal)

Conselho Fiscal

Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora da Ajuda (Presidente)
Fundação Brazelton/Gomes-Pedro Para as Ciências do Bebê e da Família (Presidente)
Fundação da Universidade Católica Portuguesa (Presidente)

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Conselho de Administração

AVISTAR S.G.P.S., S.A. (Vogal)
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vice-Presidente)
BES Finance Ltd (Vogal)
BES Investimento do Brasil S.A. (Vogal)
Espírito Santo Bank (EUA) (Vice-Presidente)
Espírito Santo Investimentos S.A. (Brasil) (Presidente)

Diretoria

BES Investimento do Brasil S.A. (Presidente)
Espírito Santo Investimentos S.A. (Brasil) (Presidente)
Gespar Participações Ltda (Brasil) (Diretor)

Conselho Fiscal

Banco Espírito Santo do Oriente, S.A. (Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Conselho de Administração

2bCapital S.A. (Vogal)
Agriways S.A. (Brasil) (Vice-Presidente)
BHG S.A. – Brazil Hospitality Group (Brasil) (Vogal)
Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil (Vice-Presidente)
Espírito Santo Control S.A. (Vogal)
Espírito Santo International S.A. (Vogal)
Espírito Santo Property (Brasil) S.A. (Vogal)
Espírito Santo Resources Limited (Vogal)
Euroamerican Finance Corporation, Inc. (BVI) (Vogal)
Europ Assistance (Brasil) (Vogal)
Monteiro Aranha S.A. (Brasil) (Vogal)
Novagest Assets Management Ltd (Vogal)
Pojuca S.A. (Brasil) (Presidente)
Rioforte Investment Holding Brasil S.A. (Vogal)
Ushuaia – Gestão e Trading International Limited (Vogal)

Diretoria

Associação Espírito Santo Cultura (Brasil) (Diretor)
Companhia Agrícola Botucatu (Presidente)
E.S. Holding Administração e Participações, S.A. (Presidente)
ES Consultoria Ltda (Brasil) (Sócio - Administrador)
ESAP - Espírito Santo Agropecuária S.A. (Uruguai) (Diretor)
ESCAE Consultoria, Administração e Empreendimentos, Ltda. (Brasil) (Diretor)
Saramagos S.A. Empreendimentos e Participações (Brasil) (Diretor)

Conselho Fiscal

Banco Bradesco S.A. (Vogal)

Conselho Consultivo

Associação Brasileira de Bancos Internacionais S.A. (Vogal)

Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

AVISTAR S.G.P.S., S.A. (Presidente)
Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vogal)
Banco Espírito Santo do Oriente, S.A. (Vogal)
Bank Espírito Santo (International) Limited (Presidente)
BES – Vida, Companhia de Seguros, S.A (Vogal)
BES África, S.G.P.S. S.A. (Vogal)
BES Finance Ltd (Vogal)
BIC International Bank Limited (Presidente)
ES Tech Ventures, S.G.P.S., S.A. (Vogal)
ESAF – Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (Vogal)
Espírito Santo Bank (Vogal)
Espírito Santo – Empresa de Prestação de Serviços 2, ACE (Vogal)
Espírito Santo PLC (Vogal)
Execution Noble & Company Limited (*Non Executive Diretor*)
Execution Noble Limited (*Non Executive Diretor*)
Execution Noble Research Limited (*Non Executive Diretor*)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Portugal Telecom, S.G.P.S., S.A. (Vogal)

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos

Não exerce cargos noutras entidades

João Eduardo Moura da Silva Freixa

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo dos Açores, S.A. (Vice-Presidente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

SIBS – Forward Payment Solutions, S.A. (Vogal, nomeado pelo Banco Espírito Santo, S.A. nos termos do disposto no nº 4 do artigo 390º do CSC)
SIBS - SGPS, S.A. (Vogal, nomeado pelo Banco Espírito Santo, S.A. nos termos do disposto no nº 4 do artigo 390º do CSC)
UNICRE – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Vogal, nomeado pelo Banco Espírito Santo, S.A. nos termos do disposto no nº 4 do artigo 390º do CSC)

Pedro Mosqueira do Amaral

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. (Vogal)
Bank Espírito Santo (International) Limited (Vogal)
BES Beteiligungs GmbH (Gerente)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Banque Espírito Santo et de la Vénétie, S.A. (Vogal)
Banque Marocaine du Commerce Extérieur (Vogal)
Espírito Santo International S.A. (Vogal)

Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho

Cargos sociais exercidos em entidades fora do Grupo BES

Associação Novo Futuro (IPSS) (Presidente da Direção)
Entraajuda – Associação para o Apoio a Instituições de Solidariedade Social (Membro do Conselho Superior)
Instituto de Negociação e Vendas (Membro do Conselho Consultivo)

João de Faria Rodrigues

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Conselho Fiscal

Partran – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
Seguros LOGO, S.A. (Vogal)
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. (Vogal)

Marc Olivier Tristan Oppenheim

Cargos sociais exercidos em outras entidades fora do Grupo BES

Órgão de Administração

BSF Banque Saudi Fransi (Administrador)
CA Cards & Payments (Administrador)
CA Paiement (Administrador)
Cassa di Risparmio di Parma e Piacenza (Groupe Cariparma Crédit Agricole) (Administrador)
Crédit Agricole Bank Polska (Presidente do Conseil de Surveillance)
Crédit Agricole Egypt, S.A.E. (Administrador)
Crédit du Maroc (Membro do Conseil de Surveillance)
Emporiki Bank (Administrador)
FIA-NET Europe (Administrador)
IUB Holding (Presidente)

Outros cargos

Crédit Agricole, S.A. (Membro do Executive Committee & Head of International Retail and Commercial Banking)

Vincent Claude Paul Pacaud

A. Cargos sociais exercidos em empresas do Grupo BES

Órgão de Administração

BES - Vida, Companhia de Seguros, S.A (Vogal)
ESAF - Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. (Vogal)

B. Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

BES - Companhia de Seguros, S.A. (Vogal e Presidente da Comissão Executiva)
Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Amaral Cabral & Associados – Sociedade de Advogados, R.L. (Administradora)
Cimigest – S.G.P.S., S.A. (Administradora não executiva)
Semapa, Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.(Administradora não executiva)
SODIM, S.G.P.S., S.A. (Administradora não executiva)

Mesa da Assembleia Geral

Companhia Agrícola da Quinta do Duque, S.A.(Presidente)
Sociedade Agrícola do Margarido, S.A.(Presidente)

Outros Cargos

Associação Novo Futuro (IPSS) (Vice - Presidente da Direção)
Entraajuda – Associação para o Apoio a Instituições de Solidariedade Social (Membro do Conselho Superior)
Instituto de Bioética da Universidade Católica Portuguesa (Vice-Presidente)

Stanislas Gerard Marie Georges Ribes

Não exerce cargos noutras entidades.

Horácio Lisboa Afonso

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Camacho Palma & Lisboa Afonso – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (Sócio Administrador)

Órgão de Fiscalização

Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Presidente)
Somincor - Sociedade Mineira de Neves-Corvo, S.A. (Vogal do Conselho Fiscal)
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. (Suplente do Conselho Fiscal)

Pedro João Reis Matos Silva

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. (Sócio Gerente)

Outros cargos

Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (Membro do Conselho Superior)

Milton Almícar Silva Vargas

Cargos sociais exercidos em empresas fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Cielo S.A. (Membro)
Fleury S.A. (Membro)
Monteiro Aranha S.A. (Membro)
Portugal Telecom, S.G.P.S.,S.A. (Membro)

Outros cargos

CPM Braxis S/A (Observador)

Xavier Musca

Cargos sociais exercidos em outras entidades fora do Grupo BES

Órgão de Administração

Amundi Groupe (Administrador)
Bespar - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (Vogal)
CA Assurances (Administrador)
CACI (Administrador)
Cassa di Risparmio di Parma e Piacenza S.p.A. (Groupe Cariparma Crédit Agricole (Administrador)
Crédit Agricole Egypt S.A.E. (Vice-Presidente)
Crédit du Maroc (Vice-Presidente do Conseil de Surveillance)
Pacifica (Administrador e Representante Permanente do Crédit Agricole, S.A.)
Predica (Vice-Presidente)
Union de Banques Arabes et Françaises – U.B.A.F. (Vice-Presidente)

Outros cargos

Crédit Agricole, S.A. (Directeur Général Délégué en charge de la banque de Proximité à l'International, de la gestion d'Actifs et des Assurances)
Crédit Agricole, S.A. (Membro do Comité Exécutif)

II.30 Política de Remuneração

A política de remuneração aprovada pela Assembleia Geral de 22 de março de 2012 assenta nos pressupostos da política de remuneração aprovada em 2010 e concretiza já as regras introduzidas para a política de remuneração das instituições financeiras pelos Decreto-lei n.º 88/2011, de 20 de julho e pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2011. As principais alterações são as seguintes:

- a) A introdução de critérios não financeiros como fatores de avaliação do desempenho dos membros executivos do órgão de administração, que considerem, para além do desempenho individual, o real crescimento da instituição e a riqueza efetivamente criada para os acionistas, a proteção dos interesses dos clientes e dos investidores, a sua sustentabilidade a longo prazo e a extensão dos riscos assumidos, bem como o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da instituição;
- b) A introdução da regra de que pelo menos 50 % de qualquer remuneração variável, seja a mesma diferida ou não, deverá ser paga em ações do BES ou instrumentos financeiros considerados equivalentes;
- c) A introdução da regra, no que respeita às ações adquiridas com base no pagamento de retribuição variável, de que os membros da Comissão Executiva devem manter as referidas ações até ao termo do seu mandato, até ao limite mínimo de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício de tais ações.

Política de Remuneração

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, determina a remuneração dos membros que integram os diversos órgãos sociais do BES. A Comissão de Vencimentos submete anualmente à aprovação da Assembleia Geral de acionistas uma proposta contendo a política de remuneração dos órgãos sociais.

Uma das competências da Comissão Consultiva de Remunerações nomeada pelo Conselho de Administração é de prestar todo o apoio necessário, e efetuar recomendações, para efeitos da aprovação da política geral de remuneração do BES, relativamente aos seus órgãos sociais e aos seus dirigentes.

O texto completo da política de remuneração, tal como foi aprovado pela Assembleia Geral de 22 de março de 2012, encontra-se disponível em www.bes.pt/investidor. Em anexo ao presente Relatório encontram-se as propostas de política de remuneração do órgão de administração e fiscalização e de política de remuneração dos dirigentes do BES, tal como serão apresentadas à Assembleia Geral Anual de março de 2013.

II.31 Remuneração Individual Auferida pelos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

A remuneração dos membros do Conselho de Administração do BES obedece aos critérios enunciados no ponto II.30. supra.

O Conselho de Administração do BES é composto por 26 membros, dos quais 10 são executivos e 16 são não executivos. Entre os não executivos, 3 membros pertencem à Comissão de Auditoria, 3 outros pertencem à Comissão de Governo e 3 (José Maria Ricciardi, Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva e Pedro Mosqueira do Amaral) desempenham funções executivas em outras sociedades do Grupo BES.

As remunerações auferidas em 2012 por cada um dos membros do Conselho de Administração, foram as seguintes:

i. Membros dos Órgãos Sociais (com exceção da Comissão Executiva)

Remunerações do Conselho de Administração em 2012 (não inclui a Comissão Executiva)

(milhares de euros)

Remunerações 2012	BES			TOTAL BES	Outras empresas Grupo BES			TOTAL OUTRAS	Remuneração Total			TOTAL
	Fixa		Var.		Fixa		Var.		Fixa		Var.	
	Venc.	Subsídios e Outros			Venc.	Subsídios e Outros			Venc.	Subsídios e Outros		
João Faria Rodrigues	163	-	-	163	-	-	-	-	163	-	-	163
Horácio Lisboa Afonso	108	-	-	108	-	-	-	-	108	-	-	108
Pedro João Reis Matos Silva	92	-	-	92	-	-	-	-	92	-	-	92
Total Comissão de Auditoria	364	-	-	364	-	-	-	-	364	-	-	364
Administradores não Executivos												
Alberto Alves de Oliveira Pinto	-	185	-	185	-	-	-	-	-	185	-	185
Aníbal da Costa Reis de Oliveira	-	22	-	22	-	-	-	-	-	22	-	22
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva	-	22	-	22	-	-	-	-	-	22	-	22
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos	-	42	-	42	-	-	-	-	-	42	-	42
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	-	19	-	19	464	13	71	547	464	31	71	566
Pedro Mosqueira do Amaral	135	40	-	174	302	-	191	493	437	40	191	667
Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho	-	42	-	42	-	-	-	-	-	42	-	42
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral	-	36	-	36	-	-	-	-	-	36	-	36
Milton Almicar Silva Vargas	-	7	-	7	-	-	-	-	-	7	-	7
Vincent Claude Paul Pacaud	-	30	-	30	207	-	-	207	207	30	-	237
Total Administradores não Executivos	135	446	-	581	973	13	262	1 248	1 108	459	262	1 829
Mesa Assembleia Geral												
Paulo Manuel de Pitta e Cunha	-	19	-	19	-	-	-	-	-	19	-	19
Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz	-	12	-	12	-	-	-	-	-	12	-	12
Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo	-	9	-	9	-	-	-	-	-	9	-	9
Total Mesa Assembleia Geral	-	40	-	40	-	-	-	-	-	40	-	40
Comissão Vencimentos												
Daniel Proença de Carvalho	-	18	-	18	-	-	-	-	-	18	-	18
Joaquim Jesus Taveira Santos	-	18	-	18	-	-	-	-	-	18	-	18
Alvaro João Duarte Pinto Correia	-	14	-	14	-	-	-	-	-	14	-	14
Total Comissão Vencimentos	-	50	-	50	-	-	-	-	-	50	-	50
Total Órgãos Sociais s/ Comissão Executiva	499	536	-	1 034	973	13	262	1 248	1 471	548	262	2 282

ii. Membros da Comissão Executiva

Remunerações da Comissão Executiva em 2012

(milhares de euros)

	BES			TOTAL BES	Outras empresas Grupo BES			TOTAL OUTRAS	Remuneração Total			TOTAL
	Fixa		Var.		Fixa		Var.		Fixa		Var.	
	Venc.	Subsídios e Outros			Venc.	Subsídios e Outros			Venc.	Subsídios e Outros		
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	547	2	-	550	-	3	-	3	547	5	-	552
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	462	2	-	464	-	3	-	3	462	6	-	468
António José Baptista do Souto	459	2	-	461	-	-	-	-	459	2	-	461
Jorge Alberto Carvalho Martins	456	2	-	458	-	-	-	-	456	2	-	458
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	-	-	-	-	460	-	-	460	460	0	-	460
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	456	2	-	458	-	-	-	-	456	2	-	458
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes	455	3	-	458	-	-	-	-	455	3	-	458
Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires	455	2	-	457	-	-	-	-	455	2	-	457
João Eduardo Moura da Silva Freixa	454	2	-	456	-	2	-	2	454	5	-	458
Stanislas Gerard Marie Georges Ribes	211	233	-	444	-	-	-	-	211	233	-	444
Total Comissão Executiva	3 956	250	-	4 206	460	9	-	468	4 416	259	-	4 674

	2012			TOTAL 2012	2011			TOTAL 2011	VAR. (%)
	Fixa		Var.		Fixa		Var.		
	Venc.	Subsídios e Outros			Venc.	Subsídios e Outros			
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	547	5	-	552	546	5	253	804	-31%
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	462	6	-	468	461	6	212	678	-31%
António José Baptista do Souto	459	2	-	461	457	2	212	671	-31%
Jorge Alberto Carvalho Martins	456	2	-	458	454	99	212	765	-40%
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	460	-	-	460	451	64	212	727	-37%
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	456	2	-	458	454	2	212	668	-31%
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes	455	3	-	458	454	2	212	668	-31%
Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires	455	2	-	457	454	67	212	733	-38%
João Eduardo Moura da Silva Freixa	454	5	-	458	452	5	212	669	-32%
Stanislas Gerard Marie Georges Ribes (1)	211	233	-	444	-	-	-	-	
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau (2)	-	-	-	-	438	57	318	813	-100%
Pedro José de Sousa Fernandes Homem (2)	-	-	-	-	452	3	318	774	-100%
Total Comissão Executiva	4 416	259	-	4 674	5 072	313	2 584	7 969	-41%

(1) Iniciou funções em 2012.

(2) Cessou funções em 2012.

Em 2012 não foi atribuída qualquer remuneração variável aos membros da Comissão Executiva, com exceção da atribuição de uma nova Remuneração Variável de Médio Prazo, no dia 21 de setembro de 2012 e no valor global de 1,94 milhões de euros, consistindo na atribuição de opções sobre ações do BES que apenas poderão ser exercidas no final de janeiro de 2016 e desde que a cotação das ações do BES tenha uma evolução positiva de, pelo menos, 10% no referido período de 3 anos. Esta Remuneração Variável de Médio Prazo acresce à que foi atribuída em 2011, no valor global de 1 130 000 euros, consistindo na atribuição de opções sobre ações do BES que apenas poderão ser exercidas 3 anos após a data da sua atribuição (no final de março de 2014).

Nos últimos quatro anos (2008-2012), a remuneração total média per capita atribuída aos administradores executivos registou uma redução de 59,4%, passando de 1 150 mil euros em 2008 para 467,4 mil euros em 2012. Em 2012, a redução da remuneração total dos administradores executivos face ao ano anterior foi de 41%.

Em termos globais, o valor em remunerações atribuído aos administradores executivos caiu no mesmo quadriénio 63%, passando de 12 651 mil euros para 4 674 mil euros.

O pagamento da Remuneração Variável Anual Diferida referente ao ano de 2011 foi suspenso em 2012 e em 2013, não se tendo procedido ao seu pagamento por decisão da Comissão de Vencimentos.

Remuneração Diferida 2011-2012

(milhares de euros)

	Numerário Diferido (2012-2014)	Ações Diferidas (2012-2014)	Subtotal	Opções Diferidas (2011-2014)	Opções atribuídas (2012-2016)
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	127	127	254	130	230
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	106	106	212	100	190
António José Baptista do Souto	106	106	212	100	190
Jorge Alberto Carvalho Martins	106	106	212	100	190
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	-	-	-	100	190
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	106	106	212	100	190
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes	106	106	212	100	190
Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires	106	106	212	100	190
João Eduardo Moura da Silva Freixa	106	106	212	100	190
Stanislas Gerard Marie Georges Ribes	-	-	-	-	190
Total Comissão Executiva	869	869	1 738	930	1 940

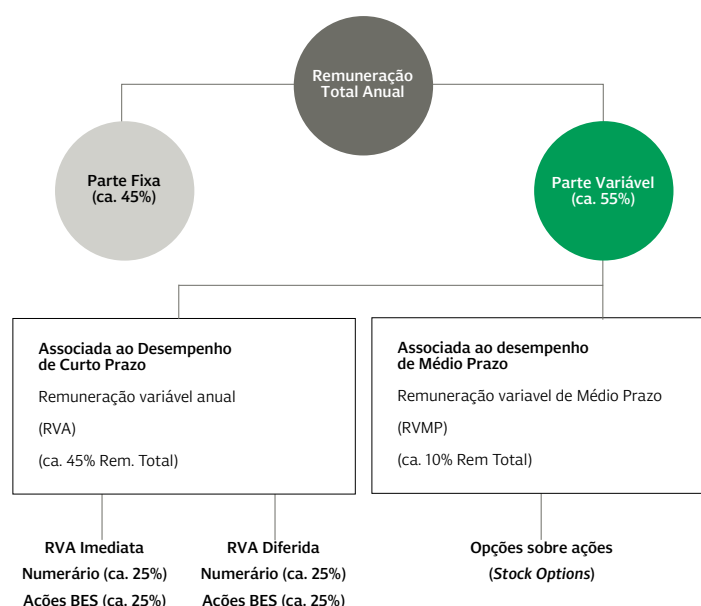
II.32 Informação sobre o modo como a Remuneração é Estruturada

A remuneração dos membros não executivos do Conselho de Administração comporta apenas uma parte fixa.

A remuneração dos membros da Comissão Executiva é fixada todos os anos pela Comissão de Vencimentos, até ao final de abril, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior, e contém uma parte fixa e, eventualmente, uma parte variável.

A parte fixa (composta pelo vencimento dos membros da Comissão Executiva e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios) terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos e representará aproximadamente 45% da Remuneração Total Anual.

A Assembleia Geral de março de 2012 determinou que não seria atribuída qualquer parte variável relativamente a 2011. O montante exato da parte variável, quando seja devida, oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, constantes do Orçamento anual, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.



A componente variável é dividida em duas sub-componentes:

A) Desempenho de Curto Prazo (a Remuneração Variável Anual)

A Remuneração Variável Anual («RVA») é referente ao Desempenho de Curto Prazo e terá um peso de aproximadamente 45% na Remuneração Total Anual.

A RVA será calculada no início de cada ano pela Comissão de Vencimentos, em função dos seguintes fatores:

- Cumprimento dos principais objetivos constantes do Orçamento Anual do ano anterior, aprovado pelo Conselho de Administração: o Resultado Líquido do Exercício, o *Cost-to-Income* (rácio entre os custos operativos e o produto bancário total) e o *Return-on-Equity* (rácio entre o resultado líquido e capitais próprios);
- Desempenho segundo critérios não financeiros, incluindo o desempenho individual de cada membro da Comissão Executiva (cada membro da Comissão Executiva tem um conjunto de pelouros, com departamentos associados cujo desempenho é medido de forma objetiva e quantitativa) e a evolução de indicadores associados à sustentabilidade do crescimento do Banco (nomeadamente o rácio de Crédito/ Depósitos, o rácio de *Core Tier 1*, os principais indicadores de Qualidade de Serviço, bem como o cumprimento das principais regras associadas à atividade da instituição).

O valor da RVA será determinado em função da apreciação efetuada à evolução do conjunto destes fatores.

A RVA é dividida entre uma parcela imediata («RVAImediata»), que é paga após a aprovação das contas do exercício do ano em questão, e uma parcela diferida por um período de 3 anos (a Remuneração Variável Anual Diferida («RVADiferida»)).

Tanto a RVAImediata como a RVADiferida serão divididas em duas partes iguais, uma parte em numerário, e outra em espécie, em ações do BES.

B) Desempenho de Médio Prazo (a Remuneração Variável de Médio Prazo)

A Remuneração Variável de Médio Prazo («RVMP») é referente ao Desempenho de Médio Prazo e terá um peso de aproximadamente 10% no conjunto da Remuneração Total Anual.

A RVMP será determinada pela Comissão de Vencimentos no início de cada ano, com base na avaliação de desempenho do ano anterior, e será paga através da atribuição de opções de aquisição de ações («*Stock Options*»), que serão passíveis de ser exercidas apenas 3 anos após a data da sua atribuição, o que implica uma periodificação deste custo durante os 3 anos até ao momento do exercício.

A RVMP resultará da sustentabilidade dos indicadores do BES e será calculada em função do retorno global proporcionado aos acionistas ao longo de três anos, retorno que resulta dos dividendos e da evolução da capitalização bolsista. As *Stock Options* subjacentes à RVMP terão um preço de exercício no final do período de 3 anos superior em 10% à cotação no início do referido período.

A aplicação deste pressuposto de evolução da cotação bolsista à cotação de referência para a estruturação das *Stock Options* permitirá definir o valor de exercício das referidas opções e, consequentemente, apurar o número de *Stock Options* a atribuir anualmente a cada administrador executivo. As opções terão de ser exercidas na data do seu vencimento caducando definitivamente quando o não sejam nessa data.

No ano de 2012, não foi atribuída qualquer remuneração variável aos membros da Comissão Executiva, com exceção da atribuição de uma Remuneração Variável de Médio Prazo, no dia 21 de setembro de 2012, no

valor global de 1,94 milhões de euros, consistindo na atribuição de opções sobre ações do BES que apenas poderão ser exercidas no final de janeiro de 2016 e desde que a cotação das ações do BES tenha uma evolução positiva de, pelo menos, 10% no referido período de 3 anos.

A Remuneração Variável Anual Diferida («RVAD») encontra-se sujeita a duas limitações gerais: por um lado, o seu pagamento é diferido ao longo de um período de 3 anos; por outro, poderá não ser atribuída pela Comissão de Vencimentos, nomeadamente quando se verifique uma redução da rentabilidade dos capitais próprios («*Return-on-Equity*») para níveis inferiores a 5% (cfr. a política de remunerações para 2012, disponível em www.bes.pt).

A Remuneração Variável a Médio Prazo («RVMP»), por definição, encontra-se limitada à evolução da cotação das ações do BES. Esta remuneração não terá valor a não ser que a referida cotação tenha uma evolução positiva de, pelo menos, 10% no período de 3 anos.

II.33 Relativamente à Remuneração dos Administradores Executivos

a) Componente variável da remuneração;

Relativamente a este ponto, deverá confrontar-se o ponto II.32. supra.

b) Órgãos competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos;

Nos termos do artigo 24.º do Contrato de Sociedade, compete à Comissão de Vencimentos estabelecer a remuneração dos administradores do BES.

A Comissão de Vencimentos é atualmente composta por 3 membros, eleitos pela Assembleia Geral de 22 de março de 2012 para um mandato de quatro anos.

A Comissão de Governo da Sociedade procede, ainda, à elaboração de um Relatório Anual que contém uma avaliação sobre o desempenho do Conselho de Administração em função dos objetivos estabelecidos.

A Comissão Consultiva de Remunerações tem como funções preparar propostas e recomendações sobre a determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria, bem como dos dirigentes do BES.

c) Critérios de avaliação de desempenho;

A avaliação dos administradores executivos tem por base os critérios financeiros e não financeiros seguintes:

- *Cost-to-Income* (rácio entre os custos operativos e o produto bancário total), indicador que traduz a atividade operacional do Banco, e que mede a capacidade de geração de receitas face aos custos operativos incorridos;
- Resultado Líquido do Exercício, indicador que traduz o contributo para os acionistas, já deduzido de dimensões não capturadas no *Cost-to-Income*, em particular o custo do risco, os impostos e os interesses minoritários;
- *Return-on-Equity* (rácio entre o resultado líquido e os capitais próprios), indicador que mede a rentabilidade proporcionada em face do volume investido pelos acionistas;
- Capitalização bolsista, que traduz de forma inequívoca a apreciação efetuada pelos mercados do desempenho alcançado pelo BES. A inclusão deste indicador permite assim alinhar a visão dos acionistas e a dos mercados;
- Desempenho individual da Comissão Executiva, por forma a identificar o contributo relativo de cada administrador executivo para o resultado global do BES, o que está refletido, de forma objetiva, na análise do desempenho das funções e departamentos que estejam sob a sua responsabilidade, para além do contributo individual às decisões tomadas e o nível colegial;

- Rácio de crédito / Depósitos, que qualifica o grau de equilíbrio da trajetória de crescimento do BES, e permite aferir se esse crescimento assegura o cumprimento dos requisitos regulamentares de desalavancagem do setor financeiro;
- Rácio de *Core Tier 1*, principal indicador para aferir a solvabilidade do ponto de vista regulatório (com referências estipuladas tanto pelo Banco de Portugal como pela Autoridade Bancária Europeia – EBA);
- Indicadores de Qualidade de Serviço, por forma a incorporar a opinião da base de clientes do BES sobre o grau de proteção dos seus interesses;
- Cumprimento das principais regras associadas à atividade da instituição, avaliação a efetuar pelas funções de Controlo Interno que evidenciam eventuais desconformidades nas áreas de risco, auditoria interna e de *compliance* e as medidas implementadas/concretizadas para sanar tais insuficiências, as quais são reportadas ao Banco de Portugal.

d) Componentes variável e fixa da remuneração;

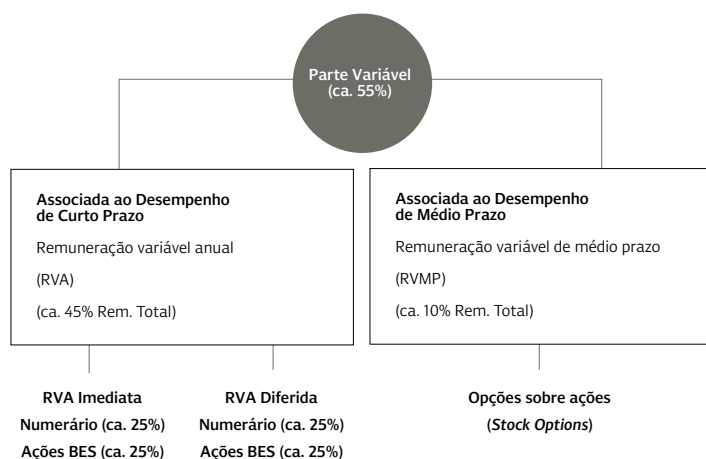
A componente variável da remuneração dos administradores executivos sob forma de participação nos lucros não poderá exceder os 2% do resultado líquido consolidado do BES, conforme descrito no ponto II.32. Em 2012 não foi atribuída qualquer remuneração variável aos administradores executivos com exceção da atribuição de uma Remuneração Variável de Médio Prazo, no dia 21 de setembro de 2012, no valor global de 1,94 milhões de euros, consistindo na atribuição de opções sobre ações do BES que apenas poderão ser exercidas no final de janeiro de 2016 e desde que a cotação das ações do BES tenha uma evolução positiva de, pelo menos, 10% no referido período de 3 anos.

e) Diferimento da componente variável da remuneração;

A RVA é dividida entre uma parcela imediata («RVAImediata»), que é paga após a aprovação das contas do exercício do ano em questão, e uma parcela diferida por um período de 3 anos (a Remuneração Variável Anual Diferida («RVADiferida»)).

Tanto a RVAImediata como a RVADiferida serão divididas em duas partes iguais, uma parte em numerário, e outra em espécie, em ações do BES.

A Remuneração Variável de Médio Prazo («RVMP») é referente ao Desempenho de Médio Prazo e terá um peso de aproximadamente 10% no conjunto da Remuneração Total Anual.



f) Pagamento da remuneração variável;

A Remuneração Variável Anual Diferida («RVAD») encontra-se sujeita a duas limitações gerais: por um lado, o seu pagamento é diferido ao longo de um período de 3 anos; por outro, poderá não ser atribuída pela Comissão de Vencimentos, nomeadamente quando se verifique uma redução da rentabilidade dos capitais próprios («Return-on-Equity») para níveis inferiores a 5% (cfr. a política de remunerações para 2012, disponível em www.bes.pt).

A Remuneração Variável a Médio Prazo («RVMP»), por definição, encontra-se limitada à evolução da cotação das ações do BES. Esta remuneração não terá valor a não ser que a referida cotação tenha uma evolução positiva de, pelo menos, 10% no período de 3 anos.

g) Critérios para atribuição de remuneração variável em ações;

Aos membros da Comissão Executiva é atribuída uma remuneração variável cujo pagamento é efetuado em espécie, através da atribuição de um determinado número de ações do BES. O pagamento em espécie é diferido durante o período de 3 anos. Aos membros da Comissão Executiva são também atribuídas *stock options*, que apenas podem ser exercidas após o decurso de um prazo de, pelo menos, 3 anos.

No que respeita às ações adquiridas com base no pagamento de retribuição variável, os membros da Comissão Executiva devem manter as referidas ações até ao termo do seu mandato, até ao limite mínimo de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício de tais ações.

O regulamento do Conselho de Administração proíbe a realização de quaisquer contratos relativamente às ações atribuídas aos membros da comissão executiva, nomeadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco.

h) Critérios para atribuição de remuneração variável em opções;

A RVMP será determinada pela Comissão de Vencimentos no início de cada ano, com base na avaliação de desempenho do ano anterior, e será paga através da atribuição de opções de aquisição de ações («*Stock Options*»), que serão passíveis de ser exercidas apenas, pelo menos, 3 anos após a data da sua atribuição, o que implica uma periodificação deste custo durante os 3 anos até ao momento do exercício.

A RVMP resultará da sustentabilidade dos indicadores do BES e será calculada em função do retorno global proporcionado aos acionistas ao longo de três anos, retorno que resulta dos dividendos e da evolução da capitalização bolsista. As *Stock Options* subjacentes à RVMP terão um preço de exercício no final do período de 3 anos superior em 10% à cotação no início do referido período.

A aplicação deste pressuposto de evolução da cotação bolsista à cotação de referência para a estruturação das *Stock Options* permitirá definir o valor de exercício das referidas Opções e, consequentemente, apurar o número de *Stock Options* a atribuir anualmente a cada administrador.

No ano de 2012 a Comissão de Vencimentos atribuiu *Stock Options* no valor de 1 940 000 euros.

i) Prémios anuais e outros benefícios;

Não existem outras formas de remuneração para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração.

j) Participação nos lucros;

Não existem outras formas de remuneração para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração.

l) Indemnizações;

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros da Comissão Executiva relativamente à cessação das suas funções.

m) Compensação por destituição sem justa causa;

Os administradores são destituídos pela Assembleia Geral. Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar em caso de destituição

sem justa causa e, consequentemente, não existe a necessidade de qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa dos administradores do BES.

n) Montantes pagos por outras sociedades do Grupo;

O montante total pago em 2012 por outras sociedades do Grupo BES a administradores do BES foi 1 716 milhares de euros.

o) Regimes complementares de pensões;

Os Administradores têm direito a pensão de reforma ou complemento de pensão de reforma, no caso de serem ou terem sido membros da Comissão Executiva.

As principais características do regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez são as seguintes:

- O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma vence-se em caso de velhice, com o atingir de sessenta e cinco anos de idade ou vinte e cinco anos de atividade profissional, ou em caso de invalidez.
- O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma pode ser antecipado para a data em que os administradores completarem cinquenta e cinco anos, desde que tenham exercido funções em órgão de administração do BES por um período mínimo de 9 anos, consecutivos ou interpolados, contando-se, para efeitos da antiguidade, naquelas funções, o exercício como membros da direção ou em órgãos de administração do anterior “Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S.A.”.
- O complemento de pensão de reforma poderá existir, de modo a completar eventuais regimes de reforma concedidos por qualquer outro regime de segurança social, por forma a que a pensão total possa atingir cem por cento da última remuneração anual líquida.

Em qualquer caso, as pensões ou complementos de pensão a atribuir nunca serão superiores ao salário pensionável do administrador em causa, podendo ser inferiores. O salário pensionável corresponde à soma entre a remuneração fixa anual e a remuneração variável auferidas pelo administrador em causa no ano imediatamente anterior à sua reforma, deduzida de qualquer pensão anual paga por qualquer outro regime de segurança social, bem como das diuturnidades auferidas. A remuneração variável corresponderá, no mínimo, ao montante equivalente à média da remuneração variável auferida nos últimos doze anos pelo administrador em causa na data da reforma.

Os complementos de pensão de reforma e de sobrevivência a cargo da sociedade serão anualmente atualizados de acordo com a percentagem de aumento global da remuneração dos Administradores em exercício, tal como for fixada pela Comissão de Vencimentos, atualização que, todavia, nunca poderá ser inferior à aplicação da taxa de variação do I.P.C. nem superior a duas vezes esta taxa.

A versão atual do regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez foi aprovada pela Assembleia Geral de 11 de novembro de 2011.

O regulamento de reforma por velhice ou invalidez dos administradores do BES será objeto de uma proposta de alteração na Assembleia Geral de 27 de março de 2013.

p) Benefícios não pecuniários;

Não são atribuídos aos administradores benefícios não pecuniários de relevo.

q) Mecanismos preventivos de celebrar contratos que ponham em causa a razão de ser da remuneração variável.

O regulamento do Conselho de Administração proíbe a realização de quaisquer contratos relativamente às ações atribuídas aos membros da comissão executiva, nomeadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco.

II.34 Remuneração dos Administradores Não Executivos

Apenas os membros da Comissão Executiva do Conselho de Administração auferem uma retribuição variável, fixada pela Comissão de Vencimentos e aprovada em Assembleia Geral, sendo fixa a de todos os outros membros dos órgãos sociais.

II.35 Política de Comunicação de Irregularidades

A política de comunicação de irregularidades do BES assenta nas seguintes linhas gerais:

- Natureza complementar: a comunicação de irregularidades, pelos colaboradores do BES, deve ocorrer quando os mecanismos institucionais (auditorias e inspeções) não funcionem ou não funcionem atempadamente;
- Universalidade de colaboradores sujeitos ao dever de comunicação: todos os colaboradores do BES;
- Comunicações anónimas: não são admitidas nem serão tidas em conta comunicações anónimas, garantindo-se no entanto absoluta confidencialidade acerca da identificação do colaborador que efetuar a comunicação, desde que tal confidencialidade seja solicitada;
- Não retaliação: não serão tomadas quaisquer medidas contra os colaboradores que notifiquem comportamentos irregulares. Adverte-se, contudo, de que terão de ser comunicadas práticas concretas e indicada a causa invocada da sua irregularidade, não sendo admissíveis alegações vagas sobre pessoas;
- Entidade que recolhe as comunicações: Comissão de Auditoria, nos termos legais, podendo as comunicações ser-lhe dirigidas por qualquer forma;
- Entidade que investiga as comunicações: consoante a matéria que for objeto da comunicação, o processo de investigação da mesma poderá ser atribuído pela Comissão de Auditoria, ao Departamento de Auditoria e Inspeção ou ao Departamento de *Compliance*;
- Arquivo das comunicações: quando seja manifesta a falta de credibilidade das comunicações, as mesmas são de imediato destruídas.

II.36 Identificação dos Membros da Comissão de Governo da Sociedade

Os membros da Comissão de Governo do BES são os seguintes (cfr. II.1. e II.16.):

Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho (Presidente)

Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos

Rita Maria Lagos do Amaral Cabral

II.37 Número de Reuniões das Comissões

A Comissão Executiva reuniu 90 vezes e a Comissão de Auditoria reuniu 12 vezes. A Comissão de Governo da Sociedade reuniu 4 vezes e a Comissão Consultiva de Remunerações 1 vez. Todas as reuniões são devidamente documentadas em ata.

II.38 Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos do BES, eleita em Assembleia Geral em 22 de março de 2012, para o quadriénio 2012/2015, é composta pelos seguintes membros:

Daniel Proença de Carvalho

Advogado. É Presidente do Conselho de Administração da “ZON Multimédia”, Presidente do Conselho de Administração da “Cimpor, Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.” e Presidente do Conselho de Curadores da Fundação “D. Anna de Sommer Champalimaud e Dr. Carlos Montez Champalimaud”, desde 2005.

Jacques dos Santos

É desde 1991, *Partner* e *Senior Partner* na “MAZARS AUDITORES PORTUGAL”. Entre 1992 e 2006 foi Presidente do Conselho Fiscal do “Banco Espírito Santo” e é Presidente do Conselho Fiscal da “BESPAR”, desde 1992. É Presidente do Conselho Fiscal da “Solubema – Sociedade Luso-Belga de Mármore”, desde 1993. É Vogal do Conselho Fiscal da “ESAF – SGPS SA”.

Álvaro Pinto Correia

Engenheiro Civil. Foi Presidente do Conselho de Gestão do “Banco Totta & Açores”, Presidente da Direção da “Associação Portuguesa de Bancos”, Administrador da “Caixa Geral de Depósitos”, Presidente do Conselho de Administração da “Companhia de Seguros Fidelidade, S.A.”, Presidente do Conselho Consultivo da “Associação Portuguesa de Seguradores”, Presidente do Conselho de Administração da “Sofid – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição de Crédito, S.A.” e Presidente do Conselho de Administração da “INAPA – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.”.

Todos os membros da Comissão de Vencimentos têm conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração.

II.39 Independência dos Membros da Comissão de Vencimentos

Nenhum dos membros da Comissão de Vencimentos é membro do órgão de administração do BES, ou tem qualquer vínculo familiar com algum dos seus membros.

Durante o ano de 2010, a Comissão de Vencimentos solicitou a consultores independentes, a Mercer Ltd., a elaboração de um estudo que simultaneamente apresentasse as práticas remuneratórias mais recentes em matéria de *executive compensation* e respetivas estruturas de remuneração, e que procedesse a uma comparação entre as remunerações auferidas pelos administradores executivos do BES e as remunerações pagas por um grupo de outras instituições financeiras de semelhante dimensão e capitalização bolsista, tomadas como referência por aqueles consultores. O referido estudo esteve na base das propostas da Comissão de Vencimentos, apresentadas à Assembleia Geral anual desde 2010 e referentes às políticas de remunerações do BES.

O referido consultor presta serviços adicionais ao BES em matéria de recursos humanos, no entanto, desde 2010 que não presta quaisquer serviços à Comissão de Vencimentos do BES.

III. Informação e Auditoria

III.1 Estrutura de Capital

O capital social do BES é de 5 040 124 063,26 euros, representado por 4 017 928 471 ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal. As ações do BES encontram-se admitidas à cotação na NYSE Euronext Lisboa.

No BES:

- Não existe capital subscrito não liberado nem capital autorizado não emitido;
- Não existem quaisquer obrigações convertíveis, *warrants* e/ou ações com direitos especiais ou privilégios;
- Não existem modos de aumento exponencial da influência de acionistas, não se encontrando figuras como *golden shares* ou *priority shares*;
- Não existem acordos parassociais de que o BES tenha conhecimento com incidência sobre o exercício do direito de voto;
- Não existe voto plural;
- Não estão consagrados limites ao exercício do direito de voto;
- Não existe qualquer restrição estatutária à aquisição ou transmissão de ações;
- O Conselho de Administração pode – desde a Assembleia Geral Extraordinária de 9 de junho de 2011 que aprovou uma alteração parcial ao contrato de sociedade – e após parecer favorável da Comissão de Auditoria, aumentar o capital social por entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, através da emissão de ações ordinárias ou de ações preferenciais, remíveis ou não, nos termos e condições a definir. O montante máximo da autorização, a crescer ao valor do capital social, é de € 7 500 000 000,00, sendo a autorização válida pelo prazo de cinco anos.

O Grupo BES tem, ainda, 215 621 ações preferenciais sem direito a voto emitidas pela subsidiária BES Finance, Ltd. (sociedade detida a 100% pelo BES), com um valor nominal de 1 000 euros cada. Esta emissão é totalmente garantida pelo BES. As ações preferenciais estão cotadas na Bolsa do Luxemburgo.

III.2 Participações Qualificadas

Dez. 12		
	Nº ações	% direitos de voto
ESPIRITO SANTO FINANCIAL GROUP, S.A (Luxemburgo)		
- diretamente	29 832 144	0,74%
- através da BESPARG, SGPS, S.A (sociedade dominada pela Espírito Santo Financial (Portugal), SGPS, S.A, que por sua vez é participada em 100% pela Espírito Santo Financial Group S.A)	1 417 916 095	35,29%
- através dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização	8 174 109	0,20%
- através de empresas por si dominadas direta e indiretamente e/ou elementos das suas administrações e fiscalizações	22 458 331	0,56%
Total Imputável	1 478 380 679	36,79%
CRÉDIT AGRICOLE, S.A (França)		
- diretamente	434 252 321	10,81%
Total Imputável	434 252 321	10,81%
BRADPORT, SGPS, S.A*		
- diretamente	194 104 165	4,83%
Total Imputável	194 104 165	4,83%
SILCHESTER INTERNATIONAL INVESTORS LIMITED (Reino Unido)		
- diretamente	231 277 585	5,76%
Total Imputável	231 277 585	5,76%
PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.		
- através da PT Prestações - Mandatária de aquisições e gestão de bens, S.A.	84 109 047	2,09%
- através dos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização do Grupo PT	485 929	0,01%
Total Imputável	84 594 976	2,10%

* Sociedade de direito português detida a 100% pelo Banco Bradesco (Brasil).

III.3 Acionistas Titulares de Direitos Especiais

Não existem acionistas titulares de direitos especiais.

III.4 Transmissibilidade das Ações

Não existem restrições à transmissibilidade das ações.

III.5 Acordos Parassociais

A Sociedade desconhece a existência de acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

III.6 Alteração dos Estatutos do BES

Em regra, qualquer alteração dos estatutos do BES, incluindo deliberações sobre alterações ao capital social, tem que ser submetida à aprovação da Assembleia Geral. No entanto, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 9 de junho de 2011 uma alteração parcial ao contrato de sociedade que conferiu ao Conselho de Administração autorização para, após parecer favorável da Comissão de Auditoria, aumentar o capital social por entradas em dinheiro, por uma ou mais vezes, através da emissão de ações ordinárias ou de ações preferenciais, remíveis ou não, nos termos e condições a definir. O montante máximo da autorização, a crescer ao valor do capital social, é de € 7 500 000 000,00, sendo a autorização válida pelo prazo de cinco anos.

III.15 Relatório de Atividade da Comissão de Auditoria

O relatório anual sobre a atividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria está disponível em www.bes.pt/investidor.

III.16 Gabinete de Apoio ao Investidor

- a) Funções do Gabinete;
- b) Tipo de informação disponibilizada pelo Gabinete;
- c) Vias de acesso ao Gabinete;
- d) Sítio da sociedade na Internet;
- e) Identificação do representante para as relações com o mercado.

O Gabinete de Relações com Investidores comunica ao mercado toda a informação relativa a resultados, eventos, ou quaisquer factos relativos ao Grupo BES com interesse para a comunidade financeira, prestando ainda diretamente informação e quaisquer esclarecimentos requeridos por acionistas, investidores e analistas financeiros. É, ainda, responsável pela coordenação da informação prestada às agências internacionais de *rating* e pela relação do BES com a CMVM.

São regularmente elaboradas apresentações, comunicados e *press releases* sobre os resultados trimestrais, semestrais ou anuais, bem como sobre quaisquer factos relativos à vida societária passíveis de interesse para a comunidade financeira em geral e para os acionistas e investidores em particular. São ainda promovidas reuniões regulares com acionistas e potenciais investidores. Adicionalmente, o BES participa em diversas conferências internacionais promovidas por bancos de investimento.

O sítio do BES na internet (www.bes.pt/investidor para informação em português e www.bes.pt/ir para informação em inglês) e a ValorBES (*newsletter* trimestral para acionistas) são meios privilegiados na divulgação de toda a informação relevante do Grupo BES. Para além da informação obrigatória em português e inglês, o BES divulga no seu sítio na internet um conjunto muito extenso de informação financeira de interesse para acionistas e potenciais investidores. O BES disponibiliza, ainda, através da internet, informação relativa ao seu modelo e práticas de governo societário, incluindo informação sobre as Assembleias Gerais, bem como o calendário de eventos societários.

Para além do sítio do BES na internet, a utilização do correio eletrónico (acionista@bes.pt ou investidor@bes.pt) é um meio de resposta ou esclarecimento de questões colocadas ao BES.

Os acionistas, investidores ou analistas poderão contactar o Gabinete de Relações com Investidores através dos seguintes contactos:

Elsa Santana Ramalho
Avenida da Liberdade, 195 – 11.º
1250-142 Lisboa
Tel. / Fax: (351) 21 359 7390 / (351) 21 359 7001
E-mail: acionista@bes.pt ou investidor@bes.pt
Website: <http://www.bes.pt/investidor>

III.17 Valor dos Serviços Prestados pelo Auditor Externo/ Revisor Oficial de Contas («AE/ROC»)

- a) Serviços de revisão legal de contas;
- b) Outros serviços de garantia de fiabilidade;
- c) Serviços de consultoria fiscal;
- d) Outros serviços que não de revisão legal de contas.

Se o auditor prestar algum dos serviços descritos nas alíneas c) e d), deve ser feita uma descrição dos meios de salvaguarda da independência do auditor.

Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio.

A remuneração e a natureza dos serviços prestados ao Grupo BES pelo auditor externo/revisor oficial de contas foram as seguintes:

(valores expressos em euros)				
	2012	%	2011	%
Serviços de revisão legal de contas	2 708 698	56%	2 603 884	46%
"Outros serviços de garantia de fiabilidade decorrentes de Revisor Oficial de Contas"	1 148 365	24%	1 543 934	27%
1. Total serviços de auditoria	3 857 063	80%	4 147 818	73%
Serviços de consultoria fiscal	650 003	14%	590 558	10%
Outros serviços que não de revisão legal de contas	309 371	6%	949 294	17%
2. Total de outros serviços	959 374	20%	1 539 852	27%
	4 816 437	100%	5 687 670	100%

No resumo acima apresentado, os 'outros serviços de garantia de fiabilidade' prestados pela KPMG são exclusivamente decorrentes da função desta firma como (AE/ROC) do Grupo BES, pelo que o respetivo valor foi adicionado ao dos honorários relativos aos serviços de revisão legal de contas para determinação do montante da remuneração anual por serviços de auditoria prestados pelo AE/ROC e por outras entidades que com o mesmo se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede (o conceito de rede é o decorrente da Recomendação, da Comissão Europeia nº C (2002) 1873, de 16 de maio).

Os serviços de auditoria representaram 79% dos honorários totais da KPMG e de entidades relacionadas suportados em 2012 pelo Grupo BES em Portugal e em outros países. Os restantes 21% dizem respeito a serviços de consultoria fiscal (14%) e a outros serviços que não de auditoria (7%).

A adjudicação dos serviços diversos dos serviços de auditoria (*non-audit services*) solicitados por entidades do Grupo BES à KPMG, ou a entidades com a mesma relacionadas, é oportunamente objeto de apreciação e aprovação pela Comissão de Auditoria do BES, a qual toma em linha de conta para este efeito não só (i) as invocadas vantagens operacionais e de otimização do binómio custo/benefício da adjudicação à KPMG, como também (ii) a confirmação de que a natureza dos serviços a prestar e/ou a magnitude relativa do valor desses serviços face aos honorários totais anuais da KPMG suportados pelo Grupo BES não afetam a independência profissional da KPMG como auditores externos/revisores oficiais de contas do Grupo BES, tendo em vista, nomeadamente, o cumprimento da Recomendação III.1.5 da CMVM constante do seu Código de Governo das Sociedades.

No ano de 2012, os serviços de auditoria não ultrapassaram o limite formal de 30% sobre o valor total dos serviços prestados à sociedade. Assim, o BES considerou esta Recomendação como cumprida.

Os meios de salvaguarda da independência do AE/ROC são da responsabilidade tanto do Grupo BES como da KPMG, podendo esses meios ser resumidos como segue:

a. A nível do Grupo BES

No âmbito do cumprimento das regras de independência estabelecidas ou recomendadas em relação ao AE/ROC, a Comissão de Auditoria do BES definiu os critérios que devem ser observados na aprovação de *non-audit services* a prestar pela KPMG ao Grupo BES.

Neste contexto, todas as propostas de prestação de serviços de consultoria fiscal ou de outros serviços que não de auditoria/revisão legal de contas são obrigatoriamente sujeitas a análise e aprovação pela Comissão de Auditoria, tendo em vista a salvaguarda da independência profissional do Auditor Externo.

A Comissão de Auditoria mantém uma monitorização permanente e regularmente validada com a KPMG sobre o valor relativo dos honorários da KPMG por *non-audit services*, tendo como objetivo garantir que não é ultrapassado o limite anual de 30% recomendado pela CMVM e acima referido.

b. A nível do Auditor Externo/ Revisor Oficial de Contas do Grupo BES

A KPMG, AE/ROC do Grupo BES, preparou instruções internas específicas sobre procedimentos que têm que ser obrigatoriamente cumpridos por todas as entidades pertencentes à mesma rede profissional internacional, quando se proponham prestar serviços profissionais a qualquer entidade do Grupo BES. Para o efeito, foi adotado o conceito de rede decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio.

Adicionalmente, a rede internacional a que pertence a KPMG implementou um sistema intranet (designado "Sentinel"), que obriga a que nenhum serviço possa ser prestado por qualquer entidade daquela rede a um cliente com títulos cotados em bolsa, sem a prévia autorização do *Global Lead Partner* responsável por esse cliente. Este procedimento obriga qualquer sócio da KPMG, ou de outra entidade pertencente à mesma rede profissional, que se proponha prestar um serviço a um cliente de auditoria/ revisão oficial de contas, a solicitar uma autorização prévia ao respetivo *Global Lead Partner* para a prestação do mesmo. Nesse pedido de autorização, o sócio da KPMG responsável pela apresentação da proposta ao cliente é obrigado a fundamentar as razões pelas quais considera não só que o serviço a prestar ao cliente de auditoria não coloca em causa a independência da KPMG em relação a esse cliente, mas também que cumpre com as regras aplicáveis de gestão de risco profissional.

De referir, finalmente, que todos estes procedimentos são sujeitos a testes de cumprimento no âmbito do processo interno de Controlo de Qualidade que é efetuado anualmente pela KPMG a nível internacional.

III.18 Rotatividade do Auditor Externo/ Revisor Oficial de Contas

Na Assembleia Geral Anual de 2012, mediante proposta da Comissão de Auditoria e parecer específico fundamentado – nos termos da Recomendação da CMVM II.1.3. – foi deliberado a manutenção em funções do auditor externo – KPMG & Associados, SROC, SA – para o terceiro mandato de quatro anos (quadriénio 2012/ 2015).

Anexo I: Posição Acionista e Obrigacionista dos Membros dos Órgãos Sociais e Dirigentes a 31/12/2012 e Listagem de todas as Transações

	Títulos	Nº títulos em 31/12/2011	Movimentos em 2012			Nº títulos em 31/12/2012
			Data	Aquisições	Alienações Preço unitário (Euros)	
Ricardo Espirito Santo Silva Salgado	Ações BES	1 384 333	11-05-2012	2 422 582	0,395 ⁽¹⁾	3 806 915
José Manuel Pinheiro E. S. Silva	Ações BES	367 008	11-05-2012	642 263	0,395 ⁽¹⁾	1 009 271
António José Baptista do Souto	Ações BES	38 575	11-05-2012	67 506	0,395 ⁽¹⁾	106 081
Jorge Alberto Carvalho Martins	Ações BES	52 385	11-05-2012	91 673	0,395 ⁽¹⁾	144 058
Aníbal da Costa Reis de Oliveira	Ações BES	1 010 000				
	Direitos de subscrição		24-04-2012		300 000 0,270	
	Direitos de subscrição		25-04-2012		405 000 0,320	
	Ações BES		11-05-2012	540 591	0,395 ⁽¹⁾	
			30-11-2012		540 591 0,770	1 010 000
Manuel F. Moniz G. E.S. Silva	Ações BES	2 484	11-05-2012	4 347	0,395 ⁽¹⁾	6 831
José Maria Espirito Santo S. Ricciardi	Ações BES	21 789	11-05-2012	38 130	0,395 ⁽¹⁾	
			24-07-2012		29 919 0,482	30 000
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	Ações BES	2 315	11-05-2012	4 051	0,395 ⁽¹⁾	6 366
Joaquim Aníbal B. Freixial de Goes	Ações BES	88 805	11-05-2012	157 399	0,395 ⁽¹⁾	
			27-12-2012		95 000 0,91	151 204
Ricardo Abecassis Espirito Santo Silva	Ações BES	50 000	24-04-2012	20 000	0,553	
			11-05-2012	88 621	0,395 ⁽¹⁾	
			16-05-2012	1 379	0,549	160 000
	Ações BES	40 276				
Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires	Direitos de subscrição		24-04-2012	125 852	0,270 ⁽²⁾	
	Ações BES		11-05-2012	294 449	0,395 ⁽¹⁾	334 725
João Eduardo Moura Silva Freixa	Ações BES	30 000				
	Direitos de subscrição		24-04-2012	27 143	0,284 ⁽²⁾	
	Ações BES		11-05-2012	101 281	0,395 ⁽¹⁾	131 281
Pedro Mosqueira do Amaral	Ações BES	70 000	11-05-2012	122 500	0,395 ⁽¹⁾	192 500
Horacio Lisboa Afonso	Ações BES	1 500	11-05-2012	2 625	0,395 ⁽¹⁾	4 125

(1) Subscrição de novas ações no âmbito do aumento de capital.

(2) Preço médio.

Posição Obrigacionista dos Membros dos Órgãos Sociais

	Títulos	Nº títulos em 31/12/2011	Movimentos em 2012				Nº títulos em 31/12/2012
			Data	Aquisições	Alienações	Preço unitário (Euros)	
Alberto Alves de Oliveira Pinto	Obrigações BES Finance (XS0466899688)	150 000	26-04-2012		150 000	71%	-
	Obrigações BES Finance (XS0485879414)	141 000	27-12-2012		141 000	70%	-
	Obrigações BES Finance 08/11 (XS0515816956)	35 000	13-02-2012		35 000	70%	-
	Obrigações BES Finance 10/11 (XS0550967169)	152 000	26-04-2012		152 000	70%	-
	Obrigações BES 4 anos 7% (PTBEQGOM0015)	-	27-02-2012	100 000		100%	100 000
	Obrigações BES LDN 05/12 (SCEBESOOE0608)	-	11-05-2012	252 000		89%	252 000
José Manuel Espírito Santo Silva	Obrigações BES 5,625% DUE junho 2014	200 000					200 000
António José Baptista do Souto	Obrigações BES 3,75% 19-01-2012	50 000	19-01-2012		50 000	100%	-
	Obrigações BES 5,625% DUE junho 2014	50 000	19-10-2012	300 000		100%	350 000
	Obrigações BES Finance (XS0442126925)	282 000	27-01-2012		282 000	33%	-
	Obrigações BES Finance 08/11 (XS0466899688)	208 000	06-03-2012		208 000	71%	-
	Obrigações BES DUE 02/2013(PTBLMWOM0002)	-	17-01-2012	200 000		90%	
			12-03-2012	150 000		96%	350 000
	Obrigações BES LDN 07/12 (SCBESOOE0678)	-	27-07-2012	167 000		56%	167 000
Jorge Alberto Carvalho Martins	Obrigações BES 2009/ 05-06-2014	250 000					250 000
Aníbal da Costa Reis Oliveira	Obrigações BES DUE 2012	250 000	19-03-2012		250 000	100%	-
	Obrigações BES 5,625% DUE junho 2014	400 000	05-12-2012		400 000	100%	-
	Obrigações BES Finance 07/02/2035	200 000	05-12-2012		200 000	63%	-
	Obrigações BES Fiannce 0312 (SCBESOOE0567)	-	19-03-2012	767 000		86%	
			29-03-2012		465 000	85%	302 000
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	Obrigações BES LDN 05/12 (SCBESOOE0626)	-	27-04-2012	225 000		89%	
			28-05-2012	113 000		89%	
			27-09-2012		113 000	89%	
			26-01-2012		225 000	89%	
			27-09-2012	108 000		90%	108 000
Joaquim Aníbal B. Freixial de Goes	Obrigações BES 3,75% 19-01-2012	50 000	19-01-2012		50 000	100%	-
	Obrigações BES 5,625% DUE junho 2014	50 000	03-01-2012				50 000
Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires	Obrigações BES DUE 3,875% 2015	250 000					250 000
	Obrigações BES DUE 5,625% junho 2014	250 000					250 000
João Eduardo Moura Silva Freixa	Obrigações BES DUE 2012	400 000	19-03-2012		400 000	100%	-
	Obrigações BES Finance 0312 (SCBESOOE0567)	-	19-03-2012	233 000		86%	233 000
	Obrigações BES LDN 10/12 (SCBESOOE0752)	-	26-10-2012	1 069 000		91%	1 069 000
Ricardo Abecassis Espírito Santo	Obrigações BES 5,625%	-	14-06-2012	50 000		91%	50 000

Posição Acionista dos outros Dirigentes

	Títulos	Nº títulos em 31/12/2011	Movimentos em 2012			Nº títulos em 31/12/2012
			Data	Aquisições	Alienações Preço unitário (Euros)	
António Manuel Marques	Ações BES	7 086				
	Direitos de subscrição		25-04-2012	8 178	0,342	
	Ações BES		11-05-2012	26 711	0,395 ⁽¹⁾	
	Ações BES		18-05-2012	100 000	0,471	133 797
António Miguel Natário Rio-Tinto	Ações BES	4 892	11-05-2012	8 561	0,395 ⁽¹⁾	13 453
Bernardo Leite Faria Espírito Santo	Ações BES	2 777	11-05-2012	4 859	0,395 ⁽¹⁾	7 636
Eugénio Fernando Quintais Lopes	Ações BES	8 763	20-02-2012		8 763 1 731	
Isabel Almeida Bernardino	Ações BES	42 736				
	Direitos de subscrição		24-04-2012	32 476	0,260 ⁽²⁾	
			11-05-2012	133 307	0,395 ⁽¹⁾	176 043
João Filipe Martins Pereira	Ações BES	16 446	11-05-2012	28 780	0,395 ⁽¹⁾	45 226
João Maria Mello Franco	Ações BES	29 716	11-05-2012	52 669	0,395 ⁽¹⁾	82 385
Jorge Daniel Lopes da Silva	Ações BES	13 245	11-05-2012	23 178	0,395 ⁽¹⁾	36 423
José Alexandre Pinto Ribeiro	Ações BES	17 000				
	Direitos de subscrição		20-04-2012	99 000	0,330 ⁽²⁾	
	Ações BES		11-05-2012	203 000	0,395 ⁽¹⁾	220 000
Manuel José Dias de Freitas	Ações BES	33 370	11-05-2012	58 397	0,395 ⁽¹⁾	91 767
Paulo António Padrão	Ações BES	6 554	11-05-2012	11 469	0,395 ⁽¹⁾	18 023
Pedro Roberto Meneres Cudell	Ações BES	-				
	Direitos de subscrição		25-04-2012	20 000	0,318 ⁽¹⁾	
	Ações BES		11-05-2012	35 000	0,395 ⁽¹⁾	35 000
Rui Manuel Fernandes Pires Guerra	Ações BES	26 810	09-01-2012	123 000	1,210 ⁽²⁾	
	Direitos de subscrição		23-04-2012	2	0,250	
	Direitos de subscrição		02-05-2012	15 497	0,250	
			11-05-2012	289 290	0,395 ⁽¹⁾	439 100
Rui Raposo	Ações BES	-				
	Direitos de subscrição		19-04-2012	1 921	0,340	
	Ações BES		11-05-2012	3 361	0,395 ⁽¹⁾	3 361

1) Subscrição de novas ações no âmbito do aumento de capital.

2) Preço médio.

Anexo II: Política de Remuneração dos Órgãos Sociais

1. Processo de aprovação da política de remuneração

A) Aprovação

A política de remuneração dos órgãos sociais do BES foi aprovada pela Comissão de Vencimentos no dia 25 de fevereiro de 2010.

B) Mandato da Comissão de Vencimentos

Nos termos do artigo 24.º do contrato de sociedade, compete à Comissão de Vencimentos estabelecer a remuneração dos administradores do BES.

A Comissão de Vencimentos é atualmente composta por 3 membros, eleitos pela Assembleia Geral de 22 de março de 2012 para um mandato de quatro anos.

C) Composição da Comissão de Vencimentos

Daniel Proença de Carvalho

Advogado. É Presidente do Conselho de Administração da “ZON Multimédia”, Presidente do Conselho de Administração da “Cimpor, Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.” e Presidente do Conselho de Curadores da Fundação “D. Anna de Sommer Champalimaud e Dr. Carlos Montez Champalimaud”, desde 2005.

Jacques dos Santos

É desde 1991, *Partner* e *Senior Partner* na “MAZARS AUDITORES PORTUGAL”. Entre 1992 e 2006 foi Presidente do Conselho Fiscal do “Banco Espírito Santo” e é Presidente do Conselho Fiscal da “BESPAR”, desde 1992. É Presidente do Conselho Fiscal da “Solubema – Sociedade Luso-Belga de Mármore”, desde 1993. É Vogal do Conselho Fiscal da “ESAF – SGPS SA”.

Álvaro Pinto Correia

Engenheiro Civil. Foi Presidente do Conselho de Gestão do “Banco Totta & Açores”, Presidente da Direção da “Associação Portuguesa de Bancos”, Administrador da “Caixa Geral de Depósitos”, Presidente do Conselho de Administração da “Companhia de Seguros Fidelidade, S.A.”, Presidente do Conselho Consultivo da “Associação Portuguesa de Seguradores”, Presidente do Conselho de Administração da “Sofid – Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição de Crédito, S.A.” e Presidente do Conselho de Administração da “INAPA – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.”.

Nenhum dos membros da Comissão de Vencimentos do BES é membro do órgão de administração, ou tem qualquer vínculo familiar com algum dos seus membros.

Encontra-se presente em cada Assembleia Geral de Acionistas um representante da Comissão de Vencimentos.

D) Consultores externos

O consultor externo utilizado para assistir a Comissão de Vencimentos na definição da política de remuneração dos órgãos sociais do BES foi a Mercer Ltd.

O referido consultor presta serviços adicionais ao BES em matéria de recursos humanos.

E) Grupos de sociedades tomados como elementos comparativos

Foram tomados como elementos comparativos as Instituições Financeiras de dimensão análoga à do BES a operar no mercado português, bem como um grupo escolhido de instituições financeiras de dimensão e capitalização bolsista semelhantes ao BES, retiradas de um estudo da Mercer Ltd intitulado de *Mercer's Pan European Financial Services Survey* (de 2009).

2. Remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral

Os membros da Mesa da Assembleia Geral auferem uma remuneração mensal fixa paga doze vezes ao ano.

3. Membros da Comissão de Auditoria

Os membros da Comissão de Auditoria auferem uma retribuição mensal fixa, paga catorze vezes ao ano.

4. Presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração auferem uma remuneração mensal fixa, paga doze vezes ao ano.

5. Membros não executivos do Conselho de Administração: administradores não independentes

Os membros não executivos do Conselho de Administração que não integrem a Comissão de Auditoria e não sejam qualificados como independentes auferem uma senha de presença, de valor fixo, por cada participação nas reuniões do órgão de administração.

Os membros que desempenhem funções executivas em órgãos de administração de sociedades em relação de domínio e/ou de grupo com o BES, ou que exerçam funções específicas por indicação do Conselho de Administração, poderão ser remunerados pelas referidas sociedades ou pelo BES, de acordo com o relevo das funções desempenhadas.

6. Membros não executivos do Conselho de Administração: administradores independentes

Os membros não executivos do Conselho de Administração qualificados de acordo com os critérios legais como administradores independentes auferem uma remuneração mensal, paga doze vezes ao ano.

7. Membros da Comissão Executiva

A) Igualdade de remunerações

Todos os membros da Comissão Executiva do BES auferem a mesma remuneração do BES, com exceção do seu Presidente. Apenas a parte variável pode ser distinta entre os diversos membros da Comissão Executiva.

Os membros que desempenhem funções executivas em órgãos de administração de sociedades em relação de domínio e/ou de grupo com o BES, ou que exerçam funções específicas por indicação do Conselho de Administração, poderão ser remunerados pelas referidas sociedades ou pelo BES, de acordo com o relevo das funções desempenhadas.

No caso de administradores qualificados como «expatriados», à remuneração fixa e variável poderá acrescer a atribuição dos subsídios enumerados na alínea c) do presente número.

B) Composição da remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A remuneração dos membros da Comissão Executiva é fixada todos os anos pela Comissão de Vencimentos, até ao final de abril, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

C) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pela Comissão de Vencimentos e representará aproximadamente, 45% da Remuneração Total Anual.

A parte fixa é composta pelo vencimento dos membros da Comissão Executiva e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios.

Aos membros da Comissão Executiva que sejam de nacionalidade estrangeira e estabeleçam residência em Portugal (os «administradores expatriados») serão atribuídos os subsídios adequados à sua instalação e residência, nomeadamente:

- um subsídio de habitação;
- um subsídio de deslocação, incluindo o pagamento de um determinado número de viagens por ano ao País de origem;
- um subsídio de apoio à educação de descendentes menores quando existam; e
- adicionalmente, poderá ser atribuído um subsídio inicial de instalação.

Caberá à Comissão de Vencimentos estabelecer os limites máximos de cada um destes apoios.

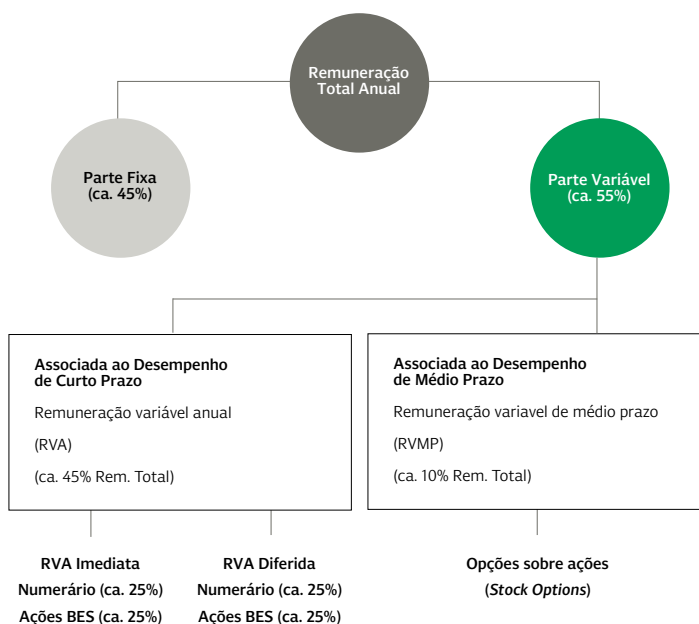
A parte variável para 2013 tem o limite de 1,4% dos resultados consolidados do Grupo BES.

D) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa representará, no mínimo, aproximadamente 45% do total da remuneração, sendo os restantes 55% atribuídos como parte variável, quando se verificarem os pressupostos para a respetiva atribuição.

Sempre que o resultado líquido anual seja positivo, o montante exato da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, constantes do Orçamento anual, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

E) Critérios de definição da componente variável e momentos do seu pagamento



A componente variável é dividida em duas sub-componentes.

A) Desempenho de Curto Prazo (a Remuneração Variável Anual)

A **Remuneração Variável Anual («RVA»)** é referente ao **Desempenho de Curto Prazo** e terá um peso de aproximadamente 45% na Remuneração Total Anual.

A **RVA** será calculada no início de cada ano pela Comissão de Vencimentos, em função dos seguintes fatores:

- Cumprimento dos principais objetivos constantes do Orçamento Anual do mesmo ano a que diz respeito a RVA, aprovado pelo Conselho de Administração: o Resultado Líquido do Exercício, o *Cost-to-Income* (rácio entre os custos operativos e o produto bancário total) e o *Return-on-Equity* (rácio entre o resultado líquido e capitais próprios);
- Desempenho segundo critérios não financeiros, incluindo o desempenho individual de cada membro da Comissão Executiva (cada membro da Comissão Executiva tem um conjunto de pelouros, com departamentos associados cujo desempenho é medido de forma objetiva e quantitativa) e a evolução de indicadores associados à sustentabilidade do crescimento do Banco (nomeadamente o rácio de Crédito/ Depósitos, o rácio de *Core Tier 1*, os principais indicadores de Qualidade de Serviço, bem como o cumprimento das principais regras associadas à atividade da instituição).

O valor da RVA será determinado em função da apreciação efetuada à evolução do conjunto destes fatores.

A RVA é dividida entre uma parcela imediata («**RVA Imediata**»), que é paga após a aprovação das contas do exercício do ano em questão, e uma parcela diferida por um período de 3 anos (a **Remuneração Variável Anual Diferida («RVADiferida»)**).

Tanto a RVA Imediata como a RVADiferida serão divididas em duas partes iguais, uma parte em numerário, e outra em espécie, em ações do BES.

B) Desempenho de Médio Prazo (a Remuneração Variável de Médio Prazo)

A **Remuneração Variável de Médio Prazo («RVMP»)** é referente ao **Desempenho de Médio Prazo** e terá um peso de aproximadamente 10% no conjunto da Remuneração Total Anual.

A eventual atribuição de uma RVMP será determinada pela Comissão de Vencimentos no início de cada ano, com base na avaliação de desempenho do ano anterior, e será paga através da atribuição de opções de aquisição de ações («*Stock Options*»), que serão passíveis de ser exercidas apenas, pelo menos, 3 anos após a data da sua atribuição, o que implica uma periodificação deste custo até ao momento do exercício.

A RVMP resultará da sustentabilidade dos indicadores do BES e será calculada em função do retorno global proporcionado aos acionistas ao longo do período da sua atribuição, retorno que resulta dos dividendos e da evolução da capitalização bolsista. As *Stock Options* subjacentes à RVMP terão um preço de exercício no final do período de exercício superior em 10% à cotação no início do referido período.

A aplicação deste pressuposto de evolução da cotação bolsista à cotação de referência para a estruturação das *Stock Options* permitirá definir o valor de exercício das referidas Opções e, consequentemente, apurar o número de *Stock Options* a atribuir anualmente a cada administrador.

C) Regulamentação da atribuição de Ações e Opções

A regulamentação da atribuição de ações e opções de aquisição de ações aos membros da Comissão Executiva é objeto de um Regulamento próprio.

F) Mecanismos de Limitação da Remuneração Variável

A Remuneração Variável Anual Diferida («RVAD») encontra-se sujeita a duas limitações gerais:

- a) o seu pagamento é diferido por um período de 3 anos; e
- b) apenas será atribuída se for sustentável à luz da situação financeira do BES e se justificar tendo em conta o desempenho do BES e de cada um dos seus administradores executivos. A remuneração variável será reduzida ou cancelada caso se verifique uma redução significativa da atividade do BES e consequentemente dos seus resultados.

Cabe à Comissão de Vencimentos verificar e determinar a existência e a manutenção da atribuição da RVAD.

Em casos de uma *performance* negativa dos resultados do BES ou quando se verificar uma redução da rentabilidade dos capitais próprios («*Return-on-Equity*») para níveis inferiores a 5%, a RVAD apenas pode ser concedida mediante uma decisão especialmente fundamentada da Comissão de Vencimentos, que terá de ser apresentada à Assembleia Geral subsequente.

A Remuneração Variável a Médio Prazo («RVMP»), por definição, encontra-se limitada à evolução da cotação das ações do BES. Esta remuneração não terá valor a não ser que a referida cotação tenha uma evolução positiva de, pelo menos, 10% no período em causa.

G) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação do desempenho dos administradores executivos tem por base os critérios financeiros e não financeiros seguintes:

- «**Cost-to-Income**» (rácio entre os custos operativos e o produto bancário total), indicador que traduz a atividade operacional do Banco, e que mede a capacidade de geração de receitas face aos custos operativos incorridos;
- **Resultado Líquido do Exercício**, indicador que traduz o contributo para os acionistas, já deduzido de dimensões não capturadas no *Cost-to-Income*, em particular o custo do risco, os impostos e os interesses minoritários;
- «**Return-on-Equity**» (rácio entre o resultado líquido e os capitais próprios), indicador que mede a rentabilidade proporcionada em face do volume investido pelos acionistas;
- **Capitalização bolsista**, que reflete a apreciação efetuada pelos mercados do desempenho alcançado pelo BES traduzindo a riqueza efetivamente criada para os acionistas. A inclusão deste indicador permite assim alinhar a visão dos acionistas e a dos mercados;
- **Desempenho Individual** de cada membro da Comissão Executiva, por forma a identificar o contributo relativo de cada administrador executivo para o resultado global do BES, o que está refletido, de forma objetiva, na análise do desempenho das funções e departamentos que estejam sob a sua responsabilidade, para além do contributo individual às decisões tomadas e o nível colegial;
- **Rácio de Crédito/ Depósitos**, que qualifica o grau de equilíbrio da trajetória de crescimento do BES, e permite aferir se esse crescimento assegura o cumprimento dos requisitos regulamentares de desalavancagem estabelecidos para o setor financeiro em Portugal;
- **Rácio de Core Tier 1**, principal indicador para aferir a solvabilidade do ponto de vista prudencial (com referências estipuladas tanto pelo Banco de Portugal como pela Autoridade Bancária Europeia – EBA);
- **Indicadores de Qualidade de Serviço**, por forma a incorporar a opinião da base de clientes do BES sobre o grau de proteção dos seus interesses;
- **Cumprimento das principais regras associadas à atividade da instituição**, avaliação a efetuar pelas funções de Controlo Interno que evidenciam eventuais desconformidades nas áreas de risco, auditoria interna e de *compliance* e as medidas implementadas/ concretizadas para sanar tais insuficiências, as quais são reportadas ao Banco de Portugal.

H) Critérios em que se baseia a manutenção pelos administradores executivos das ações que lhes tenham sido atribuídas

Aos membros da Comissão Executiva é atribuída uma remuneração variável cujo pagamento é efetuado em espécie, através da atribuição de um determinado número de ações do BES. O pagamento em espécie é diferido durante o período de 3 anos.

Aos membros da Comissão Executiva são também atribuídas *stock options*, que apenas podem ser exercidas após o decurso de um prazo de, pelo menos, 3 anos.

No que respeita às ações adquiridas com base no pagamento de retribuição variável, os membros da Comissão Executiva devem manter as referidas ações até ao termo do seu mandato, até ao limite mínimo de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício de tais ações.

I) Critérios em que se baseia a eventual celebração de contratos relativos às ações atribuídas

Não deve ser permitida a realização de quaisquer contratos relativamente às ações atribuídas aos membros da comissão executiva, nomeadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco.

Esta regra encontra-se incorporada no Regulamento Interno do Conselho de Administração.

J) Os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários

Não existem outras formas de remuneração para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração.

K) Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos

Não existem outras formas de remuneração para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração.

L) Indemnizações pagas ou devidas a ex-membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não foram pagas nem são devidas quaisquer indemnizações a antigos membros da Comissão Executiva relativamente à cessação das suas funções.

M) Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa do administrador e sua relação com a componente variável da remuneração

Não existem quaisquer acordos que fixem montantes a pagar a membros da Comissão Executiva em caso de destituição sem justa causa.

N) Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, com indicação se foram sujeitas a apreciação pela assembleia geral

Os administradores têm direito a pensão de reforma ou complemento de pensão de reforma, no caso de serem ou terem sido membros da Comissão Executiva.

As principais características do regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez são as seguintes:

- a) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma adquire-se em caso de velhice, com o atingir de sessenta e cinco anos de idade ou vinte e cinco anos de atividade profissional, ou em caso de invalidez.
- b) O direito à pensão de reforma ou complemento de reforma pode ser antecipado para a data em que os administradores completem cinquenta e cinco anos, desde que tenham exercido funções em órgão de administração do BES por um período mínimo de 9 anos, consecutivos ou interpolados, contando-se, para efeitos da antiguidade, naquelas funções, o exercício como membros da direção ou em órgãos de administração do anterior “Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa, S.A.”

- c) O complemento de pensão de reforma poderá existir, de modo a completar eventuais regimes de reforma concedidos por qualquer outro regime de segurança social, para que a pensão total possa atingir cem por cento da última remuneração anual ilíquida.

Em qualquer caso, as pensões ou complementos de pensão a atribuir nunca serão superiores ao salário pensionável do administrador em causa, podendo ser inferiores. O salário pensionável corresponde à soma entre a remuneração fixa anual e a remuneração variável auferidas pelo administrador em causa no ano imediatamente anterior à sua reforma, deduzida de qualquer pensão anual paga por qualquer outro regime de segurança social, bem como das diuturnidades auferidas. A remuneração variável corresponderá, no mínimo, ao montante equivalente à média da remuneração variável auferida nos últimos doze anos pelo administrador em causa na data da reforma.

Os complementos de pensão de reforma e de sobrevivência a cargo da sociedade serão anualmente atualizados de acordo com a percentagem de aumento global da remuneração dos administradores em exercício, tal como for fixada pela Comissão de Vencimentos, atualização que, todavia, nunca poderá ser inferior à aplicação da taxa de variação do I.P.C. nem superior a duas vezes esta taxa.

A versão atual do regulamento do direito dos administradores a pensão ou complemento de pensões de reforma por velhice ou invalidez foi aprovada pela Assembleia Geral de 11 de novembro de 2011.

Será apresentada à Assembleia Geral Anual de 2013 uma proposta de reformulação global do regulamento do direito dos administradores a uma pensão.

O) Estimativa do valor dos benefícios não pecuniários relevantes considerados como remuneração não abrangidos nas situações anteriores

Para além do custo com um Seguro de Saúde atribuído aos membros da Comissão Executiva, que complementa os benefícios atribuídos pelos Serviços de Assistência Médico-Sociais («SAMS»), seguro de saúde que se deverá manter mesmo após a sua reforma, não são atribuídos aos administradores benefícios não pecuniários de relevo.

8. Regras aplicáveis a todos os membros do órgão de administração

A) Pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores

Não existem quaisquer pagamentos previstos em caso de destituição de administradores e qualquer cessação por acordo carece, no que respeita aos montantes envolvidos, de ser previamente aprovada pela Comissão de Vencimentos.

A) Montantes pagos em 2012 aos membros dos órgãos sociais

i. Membros dos órgãos sociais (com exceção da Comissão Executiva)

Remunerações do Conselho de Administração em 2012 (não inclui a Comissão Executiva)

(milhares de euros)

Remunerações 2012	BES			TOTAL BES	Outras empresas Grupo BES			TOTAL OUTRAS	Remuneração Total			TOTAL
	Fixa		Var.		Fixa		Var.		Fixa		Var.	
	Venc.	Subsídios e Outros			Venc.	Subsídios e Outros			Venc.	Subsídios e Outros		
João Faria Rodrigues	163	-	-	163	-	-	-	-	163	-	-	163
Horácio Lisboa Afonso	108	-	-	108	-	-	-	-	108	-	-	108
Pedro João Reis de Matos Silva	92	-	-	92	-	-	-	-	92	-	-	92
Total Comissão de Auditoria	364	-	-	364	-	-	-	-	364	-	-	364
Administradores não Executivos												
Alberto Alves de Oliveira Pinto	-	185	-	185	-	-	-	-	-	185	-	185
Aníbal da Costa Reis de Oliveira	-	22	-	22	-	-	-	-	-	22	-	22
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva	-	22	-	22	-	-	-	-	-	22	-	22
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos	-	42	-	42	-	-	-	-	-	42	-	42
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva	-	19	-	19	464	13	71	547	464	31	71	566
Pedro Mosqueira do Amaral	135	40	-	174	302	-	191	493	437	40	191	667
Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho	-	42	-	42	-	-	-	-	-	42	-	42
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral	-	36	-	36	-	-	-	-	-	36	-	36
Milton Almicar Silva Vargas	-	7	-	7	-	-	-	-	-	7	-	7
Vincent Claude Paul Pacaud	-	30	-	30	207	-	-	207	207	30	-	237
Total Administradores não Executivos	135	446	-	581	973	13	262	1 248	1 108	459	262	1 829
Mesa Assembleia Geral												
Paulo Manuel de Pitta e Cunha	-	19	-	19	-	-	-	-	-	19	-	19
Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz	-	12	-	12	-	-	-	-	-	12	-	12
Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo	-	9	-	9	-	-	-	-	-	9	-	9
Total Mesa Assembleia Geral	-	40	-	40	-	-	-	-	-	40	-	40
Comissão Vencimentos												
Daniel Proença de Carvalho	-	18	-	18	-	-	-	-	-	18	-	18
Joaquim Jesus Taveira Santos	-	18	-	18	-	-	-	-	-	18	-	18
Alvaro João Duarte Pinto Correia	-	14	-	14	-	-	-	-	-	14	-	14
Total Comissão Vencimentos	-	50	-	50	-	-	-	-	-	50	-	50
Total Órgãos Sociais s/ Comissão Executiva	499	536	-	1 034	973	13	262	1 248	1 471	548	262	2 282

ii. Membros da Comissão Executiva

Remunerações da Comissão Executiva em 2012

(milhares de euros)

	BES			TOTAL BES	Outras empresas Grupo BES			TOTAL OUTRAS	Remuneração Total			TOTAL
	Fixa		Var.		Fixa		Var.		Fixa		Var.	
	Venc.	Subsídios e Outros			Venc.	Subsídios e Outros			Venc.	Subsídios e Outros		
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	547	2	-	550	-	3	-	3	547	5	-	552
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	462	2	-	464	-	3	-	3	462	6	-	468
António José Baptista do Souto	459	2	-	461	-	-	-	-	459	2	-	461
Jorge Alberto Carvalho Martins	456	2	-	458	-	-	-	-	456	2	-	458
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	-	-	-	-	460	-	-	460	460	-	-	460
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	456	2	-	458	-	-	-	-	456	2	-	458
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes	455	3	-	458	-	-	-	-	455	3	-	458
Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires	455	2	-	457	-	-	-	-	455	2	-	457
João Eduardo Moura da Silva Freixa	454	2	-	456	-	2	-	2	454	5	-	458
Stanislas Gerard Marie Georges Ribes	211	233	-	444	-	-	-	-	211	233	-	444
Total Comissão Executiva	3 956	250	-	4 206	460	9	-	468	4 416	259	-	4 674

Remunerações 2012 vs 2011

(milhares de euros)

	2012			TOTAL 2012	2011			TOTAL 2011	VAR. (%)
	Fixa		Var.		Fixa		Var.		
	Venc.	Subsídios e Outros			Venc.	Subsídios e Outros			
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	547	5	-	552	546	5	253	804	-31%
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	462	6	-	468	461	6	212	678	-31%
António José Baptista do Souto	459	2	-	461	457	2	212	671	-31%
Jorge Alberto Carvalho Martins	456	2	-	458	454	99	212	765	-40%
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	460	-	-	460	451	64	212	727	-37%
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	456	2	-	458	454	2	212	668	-31%
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes	455	3	-	458	454	2	212	668	-31%
Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires	455	2	-	457	454	67	212	733	-38%
João Eduardo Moura da Silva Freixa	454	5	-	458	452	5	212	669	-32%
Stanislas Gerard Marie Georges Ribes ⁽¹⁾	211	233	-	444	-	-	-	-	
Jean-Luc Louis Marie Guinoiseau ⁽²⁾	-	-	-	-	438	57	318	813	-100%
Pedro José de Sousa Fernandes Homem ⁽²⁾	-	-	-	-	452	3	318	774	-100%
Total Comissão Executiva	4 416	259	-	4 674	5 072	313	2 584	7 969	-41%

(1) Iniciou funções em 2012.

(2) Cessou funções em 2012.

Em 2012 não foi atribuída qualquer remuneração variável aos membros da Comissão Executiva, com exceção da atribuição de uma nova **Remuneração Variável de Médio Prazo**, no dia 21 de setembro de 2012 e no valor global de 1,94 milhões de euros, consistindo na atribuição de opções sobre ações do BES que apenas poderão ser exercidas no final de janeiro de 2016 e desde que a cotação das ações do BES tenha uma evolução positiva de, pelo menos, 10% no referido período de 3 anos. Esta Remuneração Variável de Médio Prazo acresce à que foi atribuída em 2011, no valor global de 1 130 000 euros, consistindo na atribuição de opções sobre ações do BES que apenas poderão ser exercidas 3 anos após a data da sua atribuição (no final de março de 2014).

O pagamento da **Remuneração Variável Anual Diferida** referente ao ano de 2011 foi suspenso em 2012 e em 2013, não se tendo procedido ao seu pagamento por decisão da Comissão de Vencimentos.

2011-2012

(milhares de euros)

	Numerário Diferido (2012-2014)	Ações Diferidas (2012-2014)	Subtotal	Opções Diferidas (2011-2014)	Opções atribuídas (2012-2016)
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado	127	127	254	130	230
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva	106	106	212	100	190
António José Baptista do Souto	106	106	212	100	190
Jorge Alberto Carvalho Martins	106	106	212	100	190
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi	-	-	-	100	190
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira	106	106	212	100	190
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes	106	106	212	100	190
Amílcar Carlos Ferreira de Moraes Pires	106	106	212	100	190
João Eduardo Moura da Silva Freixa	106	106	212	100	190
Stanislas Gerard Marie Georges Ribes	-	-	-	-	190
Total Comissão Executiva	869	869	1 738	930	1 940

Lisboa, 1 de março de 2013

A Comissão de Vencimentos

Daniel Proença de Carvalho

Jacques dos Santos

Álvaro Pinto Correia

ANEXO III: Política de Remuneração dos Dirigentes

Política de Remuneração de Dirigentes e dos Quadros Diretivos das Funções de Controlo do Banco Espírito Santo, S.A. («BES»)

I. Perímetro de aplicação e Princípios fundamentais

São abrangidos pela presente política de remuneração os «Dirigentes» do BES em sentido amplo, incluindo:

- a) Os Diretores-gerais, os Assessores do Conselho de Administração e os Diretores Coordenadores;
- b) Os colaboradores que integram o quadro diretivo dos departamentos comerciais (*retail*, *private* e *corporate*), bem como aqueles que integram o quadro diretivo do departamento financeiro e do departamento internacional;
- c) Os colaboradores que integram o quadro diretivo do departamento de recursos humanos, bem como aqueles que integram o quadro diretivo dos departamentos de Auditoria Interna, *Compliance* e Gestão de Riscos. Para os efeitos da presente política de remuneração, todos os colaboradores abrangidos nesta alínea são referidos em conjunto como as «funções de controlo».

Em Anexo à presente política encontra-se uma listagem com a identificação de cada um dos Departamentos cujos quadros diretivos são incluídos na política de remuneração, por força da alínea b) supra.

Com efeito, entende-se que – à margem dos titulares dos órgãos sociais – estes profissionais representam, no concreto caso do BES, os colaboradores cujo desempenho tem um impacto material sobre o perfil de risco do Banco, de acordo com a interpretação efetuada sobre as recomendações do Comité Europeu de Supervisores Bancários sobre Políticas e Práticas de Remuneração.

II. A política de remuneração de dirigentes do BES

1. Processo de Aprovação da Política de Remuneração

A) Aprovação

O processo de aprovação da política remuneratória dos colaboradores aqui considerados inicia-se através de uma proposta apresentada pelo Conselho de Administração. A declaração relativa à política remuneratória dos dirigentes é submetida para aprovação pela Assembleia Geral, ao abrigo da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho. A concreta fixação da remuneração é, por fim, aprovada pelo Conselho de Administração.

B) Mandato do Conselho de Administração

Nos termos da Lei e dos Estatutos, a fixação da remuneração dos Dirigentes do BES incumbe ao Conselho de Administração, no âmbito da gestão da sua política de pessoal e da política de incentivos, tendo em vista a prossecução dos objetivos estratégicos do Banco.

A) Composição do Conselho de Administração

A atual composição do Conselho de Administração é a seguinte:

Alberto Alves de Oliveira Pinto - Presidente
Ricardo Espírito Santo Silva Salgado - Vice-Presidente
Bruno Bernard Marie Joseph de Laage de Meux – Vice-Presidente
José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva
António José Baptista do Souto
Jorge Alberto Carvalho Martins
Aníbal da Costa Reis de Oliveira
Manuel Fernando Moniz Galvão Espírito Santo Silva
José Maria Espírito Santo Silva Ricciardi
Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes
Ricardo Abecassis Espírito Santo Silva
Amílcar Carlos Ferreira Morais Pires
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos
João Eduardo Moura da Silva Freixa
Pedro Mosqueira do Amaral
Isabel Maria Osório de Antas Mégre de Sousa Coutinho
João de Faria Rodrigues
Marc Olivier Tristan Oppenheim
Vincent Claude Paul Pacaud
Rita Maria Lagos do Amaral Cabral
Stanislas Gerard Marie Georges Ribes
Horácio Lisboa Afonso
Pedro João Reis de Matos e Silva
Milton Almicar Silva Vargas
Xavier Musca

D) Consultores externos

Os consultores externos utilizados para assistir o Conselho de Administração na redação da política de remuneração dos dirigentes do BES foram, no ano de 2009, a Mercer (Portugal), Lda. e a Sêrvulo & Associados – Sociedade de Advogados, RL.

A Mercer (Portugal), Lda. presta serviços adicionais ao BES em matéria de recursos humanos.

2. Diretores-Gerais, Assessores do Conselho de Administração e Diretores Coordenadores (exceto funções de controlo)

A) Composição da remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma eventual parte variável.

A política de remuneração global do Banco é anualmente revista pelo Conselho de Administração, até ao final de maio. Em consequência, a remuneração fixa pode ser revista todos os anos de acordo com indicadores como a taxa de inflação e a taxa de aumento do ACTV bancário, podendo ser igualmente definida uma componente variável, até finais de maio de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

B) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média, aproximadamente 75% da Remuneração Total Anual.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios.

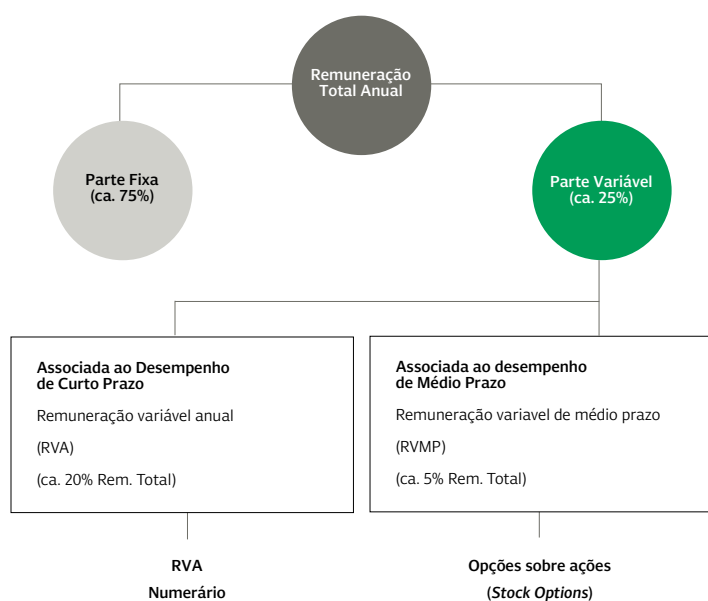
A parte variável para 2013, caso venha a ser atribuída, corresponderá, em média, a 25% da Remuneração Total Anual sendo que o valor máximo poderá atingir os 50%.

C) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa representará, em média, aproximadamente 75% do total da remuneração, sendo os restantes 25% atribuídos como parte variável.

Quando seja devida, o montante exato da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do coletivo da respetiva unidade em que o dirigente se integra, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho do BES, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

D) Critérios de definição da componente variável e momentos do seu pagamento



A componente variável é dividida em duas sub-componentes.

A) Desempenho de Curto Prazo (a Remuneração Variável Anual)

A **Remuneração Variável Anual («RVA»)** é referente ao **Desempenho de Curto Prazo** e terá um peso, em média, de aproximadamente 20% na Remuneração Total Anual.

A **RVA** será fixada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinada com base no Sistema de Objetivos e Incentivos (SOI) associado a cada tipologia de área, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos, aprovados pelo Conselho de Administração, com base nas seguintes variáveis:

- Áreas Comerciais – Indicadores de Volumes, Produto Bancário, Indicadores de Qualidade e *Cost-to-Income*;
- Áreas Centrais – Risco Operacional, Indicadores de Atividade, Indicadores de Qualidade e *Cost-to-Income*.

A RVA é paga em numerário no ano imediatamente a seguir à data de referência dos resultados, após a aprovação das contas do exercício do ano em questão.

B) Desempenho de Médio Prazo (a Remuneração Variável de Médio Prazo)

A **Remuneração Variável de Médio Prazo («RVMP»)** é referente ao **Desempenho de Médio Prazo** e, quando for devida, terá um peso de aproximadamente 5% no conjunto da Remuneração Total Anual.

A RVMP poderá ser determinada pelo Conselho de Administração no início de cada ano, com base na avaliação de desempenho do ano anterior, e será paga através da atribuição de opções de aquisição de ações («*Stock Options*»), que serão passíveis de ser exercidas apenas, pelo menos, 3 anos após a data da sua atribuição, o que implica uma periodificação deste custo até ao momento do exercício.

A RVMP resultará da sustentabilidade dos indicadores do BES e será calculada em função do retorno global proporcionado aos acionistas ao longo do período, retorno que resulta dos dividendos e da evolução da capitalização bolsista. As *Stock Options* subjacentes à RVMP terão um preço de exercício no final do período superior em 10% à cotação no início do referido período.

A aplicação deste pressuposto de evolução da cotação bolsista à cotação de referência para a estruturação das *Stock Options* permitirá definir o valor de exercício das referidas Opções e, consequentemente, apurar o número de *Stock Options* a atribuir anualmente a cada dirigente.

Desde a aprovação da política de remuneração e até à presente data, nunca foi atribuída qualquer Remuneração Variável a Médio Prazo para os Dirigentes.

C) Regulamentação da atribuição de Opções

A regulamentação da atribuição de opções de aquisição de ações é objeto de um Regulamento próprio, aprovado pela Assembleia Geral Anual de 2010.

E) Mecanismos de Limitação da Remuneração Variável

A Remuneração Variável a Médio Prazo («RVMP»), por definição, encontra-se limitada à evolução da cotação das ações do BES, existindo um exercício diferido pelo prazo das opções. Esta remuneração não terá valor a não ser que a referida cotação tenha uma evolução positiva de, pelo menos, 10% no período em causa.

F) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação dos dirigentes pertencentes às áreas Comerciais assenta nas seguintes cinco variáveis:

- **Resultados**, que abrange um conjunto de indicadores que traduzem os resultados da área;
- **Produto Bancário**;
- **Qualidade**, que abrange métricas que avaliam a qualidade de serviço ao cliente interno/ externo;
- **Cost-to-Income** (rácio entre os custos operativos e o produto bancário total), indicador que traduz a atividade operacional do Banco e que mede a capacidade de geração de receitas face aos custos operativos incorridos;
- **Capitalização bolsista**, que traduz a apreciação efetuada pelos mercados do desempenho alcançado pelo BES. A inclusão deste indicador permite assim alinhar a visão dos acionistas e a dos mercados.

A avaliação dos dirigentes pertencentes às áreas Centrais assenta nas seguintes cinco variáveis:

- **Atividade** – que abrange um conjunto de indicadores que traduzem os resultados da área;
- **Risco Operacional**;
- **Qualidade**;
- **Cost-to-Income**;
- **Capitalização bolsista**.

G) Critérios em que se baseia a manutenção das ações atribuídas

Aos dirigentes são atribuídas *stock options* que apenas podem ser exercidas após o decurso de um prazo de, pelo menos, 3 anos.

O Conselho de Administração determinará eventuais regras acerca de retenção ou manutenção das ações adquiridas.

3. Quadro Diretivo dos Departamentos Comerciais, Financeiro e Internacional

A) Composição da remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A política de remuneração global do Banco é anualmente revista pelo Conselho de Administração até ao final de maio. Em consequência, a remuneração fixa é revista todos os anos de acordo com indicadores como a taxa de inflação e a taxa de aumento do ACTV bancário, sendo igualmente definida uma componente variável, até finais de maio de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

B) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média, aproximadamente 80% da Remuneração Total Anual.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios.

A parte variável para 2013, caso venha a ser atribuída, corresponderá, em média, a 20% da Remuneração Total Anual sendo que o valor máximo poderá atingir os 30%.

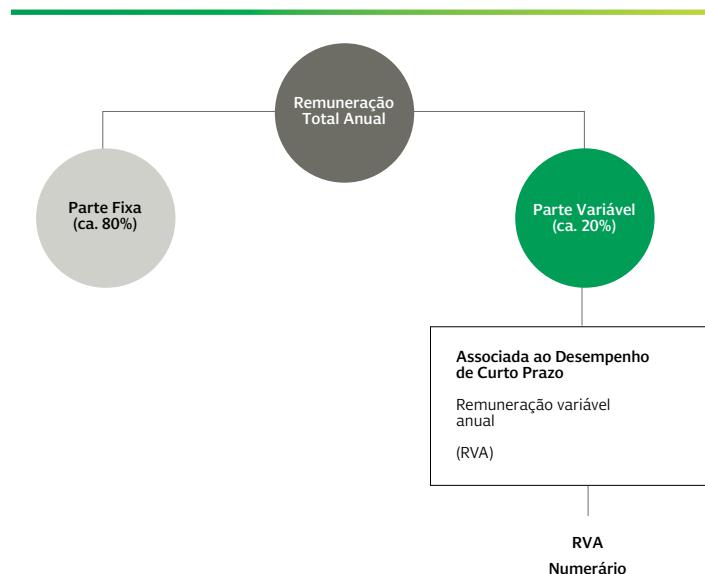
C) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa representará, em média, aproximadamente 80% do total da remuneração, sendo os restantes 20% atribuídos como parte variável, quando esta for devida.

O montante exato da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do coletivo da respetiva unidade, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

D) Critérios de definição da componente variável e momentos do seu pagamento

A componente variável é dividida em duas sub-componentes.



A **Remuneração Variável Anual («RVA»)** é referente ao **Desempenho de Curto Prazo** e terá um peso, em média, de aproximadamente 20% na Remuneração Total Anual.

A **RVA** será calculada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinado com base no Sistema de Objetivos e Incentivos (SOI) associado ao departamento, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos, aprovado pelo Conselho de Administração, com base em variáveis que contemplam indicadores de Atividade, de Custos, de Risco e de Qualidade.

A **RVA** é paga em numerário no ano imediatamente a seguir à data de referência dos resultados, após a aprovação das contas do exercício do ano em questão, na data da colocação dos dividendos a pagamento.

E) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação dos dirigentes pertencentes às áreas Comerciais assenta nas seguintes cinco variáveis:

- **Resultados**, que abrange um conjunto de indicadores que traduzem os resultados da área;
- **Produto Bancário**;
- **Qualidade**, que abrange métricas que avaliam a qualidade de serviço ao cliente interno/ externo;
- **Cost-to-Income** (rácio entre os custos operativos e o produto bancário total), indicador que traduz a atividade operacional do Banco e que mede a capacidade de geração de receitas face aos custos operativos incorridos;
- **Capitalização bolsista**, que traduz a apreciação efetuada pelos mercados do desempenho alcançado pelo BES. A inclusão deste indicador permite assim alinhar a visão dos acionistas e a dos mercados.

A avaliação dos dirigentes pertencentes às áreas Centrais assenta nas seguintes cinco variáveis:

- **Atividade** – que abrange um conjunto de indicadores que traduzem os resultados da área;
- **Risco Operacional**;
- **Qualidade**;
- **Cost-to-Income**;
- **Capitalização bolsista**.

4. Quadro Diretivo das Funções de Controlo (incluindo os Diretores Gerais, Assessores do Conselho de Administração e Diretores Coordenadores das Funções de Controlo)

A) Composição da remuneração

A remuneração comporta uma parte fixa e uma parte variável.

A política de remuneração global do Banco é anualmente revista pelo Conselho de Administração até ao final de maio. Em consequência, a remuneração fixa é revista todos os anos de acordo com indicadores como a taxa de inflação e a taxa de aumento do ACTV bancário, sendo igualmente definida uma componente variável, até finais de maio de cada ano, com base na avaliação do desempenho do exercício anterior.

B) Limites da remuneração

A parte fixa terá os limites que forem fixados pelo Conselho de Administração e representará, em média, aproximadamente 85% da Remuneração Total Anual.

A parte fixa é composta pelo vencimento base e por alguns complementos que são atribuídos a todos os colaboradores do Banco, como diuturnidades ou outros subsídios.

A parte variável para 2013, caso venha a ser atribuída, corresponderá, em média, a 15% da Remuneração Total Anual sendo que o valor máximo poderá atingir os 30%.

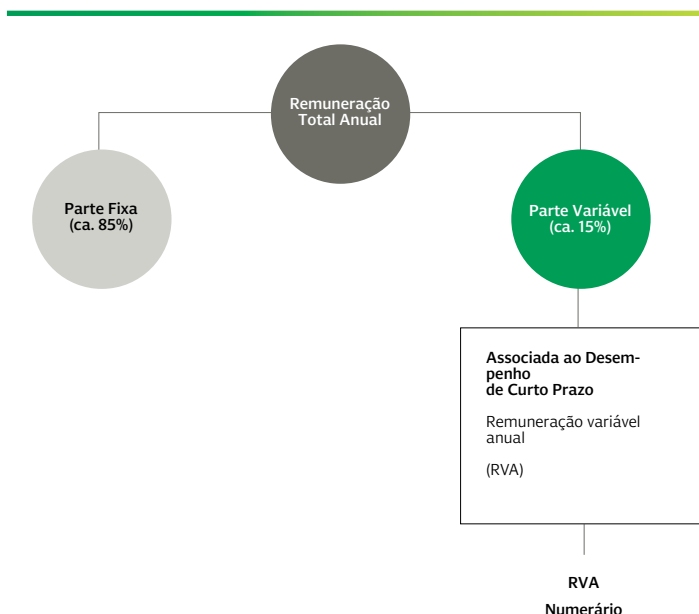
C) Equilíbrio na remuneração

A parte fixa representará, em média, aproximadamente 85% do total da remuneração, sendo os restantes 15% atribuídos como parte variável, quando esta for devida.

O montante exato da parte variável oscilará, em cada ano, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos anuais, individuais (quantitativos e qualitativos) e do coletivo da respetiva unidade, de acordo com o modelo de avaliação de desempenho, tal como aprovado pelo Conselho de Administração.

D) Critérios de definição da componente variável e momentos do seu pagamento

A componente variável é dividida em duas sub-componentes.



A **Remuneração Variável Anual («RVA»)** é referente ao **Desempenho de Curto Prazo** e terá um peso, em média, de aproximadamente 15% na Remuneração Total Anual.

A **RVA** será calculada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, determinado com base no Sistema de Objetivos e Incentivos (SOI) associado ao departamento, em função do grau de cumprimento dos principais objetivos, aprovado pelo Conselho de Administração, com base em variáveis que contemplam indicadores de Atividade, de Custos, de Risco e de Qualidade.

Esta matriz de objetivos é igualmente aplicável aos Diretores Gerais, Assessores e Diretores Coordenadores das funções de controlo.

A RVA é paga em numerário no ano imediatamente a seguir à data de referência dos resultados, após a aprovação das contas do exercício do ano em questão, na data da colocação dos dividendos a pagamento.

E) Critérios para a avaliação de desempenho

A avaliação das funções de controlo, assenta nas quatro variáveis enunciadas na alínea f) do ponto 2. (Atividade, Custos, Risco e Qualidade).

5. Principais Parâmetros e Fundamentos de qualquer Sistema de Prémios Anuais e de quaisquer outros Benefícios Atribuídos aos Dirigentes

Para além da remuneração fixa e variável descritas na presente política de remuneração, os dirigentes auferem os seguintes benefícios:

- Seguro de Vida, de acordo com o definido no artigo 142.º do ACTV Bancário (SAMS);
- Seguro de Saúde, de acordo com o definido no artigo 144.º do ACTV Bancário (SAMS);
- Seguro de Acidentes Pessoais, de acordo com o definido no artigo 38.º do ACTV Bancário (SAMS).

6. Principais Características dos Regimes Complementares de Pensões Atribuídos aos Dirigentes

De acordo com o previsto no ACTV bancário, os dirigentes têm atualmente direito a uma pensão de reforma calculada com base no salário base (nível e diuturnidades) e no número de anos da banca, não sendo considerado o vencimento complemento e/ou isenção de horário. A adicionar a este ponto, e tendo em consideração que todos os colaboradores bancários estão, desde 2011, inscritos na Segurança Social, e da obrigatoriedade legal de comunicar anualmente a todos os colaboradores inscritos no fundo de pensões, o valor de pensão a que têm direito no final de cada ano, o BES decidiu criar um plano complementar de reforma de contribuição definida a este universo de colaboradores. Este plano é facultativo, sendo que para beneficiar do mesmo os colaboradores terão que efetuar uma contribuição mensal de 3% do seu vencimento base para um PPR individual. As contribuições por parte do BES correspondem a 3% do salário base para um PPR individual e, adicionalmente, uma percentagem para um PPR Grupo no sentido de se procurar atingir as percentagens de reforma que a seguir se apresentam.

Assim, no âmbito deste plano, as percentagens previsíveis do vencimento na reforma a atribuir correspondem, grosso modo, a 85% do último vencimento global no caso dos Diretores Gerais, Assessores do Conselho de Administração e Diretores Coordenadores, a 75% no caso dos Diretores e Diretores Adjuntos e a 70% no caso dos Subdiretores.

Este benefício está circunscrito apenas aos Dirigentes em funções no dia 31/12/2010, não se estendendo aos dirigentes posteriormente admitidos no Banco.

7. Montantes pagos em 2012 aos Dirigentes do BES

(euros)

BES				
Quadros Dirigentes				
	Dir. Gerais	Ass. CA.	Dir. Coord.	Total
Nº RH	3	15	30	48
Total Rem. Fixa	648 030	2 601 350	3 887 636	7 137 016
Total Rem. Variável	20 106	153 488	203 891	377 485
Peso Variável	3,0%	5,6%	5,0%	5,0%

(euros)

BES			
Quadros Dirigentes			
	Áreas Comerciais	Áreas Centrais	Total
Nº RH	11	37	48
Total Rem. Fixa	1 528 843	5 608 174	7 137 016
Total Rem. Variável	69 273	308 121	377 485
Peso Variável	4,3%	5,2%	5,0%

(euros)

BES					
Funções Controlo					
	Dir. Coordenador ou Superior	Diretor	Diretor Adjunto	Subdiretores	Total
Nº RH	4	13	8	17	42
Total Rem. Fixa	588 581	1 088 605	474 918	843 736	2 995 840
Total Rem. Variável	91 105	178 276	70 670	113 617	453 668
Peso Variável	13,4%	14,1%	13,0%	11,9%	13,2%

(euros)

BES				
Quadro Diretivo dos Departamentos comerciais, financeiro e internacional				
	Diretor	Diretor Adjunto	Subdiretores	Total
Nº RH	48	51	71	170
Total Rem. Fixa	4 306 481	3 497 150	3 967 838	11 771 469
Total Rem. Variável	741 500	548 318	531 401	1 821 219
Peso Variável	14,7%	13,6%	11,8%	13,4%

(euros)

BES			
Quadro Diretivo dos Departamentos comerciais, financeiro e internacional			
	Áreas Comerciais	Áreas Centrais	Total
Nº RH	129	41	170
Total Rem. Fixa	8 762 770	3 008 699	11 771 469
Total Rem. Variável	1 378 727	442 492	1 821 219
Peso Variável	13,6%	12,8%	13,4%

Durante o ano de 2012, não foi efetuada nenhuma admissão para dirigente do BES, não se verificou qualquer pagamento a título de rescisão antecipada e não foi efetuado qualquer pagamento por outra sociedade em relação de domínio ou de grupo com o BES.

Lisboa, 1 de março de 2013.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO IV: Declaração da Comissão de Auditoria



DECLARAÇÃO DA COMISSÃO DE AUDITORIA Sobre o conteúdo do Relatório de Governo da Sociedade referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Exmos. Senhores Acionistas

A Comissão de Auditoria verificou se o Relatório de Governo da Sociedade, integrado no Relatório e Contas de 2012 do **Banco Espírito Santo, S.A.**, incluía os elementos informativos sobre a estrutura e as práticas de governo societário, referidos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Após aquela análise, a Comissão de Auditoria atesta, conforme requerido no n.º 5, do artigo 420.º, por remissão do n.º 2 do artigo 423.º-F, do Código das Sociedades Comerciais, que o Relatório de Governo da Sociedade, mencionado no parágrafo anterior, inclui todos os elementos informativos acima referidos e exigíveis ao **Banco Espírito Santo, S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Lisboa, 4 de março de 2013

A Comissão de Auditoria

Horácio Lisboa Afonso (Presidente)

João de Faria Rodrigues

Pedro João Reis de Matos Silva

CNP 4901 Mod. 993 - 5/2013 rev. - 05/2012

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A., Sociedade Anónima, Sede Avencas da Encarnação, n.º 215, 1250-142 Lisboa, n.º 100 952 322, de pessoa coletiva e de direito público, na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, Capital Social: € 5040 124 863,26

Extrato de Ata da Reunião de Assembleia Geral Anual do Banco Espírito Santo, S.A.

Ata n.º 79

No dia vinte e sete de março de dois mil e treze, pelas dez horas, reuniu em Lisboa, no Hotel Ritz – Salão Nobre, Rua Castilho, 77, em Lisboa, a Assembleia Geral Anual do Banco Espírito Santo, S.A., com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Um: Designação do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

Ponto Dois: Deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Relatório do Governo da Sociedade, e os restantes documentos de prestação de contas individuais, relativos ao exercício de 2012.

Ponto Três: Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão, as contas consolidadas e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, relativos ao exercício de 2012.

Ponto Quatro: Deliberar sobre a aplicação de resultados.

Ponto Cinco: Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização do BES.

Ponto Seis: Deliberar sobre as Declarações da Comissão de Vencimentos e do Conselho de Administração sobre a política de remunerações, respetivamente, dos órgãos de Administração e de Fiscalização, e dos demais dirigentes do BES.

Ponto Sete: Proceder à ratificação da designação por cooptação para o cargo de Vogal do Conselho de Administração do Senhor Dr. Xavier Musca.

Ponto Oito: Deliberar sobre uma proposta de aquisição e alienação de ações e de obrigações próprias pelo BES ou por sociedades deste dependentes.

Ponto Nove: Deliberar sobre a autorização de exercício de actividade em concorrente.

Ponto Dez: Deliberar sobre a reformulação do Regulamento do Direito dos Administradores à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma por Velhice ou Invalidez.

A Mesa da Assembleia Geral foi constituída pelo Presidente e Secretário eleitos, respetivamente Senhores Prof. Doutor Paulo de Pitta e Cunha e Dr. Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo, e pelo Dr. Eugénio Fernando de Jesus Quintais Lopes, este na qualidade de Secretário da Sociedade. Estavam, também, presentes a maioria dos Membros do Conselho de Administração, todos os Membros da Comissão de Auditoria, da Comissão de Vencimentos, da Comissão de Governo da Sociedade e da Comissão Consultiva de Remunerações, o Revisor Oficial de Contas, KPMG & Associados SROC, S.A., representado pela Senhora Dr.ª Sílvia Cristina de Sá Velho Corrêa da Silva Gomes, bem como a Dr.ª Ana Rita Almeida Campos em representação da Vieira de Almeida & Associados - Sociedade de Advogados, RL, na qualidade de Representante Comum dos Obrigacionistas do programa EMTN 20 000 000 000 € do BES.

O Presidente da Mesa declarou aberta a sessão, depois de verificar que se encontravam presentes ou representados Acionistas titulares de 2 919 530 703 ações, correspondentes a 72,66 %, do capital social, totalizando 29 195 258 votos, e que a Assembleia Geral havia sido regularmente convocada, mediante avisos publicados nos seguintes sítios da Internet: Direção-Geral dos Registos e Notariado - Publicações, do Ministério da Justiça, em dois de

março de 2013; Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e Banco Espírito Santo, S.A., ambos em quatro de março de 2013.

A Convocatória foi ainda publicada nos seguintes jornais: Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Açoriano Oriental e Diário de Notícias (Madeira), do dia cinco de março de 2013.

Nos termos do art.º 110 do Regime Jurídico das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras, foi publicada a relação de Acionistas cujas participações excedem 2% do capital social do Banco, nos jornais Diário de Notícias e Correio da Manhã, de vinte e um de março de 2013.

E, nos termos legais, todos os documentos para esta Assembleia Geral estiveram à disposição dos Senhores Acionistas para consulta, na sede social do Banco, encontrando-se a documentação nas pastas que foram entregues aos Senhores Acionistas.

(...)

Entrando na ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à apreciação da assembleia o ponto um da ordem de trabalhos: “Designação do Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral” tendo a BESPAS SGPS, S.A. apresentado a seguinte proposta:

“Considerando:

- a) A renúncia apresentada pelo Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o Exmo. Senhor Dr. Fernão de Carvalho Fernandes Thomaz;
- b) Que se torna assim necessário proceder à eleição de um novo Vice-Presidente para a Mesa da Assembleia Geral, para concluir o mandato que se iniciou em 2012 e termina em 2015;

Propõe-se que a Assembleia Geral delibere:

1. Um voto de louvor e reconhecimento ao membro da Mesa cessante, pelo exemplar desempenho das suas funções;
2. Nos termos e para os efeitos do artigo 374.º, do Código das Sociedades Comerciais, eleger como Vice-Presidente da Assembleia Geral, até ao termo do mandato em curso, o Exmo. Senhor Dr. Alexandre de Sousa Machado.”

(...)

A Mesa foi informada de que se encontravam então na sala, presentes ou representados, Acionistas titulares de 3 004 895 466 ações, correspondentes a 74,79 %, do capital social, totalizando 30 048 902 votos.

E passou-se à votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria de 30 028 066 votos a favor e 20 836 votos de abstenção, num total de 30 048 902 votos presentes.

(...)

Entrou-se nos pontos dois, três e quatro da Ordem de Trabalhos que foram postos à apreciação e discussão da assembleia, conjuntamente:

Ponto Dois - “Deliberar sobre o Relatório de Gestão, o Relatório do Governo da Sociedade, e os restantes documentos de prestação de contas individuais, relativos ao Exercício de 2012”.

O Conselho de Administração do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. apresentou a seguinte proposta: “O Conselho de Administração do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. vem submeter à apreciação e discussão dos Senhores Acionistas o Relatório de Gestão, o Relatório do Governo da Sociedade e os documentos de prestação de contas individuais do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A., referentes ao exercício de 2012, propondo a sua aprovação.”

Ponto Três - “Deliberar sobre o Relatório Consolidado de Gestão, as contas consolidadas e os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, relativos ao Exercício de 2012”.

O Conselho de Administração do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. apresentou a seguinte proposta:

“O Conselho de Administração do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. vem submeter à apreciação e discussão dos Senhores Acionistas o Relatório Consolidado de Gestão, as contas consolidadas e os restantes documentos

de prestação de contas consolidadas do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A., referentes ao exercício de 2012, propondo a sua aprovação.”

Ponto Quatro: - “Deliberação sobre a Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. apresentou a seguinte proposta:

“O Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A. propõe:

Nos termos e para os efeitos da alínea b) do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com o Relatório de Gestão, que o resultado líquido da sociedade, no valor de 121 961 308,14 euros, tenha a seguinte aplicação:

PARA RESERVA LEGAL: 12 197 000,00 euros

PARA OUTRAS RESERVAS

E RESULTADOS TRANSITADOS: 109 764 308,14 euros”

(...)

Passou-se à votação das propostas, em separado.

E posta à votação a proposta relativa ao ponto dois da ordem de trabalhos, foi a mesma aprovada por maioria de 29 974 465 votos a favor, com 10 082 votos contra e 49 573 votos de abstenção, num total de 30 034 120 votos presentes.

E posta à votação a proposta relativa ao ponto três da ordem de trabalhos, foi a mesma aprovada por maioria de 29 981 421 votos a favor, com 10 194 votos contra e 40 287 votos de abstenção, num total de 30 031 902 votos presentes.

E posta à votação a proposta relativa ao ponto quatro da ordem de trabalhos, foi a mesma aprovada por maioria de 29 976 658 votos a favor, com 41 867 votos contra e 13 377 votos de abstenção, num total de 30 031 902 votos presentes.

(...)

Entrou-se no ponto cinco: - “Proceder à apreciação geral da Administração e Fiscalização do BES” tendo a acionista BESPARGPS, S.A. apresentado a seguinte proposta:

“Tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 455.º, n.º 1, do Código das Sociedades Comerciais, que determina que a Assembleia Geral, na sua reunião anual, proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

A acionista “BESPARGPS – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.” propõe que a Assembleia Geral aprove um voto de confiança e de louvor ao Conselho de Administração da sociedade e à Comissão de Auditoria, bem como a cada um dos respetivos membros, o que faz pelas razões seguintes:

1 - Pelo acerto e oportunidade das decisões de gestão tomadas pelo Conselho de Administração e pela sua Comissão Executiva que, num contexto fortemente adverso à atividade bancária, com fortíssimas limitações no acesso ao financiamento nos mercados - o que conduziu a acentuadas restrições de liquidez - conseguiu:

- Aumentar o seu rácio *Core Tier 1*, ao longo de 2012, tendo atingido em dezembro um valor de 10,50% (valor acima das exigências regulamentares de 10%);
- Em maio de 2012, aumentar o capital social do “Banco Espírito Santo, S.A.” de € 4 030 232 150,40 para € 5 040 124 063,26, aumento no montante de € 1 009 891 912,86, através de uma oferta pública de subscrição, o que constituiu um marco na recapitalização dos bancos portugueses, uma vez que foi realizada sem recurso a ajudas de Estado;
- Regressar aos mercados financeiros, tendo sido o primeiro banco nacional a retomar este tipo de financiamento, efetuando duas operações: a primeira, de emissão de obrigações no montante de € 750 milhões (em Outubro de 2012), e a segunda, de emissão de obrigações convertíveis em ações Bradesco, no montante de USD 450 milhões (em Novembro 2012), tendo em qualquer dos casos a procura superado a oferta;

- Responder de forma muito positiva aos diversos processos regulamentares de *stress test*;
- Aumentar a carteira de Clientes e manter a níveis muito resilientes os proveitos comerciais.

2 - Pela forma como a Comissão de Auditoria desempenhou as suas funções de fiscalização.”

(...)

E posta à votação, a proposta foi aprovada por maioria de 27 721 742 votos a favor, com 2 298 220 votos contra e 11 874 votos de abstenção, num total de 30 031 836 votos presentes.

Passou-se ao ponto seis da ordem de trabalhos: “Deliberar sobre as Declarações da Comissão de Vencimentos e do Conselho de Administração sobre a política de remunerações respetivamente dos órgãos de administração e de fiscalização, e dos demais dirigentes do BES”

Sobre este ponto da ordem de trabalhos, a Comissão de Vencimentos apresentou a seguinte declaração (6.A) sobre a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização do Banco Espírito Santo, S.A.:

“Considerando que:

1 - Na sequência da aprovação da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, a Assembleia Geral Anual de 2010 aprovou a política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização que lhe foi apresentada pela Comissão de Vencimentos;

2 - Na avaliação anual efetuada no início de 2013 à estrutura de remunerações do BES, a Comissão de Vencimentos concluiu pela atualidade, nos seus aspetos essenciais, da política de remuneração, tendo apenas inserido nova regulamentação no que respeita à atribuição de subsídios a administradores de nacionalidade estrangeira que exerçam funções executivas no BES e que estabeleçam a sua residência em Portugal para permitir o exercício das suas funções;

A Comissão de Vencimentos do BES propõe que a Assembleia Geral aprove a «Declaração Sobre Política de Remuneração dos Membros do Órgão de Administração e de Fiscalização» para 2013.” (...)

(...)

E o Conselho de Administração apresentou a seguinte Declaração (6.B) neste ponto da ordem de trabalhos: “Proposta de Aprovação de Declaração Sobre Política de Remuneração dos Dirigentes e dos Quadros Diretivos das Funções de Controlo do BES

Considerando que:

1 - A Assembleia Geral de 2010 aprovou a política de remuneração dos Dirigentes do BES, com base na proposta então apresentada pelo Conselho de Administração;

2 - Na avaliação anual efetuada à estrutura de remunerações dos seus Dirigentes, o Conselho de Administração entende ser de manter a referida política de remuneração, nos seus aspetos essenciais, inserindo uma nova categoria de colaboradores abrangidos pela política de remuneração e atualizando o seu teor para o exercício de 2013;

O Conselho de Administração do BES propõe que a Assembleia Geral aprove a «Declaração Sobre Política de Remuneração», que constitui o Anexo à presente proposta.”

(...)

O Presidente da Mesa esclareceu que eram duas as declarações a discutir em conjunto, mas que a votação seria em separado.

(...)

E posta à votação a declaração da Comissão de Vencimentos (6.A) foi a mesma aprovada por maioria de 29 910 452 votos a favor, com 37 269 votos contra e 83.895 votos de abstenção, num total de 30 031 616 votos presentes. E posta à votação a declaração do Conselho de Administração do BES (6.B), foi a mesma aprovada por maioria de 29 932 138 votos a favor, com 38 249 votos contra e 61 229 votos de abstenção, num total de 30 031 616 votos presentes.

O Presidente da Mesa entrou no ponto sete da ordem de trabalhos: “Ratificação de Cooptação para Vogal do Conselho de Administração” tendo o Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A. apresentado a seguinte proposta:

“Na sequência do pedido de demissão apresentado pelo Exmo. Senhor Dr. MICHEL JACQUES MATHIEU, o Conselho de Administração do BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A., deliberou cooptar em 09 de novembro de 2012, para o cargo de Vogal do Conselho de Administração, o Exmo. Senhor Dr. XAVIER MUSCA.

Assim, e nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 4 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração submete à ratificação da presente Assembleia a supra mencionada cooptação.”

A proposta foi posta à discussão. Como ninguém tivesse querido usar da palavra, o Presidente da Mesa passou à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 29 637 006 votos a favor, com 371.813 votos contra e 20 274 votos de abstenção, num total de 30 029 093 votos presentes.

Entrou-se no ponto oito: “Deliberação sobre uma proposta de aquisição e alienação de ações e de obrigações próprias pelo BES ou por sociedades deste dependentes” tendo o Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A. apresentado uma proposta que se transcreve:

“Considerando:

- a) O regime jurídico aplicável à aquisição e alienação de ações próprias por sociedades anónimas estabelecido no Código das Sociedades Comerciais;
- b) O disposto no Regulamento n.º (CE) 2273/2003 da Comissão, de 22 de dezembro de 2003, que estabeleceu um regime especial contendo, designadamente, os requisitos de isenção do regime de abuso de mercado para certos programas de recompra de ações próprias, que se mostra aconselhável ter em conta, ainda que as aquisições de ações próprias a realizar possam não estar integradas nos programas de recompra abrangidos pelo referido Regulamento;
- c) Os deveres de comunicação e divulgação da realização de operações sobre ações próprias por sociedades com ações admitidas à negociação em mercado regulamentado, que se encontram previstos no Regulamento da CMVM n.º 5/2008;
- d) Que na Assembleia Geral de 6 de abril de 2010 foi colocado à deliberação dos acionistas do Banco Espírito Santo S.A. a criação de dois «Planos de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros», aplicáveis, respetivamente, aos membros da Comissão Executiva do Banco Espírito Santo, S.A. e aos seus Diretores Gerais, Assessores do Conselho de Administração e Diretores Coordenadores, que implicam a realização de operações sobre ações próprias;
- e) Que se afigura conveniente que o Banco Espírito Santo, S.A. possa continuar a realizar, nos termos legalmente admitidos, aquelas operações, fora das situações previstas no número 3 do artigo 319.º do Código das Sociedades Comerciais;
- f) Que o mesmo interesse existe igualmente na possibilidade de as sociedades dependentes do Banco adquirirem e alienarem ações representativas do capital social do Banco Espírito Santo, S.A.;

- g) Que, de igual modo, importa acautelar a possibilidade de realização de operações sobre obrigações próprias, cujo regime legal segue o normativo aplicável à aquisição de ações próprias.

O Conselho de Administração do Banco Espírito Santo, S.A. propõe que seja deliberado:

1. Autorizar o Banco Espírito Santo, S.A., ou quaisquer sociedades dependentes, atuais ou futuras (adiante qualquer uma delas abreviadamente designada por “Sociedade”), mediante decisão do órgão de administração da respetiva Sociedade, a adquirir ações, incluindo direitos à sua aquisição ou atribuição, representativas do capital social do Banco Espírito Santo, S.A., nos termos seguintes:

- a) Número máximo de ações a adquirir: Até ao limite correspondente a 10% do capital social do Banco Espírito Santo, S.A., deduzidas as alienações efetuadas, sem prejuízo da quantidade que seja exigida pelo cumprimento de obrigações da Sociedade decorrentes da lei, de contrato ou de emissão de títulos ou de vinculação contratual à concretização dos «Planos de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros», com sujeição, se for o caso, a alienação subsequente, nos termos legais, das ações que excedem aquele limite, e sem prejuízo da aquisição de ações próprias que vise executar deliberação de redução de capital aprovada pela assembleia geral, hipótese à qual serão aplicáveis os limites específicos fixados na deliberação de redução;

- b) Prazo durante o qual a aquisição pode ser efetuada: dezoito meses, a contar da data da presente deliberação;

- c) Modalidades de Aquisição: com sujeição aos limites imperativamente estabelecidos na lei, a aquisição de ações, ou direitos de aquisição ou atribuição de ações, pode ser realizada a título oneroso, em qualquer modalidade, em mercados regulamentados em que as ações se encontrem admitidas à negociação, bem como fora de mercado regulamentado, com respeito pelo princípio da igualdade de tratamento dos acionistas nos termos legais, designadamente mediante a aquisição a instituições financeiras com as quais a Sociedade haja celebrado um contrato de *equity swap* ou outros instrumentos financeiros derivados similares, ou através da aquisição, a qualquer título, para, ou por efeito de, cumprimento de obrigações decorrentes da lei, de contrato ou dos «Planos de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros», nos termos das condições respetivas;

- d) Contrapartidas mínima e máxima das aquisições: o preço de aquisição onerosa deverá conter-se num intervalo de vinte por cento para menos e para mais relativamente à cotação média das ações do Banco Espírito Santo, S.A. no NYSE Euronext Lisbon, durante as cinco sessões de bolsa imediatamente anteriores à data de aquisição ou à data de constituição do direito de aquisição ou atribuição resultante dos instrumentos financeiros contratados pela Sociedade;

- e) Momento de aquisição: a determinar pelo órgão de administração da Sociedade, tendo em atenção a situação do mercado de valores mobiliários e as conveniências ou obrigações da alienante e/ ou da Sociedade, podendo efetuar-se por uma ou mais vezes nas proporções que o referido órgão social fixar.

2. Aprovar a alienação de ações próprias, incluindo direitos à sua aquisição ou atribuição, que hajam sido adquiridas, mediante decisão do respetivo órgão de administração da Sociedade, nos termos seguintes:

- a) Número mínimo de ações a alienar: o número de operações de alienação e o número de ações a alienar serão definidos pelo órgão de administração da Sociedade, à luz do que, em cada momento, for considerado necessário ou conveniente para a prossecução do interesse social e para o cumprimento de obrigações decorrentes da lei, de contrato ou dos «Planos de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros», nos termos das condições respetivas;

- b) Prazo durante o qual a alienação pode ser efetuada: dezoito meses, a contar da data da presente deliberação;
- c) Modalidades de alienação: com sujeição aos termos e limites imperativamente estabelecidos na lei, a alienação pode ser realizada a título oneroso, em qualquer modalidade, designadamente por venda ou permuta, a efetuar em mercados regulamentados em que as ações se encontrem admitidas à negociação, bem como fora de mercado regulamentado, com respeito pelo princípio da igualdade de tratamento dos acionistas nos termos legais, para entidades determinadas designadas pelo órgão de administração da Sociedade, designadamente instituições financeiras com as quais a Sociedade haja celebrado um contrato de *equity swap* ou instrumentos derivados similares, ou através da alienação, a qualquer título, em cumprimento de obrigações decorrentes da lei, de contrato ou dos «Planos de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros», nos termos das condições respetivas;
- d) Preço mínimo: as ações podem ser alienadas por um preço que não pode ser inferior em mais de vinte por cento relativamente à cotação média das ações do Banco Espírito Santo, S.A. no NYSE Euronext Lisbon, durante as cinco sessões de bolsa imediatamente anteriores à alienação ou pelo preço que estiver fixado em contrato celebrado pela Sociedade. No caso dos «Planos de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros», o preço de alienação das ações será o que resultar dos respetivos Regulamentos;
- e) Momento de alienação: a determinar pelo órgão de administração da Sociedade, tendo em atenção a situação do mercado de valores mobiliários e as conveniências ou obrigações da adquirente e/ou da Sociedade, e efetuando-se por uma ou mais vezes nas proporções que o referido órgão social fixar.
3. O disposto nos números anteriores deve ser aplicado, com as necessárias adaptações, à aquisição de obrigações próprias pelo Banco Espírito Santo, S.A., ou por quaisquer sociedades dependentes, atuais ou futuras, mediante decisão do respetivo órgão de administração.
4. Recomendar ao órgão de administração da Sociedade que, sem prejuízo da sua liberdade de decisão e atuação no quadro das deliberações tomadas em relação aos números 1 a 2 precedentes, pondere na aplicação das seguintes práticas aconselháveis relativas à aquisição e alienação de ações próprias ao abrigo das autorizações concedidas nos termos dos números 1 e 2 precedentes, em especial, quando se trate de aquisições que se integrem nos «Planos de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros» ou outros planos que possam ser objeto do Regulamento mencionado no considerando b) – para além da legislação aplicável em matéria de divulgação da política de remuneração dos membros dos órgãos sociais, dos avisos do Banco de Portugal e das recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em cada momento em vigor:
- a) Divulgação ao público, antes do início das operações de aquisição e alienação, do conteúdo da autorização constantes dos números 1 e 2 precedentes, em particular, o seu objetivo, o contravalor máximo da aquisição, o número máximo de ações a adquirir e o prazo autorizado para o efeito;
- b) Manutenção de registo de cada operação realizada no âmbito das autorizações precedentes;
- c) Execução das operações em condições de tempo, modo e volume que não perturbem o regular funcionamento do mercado, devendo nomeadamente procurar-se evitar a sua execução em momentos sensíveis da negociação, em especial, na abertura e fecho da sessão, em momentos de perturbação do mercado e em momentos próximos à publicação de comunicados relativos à informação privilegiada ou à divulgação de resultados;
- d) Limitação das aquisições a 25% do volume diário médio de negociação, ou a 50% desse volume mediante comunicação prévia à autoridade competente da intenção de ultrapassar aquele limite;
- e) Divulgação pública das operações realizadas que sejam relevantes nos termos regulamentares aplicáveis, até ao final do terceiro dia útil a contar da data de realização da transação;
- f) Comunicação à autoridade competente, até ao final do terceiro dia útil a contar da data de realização da transação, de todas as aquisições e alienações efetuadas;
- g) Abstenção de alienação de ações durante a execução dos «Planos de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros» ou outros planos que possam ser objeto do Regulamento mencionado no considerando b).
- Para este efeito e no caso de aquisições integradas nos «Planos de Remuneração Variável em Instrumentos Financeiros» ou outros planos que possam ser objeto do Regulamento mencionado no considerando b), o Conselho de Administração poderá organizar a separação das aquisições e os respetivos regimes consoante o programa em que se integrem, podendo dar conta dessa separação na divulgação pública que eventualmente efetue.”
- O Presidente da Mesa pôs a proposta à discussão. Como ninguém tivesse querido usar da palavra, passou à votação tendo a mesma sido aprovada por maioria de 29 945 467 votos a favor, com 69 274 votos contra e 11 221 votos de abstenção, num total de 30 025 962 votos presentes.
- Passou-se de seguida ao ponto nove da ordem de trabalhos: “Deliberar sobre a autorização de exercício de atividade em concorrente” tendo o acionista CRÉDIT AGRICOLE S.A. apresentado a seguinte proposta:
- “Considerando que:
- a) Por indicação da “Eurofactor France, S.A.” detida em 99,99% pelo “Crédit Agricole Leasing and Factoring, S.A.”, filial do “Crédit Agricole, S.A.”, o Senhor Dr. Vincent Claude Pacaud, vai ser designado em nome e representação do “Crédit Agricole, S.A.”, Administrador não executivo da “EUROFACTOR PORTUGAL, S.A.”, (a “Eurofactor”) em 2013;
- b) O objeto social da sociedade “EUROFACTOR PORTUGAL, S.A.” é em exclusivo a atividade parabancária de factoring, com a amplitude consentida pela Lei (art.º 3.º dos Estatutos);
- c) O Administrador Vincent Claude Pacaud irá exercer funções de Administrador não Executivo em sociedade concorrente com o Banco Espírito Santo, S.A.;
- d) Nos termos do n.º 3 do artigo 398.º do Código das Sociedades Comerciais, compete à Assembleia Geral do Banco Espírito Santo, S.A. autorizar o exercício das funções do Administrador Vincent Claude Pacaud, na “EUROFACTOR Portugal, S.A.”, competindo-lhe de igual modo definir o regime de acesso à informação sensível por parte do seu Administrador, que exerça funções em sociedade concorrente;
- O acionista propõe que seja autorizado o Senhor Dr. Vincent Claude Pacaud a exercer as funções de Administrador não executivo da Eurofactor, para as quais foi indicado em nome e representação do “Crédit Agricole, S.A.”, bem como que seja aprovado o regulamento de acesso a informação sensível anexo a presente proposta.”
- O Presidente da Mesa pôs a proposta à discussão. Como ninguém tivesse querido usar da palavra passou à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria de 29 944 466 votos a favor, com 67 662 votos contra e 13 834 votos de abstenção, num total de 30 025 962 votos presentes.

Finalmente, entrou-se no ponto dez:” Deliberar sobre a reformulação do Regulamento do Direito dos Administradores à Pensão ou Complemento de Pensões de Reforma por Velhice ou Invalidez” tendo a accionista BESPARGestora de Participações Sociais, S.A. apresentado a seguinte proposta:

“Considerando:

- A – A importância que um adequado regime das pensões de reforma dos administradores assume para a Sociedade;
- B – A especial necessidade de tal regime evoluir e corresponder, adequadamente, às exigências do contexto em que a Sociedade se encontra;
- C – O facto de o regulamento em vigor corresponder, na sua essência, ao regime de pensões de reforma instituído pela Sociedade há mais de 20 anos;
- D – O facto de, na prática, a Sociedade apenas vir conferindo aos seus administradores Pensões de Reforma, e já não Complementos de pensão;

O Conselho de Administração do “BESPAR – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”, propõe, nos termos do artigo 25.º do Contrato de Sociedade, que o Regulamento existente seja substituído pelo Regulamento em anexo, de cujo conteúdo se destaca:

1. No plano funcional, o reforço dos poderes e da intervenção da Comissão de Vencimentos eleita pela Assembleia Geral;
2. No plano técnico-jurídico, a explicitação clara de que o regime instituído respeita, apenas, a pensões de reforma.”

(...)

O Presidente da Mesa pôs à votação a proposta tendo a mesma sido aprovada por maioria de 27 673 287 votos a favor, com 2 341 974 votos contra e 7 102 votos de abstenção, num total de 30 022 363 votos presentes.

(...)

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas treze horas e trinta minutos, dela se lavrando a presente ata que vai assinada pelos Membros da Mesa e pelo Secretário da Sociedade.

Caio Reisewitz (b. 1967, Brasil). Mamanguá, 2007
C-print, Diassec, 227x180 cm. Ed. 2/5. Cortesia do artista & Galeria Joan Prats.

BES
art COLEÇÃO
BANCO
ESPÍRITO SANTO

DESIGN E DESENVOLVIMENTO

L21 Linha 21
Marketing
e Publicidade

GERAL

Banco Espírito Santo
Avenida da Liberdade, 195
1250-142 Lisboa
Tel: (351) 21 350 10 00
Fax: (351) 21 855 74 91
E-mail: info@bes.pt

BESdirecto

707 247 365

Reuters: BES.LS

Bloomberg: BES PL



BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A. Sede Social - Av. da Liberdade, 195, 1250-142 Lisboa - Portugal
Capital Social 5 040 124 063,26 euros N° de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa Pessoa Coletiva 500 852 367